



UNIVERSIDADE ESTADUAL PAULISTA  
"JÚLIO DE MESQUITA FILHO"

Campus Presidente Prudente

LORENA IZÁ PEREIRA

*"A TRÍPLICE ALIANÇA CONTINUA SENDO UM  
GRANDE ÊXITO": OS REGIMES DE CONTROLE DO  
TERRITÓRIO PARAGUAIO (1870-2019)*

PRESIDENTE PRUDENTE (SP)  
2019



UNIVERSIDADE ESTADUAL PAULISTA  
"JÚLIO DE MESQUITA FILHO"  
Campus Presidente Prudente

Programa de Pós-Graduação em Geografia  
Área de Concentração: Produção do Espaço Geográfico  
Linha de Pesquisa: Desenvolvimento Territorial

LORENA IZÁ PEREIRA

***“A TRÍPLICE ALIANÇA CONTINUA SENDO UM GRANDE  
ÊXITO”: OS REGIMES DE CONTROLE DO TERRITÓRIO  
PARAGUAIO (1870-2019)***

Processo: 2017/21760-4  
Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo (FAPESP)

**Orientação**

Prof. Dr. Bernardo Mançano Fernandes

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Geografia da Faculdade de Ciências e Tecnologia, da Universidade Estadual Paulista como requisito parcial para obtenção do título de Doutora em Geografia.

PRESIDENTE PRUDENTE (SP)  
2019

P436" Pereira, Lorena Izá  
"A Trílice Aliança continua sendo um grande êxito" : os regimes de controle do território paraguaio (1870-2019) / Lorena Izá Pereira. – Presidente Prudente, 2019  
523 f.

Tese (doutorado) - Universidade Estadual Paulista (Unesp), Faculdade de Ciências e Tecnologia, Presidente Prudente  
Orientador: Bernardo Mançano Fernandes

1. Geografia Agrária. 2. Geopolítica. 3. Controle do Território.  
4. Estrangeirização do Território. 5. América do Sul. I. Título.

Sistema de geração automática de fichas catalográficas da Unesp. Biblioteca da Faculdade de Ciências e Tecnologia, Presidente Prudente. Dados fornecidos pelo autor(a).

Essa ficha não pode ser modificada.

**CERTIFICADO DE APROVAÇÃO**

**TÍTULO DA TESE:** "A Tríplioe Aliança continua sendo um grande êxito": os regimes de controle do território paraguaio (1870-2019)

**AUTORA:** LORENA IZÁ PEREIRA

**ORIENTADOR:** BERNARDO MANÇANO FERNANDES

Aprovada como parte das exigências para obtenção do Título de Doutora em GEOGRAFIA, área: Produção do Espaço Geográfico pela Comissão Examinadora:

Prof. Dr. BERNARDO MANÇANO FERNANDES  
Departamento de Geografia / FCT/UNESP

Prof. Dr. ANTONIO AUGUSTO ROSSOTTO IORIS  
Cardiff University

Prof. Dr. SAMUEL FREDERICO  
IGCE / UNESP/Rio Claro (SP)

Prof. Dr. VALDEMAR JOÃO WESZ JUNIOR  
Instituto Latino-Americano de Economia, Sociedade e Política (ILAESP) / Universidade Federal da Integração Latino-Americana (UNILA)

Prof. Dr. MIGUEL CARTER  
DEMOS

Presidente Prudente, 29 de outubro de 2019

Esta pesquisa foi desenvolvida com o apoio integral do processo n. 2017/21760-4 da Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo (FAPESP).

As opiniões, hipóteses e conclusões ou recomendações expressas neste material são de responsabilidade da autora e não necessariamente refletem a visão da FAPESP.

Dedico este trabalho a todas as mulheres pesquisadoras, que cotidianamente enfrentam os machismos na academia.

## AGRADECIMENTOS

---

Uma trajetória acadêmica não se faz sozinha. Esta tese é resultado de nove anos de pesquisa, de uma caminhada geográfica que dividi com diferentes sujeitos que, de uma forma ou de outra, me inspiraram e me ensinaram. Hoje eu assino esta tese, mas seria egoísmo da minha parte afirmar que a mesma é somente minha. Esta tese carrega um pouco de todos aqueles com quem convivi e muito aprendi nesta trajetória geográfica.

Primeiro agradeço as diferentes agências de fomento que propiciaram a realização da pesquisa: o Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq), a Asociación de Universidades Grupo Montevideo (AUGM), a antiga União das Nações Sul-Americanas (UNASUL) e, principalmente, a Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo (FAPESP). O resultado apresentado nessa tese mostra a importância da universidade pública, gratuita e do incentivo a pesquisa.

No Paraguai, começo agradecendo a todo o campesinato paraguaio. Especialmente a Coordenadora de Mujeres Rurales e Indígenas (CONAMURI) e Federación Nacional Campesina (FNC), que me não apenas me receberam em seus espaços e me concederam entrevistas, mas que me ensinaram tanto sobre a vida, sobre o Paraguai, sobre a América Latina e sobre a luta. Vocês são pessoas inspiradoras.

Agradeço a todo o povo paraguaio que, de uma forma ou de outra, passaram pela minha vida em diferentes momentos em campo. Meu imenso agradecimento aos pesquisadores do BASE Investigaciones Sociales, que além dos enriquecedores diálogos, de disponibilizaram todo o seu acervo bibliográfico. Deixo o meu agradecimento ao Centro de Documentación y Estudios (CDE), especialmente na figura de Quintín Riquelme, que sempre me recebeu, ouviu minhas angústias e dúvidas [que eram muitas] e disponibilizou seu acervo pessoal para consultas.

Agradeço ao Centro de Estudios Rurales Interdisciplinarios (CERI), especialmente ao professor Ramón Fogel, que me recebeu de forma tão solícita e me orientou durante meu primeiro trabalho de campo no Paraguai, ainda em 2015. Agradeço a OXFAM Paraguay, na figura do diretor Oscar Ramon Lopez Rodas, que me recebeu durante trabalho de campo, ouviu meus questionamentos e ajudou na construção da pesquisa.

Deixo registrado meus agradecimentos ao Instituto de Ciencias Sociales del Paraguay (ICSO), especialmente ao Luis Ortiz, que me recebeu e orientou durante a pesquisa. Agradeço ao Fabricio Vázquez, geógrafo, paraguaio. Embora eu não concorde com a sua visão de mundo, o mesmo foi importante na construção desta tese, com calorosos debates e sempre tão solícito a todos os meus questionamentos.

Agradeço a todos da Universidad Nacional de Asunción (UNA), que me receberam durante trabalhos de campo. Embora a divergência política e ideológica, vocês sempre fizeram o possível para me acolher e me sentir em casa durante o período que passei no Paraguai.

Deixo um agradecimento mais que especial para Luis Rojas Villagra. O meu primeiro contato paraguaio ainda no Brasil. Conheci o Luis no dia 09 de março de 2015, oficialmente o primeiro dia da pesquisa. Muito obrigada Luis por todos os longos debates,

por todos os conselhos, por ouvir minhas angústias e me orientar. O conhecimento que você tem sobre o Paraguai é único e a sua postura de militante me inspira.

Um agradecimento para Carmem Mercado, amiga que o Paraguai me deu. Carmem, muito obrigada por sempre me receber tão bem, por me ensinar tanto sobre a história e geografia paraguaia por partilhar momentos e histórias comigo. Agradeço também o seu companheiro Juan e sua sogra Margarida. Obrigada Margarida por me ensinar tanto sobre o Paraguai, a senhora é uma mulher inspiradora.

Ainda no Paraguai agradeço a todos os órgãos públicos que me receberam e concederam entrevistas. Agradeço ao Ministerio de Agricultura y Ganaderia (MAG), agradeço ao Instituto Nacional de Desarrollo Rural y Tierras (INDERT), agradeço ao Servicio Nacional de Calidad y Sanidad Vegetal y de Semillas (SENAVE). Deixo registrado os meus sinceros agradecimentos a todos os funcionários da Biblioteca Nacional de Agricultura (BINA), da Biblioteca Nacional del Paraguay e do Archivo Nacional de Asunción, que sempre foram muitos solícitos em me atender e mesmo quando estava no Brasil.

Nos Países Baixos, agradeço a todos os professores do International Institute of Social Studies (ISS), instituto no qual realizei meu estágio de pesquisa no exterior. Agradeço especialmente ao meu supervisor Saturnino M. Borrás Jr., querido Jun, Obrigada Jun por me receber na Haia, por ouvir minhas angústias sobre a pesquisa e por me orientar. Agradeço a Sharmini Biessar-Salvarajah por me ajudar com toda a documentação e burocracia, por sempre ser tão solícita. Meus sinceros agradecimentos a todos os amigos que Haia me deu: Debora, Eliana, Eduardo, Marina, Luciana, Louise, Daniela, Cássia, Rafael, Gabriela, Henrique, Luciano, Flávia, Lina, Alberto entre todos com quem convivi nos seis meses de estágio. Vocês sempre estarão no meu coração e como sempre dizemos quando nos encontramos: de Haia para vida!

No Brasil inicio agradecendo aos meus mestres destes nove anos de UNESP, especialmente aos professores Eliseu Savério Sposito, Eduardo Paulon Girardi, Carlos Alberto Feliciano, Everaldo Santos Melazzo, João Osvaldo Rodrigues Nunes, Isabel Moroz Caccia Gouveia, Arthur Magon Whitacker e Márcio José Catelan [todo o debate de escala deste tese é “culpa sua”]. Agradeço pelas conversas, orientações e cafés. No ambiente da pós-graduação essa proximidade é rara, mas eu tive toda a sorte do universo por poder compartilhar a minha formação com vocês.

Deixo registrado o meu sincero agradecimento a todos funcionários da Faculdade de Ciências e Tecnologia (FCT/UNESP). Agradeço especialmente ao pessoal da Seção de Pós-Graduação, do Departamento de Geografia e do Escritório de Pesquisa: Aline, Cinthia, Adriano, Lincoln, Ivonete, Lúcia, Mara e Tamae. Obrigada por sempre serem tão solícitos e prestativos.

Agradeço especialmente aos amigos que o PPGG me brindou: Camila Ferracini, Camila Alzahrer, Natália, Mariana Gomes, Mateus Fachin, Lara Buscioli, Rhafael, Priscila, Maiara, Carla, Jean, Gabriel Boraschi, Liriane, Carlos Eduardo, Zé Carlos, Renan, Larissa, Flaviane, Claudinei, Marlon, Bruno, Victor Stoian, Jéssica, Agnaldo, Juliana, Ítalo. Agradeço vocês por todos os ricos debates regados a café e cerveja. O ambiente de pós-graduação é egoísta e competitivo, mas vocês quebram todas estas regras. O privilégio de ter convivido com vocês nestes últimos anos, carregarei sempre comigo. Agradeço especialmente ao Guilherme Claudino que compartilhou comigo todas as



dificuldades e felicidades do doutorado direto. Outro agradecimento para lá de especial vai para a Núbia Beray Armond, uma das pessoas mais incríveis que tive o prazer de conhecer nesta caminhada geográfica. Obrigada Núbia pelos debates sobre Geografia, sobre militância, sobre AGB, sobre a vida, obrigada por sempre me acolher tão bem!

Agradeço aos amigos que a UNESP, ao longo destes nove anos, me presenteou. Agradeço especialmente a Letícia Sant’Anna, Gisele, Hiago, Victoria, Ivy, Lenira, Michele, Gustavo, Sinthia, Mateus Vantuir, Mariana Nizishima, Renan Ramos, Larissa Campos [Mentira], Mayra Fernandes [minha primeira amiga em Presidente Prudente], Bruna Lima, Nayara [Nany], Ritielle, Luís Fernando Colombo. Agradeço ao Bruno Lucas, vulgo Carneirinho, por toda a amizade, conselhos, dicas de viagem e por aproveitar a vida comigo. Agradeço de modo especial a formação original da Jambalaya Ocean Drive: Renan Coelho e Ruan Belzi. Sem sombra de dúvidas com vocês eu vivi o ano mais alegre [e louco] da minha vida, no qual, apesar das dificuldades, sempre estávamos unidos e enfrentando todos os desafios com muita risada. Vocês fazem tanta falta no meu dia-a-dia.

Agradeço especialmente ao grupo de pesquisa Café com Mentira, grupo no qual utilizamos como método o *mentirismo dialético*. Obrigada Victor, Victoria, Carol, Zé, Marlon e Bruno por todos os cafés, por todas as mentiras, conselhos e debates financeiros. Agradeço especialmente ao Marlon e Bruno, por todas as conversas sobre financeirização, sobre artigos, sobre a pesquisa, sobre dialética e Cheptulin. Bruno, obrigada por todos os hambúrgueres, massas, risotos, churrascos e *molinhos brancos que qualquer um faz*. Esta será uma das coisas que eu mais sentirei falta, sem dúvidas. Victoria, muito obrigada pela amizade de longa data, por sempre estar por perto, por ser tão espontânea e tão única. Agradeço por me fazer sair da minha zona de conforto em todos os sentidos, por sempre me dar uns *chacoalhões* quando preciso, aprendo diariamente com você, te amo! Victor, muito obrigada pelas palavras de apoio, pelas palavras acolhedoras e pelas dicas sobre o Tinder (não deu certo, mas tudo bem).

Um agradecimento mais que especial as minhas amigas de vida, meu trio: Bruna Borsoi e Carolina Simon, minhas melhores amigas. Dividimos tantos momentos juntas: provas, relatórios de iniciação científica, monografias, relatórios de qualificação, defesas, eventos, Reuniões de Gestão Coletiva (RGC), festas, carnavais, viagens, namoros, terminos de namoros, tantas coisas que eu poderia escrever um tese sobre [na realidade acho que está mais para crônicas]. Obrigada japonês da cartográfica por unir esse trio aqui! Bruna, muito obrigada pela amizade sincera, por ser quem você é, por puxar minha orelha quando necessário, muito obrigada por sempre estar por perto e dividir momentos difíceis e felizes comigo. Amo você! Ahh Carol, melhor companheira de viagem! Eu só tenho que lhe agradecer pela amizade, pelas conversas sobre a vida, sobre a Geografia. Muito obrigada por ouvir minhas angústias e medos, por se preocupar e por sempre me receber com café e vinho. Muito obrigada por ser quem você é na minha vida. Só digo mais uma coisa: o mundo é minúsculo para nós! Te amo!

Agradeço a Camila Ferracini, amiga com quem dividi a vida nestes anos de pós-graduação. Obrigada pelas conversas, pelos debates, pelos conselhos sempre sábios [desde vida, até sobre séries], aprendi e aprendo muito com você. Muito obrigada pela amizade e pelo companheirismo.

Agradeço aos amigos de longa data de José Bonifácio. Obrigada Evandro, Victoria Brancati, Vitória Mendonça, Percy, Kiko, Lírian [e a pequena Helena], Camila Tardoc, Flávia, Karine, Grazielle, Tamires, Marcielle, Matheus e tantos outros que passaram pela

minha vida. Mesmo sem o convívio diário, sempre levo um pouco de vocês comigo. Agradeço especialmente a Franciele Maldonado, pela amizade de décadas, por todas as histórias e apoio, por sempre se fazer presente mesmo materialmente distante, te amo!

Agradeço aos amigos que a Paraíba me deu: Lucas, Diego Monteiro, Diego Cabeludo, Raisia, Nielson, André, Rachel, Zé Carlos e Igor. Raisia, você é incrível! Só tenho a agradecer por toda a amizade, histórias e momentos que compartilhamos. Peço desculpas por esquecer de te responder nas redes sociais. Toda essa minha saudade diária da Paraíba e essa ânsia de retornar é, em grande parte, por causa de você. Igor, que loucura a nossa história, tão recente e tão intensa! Obrigada pela amizade, pelos conselhos sinceros e por sempre estar por perto, mesmo longe. Agradeço de modo especial ao Zé, meu amigo Daci. Obrigada por tudo, amizade, conversas, conselhos, cafés, cervejas, histórias e perrengues. Temos personalidades tão distintas, mas os mesmos ideais e paradigmas. É um prazer poder dividir minha vida com você.

Agradeço aos amigos que a Geografia me deu durante estes nove anos de ENGAs, SINGAs, CBGs e entre inúmeros eventos que tive a oportunidade de participar: Débora, Isabella, Renato, Jandira, Lucas, Diego, Lívia [Voadora], Vivian, Luiz, Zé Luiz, Yuri, Marcelo, Rodrigo. Agradecimento especial ao pessoal de Juiz de Fora, cidade onde tudo acontece: Maria Clara, Albert [e a dona Fátima], Vitor, Flávio, Diego, Amanda, Samarane, Jéssica e todos aqueles com quem dividi momentos maravilhosos durante minha estadia em Juiz de Fora. Vocês são incríveis e espero vê-los em breve.

Meus sinceros agradecimentos a todos os (as) pesquisadores (as) da Rede DATALUTA, por todos os debates ao longo destes oito anos: João Cleps Junior, Eraldo Ramos Filho, Rosimeire Aparecida de Almeida, Sedeval Nardoque, Rosa Maria Vieira Medeiros, Eduardo Girardi, Giseli Dalla Nora, Onélia Rossetto, Estevan Coca, Carlos Alberto Feliciano, João Fabrini, Djoni Roos. É gratificante fazer Geografia com vocês. Agradeço especialmente as professoras Janaina Francisca de Souza Campos Vinha e Emilia de Rodat Moreira, por todos os debates e conselhos que ultrapassam as fronteiras da universidade. Mais do que mestres, vocês são minhas amigas pelas quais tenho uma gratidão e um apreço enorme.

Agradeço ao professor Samuel Frederico por todas as conversas sobre *land grabbing* e estrangeirização nos últimos cinco anos. Agradeço também ao Yuri Matenauer Saweljew, por todas as conversas sobre os desafios da pesquisa, revisões de textos/apresentações, desabafos, cafés e cervejas.

Agradeço a todos os membros que já passaram pelo Núcleo de Estudos, Pesquisas e Projetos de Reforma Agrária (NERA): Lara, Camila, Estevan, Tom, Liz, Willians, Guilherme, Danilo, Lucas, Nino, Juliana, Renan, Tales, entre tantos que passaram pelo NERA. Aprendi muito com vocês, especialmente a trabalhar coletivamente e espero, mesmo de longe, continuar acompanhá-los. Agradeço a Thais Tartalha, Mônica Schiavinatto e Márcia Arteaga pelos debates sobre Geografia, América Latina e vida. Agradeço pelos conselhos e por me ensinar tanto sobre a pesquisa.

Agradeço aos amigos que a Associação dos Geógrafos Brasileiros (AGB) me proporcionou: Vitor, Caio, Leandro, Bruna, Bruninho, Iale, Gabriel, André, Arthur, Fred, Ronald, Fabrícia, Felipe, Rachel, Josué, Albert, Rafael [Mancha], Dudu, Astrogildo, Paulo [e perdão se esqueci de alguém]. Muito obrigada por dividir comigo aprendizados e lutas por uma Geografia horizontal e crítica. Agradeço particularmente a Maria Clara pela

amizade, por me ouvir e sempre responder com palavras de apoio, obrigada pelas noites sem limites e por zoar de *coaching*. Agradeço a Paola pela amizade, pelo convívio, pelos debates diversos e por sempre estar na luta comigo. Agradeço ao Thell pela amizade, por sempre estar por perto, de uma forma ou de outra, não importando a distância e as mensagens não respondidas, você é muito importante e especial.

Agradeço a Diretoria Executiva Nacional, gestão 2019-2020: Pedro, Amanda, Ronald, Rafael, Paulo Rufino, Paulo Loffredo, Jéssica, Rachel e Zé Carlos. Agradeço duas pessoas em especial: Albert Milles de Souza e Rachel Facundo. Albertino, muito obrigada pela amizade intensa, por partilhar histórias e momentos na alegria e na tristeza, na saúde e na doença, na euforia e no nervosismo, por sempre ter sábios conselhos e por ouvir meus áudios de dez minutos e ainda responder com um áudio de doze minutos. Amo você! Rachel, agradeço imensamente pela amizade suuuper sincera, por ouvir sempre as minhas angústias e por me ensinar tanto a cada dia, você é uma inspiração para mim. Amo você!

Agradeço ao Grupo Interdisciplinar de Estudos e Pesquisa sobre Capitais Transnacionais, Estado, Classes Dominantes e Conflitividade na América Latina e Caribe (GIEPTALC), da Universidade da Integração Latino-Americana (UNILA), especialmente aos professores Fernando Romero e Heloisa Marques Gimenez. Obrigada por me receber durante os trabalhos de campo e me orientarem.

Caminhando para o final, deixo registrada minha eterna gratidão ao meu orientador Bernardo Mançano Fernandes, geógrafo e pessoa admirável. Bernardo, obrigada por todos estes anos de orientação, de conselhos e aprendizagem. Obrigada por me instigar a sempre ser melhor, por ser sempre aberto ao debate, por aceitar todas as *loucuras de pesquisa* que tenho, obrigada por me orientar de forma ímpar. A pesquisadora que me tornei é reflexo seu.

Adentrando em âmbito familiar, agradeço a minha maravilhosa tia Leila. Tia, nem preciso lhe falar o tanto que te admiro – desde criança. Muito obrigada por todo amor e conselhos, com toda a certeza, você é a melhor tia do mundo. Eu te amo. Agradeço também a Leilinha, pela amizade, por sempre me receber com tanto amor em sua casa, por sempre me aconselhar, você é como uma irmã para mim. Agradeço a pequena Helóisa, que chegou para encher nossos corações de amor e nossas vidas de alegria. Agradeço especialmente a minha madrinha Geysa. Muito obrigada Geysa pelo amor, preocupação, conselhos, por todo o apoio e pela amizade. Você é um exemplo para mim!

Agradeço a minha irmã, Lara Izá Pereira, por todo o amor, carinho e apoio. Lara, você me ensinou a enxergar o bem nas pessoas, a pureza, a ver o mundo de outra forma. Você me ensinou que eu tenho uma força que nem sabia que existia e que me ajuda a enfrentar momentos não tão fáceis assim. Eu também sou muito orgulhosa por tudo o que você se tornou, essa mulher incrível e batalhadora, que não tem medo de ‘dar a cara a tapa’ pelo o que você acredita. Eu te amo.

Acima de todos agradeço minha mãe, Aparecida das Graças de Lima, dona Cida. Agradeço não apenas por todo o empenho na minha formação, agradeço por todo o amor, por todo carinho, por todo o incentivo para continuar com os meus sonhos. Agradeço por todos os conselhos, por mais doloridos que sejam. Agradeço, mãe, por você ter crescido comigo, por ter aprendido a me ouvir, ter aprendido a aceitar minhas singularidades sem julgamentos. Durante todos estes anos de pós-graduação passamos por muitas coisas, algumas boas, outras nem tanto, mas nós evoluímos e nos fortalecemos juntas em cada

momento de dificuldade e em cada momento de alegria. Eu sou extremamente orgulhosa pelo o que você se tornou mãe. Eu te amo.

Finalmente, agradeço a oportunidade de construir minha formação em uma universidade pública, gratuita e de qualidade, sempre com apoio a pesquisa e a minha formação enquanto professora e geógrafa. Em tempos de desmonte da educação e de criminalização do conhecimento científico, torna-se cada vez mais necessário defendermos a construção de uma ciência crítica e de um ensino público, gratuito e de qualidade. Esta tese é resultado de todo o apoio que tive durante minha formação.

*“A Tríplice Aliança continua sendo um grande êxito”: os regimes de controle do território paraguaio (1870-2019)*

*“Alguém escreve para tratar de responder às perguntas que lhe zumbem na cabeça, moscas tenazes que perturbam o sono, e o que alguém escreve logra um sentido coletivo quando de algum modo coincide com a necessidade social da resposta”.*

*As Veias Abertas da América Latina, Eduardo Galeano.*

## “A TRÍPLICE ALIANÇA CONTINUA SENDO UM GRANDE ÊXITO”: OS REGIMES DE CONTROLE DO TERRITÓRIO PARAGUAIO (1870-2019)

### RESUMO

O debate em torno do processo de *land grabbing*, entendido neste trabalho como *controle do território* – o poder de controlar o território e o acesso a este através de distintas relações diretas e indiretas – intensificou-se a partir da crise de sobreacumulação de 2007/2008. Concomitante a crise financeira, emergem outras crises [ou um receio ou discurso de escassez] como alimentar, ambiental, climática e energética. Os maiores alvos deste processo são os países do Sul global, porém o processo de controle do território está além da dicotomia *Norte-Rico-Apropriador* e *Sul-Pobre-Apropriado*. A América Latina é um dos principais alvos do processo e apresenta diferentes peculiaridades, como diferentes formas de apropriação e controle do território – compreendido através da multiescalaridade e multidimensionalidade; forte presença do capital regional; marcante compreensão de estrangeirização como sinônimo de *land grabbing* e a história do processo. O Paraguai, nosso recorte territorial, é uma nação que historicamente – desde o final da Guerra da Tríplice Aliança, em 1870 – é afetada pelo controle e estrangeirização do território, onde os maiores *controladores* são os empresas e pessoas físicas oriundas da Argentina, Brasil e, recentemente, Uruguai. A partir do estudo da territorialização do agronegócio argentino, brasileiro e uruguaio no Paraguai, o nosso objetivo é analisar a nova dinâmica territorial criada pelo processo de estrangeirização inserido em um processo mais amplo de controle do território. Através da compreensão do controle e estrangeirização do território como processos resultados de dinâmicas gerais, particulares e singulares materializados no espaço e tempo, a tese que defendemos é que há três regimes de controle e estrangeirização do território paraguaio de 1870 até o momento atual. Estes regimes são resultados de dinâmicas gerais [globais], particulares [regionais] e singulares [locais, no caso o Paraguai] em interação. Isso faz com que em cada regime a materialização do controle e estrangeirização do território se dê de forma distinta, com estratégias, dinâmicas, territorialidades, impactos e resistências ímpares. Estes processos tem resultando na desterritorialização camponeses de suas terras de modo direto e indireto, impactando a segurança e soberania alimentar do país, criando relações de dependência e distintas formas de resistência camponesa frente ao avanço do agronegócio estrangeiro no território paraguaio.

**Palavras-chave:** *Land grabbing*; território; controle do território; estrangeirização do território; regimes; agronegócio; geopolítica; resistência camponesa.

## **"THE TRIPLE ALLIANCE CONTINUES TO BE A GREAT SUCCESS": THE REGIMES OF CONTROL OF THE PARAGUAYAN TERRITORY (1870-2019)**

### **ABSTRACT**

The debate about the land grabbing process, understood in this work, as land control - the power to control the territory and access to the territory through different direct and indirect relations - was intensified because of the 2007/2008 over accumulation crisis. Concomitant with the financial crisis, other crises emerge [or a fear or discourse of scarcity] such as food, environmental, climatic and energy. The major targets of this process are the countries of the global South, but the process of land control is beyond the *North-Rich-Appropriator* and *South-Poor-Appropriate* dichotomy. Latin America is one of the main targets of the process and presents different peculiarities, such as different forms of territorial appropriation and control, understood through multiscale and multidimensionality; strong presence of regional capital; striking understanding of outsourcing as synonymous with land grabbing and the history of the process. Paraguay, our territorial cut, is a nation that historically – since the end of the War of the Triple Alliance in 1870 – has been affected by the control and alienation of lands. The biggest controllers are the companies, investment funds and individuals from the Argentina, Brazil and, recently, Uruguay, which in each moment was territorialized in the country in a different way. Based on the study of the territorialization of Argentine, Brazilian and Uruguayan agribusiness in Paraguay, our objective is to analyze the new territorial dynamics created by the process of foreignization inserted in a broader territorial control process. Through the understanding of the control and foreignization of the territory as processes of general dynamics, particular and singular materialized in space and time, the thesis that we defend is that there are three regimes of control and foreignization of the Paraguayan territory of 1870 until the present moment. These regimes are the results of general [global], particular [regional] and singular [local, in this case Paraguay] dynamics in interaction. This means that in each regime the materialization of the control and foreignization of the territory takes place in a distinct way, with strategies, dynamics, territorialities, impacts and resistances odd. These processes have resulted in the deterritorialization of peasants directly and indirectly, affecting the security and food sovereignty of the country, creating dependency relations and different forms of peasant resistance against the advance of foreign agribusiness in the Paraguayan territory.

**Keywords:** *Land grabbing*; territory; territory control; foreignization of the territory; regimes; agribusiness; geopolitics; peasant resistance.

## **"LA TRIPLE ALIANZA CONTINÚA A SER UN GRAN ÉXITO": LOS REGÍMENES DE CONTROL DEL TERRITORIO PARAGUAYO (1870-2019)**

### **RESUMEN**

El debate en torno al proceso de acaparamiento de tierras, entendido en este trabajo como control de tierras – el poder de controlar el territorio y el acceso al territorio a través de distintas relaciones directas e indirectas – se intensificó a partir de la crisis de sobreacumulación de 2007/2008. Concomitante la crisis financiera emergen otras crisis [o un temor o discurso de escasez] como alimentar, ambiental, climática y energética. Los mayores objetivos de este proceso son los países del Sur global, pero el proceso de control de tierras está más allá de la dicotomía Norte-Rico-Apropiador y Sur-Pobre-Apropiado. América Latina es uno de los principales objetivos del proceso y presenta diferentes peculiaridades, como diferentes formas de apropiación y control del territorio, comprendido a través de la multiescalaridad y multidimensionalidad: fuerte presencia del capital regional; una marcada comprensión de la extranjera como sinónimo de acaparamiento de tierras y la historia del proceso. Paraguay, nuestro recorte territorial, es una nación que históricamente – desde el final de la Guerra de la Triple Alianza, en 1870 – es afectado por el control y la extranjerización de tierras, donde los mayores controladores son las empresas, fondos de inversión y personas físicas oriundas Argentina, Brasil y, recientemente, Uruguay, que en cada momento se territorializó en el país de modo distinto. A partir del estudio de la territorialización del agronegocio argentino, brasileño y uruguayo en Paraguay, nuestro objetivo es analizar la nueva dinámica territorial creada por el proceso de extranjerización de la tierra, inserto en un proceso más amplio de control del territorio. A través de la comprensión del control y la exteriorización del territorio como procesos de dinámica general, particular y singular materializados en el espacio y el tiempo, la tesis que defendemos es que existen tres regímenes de control y exteriorización del territorio paraguayo de 1870 hasta el momento presente. Estos regímenes son el resultado de la dinámica en general [global], particular [regional] y singular [local, en este caso Paraguay]. Esto significa que en cada régimen la materialización del control y la exteriorización del territorio se llevan a cabo de manera distinta, con estrategias, dinámicas, territorialidades, impactos y resistencias impares. Estos procesos han resultado en la desterritorialización directa e indirecta de los campesinos, impactando la seguridad y la soberanía alimentaria del país, creando relaciones de dependencia y diferentes formas de resistencia campesina contra el avance del agronegocio extranjero en el territorio paraguayo.

Palabras-clave: *Land grabbing*; territorio; extranjerización del territorio; regímenes; agronegocio; geopolítica; resistencia campesina.



LISTA DE SIGLAS		
ACA	Asociación de Cultivadores de Arroz	Uruguay
ADEC	Asociación de Empresarios Cristianos del Paraguay	Paraguay
AIG	American International Group	EUA
AISA	Associação Salut i Agroecologia	Espanha
AGU	Advocacia Geral da União	Brasil
AISA	Associação Salut i Agroecologia	Espanha
ALADI	Associação Latino-americana de Integração	América Latina
ALALC	Associação Latino-americana de Livre Comércio	América Latina
ANPEGE	Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Geografia	Brasil
APROSEMP	Asociación de Productores de Semillas del Paraguay	Paraguay
ARP	Asociación Rural del Paraguay	Paraguay
ASAGRAPA	Asociación de Agricultores del Alto Paraná	Paraguay
BAFI	A. Brandenstein Agro Forest Investment	Paraguay
BASE IS	Base Investigaciones Sociales	Paraguay
BID	Banco Interamericano de Desenvolvimento	América
BINA	Biblioteca Nacional de Agricultura	Paraguay
BNDES	Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social	Brasil
BNF	Banco Nacional de Fomento	Paraguay
BNP	Biblioteca Nacional del Paraguay	Paraguay
CADE	Conselho Administrativo de Defesa Econômica	Brasil
CAFE	Companhia Americana de Fomento Econômico	Paraguay
CAFYF	Cámara de Fitosanitarios y Fertilizantes	Paraguay
CAN	Censo Agropecuario Nacional	Paraguay
CAPECO	Cámara Paraguaya de Exportadores y Comercializadores de Cereales y Oleaginosas	Paraguay
CAPPRO	Cámara Paraguaya de Procesadores de Oleaginosas y Cereales	Paraguay
CATERPPA	Cámara Paraguaya de Terminales y Puertos Privados	Paraguay
CCC	Coordinadora Campesina Cordillerana	Paraguay
CDE	Centro de Documentación y Estudios	Paraguay
CEBs	Comunidades Eclesiais de Base	Paraguay
CEPAL	Comissão Econômica para a América Latina	América Latina
CERI	Centro Estudios Rurales Interdisciplinarios	Paraguay
CESP	Companhia Energética de São Paulo	Brasil
CFI	Corporación Financiera Internacional	Global
CIDH	Comissão Interamericana de Direitos Humanos	América
CII	Corporación Interamericana de Inversiones	América
CLACSO	Conselho Latino Americano de Ciências Sociais	América Latina
CNI	Coordinadora Nacional Intersectorial	Paraguay
CNOCIP	Central Nacional de Organizaciones Campesinas, Indígenas y Populares	Paraguay
COFCO Agri	Corporação Nacional de Cereais, Óleos e Alimentos	China
CONACYT	Consejo Nacional de Ciencias y Tecnología	Paraguay

CONAMURI	Coordinadora Nacional de Mujeres Rurales e Indígenas	Paraguai
CONAPA	Coordinación de Productores Agrícolas	Paraguai
CONAPI	Coordinadora Nacional de la Pastoral Indígena	Paraguai
CODEHUPY	Coordinadora Derechos Humanos Paraguay	Paraguai
CPT	Comissão Pastoral da Terra	Brasil
CRAI	Coordinación Regional de Agricultores de Itapúa	Paraguai
CSJ	Corte Suprema de Justicia	Paraguai
DAP	Desarrollo Agrícola del Paraguay	Paraguai
DATALUTA	Banco de Dados de Luta pela Terra	Brasil
DCEA	Dirección de Censos y Estadísticas Agropecuarias	Paraguai
DGEEC	Dirección General de Estadística, Encuestas y Censos	Paraguai
DJAI	Declaração Jurada de Autorização à Importação	Argentina
EPP	Ejercito del Pueblo Paraguayo	Paraguai
EPH	Encuesta Permanente de Hogares	Paraguai
ESSAP	Empresa de Servicios Sanitarios del Paraguay	Paraguai
ETL	Empresas (Trans) Latino-americanas	América Latina
ETN	Empresas Transnacionais	-
ETNC	Empresas Transnacionais Convencionais	-
EVASA	Empresas Verdes Argentina Sociedad Anónima	Argentina
FADEMA	Amambay Investment Corporation	Paraguai
EVASA	Empresas Verdes Argentina Sociedad Anónima	Argentina
FADEMA	Amambay Investment Corporation	Paraguai
FAO	Organização das Nações Unidas para Alimentação e Agricultura	Global
FARM	Federación de Asociaciones Rurales del Mercosur	MERCOSUL
FCA	Facultad de Ciencias Agrarias	Paraguai
FCT	Faculdade de Ciências e Tecnologia	Brasil
FECOPROD	Federación de Cooperativas de Producción	Paraguai
FEPRINCO	Cámara Nacional de Comercio y Servicios de Paraguay	Paraguai
FIAN	Foodfirst Information and Action Network	-
FMAN	Fundo Mundial para o Meio Ambiente	-
FMI	Fundo Monetário Internacional	-
FNC	Federación Nacional Campesina	Paraguai
FPM	Federação Paraguaia de Madeireiros	Paraguai
FPP	Frente Patriótico Popular	Paraguai
GIEPTALC	Grupo Interdisciplinar de Estudos e Pesquisa sobre Capitais Transnacionais, Estado, Classes Dominantes e Conflitividade na América Latina e Caribe	Brasil
GOE	Grupo de Operaciones Especiales	Paraguai
HLPE	High Level Panel of Experts on Food Security and Nutrition	Global
IALA GURANÍ	Instituto de Agroecología Latinoamericano Guaraní	Paraguai
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística	Brasil
IBR	Instituto de Bienestar Rural	Paraguai
ICSO	Instituto de Ciencias Sociales	Paraguai

IDEA	Instituto de Derecho y Economía Ambiental	Paraguai
IFAD	International Fund for Agricultural Development	Global
IIED	International Institute for Environment and Development	Global
IIRSA	Iniciativa para a Integração da Infraestrutura Regional Sul-Americana	América do Sul
ILC	International Land Coalition	Global
INBIO	Instituto de Biotecnología Agrícola	Paraguai
INCRA	Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária	Brasil
INDI	Instituto Paraguayo del Indígena	Paraguai
INDERT	Instituto Nacional de Desarrollo Rural y Tierras	Paraguai
INFONA	Instituto Forestal Nacional	Paraguai
INPASA	Industria Paraguaya de Alcoholes S.A.	Paraguai
IPTA	Instituto Paraguayo de Tecnología Agraria	Paraguai
IRA	Instituto de Reforma Agraria	Paraguai
ISAAA	International Service for the Acquisition of Agri-biotech Applications	Global
IVA	Impuesto sobre Valor Agregado	Paraguai
JICA	Agência de Cooperação Internacional do Japão	Japão
LAC	Ligas Agrarias Cristianas	Paraguai
LEMCO	Liebig's Extract of Meat Company	Paraguai
LSLA	Large Scale Land Acquisition	-
MAG	Ministerio de Agricultura y Ganaderia	Paraguai
MAPA	Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento	Brasil
MICs	Middle Income Countries	-
MCNOC	Mesa Coordinadora Nacional de Organizaciones Campesinas	Paraguai
MCP	Movimiento Campesino Paraguayo	Paraguai
MGAP	Ministerio de Ganadería, Agricultura y Pesca	Uruguai
MERCOSUL	Mercado Comum do Sul	América do Sul
MMA	Ministério do Meio Ambiente	Brasil
MNCI	Movimiento Nacional Campesino e Indígena	Paraguai
MDA	Ministério do Desenvolvimento Agrário	Brasil
MOAPA	Movimiento Agrario del Paraguay	Paraguai
MOPC	Ministerio de Obras Públicas y Comunicaciones	Paraguai
MRCC	Movimiento de Recuperación Campesina de Curuguaty	Paraguai
MST	Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra	Brasil
NERA	Núcleo de Estudos, Pesquisas e Projetos de Reforma Agrária	Brasil
OCN	Organización Campesina del Norte	Paraguai
OLT	Organización de Lucha por la Tierra	Paraguai
OMC	Organização Mundial do Comércio	-
ONAC	Organización Nacional Campesina	Paraguai
ONAI	Organización Nacional de Aborígenes e Indígenas de Paraguay	Paraguai
PCA	Paradigma do Capitalismo Agrário	-
PLRA	Partido Liberal Radical Autêntico	Paraguai
PPGG	Programa de Pós-Graduação em Geografia	Brasil

PPPR	Partido Paraguay Pyahu Ra	Paraguai
PQA	Paradigma da Questão Agrária	-
PSDB	Partido da Social Democracia Brasileira	Brasil
RUC	Registro Único de Contribuyentes	Paraguai
STICA	Servicio Técnico Interamericano de Cooperación Agrícola	América
SEAM	Secretaría del Ambiente	Paraguai
SENASA	Servicio Nacional de Saneamiento Ambiental	Paraguai
SENAVE	Servicio Nacional de Calidad y Sanidad Vegetal y de Semillas	Paraguai
SIRT	Sistema de Información de Recursos de la Tierra	Paraguai
SNCR	Sistema Nacional de Cadastro Rural	Brasil
SRB	Sociedade Rural Brasileira	Brasil
TEC	Tarifa Externa Comum	América do Sul
TOTEMSA	Toro Cua Terminal de Embarque S.A	Paraguai
UCN	Unión Campesina Nacional	Paraguai
UEB	União das Empresas Brasileiras	Brasil
UGP	Unión de Gremios de la Producción	Paraguai
UIP	Unión Industrial Paraguaya	Paraguai
UNA	Universidad Nacional de Asunción	Paraguai
UNASUL	União das Nações Sul-Americanas	América do Sul
UNCTAD	UN Conference on Trade and Development	Global
UNICOOP	Central Nacional de Cooperativas	Paraguai
USDA	United State Department of Agricultural	EUA

## LISTA DE BOX

Box I. Acumulação primitiva, acumulação por despossessão e <i>land grabbing</i> .	85
Box II. La Industrial Paraguaya S.A. e o massacre de Curuguaty.	140
Box III. A aquisição de terras por governos estrangeiros: o caso de Cabo Verde.	183

## LISTA DE FOTOGRAFIAS

Fotografia 01. Estancia Isla Alta, Paraguarí (Paraguarí) – 2018.	229
Fotografia 02. Estancia Isla Alta, Paraguarí (Paraguarí) – 2018.	229
Fotografia 03. Feira agroecológica do assentamento 01 de Marzo realizada através de ação conjunta entre CONAMURI e OLT – 2015.	310
Fotografia 04. Mesa de diálogo realizada pelo CONAMURI e OLT na Plaza de la Justicia, em Asunción – 2015.	311
Fotografia 05. Mística realizada pelo CONAMURI e OLT na Plaza de la Justicia, em Asunción – 2015.	311
Fotografia 06. Feira <i>Kokuégui ne mesápe</i> realizada na sede do CONAMURI em Asunción – 2018.	312

## LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 01. Paraguai – Uso do solo – 2011.	49
Gráfico 02: Paraguai – Estrutura fundiária do Chaco de acordo com a classe de área [hectares] – 1910.	128
Gráfico 03. Paraguai – Total de hectares de acordo com a tipologia de proprietário no Chaco – 1910.	129
Gráfico 04. Paraguai – Investimentos estrangeiros de acordo com o setor e capital de origem – 1949.	135
Gráfico 05. Paraguai – Número de empresas atuantes por período de territorialização – 1880-1990.	173
Gráfico 06. Paraguai – Número de empresas territorializadas de acordo com a origem do capital – 1950-1990.	174
Gráfico 07. Paraguai – Evolução do uso da terra – 1981-1991.	192
Gráfico 08. Paraguai – Evolução do cultivo e produção de soja – 1996-2019.	193

Gráfico 09. Paraguai -Evolução da produção de soja de acordo com o uso – 1988-2018.	199
Gráfico 10. Paraguai – Evolução dos conflitos pela terra na década de 1990.	282

## **LISTA DE MAPAS**

Mapa 01. Paraguai – Divisão departamental – 2019.	48
Mapa 02. Paraguai – Porcentagem de propriedades acima de 1.000 hectares em posse de brasileiros por departamento – 1981.	164
Mapa 03. Paraguai – Porcentagem de propriedades acima de 1.000 hectares em posse de outros capitais por departamento – 1981.	165
Mapa 04. Paraguai – Concentração de propriedades por departamento – 1991.	189
Mapa 05. Paraguai – Concentração da superfície agricultável por departamento – 1991.	190
Mapa 06. Paraguai – Área cultivada de soja [hectares] – safra 2017-2018.	194
Mapa 07. Paraguai – Porcentagem de propriedades acima de 1.000 hectares em posse de estrangeiros por departamento – 2008.	206
Mapa 08. Paraguai – Porcentagem de propriedades acima de 1.000 hectares em posse de brasileiros por departamento – 2008.	207
Mapa 09. Paraguai – Porcentagem de propriedades acima de 1.000 hectares em posse de outros capitais de origem por departamento – 2008.	208
Mapa 10. Paraguai – Localização de unidades de armazenamento, processamento e portos de corporações transnacionais – 2019.	217
Mapa 11. Paraguai – Conflitos territoriais entre empresas do agronegócio estrangeiro e comunidades camponesas e indígenas – 1999-2019.	265
Mapa 12. Paraguai – Movimentos socioterritoriais camponeses e indígenas – 2019.	286
Mapa 13. Paraguai – Número de manifestações relacionadas a luta pela terra e na terra – 2010-2019.	299
Mapa 14. Paraguai – Número de ocupações de terra – 2001-2019.	305
Mapa 15. Paraguai – Experiências locais de defesa do território através de dispositivos legais – 2018.	318
Mapa 16. Paraguai agrário – dinâmicas e expansão do agronegócio – 2019.	333

## LISTA DE ORGANOGRAMAS

Organograma 01. Controle e estrangeirização do território como um processo geral, particular e singular.	44
Organograma 02. Tipologia dos territórios e a relação entre os territórios.	70
Organograma 03. Estrutura do controle do território pelo capital estrangeiro.	72
Organograma 04. Agentes do controle e estrangeirização do território.	79
Organograma 05. Dimensões do poder no controle do território.	94
Organograma 06. Dimensões do controle do território.	102
Organograma 07. Paraguai – Dinâmica do controle do território pelos agentes estrangeiros.	108
Organograma 08. Paraguai – Tipologias do controle do território.	110
Organograma 09. Paraguai – Mecanismos do controle do território.	112
Organograma 10. Paraguai – Processo de formação territorial do Chaco – 1885-1950.	138
Organograma 11. Dinâmicas globais, regionais e nacionais no primeiro regime de controle e estrangeirização do território paraguaio (1870-1950).	143
Organograma 12. Processo de migração de brasileiros para o Paraguai (1950-1984).	155
Organograma 13. Dinâmica do processo de migração de brasileiros para o Paraguai e seus impactos – 1930-1980.	157
Organograma 14. Paraguai – Territorialidades da estrangeirização na segunda metade do século XX.	161
Organograma 15. Dinâmicas globais, regionais e nacionais no segundo regime de controle e estrangeirização do território paraguaio (1950-1990).	186
Organograma 16. Paraguai – Agentes do controle e estrangeirização do território – 2019.	211
Organograma 17. Paraguai – Agentes do controle indireto do território – 2019.	214
Organograma 18. Dinâmicas globais, regionais e nacionais no segundo regime de controle e estrangeirização do território paraguaio (1990-2019).	247
Organograma 19. Paraguai – Impactos do controle e estrangeirização do território – 2018.	251

Organograma 20. Paraguai – Eixos conflitos territoriais e conflitualidades causados dos pelos processos de controle e estrangeirização do território.	256
Organograma 21. Paraguai – Cadeia dominial da finca n. 4.036 [Ñacunday, Alto Paraná].	267
Organograma 22. Paraguai – Formas de resistência camponesa.	292
Organograma 23. Paraguai – Eixos da Frente Nacional de Lucha por la Soberanía y la Vida.	315
Organograma 24. Paraguai – Regimes de controle e estrangeirização do território – 1870-2019.	330

### **LISTA DE PRANCHAS**

Prancha 01. Propriedades por classe de área destinada a produção de soja por departamento – 2008.	196
Prancha 02. Superfície por classe de área destinada a produção de soja por departamento – 2008.	197
Prancha 03. Concentração de estabelecimentos agrícolas por departamento – 2008.	201
Prancha 04. Concentração superfície agricultável por departamento – 2008.	202
Prancha 05. Paraguai – quantidade de empresas por departamento de acordo com a nacionalidade – 2019.	220

### **LISTA DE QUADROS**

Quadro 01. Paraguai – Formas de acesso à terra pelos brasileiros na década de 1960.	153
Quadro 02. Paraguai – Empresas estrangeiras no controle do território – 1950-1999.	167
Quadro 03. Paraguai – Corporações transnacionais no controle do território – 2019.	216
Quadro 04. Paraguai – Fatores que impulsionam o cultivo de soja em terras camponesas.	225
Quadro 05. Paraguai – Empresas brasileiras no controle do território – 2019.	227
Quadro 06. Paraguai – Empresas nacionais com presença de capital brasileiro no controle do território – 2019.	231



Quadro 07. Paraguai – Empresas com presença de capital argentino no controle do território – 2019.	237
Quadro 08. Paraguai – Agentes uruguaios no controle do território – 2019.	243
Quadro 09. Paraguai – Conflitos territoriais entre campesinato, indígenas e empresas e latifundiários estrangeiros – 1999-2019.	262
Quadro 10. Paraguai – Movimentos socioterritoriais – 2019.	283
Quadro 11. Paraguai – Iniciativas locais de ordenamento territorial – 2018.	317

## **LISTA DE TABELAS**

Tabela 01. Paraguai – Terras fiscais do Estado vendidas entre 1885-1914.	120
Tabela 02. Paraguai – Estrutura fundiária do Chaco – 1910-1946.	126
Tabela 03. Paraguai – Distribuição de propriedades de acordo com o tamanho [hectares] – 1921.	129
Tabela 04. Paraguai – Distribuição de propriedades com pelo menos 01 hectare cultivado de acordo com o tamanho – 1943.	139
Tabela 05. Paraguai – Distribuição de propriedades de acordo com o tamanho [hectares] – 1956.	147
Tabela 06. Paraguai – Distribuição de propriedades de acordo com o uso do solo – 1956.	148
Tabela 07. Paraguai – Distribuição de propriedades de acordo com o tamanho [hectares] – 1981.	166
Tabela 08. Paraguai – Distribuição de propriedades de acordo com o tamanho [hectares] – 1991.	191
Tabela 09. Paraguai – Produção de soja por departamento – 1991.	192
Tabela 10. Paraguai – Distribuição de propriedades de acordo com o tamanho [hectares] – 2008.	200
Tabela 11. Paraguai – Número de proprietários por nacionalidade – 2008.	203
Tabela 12. Paraguai – Distribuição de propriedades de acordo com o tamanho [hectares] e nacionalidade do proprietário – 2008.	204
Tabela 13. Paraguai – Tipologias de manifestações no Paraguai – 2010-2019.	301

## SUMÁRIO

<b>Prólogo</b>	32
<b>Introdução</b>	35
Da hipótese a tese	40
Objetivos	45
Área de estudo	46
Sobre os procedimentos metodológicos	54
Sobre os capítulos	59
<b>CAPÍTULO I. Controle e estrangeirização do território: novos elementos para pensar a questão agrária no século XXI</b>	63
1.1. A questão territorial no controle e estrangeirização	65
1.2. Tudo novo de novo? Do <i>assim chamado land grabbing</i> ao controle e estrangeirização do território	73
1.3. Uma abordagem geográfica do controle e estrangeirização do território	91
1.3.1. Tipologia do controle e estrangeirização do território	106
1.4. Os regimes do controle e estrangeirização do território	113
<b>CAPÍTULO II. Questão agrária e estrangeirização no Paraguai no primeiro regime do controle do território (1870-1950): a hegemonia do capital argentino</b>	116
2.1. A territorialização do capital estrangeiro no Chaco Paraguaio: o ciclo do tanino	122
2.2. Os menonitas no Chaco paraguaio	130
2.3. A Guerra do Chaco: o interesse no petróleo, a decadência do ciclo do tanino e consolidação da produção agrícola	132
<b>CAPÍTULO III. Questão agrária e estrangeirização no Paraguai no segundo regime do controle do território (1950-1990): modernização da agricultura no Brasil e a presença brasileira</b>	145
3.1. Modernização da agricultura no Brasil e a entrada do capital brasileiro no Paraguai	149

3.2. Territorialização e territorialidades da estrangeirização: as estratégias do capital brasileiro	160
3.3. Demais agentes estrangeiros no controle do território paraguaio	179
<b>CAPÍTULO IV. Terceiro regime do controle e estrangeirização do território paraguaio (1990-atual): consolidação do agronegócio na <i>República Unida de la Soja</i></b>	188
4.1. A territorialidade das corporações transnacionais: o controle e estrangeirização indireta do território	212
4.2. Territorialização e territorialidade das empresas regionais: controle e estrangeirização direta do território	219
4.2.1. O capital brasileiro: o interesse do agronegócio	221
4.2.1.1. Empresas brasileiras	226
4.2.1.2. Empresas nacionais com capital brasileiro	231
4.2.2. As empresas argentinas: o interesse do capital financeiro	234
4.2.3. As empresas uruguaias: o interesse do capital imobiliário especulativo e a nova fronteira agrícola do Paraguai	240
<b>CAPÍTULO V. Conflitualidade do controle e estrangeirização do território no Paraguai</b>	249
5.1. Dimensões da conflitualidade	255
5.2. Conflitos territoriais causados por empresas com presença de capital estrangeiro no Paraguai	260
<b>CAPÍTULO VI. Organização dos movimentos socioterritoriais paraguaios frente ao avanço do controle e estrangeirização do território: agronegócio mundial, resistência local</b>	275
6.1. Constituição dos movimentos socioterritoriais no Paraguai	277
6.2. <i>Resistência desde abaixo</i> : as ações dos movimentos socioterritoriais frente ao controle e estrangeirização do território	287
6.2.1. Enfrentamento direto: das antigas práticas à reinvenção da luta camponesa no Paraguai	393
6.2.2. Novas formas de resistências: a busca por uma soberania do território	306
6.3. Por uma soberania do território: controle democrático do acesso ao território	320

<b>Considerações finais. O Paraguai agrário – controle e estrangeirização do território, agronegócio, conflitualidade e resistências</b>	323
<b>Referências</b>	344
<b>MATERIAL DE APOIO</b>	400
<b>Material de apoio I.</b>	400
<b>Material de apoio II. Empresas e latifundiários estrangeiros que se territorializaram no Chaco Paraguuaio – 1885-1940.</b>	402
<b>Material de apoio III. Governo de Cabo Verde e Sociedade Agrícola Ilha Verde S.A. no Paraguai – 1985-2018.</b>	409
<b>Material de apoio IV. Empresas transnacionais no controle da territorialidade no Paraguai.</b>	410
a. Ascher Daniels Midland Company (ADM)	410
b. Bunge	410
c. Cargiil	414
d. Louis Dreyfus Company (LDC)	417
e. Bayer – Monsanto	421
f. BASF	422
g. Syngenta	424
<b>Material de apoio V. Empresas brasileiras no controle do território paraguaio.</b>	426
a. Agrisa S.A. e Agrorama S.A.	426
b. Agroganadera Eden Esperanza S.A.I.C.	427
c. Agro Ñacunday S.A. – Grupo Terra Viva	428
d. Amaggi S.R.L.	429
e. BBC S.A. e River Plate S.A.	430
f. Chai S.A. – Darío Messer	430
g. Colonial Agro [Agrícola Colonial S.A.I.C.]	432
h. Grupo Eladia	433
i. Industria Paraguaya de Alcoholes S.A. [INPASA]	433
j. Itasa Itapiranga S.A.	434

k. JBS – Minerva	435
l. Laguna S.A.	437
m. LAR Paraguay S.L.R.	438
n. Ovetril – Óleos e Vegetais Treze Trílias	439
o. Terra Desenvolvimento Agropecuário Ltda.	440
p. Tierras de Negocios S.A.	440
q. Umbu S.A.	444
r. Villa Oliva Rice S.A.	444
s. Yaguareté Porá S.A.	445
<b>Material de apoio VI. Empresas nacionais com presença de capital brasileiro no controle do território paraguaio.</b>	447
a. Agritrade S.A.	447
b. Agro Comercial e Industrial Naranjal S.A.	447
c. Agrofértil S.A. – Tecnomyl S.A.	447
d. Agroganadera Aguaray S.A.	448
e. Agro Guaraní Agrícola S.A.	449
f. Agrosan S.A.	449
g. Agro Industrial Pykyry S.A.	449
h. Agro Santa Rosa S.A.E.C.A.	450
i. Agro Silo El Productor S.A.	451
j. Agrotec – Agrihold Management Corporation	452
k. Casa Rural S.A.	453
l. Comercial e Industrial Amambay S.A. [Ciabay]	453
m. Dekalpar S.A. – Compañía Agrícola Itakyry [CAISA]	453
n. Diagro S.A.	455
o. Grupo Favero	456
p. Repossi S.A.	459
q. Yerbatera & Agropecuaria Tecnosurco	460
<b>Material de apoio VII. Cooperativas.</b>	461
a. Cooperativa Agropecuaria Pindó Ltda.	466

b. Cooperativa Chortitzer Komitee Ltda.	466
c. Cooperativa Colonias Unidas Agropecuaria Ltda	467
d. Cooperativa Colonizadora Multiactiva Fernheim	468
e. Cooperativa de Producción Agro Industrial Santa María Ltda. (COOPASAM)	468
f. Cooperativa de Producción Agropecuaria Naranjal Ltda. (COPRONAR)	468
g. Cooperativa de Productores de Leche la Holanda Ltda.	469
h. Cooperativa Multiactiva de Producción, Construcción y Servicios Cooperalba Ltda.	469
i. Cooperativa Multiactiva Neuland Ltda.	469
j. Cooperativa Volendam Ltda.	470
k. Sociedad Cooperativa Agrícola Friesland Ltda.	470
<b>Material de apoio VIII. Empresas argentinas no controle do território paraguaio.</b>	471
a. Agronegocios Del Plata (ADP) – Tierra Roja S.A. – Los Grobo	471
b. Carlos Casado S.A.	473
c. Chemtec S.A.E.	474
d. CRESCA S.A. – BrasilAgro e Cresud	475
e. Desarrollo del Sur S.A.	479
f. El Tejar Paraguay S.L.R.	479
g. Molinos Harineros Del Paraguay S.A.	480
h. MSU Agro S.A.	481
i. NF Developers Agro Limited	481
<b>Material de apoio IX. Demais empresas estrangeiras no controle do território paraguaio.</b>	484
a. Abialor Paraguay S.A.	484
b. Grupo Espíritu Santo – Paraguay Agricultural Corporation	484
c. <i> Holding</i> Liebig Campos y Hacienda	487
d. La Victoria S.A. – Secta Moon	490
e. Shirosawa Company S.A.I.C.	491
<b>Material de apoio X. Mudanças agrárias no Uruguai</b>	492

<b>Material de apoio XI. Geopolítica da questão agrária – o papel do capital chinês no controle do território paraguaio.</b>	495
<b>Material de apoio XII. Movimentos socioterritoriais atuantes no Paraguai</b>	496
a. Asociación Movimiento Agrario y Popular (MAP)	496
b. Coordinadora de Mujeres Trabajadoras Rulares e Indígenas (CONAMURI)	496
c. Federación Nacional Campesina (FNC)	497
d. Liga Nacional de Carperos (LNC)	500
e. Movimiento Agrario del Paraguay (MOAPA)	502
f. Movimiento Campesino Paraguayo (MCP)	502
g. Organización de Lucha por la Tierra (OLT)	504
h. Organización Nacional Campesina (ONAC)	505
<b>Material de apoio XIII. Articulações de movimentos socioterritoriais atuantes no Paraguai</b>	506
a. Mesa Coordinadora Nacional de Organizaciones Campesinas (MCNOC)	506
b. Coordinadora Nacional Intersectorial (CNI)	508
<b>Material de apoio XIV. Lista síntese dos principais marcos regulatórios e jurídicos da questão agrária paraguaia</b>	509
<b>Referências</b>	511

## PRÓLOGO

---

Eu, Lorena Izá Pereira, nasci no dia 1º de abril de 1992, em tarde de uma quarta-feira ensolarada no município de José Bonifácio, interior do estado de São Paulo, a 480 km de distância da capital. Primeira filha de Aparecida das Graças de Lima, minha melhor amiga, meu porto seguro, que sempre deu a vida pelo meus sonhos.

Até os dezessete anos vivi em José Bonifácio, cidade que mescla aspectos urbanos com elementos rurais, onde a minha maior diversão era andar de charrete. Em 2010 mudei para Presidente Prudente, a exatos 222 km de distância de José Bonifácio para cursar Geografia na Faculdade de Ciências e Tecnologia, na Universidade Estadual Paulista, a UNESP. Realizava um sonho de infância.

A Geografia me ensinou a viver. Aos poucos fui aprendendo a viver e conviver na nova cidade, na nova universidade, na nova rotina. Em março de 2011, já no segundo ano de graduação, ingressei como membro voluntário no Núcleo de Estudos, Pesquisas e Projetos de Reforma Agrária (NERA), coordenado naquela época pelo Professor Bernardo Mançano Fernandes – querido por uns, temido por outros, mas para mim, sem dúvidas, um ser inspirador.

Estudar Geografia Agrária foi um desafio enorme em múltiplas dimensões. Durante a minha graduação sempre observava as pesquisas dos meus companheiros e, a maioria destas, apresentava alguma relação com a história de vida destas pessoas, nem se fosse uma pesquisa acerca da sua cidade natal. E eu sempre me questionava: o que a Geografia Agrária tem a ver com a minha vida? Visto que tinha crescido na cidade e no qual meu único contato com o mundo rural, ou com as ruralidades, na minha cabeça, era a diversão que tinha na infância de andar de charrete por José Bonifácio.

Por muito tempo vivi com esta pergunta na minha mente e não demorou muito para eu reconhecer a Geografia Agrária na minha história de vida. Para isso retorno a história dos meus amados avós. Meu avô materno, Severino Paulino de Lima, vulgo Paraíba – o qual sinto a falta todos os dias da minha vida – era camponês nordestino, nascido em João Pessoa, estado da Paraíba e que migrou para o estado de São Paulo fugindo a seca que assolava sua região e em busca de melhores oportunidades de vida na cidade grande. Deixou toda sua família, que nós nunca tivemos a oportunidade de conhecer e migrou para a região central do estado de São Paulo para trabalhar na cafeicultura, onde conheceu a minha avó. Rosa Baú, camponesa e migrante italiana que veio para o Brasil em busca de melhores oportunidades na lavoura. Paraíba e Rosa se casaram, tiveram três filhos – a mais nova minha mãe – e constituíram a sua vida como lavradores – como consta na certidão de casamento – em José Bonifácio.

Meus avós paternos, por sua vez, nasceram e constituíram sua família na zona rural de José Bonifácio, onde viviam em uma comunidade junto com a grande família, pois meus bisavós tiveram treze filhos e cada um morava em uma casa e trabalhavam em conjunto na agricultura. Meus avós, Antônia Cândida Pereira e João Isac Pereira, sofreram um *golpe* de um do seus irmãos, que os deixou sem-terra e assim foram forçados a migrar para São Paulo com seus dez filhos pequenos, incluindo meu pai, em busca de um futuro melhor. Meus avós sempre desejaram retornar a trabalhar na terra, embora nunca tenham conseguido.



Quando fiz este exercício de recorrer aos antepassados de minha família, compreendi que a Geografia Agrária sempre fez parte não apenas da minha história, mas da história de todos os brasileiros. Minhas raízes estão nos retirantes nordestinos, nos migrantes italianos e naqueles que foram desterritorializados de suas terras e buscaram na *capital* melhores condições de vida. Quando fiz esse exercício compreendi a questão do ser camponês, da identidade camponesa, que até então era uma incógnita para mim. Meus avós maternos e paternos – e até meus pais – sempre desejaram retornar a trabalhar na terra, a viver no espaço rural, mesmo estando em outros ambientes, inseridos em outros espaços, este era o desejo deles.

Entendida a minha ligação com a questão agrária, por que me dedicar em estudar o Paraguai? Sempre me questionei sobre os discursos pejorativos que muitas vezes reproduzimos acerca do Paraguai. Mas a decisão de estudar o Paraguai foi construída em três momentos distintos. Primeiro em 2011, durante uma aula de Climatologia, ministrada pelo professor Dr. João Lima Sant’Anna Neto, ouvi do mesmo que não precisaríamos ser PhD em “Rio do Peixe”, que tínhamos que romper as escalas da pesquisa. Neste momento eu decidi que queria estudar outro país.

O segundo momento ocorreu em 2014, quando estava apresentando minha pesquisa na Université Québec en Outaouais (UQO), em Gatineau, Canadá. Na época já desenvolvia a pesquisa sobre estrangeirização de terras no Brasil e fui questionada acerca do fato do Brasil, ao mesmo tempo que é alvo dos investimentos em terra também é agente do em outros países. Neste momento decidi que iria estudar a apropriação do território por brasileiros em outras nações.

A escolha do Paraguai ocorreu de fato em um terceiro momento, quando o meu orientador, Bernardo Mançano Fernandes, me instigou sobre estudar a América do Sul, abordando a questão da geopolítica da questão agrária. Como sempre me questionei sobre os discursos pejorativos que reproduzimos sobre o Paraguai, vi ali a oportunidade de realizar uma pesquisa ímpar. E me surpreendi.

Estudar o Paraguai foi, sem dúvidas o maior desafio da minha vida. Estudar um outro país já é difícil pelo fato de ser outra história, outra Geografia, outros marcos jurídicos e regulatórios, outro idioma, outra cultura e costumes. Agora estudar o Paraguai o desafio se duplica, porque nós brasileiros, em toda nossa construção, reproduzimos uma visão equivocada e preconceituosa acerca do Paraguai, talvez fruto da própria história e do subimperialismo brasileiro na América do Sul. Desde crianças, no ensino fundamental, vemos o Paraguai como perdedor da *Guerra do Paraguai*, como nação de pobres, como o *quintal do Brasil*, como a terra sem lei e do contrabando, afinal tudo que é de baixa qualidade [ou falsificado] sempre nos referimos com a seguinte frase: “*é do Paraguai*”.

Estudar o Paraguai exigiu uma desconstrução de tudo aquilo que eu já tinha aprendido na vida, me exigiu olhar para a história de um outro ângulo. Este processo foi árduo, porque não tinha apenas que comprovar ou não minha hipótese, mas tinha que aprender a história deste país que tinha escolhido para ser meu recorte de análise. Tem uma frase que Marc Edelman uma vez disse em um evento em Bogotá [Colômbia] quando eu ainda estava no meio do processo de mestrado: “o presente é uma seqüela do passado”. Então que eu tinha que entender o passado para analisar o que ocorre agora e isso faz todo o sentido para o Paraguai. Eu tive que entender a Guerra da Tríplice Aliança – agora não mais Guerra do Paraguai – do ponto de vista dos paraguaios.

Ao mesmo tempo que haviam pessoas maravilhosas me recebendo e ajudando na construção da pesquisa, tive que lidear com muito machismo e assédio em diferentes espaços: na rua, em órgãos públicos e na universidade. Tive que lidar com situações que

me impediram de avançar com a pesquisa. Isso dói. Ser impedida de avançar na sua pesquisa simplesmente porque você é mulher, é revoltante. Mas justamente por isso eu não abaixei a cabeça. Pelo contrário. Cada vez mais temos que lutar contra essa sociedade patriarcal.

Apesar de todas as dificuldades e revoltas, me reconheci como geógrafa e pesquisadora no Paraguai. Hoje, me arrisco a dizer que o processo de construção desta tese contribuiu muito mais para minha formação enquanto pessoa, do que este resultado final que agora vos apresento contribuiu para a Geografia Agrária Paraguaia. Estudar o Paraguai não me ensinou apenas a falar o espanhol e arriscar algumas palavras em Guaraní, mas me deu a identidade latino-americana.

Asunción, 15 de setembro de 2019.

## INTRODUÇÃO

---

*“Há anjos que ainda acreditam que todos os países terminam na linha de suas fronteiras”.*

*As Veias Abertas da América Latina, Eduardo Galeano.*

O capital historicamente encontra estratégias para a acumulação interminável. A incorporação de novos territórios e os ajustes espaço-temporais são necessários para a reprodução do sistema capitalista (HARVEY, 2018), especialmente em momentos de crise de sobreacumulação<sup>1</sup>. Desde a década de 1970 o capitalismo experimenta problemas relacionados à sobreacumulação com uma diversidade de ajustes espaço-temporais sem êxitos (HARVEY, 2003 e 2004). Em 2007/2008 vivemos o ápice da questão em escala global, materializado pela convergência de diferentes crises – alimentar, ambiental, climática, energética e financeira – que resultou na utilização de estratégias [antigas e novas] para a manutenção do sistema de acumulação do capital. Uma destas estratégias foi a expansão do interesse global por terras, particularmente para a produção agropecuária, embora emergjam outros usos e interesses.

A terra tradicionalmente é alvo de interesse por parte do capital, com objetivos de especulação tradicional [por meio de reserva de valor] e produção agropecuária, mas dificilmente foi vista como ativo financeiro pelo capital especulativo. A produção agropecuária era tratada com um determinado receio por parte do capital, porque consiste em uma atividade de risco, especialmente devido as instabilidades climáticas e demais fatores que implicam na produtividade. Em um cenário caracterizado por uma crise de sobreacumulação, o capital impõe a necessidade de ajustes espaços-temporais para a garantia de sua reprodução.

Neste sentido, no século XXI não se trata mais de controlar a terra apenas como fonte de poder e prestígio, mas sim a terra compreendida como um meio de produção para a obtenção de renda e acumulação, através da exploração direta ou indireta. Desde os primeiros anos do século XXI, especialmente após a crise financeira de 2007/2008, há a ascensão do interesse global por terras, convencionalmente intitulado pela academia global de *land grabbing*, isto é, operações comerciais (trans) nacionais de terras em torno

---

<sup>1</sup> Segundo Harvey (2003), crise de sobre acumulação corresponde a condição em que os excedentes de capital estão ociosos e necessitam de fins lucrativos.

da produção de alimentos e agrocombustíveis (BORRAS JR. e FRANCO, 2010a). Ao mesmo tempo, como a ciência busca compreender o movimento da realidade, emerge uma diversidade de pesquisas em diferentes âmbitos [acadêmico, governamental, sociedade civil, instituições multilaterais e movimentos socioterritoriais] sobre a temática.

Sobre as diferentes definições do processo, o único consenso é o avanço do mesmo após 2008 (EDELMAN, OYA e BORRAS JR, 2013). Diferentes áreas do conhecimento têm se dedicado a compreender o *land grabbing* de acordo com seus enfoques e objetos de análise, dentre estas as que mais se destacam – especialmente em escala internacional – são a economia política e estudos sobre desenvolvimento (FRANCO, BORRAS JR., ALONSO-FRADEJAS, BUXTON, HERRE, KAY e FEODOROFF, 2013), sociologia (SAUER, 2011; SAUER e LEITE, 2012a; SAUER e LEITE, 2012b) e relações internacionais (LIMA e LEITE, 2016; BARBANTI JR., 2017; LIMA e OLIVEIRA, 2018; SOYER e BARBOSA JR., 2018).

A Geografia, sobretudo em âmbito nacional, embora existam estudos que remetem ao *land grabbing* desde a década de 1980 (OLIVEIRA, 1988), tem se evadido do debate. Quando discutimos o *land grabbing* [e processos relacionados] na Geografia, uma atenção demasiada é dada aos trabalhos de David Harvey (2003 e 2004)<sup>2</sup>, particularmente por meio da sua (re) formulação do conceito de acumulação primitiva de Karl Marx (1970) através da proposta de acumulação por despossessão [ou espoliação]. A proposta teórica de Harvey (2003) para explicar o avanço territorial do capital no século XXI é extremamente importante e pertinente, mas não é a única e possível contribuição da Geografia para o estudo sobre a intensificação do interesse global em terras.

Há uma escassez da análise territorial nos estudos sobre o assim chamado *land grabbing*, ao mesmo tempo que uma negligência por parte dos geógrafos se faz presente. Argumentamos que a Geografia é uma ciência que possibilita a compreensão do processo em sua totalidade, pois permite desenvolver três aspectos/características pouco considerados [na maioria das vezes esquecido nas demais análises] sobre o *land grabbing*. O primeiro destes corresponde a abordagem de *território* – compreendido como espaço multidimensional e multiescalar constituído por meio de relações de poder (RAFFESTIN, 1993; FERNANDES, 2009a) – *como conceito de análise do land grabbing*, visto que grande parte da pesquisas consideram o *land* apenas enquanto *extensão de terras transacionadas* e não como um *território* que contém outros recursos e relações de poder (LI, 2014).

---

<sup>2</sup> Isto não significa que não consideramos a abordagem de David Harvey importante.

O segundo elemento se refere a *questão escalar*, que é frequentemente citada nas pesquisas acerca do tema, mas apenas enquanto *escala de terras transacionadas* ou *escala de capital envolvido nos investimentos*. Pouco se considera a escala do processo e escala da ação, banalizando-a tanto como um conceito geográfico<sup>3</sup>. A escala não é compreendida como uma construção a partir de processos atuantes em escala global, regional e local a partir de fluxos contínuos em uma *via de mão dupla*, como de fato deve ser entendida, visto que o *land grabbing* é um processo global, particular e singular.

A maior parte das pesquisas abordam o processo em escala global, considerando-o como homogêneo. Contudo, devemos entender o mesmo a partir da relação entre geral, particular e singular, na qual “o singular e o geral não existem de maneira independente, mas somente por meio de formações materiais particulares” (CHEPTULIN, 1982). O assim chamado *land grabbing* deve ser compreendido como um processo moldado por dinâmicas globais em interação, que resultam na particularidade do mesmo em escala regional e singularidade em escala do Paraguai. É neste contexto que devemos entender o controle do território no Paraguai, apresenta características, dinâmicas, estratégias e impactos ímpares.

Por fim, a terceira característica condiz com relação *geopolítica*, que é omitida nos estudos sobre o *land grabbing*, embora seja primordial, visto que o processo envolve relações de poder entre diferentes agentes. É preciso ressaltar aqui que quando abordamos os agentes, estamos nos referindo a corporações de atuação transnacional e regional [atuantes em dois ou mais países], empresas nacionais [especialmente aquelas com presença de capital estrangeiro], latifundiários, cooperativas e Estados-nação. Esta questão é interessante porque permite trabalhar a geopolítica a partir da crítica de Becker (2005), que nos alerta sobre a necessidade de (re) pensar o Estado, o território [multiescalar e multidimensional] e a geopolítica para além da Geografia Tradicional – *de uma Geografia de Estado* – uma vez que a realidade se modifica e nos coloca diante de novas expressões e elementos e, assim, o *land grabbing* pode ser considerado como um novo elemento geopolítico, que envolve interesses e relações de poder não apenas entre Estados, mas também outros agentes, como corporações transnacionais e fundos de investimento.

A geopolítica elucida muitas características do processo *land grabbing*, tais como porquê e para qual finalidade um determinado país se apropria de terras em outra nação;

---

<sup>3</sup> Segundo Melazzo e Castro (2007) a escala é abordada frequentemente enquanto noção. “Uma idéia utilizada em diferentes matrizes científicas discursivas, a escala encontra-se associada a uma representação: o elemento que tecnicamente permite representar a realidade, ampla, complexa ou mesmo grande, de maneira a ser apreendida, visualizada, manejável” (MELAZZO e CASTRO, 2007, p. 135).

quais os critérios de seleção dos investimentos; qual o papel dos acordos de comércio e relações exteriores; qual a influência da China (OLIVEIRA, 2016a) e até mesmo dos blocos emergentes, como BRICS (Brasil, Rússia, Índia, China e África do Sul) e MICs (Middle Income Countries), dentre outros. Ademais, esta falta de consenso envolve a expressão utilizada para designar o avanço do interesse do capital (trans) nacional em terras. Adiantamos que não compreendemos o *land grabbing* como sinônimo de estrangeirização e que defendemos a designação de um termo em português, construído com base na relação entre teoria e empiria. Neste sentido, propomos o *controle do território* como expressão que *traduz* a essência do *land grabbing*, que pautado na proposta *land control grabbing* de Jr, Kay, Gómez e Wilkinson (2013). Desenvolveremos esta proposta ao longo da tese, mas já antecipamos que quando citarmos o controle do território, estaremos nos referindo ao *land grabbing*.

Considerando que o *land grabbing* é um processo político (HOLT-GIMÉNEZ, 2012), estes três pontos nos direciona a uma proposta teórico-conceitual geográfica de controle do território como termo adequado para se referir ao *land grabbing*, visto que a essência do processo está no controle e não apenas na apropriação de terras em si, como propõe predominantemente as pesquisas que tem como foco o *land grabbing*. Não compreendemos o *land grabbing* como sinônimo de estrangeirização, mas sim como processos complementares, onde a estrangeirização se configura como controle do território pelo capital estrangeiro através do neoextrativismo<sup>4</sup> e do agroextrativismo para promover a acumulação de capital. A origem do capital é importante no processo, visto que implica em diferentes estratégias de controle e acesso e de territorialidades (re) produzidas. Ademais, defendemos a designação de um termo em português construído com base na relação entre teoria e empiria, por isso propomos o controle do território.

Ainda partindo do pressuposto de que o controle e a estrangeirização do território são processos políticos, devemos considerar que a definição dos mesmos estão em disputa. Por Paradigma entendemos como “aquilo que os membros de uma comunidade partilham e, inversamente, uma comunidade científica consiste em homens que partilham de um paradigma” (KUNH, 1994, p. 219). Os paradigmas são abordados como visões de mundo, que possuem interesses, discursos e ideologias. Fernandes (2013) aponta os paradigmas como expressões e representações da materialidade e da imaterialidade. Caminhando

---

<sup>4</sup> Entendemos o extrativismo com base em Acosta (2016, p. 49-50): “é uma modalidade de acumulação que começou a ser forjada em grande escala há quinhentos anos (...) esse extrativismo assumiu diversas roupagens ao longo do tempo, forjou-se na exploração de matérias-primas indispensáveis para o bem-estar do Norte global”. Segundo Gudynas (2009) e Acosta (2016), o neoextrativismo é uma versão contemporânea do extrativismo.

além, paradigmas são construções mentais e que contribuem para a elaboração de leituras sobre o campo, desde universidades, governo, empresas e movimentos socioterritoriais.

Felício (2011) justifica o debate paradigmático como um método de análise uma vez que “seu impulso principal ao confrontar as teorias e as análises das transformações engendradas pela expansão capitalista na agricultura. Insistimos na imprescindibilidade do debate paradigmático por causa da complexidade da questão agrária” (FELICIO, 2011, p. 13) Assim, a nossa opção metodológica é compreender o controle e estrangeirização do território no debate paradigmático. Segundo Felício (2011), Vinha (2012), Vinha e Fernandes (2012) e Fernandes (2013) estabelecem dois paradigmas: o Paradigma do Capitalismo Agrário (PCA) e Paradigma da Questão Agrária (PQA).

Para o Paradigma do Capitalismo Agrário<sup>5</sup> a questão agrária é compreendida como algo conjuntural e pode ser superada com a integração do camponês ao mercado, ou melhor, com a integração do agricultor familiar ao mercado. Entende que os conflitos no campo são uma barreira ao desenvolvimento da agricultura capitalista, todavia, como aborda Fernandes (2013), o PCA não entende o capitalismo como obstáculo ao desenvolvimento da agricultura camponesa. Esse paradigma utiliza o conceito de agricultor familiar ao invés de camponês, como se “por não ser um agricultor profissional, é asfixiado pelo desenvolvimento do capitalismo e então, para sobreviver, ele precisa se converter em agricultor familiar” (FERNANDES, 2010, p. 520). Deste modo, o camponês vai evoluir e se transformar em agricultor familiar, que será a sua profissão.

Já o PQA<sup>6</sup> compreende a questão agrária é algo estrutural ao capitalismo e só será superada com o fim deste sistema. A resistência é a marca deste paradigma, o camponês resiste na terra, que é o seu território. O camponês ocupa e luta pelo seu direito de acesso à terra, de estar na terra, é uma luta por território, pelo território de moradia, pelo território de reprodução da família, pela sua história. O camponês resiste, uma vez que a integração é condição de continuidade e ele não deseja isso, a luta é pela mudança. Para este paradigma o camponês não vende a sua força de trabalho, a lucratividade não é o foco principal da Questão Agrária.

A questão que nos assola é: o debate paradigmático nos ajuda a entender o controle e estrangeirização do território? A nossa resposta é positiva, porque o controle e

---

<sup>5</sup> No Paradigma do Capitalismo Agrário, o primeiro autor a escrever sobre o tema foi o sociólogo francês Henri Mendras, que em 1967 publicou o livro *Le fin des paysans*, traduzido para o português como *O fim dos camponeses*, em que sustenta que o modelo camponês clássico estaria perdendo sua significação e importância, mas que estes continuam a se reproduzir nas sociedades atuais a partir da integração. Outros pensadores do PCA são Hugues Lamarche (1992 e 1993) e Ricardo Abramovay (1992).

<sup>6</sup> As principais expressões do PQA são Vladimir Lênin (1899), Karl Kautsky (1899) e Alexander Vasilovich Chayanov (1974 [1925]).

a estrangeirização do território estão inseridos em uma realidade de territórios materiais e imateriais em disputa. Cada paradigma compreende o controle e estrangeirização do território de uma maneira, sobretudo no que diz respeito à um modelo de desenvolvimento, pois a *territorialização* e *territorialidade* do capital é visto como um modelo de desenvolvimento e oportunidade de maximizar investimentos, como uma inovação para o Paradigma do Capitalismo Agrário. Os maiores defensores dessa vertente do controle e estrangeirização do território são as empresas transnacionais, latifundiários, instituições multilaterais, como o Banco Mundial, Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID) e, em muitos casos o Estado, como ocorre no Paraguai.

Já o Paradigma da Questão Agrária caminha no sentido da necessidade de se deter o controle e estrangeirização, pois estamos perdendo a nossa soberania territorial, econômica e alimentar. Os principais defensores deste paradigma são os movimentos socioterritoriais expressos na figura da Via Campesina. De acordo com Borrás Jr.; Franco e Wang (2012), os movimentos socioterritoriais que são contra a estrangeirização são logisticamente debilitados e politicamente isolados, suas campanhas tem caráter estratégico, porém sem muitos componentes táticos e de fato observamos isso durante os trabalhos de campo da pesquisa. Entendemos que além de analisar as estratégias que as empresas utilizam para o controle do território, é necessário considerar as estratégias discursivas dessas empresas justificando o motivo de tal controle (BORRAS JR, FRANCO e WANG, 2013, p. 161).

A questão agrária no Paraguai iniciou-se com a instauração do controle materializado através da estrangeirização do território ainda no século XIX. Estes processos apenas se acentuaram nos últimos 150 anos e sempre estiveram amparados discursivamente no paradigma do capitalismo agrário<sup>7</sup>. Com base na nossa pesquisa de campo e documental, projetamos que cerca de 35% do território paraguaio esteja sob controle [direto e indireto] do capital estrangeiro. A soberania nacional é afetada em decorrência da estrangeirização, com o objetivo de atender as demandas do capital externo.

## **Da hipótese a tese**

---

Iniciamos o mestrado, em 2015, com a seguinte pergunta de pesquisa: a convergência de múltiplas crises de 2007/2008 intensificou o controle do território por

---

<sup>7</sup> Desde 1870, as Leyes de Venta de Tierras Públicas são justificadas como em prol do desenvolvimento do país.



agentes brasileiros e argentinos no Paraguai? Caso positivo, quais seriam os elementos inaugurados neste novo período? Para responder esta pergunta de pesquisa, não bastava estudar a estrangeirização do território paraguaio por brasileiros e argentinos a partir do século XXI, mas sim retornar a história do processo no Paraguai para apurarmos se de fato intensificou ou não a partir de 2007/2008. Edelman e León (2013 e 2014), com base nas pesquisas sobre a América Central, destacam que a falta de perspectiva histórica na maioria dos estudos sobre o controle do território leva os pesquisadores a subestimar até que ponto as relações sociais preexistentes produzem espaços rurais nos quais sucedem as atuais transações de terras. A falta de perspectiva histórica realmente é uma deficiência dos atuais estudos sobre o controle do território, uma vez que restringe a análise do mesmo.

A partir da problematização, das pesquisas bibliográficas e de campo durante o mestrado, identificamos três regimes do controle e estrangeirização do território no Paraguai. Entre 1811 e 1870, o Paraguai passou por um período de independência política e econômica, que foi alterado com o final da Guerra da Tríplice Aliança (1864-1879), momento no qual foi instaurado o regime da propriedade privada no país (VILABOY, 1981). Neste contexto, inicia-se o primeiro regime do controle do território no Paraguai, compreendendo 1870 até a década 1950 e caracterizado pela territorialização do capital argentino, na realidade, à empresas inglesas domiciliadas na Argentina, conforme mostrou o levantamento de dados no Arquivo Histórico Nacional, em Asunción, durante a pesquisa de mestrado. As empresas argentinas – espanholas e inglesas – estavam interessadas na exploração do Quebracho para a extração do tanino (CABALLERO, 2011). Neste período o Chaco Paraguaio foi o alvo do capital internacional e milhares de indígenas e camponeses foram desterritorializados (PASTORE, 1972).

O segundo regime ocorreu entre as décadas de 1950 e final de 1990, marcado por uma nova etapa da internacionalização da economia no marco da *Alianza para el Progreso*, política estadunidense para o domínio político e econômico da América Latina (BITAR, 1985), envolvendo inclusive políticas de modernização da agricultura, incluindo o apoio às ditaduras da região. Neste contexto o Paraguai viveu um período de ditadura militar com Alfredo Stroessner (1954-1989), do Partido Colorado. Este regime foi caracterizado pela aproximações geopolítica com o Brasil e migração de camponeses e latifundiários brasileiros para o Paraguai, inicialmente para a exploração madeireira e em um segundo momento para o cultivo de soja [a partir da década de 1970]. Em 1963 com a criação do Instituto de Bienestar Rural (IRB)<sup>8</sup>, instaura-se no país uma política de colonização da fronteira Leste, pois o presidente Alfredo Stroessner defendia que faltava um bem-estar

---

<sup>8</sup> Substituído em 2004 pelo Instituto Nacional de Desarrollo y Tierras (INDERT).

rural no Paraguai e não uma política de reforma agrária, de modo que o país não possui uma política agrária até a atualidade (PALAU, 2003).

Por fim, o terceiro regime se inicia-se no final da década de 1990 e está em vigência. Este regime é marcado pela convergência de múltiplas crises, início do cultivo de transgênicos e uso intenso de agroquímicos, com ascensão de corporações e do capital financeiro na agricultura. Neste contexto, o Paraguai tornou-se o sexto maior produtor mundial de soja – com 3.400.000 hectares cultivados e 10.262.575 toneladas produzidas na safra 2017-2018 (CAPECO, 2019). Contudo em 2008, 90% do total da soja produzida foi de responsabilidade dos brasileiros (WESZ JR, 2016). Ademais, ao mesmo tempo que o capital argentino e brasileiro se consolidam no Paraguai, observa-se a ascensão do capital uruguaio. Ou seja, não há como compreender estes processo de controle e estrangeirização do território, bem como os impactos gerados pelos mesmo em um contexto nacional isolado.

É evidente que os três regimes delimitados durante a pesquisa não se explicam apenas pela realidade paraguaia. No primeiro regime o capital argentino, influenciado pela Inglaterra se constitui como hegemônico. O segundo regime é caracterizado pelos agentes brasileiros orquestrado pela supremacia dos EUA e agora, no terceiro regime, os capitais argentino, brasileiro e uruguaio são os principais envolvidos no controle e estrangeirização do território em sintonia à um projeto neoliberal, dominado pelo capital corporativo e financeiro. Partido de Cheptulin (1982, p. 195) em que o singular e o geral estão “organicamente ligados um ao outro e só podem ser separados no estado puro por abstração. A correlação do singular e do geral no particular manifesta-se como correlação de aspectos únicos em seu gênero, que são próprios apenas por uma formação material dada”.

Entendendo os processos globais de controle e estrangeirização do território como o geral, o controle e estrangeirização na América do Sul como o particular e o controle e estrangeirização no Paraguai como o singular. Nossa hipótese na pesquisa é que os regimes de controle e estrangeirização do território no Paraguai, identificados durante a pesquisa de mestrado, estão relacionados com as dinâmicas gerais [globais], particulares [regionais] e singulares [locais, no caso o Paraguai] em interação (Organograma 01). Esta dinâmica com que em cada regime haja mecanismos diferentes de controle, estrangeirização, agentes, funções e formas de resistências, através de uma relação do local, regional e global, ou seja, criam novas dinâmicas territoriais. Em cada regime há rugosidades espaciais, isto é, “o que fica do passado como forma, espaço construído, paisagem, o que resta do processo de supressão, acumulação, superposição, com que as

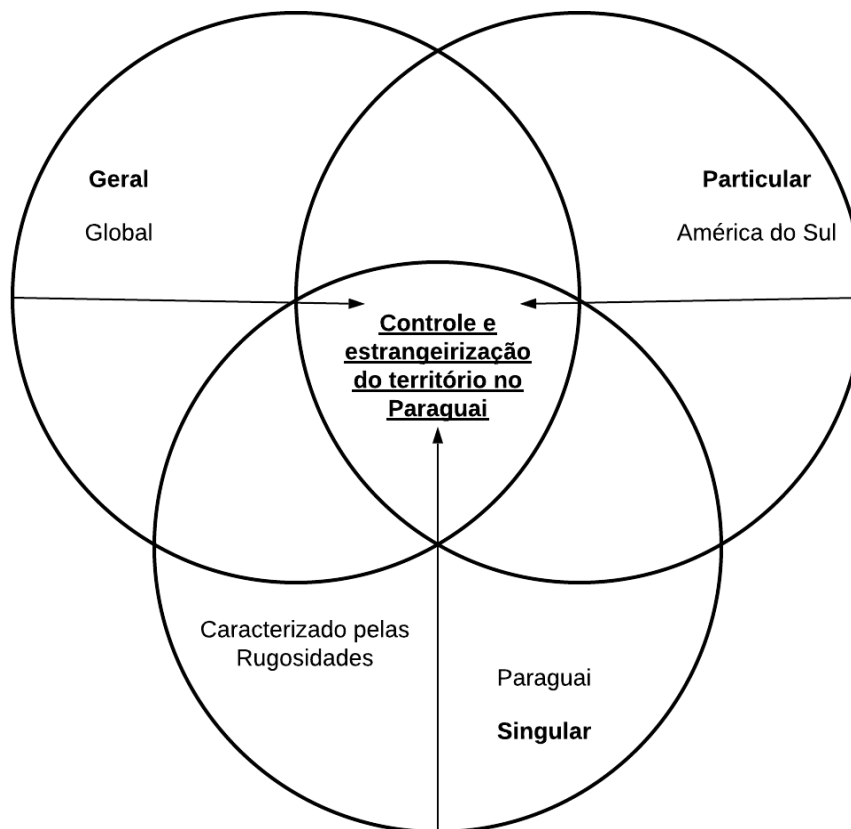
coisas se substituem e acumulam em todos os lugares” (SANTOS, 2017, p. 140). As rugosidades permeiam os regimes de controle e influem sobre a dinâmica dos mesmos.

A periodização do controle do território é fundamental para desvendar não só transições e momentos estruturados na história das relações alimentares e agrícolas capitalistas, mas também a história do capitalismo em si. Neste sentido, a problemática de pesquisa corresponde em identificar quem está envolvido, as formas de apropriação e acumulação e as resistências frente ao controle e estrangeirização do território em cada período e como estas se articulam e são moldadas pelo processo secular de acumulação do capital através do tempo e espaço (ARRIGHI, 1996).

Em nossa primeira hipótese, argumentávamos que no ciclo de acumulação de dominância do capital financeiro que rege a economia mundial (CHESNAIS, 2005), o controle e estrangeirização do território assumiriam outras características, que mostram novidades nestes processos, tais como novas dinâmicas, agentes, territorialidades e discursos, resultando na acumulação por despossessão, na insegurança alimentar e em conflitos territoriais, relacionados com a entrada do capital financeiro no país.

Contudo, a segunda parte de nossa hipótese foi contestada durante a pesquisa empírica. De fato, desde 1990 há um novo regime de controle e estrangeirização do território paraguaio, com características singulares, que faz deste período único. Porém a atuação efetiva do capital financeiro não é uma destas, o que é contra o geral. Isso, mais uma vez, nos mostra a necessidade de considerarmos o processo como heterogêneo, resultado de dinâmicas globais, regionais e locais em interação.

**Organograma 01. Controle e estrangeirização do território como um processo geral, particular e singular.**



Org.: Autora (2019).

O capital financeiro ainda não é realidade do Paraguai [apenas é materializado de modo incipiente através de algumas *translatinas*<sup>9</sup> de origem argentina e corporações transnacionais] devido a rugosidades (SANTOS, 2017), como o processo histórico de ocupação do país a partir da necessidade do capital estrangeiro regional em incorporar novos territórios para a expansão da agricultura e manutenção da acumulação. Ademais há a influência da falta de conhecimento científico e de pesquisas sobre o Paraguai, que combinadas com a infraestrutura ineficaz e preocupação do Estado em promover políticas públicas de atração que apenas visam a reprodução do modelo agrário-exportador, sem agregar tecnologia, resultam nas principais rugosidades presentes nos regimes de controle.

---

<sup>9</sup> Empresas sediadas em países da América Latina – no caso da produção agrícola e mercados de terras, particularmente de origem argentina – com operações em todo o continente. Estas geralmente têm capital aberto no mercado e financiam investimentos.

A tese que defendemos é que há três regimes de controle e estrangeirização do território paraguaio de 1870 até o momento atual. Estes regimes são resultados de dinâmicas gerais [globais], particulares [regionais] e singulares [locais, no caso o Paraguai] em interação, permeados por rugosidades (SANTOS, 2017). Isso faz com que em cada regime a materialização do controle e estrangeirização do território se dê de forma distinta, com estratégias, dinâmicas, territorialidades, impactos e resistências ímpares. Assim, defendemos que a globalização neoliberal não homogeneiza o controle e estrangeirização do território. O regime atual, vigente desde meados da década de 1990, apresenta uma diversidade de elementos que possibilitam caracterizá-lo como único, como a retomada de empresas argentinas e inauguração da atuação de imobiliárias e latifundiários uruguaios, expansão do capital brasileiro, estratégias específicas de controle, atuação marcante do Estado, agroextrativismo e formas alternativas de resistência.

Por fim, nesta tese ainda defendemos que a Geografia é uma importante lente para compreender o que a academia internacional convencionou a intitular de *land grabbing*. Isso porque permite considerarmos o processo em sua essência, abordando o território como conceito de análise, a escala como uma construção social e não apenas enquanto mera extensão e questões geopolíticas, que moldam e impulsionam o que estamos propondo como controle do território e estrangeirização do território. Assim, a Geografia permite a compreensão destes processos na sua totalidade.

## Objetivos

---

A partir da relação entre teoria e empiria, projetamos como objetivo geral entender como o controle e estrangeirização do território no Paraguai se materializam nos três regimes estabelecidos previamente, identificando os agentes, as formas e estratégias de controle e resistências do campesinato nos diferentes períodos. Este objetivo geral se desdobra em seis objetivos específicos, sendo:

- I) Elaborar uma definição geográfica de controle do território para designar o processo de *land grabbing* no Paraguai, no qual a estrangeirização é o principal elemento para compreender o controle do território;
- II) Evidenciar como a necessidade do capital em acumular cria uma nova dinâmica territorial e uma nova tendência na concentração da terra;
- III) Construir uma tipologia para o controle e estrangeirização do território identificando os envolvidos, as territorialidade, as formas de controle do território e como

corporações transnacionais e regionais, empresas nacionais [com presença de capital estrangeiro], empresas estatais, latifundiários, cooperativas, ONGs e Estado se articulam para controlar o território e criar uma nova dinâmica territorial;

- IV) Identificar as formas de resistência do campesinato paraguaio frente ao controle e estrangeirização do território nos diferentes períodos propostos;
- V) Analisar o controle do território em um contexto geopolítico regional envolvendo o capital argentino, brasileiro, paraguaio e uruguaio e,
- VI) Propor a abordagem da soberania do território como resistência ao atual processo de controle e estrangeirização das terras.

## Área de estudo

---

A área de estudo foi delimitada e construída de acordo com os caminhos da pesquisa, especialmente durante os trabalhos de campo. Na graduação desenvolvemos uma iniciação científica sobre a estrangeirização da terra no Brasil, cujo objetivo era identificar os agentes e as dinâmicas do processo. Naquele momento, uma questão que se sobressaiu foi a contradição do Brasil ser alvo dos investimentos estrangeiros em terras, se configurando como o quarto maior em escala global, com 3.400.838 hectares transacionados e, ao mesmo tempo, ocupa o sexto lugar na lista de maiores investidores em terras no exterior, com 2.40.329 hectares (LANDMATRIX<sup>10</sup>, 2019).

Os principais destinos do capital brasileiro na apropriação de terras são Bolívia (MACKEY, 2011; URIOSTE, 2012), Paraguai (GLAUSER, 2009; GALEANO, 2012) e, no século XXI, países africanos como Angola e Moçambique (CLEMETS e FERNANDES, 2013a; CLEMETS, 2015; MILGROOM, 2015). Seleccionamos o Paraguai pelas particularidades e paradoxos. Primeiro porque apresenta um dos maiores índices de Gini do mundo, 0,93 (BANCO MUNDIAL, 2018; FOGEL, 2018; ABC COLOR, 26 ago. 2018). Ao mesmo tempo, o Paraguai está no *ranking* dos países que mais crescem na América do Sul (FOLHA DE S. PAULO, 05 fev. 2017), apresentando um crescimento médio de 4,9% entre 2006 e 2016 (ROJAS VIÑALES, 2017). Ademais, é um país limítrofe, marcado por uma relação histórica de disputa por territórios, recursos naturais, fronteiras e forte subimperialismo<sup>11</sup> brasileiro (MARINI, 1977; ZIBECHI, 2013), o que propicia

---

<sup>10</sup> Consulta realizada no dia 12 ago. 2019.

<sup>11</sup> Entendemos o subimperialismo pautado em Ruy Mauro Marini (1977, p. 18) como “la forma que asume la economía dependiente al llegar a la etapa de los monopolios y el capital financiero”. Ou seja, é uma expressão política e econômica da integração dos sistemas de produção dos países dependentes à etapa monopolista da

características geopolíticas ímpares. Assim, o objetivo do nosso primeiro projeto ainda no mestrado foi entender o capital brasileiro na estrangeirização da terra no Paraguai.

Em um segundo momento, também no mestrado, após leituras sobre a formação espacial do Paraguai, nos deparamos com a necessidade de incluir o capital Argentino, visto que, em um primeiro momento foram os mais expressivos no controle do território paraguaio. A inserção da Argentina na análise nos possibilitava a proposta de regimes do controle e estrangeirização do território. Posteriormente, já no nosso primeiro trabalho de campo, ainda em 2015, observamos o movimento da realidade e a atualidade da apropriação de terras paraguaias por uruguaios. Este recorte – o controle do território paraguaio por argentinos, brasileiros e uruguaios – é interessante por apresentar um caráter geopolítico sul-americano e que remonta a Guerra da Tríplice Aliança, na qual Argentina, Brasil e Uruguai com o total apoio da Inglaterra lutaram contra o Paraguai<sup>12</sup>. A situação atual do Paraguai é reflexo desta Guerra, por isso julgamos interessante esta análise.

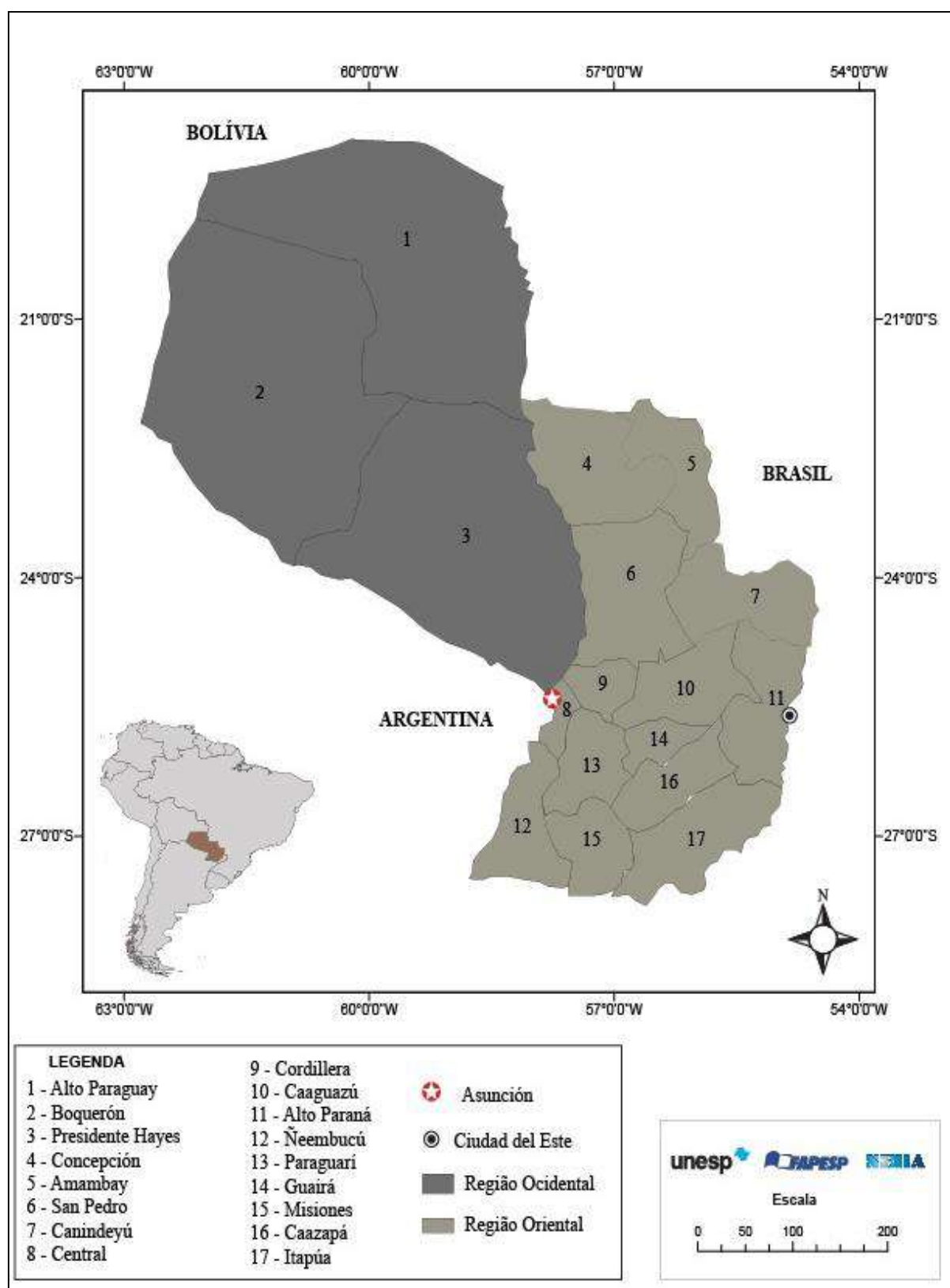
O Paraguai é um país mediterrâneo, localizado na América do Sul, com população total em 2018 de 7.052.983 habitantes – 38,3% localizados na área rural e 61,7% na área urbana (DGEEC, 2017). A extensão territorial é de 40.675.200 hectares, dividida em duas grandes regiões naturais delimitadas pelo Rio Paraguai: *Região Oriental*, localizada na fronteira com o Brasil e Argentina, composta por 14 departamentos, correspondendo a 39% do território paraguaio e concentrando 97% da população total do país e *Região Ocidental ou Chaco Paraguayo*: historicamente esquecida pelo Estado, de difícil acesso e abrangendo três departamentos, 71% da extensão e 3% da população, frequentemente caracterizada como uma economia de enclave (VÁZQUEZ, 2006) (Mapa 01).

---

economia dos centros imperialistas. Segundo Marini (1977), o subimperialismo implica em dois componentes básicos: a composição orgânica média em escala mundial dos aparatos produtivos nacionais e o exercício de uma política expansionista relativamente autônoma. Diante destes componentes apenas o Brasil poderia exercer o papel de subimperialista na América Latina, uma vez que este país apresenta o exercício de uma política expansionista relativamente autônoma impulsionado pela elite nacional (LUCE, 2007). Enfatizamos que o subimperialismo não é uma etapa para alcançar o imperialismo.

<sup>12</sup> Daniel Campos (2012, p. 01) coloca que “en realidad escondía y representaba una alianza quintuple del capital internacional inglés con la oligarquía argentina, brasilera, uruguaya y paraguaya”.

Mapa 01. Paraguai – Divisão departamental – 2019.

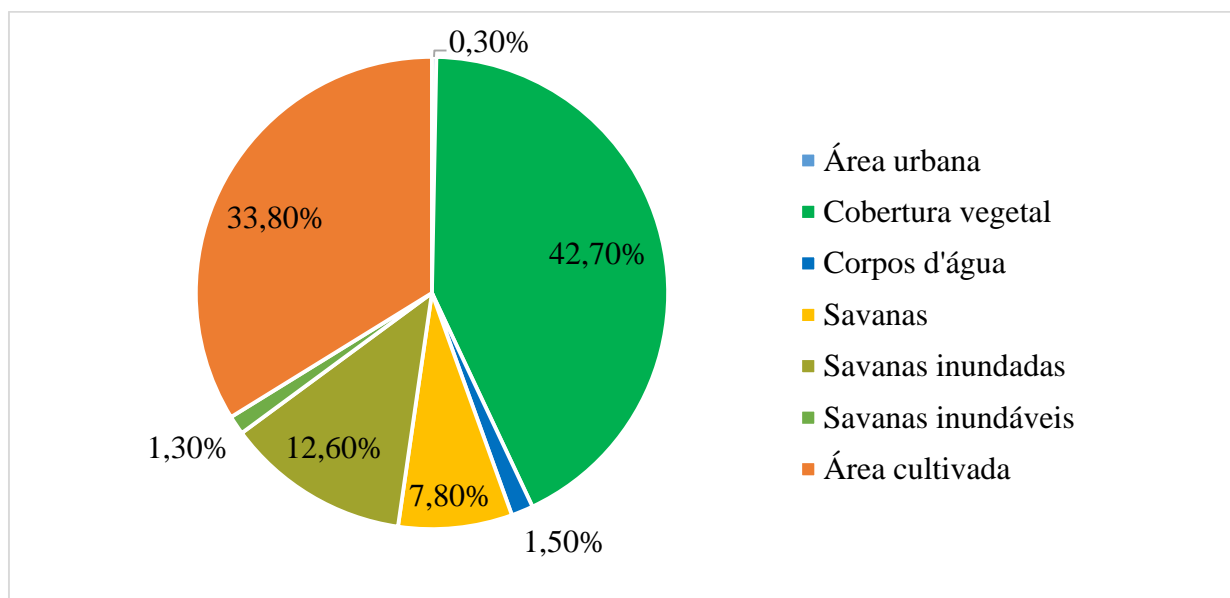


Org.: Autora (2019).



Em aspectos físicos, a região Ocidental ou Chaco Paraguuaio é caracterizada pelo relevo de planície, com um regime hídrico bastante específico, com precipitação média anual de 500 mm e, embora possua áreas de bosques, à medida que se distancia do Rio Paraguai, a paisagem altera-se para cactos (DGEEC, 2013). A região Oriental é caracterizada pelo Bosque Atlántico del Alto Paraná<sup>13</sup>. Este bioma foi bastante devastado devido a expansão do cultivo de soja na região, de modo que resta apenas 10% da vegetação original (LA NACIÓN, 25 dez. 2016). O fato de apresentar semelhanças ao Brasil, especialmente em termos de classificação de solos, facilitou o manejo do mesmo pelos brasileiros desde a década de 1950. O Gráfico 01 representa a tipologia dos usos do solo no Paraguai em 2011.

Gráfico 01: Paraguai – Uso do solo – 2011.



Fonte: FCA/UNA (2012); Org.: Autora (2019).

Ressaltamos a dificuldade de obtenção de dados sobre o Paraguai. Por exemplo, não existe um mapa de classificação de solos, uma vez que a região Oriental e Ocidental foram classificadas e mapeadas em dois sistemas de internacionais de classificação distintos<sup>14</sup>. Mesmo em trabalhos de campo na Universidad Nacional de Asunción, não conseguimos obter muitos dados relacionados aos aspectos físicos e também sociais. A sociedade civil paraguaia pouco conhece e dimensiona o controle do território. A escassez

<sup>13</sup> Bastante semelhante ao bioma da Mata Atlântica brasileira.

<sup>14</sup> A região Oriental é classificada de acordo com o *Soil Taxonomy* [EUA], enquanto a região Ocidental é classificada pelo sistema WRB/FAO [Europa].

e a dificuldade de acesso aos dados indica que o próprio Estado paraguaio não tem controle efetivo sobre seu território.

Antes de adentrar na tese de fato, ressaltaremos alguns aspectos históricos que ecoam na atualidade paraguaia, importantes para a compreensão da constituição dos regimes de controle estrangeirização do território paraguaio e que nos permite entender os antecedentes e definir bases para calcular os impactos (EDELMAN e LEÓN, 2014). De acordo com Torres Figueredo (2008), a ocupação por grupos humanos no Paraguai começou no Chaco na Era Paleolítica, onde os *guaranis* adotavam o sistema agrícola derrubada-queimada [*rozado con barbecho*]. Em 1524 os espanhóis – indivíduos não ligados à agricultura – adentram ao Paraguai em busca de ouro e prata (GALEANO, 1971; PASTORE, 1972) e se depararam com a ausência de recursos minerais e com uma organização agrícola já existente, assim, a base inicial da exploração dos espanhóis no Paraguai foi a pecuária extensiva (TORRES FIGUEREDO, 2008).

A partir de 1556 o território paraguaio foi ordenado segundo a perspectiva da *Leyes de las Indias*<sup>15</sup>, organizadas em *Encomiendas*, que constituía em um regime pelo qual a coroa espanhola concedia representantes, públicos ou privados, autoridade sobre as terras e suas populações (TORRES FIGUEREDO, 2008). Ou seja, além de repartir a terra, os espanhóis dividiram os índios. Pastore (1972) afirma que foram criadas 320 *Encomiendas* em 1556 e de acordo com SúsNIK (1982), as *Encomiendas* se constituíram como uma instituição jurídica onde o objetivo era regulamentar e controlar as relações entre os espanhóis e os indígenas<sup>16</sup>, de modo que “la presencia de los europeos en el Paraguay cancelo la vigencia de los derechos de los guaraníes sobre las tierras que poseían” (PASTORE, 1972, p. 38). Em 1803 o regime de *Encomiendas* foi extinto, resultando em um aumento da população proletarizada com ideais libertadores, que culminou a independência do Paraguai da Espanha em 1811<sup>17</sup>.

---

<sup>15</sup> “Las Leyes de Indias, en efecto, dictaban expresamente las condiciones que debían llenar los lugares destinados a la colonización. Ordenaban que los lugares elegidos serán saludables, las tierras aptas para sembrar y cosechar, con nativos a quienes predicar el Santo Evangelio, varones de muchas edad y jóvenes fuertes y animosos; con animales sanos y de buen tamaño, con frutas y otros alimentos abundantes, con pastos para criar ganados y con montes y árboles para leña y para materiales de construcción” (PASTORE, 1972, p. 47).

<sup>16</sup> Concessão do Rei a favor de seus súbditos do direto de cobrar tributo aos indígenas que, por sua vez, não podiam pagar em moeda e o tributo era cobrado com a prestação de serviços. Em compensação, o *Encomendero* deveria fornecer educação, doutrina (cristã) e proteção ao território onde se localizava a *Encomienda*. No Paraguai teve duas formas de funcionamento: a *Mita* (regulamentado) e o *Yanacomasgo* (serventia pessoal perpétua, ou seja, escravo) (SÚSNIK, 1982; TORRES FIGUEREDO, 2008).

<sup>17</sup> Referente a luta pela terra e contra a colonização espanhola no Paraguai é anterior ao nascimento da República em 1811, uma vez que segundo Hobsbawn (1977) o Paraguai foi o único país da América Latina onde os índios resistiram à colonização de forma efetiva.

Entre 1811 e 1870 o Paraguai viveu um período de independência política e econômica (MORENO, 2011). Esta fase da economia e política paraguaia pode ser dividida em dois momentos: o primeiro entre 1814 e 1840 em que Dr. Gaspar Rodríguez de Francia governou o país e o segundo entre 1842 e 1870 em que o Paraguai foi comandado por Carlos António López e posteriormente o seu filho, Francisco Solano López. A política de Francia se deu através de um modelo autônomo de desenvolvimento estatal, afirmando que o Paraguai poderia se desenvolver sem se relacionar com os países vizinhos (VILLAGRA, 2012), no caso Argentina e Brasil. Essa postura política de Francia evidencia a sua posição contra o subimperialismo na região.

Francia partiu do princípio de que erradicar o latifúndio herdado no período colonial era a melhor maneira de diminuir a desigualdade econômica no Paraguai (VILLAGRA, 2012 e 2014). Em 1820 Francia confiscou as propriedades dos participantes da conspiração contra o governo, constituído por latifundiários (KLEINPENNING, 2014). Em 1823 foram confiscadas as propriedades rurais do Real Seminario de San Carlos e em 1824 da Igreja Católica e demais ordens religiosas que estavam em desuso (KLEINPENNING, 2014). No ano seguinte anularam as concessões a Coroa Espanhola e emitiu um decreto em que exigia que “los propietarios rurales debían presentar en los siguientes tres meses, los títulos que les concedían la propiedad de tierras, con la intención de regularizar la situación de tenencia y controlar una mayor parte del territorio nacional” (VILLAGRA, 2012, p. 39). Desde modo, em 1826 a maioria do território oriental paraguaio estava em posse do Estado, o que resultou em uma mudança na estrutura econômica, social e política (VILLAGRA, 2014).

A partir da constituição da propriedade estatal como a principal forma de governança da terra, Francia utilizou-as de distintas maneiras. Primeiramente arrendaram as terras aos camponeses sob o pagamento de um abono anual que variava de acordo com o tamanho da propriedade, geralmente de dois a quatro pesos por ano. Em segundo lugar, foram constituídos estabelecimentos produtivos estatais chamados de *estancias de la patria*, com o objetivo de produzir alimentos e vestimentas para a manutenção do exército (VILLAGRA, 2014). Segundo Villagra (2012), aos poucos as *estancias de la patria* se converteram em uma das principais fontes de recursos de governo, ao final do período independente haviam 75 estancias.

Deste modo, com a política de Francia o Paraguai se tornou autossuficiente na produção agrícola e pecuária, erradicando a economia de monocultivos para a exploração, prática herdada do período colonial e fortaleceu o campesinato, que se estabeleceu como classe social mais numerosa do país (GALEANO, 2011a; BOFILL, 2012). Segundo Villagra

(2012) praticamente toda a população paraguaia estava inclusa neste modelo de desenvolvimento, não havia a fome e nem o desemprego, “el cambio de la estructura de la tenencia de la tierra, en la propiedad y en las relaciones de producción, permitieron la construcción de un modelo económico y político más sólido y soberano, con una clara proyección hacia una sociedad más incluyente e igualitaria” (VILLAGRA, 2014, p. 39).

Com o falecimento de Francia, Carlos António López assume a presidência do Paraguai. López continuou ao modelo econômico de Francia, contudo investiu fortemente em infraestruturas – o Paraguai construiu a primeira ferrovia da América do Sul, em 1857 (TORRES FIGUEREDO, 2008) –, desenvolvimento tecnológico e abertura para o comércio exterior e produção concentrada em erva mate e tabaco, ou seja, os anos dourados do Paraguai (FOGEL, 2001a). O desenvolvimento autônomo do Paraguai e a economia pouco permeável, que impedia a apropriação do território pelo capital estrangeiro, culminaram na intervenção no Paraguai através da Guerra da Tríplice Aliança<sup>18</sup> (MORENO, 2011).

A guerra eclodiu em 1864 com a ocupação do atual estado de Mato Grosso do Sul pelo exército paraguaio e chegou ao fim no dia 08 de abril de 1870 com a morte de Francisco Solano López (VERSEN, 1976). Ao término da Guerra, o Paraguai estava devastado econômica, social e demograficamente. De acordo com Pastore (1972), no início da Guerra a população paraguaia estava estimada em 800.000 habitantes e em 1872 a população total do país era de 231.196 habitantes, sendo que 31.296 eram estrangeiros que já habitavam no país<sup>19</sup>. Ademais, com o término da Guerra, altera-se o regime de propriedade da terra no país, instaurando-se a propriedade privada como direito inviolável<sup>20</sup>

---

<sup>18</sup> Existem quatro vertentes que buscam compreender o que culminou a Guerra da Tríplice Aliança. A primeira coloca o governo de Solano López como tirano, como um ditador que estava impedindo o desenvolvimento paraguaio, onde os países que conformavam a Tríplice Aliança como salvadores da nação paraguaia, tal concepção reforçava o nacionalismo brasileiro foi hegemônica até a década de 1980 (DORATIOTO, 2002). Outro ponto de vista diz respeito ao receio por parte do Paraguai referente ao expansionismo Brasileiro no continente. De acordo com Mota (1995), o Paraguai tentava bloquear o expansionismo brasileiro na América do Sul, uma vez que desde 1855 o Império do Brasil vinha pressionando o Paraguai a assinar tratados de limites e navegação, tratados nos quais o governo paraguaio não estava disposto a assinar. Neste mesmo sentido, o historiador Chiavenato (1979 e 1990), afirma que após a ocupação do Uruguai pelo exército brasileiro, Solano López sentiu uma ameaça de ser o próximo alvo do Brasil. No século XXI emerge outra forma de análise sobre a Grande Guerra, em que Doratioto (2002 e 2014) afirma que Solano López possuía um plano de conquistas de novos territórios na América do Sul e por este motivo ocupou o Brasil em 1864. Por fim, a quarta perspectiva insere a causa da Guerra na disputa pelos limites territoriais que se estendia desde 1850 (BREZZO, 2004; BOFILL, 2012). Defendemos a segunda vertente exposta, uma vez que a política brasileira daquele momento era expansionista, via no Paraguai uma ameaça e atuou com o apoio do liberalismo comercial impulsionado pela Inglaterra, regime hegemônico do momento (ARRIGHI, 1996 e 2008).

<sup>19</sup> Além de uma drástica redução demográfica o que mais preocupava o governo provisório paraguaio era a distribuição entre sexo e idade. Do total de 231.196 habitantes, apenas 68.379 eram do sexo masculino e 162.817 do sexo feminino. Do total de 68.379 homens, somente 13.663 eram maiores de 24 anos de idade, 15.085 com idade entre 14 e 24 anos e 39.502 eram crianças menores de 14 anos. No caso do sexo feminino a distribuição era distinta: havia 60.376 mulheres maiores de 24 anos, 45.579 mulheres de 15 a 24 anos e 46.562 eram crianças do sexo feminino menores de 14 anos de idade. Esta distribuição demográfica gerou um impacto enorme, uma vez que havia 13.663 homens em idade adulta e 60.376 mulheres na mesma faixa etária

<sup>20</sup> Em 1877 se adota no Paraguai a Constituição que regia a Argentina.

(KLEINPENNING, 2014). É neste momento que se inicia o primeiro regime de controle e estrangeirização do território paraguaio.

O sentimento de perda da soberania nacional e da luta pela defesa do seu território, resultante da Guerra, ainda é bastante vivo no país, mesmo após 149 anos do fim da mesma. A questão cultural e de identidade é muito forte no país e o fato da perda da sua soberania em diferentes dimensões cria um sentimento negativo em relação, sobretudo, aos brasileiros (ALBUQUERQUE, 2010). Assim, a luta dos paraguaios, além de ser pela terra e contra o capital estrangeiro, também é pela manutenção de sua identidade, da sua cultura.

Em adição, como estamos trabalhando com outro país, é possível que haja contradições e diferentes interpretações sobre muitos temas e conceitos, logo, precisamos de alguns esclarecimentos. Primeiramente, existem múltiplas interpretações sobre o que são *os brasiguaios* ou *brasiguayos*. Sprandel (1992 e 2006) e Albuquerque (2010) caracterizam os *brasiguaios* como um grupo étnico. Enquanto Souchaud (2001 e 2002) compreende os *brasiguaios* como um novo grupo responsável pela formação de um novo espaço. Batista (1990, p. 01), traz uma definição mais completa dos *brasiguaios*, caracterizando-os como “trabalhadores humildes que, sem terra para trabalhar no Brasil, foram expropriados/expatriados pelo processo de modernização da agricultura e vivem no Paraguai”. Por fim, Wagner (1990) utiliza a expressão *homens sem pátria* para se referir a esta classe<sup>21</sup>.

Esta visão *daqueles que não deram certo no Paraguai e precisaram retornar ao Brasil* é hegemônica na literatura e no imaginário brasileiro. Durante os trabalhos de campo percebemos que a compreensão de *brasiguayo* para a população paraguaia é distinta da brasileira, o que evidencia o entendimento da ligação entre brasileiros e paraguaios no sentido das práticas cotidianas e da percepção dos paraguaios em relação aos brasileiros<sup>22</sup>. Para os paraguaios, frequentemente, os *brasiguayos* correspondem àqueles brasileiros que *deram certo*, ou seja, os latifundiários e empresas brasileiras que controlam o território paraguaio.

---

<sup>21</sup> Há diferentes estudos sobre os *brasiguaios/brasiguayos* nas mais diferentes perspectivas, desde antropológica como linguística (ver ALBUQUERQUE, 2010).

<sup>22</sup> Nos livros didáticos brasileiros e até em livros acadêmicos, é evidenciado certa repulsa do povo paraguaio em relação aos brasileiros. Segundo estes livros, esta aversão aos brasileiros seria recorrente da Guerra da Tríplice Aliança (1864-1870), em que os brasileiros, argentinos e uruguaios quase que decimaram a população paraguaia, causando intensos problemas demográficos. Ressaltamos que tal afirmação não passa de um pré-conceito dos brasileiros em relação aos paraguaios, pois durante a pesquisa não tivemos nenhum problema e apuramos que é apenas uma especulação. Souchaud (2011) destaca que os brasileiros pouco conhecem o Paraguai além fronteira e reproduzem discursos da mídia.

Julgamos que é importante diferenciar as concepções para não gerar equívocos de interpretação, pois quando um camponês paraguaio crítica e afirma que o *brasiguayo* é responsável pela sua desterritorialização ou pela sua precarização, ele está se referindo aos latifundiários e as empresas e não aos camponeses brasileiros que vivem no Paraguai. É necessário ressaltar a existência de diferentes conflitos étnicos (ALBUQUERQUE, 2010) – desde questões idiomáticas, até costumes e práticas – envolvendo brasileiros, paraguaios e brasiguaios/*brasiguayos*, o que confirma a complexa dinâmica entre fronteiras, contudo, este não é o objetivo da nossa tese.

A cultura que se reproduz não apenas no Paraguai, mas em muitos países da América Latina, é que o progresso *vem do estrangeiro, vem de fora* e que quando o campesinato questiona o modelo imposto pelo capital externo, este é acusado de arcaico, pois o ato de se colocar contra o capital externo significa ser contra o desenvolvimento. O Estado e meios de comunicação utilizam tal situação para criar falsos discursos xenofóbicos do campesinato em relação ao capital forâneo, o que resulta no estabelecimento de estigmas que os criminalizam ainda mais. A luta do campesinato é contra o modelo de desenvolvimento imposto pelo capital estrangeiro e o que este representa: a destruição de seus territórios, a luta é pelo território – material e imaterial.

## **Sobre os procedimentos metodológicos**

---

No decorrer do desenvolvimento da investigação nos preocupamos em abranger o todo, ou seja, a realidade. Deste modo, utilizamos dados, informações, referências, analisamos discursos e realizamos entrevistas com diversas instituições, com o objetivo de construir uma pesquisa pautada na realidade e no território, considerado aqui como espaço físico, político, social, econômico e cultural, ou seja, multidimensional. Para alcançar os objetivos propostos utilizamos diversos procedimentos metodológicos. Optamos por empregar metodologias de cunho quantitativo e qualitativo, pois julgamos que, mesmo que esta combinação de metodologias exija cuidados especiais, ainda é a melhor forma de atingir o resultado esperado.

Como metodologias quantitativas, utilizamos o levantamento de dados a respeito da questão agrária paraguaia e do processo de estrangeirização no país. No caso de metodologias qualitativas, foram empregadas entrevistas, trabalhos de campo e análise de discurso. Segundo Turra Neto (2012, p. 02), “no caso da pesquisa quantitativa, o material é, basicamente, de natureza numérica e permite o tratamento estatístico, como

cálculo de porcentagem, de amostra, elaboração de matrizes, bem como representação gráfica”. No caso na pesquisa qualitativa, ainda de acordo com Turra Neto (2012, p. 02):

O material é, basicamente, de natureza discursiva - um relato, uma história de vida, uma descrição de um fenômeno, cujo tratamento exige técnicas outras e as formas de representação são, sobretudo, extratos dos próprios discursos, tomados como representativos daquilo que o investigador quer expressar.

É relevante destacar que nenhuma destas metodologias apresenta maior eficácia do que a outra. Ambas apresentam desafios, vantagens e desvantagens. A metodologia a ser empregada deve ser escolhida de acordo com o objeto de pesquisa e com os resultados que se busca alcançar, a opção metodológica é definida pela problemática da pesquisa (TURRA NETO, 2012). Flick (2009, p. 39) afirma que a “pesquisa qualitativa pode apoiar a pesquisa quantitativa e vice-versa, sendo ambas combinadas visando fornecer um quadro mais geral da questão em estudo”. Por isso optamos por utilizar as duas estratégias de pesquisa.

Diante da escassez de dados oficiais por parte do Estado paraguaio, primeiramente foi criado um banco de dados analítico e reflexivo para levantarmos informações sobre a luta pela terra no Paraguai e sobre o avanço do processo de estrangeirização no referido país, o Bando de Dados da Luta pela Terra – DATALUTA Paraguai<sup>23</sup>. Este banco de dados, além de possibilitar a quantificação de número de ocupações, manifestações e empresas estrangeiras e transnacionais com atividades no Paraguai, nos permitiu a reflexão sobre o que foi publicado pela mídia nacional e internacional, por isso é um banco de dados quantitativo e qualitativo. No momento, o DATALUTA Paraguai conta com oito categorias que foram selecionadas de acordo com a realidade paraguaia<sup>24</sup> e, atualmente há 4.000 notícias cadastradas desde 2009.

Ademais, metodologias quantitativas foram empregadas para o levantamento de dados, sendo estes: sobre a produção agrícola do Paraguai, quantidade de sementes transgênicas liberadas no país, informações sobre a população [densidade populacional e população em faixa de pobreza], dados sobre manifestações em prol da luta pela terra, dados sobre ocupações de terra e sobre as empresas atuantes na apropriação do território

---

<sup>23</sup> O nosso banco de dados foi construído com a experiência do Banco de Dados da Luta pela Terra (DATALUTA) construído no Núcleo de Estudos, Projetos e Pesquisas de Reforma Agrária (NERA).

<sup>24</sup> As categorias são: *Commodities*; Desterritorialização e Violência; Estrangeirização; Manifestações e Resistências; Ocupações; Relação entre Argentina, Brasil, Uruguai e Paraguai; Soberania e Segurança Alimentar e Outros. Cada categoria se desdobra em subcategorias. Para maiores informações consultar o material de apoio I.

no Paraguai. Além da pesquisa através de fontes secundárias utilizamos dados quantitativos já disponíveis por órgãos governamentais, instituições multilaterais e associações do agronegócio, que apesar de serem escassos, são importantes.

Destacamos que embora estes dados sejam disponibilizados “*prontos*”, foi necessária uma conferência, pois muitas vezes, os valores se divergiam. Estes dados foram organizados para que pudéssemos gerar mapas, gráficos, tabelas e quadros. Deste modo, utilizamos os dados do Censo Agropecuário Nacional (CAN), especialmente informações acerca da estrutura fundiária e uso do solo, elaborado e publicado pelo Ministerio de Agricultura e Ganaderia (MAG) nos anos de 1943, 1956, 1981, 1991 e 2008. Ainda em âmbito do MAG, usamos dos dados da Dirección de Censos y Estadísticas Agropecuarias (DCEA), que publica anualmente dados de produção agrícola do país. Enfatizamos que a maior parte destes dados não está sistematizada e muito menos disponíveis *online*, logo, destinamos parte considerável do nosso trabalho de campo em Asunción para a consulta e organização dos dados obtidos na Biblioteca Nacional de Agricultura (BINA) e Biblioteca del Centro de Documentación y Estudios (CDE).

Usufruímos dos dados da Encuesta Permanente de Hogares (EPH), realizada pela Dirección General de Estadística, Encuestas y Censos (DGEEC). Outra fonte de dados foi a Biblioteca Nacional de Agricultura, que nos disponibilizou informações sobre os programas de segurança e soberania alimentar no Paraguai<sup>25</sup>. Além destas, logramos dos dados do Servicio Nacional de Calidad y Sanidad Vegetal y de Semillas (SENAVE), que atualiza mensalmente a quantidade de importação e utilização de agroquímicos e sementes geneticamente modificadas. No que se refere ao INDERT, utilizamos os dados disponíveis através do Sistema de Información de Recursos de la Tierra (SIRT), que tem como objetivo regularizar as propriedades rurais e colônias oficiais do órgão, porém destacamos que estes dados são alterados constantemente, o portal *online* muito frequentemente permanece indisponível e este é extremamente criticado pelos camponeses paraguaios, pois estes afirmando que é apenas uma forma do governo os controlar, de saber onde eles estão para informar ao agronegócio. Ainda em escala governamental, utilizamos dos dados do Instituto Paraguayo de Tecnología Agraria (IPTA), neste caso utilizamos dados referentes a melhoramento genético de sementes e de utilização de agroquímicos.

---

<sup>25</sup> Tais informações foram disponibilizadas mediante consulta presencial na biblioteca em Asunción.



No que tange aos dados de organizações e instituições multilaterais utilizamos dados da FAO, do Banco Mundial, do *LandMatrix*<sup>26</sup>, que consiste em uma iniciativa de levantar e organizar informações referentes ao processo de estrangeirização em escala global. Destacamos que há um relevante problema de divergência entre dados, sobretudo entre os dados oficiais do governo do Paraguai e os dados da FAO, crítica ressaltada por muitos pesquisadores sociais paraguaios. Utilizamos dados do Movimiento Regional por la Tierra y Territorio, movimento sul-americano com o objetivo de registrar resistências contra o agronegócio em toda a América do Sul. Ainda destacamos que utilizamos dados referentes a produção e exportação de grãos em geral da Cámara Paraguaya de Exportadores y Comercializadores de Cereales y Oleaginosas (CAPECO). Ainda usufruímos de dados do movimento *“Tierras Malhabidas: Las estamos pagando”*, que consiste em um movimento de denúncia contra as terras doadas ilegalmente e griladas no Paraguai no período ditatorial (1955-1989) e que até atualmente é um importante gerador de conflitos e desigualdade no Paraguai. Neste caso, utilizamos dados referentes a propriedades apropriadas ilegalmente. Por fim, utilizamos os dados referentes a violência e mortes no campo, publicados pela Coordinadora Derechos Humanos Paraguay (CONDEHUPY).

Referente à base cartográfica utilizada para a elaboração dos cartogramas desta pesquisa, ressaltamos que a mesma foi vetorizada pela bolsista, uma vez que os dados coletados estão na escala departamental e não encontramos uma base cartográfica que atendesse esta necessidade<sup>27</sup>. Logo, optamos por realizar a vetorização manual através do *software PhilDigit*, extensão do *PhilCarto*. Os cartogramas foram elaborados através do *software* de coromática *PhilCarto* e editado (escala e *layout*) no *software Adobe Illustrator*.

Em termos de metodologias qualitativas, optamos pela metodologia de trabalho de campo, pois compreendemos que devemos articular a empiria com a teoria (LACOSTE, 2006, p. 91) e “um ato de observação da realidade do outro, interpretada pela lente do sujeito na relação com o outro sujeito” (SUERTEGARAY, 2002, p. 95). Durante toda a construção desta pesquisa buscamos refletir sobre o papel do trabalho de campo para a mesma e sempre quando retornávamos do campo fazíamos o exercício de nos questionar: o que mudou na pesquisa após o trabalho campo? Respondendo a este questionamento,

---

<sup>26</sup> Corresponde a uma iniciativa criada em 2009 pela International Land Coalition (ILC) para o monitoramento das transações de terra [compra, arrendamento e concessão] que envolvem mais de 200 hectares a partir do ano de 2000 e que necessariamente tenham um uso do solo orientado para fins econômicos (VENENCIA, AGUERO, BARBOSA e SEGHEZZO, 2019). O *LandMatrix* apresenta limitações, mas é o mais completo banco de dados sobre transações de terras no século XXI.

<sup>27</sup> A base cartográfica foi buscada na Dirección General de Estadística, Encuestas y Censos (DGEEC) do Paraguai e através do banco de cartas do *software PhilCarto*.

afirmamos que os trabalhos de campo direcionaram totalmente a pesquisa. Assim, o trabalho de campo nos faz superar pré-conceitos e ambiguidades, exaltando as singularidades dos locais (SERPA, 2006).

Realizamos cinco trabalhos de campo. O primeiro nos meses de novembro e dezembro de 2015, em Asunción. O segundo realizado em junho de 2016 departamento de Alto Paraná, especificamente nos distritos de Ciudad del Este, Minga Guazú, San Cristóbal, Santa Rita e Tavapy. O terceiro em julho de 2017 nos departamentos de Alto Paraná, Caaguazú, Cordillera, Central e Asunción. O quarto trabalho de campo ocorreu nos meses de abril, maio e junho de 2018 em Asunción e departamentos de Central e Paraguari. Por fim, em setembro de 2019 realizamos o nosso último trabalho de campo no departamento de Canindeyú, especialmente no distrito de Curuguaty, na propriedade *malhabida* da família Riquelme, local onde ocorreu o Massacre de Curuguaty, 2012 [ver Box II].

Inicialmente os trabalhos de campo em Asunción não estavam previstos, contudo foram essenciais para termos acesso às pesquisas desenvolvidas no país, a bibliografia e a concepção dos pesquisadores e sujeitos envolvidos no processo de estrangeirização no Paraguai. Ademais em Asunción estão localizadas as sedes de instituições nas quais realizamos entrevistas e também de movimentos socioterritoriais.

Durante os trabalhos de campo, utilizamos a metodologia de entrevistas semiestruturadas, que segundo Flick (2009) se enquadra na coleta de dados verbais e é definida por Colognese e Mélo (1998, p. 143) como “um processo de interação social, no qual o entrevistador tem por objetivo a obtenção de informações por parte do entrevistado”. As entrevistas foram orientadas em quatro eixos: *movimentos socioterritoriais*, onde entrevistamos militantes da Coordinadora Nacional de Mujeres Rurales e Indígenas (CONAMURI) e Federación Nacional Campesina (FNC); *órgãos governamentais*, representantes do Ministerio de Agricultura y Ganadería (MAG), do Instituto Nacional de Desarrollo Rural y Tierras (INDERT) e do Servicio Nacional de Calidad y Sanidad Vegetal y de Semillas (SENAVE); *pesquisadores especialistas*, do BASE Investigaciones Sociales, Centro de Estudios Rurales Interdisciplinarios (CERI), Centro de Documentación y Estudios (CDE), Instituto Paraguayo de Ciencias Sociales (ICSO) e Centro de Estudios y Promoción de la Democracia, los Derechos Humanos y la Sostenibilidad Socio-ambiental (Heñoi) e, por fim, *analistas de investimento* que atuam no Paraguai. Ademais, participamos de diferentes atividades do CONAMURI, FNC, Organización de Lucha por la tierra (OLT) e *Ñamosêke Monsanto*.

## Sobre os capítulos

---

Esta tese tem como *fio condutor* o livro “*As veias abertas da América Latina*”, do uruguaio Eduardo Galeano, publicado pela primeira vez em 1971. Escolhemos este livro porque o mesmo retrata o processo de formação [invasão e colonização] da Pátria Grande (RIBEIRO, 2010 e 2017) como território historicamente criado para atender as demandas do capital externo, seja das empresas colonizadoras [Espanha e Portugal], seja do capital financeiro e corporativo. Mesmo após quase cinquenta anos de sua publicação, “*As veias abertas da América Latina*” soa bastante atual. Já em 1971 Galeano afirmava que a “Tríplice Aliança continua sendo um êxito”. Hoje, em 2019, a pesquisa aqui apresentada, confirma mais a afirmação de Eduardo Galeano e assim, leva o título da tese. Por isso, cada capítulo desta tese inicia-se com uma frase do referido livro.

No capítulo I trazemos a contribuição teórica da pesquisa, a nossa intervenção nos estudos sobre *land grabbing*, no qual propomos o controle e estrangeirização do território através da relação entre teoria e empiria, tomando como o exemplo a realidade agrária paraguaia. Neste capítulo abordaremos as pesquisas sobre o *land grabbing* e estrangeirização, destacaremos processos como a financeirização da agricultura, acumulação primitiva e acumulação por despossessão inseridos no contexto do controle e estrangeirização do território, bem como, a partir de uma ampla discussão no âmbito nacional e internacional, conceituaremos o controle e estrangeirização do território, elencando elementos, tipologias e tendências através da Geografia como lente de análise. Adiantamos que não compreendemos a estrangeirização como uma tradução do *land grabbing*, uma vez que além de problemas de significação, há questões de ideologia, intencionalidades e visões de mundo (REYDON e FERNANDES, 2012; McMICHAEL, 2014). Diante desta problemática, defendemos que o *land grabbing* na realidade compreende o *land control-grabbing* (BORRAS JR.; KAY, GÓMEZ e WILKINSON, 2013), ou seja, no poder de controlar não só o território, mas o acesso a este.

No que tange ao controle e estrangeirização do território no Paraguai, durante a pesquisa de mestrado, identificamos três regimes históricos. O primeiro regime compreende de 1870 até meados da década de 1950, com o final do ciclo do tanino. Tal período foi marcado pela territorialização do capital argentino no país. O segundo regime do processo corresponde de 1950 até meados da década de 1990, evidenciada pela intensificação na relação diplomática entre Brasil e Paraguai e migração massiva de camponeses e latifundiários brasileiros para o Paraguai. O terceiro inicia-se nos anos 2000

e está em vigor até a atualidade, marcada pela intensificação do capital internacional no Paraguai, que ocorre pela territorialização de empresas oriundas do Brasil; empresas argentinas financeirizadas, empresas de mercado imobiliário e pecuaristas oriundos do Uruguai. Deste modo, a escala regional é essencial para compreender a estrangeirização no Paraguai.

No capítulo II abordaremos a questão agrária e estrangeirização no Paraguai durante o primeiro regime do controle territorial do país (1870-1950). Primeiramente, realizaremos uma exposição da questão agrária paraguaia e como ocorreu o processo de estrangeirização no decorrer da história do país. Enfatizamos que a estrangeirização é secular e essencial para compreender a questão agrária paraguaia, pois anterior a territorialização do capital internacional, o Paraguai era soberano, sem dívidas externas e sem população sem-terra e é com a Guerra da Tríplice Aliança (1864-1870), em que Argentina, Brasil e Uruguai lutaram contra o Paraguai, deixando consequências sentidas pela população paraguaia até os dias atuais, como foi possível observar no decorrer dos trabalhos de campo. Neste capítulo mostraremos como ocorreu a estrangeirização na primeira fase do controle do território paraguaio, sob a dominância do capital argentino, no qual elencaremos as motivações, os envolvidos e as estratégias para controle do território.

No capítulo III dissertaremos sobre a territorialização e territorialidades do agronegócio brasileiro no Paraguai a partir da década de 1950, quando Brasil passava pela modernização da agricultura, sobretudo nos estados da região Sul do Brasil, impulsionando a migração de camponeses e latifundiários brasileiros para o Paraguai, estes últimos construíram empresas do agronegócio no país e são conhecidos como brasiguaios, isto é, *aqueles camponeses que deram certo*, conforme os relatos de entrevistas realizadas em trabalhos de campo. O agronegócio brasileiro alterou completamente as relações territoriais no Paraguai, principalmente com a introdução da soja na década de 1970. Além de resultar na desterritorialização de camponeses, gerou impactos na soberania alimentar, dependência externa e criminalização da luta pela terra e por qualquer forma de uso coletivo do território.

No quarto capítulo abordaremos acerca do atual regime de controle e estrangeirização do território, elencando os diferentes agentes do agronegócio no país, tais como corporações transnacionais, fundos de investimento, empresas estatais, empresas nacionais com presença de capital estrangeiro e empresas estrangeiras, contudo, enfatizaremos as empresas argentinas, brasileiras e uruguaias, as motivações e estratégias destas empresas para controlar o território e o acesso a este, não apenas

através da territorialização, mas também da territorialidade, através da processos de Territorialização - Desterritorialização - Reterritorialização (T-D-R).

O capítulo V traz para o debate os conflitos territoriais atuais entre empresas estrangeiras do agronegócio e comunidades camponesas e indígenas, propondo uma tipologia dos conflitos. Considerando o território como multidimensional e multiescalar, os conflitos territoriais abrangem as esferas ambiental, social, econômica, material e imaterial. Destacamos que a conflitualidade, isto é, “o processo de enfrentamento perene que explicita o paradoxo das contradições e as desigualdades do sistema capitalista, evidenciando a necessidade do debate permanente, nos planos teóricos e práticos, a respeito do *controle político* e de modelos de desenvolvimento” (FERNANDES, 2008, p. 217), é um processo constante. Já os conflitos são momentos de enfrentamento direto e são estes enfrentamentos que abordaremos neste capítulo.

Após expor como o império do agronegócio está estruturado, no capítulo VI abordaremos como a luta *pela* e *na* terra no país está organizada, como os movimentos socioterritoriais se articulam e promovem ações para lutar contra o modelo de desenvolvimento hegemônico, que os exclui do acesso à terra. Os movimentos de luta pelo território no Paraguai, assim como em toda a América Latina, foram violentamente perseguidos durante a ditadura militar. Apenas com a transição democrática, fins da década de 1980 e início da década de 1990, os movimentos retornam a se organizar em ações de luta pela terra. Contudo, a violência do período ditatorial reflete na luta atual, uma vez que a dificuldade de organização destes movimentos é alta, articulações tornam-se difíceis devido as divergências ideológicas entre diferentes movimentos (PALAU, 2005). Mesmo diante de todas as dificuldade organizacionais e criminalização, as manifestações e ocupações de terra são as formas hegemônicas dos camponeses lutarem pelo seu território – material e imaterial.

Ainda debateremos as formas e experiências de resistência camponesa no Paraguai frente ao avanço do agronegócio e do controle e estrangeirização do território, propondo uma tipologia de resistências. No país pesquisado, diante da massiva criminalização das práticas de resistências de enfrentamento direto – manifestações e ocupações de terra – torna-se difícil falar sobre resistências. Isso não significa que a mesma não exista, pelo contrário, essa criminalização faz com que a população camponesa busque novas formas de resistência, como a organização de feiras e mesas de diálogo, exemplos das alternativas utilizadas pela CONAMURI, acompanhados durante os trabalhos de campo.

Inserimos as formas de resistências porque não queremos reproduzir os percursos das pesquisas já realizadas sobre controle e estrangeirização, nas quais não abordam as singularidades de cada recorte territorial pré-estabelecido e reproduzem questões globais em diferentes locais. Por fim, nas considerações finais apresentaremos o Paraguai agrário, no qual, baseado na proposta de Girardi (2008), elaboramos um mapa síntese que nos permite observar os regimes do controle e estrangeirização do território no país desde 1870 até 2019, bem como as áreas destinadas à produção de soja e pecuária de corte – principais atividades no país – ou seja, as áreas de controle do capital estrangeiro, de desterritorialização do campesinato, conflitos territoriais e resistência camponesa e indígena.

## **CAPÍTULO I: CONTROLE E ESTRANGEIRIZAÇÃO DO TERRITÓRIO: NOVOS ELEMENTOS PARA PENSAR A QUESTÃO AGRÁRIA NO SÉCULO XXI**

---

*“Terras que antes poderiam abastecer as necessidades essenciais do mercado interno são destinadas a um só produto, a serviço da demanda estrangeira”.  
As Veias Abertas da América Latina, Eduardo Galeano.*

Esta pesquisa é resultado de inquietações decorrentes de nossa trajetória acadêmica. Quando iniciamos a investigação sobre o processo de estrangeirização da terra no Brasil, ainda durante do período de graduação, em 2012, um fato nos instigou: *por que tamanha repercussão midiática e por que diferentes trabalhos acadêmicos abordam o interesse global em terras, materializado sobretudo na apropriação do território por estrangeiros, como um processo recente?* O questionamento ocorreu porque compreendemos que historicamente o sistema capitalista tem a necessidade de incorporar novos territórios que possibilitem a manutenção de sua acumulação.

Durante a primeira revisão bibliográfica outro questionamento aflorou: por que as referências (VON BRAUN e MEINZEN-DICK, 2009; COTULA, 2012; ROMERO, 2015) afirmam que o processo de apropriação do território pelo capital internacional obedece o movimento *Norte, expropriador e rico e Sul, expropriado e pobre?* Se é assim, por que o Brasil se apropria de terras no Paraguai (LAINO, 1978; GALEANO, 2012), na Bolívia (GIMENEZ, 2010; McKAY, 2018) e em Moçambique (CLEMENTS, 2015)? Por fim, outra questão que nos estimulou foi a ausência da Geografia no debate acerca do interesse global em terras, dominado pela economia política. Há poucos geógrafos dedicados a pesquisas sobre o tema, especialmente no Brasil, salvo Fernandes (2009b e 2011), Oliveira (2010), Clements (2015), Buscioli (2016 e 2017) e Frederico (2016). A Geografia nos brinda com importantes contribuições para a compreensão do processo que aqui propomos intitular de controle do território em sua totalidade.

Sobre a corrida mundial por terras não há nenhum consenso entre pesquisadores, instituições, movimentos e governos a não ser que o aumento do interesse em terras para diferentes fins ocorre desde meados de 2007 (EDELMAN, OYA e BORRAS JR, 2013). A questão que frequentemente é tema de debate é acerca de como intitular o avanço do interesse global em terras. Esta discussão é intensa principalmente em países de língua

lusófona, O que a academia internacional convencionou a designar de *land grabbing* e *acaparamiento de tierras* não possui uma tradução correspondente para o português. Inicialmente utilizou-se da *estrangeirização da terra* como sinônimo de *land grabbing*, embora não seja adequado. A estrangeirização é um elemento do *land grabbing*, logo, não corresponde a totalidade do processo. Nossa hipótese é que esta confusão terminológica ocorreu devido ao fato do mesmo se materializar no Sul global através de agentes estrangeiros. Este problema de tradução já foi superado pela academia internacional, porém ainda é alvo de discussões [e equívocos] no Brasil.

Ora, mas como traduzir o *land grabbing* para o português? Esta questão debatida por Sauer e Borras Jr. (2016) se torna necessária não apenas conceitualmente, mas também politicamente. Os conceitos e definições são datadas em termos históricos e geográficos, logo considerar a área de estudo é importante para delimitar e definir o processo. A partir da nossa trajetória acadêmica, objeto de análise [através da relação teoria e empíria] e da defesa de uma abordagem geográfica do então chamado *land grabbing*, propomos a construção de um termo que permita compreender o mesmo na sua essência, não escamoteando dinâmicas e elementos. Após revisão bibliográfica e debates com os orientadores propomos o termo controle do território para se referir ao que a academia internacional intitula de *land grabbing*, pois este é o elemento que dá a essência ao *land grabbing*.

Com base nos estudos de Peluso e Lund (2011), Borras Jr., Kay Gómez e Wilkinson (2012 e 2013) e McKay (2017c e 2018), partimos do princípio de que *land grabbing* é um processo mais amplo de controle do território – *land control*. O *land grabbing* é compreendido através do poder de controlar terras e demais recursos associados – água, biodiversidade, minérios – e obter benefícios a partir deste domínio, provocando uma mudança no uso do território. Estrangeirização, financeirização, concentração de terras, neoextrativismo/agroextrativismo, impactos na soberania alimentar e desterritorialização são elementos que compõem o processo de controle do território. Contudo, isso não significa que toda a estrangeirização seja parte do processo de *land grabbing* e vice-versa<sup>28</sup>.

A proposição do controle do território é uma das possíveis contribuições da Geografia para o processo, visto que as definições dominantes acerca do processo tendem a *coisificar* o território (SOUZA, 2013), o considerando apenas como substrato material e

---

<sup>28</sup> Um exemplo são migrantes estrangeiros que vieram para o Brasil na década de 1950/1960 [majoritariamente japoneses e italianos]. Estes dados são resultados de um processo histórico de colonização no qual o objetivo destes agentes não é a acumulação de capital, mas a sua reprodução na terra enquanto agricultor familiar. Estes dados não representam a atual dinâmica da estrangeirização e, muito menos, do controle do território (PEREIRA, 2019).



não como uma construção social a partir de relações de poder. O *land grabbing* é uma construção com base em relações de poder, o que faz deste um processo político (HOLT-GIMÉNEZ, 2012). Utilizar o conceito de território pautado na multidimensionalidade e multiescalaridade, permite entender a essência do assim chamado *land grabbing*.

Nosso objetivo neste capítulo é analisar a estrangeirização ao longo da história, compreendida no interior de um processo global de controle do território [ou seja, *land grabbing*]. Ao analisar o controle e estrangeirização do território no espaço e tempo, concluímos que estes processos se materializam por meio de regimes. O controle e estrangeirização é são elementos estruturais da questão agrária, especialmente no Paraguai, contudo os mesmos assumem formas distintas ao longo dos diferentes regimes de acordo com o movimento da realidade.

Evidenciaremos o que caracteriza os processos aqui trabalhados no século XXI, levantando questões, tendências, criando tipologias e a nossa própria definição do controle e estrangeirização a partir da ciência geográfica. Ressaltamos que a nossa exposição será realizada embasada no debate paradigmático proposto por Felício (2011), Vinha (2012), Fernandes (2013). Enfatizamos que no decorrer do texto iremos utilizar os termos *land grabbing*, controle e estrangeirização do território, o que não significa uma confusão conceitual [visto que estamos propondo o controle do território como expressão para designar o *land grabbing*], mas sim a necessidade, pois na nossa revisão bibliográfica consideramos todas as pesquisas que se referem ao processo pela expressão *land grabbing* ou *land rush*.

### **1.1. A questão territorial no controle e estrangeirização**

---

Por que selecionamos o território como conceito geográfico essencial para a compreensão da estrangeirização? A nossa tese é que o território – entendido na multidimensionalidade e multiescalaridade – é um conceito eficiente para abordar o controle e estrangeirização. Franco, Borrás Jr., Alonso-Fradejas, Buxton, Herre, Kay e Feodoroff (2013), argumentam que uma *lente* para entender o processo que intitulam de *land grabbing* é a economia política, contudo não apresentam análises territoriais. Assim, cabe a Geografia realizar este debate negligenciado por outras áreas do conhecimento.

A maioria das pesquisas sobre o assim chamado *land grabbing* possuem uma abordagem da terra apenas como superfície apropriada pelo capital (trans) nacional, não considerando a terra enquanto território e as suas múltiplas dimensões. Isto é, geralmente não se considera a terra como um recurso que contém outros recursos, como água, minérios

e biodiversidade; como recurso que produz alimentos. Nas palavras de Li (2014, p. 489) “land is a strange object. Although it is often treated as a thing and sometimes as a commodity, it is not like a mat: you cannot roll it up and take it away”. As definições hegemônicas do *land grabbing* tendem a *coisificar* o território (SOUZA, 2013). Assim, utilizar o território na perspectiva da Geografia permite uma compreensão mais ampla do processo de *land grabbing* e estrangeirização, sem escamotear demais elementos, agentes e sujeitos, ou seja, nos permite compreender a realidade posta por um novo elemento da questão agrária.

O território é um dos conceitos fundamentais da Geografia desde da sua constituição enquanto ciência<sup>29</sup> e que na década de 1950 retorna como central nas ciências humanas. No senso comum o território [e na Geografia Tradicional] é apreendido como extensão de terra, área de um país e base geográfica de um Estado, sempre relacionado com território de um Estado-nação e com a geopolítica. Diante desta diversidade de definições e conceituações do território e, conseqüentemente, de processos a ele relacionado, há a necessidade de uma abordagem crítica sobre a construção do mesmo na Geografia. Destacamos aqui que compreendemos o território como mais que um espaço físico, mas sim um espaço político por excelência.

Como o conceito é histórico partimos do pressuposto que durante a história do pensamento geográfico, o território foi abordado de maneira distinta, de modo que reflete o próprio processo de construção e consolidação da Geografia enquanto ciência. O território emerge na Geografia Clássica através da obra de Friedrich Ratzel (1844-1904) intitulada *Atropogeografia – fundamentos da aplicação da Geografia à História* (1882 [1990]). A obra em questão aborda três pontos essenciais: 1) a influência que as condições naturais exercem sobre a humanidade, que seria o objeto da Geografia segundo Ratzel (1882 [1990]); 2) circulação e distribuição das sociedades humanas e; 3) formação dos territórios, onde na relação sociedade-natureza há uma dimensão políticas que expressa e materializa na propriedade e no Estado.

De acordo com Ratzel (1882 [1990]) o território é entendido como um espaço concreto com atributos naturais apropriados por um grupo, aproximando do território proposto pela Biologia<sup>30</sup>. Como objeto da Geografia, segundo Ratzel (1882 [1990]) seria o estudo da influência que as condições naturais exercem sobre a humanidade e a perda de território seria a maior prova da decadência de uma sociedade, deste modo o progresso

---

<sup>29</sup> Embora não seja um conceito exclusivo da Geografia.

<sup>30</sup> Destacando que a primeira formação de Friedrich Ratzel é a Zoologia e a sua primeira obra foi *Essência e destino do mundo orgânico* (1869), com forte influência da teoria Darwinista.

implicaria na necessidade de aumentar o território. Isso justificou o expansionismo alemão do século XIX, uma vez que o homem necessita do meio para garantir sua liberdade, o espaço vital. Outro conceito importante neste contexto é o Estado, pois quando uma sociedade se organiza para defender um território, forma-se o Estado<sup>31</sup> (RATZEL, 1882 [1990])<sup>32</sup>.

Entre o final do século XIX até meados da década de 1950, o território não foi trabalhado pela Geografia. A partir da década de 1950 até o final da década de 1970 há uma redescoberta do mesmo, buscando romper com as abordagens positivistas, neopositivistas e quantitativas, que negligenciava o conceito de território em prol de região. Há a necessidade de uma mudança de paradigma, onde há redefinição das noções, dos conceitos, dos métodos e dos modelos e neste caminho, há a redescoberta do território pela Geografia (SAQUET, 2007). Desde então, diferentes pesquisadores buscaram e buscam definir e conceituar o território através de diferentes concepções filosóficas, de distintos métodos e objetos de estudo, todos buscando a superação do território pautado na obra de Ratzel (1882 [1990]) e assim pensar o território para além do Estado-nação, embora ainda seja uma concepção presente no senso comum.

Primeiramente, é necessário abordarmos que o espaço não é sinônimo de território e sim que este último é gerado através do espaço, ou seja, “ao se apropriar de um espaço, concreta ou abstratamente, o ator ‘territorializa’ o espaço (...) o espaço é a prisão original, o território é a prisão que os homens constroem para si” (RAFFESTIN, 1993, p. 143-144). Ademais, ao tratar o território como equivalente ao espaço, há o risco de ‘*coisificar*’ o território (SOUZA, 2009, p. 62).

Entendemos o território como um espaço construído por diferentes agentes através de múltiplas relações de poder. O território é multidimensional, multiescalar, material e imaterial. Nossa compreensão de território é pautada em diferentes concepções de variados geógrafos. Nossa primeira influência é Claude Raffestin (1993), que compreende o território como fruto das relações sociais, deste modo como espaço no qual se projeta o trabalho e efetivado pelas relações de poder, o território como um espaço em disputa, o território “é a cena do poder e o lugar de todas as relações” (RAFFESTIN, 1993, p. 53).

---

<sup>31</sup> A questão do Estado como central no debate do Território ainda permanece na atualidade, basta observar os discursos sobre os impactos da estrangeirização da terra, onde o principal argumento utilizado é a perda da soberania territorial, não considerando que a estrangeirização ocorre no segundo território e que um Estado-nação é soberano, não importando o quão fraca seja esta soberania (SASSEN, 2013).

<sup>32</sup> Não podemos separar estas ideias iniciais sobre território do tempo histórico que o mesmo foi pensado, Ratzel vivenciou a constituição real do Estado alemão e as suas ideias apenas são compreensíveis em função da época e da sociedade que as engendraram (MORAES, 1994).

O geógrafo Robert Sack (1986) também contribuiu para a nossa abordagem territorial, pois enfatiza os territórios como construção social, que pode ser usado para conter e excluir pessoas e no qual os seus limites mudam de acordo com as estratégias de controle. Neste último ponto, a contribuição de Sack (1986) para o estudo da estrangeirização é essencial, uma vez que a estrangeirização se utiliza das estratégias de controle do território através da territorialização e territorialidade do capital estrangeiro via relações de poder, controlando o acesso ao território.

Na Geografia brasileira diferentes referências pautam a definição de território utilizada nesta pesquisa. Dentre estas destacamos Bertha Becker (1983), que ao discutir o uso político do território através da Geografia Política entende o mesmo como expressão concreta das unidades políticas no espaço, o território é produzido pela prática social e vivido/utilizado como meio. Um grande contribuição é crítica de Becker (1983 e 2005) em relação a abordagem unidimensional e totalitária do Estado como detentor único do poder – o Estado controla o território. Isto é evidente quando Becker (2005), ao abordar a geopolítica da Amazônia propõe novas formas de abordar o Estado, o território e a geopolítica. A realidade se modifica e nos põe diante de novas expressões e elementos – um destes elementos podemos dizer que é a estrangeirização. Isto significa que o Estado não é o único detentor do poder e o território não se refere apenas ao Estado-nação. Há diferentes agentes disputando e formando o território através das relações de poder.

A definição de território de Milton Santos (1996 e 2012) a partir do uso do território também exerce influência na pesquisa. O território construído através do seu uso e o território transnacionalizado são importantes para compreender a estrangeirização, uma vez que corporações (trans) nacionais via relações de poder disputam, constroem e controlam o território através do seu uso, seja para a especulação, produção agrícola ou extração de minérios.

Contudo, este uso e a transnacionalização não é livre de conflito, há uma disputa entre corporações, Estados e população local, em um processo de Territorialização – Desterritorialização – Reterritorialização [T-D-R]. Nesta perspectiva, Santos (1996) e Silveira (2007 e 2011) propõem adjetivações do território como usado e corporativo. O território usado como arena onde fatores de todas as ordens contribuem para geração de situações, o uso do território é alterado no atual período de globalização neoliberal em prol do surgimento do território corporativo, o território usado pelas corporações, a privatização do território.

O debate territorial de Rogério Haesbaert (2002 e 2010) também contribui para a construção da nossa concepção de território, principalmente pelo fato do mesmo

compreender o território enquanto espaço apropriado por meio de múltiplas relações de poder, tanto *materiais* - em termos jurídicos e políticos - quanto *imateriais* - na produção de identidade e simbolismos. Na concepção de Haesbaert (2002 e 2010), assim como na defendida nesta tese, o território é multidimensional, compreendido através das dimensões política, jurídica, econômica e cultural, produzido por diferentes agentes, desde corporações até movimentos sociais, onde a distinção dos territórios ocorre através daqueles que o constroem.

Relacionando diretamente com esta pesquisa, Fernandes (2009a) aborda os territórios como espaços sociais, culturais, nos quais há manifestação de relações e ideias. Deste modo, o território é produzido pelas relações de produção. O território possui como princípios a soberania, totalidade, multidimensionalidade, pluriescalaridade, intencionalidade e conflitualidade. Fernandes (2009a, p. 200) ainda destaca que há duas concepções distintas sobre o território. Uma primeira compreensão se refere ao território apenas como espaço de governança<sup>33</sup>, multidimensional e multiescalar, que corresponde ao Estado Nação, províncias, Estados e municípios. Neste sentido o território é abordado como uno. A segunda compreensão a respeito do território caminha no sentido de uma construção de uma tipologia de territórios, partindo do território como espaço de governança, no entanto reconhecendo outros tipos de territórios, que podem ser fixos e fluxos, materiais e imateriais.

A partir desta compreensão de território enquanto multiescalar e multidimensional, Fernandes (2009a) defende que o território possui três tipologias, que explicitam a sua diversidade, produz a multiterritorialidade e “*contribuem com a leitura das disputas territoriais e seus processos de conflitualidades*”. Tais tipologias são: 1) O primeiro território: compreendido como o *espaço de governança*<sup>34</sup>; 2) O segundo território: abordado como as *frações territoriais*, neste ponto o campesinato seria uma fração territorial e o agronegócio outra, representando territórios móveis, deve-se distinguir as frações territoriais, uma vez que as relações sociais que as produzem são distintas. É no segundo território que ocorre a estrangeirização; 3) O terceiro território: compreendido como *território relacional*, resultado das conflitualidades entre as frações de territórios, as conflitualidades entre o território do agronegócio e do campesinato. O terceiro território

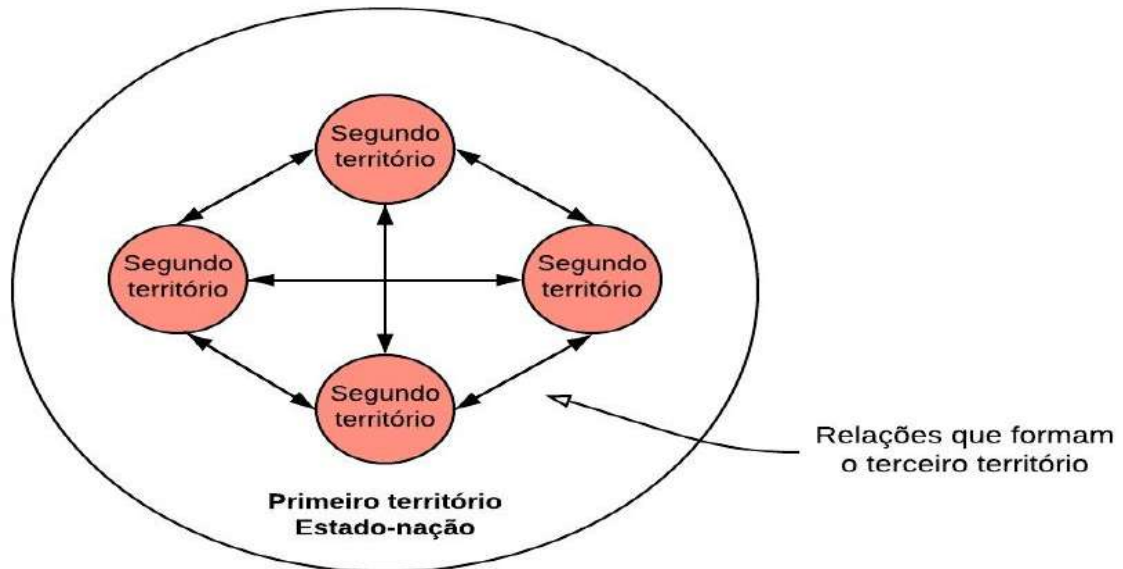
---

<sup>33</sup> Neste contexto específico utilizamos governança como espaço de tomada de decisões do Estado Nação. Contudo, deixamos registrados que somos críticos a perspectiva de governança utilizada por Estados, instituições multilaterais e empresas. Compactuamos com o que é posto por Veltmeyer e Petras (2008) acerca do viés da “boa governança” como forma de privatização utilizado frequentemente pelo Banco Mundial.

<sup>34</sup> Destacamos que ao conceber o território apenas como espaço de governança, estamos ocultando os diversos territórios, por isso a necessidade da multidimensionalidade do território.

atinge todas as escalas e está cada vez mais presente no cotidiano das pessoas. (Organograma 02).

**Organograma 02. Tipologia dos territórios e a relação entre os territórios.**



Fonte: Adaptado de Fernandes (2009a); Org.: Autora (2019).

A discussão de tipologias de território é essencial para compreender o assim chamado *land grabbing* e a estrangeirização, pois é no segundo território que ocorrem estes processos. O segundo território é disputado pelas empresas estrangeiras e campesinato através de relações de poder, cada um com o seu modelo de desenvolvimento. Esta disputa resulta em processos diferentes processos territoriais, tais como a T·D·R. Anterior a *territorialização*, temos que nos referir à *espacialização*<sup>35</sup>, que é onde ocorre à conquista da fração do território [segundo território] e desta forma desenvolve o processo de *territorialização*.

De acordo com Gonçalves (2011) a *territorialização* corresponde à fase superior da luta pela terra. Assim, a *espacialização* compreende ao primeiro momento da luta pela terra, de ganhar espaço e visibilidade, enquanto a *territorialização* corresponde a conquista do território. Esta conquista do território pode se dar por diversos sujeitos e agentes, uma vez que há a *territorialização* da luta pela terra [assentamento], há a *territorialização* do capital (trans) nacional [monocultura produzida a partir do capital

<sup>35</sup> “Espacializar é registrar no espaço social um processo de luta. É o multidimensionamento do espaço de socialização política. É ‘escrever’ no espaço através de ações concretas como manifestações, passeatas, caminhadas, ocupações de prédios públicos, negociações, ocupações e reocupações de terras, etc.” (FERNANDES, 1994, p. 120).

internacional]. A territorialização é uma estratégia de controle de recursos “is the creation of systems of resource control - rights, authorities, jurisdictions, and their spatial representations” (RASMUSSEN e LUND, 2018, p. 388). Portanto, a *territorialização* corresponde a uma multiplicação de territórios, uma recriação. Após esta *territorialização* há a etapa de desenvolvimento territorial.

Saquet (2007) compreende que processo de territorialização é historicamente determinado. “É um dos produtos socioespaciais do movimento e das contradições sociais, sob as forças econômicas, políticas e culturais, que determinam as diferentes territorialidades, no tempo e no espaço, as próprias desterritorialidades e reterritorialidades” (SAQUET, 2007, p. 127). A territorialização corresponde ao processo de formação de um território, é material, mas ao mesmo tempo está vinculada a aspectos políticos, econômicos e imateriais. A territorialização possui uma dimensão dupla, comportando a desterritorialização e reterritorialização. Por sua vez, a desterritorialização corresponde a retirada de um sujeito ou agente de seu território.

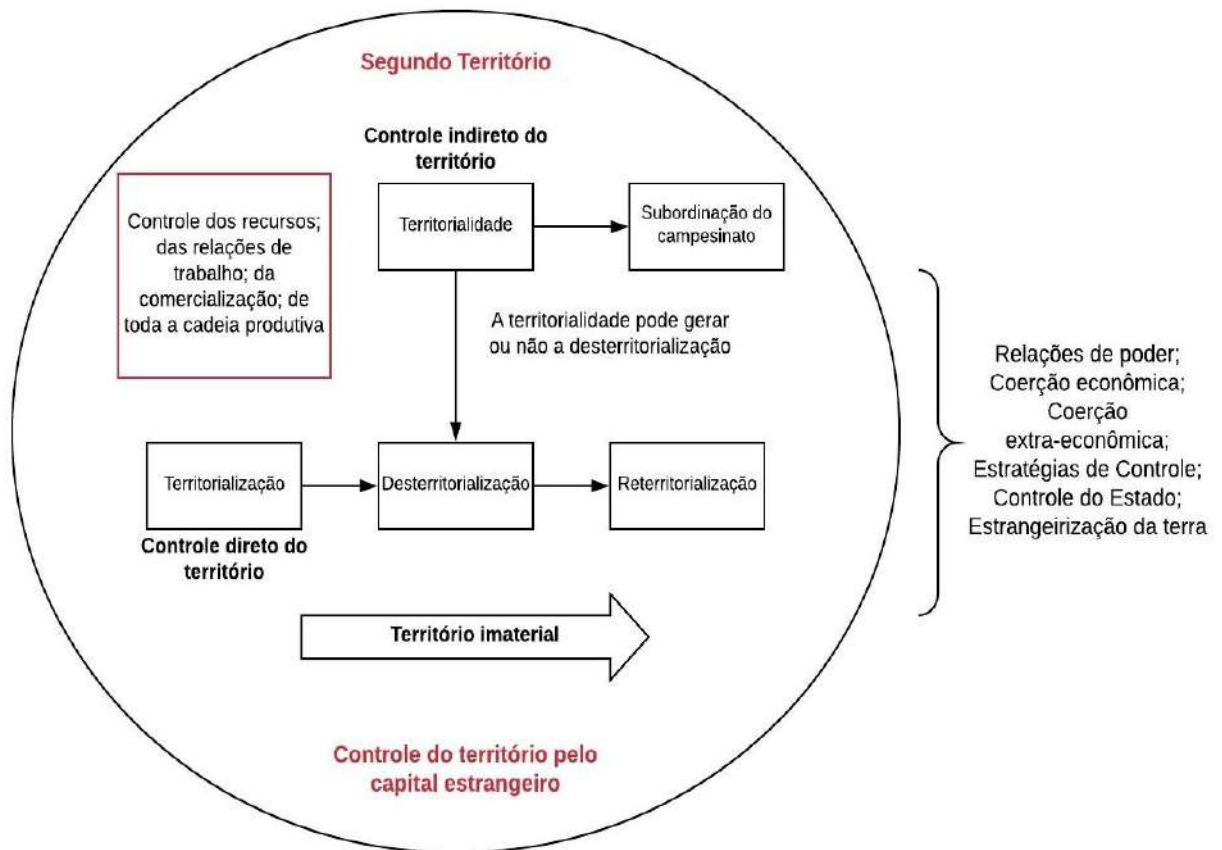
Um exemplo é desterritorialização do campesinato em prol da territorialização do agronegócio da soja no Paraguai (PEREIRA, 2017a). Todo processo de desterritorialização envolve uma reterritorialização e produz uma nova territorialidade. Estes três processos [territorialização, desterritorialização e reterritorialização] são indissociáveis, uma vez que a territorialização do capital internacional envolve a desterritorialização de uma produção agrícola ou de camponeses e, conseqüentemente, a reterritorialização deste em outro território. A desterritorialização de comunidades camponesas, tradicionais e ancestrais [no caso do Paraguai] é o principal impacto gerado pela estrangeirização. A desterritorialização não ocorre apenas via territorialização, mas através da monopolização da produção e do território pelo capital internacional. No decorrer desta tese defendemos a desterritorialização como impacto mais violento do controle e estrangeirização, visto que o controle do território permite também o controle do acesso (RIBOT e PELUSO, 2003).

No que tange a territorialidade, está é compreendida como expressão e representação do território, como o uso e controle do território e pode ser entendida como “estratégia espacial para afetar, influenciar e controlar recursos e pessoas, por meio do controle de áreas” (SACK, 1986, p. 03). Um exemplo são corporações transnacionais, como ADM, Bunge, Cargill e Louis Dreyfus Company [LDC], que não se apropriam diretamente de terras no Paraguai, porém controlam maior parte da produção da *commodity* no país e, conseqüentemente, todo o processo de exportação, isto porque há a territorialidade do capital estrangeiro em território camponês.

Ressaltamos que no interior de um território pode conter diversas territorialidades, em um assentamento ou colônia pode haver a territorialidade do capital manifestada através da produção mecanizada de soja imposta pelo modo de produção capitalista ou até mesmo através da integração do camponês ao capital. Concomitante há a territorialidade camponesa expressada através do trabalho familiar e da agroecologia. Em suma, a territorialidade é oriunda da relação social que a produz.

O controle do território ocorre de duas formas distintas: 1) via territorialização, o que significa a apropriação de terras [através de diferentes meios] para a produção agrícola, extração de recursos ou especulação; 2) via territorialidade, onde o capital não se apropria diretamente do território, mas sim do uso deste para um dado fim. Esta concepção ampla é importante porque as formas e mecanismos de controle estão cada vez mais sofisticadas e sutis (McKAY, 2017c). O controle e estrangeirização do território, baseado nos escritos de Fernandes (2009a) ocorrem no segundo território, no território da propriedade. O Organograma 03 é uma tentativa de esquematizar o controle do território pelo capital estrangeiro através dos processos de T-D-R e territorialidade.

### **Organograma 03. Estrutura do controle do território pelo capital estrangeiro.**



Org.: Autora (2019).



Por fim e não menos importante, transversal ao T·D·R e territorialidade, cabe destacar o território imaterial, uma vez que, segundo Fernandes (2009a), está presente em todas as ordens do território. Segundo o mesmo autor, o território imaterial está relacionado com o controle sobre o processo de construção do conhecimento e de interpretações. Compreendemos que os territórios materiais são um produto dos territórios imateriais, que são a base de sustentação para todos os territórios (FERNANDES, 2013). A intencionalidade, as teorias, os conceitos, os métodos e as metodologias adotadas formam um território imaterial, que podem ser materializados em políticas públicas e em demais ações.

## **1.2. Tudo novo de novo? Do *assim chamado land grabbing* ao controle e estrangeirização do território**

---

Este subcapítulo tem como objetivo realizar um debate teórico e histórico sobre o então chamado *land grabbing* e demais processos relacionados. Para realizar esta construção partimos de uma revisão bibliográfica sobre o tema, na qual selecionamos pesquisas de diferentes áreas do conhecimento, com perspectivas distintas e recortes variados, na tentativa de compreender como tais processos se materializam em diferentes territórios, para que possamos identificar as singularidades no Paraguai. Esta postura é importante porque o Paraguai é um país pouco pesquisado, tanto pela academia internacional, quanto pela paraguaia<sup>36</sup>. Isso resulta no estabelecimento do senso comum a partir da apropriação de teorias oriundas da Europa ou EUA para explicar a realidade, gerando discursos errôneos em relação ao controle e estrangeirização do território.

Nossa maior preocupação ao iniciar os estudos sobre o Paraguai foi de buscar não reproduzir estereótipos muito constante nas pesquisas realizadas, particularmente no Brasil, onde a maioria da população possui uma visão pejorativa do Paraguai. Em trabalhos de campo frequentemente a frase “*o Paraguai é o quintal do Brasil*” era citada. Logo, nosso cuidado foi selecionar referências e pesquisas construídas no bojo da ciência paraguaia, relacionando com os trabalhos de campo e entrevistas, afim de estabelecer um referencial teórico único, exclusivo e coerente para compreender tal realidade.

Partimos de dois pressupostos básicos. Primeiramente, o assim chamado *land grabbing* é um processo histórico, materializado em ciclos (EDELMAN e LEÓN, 2013;

---

<sup>36</sup> Isso é reflexo do modelo de desenvolvimento posto pelo Estado paraguaio, onde as ciências sociais e humanas são negligenciadas e, muitas vezes criminalizadas. O melhor exemplo é a não existência da carreira de antropologia em universidades paraguayas, em um país em que 80% da população fala um idioma indígena.

SASSEN, 2013). O *land grabbing* no século XXI é parte de um processo contínuo de acumulação em escala global (DIAS e LIMA, 2019). Segundo, o assim chamado *land grabbing* é heterogêneo. É um processo global, mas que também é moldado por processos e agentes históricos locais e nacionais (FREDERICO e ALMEIDA, 2019). Assim, o *land grabbing* é um processo formado no espaço e tempo.

A primeira características atual do assim chamado *land grabbing* é o contexto histórico que o mesmo ocorre. Em escala global, observa-se desde 2007 uma convergência de múltiplas crises – alimentar, ambiental, climática, energética e financeira<sup>37</sup> (BORRAS JR., KAY, GÓMEZ e WILKINSON; 2012; BORRAS JR e FRANCO, 2010a). A crise de sobreacumulação teve o seu *boom* em 2007/2008 nos EUA e na Europa, contudo foi iniciada ainda na década de 1970 (HARVEY, 2003). Tal crise culminou na necessidade de diversificação no portfólio de investimentos do capital financeiro que, por sua vez, busca novas estratégias e novos negócios mais seguros e rentáveis. Este processo inseriu um novo agente no controle e estrangeirização: os fundos de investimento. O capital financeiro tem transformando a terra em ativo financeiro, pois adentram a lógica de mercado para a acumulação e colocam de lado as relações sociais (POLANYI, 2000; BARBANTI JR, 2017a e 2017b).

Concomitante, vivemos um período de crise e/ou receio de uma futura crise energética proporcionado por diferentes fatores: discurso de aquecimento global oriundo da utilização de combustíveis fósseis<sup>38</sup>, esgotamento gradual das fontes de petróleo e instabilidade política na relação com os países produtores deste recurso (WOERTZ, 2013). Segundo Fernandes, Welch e Gonçalves (2014, p. 51) “a crise do petróleo têm colocado em questão o futuro da produção de energia, fazendo com que governos e empresas invistam na terra para produzir agrocombustíveis”. Tais fatores faz com que empresas transnacionais e Estados passem a investir em fontes alternativas de produção de energia. É neste cenário de uma mudança na matriz energética que o interesse em terras agricultáveis emerge no sentido de uma *segurança energética*, um bom exemplo é o Brasil (McKAY, SAUER, RICHARDSON e HERRE, 2014).

No caso da crise alimentar, além de ser propiciada pela preocupação de substituição de terras para o cultivo de cana-de-açúcar, soja e outras *commodities flexíveis*<sup>39</sup>, há o fato de uma preocupação com o aumento da população mundial. Em 2009

---

<sup>37</sup> Destacando que o modo de produção capitalista orchestra crises para controlar o sistema (HARVEY, 2003).

<sup>38</sup> Há pesquisas que relacionam políticas de mitigação de mudanças climáticas com o avanço do *land grabbing*, desenvolvidas no International Institute of Social Studies, na qual destacamos o estudo de Clapp, Newell e Brent (2018) intitulado *The global political economy of climate change, agriculture and food systems*.

<sup>39</sup> Correspondem aquelas com múltiplos usos [alimentação, ração animal, agroenergia e etc.] (BORRAS JR e FRANCO, 2012). As *commodities flexíveis* serão melhor abordados no decorrer deste capítulo.

a FAO divulgou um documento intitulado *Global agriculture towards 2050*, afirmando que a projeção da população mundial em 2050 é de nove bilhões de habitantes. O cálculo *um maior número de bocas para alimentar somado com a diminuição de terras destinadas a produção de alimentos* causou e ainda causa muitas preocupações por parte de instituições multilaterais e governos, que buscam adquirir terras em outros países para a produção de alimentos e garantia de uma segurança alimentar.

Contudo esta abordagem neomalthusiana (McKAY, 2018; SCOONES, SMALLEY, HALL, TKIKATA, 2018) proporciona narrativas de escassez (MEHTA, HUFF e ALOUCHE, 2018). Empresas e até mesmo governos buscam terras para a produção de *commodities* em larga escala com a justificativa de propiciar a segurança alimentar [tanto para o país do investidor quanto para o país receptor do investimento] quando na realidade o objetivo é o *agroextrativismo* ou *neoextrativismo*<sup>40</sup> (GUDYNAS, 2009 e 2010; GIARRACCA e TEUBAL, 2010; VELTMEYER, 2013; CÁCERES, 2015; SAVINO, 2016 e McKAY, 2017c).

É importante considerar que a crise não ocorre devido a produção insuficiente de alimentos. A crise alimentar envolve o aumento nos preços de alimentos, conhecido como *agroinflação*, impulsionada pela elevação do preço interno do petróleo, intensificação da produção de agrocombustíveis, mudanças climáticas, baixo estoque de alimentos e crescimento populacional (HAGE, PEIXOTO e VIEIRA FILHO, 2012). Isso evidencia que o capital se apropria da crise ou de receio de crise energética e climática para especular com o preço dos alimentos. Hage, Peixoto e Vieira Filho (2012) enfatizam muito bem como a *agroinflação* ocorre, porém o que os autores não destacam são os impactos<sup>41</sup>.

Já as crises ambiental<sup>42</sup> e climática estão diretamente relacionadas com a crise energética. Os discursos em torno do aquecimento global, mudanças climáticas e aumento no buraco da camada de ozônio são decorrentes da emissão de gases poluentes oriundos de combustíveis fósseis. Esta crise promove o *Green Grabbing*, ou seja, emersão de

---

<sup>40</sup> O neoextrativismo também assume diferentes formas. McKay (2017c) ao dissertar sobre o neoextrativismo na Bolívia, afirma que este possui diferentes formas: 1) refere-se ao volume de matérias-primas extraídas e destinadas à exportação com pouco ou nenhum processamento; 2) Concentração do controle da cadeia de valor; 3) intensidade da degradação ambiental na região; 4) falta de oportunidades de trabalho pertencentes ao complexo da soja, a penetração do novo *agro-capital* sob a forma de novas biotecnologias e máquinas excluiu os agricultores de trabalhar em suas terras, em um processo denominado exclusão produtiva.

<sup>41</sup> O aumento do preço do alimento interfere na segurança alimentar, resulta na elevação da pobreza, há uma redução no nível da renda relativa das famílias. Isso nos faz recorrer aos escritos de Josué de Castro, que já em 1955 e 1961 afirmava que o problema da fome não é a produção de alimentos, mas sim o acesso ao alimento.

<sup>42</sup> Dias e Lima (2019) tratam a crise ambiental como conjuntural, pois não apresenta picos pontuais. “A crise ambiental não apresenta picos pontuais, mas, uma vez que a voraz degradação ambiental nas suas mais diversas formas é resultado direto da insustentável exploração da vida pelo atual modo de produção capitalista, esta crise cresce de maneira geométrica e contínua” (DIAS e LIMA, 2019, p. 60).

apropriações verdes através de florestas plantadas, mercado de carbono e REDD+<sup>43</sup>, pautado no discurso de proteção ambiental. Fairhead, Leach e Scoones (2012) afirmam que vivenciamos uma *economia de reposição*. Antes a natureza era valorizada por aquilo que oferecia e hoje ela é valorizada pela sua reposição. Ademais, há uma *commoditização da natureza*, várias empresas e fundos adquirem terras com esta intencionalidade.

A justificativa da convergência de crises como responsável pelo aumento da procura por terras é utilizada pela maioria dos pesquisadores que trabalham a temática do *land grabbing* (BORRAS JR e FRANCO, 2010a; BORRAS JR., KAY, GÓMEZ e WILKINSON; 2012; BORRAS JR, FRANCO e WANG, 2012; BORRAS JR, FRANCO e WANG, 2013; McKAY, 2017b e 2017d). No entanto, há pesquisadores que consideram apenas uma ou outra crise como impulsionadoras do *land grabbing*, como McMichael (2012 e 2014), que dá atenção a crise de alimentar e financeira.

Outra particularidade do processo no século XXI é a globalização neoliberal (DUMÉNIL e LÉVY. 2014) e o meio técnico científico informacional (SANTOS, 2017), que através do advento tecnológico possibilita a simultaneidade e a velocidade do assim chamado *land grabbing* (ANSEEUW, WILY, COTULA e TAYLOR, 2010; WILY, 2012; OBENG-ODOOM, 2013; FREDERICO, 2016; SASSEN, 2016). Há uma negligência das pesquisas em relação a abordagem da globalização (MARGULIS, MCKEON e BORRAS JR, 2013), o que é preocupante. É impossível debater as novas relações territoriais sem considerar o contexto de globalização, que possibilita o avanço do processo e as novas dinâmicas deste. Zoomers (2010), Adnan (2013), Gras e Hernández (2014), Sassen (2013 e 2016) e Welch (2016) são exemplos de pesquisadores que discutem acerca do papel da globalização no *land grabbing*.

Outro novo elemento do assim chamado *land grabbing* é a nova ordem mundial multipolar (OLIVEIRA, 2016a; OLIVEIRA e HECHT, 2016), caracterizada pelos Middle Income Countries (MICs)<sup>44</sup> e outros blocos de países emergentes como os BRICS (McKAY, 2015; McKAY, HALL e LIU, 2016), responsáveis, em parte, pela alteração no padrão de acumulação e consumo [alimentar] global. Nesta nova ordem mundial multipolar o país

---

<sup>43</sup> Redução de Emissões provenientes de Desmatamento e Degradação florestal. Segundo o Ministério do Meio Ambiente (MMA), corresponde a arquitetura internacional de pagamento por resultados nacionais comprovados de redução de emissões provenientes de desmatamento, degradação florestal, manejo sustentável de florestas e manutenção e aumento dos estoques de carbono. Disponível em: <<http://redd.mma.gov.br/>>. Acesso em: 22 out. 2015.

<sup>44</sup> Segundo o Banco Mundial (2019) os MICs Os países de rendimento médio (MICs) são definidos como economias de renda média baixa - aqueles com um PIB per capita entre US \$ 1.006 e US \$ 3.955; e economias de renda média alta - aquelas com um PIB per capita entre US \$ 3.956 e US \$ 12.235. Os países de renda média abrigam cinco das sete bilhões de pessoas no mundo. Ao mesmo tempo, os países de renda média representam cerca de um terço do PIB global e são os principais motores do crescimento global. Maiores informações em: <http://www.worldbank.org/en/country/mic/overview>. Acesso em: 11 jun. 2019.

que mais se sobressai é a China. Em 1999 a China iniciou a política intitulada *Going Global*<sup>45</sup> (OLIVEIRA, 2016a; CHINA POLICY, 2017), deixando de lado a sua política de ajuda para o desenvolvimento (1950-1990). “Chinese companies are encouraged to invest and operate overseas to get access to international markets, foreign resources and advanced technologies with a range of supports from the Chinese stat” (McKAY, ALONSO-FRADEJAS, BRENT, SAUER e XU, 2017, p. 04).

A China de fato tem expandido sua atuação em todo o globo, porém, além dos dados serem superestimados (OLIVEIRA, 2016a; McKAY, ALONSO-FRADEJAS, BRENT, SAUER e XU, 2017), a maior incidência de investimentos em agricultura e terras de agentes chineses ocorrem no sudeste asiático (FROST, 2004; HOFMAN e HO, 2012). Ademais, os dados são imprecisos e muitos dos investimentos anunciados foram cancelados (OLIVEIRA, 2016a; McKAY, ALONSO-FRADEJAS, BRENT, SAUER e XU, 2017). Na América Latina, a expansão de negócios chineses envolvendo terras e agricultura [especialmente soja] iniciou em 2008, sobretudo no Brasil e na Argentina. No Paraguai esta relação é ainda mais recente, datada da segunda década do século XXI.

A aproximação entre a América Latina e China ocorreu em um período de ascensão de governos pós-neoliberais [ou progressistas] na América Latina. A China *aproveitou* de um discurso pautado no comunismo para manter relações mais próximas com a América Latina. Segundo os dados do China Power (2019), o investimento chinês na agricultura latino-americana iniciou em 2010 com US\$ 1.580 bilhões e em 2017 o total investido foi de US\$ 45.870 bilhões.

O Paraguai é uma singularidade, pois não possui relações diplomáticas com a China, pelo fato do Paraguai ser um dos 17 países que se relacionam diplomaticamente com Taiwan (PINHEIRO-MACHADO, 2010). O Paraguai é impedido de ter relações com a China, porque na visão chinesa “*eles são apenas um país*”, considerando que a China reconhece Taiwan como uma província rebelde de seu país<sup>46</sup> (PINHEIRO-MACHADO, 2010). Desde 1957<sup>47</sup> o Paraguai reconhece Taiwan como um país independente e esta decisão ocorreu em um contexto de luta contra o comunismo. O comunismo que aproximou China e América Latina no século XXI<sup>48</sup> é o mesmo que distanciou o Paraguai da China.

---

<sup>45</sup> A política foi formalmente introduzida no Décimo Plano Quinquenal da China para incentivar os investimentos externos (McKAY, ALONSO-FRADEJAS, BRENT, SAUER e XU, 2017).

<sup>46</sup> Segundo Pinheiro-Machado (2010), o conflito entre China e Taiwan é histórico, mas o marco é entre os anos de 1945-1950.

<sup>47</sup> As relações entre Paraguai e Taiwan tornaram-se mais estreitas durante a década de 1990. Em 1997 foram assinados acordos de transporte aéreo, facilitação comercial e convênios agrícolas (PINHEIRO-MACHADO, 2010).

<sup>48</sup> McKay, Alonso-Fradejas, Brent, Sauer e Xu (2017) argumentam que a “ameaça do comunismo” é uma das principais razões do fortalecimento dos laços econômicos entre a China e a nova onda de *governos progressistas* em vários países latino-americanos desde o início do século XXI.

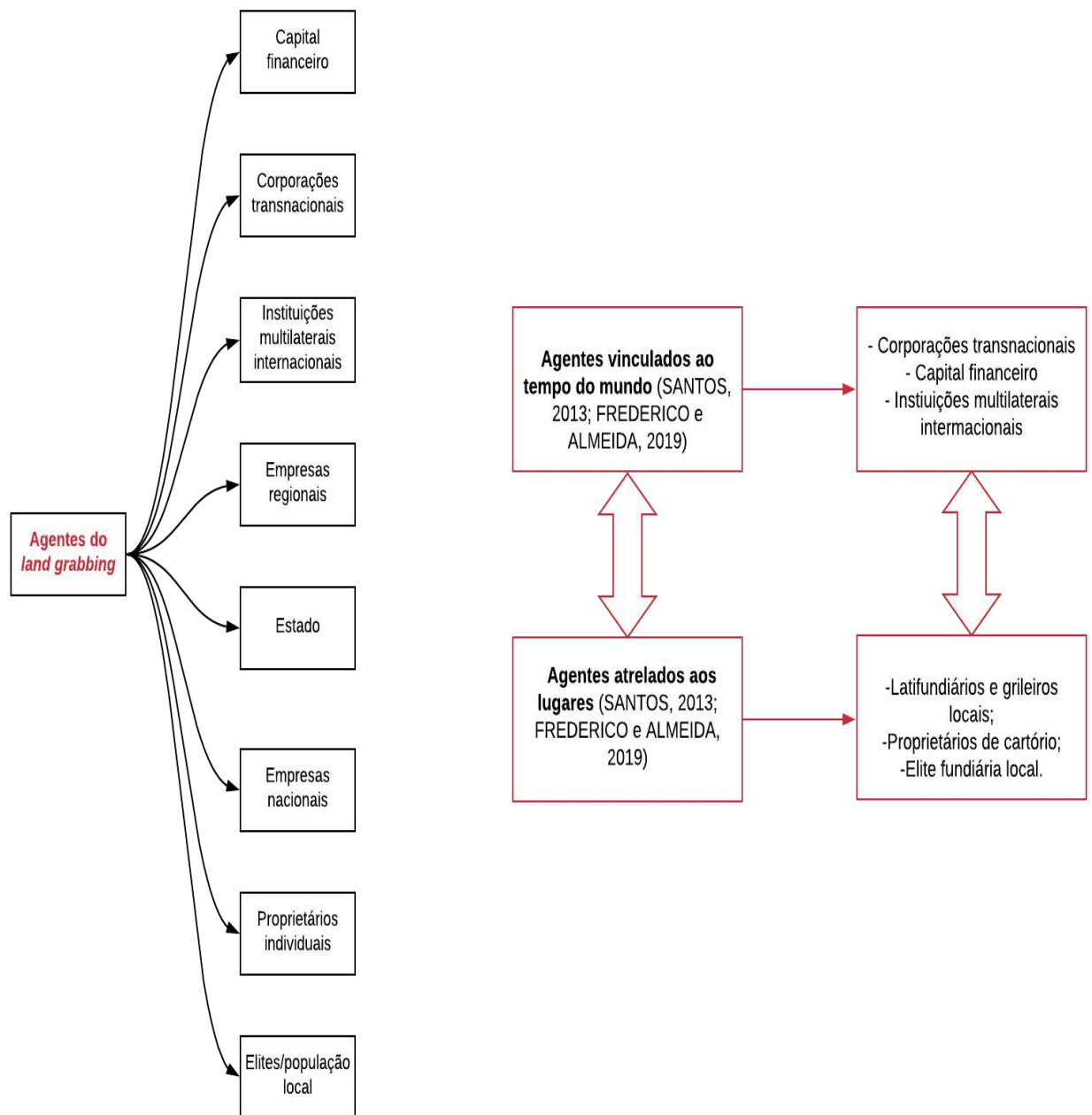
Assim, diferentemente dos outros países do Cone Sul, a soja paraguaia não tem como destino a China.

O assim chamado *land grabbing* é materializado a partir da atuação de diferentes agentes [antigos e novos] que (re)criam suas estratégias para controlar o território. Dentre os diferentes agentes destacamos o capital financeiro, as corporações transnacionais<sup>49</sup>, empresas regionais, empresas nacionais, proprietários individuais [pessoas físicas], elites e população local, Estado e instituições multilaterais internacionais, como Banco Mundial, Fundo Monetário Internacional e Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID) (Organograma 04). O *land grabbing* envolve múltiplos agentes em diferentes escalas (FREDERICO e ALMEIDA, 2019) e, em muitos casos, diferentes agentes vinculados ao tempo-mundo (SANTOS, 2013; FREDERICO e ALMEIDA, 2019) se relacionam com agentes atrelados ao lugares (SANTOS, 2013; FREDERICO e ALMEIDA, 2019), para acessar e controlar territórios.

---

<sup>49</sup> As características que definem empresas transnacionais são: 1) possibilidade de controlar diferentes processos em redes de produção transnacionais em vários países; 2) possibilidade de se beneficiar com as diferenças geográficas, especialmente no que tange o acesso a recursos naturais; 3) flexibilidade geográfica potencial (DICKEN, 2010). Estes atributos expressam a capacidade e poder destes agentes em controlar sem necessariamente se territorializar, pois é a essência das corporações transnacionais.

**Organograma 04. Agentes do controle e estrangeirização do território.**



Org.: Autora (2019).

O Estado é um agente chave e que nunca opera com uma voz, exercendo um papel contraditório, tanto na promoção quanto na restrição (LAVERS, 2012a e 2012b; WOLFORD, BORRAS JR, HALL, SCOONES e WHITE, 2013 e FAIRBAIRN, 2013). O Estado atua tanto na criação de uma paisagem para recrutar investimentos [estrangeiros] (DWYER, 2013), através de identificação de áreas para expansão do agronegócio, marcos jurídicos e políticas de financiamento. Ao mesmo tempo, estabelece restrições,

especialmente em termos legais<sup>50</sup>. Ademais, em muitos casos, o Estado também atua diretamente como agente apropriador, seja através de empresas estatais, seja por meio de fundos soberanos. Cabe destacar que geralmente, quando um Estado investe diretamente na apropriação de terras no exterior, o mesmo visa a promoção da segurança alimentar do seu país (WOERTZ, 2013). Assim, cada agente tem um objetivo específico.

Dentre os agentes, a grande novidade do século XXI é o capital financeiro. Epstein (2005), Newman (2009), Ghosh (2010), Cotula (2012), Daniel (2012), Clapp (2014), Fairbairn (2014), Isakson (2014), Pitta e Mendonça (2014), Ouma (2014); Knuth (2015), Visser (2015 e 2016), Frederico (2016) e Boechat, Pitta e Toledo (2017) são autores que evidenciam como o capital financeiro controlam o território em distintos prismas. Há uma combinação entre uma rápida financeirização<sup>51</sup> da agricultura e expansão da agricultura corporativa (VISSER, 2015) o que transforma a terra em ativo financeiro (VISSER, 2016). É igualmente importante ressaltar que o objetivo do capital financeiro não é o controle do território – embora o faça – mas sim a renda da terra (PITTA e MENDONÇA, 2014; FERNANDES, FREDERICO e PEREIRA, 2019). Apesar de, na maioria das vezes, não haver um controle direto do território, os fundos de investimentos controlam empresas e suas atividades, através da alocação de capital em toda a cadeia de produção (FREDERICO e GRAS, 2017). Ou seja, controlam a cadeia a montante e a jusante (McKAY, 2017c).

Conforme destaca Willians (2014), a relação entre agricultura e capital financeiro tem uma longa história, uma vez que a acumulação financeira emergiu como parte integrante do mercado de *commodities* dos EUA no século XIX, com o estabelecimento das primeiras bolsas de *commodities* agrícolas. A partir da década de 1990 o interesse do capital financeiro na agricultura não apenas se expandiu, mas também assumiu formas completamente distintas, investindo em mercados que antes não eram interessantes para o capital financeiro, como o caso do mercado de terras e produção agropecuária.

---

<sup>50</sup> O Brasil é um caso bastante emblemático. Há marcos legais que restringem a apropriação do território por estrangeiros, a Lei n.º 5.709/71 e Parecer 01 da Advocacia Geral da União (AGU) de 10 de agosto de 2010. Mesmo assim, o Estado atua na identificação de áreas para a expansão do capital, como a região do MATOPIBA e na liberação de financiamentos públicos, como o exemplo do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), que na primeira década do século XXI financiou diferentes projetos, especialmente para o setor sucroenergético. Assim, torna-se necessário investigar não apenas as estratégias dos investidores, mas também as estratégias dos *Estados recrutadores* do *land grabbing*, ou seja, quais são as motivações dos Estados para atrair investimentos?

<sup>51</sup> Definir financeirização pode ser complicado pelo fato de ser um termo *catch-all* (FAIRBAIRN, 2014). Aqui compreendemos a financeirização como “the tendency for profit making in the economy to occur increasingly through financial channels rather than through productive activities” (FAIRBAIRN, 2014, p. 778), o que significa tendência para que a obtenção de lucros na economia ocorra cada vez mais através de meios financeiros e não através de atividades produtivas.



É justamente esta nova forma que o capital financeiro adquire que configura o principal diferencial do processo de controle e estrangeirização do território atual daquele ocorrido em outros períodos é a lógica financeira presente nas aquisições (FREDERICO, 2016). O capital financeiro está no centro das relações econômicas e sociais e representa um posto avançado no processo de mundialização do capital, permitindo maior alcance espacial (CHESNAIS, 1996 e 2005). Assim, o novo agente corresponde aos fundos de investimento, ou seja, os investidores institucionais, caracterizado pela predominância de capitais *ociosos* que buscam altas rentabilidades (HARVEY, 2014).

Considerando que a história do capitalismo é moldada por ciclos sistêmicos de acumulação do capital (ARRIGHI, 2008), em que em períodos de expansão foram alternados por momentos de expansão financeira (FREDERICO e GRAS, 2017), vivenciamos um ciclo de acumulação circunscrito na lógica financeira. Neste sentido, de acordo com Chesnais (2005), a financeirização é um produto da acumulação produtiva das décadas posteriores à Segunda Guerra mundial. Borrás Jr., Franco, Isakson, Levidow e Vervest (2014 e 2015), argumentam que a fase mais recente da financeirização é uma resposta à crise de sobreacumulação - ou superacumulação - da década de 1970<sup>52</sup>. Diante da demanda insuficiente de seus produtos e do declínio dos lucros, as empresas reorientaram seus capitais excedentes das atividades produtivas para o mercado financeiro nos mais variados setores. Recentemente, o alvo é o setor agrícola, especulando sobre as atividades ao longo da cadeia de abastecimento agroalimentar.

Neste contexto, as finanças se tornaram mais significativas, transpôs em mercados cada vez maiores que anteriormente não possuíam investimentos através de maneiras diversas, complexas e perversas, expandido desigualmente a acumulação de capital fictício as custas do capital real, afetando todos os aspectos da acumulação ao longo de toda cadeia produtiva (NEWMAN, 2009). Os fundos estão cada vez mais investindo na agricultura, sobretudo na aquisição de imóveis rurais em países subdesenvolvidos ou em vias de desenvolvimento. Esta opção em investir em terras agrícolas é instigante, uma vez que a distinção entre fontes de lucro ditas *produtivas* e *financeiras* nem sempre é fácil de discernir (FAIRBAIRN, 2014)<sup>53</sup>.

---

<sup>52</sup> Zoomers e Westen (2013) e Sassen (2016) argumentam que o atual interesse em terras é resultado direto de políticas neoliberais anteriores e que foram acompanhadas por outros processos.

<sup>53</sup> “A terra, mais do que sua função produtiva, assume de forma cada vez mais nítida a condição de lastro patrimonial, requisito para acesso ao capital por crédito ou incentivos fiscais, tornando-se essencialmente, menos um fator de produção e mais um ativo. A terra converte-se em capital e neste caso, a opção de financeirizá-la, enquanto forma de riqueza, permite apenas que mostre sua identidade definitiva como elemento da órbita do capital financeiro” (GONÇALVES, 2005, p. 29).

A crise financeira de 2007/2008 gerou incertezas aos investidores devido aos retornos negativos sobre os ativos convencionais e níveis crescentes de inflação. Simultaneamente, os processos de aumento da população mundial, mudança na dieta alimentar mundial, crescimento na demanda por agrocombustíveis, tomaram os investimentos em terras agrícolas e na agricultura atrativos ao capital financeiro (OUMA, 2014; VISSER, 2015 e 2016; FREDERICO, 2016).

A financeirização dos mercados de terra e o desenvolvimento de complexos agroindustriais possibilitam a entrada de novos agentes e este novo entrelaçamento entre diferentes tipos de capitais expressam o novo caráter do capital no período da globalização neoliberal (KAY, 2012). De acordo com Buxton, Campanale e Cotula (2012), o interesse destes fundos de investimento é impulsionado pela expectativa de retornos elevados ligados ao aumento dos valores da terra e da produtividade e por um desejo de diversificar as carteiras de investimento, isto é, em busca de ativos alternativos<sup>54</sup>, como agricultura, energia, mineração, projetos de infraestrutura, entre outros, e assim gerenciar melhor os riscos<sup>55</sup>.

Contudo, como o processo de *land grabbing*, no Paraguai, diferente de outros países latino-americanos, como Brasil e Argentina, os fundos de investimentos não são centrais na apropriação de terras, embora exista alguns fundos atuantes no país. A especulação com terras no Paraguai ocorre, majoritariamente, por indivíduos que compram terras e não investem nestas, ou seja, não há a transformação da terra em ativo financeiro. Isso, mais uma vez, evidencia que é necessário considerar o que estamos chamando de controle e estrangeirização do território como um processo singular e moldado pelas interações de processos interescares.

Novos agentes e estratégias geram novas territorialidades. A territorialidade do *land grabbing* também está em debate. As análises do *land grabbing* ainda estão pautadas no agrocentrismo (AKRAM-LODHI<sup>56</sup>, 2012; BARBANTI JR, 2017), porém o processo

---

<sup>54</sup> Em contraposição há os ativos tradicionais, como dívidas, títulos e ações.

<sup>55</sup> Sobre os impactos territoriais, novo e inédito é que o capital financeiro atua como um agente *terceirizador* nos negócios de terras em “relação à responsabilidade dos investidores financeiros internacionais pelas consequências sócio-ambientais causadas pela expansão do agronegócio e da especulação com terras agrícolas” (PITTA e MENDONÇA, 2015, p. 21). Em 2010, a FAO publicou o documento “*Agricultural Investment Funds for Developing Countries*”, com o objetivo de expor o papel dos fundos de investimento na agricultura e recomendações para investimentos responsáveis. A GRAIN, desde 2011 traz para o debate a intensificação de investimentos na agricultura através de fundos, sobretudo fundos de pensão, destacando os impactos e a forma muitas vezes fraudulentas que estes fundos atuam. Tais fundos desterritorializam comunidades camponesas, afetam a produção das mesmas, auxiliam no aumento do preço da terra, dificultando o acesso de camponeses a estas e impactam o mercado local, mesmo que indiretamente. Estas estratégias aqui descritas, bem como o exacerbado crescimento do interesse destes fundos na agricultura e na aquisição de terras faz destes agentes essenciais para entender a estrangeirização da terra no contexto de financeirização da economia.

<sup>56</sup> Akram-Lodhi (2012) utiliza o termo *land grabbing* como uma forma específica de aquisições de terras corporativa, considerando apenas as aquisições de terra [compra e arrendamento] para fins agrícolas.

envolve outras territorialidades. Pedlowski (2013) disserta sobre os projetos de infraestruturas do Estado brasileiro, onde o Estado se torna o *apropriador legal* e utiliza o discurso de desenvolvimento, enquanto famílias são desterritorializadas. Kinuthia (2013) destaca a mineração como territorialidade *land grabbing*. Aproveitando este exemplo, enfatizamos o *Green Grabbing* (KELLY, 2011; FAIRHEAD, LEACH e SCOONES, 2012; CORSON e MacDONALD, 2012; OJEDA, 2012; CORSON, MacDONALD e NEIMARK, 2013; BRAUTIGAM E ZHANG, 2013; HOLMES, 2014; ROCHELEAU, 2015; LANDÍVAR e LLAMBÍ, 2016; SAUER e BORRAS JR, 2016).

O *green grabbing* [grilagem verde] parte da perspectiva que o *land grabbing* não é justificado apenas para a produção de alimentos e agrocombustíveis, mas também com o discurso de '*aliviar pressão sobre as florestas*', não se manifestando apenas via cultivo de florestas plantadas para crédito de carbono e REDD+, mas no sentido de produzir mais cana-de-açúcar não só porque produz agrocombustível, mas porque é livre de carbono, o que *alivia as florestas*. Nesse sentido, o *Green Grabbing* aparece como um novo derivado do *land grabbing*, resultando na *comoditização* da natureza. Neste cenário, Amanor (2012) propõe o *resource grabbing* e McKay, Alonso-Fradejas, Brent, Sauer e Xu (2017) ou *resource control*.

O debate sobre as territorialidades do *land grabbing* é cada vez mais necessário, pois o processo assume outras formas cada vez mais contraditórias. Um exemplo são as pesquisas sobre o *water grabbing*, ou seja, apropriação da água, onde empresas, governos e fundos adquirem terras com o objetivo de ter acesso à água (SKINNER e COTULA, 2011; WOODHOUSE, 2012, OBENG-ODOOM, 2013 e FRANCO, MEHTA e VELDWISCH, 2013; BORRAS JR, FRANCO e WANG, 2013). Outro exemplo são os parques de energia solar e eólica no Brasil, que aumentaram de modo exorbitante em 2017 (PEREIRA, 2018a e 2019b). Tais empreendimentos utilizam o discurso de energia limpa e barata, porém têm causado conflitos, sobretudo no Nordeste, onde casas ao lado de parques eólicos não têm acesso à energia<sup>57</sup> (FOLHA DE S. PAULO, 25 dez. 2017). As diferentes territorialidades nas quais o *land grabbing*/controle do território são materializadas refletem cada crise ou narrativa de escassez (SCOONES, SMALLEY, HALL e TSIKATA, 2018).

Ainda relacionado a territorialidade, uma grande novidade são as *commodities flexíveis* (BORRAS JR. e FRANCO, 2012), que correspondem aquelas com múltiplos usos

---

<sup>57</sup> Outra consequência alarmante é o Projeto de Lei de *Royalties do Vento* (FOLHA DE S. PAULO, 07 jan. 2018), que mostra a *comoditização do vento*. Este avanço do capital em todas as esferas da vida e da natureza, demonstra mais uma vez que o território é uma condizente maneira de abordar o processo de *land grabbing*, uma vez que o mesmo não avança apenas na terra em si, mas em todas as relações produtivas e sociais, com o objetivo de controlar o território, em todas as dimensões, daí a nossa proposta.

[alimentação, ração animal, agroenergia e etc.] logo, difícil de quantificar e com alto valor agregado. Segundo Borrás Jr., Kay, Gómez e Wilkinson (2012), as *commodities flexíveis* solucionam um desafio difícil para a agricultura: a necessidade de um portfólio diversificado de produtos para evitar o choque de preços devastadores. A ascensão destas *commodities* está estreitamente relacionada com a financeirização da agricultura, porque os múltiplos e flexíveis usos tem o potencial de mitigar o risco dos investimentos e, ao mesmo tempo, maximizar os retornos. Isto significa que cultivos flexíveis acentuam a complexidade do que os autores intitulam da *land grabbing*, em virtude do fato de serem de difícil quantificação, por isso devemos nos ater nas metodologias de pesquisa acerca do controle e estrangeirização do território (FRANCO, BORRAS JR., ALONSO-FRADEJAS, BUXTON, HERRE, KAY e FEODOROFF, 2013).

Com o avanço das pesquisas sobre a temática do *land grabbing*, novas relações emergem. Há estudos sobre *land grabbing* e mercado de trabalho (LI, 2011). Questões como segurança e soberania alimentar frequentemente são alvos das investigações sobre o processo (McMICHAEL, 2009, 2012 e 2013a e 2013b; BORRAS JR, FRANCO e SUÁREZ, 2015; DANIEL e MITTAL, 2009; VON BRAUN e MENNZEN-DICK, 2009; PETRESCU-MAG, PETRESCU e RETI, 2019). Há uma perspectiva dupla: a crise alimentar gerou a necessidade de países garantirem sua segurança e soberania alimentar e este processo fere a segurança alimentar dos países receptores dos negócios em terras.

Neste mesmo sentido, há abordagens acerca do *land grabbing* e direitos humanos, partindo da interpretação que o *land grabbing* fere o direito à alimentação, logo, afeta os direitos humanos (GOLAY e BIGLINO, 2013; COTULA, 2014; GILBERT, 2017). Outra interpelação recente e que tem ganhado espaço refere-se a relação entre *land grabbing* e questão de gênero (JULIA e WHITE, 2012; VERMA, 2014; LEVIEN, 2017). Outro tema importante que emerge é a relação entre o imperialismo e colonialismo<sup>58</sup> do século XIX e XX e o *land grabbing* do século XXI (HALL, 2011 e 2012; MOYO, YEROS e JHA, 2012; SASSEN, 2013; CASTRO e IGREJA, 2017; CASTRO e SAUER, 2017; CASTRO, 2018).

A acumulação primitiva (MARX, 1970 [1867]) e acumulação por despossessão (HARVEY, 2003 e 2004), também estão cada vez mais presentes nas discussões acerca do então chamado *land grabbing*. Pesquisadores como Araghi (2009)<sup>59</sup>, Amin (2010), Sassen

---

<sup>58</sup> A questão do imperialismo e colonialismo ainda é muito pouco debatida nos estudos sobre transações de terra e quando esta perspectiva aparece são em estudos relacionados ao continente africano, devido ao próprio processo de formação espacial do mesmo.

<sup>59</sup> Araghi (2009) através da acumulação por despossessão propôs o conceito de *accumulation by displace - acumulação por deslocamento* em uma tradução livre - abordando o *land grabbing* como ‘*great global enclosures of our times*’, realizando uma conexão com a acumulação primitiva de Marx. Segundo Araghi (2009) o conceito de *acumulação por deslocamento* denota a apropriação global de terras, bem como a apropriação

(2010), Moyo, Yeros e Jha (2012), Levien (2012, 2013 e 2014), White, Franco, Sánchez e Tandon (2012), Angelis (2012), Cotula (2013), Hall (2013), Magdoff (2013), Ince (2013) e Costantino<sup>60</sup> (2016 e 2019) dedicaram a esta temática.

### **Box I. Acumulação primitiva, acumulação por despossessão e *land grabbing*.**

Apesar das críticas muito bem abordadas por Levien (2012, 2013 e 2014)<sup>61</sup>, a teoria criada por David Harvey (2003), ou melhor, a atualização da teoria da acumulação primitiva [acumulação originária] de Karl Marx (1970)<sup>62</sup> através da teoria de acumulação por despossessão/espoliação [no inglês *accumulation by dispossession* (AbD)] está estritamente relacionada com a atual corrida mundial por terras, pois, nos seus limites, nos permite compreender a dinâmica do capital na incorporação de novos territórios para superação de crises de sobreacumulação, através ajustes espaciais (HARVEY, 2003).

Segundo Hall (2013, p. 1.582) “these concepts have been crucial to efforts to understand the land grab in terms of the creation, expansion and reproduction of capitalist social relations, of accumulation by extra-economic means, and of dispossessory responses to capitalist crises”. Torna-se necessário retomar aos escritos de Marx (1970) e entender o que o mesmo aborda como acumulação primitiva. Ao estudar os *enclosures* de terra – *cercamentos das terras* em uma tradução livre – na Inglaterra no século XVI (MARX, 1970, p. 959) define a acumulação primitiva como “prévia a acumulação capitalista, uma acumulação que não é resultado do modo de produção capitalista, mas sim seu ponto de partida”, ou seja é o processo de separação entre trabalhadores e meios de produção, neste caso a terra, que além de incorporar novas áreas para a expansão do capital, gera uma massa de mão-de-obra barata, formando um *exército industrial de reserva*.

---

global da força de trabalho migratória, baseada na desterritorialização de camponeses e indígenas que anteriormente se autor-reproduziam.

<sup>60</sup> Baseada em Patnaik (2005)<sup>60</sup> propõe a acumulação por expansão, que significa a reprodução do capital da produção de recursos que já estava mercantilizados, isto é, se trata do investimento de capital na compra de meios de produção privados e de força de trabalho.

<sup>61</sup> A crítica de Levien (2012, 2013 e 2014) está no mesmo sentido de Sassen (2010), pois na obra de Harvey (2003) não há referência da acumulação primitiva como acumulação originária, isto é, como condição para o desenvolvimento do capitalismo. Levien (2012, 2013 e 2014) realiza uma análise crítica da formulação de acumulação por despossessão, afirmando que esta não pode ser considerada como sinônimo de acumulação primitiva e sim é um processo centrado no uso da força extra-econômica para o processo de acumulação. A acumulação por despossessão não cria pré-condições para a acumulação capitalista [como a acumulação primitiva formulada por Marx] mas sim implanta a coerção extra-econômica no processo de acumulação<sup>61</sup>.

A discordância de Levien (2012, 2013 e 2014) em relação a acumulação por despossessão é que Harvey (2003) entende esta como primeiramente econômica e não extra-econômica, enquanto Levien (2014) argumenta que a acumulação por despossessão deveria se “referir a processos que fornecem mercados para o capital através de meios extra-econômicos” (LEVIEN, 2014, p. 34)

<sup>62</sup> A obra foi publicada pela primeira vez em 1867.

Considerando o período histórico em que Marx (1970) se baseou para a formulação da acumulação primitiva, os cercamentos na Inglaterra do século XVI, o mesmo processo possui um dupla função, uma vez que além de separar o produtor do meio de produção, é aquela que dá origem ao capitalismo, por isso é assim chamada de acumulação originária. Em um contexto de intensificação dos processos de controle e estrangeirização do território, chamados por alguns de *new enclosures* (COTULA, 2013), Harvey (2003 e 2004) propõe a acumulação por despossessão como uma *atualização* do conceito de acumulação primitiva de Marx (1970), com a justificativa de soluções para as crises capitalistas. “O que a acumulação por espoliação faz é liberar um conjunto de ativos (incluindo força de trabalho) a custo muito baixo (e, em alguns casos, zero). O caso do capital sobreacumulado pode apossar-se desses ativos e dar-lhes imediatamente um uso lucrativo” (HARVEY, 2003, p. 124).

Hannah Arendt (1989) coloca que o pecado original do simples roubo tem que se repetir para que o motor da acumulação e neste sentido a acumulação primitiva abre o caminho para à reprodução expandida enquanto a acumulação por espoliação faz ruir o caminho já aberto (HARVEY, 2003).

Os bancos de dados também tornaram-se alvo das pesquisas. Oya (2013a e 2013b), Edelman (2013) e Barbanti Jr. (2017a e 2017b) argumentam que os bancos de dados são imprecisos<sup>63</sup> e criam *equivocos* sobre o *land grabbing*, até mesmo *sentimentos nacionalistas*. Recentemente, Liao, Jung, Brown e Agrawal (2016) publicaram numa carta na revista Science intitulada *Insufficient research on land grabbing*, na qual destacam que as pesquisas sobre o tema não são eficientes porque apresentam três problemas metodológicos: 1) os bancos de dados subestimam o número total de transações de terra; 2) nem todas as terras transacionadas estão sendo desenvolvidas, pois há projetos estagnados e não é possível saber quanta terra foi destinada a agricultura por exemplo; 3) as pesquisas não consideram fatores como a Geografia, condições socioeconômicas e arranjos que influenciam as transações.

As resistências ao *land grabbing* são foco de análises. Em primeiro lugar, Borrás Jr e Franco (2013) analisaram como ocorre as reações das comunidades afetadas pelas práticas do então intitulado *land grabbing*. Os mesmos enfatizaram a generalização em torno das reações, uma vez que nem todo acordo envolvendo transações de terras resulta em uma reação. Também não há um espécime nestas respostas, uma vez que as ações

---

<sup>63</sup> A principal crítica de Oya (2013a e 2013b) é o banco de dados *LandMatrix*. O *LandMatrix* é uma iniciativa da International Land Coalition (ILC) para o monitoramento das transações de terra [compra, arrendamento e concessão] que envolvem mais de 200 hectares a partir do ano de 2000 e que necessariamente resultam na alteração do uso do território.

variam de acordo com o tipo de investimento, com a história e organização social de cada comunidade. Temper (2018), Brent (2015), Moreda (2015 e 2016), Alonso-Fradejas (2015), Gíngebre (2015) e Mamonova (2015), são autores que tem se dedicado a análise das resistências em diferentes escalas.

Como podemos observar nesta breve análise, há uma gama de justificativas para a ascensão do então chamado *land grabbing*. Argumentamos que todos os pontos salientados acima por diferentes pesquisadores são necessários para compreendermos o *land grabbing* na sua totalidade. Porém, é evidente a disputa ideológica em relação as definições do *land grabbing* (DE SCHUTTER, 2011; SCOONES, HALL, BORRAS JR, WHITE e WOLFORD, 2013; EDELMAN, OYA e BORRAS JR, 2013; SAUER e BORRAS JR, 2016), materializada, inclusive, nas diferentes expressões utilizadas para se referir ao processo.

Neste sentido, é importante retomar ao primeiro posicionamento da FAO sobre o processo, que desde o ano de 1995 tem se dedicado a entender a expansão do capital na aquisição de terras<sup>64</sup>, com a publicação do relatório *Development Law Service and Land Tenure Service*<sup>65</sup>. Em 1999 a FAO atualizou o documento publicando-o com título *Land Ownership and Foreigners: a comparative analysis of regulatory approaches to the acquisitions and use of land by foreigners*. Segundo Hodgson, Cullinan e Campbell (1999), autores da pesquisa, o documento foi atualizado porque a partir de 1995 o interesse na apropriação de terras intensificou-se. No relatório atualizado foi analisado os marcos regulatórios da estrangeirização em diversos países. Após a ascensão do *land grabbing*, muitas nações têm alterado suas legislações com o objetivo de controlar tal processo, como o Brasil, Paraguai, Austrália e Canadá<sup>66</sup> (HAGE, PEIXOTO e VIERA FILHO, 2012; PERRONE, 2013; PEREIRA, 2017c; DESMARAIS, QUALMAN, MAGNAN e WIEBE, 2017).

Em 2009, já utilizando o termo *land grabbing*, a FAO, o International Fund for Agricultural Development (IFAD) e o International Institute for Environment and

---

<sup>64</sup> Embora não utilize o termo *land grabbing* em 1995.

<sup>65</sup> O documento foi organizado devido ao pedido do governo da Lituânia, que naquele momento possuía uma dupla preocupação que se divergia: estava preocupado com a intensificação da apropriação de terras no país por estrangeiros, sobretudo no que concerne a perda do controle da nação e, ao mesmo tempo, tinha o receio de restringir tal apropriação, pois qualquer medida de restrição poderia influenciar negativamente na sua entrada na União Europeia. A Lituânia, com o pedido de elaboração do documento, buscava um panorama de como estas questões estavam sendo tratadas em diversos países do globo, ou seja, como a apropriação de terras por estrangeiros era abordada na agenda de cada nação.

<sup>66</sup> Perrone (2013) destaca que na medida em que Estados vão promulgando leis para restringir o processo, o capital encontra novas formas de acesso à terra. Isso é visível no caso brasileiro, onde empresas chegaram a propor alterações nos planos diretores municipais com o objetivo de aumentar a área urbana para que fosse permitido a apropriação de terras por estas (PEREIRA, 2018a), visto que a Lei n. 5.709/71 e Parecer LA 01 é apenas sobre imóveis rurais.

Development (IIED) publicaram um relatório sobre a expansão do processo no continente africano redigido por Cotula, Vermeulen, Leonard e Keeley, intitulado *Land grab or development opportunity? Agricultural investment and international land deals in Africa*. Neste documento os autores discutem acerca dos impulsionadores e tendências das aquisições de terras em larga escala [classificadas acima de 1.000 hectares] na África e contribuem com recomendações para tornar os investimentos em terras mais uma oportunidade do que um risco, como o título sugere. Em 2012 a FAO retornou ao debate da temática desta vez utilizando como recorte territorial a América Latina com o intitulado *Dinámicas del mercado de la tierra en América Latina y el Caribe: concentración y extranjerización*, no qual foram analisados detalhadamente 17 países do subcontinente.

Na ocasião a FAO elencou três elementos fundamentais para definir o *land grabbing*: 1) transações em grandes escalas [acima de 1.000 hectares]; 2) participação de governos estrangeiros, tanto na compra quanto na venda de terras e; 3) terras adquiridas devem ser destinadas à produção de alimentos básicos, a produção de *commodities* como cana-de-açúcar para agrocombustíveis não entram na definição estabelecida pela FAO. A essência do processo, segundo a instituição, é a preocupação com a segurança alimentar e não a especulação ou outras possíveis dinâmicas. A postura da FAO de elencar elementos restringe o que é o *land grabbing*, que neste caso pode ser chamado de estrangeirização [visto que a FAO considera apenas governos estrangeiros] e evidencia a sua conivência com a apropriação do território pelo capital, pois escamoteia a real dinâmica do processo.

O Banco Mundial em 2011 gerou polêmica ao publicar o relatório *Rising Global Interest in Farmland: Can it yield sustainable and equitable benefits?* O relatório reconhece que o interesse na propriedade da terra – veja que a instituição não utiliza o termo *land grabbing* – tem ocorrido em escala global, sobretudo em países que apresentam fraca *governança da terra*, mas não é incorpora uma análise política. Em sua proposta, o Banco Mundial define princípios voluntários com o objetivo de auxiliar o investimento *sustentável*, como a transparência nas negociações e consulta prévia, além de elencar as vantagens da aquisição de terras em larga escala, como geração de postos de trabalho e transferência de tecnologia. O ponto que gerou mais crítica foi a identificação de 445.000.000 de hectares disponíveis para investimentos em todo o globo, que são classificadas como terras marginais<sup>67</sup> – áreas sem cobertura vegetal e com no máximo 25 habitantes por km<sup>2</sup> (NALEPA, 2011). A perspectiva do Banco Mundial influenciou outras

---

<sup>67</sup> Destacamos que não são espaços vazios em termos populacionais, mas sim marginais no ponto de vista do capital. Segundo Borrás Jr., Hall, Scoones, White e Wolford (2011), tal relatório apresenta controvérsias que, inclusive, embargaram a publicação deste documento em alguns meses.



pesquisas como de Deininger (2011), Arezki, Deininger e Selod (2011), Hage, Peixoto e Vieira Filho (2012), Reydon e Fernandes (2012) e Mann e Bonanomi (2017).

O termo mais popularizado é o *land grabbing*, que foi primeiramente utilizado por grupos ativistas (BORRAS JR e FRANCO, 2010a) e rapidamente foi incorporado pela academia e por instituições. Apesar das críticas, é usado pela maioria dos autores, o que o configura como um termo *catch-all* (BORRAS JR e FRANCO, 2012), isto é, com ampla abordagem e significância. Embora haja uma centena de definições, majoritariamente o *land grabbing* é compreendido como apropriação de terras (trans) nacionais para a produção de alimentos, ração animal, agrocombustíveis, fibras e minerais (BORRAS JR e FRANCO, 2010a).

A expressão *land rush* (WILY, 2012; COTULA, 2012 e 2013; OYA, 2013a e 2013b; VISSER, 2015), traduzida como *corrida por terras* é frequentemente utilizada como sinônimo de *land grabbing* e *acaparamiento de tierras* (GLAUSER, 2009; VILLAGRA, 2009; GALEANO, 2012). Durante o processo de construção desta tese, foi orientado por parte de pesquisadores entrevistados a utilização da expressão *land grabbing*, sem traduzi-la, uma vez que não há tradução coerente. Contudo não acatamos tal sugestão porque, queremos um termo que tenha relação com a realidade estudada. Por isso a proposta de abordar o *land grabbing* como controle do território.

A estrangeirização não pode ser sinônimo de *land grabbing*. A convergência de múltiplas crises afeta tanto o capital nacional, quanto o internacional. A partir do momento que compreendemos que a ascensão do *land grabbing* como uma resposta a convergência de múltiplas crises, tanto o capital nacional, quanto internacional são capazes de produzir respostas à estas crises. Logo, deve-se considerar que o *land grabbing* envolve capitais domésticos e internacionais, ou seja, não é um sinônimo da estrangeirização. Ocorre que a maior parte dos capitais envolvidos no processo são oriundos Norte global<sup>68</sup>.

No caso do Paraguai, os capitais envolvidos são regionais [Argentina, Brasil e, recentemente o Uruguai] devido a um processo histórico de apropriação de terras e hegemonia, que faz da América Latina peculiar em relação aos demais afetados pelo processo. Ademais, há o debate em torno da polêmica de que o capital não tem nacionalidade (OLIVEIRA, 2014 e 2016). Contudo, a origem do capital afeta sim forma com que o capital se apropria de um determinado território, as estratégias utilizadas, as territorialidades produzidas e as relações construídas. Na estrangeirização do território, a

---

<sup>68</sup> O *land grabbing* é um processo que ocorre em todos os países do globo e que não necessariamente respeita a lógica Norte e Sul. Os EUA (LIMA e OLIVEIRA, 2018) e países europeus (KAY, 2016) são alvos do processo.

questão geográfica e geopolítica vem para o primeiro plano, enquanto o controle apresenta um viés mais econômico.

Zoomers (2010), Mackey (2011), Zoomers e Westen (2013) utilizam o termo *land grabbing* como *foreignization of space* [em uma tradução livre significa estrangeirização do espaço] para se referir a apropriação de terras. Na ciência geográfica, Fernandes (2011) utiliza o termo estrangeirização, mas o compreende inserido no processo de controle do território, definindo-a como controle do território a partir da compra, arrendamento ou qualquer outro tipo de apropriação pelo capital internacional, resultando na intensificação das disputas territoriais<sup>69</sup>.

Apesar das diferentes abordagens do *land grabbing* como um processo histórico e que apresenta novas dinâmicas no período atual. Oliveira (2010, 2011, 2012 e 2014) parte da perspectiva que o processo de estrangeirização é o mesmo do século XX e que não é impulsionada por novos elementos como os agrocombustíveis ou convergência de crises. O geógrafo Ariovaldo Umbelino de Oliveira (2010, 2011, 2012 e 2014) dedicou-se a abordagem da estrangeirização, referindo-se a esta como “*mundialização monopolista da agropecuária no mundo*”. Segundo Oliveira (2010 e 2011) as empresas multinacionais não estão se tornando proprietárias das terras agricultáveis, mas sim controladoras monopolistas da produção agrícola.

Segundo o autor, não há peculiaridades neste processo. Inclusive Oliveira (2010, 2011 e 2014) expõe que a estrangeirização é uma *farsa* do atual governo brasileiro para e retirar o foco da reforma agrária. Por fim, apresenta críticas a estrangeirização, alegando que é um conceito falho, pois não considera todos os atores e formas de aquisição/apropriação de terras. O autor possui uma definição bastante restrita do que é a estrangeirização, não considerando outras práticas e até mesmo usos do solo<sup>70</sup>.

Com esta breve exposição acerca do *land grabbing* e processos relacionados, observamos a diversidade da materialização do *land grabbing* em cada país e a variedade

---

<sup>69</sup> O autor compreende que a estrangeirização está relacionada com crise de aumento dos preços dos alimentos e dos combustíveis. Estamos vivendo uma mudança estrutural na produção de energia, em eleva o interesse na aquisição de grandes extensões de terra para o cultivo de *commodities*, especialmente matérias-primas para a produção de agrocombustíveis. O campo produtor de alimentos e fibras passa a produzir cada vez mais energia. Em outro artigo Clements e Fernandes (2013a e 2013b), compreendem a estrangeirização da terra a partir da *geopolítica da questão agrária*, afirmando que a estrangeirização da terra e a questão agrária viraram tema no debate sobre a soberania nacional.

<sup>70</sup> Oliveira (2010) considera que a proporção de imóveis rurais em posse de estrangeiros é insignificante, ocupando apenas 0,53% do território do Brasil. Pautado nas críticas de Sauer e Borras Jr (2016), evidenciamos que Oliveira (2010) em nenhum momento considerou as graves lacunas e equívocos dos registros do Sistema Nacional de Cadastro Rural (SNCR), sem mencionar que Oliveira (2010) utilizou dados do relatório de José Miguel Pretto, publicado em 2009, momento do início da corrida mundial por terras. Destacamos que a quantidade de hectares em posse de estrangeiros não é o mais problemático, mas sim os impactos que este processo gera no território.

de análises sobre o mesmo, que inclui um debate sobre como designar o processo. Neste contexto, defendemos que o controle do território, além de ser uma abordagem geográfica do *land grabbing*, permite uma compreensão do processo na totalidade, conforme argumentaremos nos próximos tópicos.

### **1.3. Uma abordagem geográfica do controle e estrangeirização do território**

---

Diante das questões levantadas no tópico acima, propomos o controle do território para designar o *land grabbing*. O trabalho seminal nesta perspectiva é de Peluso e Lund (2011), que partindo do pressuposto que questões sobre o controle do território estão em debate desde as obras de Marx (1970), argumentam que estamos revivendo a polêmica em torno da importância deste controle, que ocorre através da sua recriação a partir das novas fronteiras. As transformações contemporâneas engendram novos caminhos no debate acerca do controle do território. Os autores utilizam o termo *Land Control* para abordar o *land grabbing*, entendendo que o mesmo corresponde a novas práticas que consolidam formas de acesso à terra.

O controle também é exercido através de novas estratégias discursivas para a construção de sentidos comuns, o que gera justificativas para a o controle. Isso é evidente analisando a convergência de múltiplas crises, no qual a criação de um discurso de escassez permite o avanço do controle. O que há de novo no interesse global por terras são os novos mecanismos de controle do território dominados por práticas inseridas no neoliberalismo, onde o capital se transforma para garantir novas formas e novas fronteiras de controle. É necessário destacar que processos globais se articulam com particularidades locais e históricas. Ou seja, para a efetivação do controle do território há uma articulação de escalas dos processos e dos períodos históricos dos mesmos.

Partindo da proposição de Peluso e Lund (2011), McKay (2017b, 2017c e 2018) apresenta o que intitula de *Politics of control*. Através da leitura crítica do *land grabbing*, elenca diferentes mecanismos para o *controle de terras*, onde a propriedade da terra não é a única maneira do controle ser exercido<sup>71</sup>. McKay (2017b, 2017c e 2018) argumenta sobre a disputa entre capital nacional e internacional no *land grabbing* e como tal debate afeta negativamente a compreensão. McKay (2017b, 2017c e 2018), apesar da sua compreensão multidimensional da terra, não a considera enquanto território, o que resulta em lacunas

---

<sup>71</sup> Segundo Marx (2017, p. 676) “a propriedade fundiária baseia-se no monopólio de certas pessoas sobre porções definidas do globo terrestre como esferas exclusivas de sua vontade provada, com a exclusão de todas as outras”.

em suas análises<sup>72</sup>. A nossa proposta é com base em McKay (2017b, 2017c e 2018) elaborar uma concepção do controle dentro da ciência geográfica e que seja correspondente à realidade paraguaia. Para isso, a partir da presunção de Oliveira (2012) de *territorialização dos monopólios na agricultura e monopolização dos territórios na agricultura*, defenderemos a tese de *controle via territorialização e controle via territorialidade*.

Antes de tudo, elencaremos três pontos essenciais para a compreensão do controle do território. Primeiramente, há um controle do acesso ao território. Em segundo lugar, o controle do território têm uma dupla função, pois refere-se ao controle do aparelho estatal e ao controle dos fatores de produção. Por fim, baseado nas preposições sobre *land control* de McKay (2017c e 2018), a utilização de controle permite a inclusão de novas formas e mecanismos, para além da posse legal de propriedade de terra. Os três elementos são consolidados através de relações de poder, considerando que a acumulação internável de propriedade necessita da acumulação interminável de poder (ARENDR, 1989).

Assim, iniciaremos com as relações de poder no controle do território. A princípio, no Dicionário Básico de Filosofia (JAPIASSÚ e MARCONDES, 2001, p. 152), poder é definido como “capacidade, faculdade, possibilidade de realizar algo, derivada de um elemento físico ou natural, ou conferida por uma autoridade institucional”. Foucault (1979) propõe a *genealogia do poder*, onde o poder é exercido para além do Estado, mas em diferentes níveis, escalas e de através de agentes distintos. A *genealogia do poder* é compreendida como relações entre poder, saber, dominação e *controle*. Embasado em Foucault (1979), Raffestin (1993) aborda que a transformação do espaço em território é permeada por relações de poder, no qual reconhece que “não é uma categoria espacial nem temporal, mas está presente em toda a produção” (RAFFESTIN, 1993, p. 06).

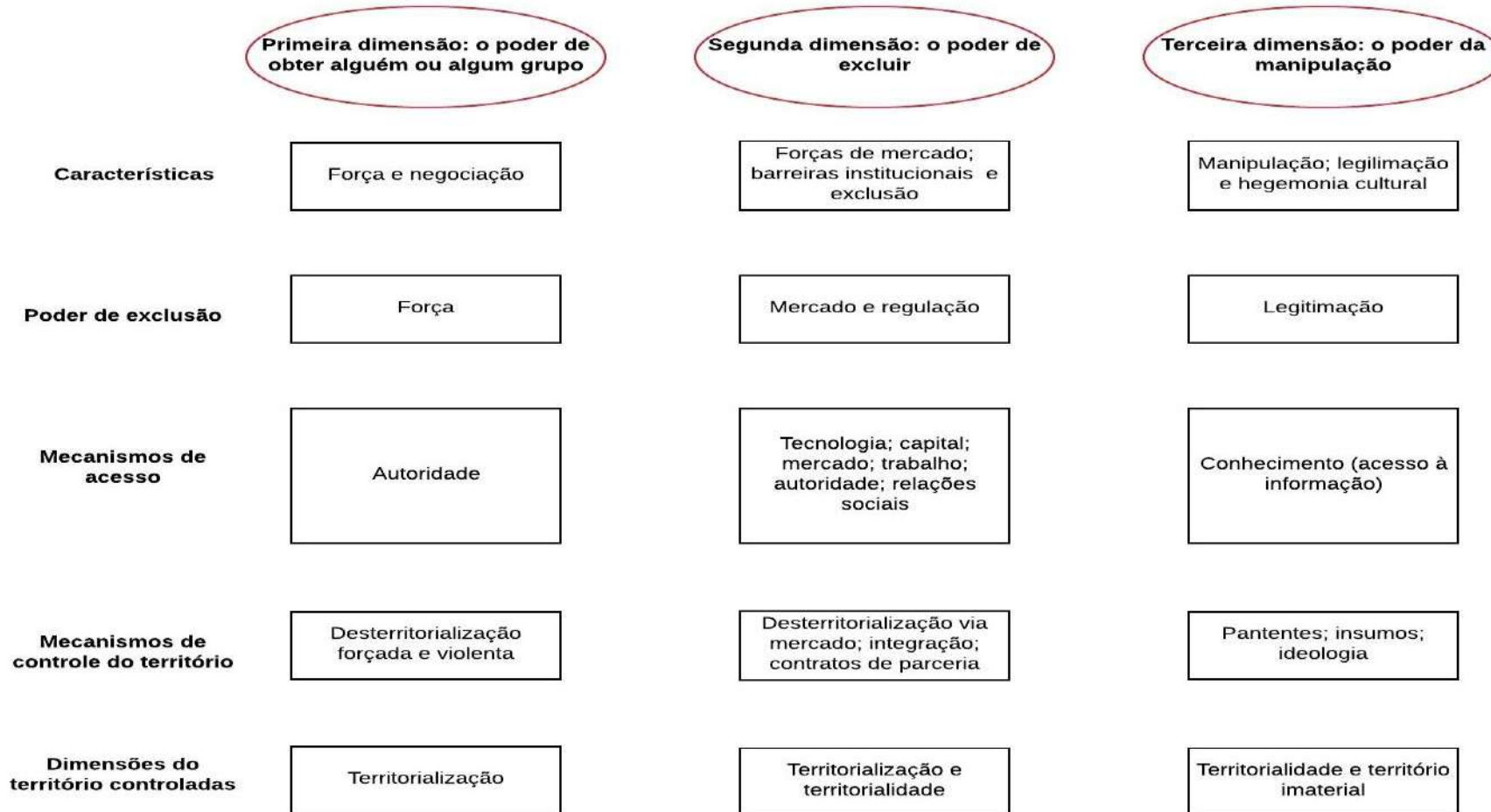
Amparado nas proposições de Lukes (2005), McKay (2017c) elenca três dimensões do poder: 1) o poder de obter alguém ou algum grupo para fazer algo que, de outra forma, não faria, geralmente empregado através da força e violência; 2) o poder da exclusão, que ocorre via força e mercado; 3) o poder da manipulação, expresso através do controle do conhecimento, do acesso à informação e tecnologia. Fundamentado nestes autores, relacionamos as dimensões do poder, com os mecanismos de acesso e controle do território (Organograma 05), visto que “all land grabs use existing frameworks of power to build and consolidate more power. This is why land grabs are not just about profits but about grabbing power” (HOLT-GIMÉNEZ, 2012, p. 03).

---

<sup>72</sup> É necessário destacar que o trabalho de McKay não está inserido na Geografia e que o pesquisador analisou a Bolívia, logo, relações sociais e de produção distintas.

Partindo do pressuposto que as relações sociais de poder são transformadas e alteram as formas de controle (PELUSO e LUND, 2011), a primeira dimensão do poder tem como principais características a força e negociação, ou seja, a coerção extra-econômica, na qual a autoridade é o mecanismo de acesso. Com base em Foucault (1979), destacamos que a autoridade não é exclusiva do Estado, mas exercida via diferentes mecanismos e agentes. Esta dimensão é a mais antiga, comum e evidente, embora seja recriada através de relações contemporâneas. Tal dimensão é alvo de discussões, uma vez que há um debate em torno das formas de controle do território via coerção econômica e extra-econômica [consultar box I]. A dimensão do território controlada é via territorialização, isto é, ocorre a apropriação do território via relações de poder impostas violentamente.

**Organograma 05. Dimensões do poder no controle do território pelas empresas estrangeiras.**



Fonte: Adaptado de Lukes (2005) e McKay (2017c); Org.: Autora (2019).

A segunda dimensão, a da exclusão, ocorre através das relações de mercado, como barreiras institucionais e impostos. Neste caso o controle do território é exercido via territorialidade do capital. As empresas não tem a propriedade da terra em si, mas controlam um determinado território através da produção de *commodities* e do controle da cadeia produtiva (McKAY, 2017c). Este processo estabelece relações de subordinação e dependência, como McKay (2017c, p. 13) expressa: “this is due to capital-intensive access mechanisms facilitated by the appropriation and commodification of the means of production and value-chain relations of debt and dependency”.

Tomamos como exemplo o Paraguai: a empresa estadunidense Cargill, uma das maiores comercializadoras de soja do país não possui propriedades destinadas à produção do grão, apenas silos para o armazenamento e portos para exportação. Contudo, a mesma controla toda a produção dos latifundiários brasileiros e médios produtores paraguaios. Há critérios de qualidade estabelecidos pela Cargill para a compra da soja [qual tipo de semente e agroquímicos que os produtores devem utilizar]. Isto também é uma forma de controle, uma vez que se o produtores são seguirem tais normas estabelecidas pela empresa, não terão a sua produção adquirida pela mesma, o que resultará em prejuízos.

Empresas como a Cargill raramente processam a soja no Paraguai, o que configura no agroextrativismo/neoextrativismo (GUDYNAS, 2010). É justamente esta questão que têm gerado um controle do aparelho estatal diferenciado: o Estado paraguaio, desde dezembro de 2017, tem proposto leis e decretos para promover o beneficiamento da soja no país. O Decreto n. 1.029/13, que determina a devolução do Impuesto sobre Valor Agregado (IVA) para as empresas que exportam produtos industrializados a partir da soja, como farinha e azeite voltou à cena do debate. Em dezembro de 2017 a Corte Suprema de Justicia (CSJ), propôs a devolução de 100% do IVA. Grêmios de produtores de soja, como CAPECO e Cámara Paraguaya de Procesadores de Oleaginosas y Cereales (CAPPRO), formada majoritariamente por produtores brasileiros, se posicionaram totalmente contra a medida (ÚLTIMA HORA, 31 dez. 2017).

A alteração beneficiaria corporações transnacionais que controlam indiretamente o território paraguaio através da cadeia produtiva da soja e da territorialidade do agronegócio. As empresas beneficiadas seriam: ADM, Algisa, Fábrica de Aceites Vegetales BISA, Bunge, Cargill, Conti Paraguay, Copagra, Mercantil Comercial S.A., Oleaginosa Raatz S.A., LDC e Caiasa, que correspondem a empresas exportam produtos industrializados oriundos da soja, mesmo que em pequena quantidade. Quando a empresa exporta soja *in natura*, recebe a devolução de 50% do IVA. A CAPPRO defende a preservação do modelo de exportação da soja *in natura* (ÚLTIMA HORA, 04 jan. 2018),

visto que beneficia seus associados. O Ministerio de Hacienda apresentou a estimativa de US\$ 140.000.000,00 devolvidos a empresas. A CAPPRO afirmou que o montante a ser devolvido seria de US\$ 35.000.000,00, variando de acordo com o preço da soja (ABC COLOR, 02 jan. 2018). Esta discussão em torno do processamento da soja mostra a disputa do controle do aparelho estatal entre os agentes do agronegócio estrangeiro: de um lado grandes corporações transnacionais e de outro empresas e produtores brasileiros.

Por fim, a terceira dimensão do poder corresponde ao poder da *manipulação*, ou seja, ao *território imaterial*. O capital controla o conhecimento e o acesso a informação, através do patenteamento de sementes e insumos e do discurso do agronegócio como único modelo de desenvolvimento possível. Esta dimensão legitima as ações do agronegócio através da criminalização de outras formas de relações sociais de produção. Considerar a multiplicidade de relações de poder é importante pois permite compreender as diferentes formas de acesso ao território pelo capital. Levien (2012, 2013 e 2014) parte da perspectiva que o *land grabbing* ocorre necessariamente via desterritorialização forçada (LEVIEN, 2012, 2013 e 2014), ou seja, compreende apenas uma dimensão do poder, o que restringe o processo.

A partir das dimensões das relações de poder, podemos nos dedicar ao debate dos três pontos elencados acima. Primeiro, há um controle do acesso ao território estabelecido pelo capital. Compreendemos o acesso como a capacidade de obter benefícios das *coisas* através da ampliação da definição clássica da propriedade (RIBOT e PELUSO, 2003). Não é necessário ter a propriedade para obter benefício de algo, totalmente condizente com a proposta do controle do território. Segundo Ribot e Peluso (2003) na sua formulação da *teoria do acesso*, o foco não deve ser no direito, mas sim na habilidade, visto que os autores argumentam que não é necessário ter o direito para se ter acesso a algo.

Um exemplo pertinente é o caso dos latifundiários brasileiros que se apropriam de terras paraguaias destinadas à reforma agrária. Segundo o Estatuto Agrário do Paraguai de 2002, proprietários estrangeiros não tem direito a estas terras. Contudo, os mesmos tem acesso devido relações sociais de poder com o INDERT. Nas palavras de Ribot e Peluso (2003, p. 154) “by focusing on ability, rather than rights as in property theory, this formulation brings attention to a wider range of social relationships that can constrain or enable people to benefit from resources without focusing on property relations alone”. Neste sentido, torna-se necessário destacar os mecanismos de acesso, que variam de legal à ilegal. O legal corresponde ao acesso baseado em direitos, porém mesmo com o acesso legal não significa que o controle é de quem tem acesso, o exemplo da Cargill citado acima



é pertinente neste caso. A questão da territorialidade aqui se torna mais uma vez essencial para a compreensão com controle.

Outro mecanismo de acesso é através de práticas ilegais, muito presentes não só no Paraguai, mas sim em toda a América Latina. Segundo Ribot e Peluso (2003), acesso ilegal refere-se ao gozo dos benefícios das coisas de maneira que não são socialmente sancionadas pelo Estado e sociedade. No entanto é necessário enfatizar que a criminalidade – o que o ilegal – é uma questão de perspectiva (RIBOT e PELUSO, 2003) e depende do relacionamento do *agente que pratica a ilegalidade* com a Lei ou com o Estado, que redige tais legislações.

Novamente o Paraguai é um exemplo adequado: durante 2016 e 2017 a colônia de reforma agrária *Guahory*, localizada no departamento de Caaguazú foi alvo de ações violentas de desterritorialização da Polícia Nacional (DUARTE e FERNÁNDEZ, 2017). Foi comprovado através de vídeos de ampla repercussão que latifundiários brasileiros estavam por traz de tais ações mediante pagamento à Polícia Nacional. O Estado paraguaio declarou a ocupação dos camponeses de *Guahory*, que ainda resistem nas suas terras, como ilegal e concedeu direito das terras ao agronegócio brasileiro. A situação é a seguinte: mesmo a lei estabelecendo que as terras de reforma agrária não podem ser destinadas a estrangeiros, mesmo com a desterritorialização violenta e ilegal com a participação do Estado através da Polícia Nacional e com evidências de suborno, o campesinato foi declarado como ilegal. Com a terceira dimensão do poder destaca acima – o imaterial – há uma distorção do que é legal ou não, o que aconteceu com *Guahory*.

As formas de acesso também são moldadas de acordo com a conjuntura e interesses. O exemplo do Brasil é pertinente. Em 2010, o governo decretou o Parecer LA 01 da AGU, em que além de distinguir empresas nacionais de capital brasileiro e empresas nacionais de capital estrangeiro, aderiu novamente a restrição da aquisição de terras por estrangeiros prevista na Lei n. 5.709/71. Ou seja, em um contexto de corrida global por terras, pela qual o Brasil estava sendo afetado, o governo restringiu o acesso do capital estrangeiro através de Leis e Decretos. Organizações e grêmios, como a Sociedade Rural Brasileira (SRB), frequentemente se empenham para quebrar tal barreira ao acesso. As empresas, por sua vez, encontram lacunas e outros mecanismos para acessar a terra, como fusões, *joint-ventures* e contratos de parceria, que permitem o controle direto – territorialização – e indireto – territorialidade – do território, mais uma vez o foco é na habilidade e não no direito.

No que tange ao segundo ponto, o controle se efetiva através de dois propósitos: controle do aparelho estatal e ao controle dos fatores de produção, nos quais se incluem a

terra [apreendida enquanto território], mão-de-obra e capital. O controle do aparelho estatal tem como objetivo legitimar e gerar condições para ação do capital, resultando na acumulação, incluindo controle sob as políticas públicas, pesquisas e acesso à terra [seja este legal ou ilegal].

No caso do Paraguai, o controle do aparelho estatal ocorre por diferentes frentes. Latifundiários e empresas brasileiras controlam as políticas públicas – sobretudo de referentes à reforma agrária, os créditos e medidas como cobrança de impostos e demais relações de mercado. Um exemplo claro foi quando o governo anunciou o aumento do imposto da soja em junho de 2017, os latifundiários e empresas brasileiras realizaram diversas manifestações e conseguiram retardar a medida. Os brasileiros também utilizam o seu poder para legitimar suas ações, como o caso de *Guahory* citado acima. O controle do aparelho estatal pelo capital brasileiro é mais escancarado.

O controle do aparelho estatal também ocorre através de corporações transnacionais [que controlam a territorialidade] e que possuem ações mais sutis, como a questão do IVA, expressa acima. Já o controle dos fatores de produção corresponde ao controle de todo o território, uma vez que engloba o domínio sobre a terra e relações sociais associadas a esta, como trabalho, cadeia de produção e toda a cadeia de valor – através da territorialização e da territorialidade.

Neste mesmo sentido, Arrighi (1996) destaca que há duas estratégias de controle. A *territorialista*, na qual o controle do território e da população é o objetivo do Estado. E o *controle de capital*, na qual o controle do capital circulante é o meio, ou seja, “na estratégia capitalista, a relação entre meios e fins de inverte: o controle do capital circulante é o objetivo, enquanto o controle do território e da população é só o meio” (ARRIGHI, 1996, p. 34). Ainda de acordo com Arrighi (1996), historicamente, estas duas lógicas não funcionaram isoladamente, mas sim relacionadas entre si num dado contexto espaço-temporal. Atualmente tais lógicas se fundem, visto que há uma dialética entre capitalismo e territorialismo. A lógica capitalista também tem como objetivo controlar o território, entendido aqui para além do primeiro território, isto é, território do Estado-nação (FERNANDES, 2009a).

Isto nos direciona para o terceiro ponto: a necessidade de incluir as novas formas e mecanismos de controle, para além da posse legal de propriedade de terra. Ao realizar excelente pesquisa acerca das relações agrárias na Bolívia, a tese de McKay (2017c) crítica o enfoque exacerbado na origem do capital, visto que há uma alteração nas relações de produção, de propriedade e de poder independentes da nacionalidade do capital, “the simple fact that they are foreign does not reveal anything about changes in the forms or

relations of production, property and power” (McKAY, 2017c, p. 75). A partir da análise das transformações agrárias na Bolívia, oriundas pela intensificação do capital estrangeiro, principalmente brasileiro, na produção de soja, McKay (2017c) propõe *Politics of control*. A essência é que há novas formas e mecanismos de controle tanto a montante quanto a jusante da cadeia de valor e este controle pode resultar em despossessão, deslocamento, relações contraditórias de classe e resistência.

A *montante* o controle é exercido através dos insumos [maquinários, sementes, agroquímicos, entre outros], da terra e de financiamentos e a *jusante* o controle ocorre via comercialização e exportação, acentuando a subordinação do pequeno produtor ao capital estrangeiro “as agro-industry expands its control over the upstream and downstream components of production, their power to control, regulate and dictate the terms of production also increases” (McKAY, 2017c, p. 87). Isto significa que o capital controla todas as relações sociais de produção. O argumento central de McKay (2015 e 2017c) é que no atual contexto emergem novas formas de controle que não necessitam obrigatoriamente do direito legal de propriedade.

Há novas formas de acumulação por desterritorialização, mecanismos que não exigem necessariamente a propriedade legal da terra. No caso do Paraguai, o agronegócio brasileiro, argentino e uruguaio controlam a terra em si, controlam as relação de propriedade [mesmo que ilegal] e as corporações transnacionais controlam a cadeia de valores. Há um controle do território em todas as suas esferas. Com base em McKay (2015, 2017a, 2017b e 2017c) e no que foi exposto até o momento, propomos o controle do território como expressão para designar o então chamado *land grabbing*.

Embora a pesquisa de McKay (2015, 2017a, 2017b, 2017c e 2018) seja inaudita, sendo uma contribuição sem igual para os estudos acerca da temática, a mesma não mostra atenção ao território. O autor destaca as relações sociais de produção, contudo desconsidera que estas ocorrem no território, em territórios que estão em disputa. O território é mais que um espaço físico, mas sim um espaço político por excelência, possui como princípios a soberania, totalidade, multidimensionalidade, pluriescalaridade, intencionalidade e conflitualidade. O território é constituído não só por aspectos econômicos, sociais e de identidade, mas também por relações de poder, de controle e de acesso. Assim, o território é o conceito que permite a abordagem completa do *land grabbing*, considerando que não há apenas uma simples apropriação de terras, mas sim o controle de todos os níveis do território, que inclui desde a terra, recursos naturais até as esferas de reprodução da vida, buscando não reproduzir a *coisificação* do território (SOUZA, 2013).

Definimos o controle do território como um processo de domínio de terras, de territórios e de seus benefícios [recursos naturais, água, qualidade do solo, biodiversidade, recursos minerais, relações sociais, culturais, econômicas, entre outros] que ocorre via territorialização e territorialidade. Através da territorialização pode ser realizada através da compra do imóvel rural, do arrendamento, do contrato de parceria, do *contrato de gaveta*, das estratégias das corporações em constituírem empresas em nome de terceiros e que possuam uma identidade nacional, das táticas de fusões e *joint venture* entre empresas nacionais, das empresas de capital aberto e com ações *Free Float*<sup>73</sup>.

Via territorialidade ocorre através do controle indireto, do controle dos insumos, das relações de produção, da comercialização e do processamento. Ou seja, há um controle a montante e a jusante, material e imaterial, permeado por relações de poder, há a ascensão de novos mecanismos e formas de controle cada vez mais sofisticadas e que não exigem a propriedade legal da terra que. A transferência do controle da terra para novos agentes, neste caso para empresas do agronegócio e fundos de investimentos nacionais e internacionais, produz novos territórios e novas territorialidades.

Além dos múltiplos agentes, estratégias e dimensões, o controle ocorre em múltiplas escalas, isto é, não é apenas aquisição de grandes extensões de terra, mas também em média e pequena escala (SIKOR, 2012; BORRAS JR., LIU, HU, LI, WANG, XU, FRANCO e YE, 2018). A questão primordial não é quantidade de hectares transacionados, como coloca a FAO (2012a), mas as transformações agrárias resultantes das transações. O controle altera as relações sociais de propriedade e de produção (KENNEY-LAZAR, 2012), incorporando de maneira adversa ou desterritorializando populações camponesas e indígenas, visto que ao controlar o território, controla quem tem acesso a este. Dentre os principais impactos destacamos a desterritorialização de camponeses e indígenas – via coerção extra-econômica [violência] ou via mercado – ressaltando que a violência nem sempre corresponde ao ato de físico de expulsar a população do seu território, mas também por outras práticas que parecem mais sutis.

A partir do controle do território, o que seria a estrangeirização? A perspectiva da estrangeirização é bastante criticada nos estudos sobre as transformações agrárias contemporâneas. Borrás Jr., Franco, Kay e Spoor (2011) destacam que a narrativa da estrangeirização oferece uma perspectiva incompleta e pode ser enganosa de diferentes maneiras, sendo: 1) ao definir o então chamado *land grabbing* como investimentos em terras *envolvendo governos estrangeiros*, representa uma parcela muito pequena das apropriações de terras atual; 2) tende a desviar o foco em questões cruciais em torno do

---

<sup>73</sup> Ações de empresas destinadas à livre circulação na bolsa de valores.

fenômeno global, isto significa que pesquisadores que defendem a estrangeirização preocupam-se demasiadamente com a origem do capital e não com outros elementos mais importantes, como impactos e estratégias de controle e; 3) abranda os agentes envolvidos no processo.

Concordamos com os apontamentos de Borrás Jr., Franco, Kay e Spoor (2011). Contudo a nossa compreensão de estrangeirização vai além dos pontos destacados por estes autores. Primeiramente, a estrangeirização não envolve apenas governos estrangeiros, mas empresas, fundos de investimentos, ONGs, instituições multilaterais, entre outros<sup>74</sup>. Em segundo lugar, na atual fase de pesquisas sobre o controle do território, questões como impactos, resistências, estratégias e escalas são cada vez mais recorrentes e debatidas, bem como indagações sobre os diferentes agentes, inclusive na articulação entre nacionais e estrangeiros. Nesta perspectiva, a estrangeirização descrita por Borrás Jr., Franco, Kay e Spoor em 2011, já foi superada no próprio desenvolvimento teórico e empírico sobre o chamado *land grabbing*.

A estrangeirização se configura como um elemento do *land grabbing*, é o controle do território pelo capital estrangeiro. Entendemos estrangeirização como a parte mais *importante* do processo global de controle do território. A convergência de múltiplas crises afeta o capital nacional e internacional, partir do momento que compreendemos que a ascensão do controle do território é uma resposta a convergência de múltiplas crises, tanto capitais nacionais e internacionais são capazes de produzir respostas a estas crises. Logo, o controle do território envolve capitais domésticos e internacionais, ou seja, não é um sinônimo da estrangeirização, “na corrida do capital pela aquisição de áreas, o termo '*land grabbing*' foi traduzido como 'estrangeirização de terras'. No entanto, devemos entender que faz partes de processos mais amplos de internacionalização, pois *não se reduz a operações de compra ou arrendamentos de glebas por estrangeiros*” (CASTRO, HERSHAW e SAUER, 2017, p.75 – grifo nosso).

Mesmo a estrangeirização possuindo como agente principal o capital estrangeiro, não podemos esquecer o papel essencial do capital nacional – Estado, funcionários públicos, empresas nacionais, latifundiários e mídia – no processo, visto que com as barreiras impostas por governos através de leis e decretos<sup>75</sup>, empresas de capital estrangeiro necessitam destes agentes nacionais para materializarem o controle do

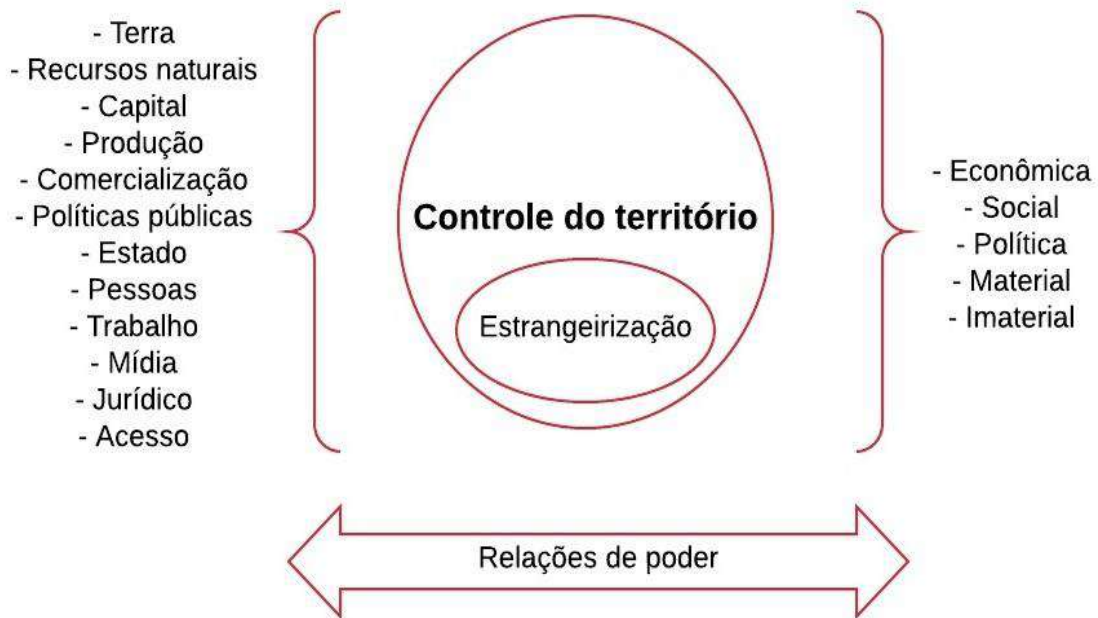
---

<sup>74</sup> Para além daqueles que estão de fato envolvidos na transações de terras, há aqueles que atuam na facilitação, como governos receptores, ONGs, entre outros.

<sup>75</sup> Segundo Castro, Hershaw e Sauer (2017, p. 81), a flexibilização das leis são importantes mecanismos de internacionalização de terras.

território. O Organograma 06 evidencia as dimensões controladas – direta e indiretamente – pelo capital através de relações de poder.

#### Organograma 06. Dimensões do controle do território.



Org.: Autora (2019).

Considerando o território na sua multidimensionalidade e multiescalaridade, a estrangeirização proporciona novas territorialidades do capital e promove os processos de territorialização, desterritorialização e reterritorialização. A territorialização de uma empresa de capital internacional implica na desterritorialização de camponeses e indígenas que, por sua vez, se reterritorializam em outras áreas ou em periferias urbanas. A estrangeirização ainda produz efeitos no território imaterial, uma vez que há uma disputa entre lógicas de mercado e produção, há uma disputa de modelo de desenvolvimento: a estrangeirização, através do agronegócio *versus* o modelo camponês.

Não se deve reduzir a estrangeirização a mera quantidade de hectares em posse de capitais internacionais. Porém, temos que ir além e considerar os impactos deste processo, uma vez que a população do país é negligenciada em prol de um modelo de desenvolvimento para o capital estrangeiro. Oliveira (2010 e 2011) expõe críticas ao afirmar que a estrangeirização no Brasil é uma “farsa” para tirar o foco da questão agrária. A estrangeirização é um elemento estrutural e o seu próprio livro de 1988 nos mostra isso. A reforma agrária não foi superada ou escamoteada com a ascensão da estrangeirização,

como aponta Oliveira (2011), mas estrangeirização assume um caráter novo e central na reforma agrária.

E qual a contribuição da Geografia para a proposta do controle e estrangeirização do território? Frequentemente as pesquisas utilizam a expressão *grande extensão territorial transacionada* para se referir ao *land grabbing*, o que nos remete ao *substrato espacial material*. Mas, diferentemente disso, “os territórios não são material tangível, palpável, mas sim campos de forças, que só existem enquanto durarem as relações sociais das quais eles são projeções especializadas” (SOUZA, 2013, p. 89). As concepções hegemônicas de *land grabbing* confundem o território com um pedaço qualquer da superfície terrestre (SOUZA, 2013). Ademais de não considerar outros recursos e relações envolvidas no processo.

Partindo do princípio que o *land grabbing* não é apenas uma alternativa para a crise de sobreacumulação, mas sim sobre a conquista de poder (HOLT-GIMÉNEZ, 2012) e de que o poder é uma das dimensões das relações sociais, o território se constitui como a expressão espacial disso: uma relação social tornada espaço (SOUZA, 2013). O território é capaz de capturar a essência do processo de *land grabbing*, pois permite compreendê-lo como relação social materializada no espaço através de relações de poder. No caso do *land grabbing*, é necessária uma ampliação analítico-interpretativa para flexibilizar o uso do conceito de território<sup>76</sup> e *descoisifica-lo*. Temos que entendê-lo para além de Ratzel (1882 [1990]), no qual a concepção aborda o Estado como único detentor de poder e o território como Estado-nação, isto é, o território é entendido como um espaço concreto com atributos naturais apropriados por um grupo.

A escala é outra questão tratada com inadvertência nas pesquisas acerca do *land grabbing*, porque é compreendida apenas como extensão territorial ou de capital investido<sup>77</sup>. Primeiro é necessário destacar que as pesquisas referentes a temática possui sim um direcionamento geográfico, visto que é tradicionalmente referenciado como ‘apropriação de terras em larga escala’, e este *larga escala* corresponde a amplitude, ao grande alcance, isto é, não condiz com a ideia de escala cartográfica<sup>78</sup>. Assim como o território, a escala não tem sido entendida como uma construção social, mas sim como uma escolha arbitrária e aleatória (RACINE, RAFFESTIN e RUFFY, 1983). Ademais, é

---

<sup>76</sup> Do mesmo modo que Souza (2013) argumenta que para tornar o conceito de território adequado para estudos dos movimentos sociais.

<sup>77</sup> Edelman (2016a e 2016b) foi um dos únicos pesquisadores que se preocupou em realizar o debate da escala. Contudo, a sua análise escalar ainda é pautada na extensão territorial e na quantidade de capital investido. Frederico e Almeida (2019) foram os primeiros pesquisadores da Geografia a abordarem a temática escalar relacionada ao controle do território.

<sup>78</sup> Relação matemática entre as dimensões de um objeto na realidade e as dimensões do desenho que representa este mesmo objeto (SOUZA, 2013).

necessário compreender a escala para além do recorte de análise e da observação (RACINE, RAFFESTIN e RUFFY, 1983).

Partindo do pressuposto que as escalas não são dadas, defendemos que para o objeto da pesquisa é necessário abordarmos a questão escalar a partir da correlação de escalas, da relação entre escalas e do mosaico de escalas (BRENNER, 2013), se constituindo como tentativa de romper com o imaginário da escala *modelo boneca russa*<sup>79</sup>. Outro ponto central é a escala da análise, do fenômeno e da ação propostas por Marcelo Lopes de Souza (2013). A *escala do fenômeno*<sup>80</sup> corresponde a abrangência dos processos e, deste modo, no caso da nossa pesquisa, compreende a escala em que o processo de controle e estrangeirização do território ocorrem, isto é, a escala global. O controle e estrangeirização do território são processos que só podem ser compreendidos quando consideramos a globalização e acumulação de capital – lembrando que a escala também produz diferenciação social (SMITH, 1988).

A *escala de análise* equivale a escala analítica. A escala de análise não é um simples resultado da escala do *fenômeno*, mas sim algo construído com base na escala do fenômeno. No nosso caso, a escala de análise é o Paraguai, mas partindo de Souza (2013), esta escala é construída a partir da sua relação com o processo de *land grabbing*. A *escala da ação* reflete o alcance espacial das práticas dos envolvidos no processo e como argumenta Souza (2013, p. 182), é “um tipo de escala que se refere a determinados fenômenos sociais, concernentes a ações e ao papel dos agentes/sujeitos”. Articulando esta afirmação com a pesquisa em desenvolvimento, a escala de ação desta pesquisa seria global, pois no atual período de globalização neoliberal, os envolvidos no agronegócio no Paraguai são agentes nos quais o alcance espacial de suas práticas é global, ultrapassando fronteiras políticas.

Deste modo, as pesquisas acerca das transações de terra estão diretamente relacionadas com a escala espacial do capital (SMITH, 1988), porém geralmente não consideram que as escalas geográficas também são produzidas e transformadas através de diferentes processos econômicos, sociais e políticos, como os processos estudados, o que Souza (2013) propõe *como construção social da escala*. Assim, o cerne da questão escalar nas pesquisas acerca do *land grabbing* é que a escala não pode ser entendida na sua dimensão espacial – enquanto recorte – mas sim como um processo de construção social

---

<sup>79</sup> Onde uma escala se encontra inserida em outra sem relação entre si, exemplo: local, nacional e mundial.

<sup>80</sup> É importante destacar que não entendemos o controle do território/*land grabbing* como fenômeno, como muitos pesquisadores (FREDERICO e ALMEIDA, 2019). Na sua origem grega, fenômeno remete a ideia de *simplesmente aparecer* (JAPIASSÚ e MARCONDES, 2001). Desde os primórdios da acumulação primitiva o *land grabbing* vem sendo (re) formulado e moldado de acordo com as ordens sociais, econômicas e também territoriais vigentes.



multidimensional, que envolve interações espaciais e que torna as escalas do fenômeno, análise e ação únicas, ou seja, as escalas são heterogêneas porque são produtos sociais.

Por fim, a questão geopolítica é intrínseca ao controle do território. As pesquisas pouco a consideram e, quando a analisam, reproduzem uma visão de geopolítica tradicional, entendida como geopolítica do Estado e da Geografia de guerra, ainda formulada por Ratzel (1882 [1990]). Essa reprodução ocorre porque quando pesquisas inserem o debate relacionando *controle do território* e geopolítica, consideram os Estados ou empresas estatais e fundos soberanos como agentes únicos do processo, assim como a FAO (2012). Há a necessidade de *desestatização* da geopolítica, no sentido de entender e considerar outros envolvidos. Também é necessário que reflitamos sobre o Estado moderno (COSTA, 2013). Raffestin (1993) defende que é um equívoco a *fetichização* do Estado reduzindo a estes todos os fatos relativos ao poder e, no caso do *controle do território*, isso é um erro frequente.

Becker (2005) defende a necessidade de repensarmos a geopolítica no século XXI. Os conceitos são históricos e refletem a realidade de um determinado momento [e a geopolítica desde a segunda metade do século XX tem sido reformulada de acordo com o movimento da realidade]. Na geopolítica clássica, o Estado-nação controlava o território, pois era a única fonte detentora de poder. Hoje o território é controlado por uma rede de agentes. Há uma alteração na concepção de território e de geopolítica. Ademais, há relações diplomáticas nos bastidores do processo, o que explica porque determinadas empresas investem em um determinado país e não em outro. Um exemplo é a relação entre China e Paraguai.

A China<sup>81</sup> é considerada um dos principais agentes do *land grabbing* no século XXI devido ao seu crescimento econômico, populacional e conseqüente mudança na dieta alimentar, ademais da sua política de Internacionalização Produtiva [Going Global Strategy], de 1999 (OLIVEIRA, 2016a). Contudo, no Paraguai a influência da China é bastante peculiar<sup>82</sup>. Ademais, o fato dos principais agentes do controle do território paraguaio serem oriundos do Brasil possui um caráter geopolítico. Assim como no território<sup>83</sup>, para entender o processo de *controle do território* na sua totalidade, é

---

<sup>81</sup> A ascensão da China de fato provocou alterações na geopolítica global, influenciando as relações comerciais, e logísticas globais (McKAY, SALONSO-FRADEJAS, BRENT, SAUER e XU, 2017), ademais que provocou a configuração de uma *nova ordem mundial multipolar* (DUMÉNIL e LÉVI, 2014; OLIVEIRA, 2016a).

<sup>82</sup> Durante todo o desenvolvimento desta pesquisa a China não apareceu no ranking de destino das exportações da soja paraguaia da CAPECO. Apenas no final da investigação, mais precisamente no mês de agosto de 2018, a China tornou-se o principal destino da soja paraguaia (ÚLTIMA HORA, 17 set. 2018).

<sup>83</sup> Especialmente em relação a abordagem unidimensional e totalitária do Estado como detentor único do poder, isto é, o Estado controla o território e logo como a única fonte de poder sobre este (BECKER, 1983).

necessário romper com a visão da geopolítica de Estado de Ratzel (1882 [1990]), isto é, do Estado, das empresas estatais e dos fundos soberanos como únicos agentes do processo.

A própria expansão do interesse na apropriação de terras na primeira década do século XXI nos mostra que a geopolítica é um fator constante no processo e que precisa ser repensada da mesma forma que é recriada. É necessário construir uma geopolítica da questão agrária. A partir do exposto definiremos as tipologias do controle do capital: territorialização e territorialidade.

### **1.3.1. Tipologia do controle e estrangeirização do território**

---

Partindo da perspectiva que há diferentes formas de materialização do controle, propomos duas tipologias: via *territorialização* e via *territorialidade*, que correspondem a práticas diretas e indiretas de controle. O controle do território é um processo que combina diferentes agentes, práticas e relações globais em constante mudanças. Por isso, mais do que ter conhecimento sobre territorialização, é preciso conhecer a nova territorialidade gerada. É preciso ressaltar que não é necessário a territorialização para a efetivação do controle, uma vez que este pode ocorrer via territorialidade e esta não implica necessariamente na territorialização do capital.

A primeira tipologia abordada é o *controle via territorialização*. A territorialização é sobre a conquista do território para diferentes fins, seja assentamento rural ou capital estrangeiro. A *territorialização* corresponde ao processo de formação de um território, é material, mas ao mesmo tempo está vinculada a aspectos políticos, econômicos e imateriais. É um mecanismo que envolve muitos meios para o controle de pessoas, recursos e terra. A territorialização corresponde ao controle direto, isto é, quando o capital se apropria de um território via compra, concessão de exploração, fusões, *joint-ventures*, entre outras estratégias que possibilitem o direito de propriedade, seja este legal ou ilegal. Porém, isso não significa que a territorialização envolve necessariamente a territorialidade.

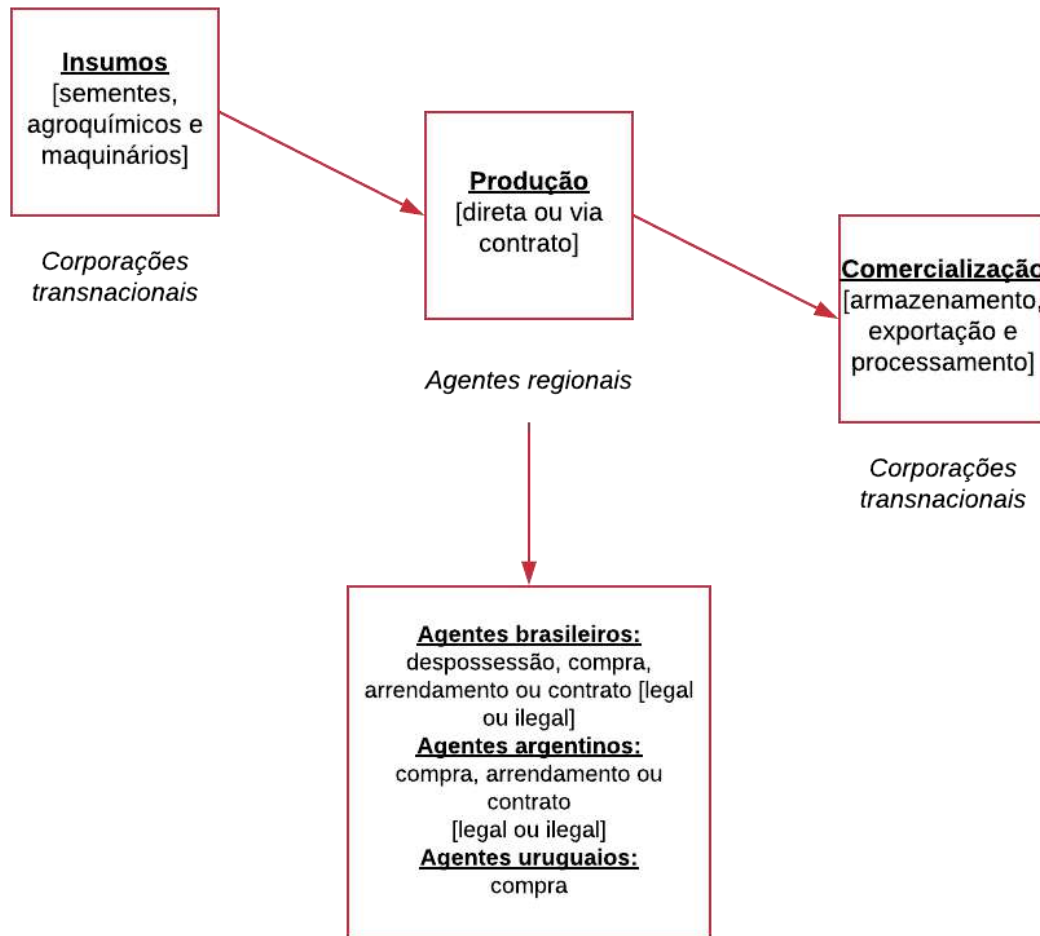
Uma empresa pode controlar o território via territorialização, mas não controlar sua territorialidade, como exemplos de empresas que compram terras para posteriores arrendamentos, como o caso da BrasilAgro. A BrasilAgro detém a propriedade da terra, porém a sua territorialidade é controlada por aquela empresa que arrendou sua terra. Por outro lado, há empresas que se territorializam e produzem territorialidades através da produção agrícola, como exemplo temos empresas como PAYCO, que produz soja no

Paraguai. Podemos realizar um paralelo com o que Oliveira (2012) intitula de *territorialização dos monopólios na agricultura*.

Significa que há o controle da propriedade privada da terra, do processamento produtivo no campo e no processamento industrial da produção agropecuária, isto é “o proprietário da terra, do capital agrícola e do capital industrial é a mesma pessoa, portanto, não há junção de classe social distintas, proprietário da terra e capitalista em uma só” (OLIVEIRA, 2012, p. 127), embora este não controle a cadeia produtiva a montante e a jusante. Defendemos que os novos mecanismos de controle ocorrem cada vez mais através da territorialidade, tipologia expressa a seguir. Contudo, isto não significa que não haja formas atuais e sofisticadas de territorialização. Há uma recriação do acesso à terra por parte do capital, utilizando formas violentas ou não, com o aparato do Estado.

No caso do Paraguai, o controle via territorialização ocorre através de empresas e latifundiários brasileiros que detêm de fato a propriedade da terra. A maior parte destas empresas produzem soja, ou seja, também controlam o uso do território – a territorialidade. Porém, a produção a montante e a jusante é controlada por corporações transnacionais, o que significa um controle indireto da territorialidade (Organograma 07). O agronegócio brasileiro possui a terra, é proprietário da terra e também do capital produtivo, contudo não controla a comercialização. Como argumenta Oliveira (2012, p. 128): “o processo de territorialização do monopólio nasce simultaneamente, do controle da produção imediata da circulação” e neste sentido caminhamos para a segunda tipologia de controle do território.

**Organograma 07. Paraguai – Dinâmica do controle do território pelos agentes estrangeiros.**



Org.: Autora (2019).

A segunda tipologia corresponde ao *controle via territorialidade*, ou seja, controle indireto e mais complexo do território, porque não necessita da territorialização, isto é, da apropriação da terra em si. Neste caso é mais vantajoso controlar a territorialidade – *monopolizar o território*, nas palavras de Oliveira (2012), do que se territorializar. Por territorialidade compreendemos como expressão e representação do território, como o uso e controle do território. A territorialidade produz e mantém relações de poder. Um território pode ser camponês e apresentar territorialidade do agronegócio (ROOS, 2015 e 2016) – um exemplo é quando assentados de reforma agrária produzem para o agronegócio através contratos de parceria – o camponês está territorializado, mas quem controla a territorialidade é o capital.

Os principais mecanismos deste tipo de controle são os contratos de parceria e os *pools de siembra* [no caso da Argentina e Paraguai], onde camponeses e demais produtores

produzem para corporações transnacionais e estas, por sua vez, não precisam de apropriar diretamente das terras. Porém, controlam a cadeia produtiva a montante e a jusante e a territorialidade. Outro exemplo são as corporações transnacionais, que controlam apenas o processamento e comercialização de *commodities*. É principalmente nesta categoria que ocorrem os novos mecanismos de controle que McKay (2017c) destaca, uma vez que não é necessário o direito de propriedade da terra para exercer o controle e nem a desterritorialização do campesinato.

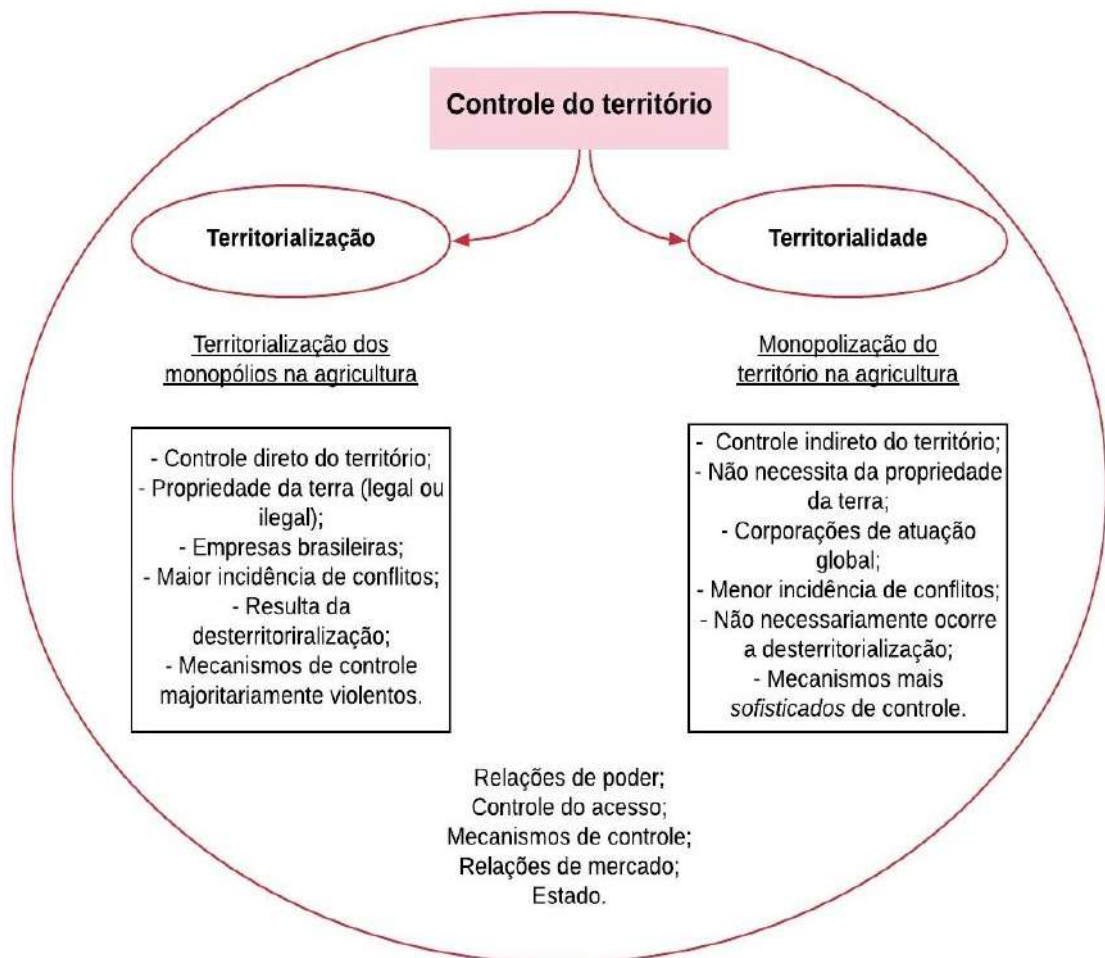
Este caso é equiparável a *monopolização dos territórios na agricultura*, que é “desenvolvida pelas empresas de comercialização e/ou processamento industrial da produção agropecuária, que sem produzir no campo, controlam através de mecanismos de subordinação, camponeses e produtores capitalistas produtores do campo” (OLIVEIRA, 2012, p. 233). Isto denota que não é necessária a propriedade da terra para o controle da territorialidade e muito menos a desterritorialização forçada, mas sim na subordinação e dependência desta classe, porque é mais vantajoso para o capital.

No caso do Paraguai, corporações transnacionais exercem um controle indireto do território, ou seja, controlam a territorialidade através de diferentes mecanismos tais como controle das sementes geneticamente modificadas e agroquímicos utilizados no processo produtivo, controle da comercialização e processamento. O controle ocorre também através relações de mercado, uma vez que se camponeses, produtores e empresas não se adequam a padrões de qualidade preestabelecidos globalmente, estes são excluídos da cadeia de produção. No Paraguai a divisão é notória: as empresas brasileiras controlam o território diretamente via territorialização e por isso frequentemente estão envolvidas em conflitos, visto que o controle via territorialização é mais suscetível ao conflito, ou pelo menos este é mais evidente e materializado no território.

Enquanto corporações multinacionais como ADM, Bunge, Cargill, Louis Dreyfus, Monsanto e Syngenta controlam o território indiretamente através da territorialidade. Tais empresas raramente se envolvem em conflitos, apresentam parcerias produtivas e comerciais com empresas brasileiras e controlam toda a comercialização, no caso da soja, do país por meio de exportação do grão *in natura* e no exterior este grão é processado. Como já citado neste capítulo, desde 2017 o governo do Paraguai tem procurado promover o processamento de soja no país e as medidas, tal como devolução total do IVA para soja processada exportada, o que culminou em conflitos entre produtores brasileiros que controlam o território via territorialização e corporações do agronegócio, que controlam a territorialidade.

No caso das empresas argentinas, também estudadas nesta tese, o controle do território ocorre via territorialização, porque tais empresas adquirem extensões de terra para *padronização* e posterior venda, como a BrasilAgro e MSU por exemplo. Geralmente o uso do solo neste caso é a produção orientada para a valorização da terra [para posterior venda]. As empresas argentinas também investem em outras empresas territorializadas no Paraguai, porém não atuam na produção agrícola diretamente. Já as empresas uruguaias, recentes quando comparadas as empresas argentinas e brasileiras, atuam na aquisição de terras como reserva de valor. Os Organogramas 08 e 09 representam o controle do território e as suas tipologias, permeadas por relações de poder, mercado e acesso.

### Organograma 08. Paraguai – Tipologias do controle do território.



Org.: Autora (2019).

Independente do controle via territorialização ou via territorialidade, o capital através de corporações de atuação global e, cada vez mais, do capital financeiro, controla

a cadeia produtiva e o território a montante e a jusante, exercendo controle sobre todas as dimensões do território e utilizando como meios as três dimensões das relações de poder citadas no início deste tópico. O diferencial do atual período é ascensão do capital portador de juros, que pode controlar a terra via territorialização ou territorialidade, visto que controla corporações [em diferentes setores da cadeia produtiva]<sup>84</sup>, que segundo Chesnais (2005) ainda são os agentes com maior visibilidade no sistema capitalista mundial, aparecendo a montante e a jusante do controle do território.

Há fundos de especulação imobiliária e fundos de dedicados a agricultura e alimentação. Os primeiros exercem este controle indireto, visto que o objetivo destes fundos de investimento não é controle em si, mas a renda da terra<sup>85</sup>, seja através da produção ou especulação, visto que não é usual para o capital financeiro adquirir diretamente terras, mas sim participar de fundos de investimentos (COTULA, 2012; FREDERICO e GRAS, 2017). Já os fundos relacionados a produção agrícola e de alimentos podem atuar desde o controle direto do território [territorialização], a territorialidade até comercialização (FREDERICO e GRAS, 2017). Intrínseco está o controle de todas as dimensões do território.

Tanto o controle do território via territorialização, quanto via territorialidade possuem diferentes mecanismos que legitimam a sua ação, tais como o papel do Estado na criação de leis e decretos e a mídia, que utiliza do discurso de desenvolvimento para justificar os processos. Deste modo, o controle ocorre no território material e imaterial, em todas as esferas de reprodução da vida. Ressaltamos que o controle do território, majoritariamente, altera o uso deste, ou seja, porque os agentes que o controlam também são modificados. Além destas territorialidades, sublinhamos a especulação imobiliária com terras agrícolas, onde cada região e país apresenta estratégias distintas de se especular, variando de acordo com o objetivo de cada agente. Na região do MATOPIBA por exemplo, a especulação ocorre através de imobiliárias agrícolas transnacionais que se apropriam de terras e aumentam a produtividade destas (PITTA, BOECHAT e MENDONÇA, 2017; PITTA, CERDAS e MENDONÇA, 2018) por meio do cultivo de *commodities*, ou seja, há uma alteração na territorialidade.

No Paraguai, a especulação ocorre majoritariamente por imobiliárias uruguaias que se apropriam de terra. Embora façamos esta discussão sobre o capital financeiro no controle do território, no Paraguai a entrada e atuação do mesmo nos mercados de terras

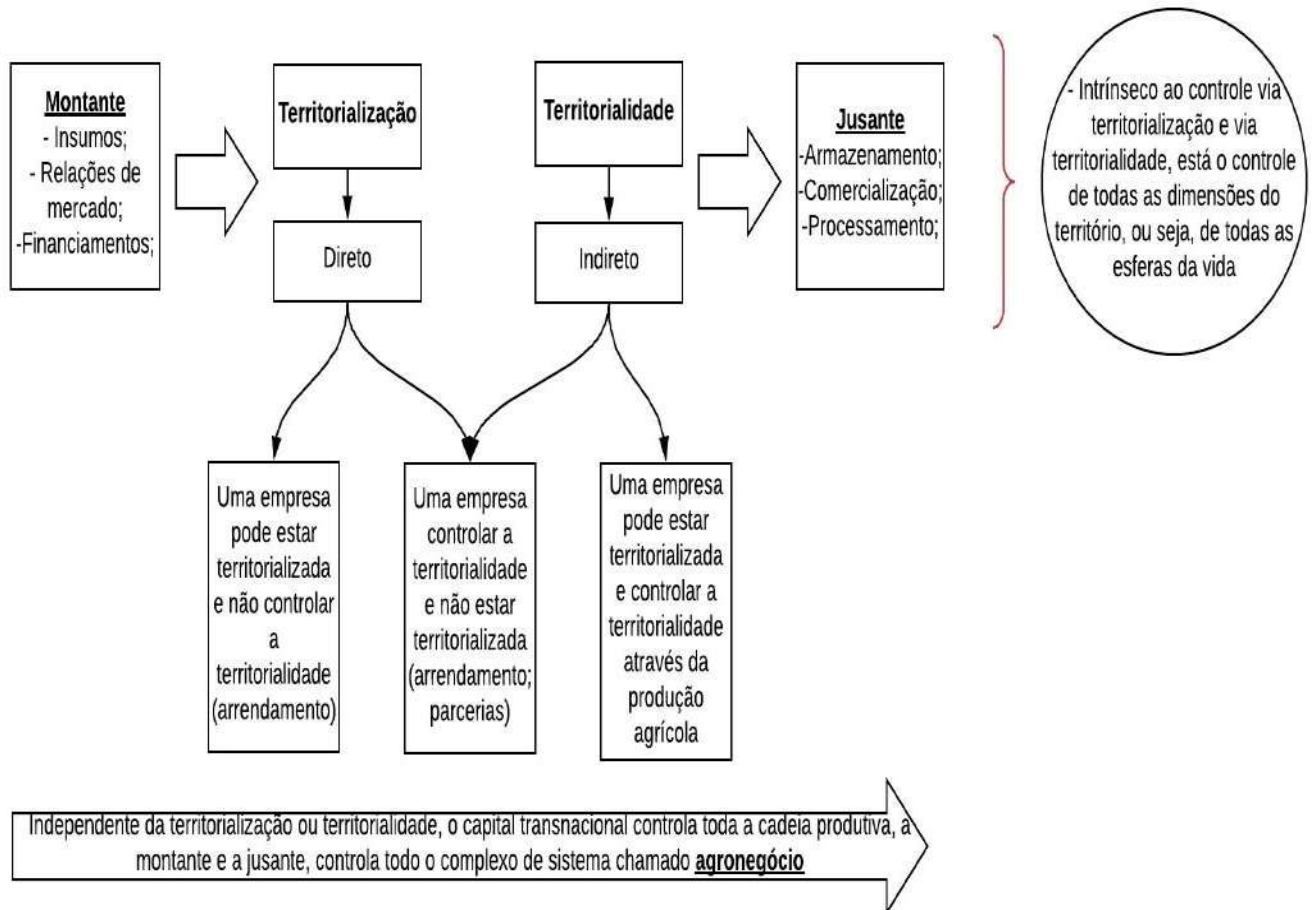
---

<sup>84</sup> “Observa-se que o capital financeiro geralmente se associa com corporações do agronegócio (grandes exportadores, empresas de insumos e agroindústrias)” (FREDERICO e GRAS, 2017, p. 19).

<sup>85</sup> De acordo com Marx (2017, p. 695) “a renda da terras pressupõe uma propriedade da terra, a propriedade de determinados indivíduos sobre determinadas porções do globo terrestre”.

e *commodities* ainda é incipiente, conforme o capítulo IV desta tese evidenciará. Porém, argumentamos que em um futuro próximo as terras paraguaias serão alvo da especulação do capital financeiro.

### Organograma 09. Paraguai – Mecanismos do controle do território.



Org.: Autora (2019).

A questão central da alteração do uso do território é que predominantemente o capital orienta a sua territorialidade para a acumulação, isto é, produz *commodities* para o mercado externo em um território que antes era utilizada para alimentar e abastecer o mercado local. Além disso, geralmente as práticas de controle ocorrem em territórios camponeses e indígenas, em países já inseguros em âmbito alimentar, o que acentua ainda mais a fome e a pobreza rural. Este é o principal paradoxo do avanço do controle e estrangeirização do território, porque a justificativa utilizada é a necessidade de produzir alimentos como solução para uma possível escassez de alimentos. O Paraguai é um excelente exemplo, dado que entre 2002 e 2014 a expansão do agronegócio com o objetivo de produzir para a exportação avançou 130% e a agricultura camponesa, que realmente



provém alimentos, apresentou retração de 50% (ORTEGA, 2016; MAG, 2018) e no mesmo período ocorreu um aumento da pobreza, violência e acesso ao alimento no país.

A estrangeirização é um elemento do controle do território e corresponde ao controle pelo capital estrangeiro. No Paraguai há agentes do agronegócio nacionais que atuam no controle do território, como já evidenciou Villagra (2009), porém, este controle é exercido majoritariamente pelo capital estrangeiro, primeiramente brasileiro via territorialização e em segundo plano por empresas de atuação global, controlando a territorialidade e toda a cadeia produtiva a montante e a jusante. Esta é a essência da estrangeirização, controlar o território para a acumulação, como solução para as crises do capital.

#### **1.4. Os regimes de controle e estrangeirização do território**

---

Apesar de muitos pesquisadores elucubrarem acerca da historicidade do processo, poucos se preocuparam em evidenciar os antecedentes históricos. A crítica é oriunda de Oya (2013b), que ao analisar dezenas de artigos científicos publicados sobre o então chamado *land grabbing* no continente africano, constata que nenhum trabalho inseriu no debate dados de períodos anteriores e muito menos precedentes históricos. A questão é evidente: como afirmar que o controle do território intensificou-se sem considerar dados e processos históricos? Ou seja, o interesse global em terras aumentou em relação a que?

Assim como a “internacionalização do capital pode ocorrer sob diversas maneiras, de acordo como cada momento histórico” (SPOSITO e SANTOS, 2012), o controle e estrangeirização do território se materializam de diversas maneiras no espaço e no tempo. É neste sentido que nos preocupamos em estabelecer a periodização do controle e estrangeirização do território no Paraguai. Partimos do pressuposto de que, com base em Cheptulin (1982), o controle e estrangeirização do território são resultados de processos e dinâmicas gerais, particulares e singulares em interação, permeados por rugosidades (SANTOS, 2017).

Deste modo, cada país possui diferentes regimes, uma vez que estes são formados por dinâmicas globais e regionais. Poucos trabalhos se dedicaram a classificar as fases ou períodos do então chamado *land grabbing*; nos quais destacamos Moyo, Yeros e Jha (2012), que se preocuparam em estabelecer ciclos para entender o avanço do capital em terras na África e Edelman e León (2013 e 2014) que delimitaram três diferentes ciclos na América Central.

A palavra regime, do latim *regimen, ĩnis*, significa *ação de dirigir, governo, mando*. Comumente regime está atrelado a regime político, que é definido como “conjunto das instituições que regulam a luta pelo poder e o seu exercício, bem como a praticados valores que animam tais instituições” (BOBBIO, 1998, p. 1.081). Nossa proposição de regimes de controle e estrangeirização do território está fundamentada, em parte, pelo teoria dos regimes alimentares de Friedmann (1987), Friedmann e McMichael (1989) McMichael (2016). Segundo Friedmann e McMichael (1989, p. 95), a definição inicial de regime alimentar “associava as relações internacionais de produção e consumo de alimentos a formas de acumulação que distinguem de modo genérico os períodos de transformação capitalista desde 1870”. Um regime alimentar corresponde a “estrutura regulamentada de produção e consumo de alimentos em escala mundial” (FRIEDMANN, 1993, p. 30).

É neste mesmo sentido que propomos os regimes do controle e estrangeirização do território no Paraguai desde 1870 até o período atual. O controle e a estrangeirização do território ocorrem através de regimes inseridos no sistema mundo<sup>86</sup> (WALLERSTEIN, 1974, 2004 e 2012). O que resulta em formas diferentes de controle, estrangeirização, agentes, dinâmicas e formas de resistências em cada regime, através de uma relação do local com o global, ou seja, criam novas dinâmicas territoriais. A partir da lógica territorial do capitalismo histórico (ARRIGHI, 2008), ou seja, acumulação no espaço e tempo<sup>87</sup>, definimos regimes de controle e estrangeirização do território como estrutura regulamentada para acumulação do capital no espaço e tempo<sup>88</sup>,

Os regimes do controle e estrangeirização do território são caracterizados como uma proposta para especificar as relações entre a ordem mundial de acumulação do capital, o sistema agroalimentar, alterações Geopolíticas globais e do controle do território, na qual o capital necessita da incorporação de novos espaços para garantir a acumulação

---

<sup>86</sup>Os regimes de controle e estrangeirização do território podem também ser relacionados com os regimes alimentares (McMICHAEL, 1994, 2009 e 2013; DIXON, 2014) e com os ciclos sistêmicos de acumulação do capital (ARRIGHI, 1996 e 2008).

<sup>87</sup> “A circulação e a acumulação do capital ocorrem numa configuração espaço-temporal específica, ainda que simultaneamente definam e redefinam os tempos e os espaços nos quais se movimentam” (HARVEY, 2018, p. 132). Ademais, é válido ressaltar que “temos que abandonar a visão do valor que se move sem estar ancorado em nenhum lugar e passar a enxergá-lo criando geografia de cidades e redes de transportes, formando paisagens agrícolas para produção de alimentos e matérias-primas, englobando fluxos de pessoas, bens e informações, determinando configurações territoriais de valores fundiários e habilidades de trabalho, organizando espaços de trabalho, estruturas de governo e administração” (HARVEY, 2018, p. 129).

<sup>88</sup> Segundo Harvey (2018), o capital abrange três formas de espaço-temporalidade simultaneamente, sendo: 1) tempo-espaço absoluto: “corresponde ao tempo e ao espaço do trabalho concreto, da jornada de trabalho, da fábrica e do mais-valor absoluto envolvido nas lutas em torno da extensão da jornada de trabalho” (HARVEY, 2018, p. 142); 2) tempo-espaço relativo: “tempo e espaço do mais-valor relativo, ou da produtividade e intensidade variáveis do trabalho, conforme a porosidade da jornada de trabalho e dos valores cambiantes da força de trabalho; a localização relativa, a facilidade de acesso e os meios, custos e tempos de transporte” (HARVEY, 2018, p. 142); 3) tempo-espaço relacional: “registrado conforme o trabalho abstrato se desenvolve, na medida em que o trabalho concreto se torna uma totalidade de diferentes formas de trabalho abraçando o mercado mundial” (HARVEY, 2018, p. 142).

de capital. Como já aborda Harvey (2003) o controle territorial é considerado um mecanismo necessário para a reprodução da acumulação de capital.

Neste ponto enfatizamos a relação entre escalas. Partimos do pressuposto que as escalas são socialmente construídas. As escalas apenas podem ser apreendidas através da relação, ou seja, as escalas não podem ser consideradas como unidades fixas e isoladas. É neste sentido que procuramos articular o mosaico de escalas (BRENNER, 1998 e 2013), visto que estamos analisando um país, no qual o global exerce influências sobre o local, mas o local também impacta o global. Isto nos permite ponderar que cada regime de controle e estrangeirização do território assume características e dinâmicas distintas de acordo com o processo de formação espacial<sup>89</sup> de cada país, mesmo embora seja guiado por interesses e dinâmicas globais.

A partir da pesquisa sobre o Paraguai, delimitamos três regimes de controle do território. O primeiro iniciado em 1870, com o fim da Guerra da Tríplice Aliança, e que esteve em vigência até o início da década de 1950. O segundo regime que compreende o período de 1950 até meados da década de 1990. Por fim, o terceiro regime de controle do território, iniciado no fim de 1990 e em vigência até a atualidade. Cada um destes regimes apresentam dinâmicas territoriais ímpares, relacionadas com processos [e necessidades] globais, regionais e nacionais de cada momento histórico. Dedicaremos um capítulo para cada regime de controle e estrangeirização do território.

---

<sup>89</sup> Entendemos formação espacial como “o ente geográfico que inclui o marco político-territorial do estado, a estrutura econômico-social da formação social e a diversidade cultural da nação num só amálgama geossocial (...) no plano cartográfico, é o recorte de unidade identitária que organiza o mosaico da espacialidade mundial na pluralidade de Estados Nacionais que distingue a geografia moderna das geografias passadas” (MOREIRA, 2016, p. 13-14).

## **CAPÍTULO II. QUESTÃO AGRÁRIA E ESTRANGEIRIZAÇÃO NO PARAGUAI NO PRIMEIRO REGIME DO CONTROLE DO TERRITÓRIO (1870-1950): A HEGEMONIA DO CAPITAL ARGENTINO**

---

*“Até a destruição, o Paraguai se destacava como uma exceção na América Latina: a única nação que o capital estrangeiro não havia deformado (...) Do Paraguai derrotado não desapareceu só a população: também as tarifas aduaneiras, os fornos e fundição, os rios fechados ao comércio, a independência econômica e vastas zonas de seu território. Dentro das fronteiras reduzidas pelo espólio, os vencedores implantaram o livre-câmbio e o latifúndio. Tudo foi saqueado, tudo foi vendido: as terras e os matos, as minas e os ervais”.*  
*As veias abertas da América Latina, Eduardo Galeano.*

Neste capítulo o nosso objetivo é abordar o primeiro regime do controle e estrangeirização do território. Ao final da Guerra da Tríplice Aliança, em 1870, o Estado paraguaio era proprietário da maior parte das terras públicas do país<sup>90</sup> (PASTORE, 1972). Em 1870 a extensão do território paraguaio era de 16.590 léguas quadradas. Deste total, 16.329 léguas quadradas [30.616.900 hectares] pertenciam ao Estado e apenas 261 léguas quadradas [489.375 hectares] a proprietários privados (KLEINPENNING, 1984b)<sup>91</sup>. Estas terras eram divididas em três categorias: 840 léguas quadradas de ervais, conhecidos naquele momento por *yerbatales*, 7.200 léguas quadradas de campos e 8.550 léguas quadradas de bosques (KLEINPENNING, 2014). Cabe destacar que o historicamente a agricultura paraguaia é atrasada em relação ao restante da América Latina, tanto em quantidade como em qualidade<sup>92</sup> (PALAU, 2008).

Diante desse cenário de destruição do Paraguai, o Ministro da Fazenda no Governo Provisório afirmou que “el áncora de salvación para el gobierno, para el país y para el mundo con él relacionado, es la desamortización de todos los bienes del fisco” (PASTORE, 1972, p. 186). A opinião pública foi contra a política de liquidação massiva do patrimônio do Estado, porém não se encontrava outra solução naquele momento para pagar as obrigações e reerguer o país<sup>93</sup> (BENÍTEZ, 1944; KLEINPENNING, 1984a). Cabe

---

<sup>90</sup> Mesmo com a propriedade privada da terra sendo declarada como inviolável após ao término da Guerra da Tríplice Aliança (AQUINO, 1985).

<sup>91</sup> O Paraguai perdeu 6.232.500 hectares para o Brasil através do Tratado Loizaga-Cotegipe (1872) e 9.409.000 hectares para Argentina, por meio do Tratado Machaín-Irigoyen (1876) (KLEINPENNING, 2014). Apenas em 1876 as tropas brasileiras se retiraram do Paraguai.

<sup>92</sup> Em 1872 apenas 61.709 hectares eram utilizados para cultivos agrícolas (KLEINPENNING, 2014).

<sup>93</sup> Ao final da Guerra, o Paraguai não possuía dívidas significativas, consequência dos baixos valores pago aos soldados e pelo fato de ter enviado um maio com ouro para pagar seus credores (WARREN, 1972 e 1978).

destacar que a elite que ascendeu ao poder no pós-guerra era complacente aos interesses do capital estrangeiro imperialista [Inglaterra] – hegemonia do terceiro ciclo sistêmico de acumulação de capital (ARRIGHI, 1996) – e subimperialista [Argentina e Brasil] (LAINO, 1989). Amarilla (2004) destaca que foi com o endividamento que a dependência do Paraguai foi consolidada.

Em 1872, o Paraguai recebeu da Grã-Bretanha um milhão de libras esterlinas para modernização e investimentos (a primeira dívida externa do país). Desse primeiro empréstimo, descontadas as comissões, apenas 403.000 libras esterlinas chegaram ao país; posteriormente, em 1873, se solicitou um segundo empréstimo, desta vez de dois milhões de libras esterlinas, chegando somente ao país 125.000. Os empréstimos tiveram como aval as terras e bens do Estado, dívida que incidiu fortemente no orçamento do Paraguai até a metade do século XX (TORRES FIGUEREDO, 2008, p. 36).

As condições estabeleciam que as propriedades deveriam ser vendidas mediante o pagamento em moeda de ouro e prata ou por crédito na dívida interna. Porém os camponeses paraguaios não apresentavam condições de pagar por estas terras. Isso os transformou em habitantes sem terras em um país de latifundiários estrangeiros. Foi neste momento que os camponeses paraguaios começaram a ser desterritorializados (BENÍTEZ, 1940; KLEINPENNING, 2014). Assim, observamos que a Guerra da Tríplice Aliança só beneficiou a pequenos grupos econômicos de Londres, Buenos Aires, Rio de Janeiro e Montevideo (ZOOMERS, 1988; LAINO, 1989).

Deste modo, criou-se uma classe de camponeses sem-terra. As propriedades estatais foram adquiridas pelo capital estrangeiro através de uma série de leis e decretos que foram promulgados desde o final da Guerra da Tríplice Aliança<sup>94</sup>, com o intuito de implantar o modelo econômico, liberal e oligárquico caracterizado pelo latifúndio (GLAUSER, 2009). O primeiro marco regulatório foi a Lei de 11 de agosto de 1871<sup>95</sup>, que

---

Ademais, os países aliados – Argentina, Brasil e Uruguai – não obrigaram o Paraguai a pagar as enormes indenizações solicitadas anteriormente (LEWIS, 1986). Os empréstimos ocorreram porque o Paraguai estava destruído, com um déficit populacional expressivo, reduzida capacidade de compra, infraestrutura e ausência de capitais. Neste sentido, o Paraguai investiu no desenvolvimento do setor primário, com o intuito de desenvolver mais a agricultura para exportação e em políticas de migração, mas para isso necessitou recorrer a empréstimos no exterior, leia-se Inglaterra.

<sup>94</sup> É interessante destacar que com o final da Guerra da Tríplice Aliança, além de todas as questões relacionadas a déficit populacional e destruição do país, o Paraguai apresentava diferentes problemas relacionados a agricultura. Grande parte da população havia abandonado suas terras, arquivos públicos e privados foram destruídos, famílias inteiras foram dizimadas (KLEINPENNING, 2014).

<sup>95</sup> Além de regular a venda de terras públicas fiscais, a Lei de 11 de agosto de 1871 regulava algumas provisões para a população camponesa. Segundo Kleinpenning (2014, p. 391) “la ley estipulaba que se el Estado era dueño de tierra en un poblado, dicha tierra debía ponerse a disposición de los campesinos que necesitaban. Así debería hacerse mediante la subdivisión en manzanas cuadradas de 8 lotes iguales. Los inmigrantes podían presentar una solicitud para que se les otorgara un lote de tierra”.

autorizava vender em subpasta pública todas as pradarias necessárias para obter o lucro de \$f500.000,00 (KLEINPENNING, 2014).

Em 20 de agosto de 1873 e 20 de outubro de 1874 outras duas leis foram promulgadas, ambas outorgando ao presidente o poder para celebrar uma subpasta pública de terras por um lucro de até \$f300.000,00 (KLEINPENNING, 2014). Em 25 de janeiro de 1875 foi aprovada a criação da Oficina de Tierras Públicas<sup>96</sup>, com o objetivo de estabelecer uma melhor contabilidade agrária no sentido de localização das terras públicas a serem vendidas (KLEINPENNING, 2014), embora não tenha obtido êxito. Segundo Pastore (1972, p. 187), o real objetivo era “considerados [camponeses] meros ocupantes de tierras del fisco y de recuperar el Estado el dominio de las mismas” (PASTORE, 1972, p. 187). Ainda em 1875 outras duas leis foram promulgadas na tentativa de vender uma quantidade maior de terras públicas.

Em 1877 este cenário é alterado, uma vez que é adotado no Paraguai o Código Civil argentino<sup>97</sup> (PASTORE, 1972; VILLAGRA e ARECO, 2017). Na prática a adoção do Código Civil da Argentina não beneficiou os camponeses. Criou-se uma falsa segurança na garantia de um direito que deveria ser estabelecido pelo Estado. Em seguida, em 08 de agosto de 1877 foi estabelecido o Código Rural, obrigando os proprietários a mensurar e registrar suas terras em um prazo de dez anos (PASTORE, 1972). Estas tentativas de vender as terras do Estado para gerar divisas para arcar com as dívidas geradas durante o período da grande guerra não foram efetivas, pois os camponeses paraguaios não tinham condições de pagar os valores solicitados, mesmo que baixos (BORRINI, 1997; TORRES FIGUEREDO, 2008).

As leis de venda de terras públicas da década 1870 não apresentaram o sucesso esperado. Isso ocorreu, em parte, porque compradores estrangeiros preferiam terras argentinas, brasileiras e uruguaias (PASTORE, 1972; AQUINO, 1985). Na década de 1880 a situação foi alterada a partir das medidas de José Segundo Decoud, então Ministro de Asuntos Exteriores do governo de Bernardino Caballero (1880-1886). Com base nas políticas de venda de terras e colonização dos EUA, Austrália e Argentina foram

---

<sup>96</sup> “La ley disponía que los propietarios debían presentar sus títulos a satisfacción de la Oficina de Tierras Públicas dentro de noventa días (...) durante el período de confirmación se prohibió toda transacción y ninguna persona podía tomar medidas legales contra el gobierno. Además, la ley prohibía la alienación de propiedades estatales para pagar deudas públicas” (KLEINPENNING, 2014, p. 393).

<sup>97</sup> Segundo Pastore (1972) e Aquino (1985), a adoção do Código Civil da Argentina, em teoria, foi importante para o desenvolvimento do espaço rural paraguaio. “De acuerdo con este Código Civil, los derechos de propiedad también podían ser reclamados se la tierra había sido ocupada por largo tiempo (...) los artículos garantizaban [en teoría] a una grande parte de la población rural que sus pretensiones pudieran ser reconocidas, lo cual fue muy importante porque muchos paraguayos no se habían preocupado por adquirir títulos en el pasado ya que creían que podían sustentar sus derechos de propiedad en base a la ocupación y usufructo real, sobre todo si habían heredado la tierra de sus ancestros” (KLEINPENNING, 2014, p. 393).

promulgadas em 1883 e 1885 as Leyes de Venta de Tierras Públicas (PASTORE, 1972; KLEINPENNING, 2014).

Com a sanção da lei de 02 de outubro de 1883 se inicia um novo período na legislação agrária do Paraguai. Tal lei autorizou a “vender las tierras públicas por valor de ciento cincuenta mil pesos fuertes, en bonos de tesorería o en moneda metálica de curso legal” (PASTORE, 1972, p. 217). A legislação deu preferência aos arrendatários e ocupantes da terra naquele momento. A lei de 1883 classificou o Paraguai em três classe [excluindo o Chaco] de acordo com a sua localização próxima a cursos d’água, uso do solo e densidade demográfica, ou seja, conforme mais próxima a Asunción, maior valor possuía a terra.

Esta lei de venda massiva de terras públicas e aumento dos preços para a compra e arrendamento foi promulgada em um momento em que os investidores estrangeiros já visitavam o Paraguai interessados na aquisição de terras. Logo, a criação da lei não foi apenas necessidade para liquidar a dívida externa do país, mas sim intencional para beneficiar os estrangeiros que desejavam explorar madeiras, sobretudo o *quebracho*<sup>98</sup> (CABALLERO, 2007 e 2014). Assim, a lei foi moldada para atender os interesses da classe latifundiária paraguaia e dos estrangeiros que estavam interessados no país. Com a lei de 02 de outubro de 1883 se iniciou uma nova etapa da luta pela terra no Paraguai, pois, os antigos camponeses que estavam territorializados não possuíam condições financeiras de comprar a terra e foram desterritorializados pelo capital internacional.

A lei de 1883 não incluía o Chaco. Em 16 de julho de 1885<sup>99</sup> uma nova lei é promulgada pelo Congresso Nacional, autorizando a alienação as terras públicas de todo o país. Esta lei dividiu o território paraguaio em cinco classes, utilizando os critérios anteriormente estabelecidos na lei de 1883 (KLEINPENNING, 2014). Na legislação de 1883 as terras do Paraguai Oriental eram divididas em duas classes e o Paraguai Ocidental ou Chaco paraguaio correspondia a apenas uma classe (PASTORE, 1972). Em 1885 a classificação do Paraguai Ocidental permaneceu e foram estabelecidas três classes no Chaco Paraguaio.

A região do Chaco Paraguaio apresenta historicamente baixa densidade demográfica e havia uma intenção em atrair migrantes para esta. Defendemos que a lei de venda de terras públicas de 1885 foi mais do que uma simples medida para gerar divisas

---

<sup>98</sup> Corresponde a uma árvore sul-americana presente em algumas regiões da Argentina, Brasil e com maior abundância no Paraguai. Apresenta madeira resistente e contém cerca de 20% de tanino, que é utilizado na indústria de curtimento de couros (CABALLERO, 2007). No Paraguai a principal espécie explorada foi o Quebracho Colorado [*Schinopsis Lorentzii Gris e Schinopsis Balansae*] (KLEINPENNING, 2014).

<sup>99</sup> Todas as leis anteriormente promulgadas deixaram de ter efeito com a Lei de 1885.

para liquidar as dívidas oriundas dos empréstimos realizados após a Guerra, mas sim uma estratégia geopolítica para povoar e definir fronteiras internacionais com a Bolívia, que só foram estabelecidas com a Guerra do Chaco (1932-1935) (VÁZQUEZ, 2013).

As leis de 1883 e 1885<sup>100</sup> beneficiaram exclusivamente o capital estrangeiro.<sup>101</sup> Segundo Pastore (1972), as leis de terras foram de grande importância para o Estado. Até 1900, mais de 20.000.000 de hectares tinham sido vendidos, a maioria para estrangeiros, pois os camponeses e indígenas não possuíam recursos para adquirir estas terras. Ambas as regiões do Paraguai – Oriental<sup>102</sup> e Ocidental – foram alvo da compra de terras por estrangeiros. Contudo, o Chaco apresentou maior concentração devido aos baixos preços que facilitavam a territorialização do capital, além de ser área endêmica do quebracho, árvore de interesse internacional. Ademais, a quantidade de terras fiscais da região Oriental era menor, cerca de 864.602 hectares, enquanto o Chaco apresentava 10.148.145 hectares em terras fiscais<sup>103</sup> (ZÁRATE, 1973; KLEINPENNING, 2014). Por esses motivos damos maior ênfase no controle e estrangeirização do território no Chaco paraguaio. Kleinpenning (2014) afirma que entre 1885 e 1914 foram vendidos 24.700.000 hectares de terra em todo o Paraguai por um valor total de US\$ 10.600.000, 00, com uma média de US\$0,42 por hectare, conforme evidencia a Tabela 01.

**Tabela 01. Paraguai – Terras fiscais do Estado vendidas entre 1885-1914.**

Ano	Montes e pastagens		Yerbales*	
	Superfície (hectares)	Valor recebido (\$f)	Superfície (hectares)	Valor recebido (\$f)
1885	7.178.322	609.543,27	-	-
1886	6.499.788	1.268.795,40	204.050	491.625,31
1887	2.506.946	1.179.941,60	118.766	506.302,42
1888	3.577.328	1.393.147,77	192.634	395.155,22
1889	1.521.301	710.001,32	62.905	129.342,20
1890	479.293	84.740,26	92.609	240.133,53
1891	206.919	126.104,98	24.806	39.850,62
1892	473.464	87.505,08	149.725	275.606,89
1893	146.562	42.034,13	207.343	897.156,45
1894	179.319	37.871,31	152.137	450.836,85

<sup>100</sup> Também no ano de 1885 foi promulgada a Ley de Venta de los Yerbales Fiscales (VILLAGRA e ARECO, 2017).

<sup>101</sup> Também beneficiou funcionários públicos do alto escalão (SOUZA, 2006).

<sup>102</sup> Exemplos de empresas com presença de capital estrangeiro proprietárias de latifúndios no Paraguai são: La Agroindustrial Paraguaya S.A. [2.647.727 hectares]; Domingo Barthe [881.442]; S.A. Argentino-Paraguaya de Maderas [496.945 hectares]; S.A. Montes, Yerbales y Estancias [425.568 hectares]; Comercial e Inmobiliaria Paraguaya-Argentina [antiga S.A. Foncière du Paraguay] [419.760 hectares] e Cia. Industrial de Maderas (136.609 hectares). Segundo Kleinpenning (2014) onze proprietários concentravam 5.548.444 hectares de terra na região Oriental no ano de 1946. Enquanto 109.780 proprietários possuíam 607.780 hectares, comprovando a alta concentração fundiária.

<sup>103</sup> As terras da região oriental eram importantes no cultivo de erva mate, diferentemente do Chaco.



1895	42.795	22.405,90	7.828	67.071,07
1896	28.713	22.350,60	47.473	466.058,21
1897	79.026	35.191,69	108.736	285.724,21
1898	18.503	9.644,18	53.399	104.048,99
1899	11.969	6.734,73	85.638	233.844,75
1900	23.605	12.380,99	-	-
1901	5.464	21.189,40	-	-
1902	29.999	24.165,65	-	-
1903	12.346	79.568,93	1.670	42.000,00
1904	1.846	4.921,66	3.878	11.380,00
1905	25	411,8	-	-
1906	3.235	36.149,20	-	-
1907	1.603	26.482,53	-	-
1908	279	4.670,90	-	-
1909	5.431	24.677,04	-	-
1910	334	3.565,20	-	-
1911	189.878	31.474,71	-	-
1912	589	8.877,35	-	-
1913	6.680	18.776,50	-	-
1914	1.600	19.276,65	-	-
<b>Total</b>	<b>23.221.205</b>	<b>5.952.600,73</b>	<b>1.513.597</b>	<b>4.636.136,72</b>

Fonte: Adaptado de KLEINPENNING (2014); Org.: Autora (2019).

Os efeitos das leyes de venta de tierras públicas não foram os esperados por José Segundo Decoud. Primeiro, a venda de terras a preço baixos preços não resultou em divisas suficientes para pagar as dívidas externas do Paraguai no pós-Guerra (KLEINPENNING, 2014). Ademais, o baixo preço incentivou práticas de especulação imobiliária<sup>104</sup>, “en ambas regiones los compradores comenzaron rápidamente a especular con las tierras, produciéndose grandes transacciones entre diferentes personas con el aumento sostenido del costo de la tierra, cuyo valor central era la posibilidad de volver a venderla y no producirla” (VÁZQUEZ, 2013, p. 51).

Assim, distintamente dos EUA e Austrália [inspirações de Decoud para a implementação das leyes de venta de tierras públicas de 1883 e 1885], as medidas não resultaram em uma colonização do Paraguai, porque os estrangeiros que adquiriram terras visavam a especulação, “la mayoría de las empresas se limitaban a actividades extensivas como la producción de madera y yerba, la extracción de tanino de los árboles de quebracho, la recolección de otros productos forestales, y la ganadería en praderas” (KLEINPENNING, 2014, p. 212). Deste modo, Kleinpenning (2014) argumenta que um equívoco do governo paraguaio foi a não conciliação de políticas de migração<sup>105</sup>.

<sup>104</sup> Com o objetivo de colonizar o Chaco, se o comprador de terra introduzisse na região colônias com 25 famílias, o preço da terra seria 50% menor (VÁZQUEZ, 2013).

<sup>105</sup> A migração no Paraguai não teve êxito, em parta, devido a: falta de um programa racional de incentivo a migração, falta de infraestrutura e choque cultural (KLEINPENNING, 2014).

As leis de venda de terras públicas das décadas de 1870 e 1880<sup>106</sup> não beneficiam o campesinato paraguaio por diferentes motivos, nos quais destacamos: prazos legais para a regularização eram curtos; quantidade demasiada de capital necessário para adquirir as terras; área mínima a ser comprada era extensa; o pagamento era em dinheiro efetivo; as transações deveriam ser registradas em Asunción [muitos não tinham meios de se deslocar até a capital] (KLEINPENNING, 1987).

El resultado fue que la gran mayoría de la población dedicada a la agricultura [no menos del 83% de toda la población económicamente activa en 1886] continuaba sin título de propiedad oficial y debía subsistir como arrendatarios u ocupantes en las pequeñas tierras fiscales que quedaban; como intrusos en tierras privadas o como trabajadores estacionales. De hecho no se tomaron en cuenta los derechos de la mayoría de la población rural. *Sus intereses fueron sacrificados en favor de aquellos del Estado paraguay y a un conjunto de inversionistas extranjeros* (KLEINPENNING, 2014, p. 396 – grifo nosso).

O principal resultado do pós-guerra foi a estrangeirização (FOGEL, 2001a) sem o povoamento [por meio de políticas de imigração] do Paraguai, na qual a base foi o latifúndio, a especulação, as formas extensivas de produção [e extração de recursos naturais] e marginalização do campesinato. É neste cenário em que *“tudo foi saqueado, tudo foi vendido: as terras e os matos, as minas e os ervais”*, epígrafe de Eduardo Galeano (1970) no início do capítulo, que se inicia o problema enfrentado pelo campesinato paraguaio (MORÍNGO, 2005).

## 2.1. A territorialização do capital estrangeiro no Chaco Paraguaio: o ciclo do tanino

---

Foi exatamente no Chaco em que se iniciou o primeiro regime<sup>107</sup> do controle e estrangeirização do território no Paraguai, em uma tentativa de povoar a região através de uma estratégia geopolítica, marcada pelo desmatamento e destruição dos *quebrachos*<sup>108</sup> e pela desterritorialização de comunidades ancestrais, que veio a se intensificar no século XXI. Dezenas de empresas adquiriram extensas propriedades na região para a exploração dos *quebracho* e extração do tanino – que segundo Vázquez (2006), foi a primeira

---

<sup>106</sup> Segundo Kleinpenning (2014) os interesses da população paraguaia foram sacrificados em favor do capital estrangeiro. Como consequência, muitos pequenos ocupantes de terras fiscais se transformaram em sem-terras.

<sup>107</sup> Vázquez (2005) argumenta que esta foi a primeira mundialização do território paraguaio.

<sup>108</sup> Cabe destacar que não haviam bosques de quebracho. Segundo Kleinpenning (2014, p. 325) “en estricto sentido no había bosques de quebracho. Los árboles no crecían en bosquecillo sino que estaban esparcidos a través del crecimiento general del Chaco. Podía no haber un solo árbol en un acre de bosque, como podía haber hasta veinte. Eran comunes los árboles aislados a campo abierto”.

implantação moderna do país – e posterior colonização na década de 1920. Esta colonização se deu pelas colônias menonitas de origem majoritariamente russa<sup>109</sup>, que *estavam fugindo da Revolução de 1917* [Entrevista com Fabricio Vázquez em 09 de dezembro de 2015].

A maioria das sociedades anônimas e pessoas físicas que se apropriaram das terras do Chaco após a Lei de 1885 eram oriundas da Argentina (ROMERO, 1977; SÚSNIK e CHASE-SARDI, 1995). Isso porque após a Guerra da Tríplice Aliança, a Argentina se consolidou como nação hegemônica no cone sul, controlando o Paraguai e Uruguai, situação geopolítica que só veio a ser alterada na década de 1950, com a ascensão de Stroessner ao poder (BIRCH, 2011; YEGROS e BREZZO, 2013). Estas empresas argentinas não atuavam isoladamente, mas sim articuladas a capitais espanhóis e britânicos.

Argentinas eram, na sua grande maioria, as estâncias para a criação de gado e as empresas dedicadas à venda de terras e à produção de tanino. Elas operaram grandes somas de capital, empregaram cerca de 20.000 trabalhadores, possuíam mais de 200 km de vias férreas para o transporte do quebracho, dispunham de numerosos portos à margem do Rio Paraguai e os navios de cabotagem argentinos, na maior parte pertencentes à Companhia Mihanovich, monopolizavam o trânsito fluvial. A produção mensal de tanino das quatro empresas argentinas e uma norte-americana chegara a 8.000 toneladas, no início dos anos trinta (BANDEIRA, 1998, p. 174).

Ressaltamos que a venda de terras paraguayas aos estrangeiros foi uma estratégia de incorporar o Chaco ao restante do país e de estabelecer as fronteiras internacionais paraguayas que ainda não estavam delimitadas (VÁZQUEZ, 2013). Segundo Sosa (1979) e Caballero e Vázquez (2011) o “Paraguay no dispuso nunca de un mecanismo de ocupación del Chaco, cuya única excepción es el intento de colonización francesa en el extremo sur a mediados del siglo XIX”, pois não conseguiam sequer ocupar a região oriental do país. Assim, segundo Vázquez (2011 e 2013) o Chaco era considerado como um espaço periférico para o Estado paraguaio, no sentido que não estava incorporado a dinâmica nacional e, muito menos na dinâmica capitalista. Porém o Chaco naquele momento tinha o seu papel geoestratégico devido justamente à indefinição das fronteiras com a Bolívia (FOUCHER, 1991; CABALLERO e VÁZQUEZ, 2011).

Para entender o processo de controle e estrangeirização do território no Chaco paraguaio é necessário considerar o território na sua multidimensionalidade. Partindo da

---

<sup>109</sup> Destacamos que há outras origens dos menonitas – Canadá, Alemanha, Belize e México – contudo o pesquisador entrevistado, a maioria eram de nacionalidade russa. Vázquez (2013) afirma que a origem da migração dos menonitas para o Paraguai foi a dificuldade linguística enfrentada por este grupo no Canadá.

perspectiva de que o espaço é anterior ao território (RAFFESTIN, 1993), foi com a instalação do capital estrangeiro que o Chaco se tornou um território do capital, pois garantiu a integração com o restante do país, o estabelecimento das fronteiras e a incorporação do modo capitalista de produção no território *Chaquenho*. Para a lógica o capital e do Estado paraguaio, o Chaco se constituía como um espaço periférico, pois nele não estava incorporado ao capital. Consideramos o território nas suas múltiplas dimensões, deste modo, anterior a 1885 o Chaco não era um território do capital e sim o território de muitas comunidades ancestrais que até os dias atuais lutam pelo seu reconhecimento. Segundo Vázquez (2006 e 2013), o Chaco paraguaio deixa de ser um espaço não territorializado e torna-se um território do capital.

A ocupação do Chaco Paraguai a partir de 1885 era um projeto político de *nacionalização dos espaços periféricos* do governo do Paraguai e teve como consequência a concentração de terras, desterritorialização de indígenas a exploração do quebracho e tanino, considerados por muitos como um elemento chave para o progresso nacional (CABALLERO, 2007) e o Estado paraguaio manteve o seu papel de garantir a segurança jurídica destas empresas estrangeiras, como ainda é na atualidade. A territorialização das empresas no Chaco impuseram sua estrutura territorial e por isso foi responsável por barrar por um considerável período de tempo a colonização e industrialização desta região. Basta lembrar que apenas em 1927 que se iniciou a implantação de colônias no Chaco e que até os dias atuais esta região é destinada a exploração madeireira e pecuária. Para muitos esta ocupação do Chaco foi necessária e benéfica, contudo, outros questionam os impactos territoriais, ambientais e sociais deste processo.

É neste cenário que no período entre guerras – Guerra da Tríplice Aliança e Guerra do Chaco – a região Ocidental do país ou Chaco Paraguai foi o território de intenso processo de ocupação e de aproveitamento de recursos naturais através do desmatamento dos *quebrachales* para a extração do tanino, configurando em um economia de enclave<sup>110</sup>, na qual “el Chaco había dejado de ser una región totalmente inexpugnables gracias a la instalación de los enclaves tanineros” (VÁZQUEZ, 2013, p. 72). De acordo com Caballero (2012) esta estratégia beneficiou o setor empresarial conformado por investidores estrangeiros, sobretudo europeus residentes na Argentina que se apropriaram de terras na região. Neste processo, o sistema financeiro britânico teve importante função, pois exerceu sob o Paraguai uma pressão para a venda destas terras (BÁEZ, 1927), expressando

---

<sup>110</sup> A primeira Guerra Mundial (1914-1918) gerou um aumento na demanda internacional de tanino. Antes os quebrachos [árvores] eram exportadas in natura para a Europa e o processamento ocorria no continente. Porém, tanto na Argentina, quanto no Paraguai, foram implantadas plantas industriais para a extração do tanino (WARREN, 1946).

que a privatização destas terras seria uma estratégia para a recuperação econômica nacional. Este processo evidencia uma dupla estrangeirização, primeiramente o capital se territorializava na Argentina e em um segundo momento no Paraguai.

Este período entre guerras foi considerado como a chave para a recuperação das bases econômicas, políticas e demográficas do país (CABALLERO e VAZQUEZ, 2011) e foi justamente neste momento que o Paraguai assumiu um grau cada vez mais crescente de dependência em relação aos países vizinhos em diversos âmbitos, em especial econômico e político. Cabe destacar que a estrangeirização começou no Chaco paraguaio através da exploração do quebracho para a extração do tanino, não foi um processo espontâneo, mas sim uma expansão das empresas britânicas que haviam se territorializado no nordeste da Argentina anos antes para a exploração do quebracho,

Segundo Vázquez (2005b, p. 72). “de esta forma, las empresas que extraían el quebracho en el norte argentino se posicionaron en el Chaco paraguayo, el cual se convirtió en un espacio que funcionaba según el modelo económico argentino”. Tal fato explica o porquê às empresas que se apropriaram do Chaco paraguaio eram, majoritariamente, de capitais argentinos e britânicos, o que reforça a ideia de que a estrangeirização é um processo que ocorre em escala global, não respeitando as fronteiras políticas e barreiras geográficas.

Kleinpenning (1984a e 1984b) aborda este processo de ampla aquisição de terra em um curto período de tempo e com facilidades impulsionadas pelo Estado paraguaio como a *‘orgia da terra’*. O mesmo autor destaca em 1946 haviam quatorze proprietários com propriedades acima de 100.000, totalizando 7.567.457 hectares; 327 propriedades entre 1.875 e 100.000 hectares, com um total de 5.644.819 hectares; 926 proprietários com fazendas menores que 1.875 hectares, totalizando 1.332.079; no total haviam no Chaco Paraguai 1.267 propriedades, somando 14.544.355 hectares<sup>111</sup> (Tabela 02).

Estes dados denunciam a intensa concentração de terras na região, onde apenas quatorze proprietários controlavam mais da metade de toda a terra em privada do Chaco. Para a CEPAL (1987), já no ano de 1917 apenas 16 empresas controlavam 8.600.000 de hectares, ou seja, 22% do território paraguaio, Segundo os dados levantados durante a

---

<sup>111</sup> Na região Oriental a concentração de terra em 1946 também era alta, mas menor quando comparada ao Chaco. Havia onde propriedades maiores de 100.000 hectares, totalizando 5.548.444 hectares; 1.119 propriedades entre 1.875 e 100.000 hectares, com um total de 8.961.874 hectares; 109.780 proprietários com fazendas menores que 1.875 hectares, totalizando 606.780 hectares. No total haviam 110.990 proprietários, somando 15.118.098 hectares (KLEINPENNING, 2014).

pesquisa documental, entre os anos de 1885 e 1930 haviam adquirido terras no Chaco Paraguuaio 280 empresas<sup>112</sup>, pessoas físicas e bancos [consultar material de apoio II].

**Tabela 02. Paraguai – Estrutura fundiária do Chaco – 1910-1946.**

Classe de área	Quantidade de proprietários	Hectares
Maiores de 100.000 hectares	14	7.567.457
1.875 - 100.000 hectares	327	5.644.819
Menores de 1.875 hectares	926	1.332.079
<b>Total</b>	<b>1.267</b>	<b>14.544.355</b>

Fonte: Adaptado de KLEINPENNING (2014); Org.: Autora (2019).

Havia uma diversidade de agentes atuando na alienação da terra paraguaia ao capital estrangeiro e a relação entre Argentina e Reino Unido, lembrando que o capital inglês atuava por trás das empresas argentinas. A maioria das empresas se dedicava a exploração do quebracho e processamento do tanino e a pecuária, também havia muitas empresas que se dedicavam ao mercado imobiliário devido aos baixos preços da terra na região. Segundo Vázquez (2013, p. 52) “esto demuestra una clara orientación hacia la especulación aprovechando de los precios inferiores en el Chaco”. Nenhuma empresa ou proprietário individual se dedicaram a produção agrícola, isso ocorre após 1930, com o início das primeiras colônias na região. Ressaltamos que a produção era para a exportação, onde a carne [pecuária] e tanino tinham como destino a Europa e EUA e a madeira e erva-mate a Argentina.

El modelo económico del quebracho y el tanino respondía a fuertes intereses comerciales argentinos, no solo por ser de ese origen los capitales de las empresas en el Chaco, sino sobre todo por formar parte de un sistema mayor de dominio, control y drenaje de la economía paraguaya que se servía de los ríos Paraguay y Paraná y de los puertos argentinos para vencer el aislamiento (...) El liderazgo empresarial y territorial que disfrutaban las empresas argentinas debe ser entendido como una estrategia de cesión de la iniciativa por parte del *Estado paraguayo*, que no tenía medios ni el interés urgente en incorporar y controlar esta región (VÁZQUEZ, 2013, p. 81 – grifo nosso).

Nesta passagem de Vázquez (2013) é evidente a intenção do governo e empresariado argentino em controlar o território paraguaio e o receio de que a futura Guerra do Chaco influenciasse negativamente nesta execução deste objetivo. A diferença

<sup>112</sup> No caso da exploração de quebracho para a extração de tanino as principais empresas eram: Compañía de Tierras Carlos Casado Ltda. [fundada em 1889]; Quebrachales Fusinonados [fundada em 1905]; Campos y Quebrachales Puerto Sastre (Alto Paraguay S.A.) [fundada em 1903]; Quebrachales y Estancias Puerto Galileo (Mihanovich & Cía) [fundada em 1906]; Sociedad Forestal de Puerto Guaraní [fundada em 1910]; The American Quebracho Company [fundada em 1911] e New York and Paraguay Co. (International Prod. Company) [fundada em 1918] (KLEINPENNING, 2014).

neste momento é que o propósito maior era Geopolítico – observado nas passagens da citação referentes ao escoamento – e não exclusivamente – ou majoritariamente – para a acumulação de capital, como ocorre atualmente com os capitais controladores do Chaco. Neste trecho também é notório o papel do Estado paraguaio, que desde o final da Guerra da Tríplice Aliança até a atualidade não tem o interesse de controlar o seu próprio território – na essência o papel é o mesmo, altera-se as articulações, dinâmicas e agentes.

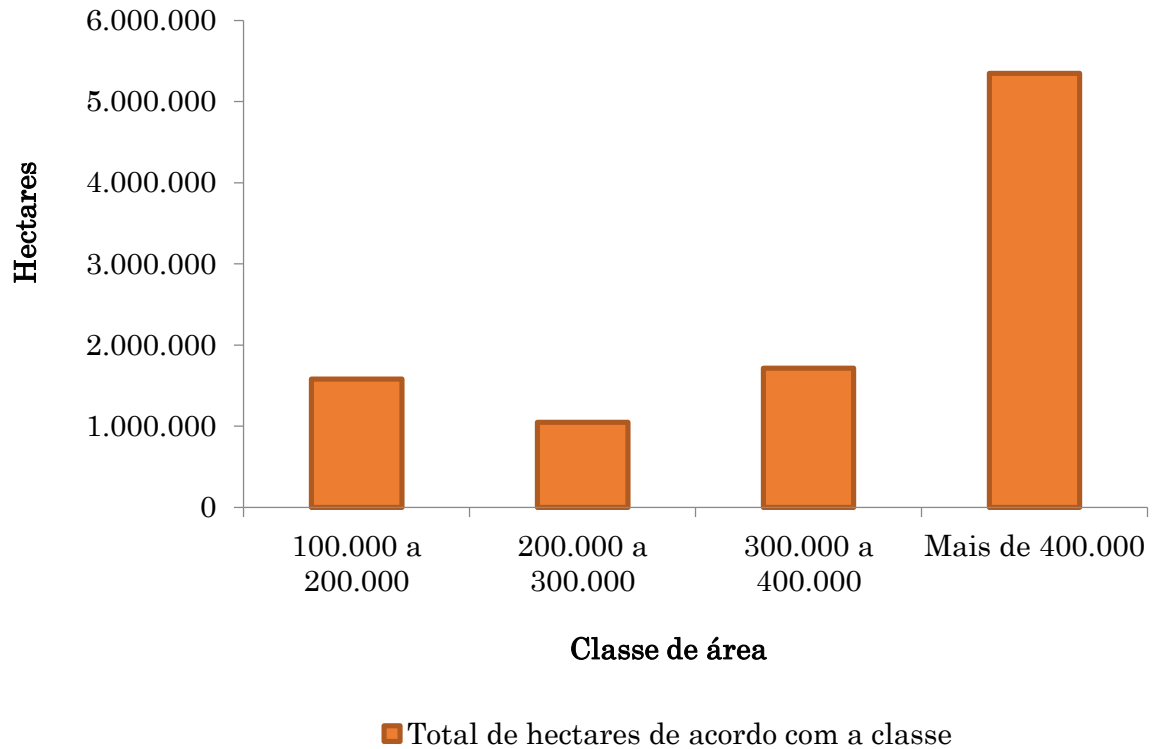
Dentre as empresas mais expressivas destacamos a atuação do hispano-argentino Carlos Casado, quem em 1886, antes mesmo de conhecer o Chaco Paraguayo, adquiriu 5.625.000 hectares fundando a empresa Compañía de Tierras Hispano-Paraguaya Limitada. No ano de 1909 esta empresa alterou sua razão social para Sociedad Anónima Carlos Casado Limitada Compañía de Tierras. A atuação desta empresa foi de extrema importância para a vitória do Paraguai contra a Bolívia durante a Guerra do Chaco, pois a guerra aconteceu justamente na propriedade de Casado e a infraestrutura construída por este foi essencial para a chegada do exército paraguaio na região. Até os dias atuais, os herdeiros de Casado mantêm 450 hectares de terra no Chaco Paraguayo em nome Compañía de Tierras Hispano-Paraguaya Limitada (CABALLERO, 2012). As articulações da empresa de Carlos Casado de 1886 até a atualidade evidenciam as estratégias da empresa para cada vez mais incorporar mais territórios e capitais<sup>113</sup>.

Sobre as estrutura fundiária da época, ao final do século XIX, apenas 79 proprietários possuíam quase a metade de todo território paraguaio e 50% da superfície do Chaco. Caballero (2012) afirma que até o ano de 1910, os proprietários com mais de 100.000 correspondiam a uma superfície total de 9.692.880 hectares. Estes proprietários estavam divididos em quatro classes: os que possuíam de 100.000 a 200.000 hectares, de 200.000 a 300.000 hectares, de 300.000 a 400.000 hectares e com mais de 400.000 hectares. O Gráfico 02 expressa a estrutura fundiária do Chaco em 1910.

---

<sup>113</sup> Atualmente a empresa de Carlos Casado ainda existe sob a razão social de Carlos Casado S.A. No ano de 2007 foi incorporada ao grupo espanhol San José e possui *joint ventures* com a Cresud e relação com a Associação Espírito Santo para a Unificação do Cristianismo mundial, mais conhecida como a Seita Moon, da Coreia do Sul.

**Gráfico 02: Paraguai – Estrutura fundiária do Chaco de acordo com a classe de área [hectares] – 1910.**

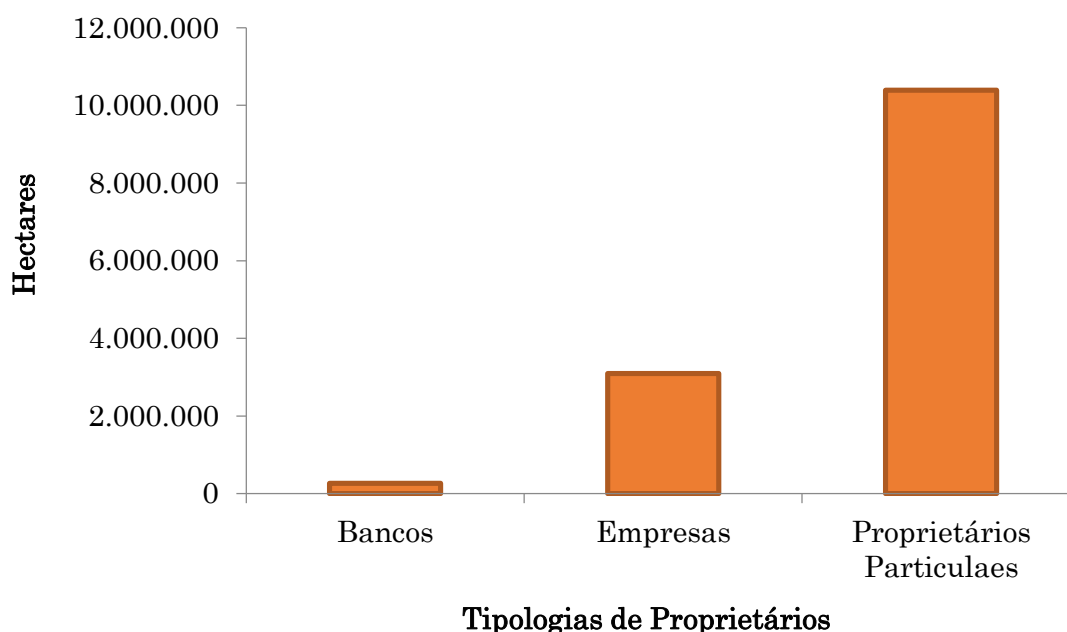


Fonte: Adaptado de Caballero (2012); Org. Autora (2019).

Diferentemente da região oriental onde a área dos latifúndios não ultrapassavam 10.000 hectares, no Chaco a maioria dos latifúndios possuíam mais de 100.000 hectares. Segundo as informações expressas no Gráfico 02, os proprietários com 100.000 a 200.000 hectares ocupavam 1.581.562 hectares do Chaco. Os latifundiários com propriedades de 200.000 a 300.000 hectares possuíam 1.050.282 hectares. Já os proprietários com fazendas de 300.000 a 400.000 hectares tinham 1.714.758 hectares. Por fim, os latifundiários com mais de 400.000 concentravam 5.346.278 hectares (CABALLERO, 2012). O total de hectares de terra em propriedade de estrangeiros pode ser classificado de acordo com o tipo de proprietário. Em 1910 os bancos estrangeiros possuíam 262.500 hectares, as empresas, tanto companhias limitadas quanto sociedades anônimas eram proprietárias de 3.093.856 hectares e os proprietários particulares concentravam 10.393.315 hectares, como evidencia o Gráfico 03. Os dados evidenciam que naquele período a estrangeirização ocorria muito mais por proprietários individuais do que por empresas e bancos, diferente do que ocorre atualmente.



**Gráfico 03. Paraguai – Total de hectares de acordo com a tipologia de proprietário no Chaco – 1910.**



Fonte: Adaptado de Caballero (2012); Org. Autora (2019).

No que tange a concentração fundiária do período, segundo os dados disponibilizados pelo CDE, em 1921 haviam 32.746.713 hectares agricultáveis – embora a prática agrícola não era expressiva no país neste momento – divididos em 36.233 propriedades, como nos mostra a Tabela 03. Em 1921 já é possível verificar a concentração da terra em torno dos latifúndios, onde 604 propriedades com mais de 10.000 hectares (1,64%) detinham 24.922.310, ou seja, 76,11% do território agricultável do país; enquanto as propriedades de 01-10 hectares correspondiam a 17.315 (47,79%), somando 78.765 hectares, o que equivale a 0,24% da área total agricultável de 1921.

**Tabela 03. Paraguai – Distribuição de propriedades de acordo com o tamanho [hectares] – 1921.**

Tamanho das propriedades (HA)	Quantidade de propriedades	% de propriedades	Superfície (HA)	% em relação à superfície total
01 – 10	17.315	47,79	78.765	0,24
11 – 49	10.778	29,75	222.953	0,68
50 – 499	4.825	13,32	868.019	2,65
500 – 999	854	2,36	625.707	1,91
1.000 – 4.999	1.517	4,19	3.533.619	10,79
5.000 – 9.999	340	0,94	2.495.340	7,62

<b>Maior de 10.000</b>	604	1,64	24.922.310	76,11
<b>Total</b>	36.233	100	32.746.713	100

Fonte: CDE (2016); Org.: Autora (2019).

Relacionando a Tabela 03 com o Gráfico 02 e 03 é possível observar que no Chaco Paraguuaio a concentração era ainda maior, onde as propriedades eram acima de 100.000 hectares, sobretudo controlada por proprietários particulares e empresas, principais agentes do período. Este processo de incorporação do território pelo capital estrangeiro não foi livre de conflitos. A população camponesa e indígena do território do Chaco foi incorporada aos latifúndios, pois as terras eram vendidas sem a realização de um levantamento para se ter conhecimento se a área era habitada ou não. Na realidade as políticas públicas em prol dos camponeses e indígenas e do reconhecimento do seu território historicamente foram escassas. Os indígenas eram vistos como selvagens pelo Estado paraguaio e pelos latifundiários, o que dificultava a relação de exploração entre latifundiários e indígenas, uma vez que o objetivo dos novos proprietários de terra era utilizar a farta mão-de-obra indígena para o trabalho nas fazendas, isto era um problema que o Estado paraguaio buscava resolver. Em 1925 iniciam-se as missões religiosas para o Chaco, com o objetivo de evangelizar os indígenas (VÁZQUEZ, 2006 e 2013).

## 2.2. Os menonitas no Chaco paraguaio

O Paraguai nunca foi um destino das migrações internacionais<sup>114</sup> e até a década de 1920 as migrações eram realidade apenas na região Oriental (KLEINPENNING, 2014). Na década de 1920 se inicia a migração de outro grupo para o Chaco paraguaio, produzindo uma nova territorialidade, desterritorializando comunidades indígenas e inaugurando a *segunda mundialização do Chaco* (VÁZQUEZ, 2005)<sup>115</sup>. Os chamados menonitas correspondem a seguidores do holandês *Menno Simons*<sup>116</sup> (TORRES FIGUEREDO, 2008;

<sup>114</sup> Concomitante as leis de venda de terras públicas, havia o incentivo a migração, que estava previsto na Constituição de 25 de novembro de 1870. Em 1872 foi estabelecida a Oficina de Inmigración e apenas em 07 de junho de 1881 foi estabelecida a primeira lei integral de imigração do Paraguai, que esteve em vigor até 1903. A lei determinava que o Executivo deveria estabelecer um número de colônias agrícolas de estrangeiros em domínios públicos. Uma diversidade de requisitos eram previstos na lei de 07 de junho de 1881, como localização das colônias próximo a cursos d'água e formação de um núcleo urbano. Mesmo com políticas de incentivo a migração, entre 1881 e 1909 foram criadas apenas 14 colônias com o total de 12.409 migrantes (KLEINPENNING, 2014).

<sup>115</sup> Diferentemente das empresas estrangeiras que se estabeleceram no Chaco em anos anteriores, os menonitas visavam a sua reprodução na terra e não apenas a especulação e acumulação de capital.

<sup>116</sup> Menonita é um grupo religioso também conhecido como anabatista e são caracterizados pela livre interpretação da bíblia, rechaço à modernidade, utilização do dialeto *Platt* na educação e relações cotidianas e contra serviço militar e utilização de armas (VÁZQUEZ, 2013). Este último ponto foi essencial para a seleção

VÁZQUEZ, 2013). Originários da Rússia, Canadá, México, Belize e Alemanha, foram atraídos pelas facilidades concedidas pelo Estado paraguaio e implantaram a agricultura com base no trabalho familiar em pequenas e médias propriedades. O Paraguai estava preocupado com o *vazio demográfico* do Chaco e decidiu ocupá-lo com o objetivo de fundamentar sua soberania em um espaço então disputa pela Bolívia (VÁZQUEZ, 2013).

El interés del Estado en el poblamiento, ocupación e integración del Chaco a la vida económica nacional fue intensificándose en la década de 1920, pues ya no se trataba simplemente de ocupar y pacificar a los indígenas, logros ya obtenidos en parte y en algunas zonas por las empresas tanineras. El nuevo peligro eran las intenciones de Bolivia de incorporar el Chaco a su territorio y soberanía, teniendo como argumento que esta región le pertenecía desde los tiempos de la colonia, con igual argumento de los paraguayos. Con este trasfondo, la política del Estado paraguayo consistía en ocupar efectivamente el Chaco así como definir y establecer los límites con el único país que aún no había firmado un tratado de límites internacionales (VÁZQUEZ, 2013, p. 72).

Ou seja, o objetivo do Estado naquele momento se configurava como essencialmente geopolítico, de disputa pelo território. Segundo Vázquez (2013), na década de 1920 grupos menonitas oriundos do Canadá, que procuravam países onde pudessem se desenvolver isoladamente sem a pressão cultural. O Estado paraguaio facilitou este processo promulgando a lei 514 de 26 de julho de 1921 na qual estabelecia direitos e privilégios as novas colônias menonitas<sup>117</sup> (PASTORE, 1972 e 1989). De 1926 – início da migração – até 1947 migraram para o Chaco grupos menonitas do Canadá, Rússia, EUA e México, cada qual apresentado singularidades. Grupos menonitas foram desterritorializados de seus países de origem, se reterritorializaram no Chaco paraguaio e, por sua vez, desterritorializaram grupos indígenas que estava territorializados na região. O processo T-D-R é a melhor forma de compreender a construção do Chaco enquanto território. Com a migração dos menonitas, ocorreu um importante aumento populacional década de 1930 com a chegada de 20.145 pessoas (VÁZQUEZ, 2011).

Com a *vocação territorial para o povoamento*, os grupos menonitas instalaram no Chaco agroindústrias e incorporaram a mão-de-obra indígena. Segundo Vázquez (2011, p.

---

do Paraguai como destino do grupo, porque a primeira opção era a Argentina, mas esta não liberou os menonitas do alistamento militar.

<sup>117</sup> Segundo Kleinpenning (2014), a lei 514 (1927) beneficiou colonos menonitas de modo que os mesmos poderiam se estabelecer no Paraguai de forma que não seria possível em qualquer outro lugar do mundo. Dentre os benefícios estavam: “estaban exentos del servicio militar tanto en tiempos de paz como de guerra, tenían plena libertad de religión y culto, gozaban del derecho a crear y dirigir instituciones para enseñar su lengua y su religión (...) además, estaban exentos por diez años del pago de aranceles a la importación de todos los bienes necesarios para la creación y desarrollo de las colonias, así como de los impuestos nacionales y municipales” (KLEINPENNING, 2014, p. 529). A lei 914 de 29 de agosto de 1927 estendeu estes privilégios a outros grupos pacifistas da Europa e dos EUA (KLEINPENNING, 2014).

105) “os indígenas cumplen un papel relevante en la economía de las agroindustrias menonitas al constituir un grupo que aporta mano de obra barata y siempre disponible”. Anterior aos menonitas, a territorialização do capital estrangeiro do Chaco ocorreu através da extração de madeira e tanino, as colônias menonitas produziam outra territorialidade, pois introduziram no Chaco a agricultura e pecuária – em um primeiro momento para consumo familiar e apenas após a década de 1950 iniciou-se a comercialização dos seus produtos agropecuários. Segundo Vázquez (2013), com a migração menonita surge um segundo período da territorialização do capital estrangeiro no Chaco paraguaio.

A Organização produtiva fundamentada na cooperativa, onde comercializaram insumos e produtos, o culto religioso que os mantinha unidos, as isenções de impostos e do serviço militar certamente ajudaram na consolidação e capitalização destes imigrantes. Dessas primeiras levas, os menonitas foram os que se dedicaram preferentemente à agricultura, instalando-se no centro do Chaco e posteriormente nos departamentos de San Pedro e Caaguazú, na região oriental (TORRES FIGUEREDO, 2008, p. 43).

Após o final da Guerra do Chaco, concomitante a decadência da exploração do tanino na região, os menonitas incorporaram a mecanização da agricultura nas suas práticas produtivas, direcionando a produção para além do consumo familiar e consolidando assim a agropecuária do Chaco paraguaio, sobretudo a partir de 1950. Atualmente os menonitas ainda estão territorializados no Chaco atuando através de grandes cooperativas, como a Cooperativa Multiactiva Neuland Ltda. e a Cooperativa Chortitzer Komitee Ltda., ambas fundadas em 1927 e a, sobretudo na pecuária e produção leiteira. Com base em Palau (2009), podemos afirmar que o período entre guerras (1870-1932), corresponde ao primeiro processo de controle e estrangeirização do território e da economia do Paraguai.

### **2.3. A Guerra do Chaco: o interesse no petróleo, a decadência do ciclo do tanino e consolidação da produção agrícola**

Sobre a Guerra do Chaco, que ocorreu na região entre 1932 e 1935, é necessário destacar que esta não foi apenas uma disputa pelo território do Chaco boreal entre a Bolívia e o Paraguai, “trascienden las fronteras y los deseos paraguayos y bolivianos para convertirse en un escenario donde varios actores disputan tanto la hegemonia económica como las formas de control políticos de los países em disputa” (VÁZQUEZ, 2013, p. 81). Assim, a guerra não atendeu somente aos interesses do Paraguai e da Bolívia, mas sim de

corporações transnacionais como a estadunidense Standart Oil e a anglo-holandesa Royal Dutch Shell, que estavam interessadas na exploração de petróleo na região (BANDEIRA, 1998; GLAUSER, 2009; VÁZQUEZ, 2013).

La disputa por el Chaco se concentró en dos aspectos principales. El primero hace referencia a la necesidad de Bolivia de concentrar una salida al mar mediante el Acceso y control de puertos sobre el río Paraguay. El segundo elemento es la presión ejercida por la compañía petrolera norteamericana Standard Oil (Exxon), instalada en Bolivia desde 1921 para encontrar nuevas vías de salida al petróleo boliviano (VÁZQUEZ, 2013, p. 79).

Segundo Bandeira (1998) a Standard Oil se apropriou de cerca de 3.000.000 hectares ao sul da Bolívia no ano de 1929 para evitar que a Royal Dutch Shell, que já controlava a prospecção de petróleo na Argentina também se expandisse para a área. Porém não foram apenas essas empresas que demonstraram interesses na exploração petrolífera na Bolívia<sup>118</sup>. Isto nos permite concluir que o próprio controle do território multidimensional, visto que o interesse naquele momento não era a produção agrícola, colonização ou anexação de territórios e delimitação de fronteiras, mas sim na extração de um recurso mineral subterrâneo – *resource grabbing* – e, neste caso, a estrangeirização resultou em uma guerra entre duas nações. A questão principal era o escoamento do petróleo explorado da Bolívia, que deveria passar pelo Paraguai (VÁZQUEZ, 2013). É claro, entendemos que há outros fatores por trás da Guerra, mas não podemos deixar de considerar a disputa do território por corporações duas petrolíferas estrangeiras.

O Paraguai ganhou a guerra e definiu a fronteira internacional com a Bolívia, processo no qual os governos [Argentina] e as empresas estrangeiras exerceram um papel relevante, tanto no apoio político quando na promoção da guerra, porque, conforme dito anteriormente o exército paraguaio utilizou-se da infraestrutura provida por estas empresas<sup>119</sup>. Contudo, a vitória do Paraguai não significou a territorialização de paraguaios no Chaco (VÁZQUEZ, 2006). Segundo a entrevista realizada com Vázquez durante a pesquisa de campo em 2015, após a Guerra do Chaco o governo paraguaio criou uma política pública para doação de terras do Chaco para os militares que sobreviveram à

---

<sup>118</sup> “Embora a descoberta de jazidas de petróleo, na Bolívia, ocorresse antes do século XX e muitos empresários recebessem concessões para explorá-lo, a operação dos primeiros poços, na bacia do Bermejo, só realmente começou por volta de 1925, depois que a Standard Oil of New Jersey comprara as áreas adjuntas aos empresários norte-americanos Richmond Levering, de New York (1 milhão de hectares) e de William e Spruille Braden (2 milhões de hectares). A produção, que fora de 424 m<sup>3</sup> em 1925, subiu para 4.386 m<sup>3</sup>, em 1929, quando então os poços de Camiri e Sanandita em funcionamento já estavam, com a extração, respectivamente, de 942 m<sup>3</sup> e 2.690 m<sup>3</sup> de óleo” (BANDEIRA, 1998, p. 175).

<sup>119</sup> É preciso ressaltar que os indígenas paraguaios foram utilizados como soldados durante a Guerra do Chaco.

guerra, contudo os mesmos negaram, com a justificativa que naquela havia já *havia sido derramado muito sangue*. É claro que o governo paraguaio constituiu tal política para o povoamento da região e não por reconhecimento a luta destes militares. A Guerra do Chaco, além de definir fronteiras, teve como objetivo integrar o Chaco ao restante do sistema produtivo do país.

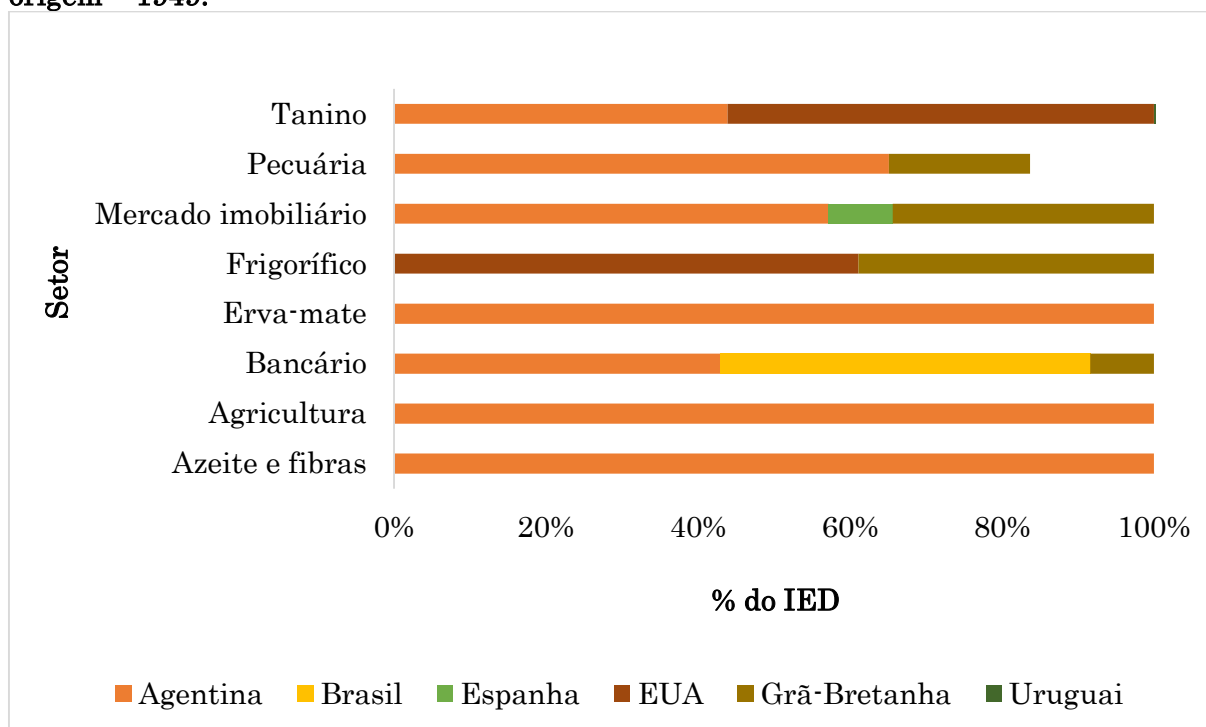
O final da Guerra do Chaco coincidiu com o período de decadência da exploração do quebracho para a extração do tanino, devido ao baixo preço do tanino no mercado internacional, ao surgimento de novos produtos químicos para o curtimento do couro e pela escassez do quebracho, que foi altamente explorado nos anos anteriores. Assim, durante a década de 1950 iniciou-se a retirada das empresas que exploravam o quebracho para a extração do tanino do Chaco. Algumas empresas se deslocaram ao continente africano e outras, simplesmente, pararam a exploração. Foi neste cenário que a agricultura e pecuária se consolidaram e expandiram na região.

Os menonitas que haviam migrado para o Chaco na década de 1920 e iniciado a produção agrícola e agropecuária para o autoconsumo, se consolidaram através da produção agropecuária para a exportação, se consolidando atualmente como grandes cooperativas de atuação no mercado internacional. O algodão se tornou a *commodity* chave para entender a introdução da agricultura no Chaco. Neste caso os EUA teve um importante papel, pois, através do Comité Central Menonita de Estados Unidos, forneceu diversos créditos a cooperativas menonitas, isto porque tinha interesse nos produtos que, na sua maioria, eram exportados para o EUA (VÁZQUEZ, 2013) e além do mais financiaram a construção da *Transchaco*<sup>120</sup>, rodovia que *corta* o Chaco e possibilita a demais mercados nacionais, como Asunción (VÁZQUEZ, 2006). O Gráfico 04 evidencia os investimentos estrangeiros no Paraguai em 1949 de acordo com o setor e origem do capital.

---

<sup>120</sup> “La ruta Transchaco es el canal por donde transita la mayor parte de los flujos regionales y el principal eje de salida de la producción industrial del Chaco central y de la pecuaria del Sur chaqueño con dirección centro-Chaco a Sur-Asunción” (VÁZQUEZ, 2006, p. 122).

Gráfico 04. Paraguai – Investimentos estrangeiros de acordo com o setor e capital de origem – 1949.



Fonte: CEPAL (1987); Org.: Autora (2019).

Observando o Gráfico acima podemos avaliar uma ascensão da agricultura, comandada pelos argentinos, segundo os dados da CEPAL, em contraponto a uma decadência da extração do tanino. Enfatizamos que a CEPAL não considerou dados referentes a produção agrícola e pecuária menonita, embora a mesma ainda estava nos seus primórdios. Cabe destacar que durante o primeiro regime de controle do território paraguaio, teve apenas um momento em que os impactos da estrangeirização foram questionados. Após ao término da Guerra do Chaco, Rafael Franco [herói da Guerra] depôs o então presidente Eusebio Ayala (1921-1923 e 1932-1936) (KLEINPENNING, 2014). Com a entrada de Franco emerge o movimento dos *febristas*, composto por oficiais do exército insatisfeitos com as políticas pós-Guerra e políticos antiliberais (BENÍTEZ, 1960; KLEINPENNING, 2014).

Rafael Franco juntamente com os *febristas*, consideravam que os estrangeiros [especialmente argentinos] eram proprietários de demasiada terra. Franco promulgou o Decreto Lei n. 1.060, de 05 de maio de 1936, no qual o princípio era de que a terra pertencia a quem nela trabalhava, permitindo a expropriação de 2.000.000 de hectares<sup>121</sup>

<sup>121</sup> Rafael Franco, a partir da antiga Dirección de Agricultura y Defensa Agrícola [unidade do Ministerio de Hacienda], criou em 20 de fevereiro de 1936 o Ministerio de Agricultura y Ganaderia (MAG). Segundo Kleinpenning (2014), entre 1937 e 1940 o MAG foi realocado para o Ministerio de Economía e apenas em 1940 apareceu como ministério único.

(KLEINPENNING, 2014). “Un total de 95.086,3 hectáreas se expropiaron entre el 2 de junio de 1936 e 2 de agosto de 1937. De la medida se beneficiaron entre nueve y diez mil familias” (KLEINPENNING, 2014, p. 409). Contudo, Rafael Franco não conseguiu expropriar as terras pertencente aos estrangeiros e foi deposto por meio de um golpe orquestrado pelo Partido Liberal e Félix Paiva (1937-1939) assumiu a presidência do Paraguai (BENÍTEZ, 1996). Ou seja, havia triunfado o latifundismo (ORTIZ, 1968). Segundo Villagra (2014), mesmo com práticas autoritárias e repressivas, Franco foi o único presidente da história do Paraguai [antes de Fernando Lugo] que desenvolveu algumas medidas populares.

Assim se deu o processo de controle e estrangeirização do Chaco paraguaio até a primeira metade do século XX, caracterizado por duas fases. Primeiramente pelo intenso controle e estrangeirização do território por empresas, bancos e proprietários privados que tinham como objetivo a exploração do quebracho, uma territorialização sem ocupantes, uma vez que a migração foi baixa comparada com o tanto de agentes envolvidos no processo, em que o espaço se transforma em território. Em um segundo momento pela formação de colônias menonitas, grupo que foi responsável pelo início da produção agropecuária de região. Cada fase da incorporação do território do Chaco pelo capital estrangeiro produz suas territorialidades que entram em conflito com as territorialidades já existentes, neste caso dos grupos indígenas (Organograma 10).

Outro processo que explica a formação territorial do Chaco Paraguai é durante os dois períodos é a Territorialização, Desterritorialização e Reterritorialização [T-D-R]. O capital argentino se expandiu para o Paraguai com o objetivo de incorporar novos territórios para atender a demanda de empresas, bancos e latifundiários que havia se territorializado na Argentina anos antes. Na segunda fase, grupos menonitas foram desterritorializados de seus países de origem e se reterritorializaram no Chaco. Ambos os processos nas duas fases culminaram na desterritorialização dos grupos indígenas ancestrais do Chaco Paraguai.

Como já citado anteriormente, empresas e pessoas físicas estrangeiras também exerceram controle sobre território Oriental do Paraguai. Apesar de fazer parte de um mesmo território-nação, o processo de territorialização do capital estrangeiro na região Oriental possuiu e ainda possui outras lógicas daquelas observadas no Chaco paraguaio. Na região Oriental<sup>122</sup> os recursos naturais foram pouco explorados até a década de 1960,

---

<sup>122</sup> Cabe destacar que ocorreram casos de migração na região Oriental durante a primeira metade do século XX, como o exemplo de colônias japonesas instaladas no departamento de Itapúa (PALAU, 2008) e de italianos, espanhóis e alemães (KLEINPENNING, 2014). Entre 1855 e 1962 foram criadas 50 colônias estrangeiras na região Oriental do Paraguai (KLEINPENNING, 2014).



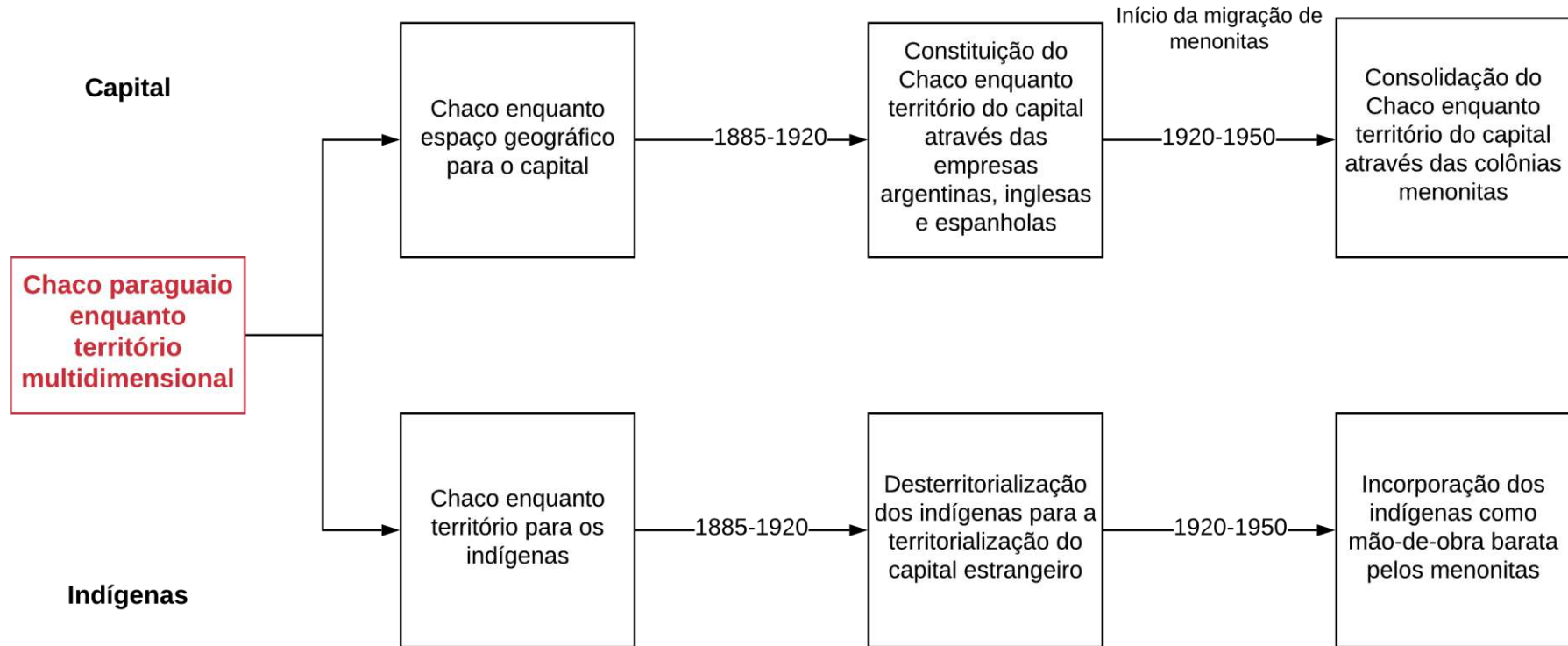
isso porque o crescimento da economia paraguaia durante a primeira metade do século XX foi muito limitado (NICKSON, 2005) e a concentração de população e serviços permaneceram em Asunción.

A territorialização do capital estrangeiro na região Oriental conduziu a um rápido crescimento na exploração de erva mate, acentuando a concentração fundiária e a desterritorialização de comunidades indígenas e camponesas. A partir de 1940<sup>123</sup>, a demanda internacional por erva mate começou a declinar e acentuou-se as restrições à importação da madeira paraguaia, de modo que a região oriental “se convirtió, al igual que los puertos de tanino en el extremo norte del Río Paraguay, en una zona abandonada del país, recordada sólo en la cultura popular por las brutales condiciones de trabajo en la selva” (NICKSON, 2005, p. 223).

---

<sup>123</sup> É necessário enfatizar que em 1940 foi publicado o Estatuto Agrário do Paraguai, construído por Carlos Pastore, então diretor do Departamento de Tierras y Colonias. “El estatuto Agrario se basava en la filosofía de que la tierra cumplía una función social y que todo paraguayo tenía derecho a tener un pedazo tierra donde vivir y tierra suficiente para mantenerse él y su familia” (KLEINPENNING, 2014, p. 409).

Organograma 10. Paraguai – Processo de formação territorial do Chaco – 1885-1950.



Org.: Autora (2019).

De acordo com Nickson (2005), em 1943 existiam apenas 1.582 unidades agrícolas na região Oriental do Paraguai, o que correspondia a 1,7% de todo o território nacional e o cultivo da região era de 7.320 hectares. A Tabela 04 expressa a distribuição de propriedades com, pelo menos, um hectare cultivado em 1943. Contudo, diferentemente da região Ocidental, a região Oriental apresentava uma produção agrícola mais expressiva de erva mate e significativa concentração de camponeses, sobretudo nos departamentos Paraguari, Cordillera, Central, Guairá e partes de Caazapá e Misiones – região do campesinato arraigado (VÁZQUEZ, 2006) – o que gerou um conflito entre latifundiários, empresas e camponeses. Tal situação foi alvo de políticas da ditadura Stroessner (1954-1989), como evidenciaremos no capítulo a seguir.

**Tabela 04. Paraguai – Distribuição de propriedades com pelo menos 01 hectare cultivado de acordo com o tamanho – 1943<sup>124</sup>.**

Tamanho das propriedades (HA)	Quantidade de propriedades	% de propriedades	Superfície (HA)	% em relação à superfície total
<b>Menor de 05</b>	45.426	48,1	124.408,9	8
<b>05 – 10</b>	24.728	26,2	161.989,8	10,5
<b>10 – 20</b>	15.527	16,4	195.502,8	12,6
<b>20 – 50</b>	6.263	6,6	164.889,1	10,6
<b>50 – 100</b>	1.185	1,2	79.727,1	5,2
<b>100 – 1.000</b>	1.215	1,3	276.314,9	17,8
<b>Maior de 1.000</b>	154	0,2	546.952,9	35,3
<b>Total</b>	<b>94.498</b>	<b>100</b>	<b>1.549.785,5</b>	<b>100</b>

Fonte: CDE (2016); Org.: Autora (2019).

Os principais compradores de terra na região oriental entre 1883 até o fim da primeira metade do século XX foram: Liebig's Extract of Meat Company Limited, grupo formado por Emanuel Boutcher, Charles Gunther, Barão de Mauá<sup>125</sup>, Otto Gunther e Félix Grisar, fundado em 1865 e territorializado no Paraguai em 1898 através da compra de propriedades nos atuais departamentos de Ñeembucú, Amambay e Concepción (LIEBIG'S EXTRACT OF MEAT COMPANY LIMITED, 1965); La Industrial Paraguaya S.A., com 3.502.00 hectares e de capital de origem anglo-argentino territorializando-se no Paraguai em 1915; a companhia francesa de Domingo Barthe, que adquiriu 1.125.00 hectares em 1915; La Sociéte Foncière, empresa francesa que no ano de 1905 comprou 465.000

<sup>124</sup> 63,2% das propriedades pertenciam a ocupantes, enquanto 16% eram proprietários e 6,5% arrendatários (KLEINPENNING, 2014).

<sup>125</sup> Segundo o livro de comemoração do centenário da Liebig's Extract of Meat Company Limited, o Barão de Mauá era o promotor de todas as empresas internacionais que desejavam possuir negócios na América do Sul no pós Guerra da Tríplice Aliança.

hectares; empresa Comercial Inmobiliaria Paraguaya-Argentina S.A. (CIPASA), propriedade da família Antebi e entre as maiores destacamos a brasileira La Mate Laranjeira, com 190.000 hectares. Através destas informações é possível afirmar que a presença brasileira na região oriental era ínfima comparada aos demais capitais. Esta situação possui diversas explicações: o fato da relação entre Brasil e Paraguai naquele período ser bastante restrita; a fronteira agrícola brasileira ainda não estava em expansão e a elite latifundiária do Brasil estava mais preocupada em garantir o seu poder local do que investir em outros países.

Segundo Nickson (2005), estas empresas dominaram a economia da região oriental durante toda a primeira metade do século XX, pois as terras vendidas após a lei de terras de 1883 e 1885 permaneceram apenas em posse destas empresas, não havendo interesse de demais companhias e estas não exploraram de forma intensiva os recursos naturais da região, tal exploração iniciou apenas após os anos 1960. Assim, os latifúndios da região oriental foram incorporados lentamente ao restante da economia e do território paraguaio até a década de 1970 (VÁZQUEZ, 2013), baseados na extração de bens naturais, situação alterada apenas com a territorialização dos brasileiros na região. Dentre estas empresas o exemplo mais emblemático é a La Industrial Paraguaya S.A. (LIPSA) [consultar Box II], porque, mesmo sua territorialização ocorrendo ainda no século XIX, esta tem total relação com o Golpe que retirou o presidente Fernando Lugo da presidência do país em 2012.

### **Box II. La Industrial Paraguaya S.A. e o massacre de Curuguaty.**

A empresa, constituída através de capitais argentino, inglês e paraguaio, se territorializou no país como uma propriedade de 3.502.727 hectares, ocupando 6% de todo o território do Paraguai em 1886 aproveitando da Lei de Venda de Terras públicas de 1885.

Fundada en 1886, merced a la ley de venta de tierras de 1885, adquiriendo 855.000 hectáreas de yerbales y 2.647.727 hectáreas de bosques y praderas. Se constituyó en la corporación paraguaya más rica e influyente tanto por el capital invertido de \$f 4.000.000, así como por la lista de sus accionistas compuestos por políticos y hombres de negocio (...) fue el segundo latifundio más grande del país (hasta fines del siglo XX) y el más importante de la Región Oriental del Paraguay. La empresa fue incorporada a principios del siglo XX al gigantesco Farquhar Syndicate de Londres (capital mayoritario inglés). La Industrial tenía oficina central en Londres y una administrativa en

Asunción. Su inmenso territorio estaba dividido en tres zonas administrativas, que en realidad correspondían a divisiones territoriales del país: los departamentos de Concepción y San Pedro, en el Alto Paraguay y Tacurupucú en el Alto Paraná (FARINA, 2013, p. 61-63).

No ano de 1967 a LIPSA doou ao Estado paraguaio 2.000 hectares localizados no distrito de Curuguaty, departamento de Canindeyú, para a constituição da Armada Paraguaya; local que ficou conhecido como Marina Kué. Contudo, mesmo com a realização da doação, a transferência de títulos não foi efetivada e a propriedade de fato ainda estava registrada como pertencente a LIPSA. As forças armadas utilizou a doação da LIPSA até o ano de 1999. Em 2004, mediante uma mobilização de camponeses paraguaios, estas terras foram doadas para o INDERT para fins de reforma agrária e aprovado pelo Decreto Presidencial nº 3.532, porém, a Blas Riquelme obteve uma sentença que declarava que a terra pertencia a sua empresa Campos Morombí, por motivos de usucapião. A família Riquelme possui cerca de 70.000 hectares no Paraguai, algumas compradas da empresa LIPSA e outras doadas pelo governo de Stroessner. O fato é: a estes 2.000 hectares não pertencem a Campos Morombí porque foram doados ao Estado paraguaio.

Este caso é emblemático porque em 15 de junho de 2012, durante uma ocupação dos camponeses da terra fiscal de Marina Kué, em Curuguaty ocorreu um massacre deixando onze camponeses e seis policiais mortos. Este massacre foi a base do golpe parlamentar que destituiu o presidente Fernando Lugo uma semana depois. Segundo Fogel (2013, p. 84):

El caso ilustra tanto las irregularidades judiciales en intentos de apropiación de tierras fiscales por parte de empresarios y los subterfugios utilizados en el blanqueo de tierras mal habidas así como las luchas campesinas por develar diversas formas utilizadas para despojar al Estado de sus tierras; la terrible experiencia vivida en Marina Kue muestra también cómo se ejerce a través de fiscales y jueces la violencia estatal criminalizando los justos reclamos campesinos; en el trabajo se utilizan entrevistas a informantes, y explotación de datos secundarios, incluyendo expedientes administrativos y judiciales.

Onze camponeses foram presos em 2012 e julgados em julho de 2016 culpados pela morte dos seis policiais – Rubén Villalba condenado a 35 anos de prisão<sup>126</sup>; Luis Olmedo, 20 anos de prisão; Arnaldo Quintana e Néstor Castro Benítez, condenados a 18 anos de prisão; Lucía Agüero, Fany Olmedo e Dolores López foram condenadas a seis anos de prisão e Juan Tillería,

<sup>126</sup> Condenado por associação criminosa, invasão de imóvel alheio, homicídio doloso agravado e tentativa de homicídio doloso.

quatro anos de prisão (BRASIL DE FATO, 11 jul. 2016). Contudo ninguém sequer foi investigado pela execução dos onze camponeses. Posteriormente, os presos políticos foram libertados. As famílias reocuparam a propriedade há dois anos. O assentamento estabelecido por essas famílias não tem apoio algum do Estado e sequer é reconhecido por este, conforme observamos em trabalho de campo realizado em setembro de 2019 em Curuguaty.

Outra questão está relacionada com o Grupo Caramuru, de origem brasileira, pois, segundo o De Olho no Paraguai (27 ago. 2018), Maria Pelissari de Souza, uma das sócias do grupo, possui terras no distrito do massacre e no julgamento deste, o lote n. 116 [em disputa] foi dado como posse de Maria Pelissari de Souza e não da empresa Campos Morombí [quando na realidade o lote da brasileira era o n. 126]. Em fevereiro de 2016, o Estado Paraguaio reconheceu que a terra em que aconteceu o massacre pertence ao Estado e não a família Riquelme (TERRA, 03 fev. 2016).

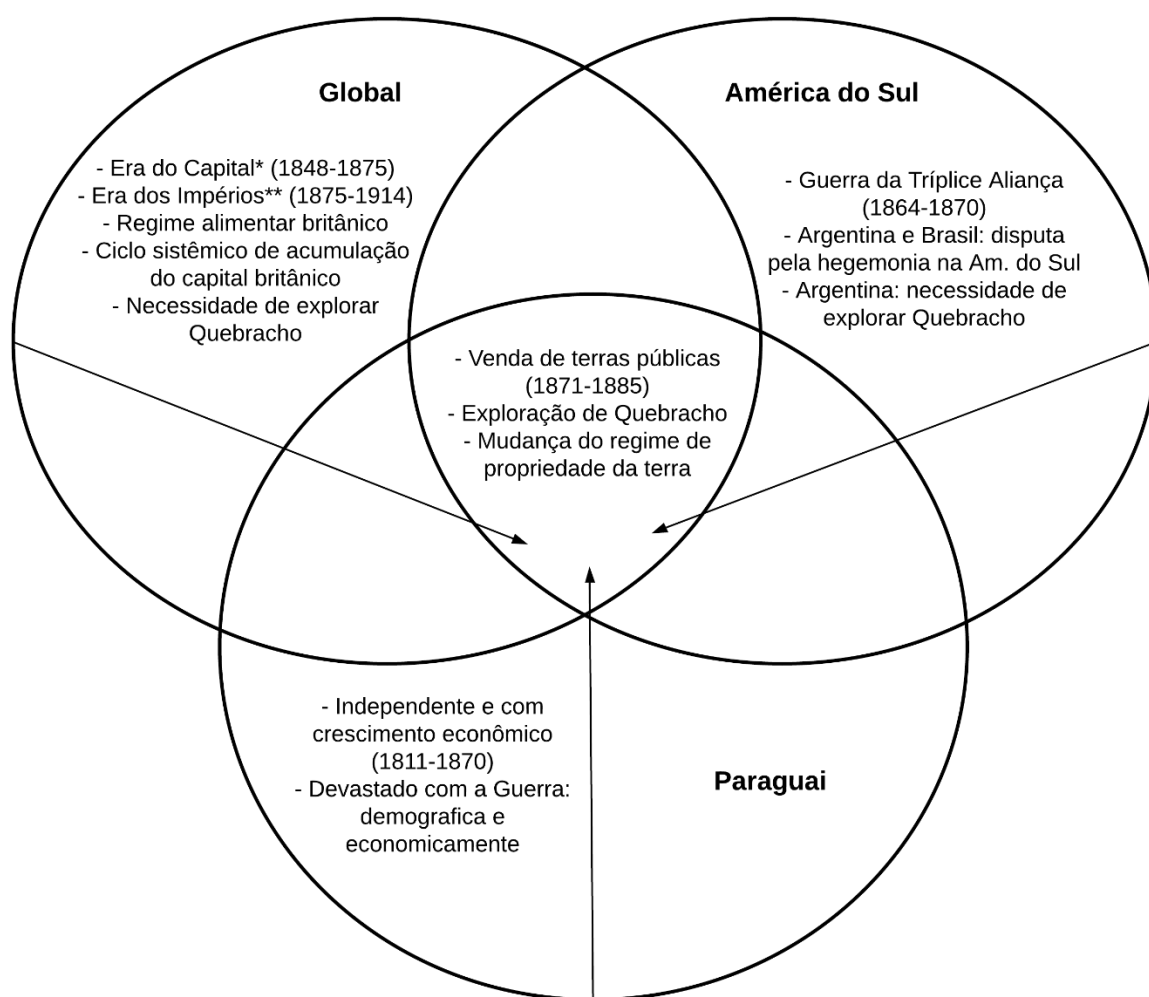
O caso Curuguaty evidencia a falta de um sistema de controle da apropriação de terras pelo Estado (FIAN, 2014), que na realidade é intencional porque o poder judiciário do Paraguai é comandado pelas grandes empresas estrangeiras e elite agrária nacional. Ademais, Curuguaty mostra como um processo ilegal de estrangeirização no século XIX e XX ainda impacta a sociedade paraguaia atual, sobretudo os camponeses, que até hoje não tiveram acesso à terra, são criminalizados e até mortos por um modelo econômico que visa cada vez mais à acumulação e concentração de renda, por isso, o argumento de Edelman (2016b) é verdadeiro: o presente nada mais é do que uma sequela do passado.

A partir da segunda metade do século XX esta situação é alterada, pois Alfredo Stroessner, do Partido Colorado, assume o governo do país através de um golpe de Estado; Segundo Meyer (2016), tal fato evidencia que “los gobiernos y las empresas de Argentina y Brasil se disputaban el control del Paraguay: en el primer país se fundó el Partido Colorado, y en el segundo el Partido Liberal.” A principal política de Stroessner foi a abertura do país, sobretudo região oriental para o capital brasileiro. Simultaneamente o Brasil passava por um processo de modernização da agricultura, expansão da fronteira agrícola e desterritorialização de camponeses e também de latifundiários da região Sul do país.

Deste modo, ocorreu *um casamento* entre os interesses paraguaios e brasileiros, que são essenciais para compreender a atual relação entre Brasil e Paraguai e a situação do campesinato paraguaio. A estrangeirização do território que aconteceu no Paraguai na primeira metade do século XX é distinta daquela que ocorre atualmente. Contudo é

primordial para compreender as novas dinâmicas e elementos do processo de estrangeirização em escala nacional e sul-americana. O Organograma 11 exemplifica as dinâmicas que e rugosidades que estavam ocorrendo em diferentes escalas durante o primeiro regime do controle e estrangeirização do território.

**Organograma 11. Dinâmicas globais, regionais e nacionais no primeiro regime de controle e estrangeirização do território paraguaio (1870-1950).**



\* HOBBSAWN (1977).

\*\* HOBBSAWN (1988).

Org.: Autora (2019).

O interessante é notar os diferentes impulsionadores, justificativas e estratégias para o controle do território. A questão naquele momento se configurava muito mais em um caráter Geopolítico do que ocorre no século XXI. Uma possibilidade para isso é o fato das fronteiras ainda não estarem consolidadas naquele momento e pela disputa pelo primeiro território [território do Estado-nação] ainda ser latente. Neste cenário Geopolítico

o papel dos Estados se configuram como cruciais, tanto receptores como os controladores. As justificativas, impulsionadores, agentes, estratégias e territorialidades utilizadas pelo capital no Chaco paraguaio estão intrinsicamente relacionadas com regime alimentar e com o ciclo sistêmico de acumulação do capital em vigor naquele momento, ou seja, o regime alimentar centrado na Grã-Bretanha (1870-1930) (FRIEDMANN, 1987; FRIEDMANN e McMICHAEL, 1989; McMICHAEL, 2016) e o terceiro ciclo sistêmico de acumulação do capital, o ciclo Britânico, compreendendo a segunda metade do século XVIII até o início do século XX (ARRIGHI, 1996).

Segundo McMichael (2016, p. 18), este primeiro regime combinava “produtos tropicais enviados das colônias para a Europa e a importação de grãos básicos e pecuária de Estados coloniais, abastecendo, no geral, as classes industriais europeias emergentes”. Já de acordo com Arrighi (1996), o ciclo sistêmico de acumulação de capital britânico foi marcado pelo imperialismo e pelo capitalismo concorrencial, com um mercado internacional liderado e controlado pela Grã-Bretanha, baseado em lógica territorialista do poder. A dominância da Grã-Bretanha<sup>127</sup> nestes dois contextos mostram o interesse da então potência mundial em controlar o Paraguai, por isso, atuou ao lado do Brasil, Argentina e Uruguai na Guerra da Tríplice Aliança, nas palavras de Campos (2012, p. 15) “esta triple alianza escondía una alianza mucho más amplia de Inglaterra en su expansión capitalista imperialista para asegurar nuevos territorios para el algodón para asegurar materia primas para su industria manufacturera que era el sector industrial”.

O interesse da Grã-Bretanha era expandir o controle que já exercia na Argentina para o Paraguai, através da exploração do Quebracho. Nesta perspectiva, a fala de Hobsbawn (1988) em que o Paraguai tentou sair da esfera do mercado mas foi obrigado a reingressar faz todo o sentido<sup>128</sup>. O Paraguai foi obrigado a reingressar para atender aos interesses da Grã-Bretanha, que dominava o regime alimentar (McMICHAEL, 2016) e a acumulação de capital naquele momento (ARRIGHI, 1996 e 2008). Em escala global, com o declínio da Grã-Bretanha, emerge um novo regime alimentar e um novo ciclo de acumulação. Em escala nacional, ascende um novo regime do controle e estrangeirização do território no Paraguai – o regime de dominância brasileira e estadunidense – embora elementos de antigos regimes ainda sejam transferidos para os sucessores.

---

<sup>127</sup> Élisée Reclus (1896), em seus escritos sobre a Guerra da Tríplice Aliança, entende o Paraguai semelhante a França revolucionária em guerra contra demais países europeus.

<sup>128</sup> Segundo Hobsbawn (1977, p. 130) “A Guerra do Paraguai pode ser vista como parte da integração da bacia do Prata na economia mundo a Inglaterra: Argentina, Uruguai e Brasil com duas faces e economias voltadas para o Atlântico, forçaram o Paraguai a perder a autossuficiência, conseguida na única área da América Latina onde os índios resistiam ao estabelecimento de brancos de forma eficaz”.



### **CAPÍTULO III. QUESTÃO AGRÁRIA E ESTRANGEIRIZAÇÃO NO PARAGUAI NO SEGUNDO REGIME DO CONTROLE DO TERRITÓRIO (1950-1990): MODERNIZAÇÃO DA AGRICULTURA NO BRASIL E A PRESENÇA BRASILEIRA**

---

*“Desde 1870, o Brasil e Argentina, que ‘libertaram’ o Paraguai para comê-lo com duas bocas, alternam-se no aproveitamento dos despojos do país derrotado, mas, por sua vez, padecem o imperialismo da grande potência do momento. O Paraguai padece duas vezes: o imperialismo e o subimperialismo”.*  
*As veias abertas da América Latina, Eduardo Galeano*

De 1883, momento em que foi aprovada a primeira lei de venda de terras públicas até 1954 a estrangeirização do território paraguaio ocorreu majoritariamente através da territorialização do capital argentino, sobretudo no Chaco paraguaio. Isso em decorrência da hegemonia que a Argentina possuía nos países da bacia do Rio do Prata desde o final da Guerra da Tríplice Aliança (COSTA, 2009; PASTORE, 1989). Apenas na década de 1930 o Brasil buscou estabelecer novas relações na região, sobretudo com o Paraguai (MENEZES, 1987). A tentativa do Brasil caminhava no sentido de desestabilizar a relação que a Argentina possuía com os países do Cone Sul e foi assim até em meados da década de 1950 (MOREIRA, QUINTEROS e SILVA, 2010; YEGROS e BREZZO, 2013). Em 1954 esta situação é alterada, pois Alfredo Stroessner [Partido Colorado] assume a presidência do Paraguai através de um golpe de Estado e inicia o período ditatorial no país no qual foi mantido até 1989.

A marca do governo Stroessner foi justamente a aproximação com o Brasil, estratégia geopolítica adotada pelo ditador para deixar a Argentina em segundo plano (MENEZES, 1987; YEGROS e BREZZO, 2013). Esta aproximação entre Brasil e Paraguai foi essencial para o controle do território paraguaio pelo capital brasileiro, uma vez que foi justamente com Stroessner que se inicia a apropriação do território paraguaio pelo Brasil. Segundo Menezes (1987, p. 44), é “bem possível que a aproximação entre Brasil e Paraguai não tivesse acontecido se Stroessner não tivesse assumido o poder em 1954 e empurrado seu país para perto do Brasil”.

A aproximação entre os dois países se deu via projetos de integração e infraestrutura, como a construção da Ponte da Amizade (1965), rodovia conectando o Paraguai e o litoral do Paraná (1969) e da Usina Hidrelétrica Binacional de Itaipu

(1973)<sup>129</sup>. Outras políticas de incentivo aproximação entre Brasil e Paraguai<sup>130</sup>, como a modificação do Estatuto Agrário em 1963<sup>131</sup>, no qual extinguiu-se o Instituto de Reforma Agrária (IRA) e criou-se o Instituto de Bienestar Rural (IBR)<sup>132</sup>. O Estatuto de 1963 representou um retrocesso legislativo em relação ao Estatuto Agrário de 1940 e a todas as conquistas sociais do campesinato paraguaio (PASTORE, 1972), pois promoveu a defesa do latifúndio. Em termos de estrangeirização, o novo Estatuto permitiu a apropriação de terras paraguaias por estrangeiros na faixa de 150 km de segurança fronteiriça, inclusive no que se refere a terras de reforma agrária (ALBUQUERQUE, 2003 e 2010; MORAES e VIEIRA, 2015) Tal política promoveu um novo ciclo de colonização massiva (GUEREÑA e VILLAGRA, 2016).

Sobre a situação agrária deste período, em 1956 foi realizada a revisão dos dados do Censo Agropecuário de 1944, elaborado pelo Servicio Técnico Interamericano de Cooperación Agrícola (STICA) a partir dos dados referentes às safras de 1942-1943 e 1943-1944. A revisão e atualização ocorreram através de uma assessoria técnica da FAO e em 1960 foi publicado um novo Censo Agropecuário com o ano base de 1956 (KLEINPENNING, 2014). De acordo com o censo, havia no Paraguai em 1956 exatamente 149.614 explorações agropecuárias, totalizando em 16.812.619 hectares.

Este total era dividido em duas tipologias: 48.650 produtores eram de fato proprietários das terras, o que totalizava 12.460,607,6 hectares e 65.853 produtores eram apenas ocupantes, totalizando 1.545.372,6 hectares. Estes dados evidenciam que mesmo antes da massiva territorialização do capital brasileiro no Paraguai a estrutura fundiária do país já era concentrada. A superfície destinada à agricultura naquele momento era de 1.549.785,9 hectares, quase a mesma extensão ocupada pelos produtores que não possuíam terras. A hipótese de Pastore (1972) era de que estes produtores ocupantes eram os

---

<sup>129</sup> Recentemente foi publicada uma pesquisa que constatou que *sojeros* e pecuaristas, maioria de nacionalidade brasileira, se apropriaram ilegalmente de cerca de 50.000 hectares de terras públicas. Tais terras deveriam ser destinadas a bosques da Usina Hidrelétrica Binacional de Itaipu, segundo o estabelecido pela Ley n. 752, de 20 de julho de 1979. “La Ley 752/1979 estableció la expropiación de 165.000 hectáreas de tierras en Paraguay para la creación de la represa paraguayó brasilera. Con esta excusa, Itaipú expulsó a las comunidades indígenas avá guaraní, pero no a *sojeros* y ganaderos, la mayoría brasileiros, quienes se quedaron en unas 50.000 hectáreas de las tierras que deberían haber sido parte de la franja de bosques. Sexta y última entrega sobre las ilegalidades, irregularidades y desigualdades en el manejo de tierras públicas en Paraguay y Brasil” (IRRAZÁBAL, 2019).

<sup>130</sup> Segundo Batista (1990, p. 58) “o ditador Stroessner, através da intensa propaganda assumiu o completo controle político dos brasiguaios que em troca o sustentaram no poder”.

<sup>131</sup> Palau (2003) afirma que como Stroessner havia instaurado a *Marcha hacia el Este* em 1960, a reforma agrária no país já estava efetuada, restando agora o bem-estar rural.

<sup>132</sup> “La ley que crea el Instituto de Bienestar Rural legisla en 30 artículos sobre los temas tratados en las primeras disposiciones del Estatuto Agrario de 1940 (...) el Instituto de Bienestar Rural sustituye el Instituto de Reforma Agraria, pero mientras éste tenía la función de realizar la reforma agraria, aquél, como su nombre lo indica, deberá desarrollar la política de bienestar rural. La nueva institución no tiene la atribución de redistribuir la propiedad inmobiliaria rural pero, en cambio, es facultada a ‘fomentar la redistribución de la población conforme a las necesidades económicas y sociales del país’” (PASTORE, 1972, p. 448)

responsáveis pela produção de alimentos, hipótese na qual ainda hoje é confirmada. Sobre a estrutura fundiária de 1956 temos (Tabela 05):

**Tabela 05. Paraguai – Distribuição de propriedades de acordo com o tamanho [hectares] – 1956.**

Tamanho das propriedades (HA)	Quantidade de propriedades	Superfície (HA)	% em relação à superfície total
Menor de 05	68.714	46	1
05 – 09	34.949	23	1
10 – 19	25.192	17	2
20 – 49	12.982	9	2
50 – 199	4.405	3	2
200 – 499	1.234	1	2
500 – 999	589	0	2
1.000 – 4.999	1.015	1	13
5.000 – 9.999	259	0	11
Maior de 10.000	275	0	63
<b>Total</b>	<b>149.614</b>	<b>100</b>	<b>100</b>

Censo Agropecuário de 1956 (1961); Org.: Autora (2019).

Assim como em 1921, a concentração de terras continuou como tendência. As propriedades menores do que cinco hectares totalizavam 68.714 parcelas (46%) e 162.707 da superfície agricultável do país, ou seja, apenas 1%. Enquanto na classe de área com propriedades maiores de 10.000 hectares haviam 275 latifúndios computando 10.565.692 hectares, isto é, 63% da superfície do Paraguai. Ao considerar que em 1956 a área agrícola do Paraguai era de 16.816.618,8 hectares, apenas 1.549 produtores possuíam 85% de toda a superfície territorial destinada à produção agrícola. Ao mesmo tempo que 148.065 produtores possuíam 15% da superfície restante.

Isto representa uma estrutura fundiária extremamente concentrada para um país em que a propriedade privada da terra havia se constituído há apenas 86 anos atrás<sup>133</sup>. De acordo com Pastore (1972) entre 1944 e 1956 o problema da governança da terra no Paraguai foi agravado, pois a população do país começou a crescer. Essa situação se acentuou ainda mais, pois é a partir da década de 1960 que inicia a migração de brasileiros para o país, como mostraremos a seguir. Sobre o uso do solo de acordo com o cultivo em 1956 se tinha (Tabela 06):

<sup>133</sup> Considerando que a propriedade privada foi estabelecida com o término da Guerra da Tríplice Aliança, como foi exposto no capítulo II.

Uso do Solo	Extensão [Hectares]	Nº de produtores rurais
Cultivos permanentes	96.339	103.308
Cultivos temporários	613.675	146.133
Campos	8.952.956,8	37.624
Bosques e montes	5.280.844,7	58.876
Outros usos	1.872.808,4	N.I
<b>Total</b>	<b>16.816.623,9</b>	<b>345.941</b>

Fonte: Censo Agropecuário de 1956 (1961); Org.: Autora (2019).

Observa-se que naquele momento apenas 710.014 hectares da área destinada à agricultura estava sendo utilizada para a produção, ou seja, apenas 4,1%. Cabe destacar a intensa atividade de extração madeireira no país, a deflorestação para o posterior desenvolvimento da agricultura (ALBUQUERQUE, 2010). A região central, que compreende os departamentos de Paraguarí, Cordillera, Central, Guairá e partes de Caazapá e Misiones, correspondia e ainda corresponde à região com maior concentração de camponeses (VÁZQUEZ, 2006). Foi justamente nesta região que se originou o primeiro movimento socioterritorial de luta pela terra no país, As Ligas Agrárias Cristianas (LACs)<sup>134</sup>, exatamente pelo fato de haver muitos camponeses em uma extensão pequena, o que estava impossibilitando a produção de alimentos.

Foi diante desta situação agrária, agropecuária, econômica e política que Stroessner inicia sua aproximação com o Brasil, que em vez de diminuir a desigualdade, pobreza, insegurança alimentar, concentração fundiária e dependência em relação ao capital estrangeiro, apenas profundou a situação de subalternidade do Paraguai e de sua população camponesa. Com o final da segunda Guerra Mundial (1939-1945), a agricultura em escala global iniciou um processo de modernização agrícola, pautado na intencionalidade de grandes corporações, como os grupos *Ford* e *Rockefeller* que viam no mercado agropecuário uma interessante fonte de lucros.

A modernização agrícola ou *revolução verde*, segundo Delgado (1985), consiste na mudança na base técnica da agricultura, significando que a sua reprodução ampliada passa a depender menos dos recursos naturais utilizados e dos meios de produção de pequena escala e, cada vez mais, dos meios de produção gerados em um setor especializado da indústria, como agroquímicos, fertilizantes, defensivos, máquinas de processamento em

<sup>134</sup> As Ligas Agrárias Cristianas (LACs) surgiram através das Comunidades Eclesiais de Base (CEBs) da Igreja Católica. As LACs foram violentamente reprimidas e o governo Stroessner para acabar com o problema fundiário do Paraguai investiu em um programa de colonização, a *Marcha hacia el Este*. Todavia, o programa de reforma agrária que mais se assemelhava com uma política de colonização não atingiu o objetivo (TALESCA, 2004; NICKSON, 2005 e 2010; DELGADO, 2012).

geral etc. A modernização agrícola foi e ainda é ditado pelas corporações do agronegócio, que dominam atualmente todo o processo produtivo.

### **3.1. Modernização da agricultura no Brasil e a entrada do capital brasileiro no Paraguai**

---

O Brasil não foi exceção da revolução verde, pelo contrário, o país passava por uma série de mudanças na sua economia e estrutura populacional quando iniciou o processo de modernização agrícola. O primeiro fato que destacamos é que o Brasil estava em uma transição do modelo agrário-exportador para o urbano-industrial, o que intensificou a urbanização e elevou a população urbana e os empregos não rurais (DELGADO, 1985). O Estado brasileiro foi essencial para a modernização agrícola, visto que incentivou a inserção de indústrias no campo através de subsídios, um exemplo é a constituição do SNCR, em 1965 (DELGADO, 1985).

Não obstante, a modernização da agricultura não atingiu todos os territórios, foi uma modernização conservadora e excludente<sup>135</sup>. Justamente neste cenário de modernização da agricultura no Brasil que se inicia o processo de migração<sup>136</sup> de camponeses para o Paraguai. Riquelme e Kretschemer (2016) afirmam que não é possível entender a atual situação do Paraguai sem mencionar a modernização da agricultura no Brasil, pois “economic forces outside Paraguay have been largely responsible to ‘opening up’ the region” (NICKSON, 1981, p. 111). Segundo Nickson (1981 e 2005), em 1943 haviam apenas 513 agricultores brasileiros em todo o Paraguai, o que correspondia 0,5% do total de agricultores do país.

Para outros, a imigração brasileira para o leste do Paraguai teve conexão íntima com mudanças estruturais que ocorriam na economia agrícola do sudeste brasileiro. A existência de terras férteis no oeste do Paraná deu margem ao aparecimento de uma fantástica produção de soja, tornando aquele estado o maior produtor de soja do Brasil. Como é natural, o aumento constante da produção assim como a introdução da mecanização no cultivo da soja estimulou a formação e consolidação das grandes

---

<sup>135</sup> Não foi para todos os sujeitos, não modificou a estrutura fundiária, gerou desemprego rural, pois trabalhadores foram substituídos por máquinas. “Este processo de modernização da agricultura brasileira foi concebido e planejado como contraponto às propostas de Reforma Agrária gestadas no âmbito da esquerda brasileira ao longo dos anos 1950-1960. De acordo com os defensores da modernização, seria possível desenvolver plenamente a capacidade produtiva da agricultura brasileira sem distribuição da terra, contrariamente ao que defendiam os partidários da Reforma Agrária, para quem a democratização da terra era condição indispensável para o próprio desenvolvimento da agropecuária brasileira” (ALENTEJANO, 2012b, p. 480).

<sup>136</sup> O Brasil também passava por conflitos fundiários que influenciaram diretamente na migração de camponeses para o Paraguai, como a Revolta dos Posseiros, durante a década de 1950 no sudoeste do estado do Paraná (COELHO, 2015).

propriedades, em detrimento das pequenas. Uma combinação entre os altos custos de mecanização e aumento das taxas sobre a soja que seria exportada aumentou consideravelmente o tamanho mínimo necessário para assegurar um nível de vida decente e adequado no Oeste do Paraná. Por volta de 1977, o mínimo necessário era de 125 hectares por família. Sob tais condições, as propriedades com cerca de 100 hectares, ou menos, tendo em vista o alto custo de uso de máquinas por hectare e as condições financeiras existentes entre os pequenos produtores, é que deram as bases da imigração brasileira para o Paraguai (MENEZES, 1987, p. 136-137).

O Estado paraguaio, por sua vez, estava muito interessado na migração de brasileiros e assim exerceu um papel importante através o incentivo a colonização da região fronteira Oriental, com o objetivo de povoá-la (PALAU e HEIKEL, 1987). As razões para a política de povoamento foram: motivos de ordem geopolítica, que estavam enquadrados da *Alianza para el Progreso*<sup>137</sup> e da *Doutrina de Seguridad Nacional*<sup>138</sup>, na qual o Estado deveria ocupar espaços vazios, onde *espacio vacío* é sinônimo de território fora do controle estatal; concentração de minifúndios e conflitos na região central do Paraguai e função *modernizadora* que cumpre o Estado (PALAU e HEIKEL, 1987, p. 33). Stroessner doou extensas superfícies de terras a brasileiros e paraguaios [não beneficiários de reforma agrária] simpatizantes do seu governo, tais terras hoje são chamadas de *tierras malhabidas* e correspondem a 5.675.393 hectares, ou seja, 13,95% do território paraguaio (BARRETO, 2006; HETHERINGTON, 2012; CAMPANHA TIERRAS MALHABIDAS, 2016). Além da doação, ocorreram créditos a longo prazo pelo Banco Nacional de Fomento (BNF) (ALBUQUERQUE, 2010).

Há divergências em torno do apoio do Estado paraguaio. Reportagens publicadas na época em jornais e revistas brasileiros, como matéria especial publicada na Revista Veja de 24 set. 1975 evidenciam o importante papel do Estado na facilitação do acesso à terra e a créditos. Enquanto alguns pesquisadores paraguaios afirmam acerca da não existência de benefícios os brasileiros, apontando que tudo o que o capital brasileiro

---

<sup>137</sup> Projeto político iniciado pelo governo dos EUA em 1961 com o objetivo de integrar os países latino-americanos contra a ameaça soviética. Segundo Pastore (1972, p. 447) alguns objetivos eram: “impulsar programas de reforma agraria integral orientada a la efectiva transformación de la estructuras e injustos sistemas de tenencia y explotación de la tierra, donde así se requieran, con miras a substituir el régimen de latifundio y minifundio por un sistema justo de propiedad. La resistencia opuesta por las oligarquías terratenientes latinoamericanas demoró indefinidamente la realización de tales programas de reforma agraria, y con la muerte de Kennedy a fines de 1963, los campesinos perdieron al ardiente propulsor, desde los Estados Unidos, de los cambios sociales en América Latina. La reforma agraria dejó de ser en los medios oficiales el instrumento necesario para el desarrollo económico y el cambio social, para convertirse en el “grito de guerra” contra el “orden” al que se refería el Presidente Wilson, responsable por la injusticia social y de la miseria económica que padecen los campesinos”.

<sup>138</sup> A segurança nacional se consolidou como uma categoria política durante a Guerra Fria, especialmente nas áreas onde os EUA tinham influência. “La Doctrina de Seguridad Nacional es una concepción militar del Estado y del funcionamiento de la sociedad, que explica la importancia de la “ocupación” de las instituciones estatales por parte de los militares. Por ello sirvió para legitimar el nuevo militarismo surgido en los años sesenta en América Latina” (BUIRAGO, 2003, p. 75).

construiu no Paraguai foi por *mérito*. Isso nos mostra um debate paradigmático entre os próprios pesquisadores paraguaios, enquanto uns defendem o papel do Estado paraguaio (VILLAGRA, 2009, 2012 e 2014) outros defendem o contrário (VÁZQUEZ, 2013).

Ocorre que havia um fluxo convergente. Durante a década de 1950 o governo do Paraguai institucionalizou um programa de colonização intitulado *Marcha hacia el Este*<sup>139</sup>, com o objetivo de desconcentração fundiária<sup>140</sup> e diminuição dos conflitos entre camponeses e latifundiários na região central do país – departamentos de Paraguari, Cordillera, Central, Guairá e porções de Caazapá e Misiones – a chamada *región campesina arraigada* (VÁZQUEZ, 2006). Em convergência, ocorria a *Marcha para o Oeste*, impulsionada pela modernização da agricultura no Sul do Brasil.

Este movimiento desde la zona de influencia de Asunción hacia la cuenca del río Paraná se realizó en forma lenta, con un marcado interés geopolítico y económico productivo agrícola, transformado posteriormente en una estrategia de intereses geopolíticos energéticos con la construcción y puesta en funcionamiento de la presa hidroeléctrica de Itaipú. Posterior a la “Marcha hacia el Este”, que buscaba implantar colonias campesinas y de esa forma ocupar y controlar el territorio, se produjo un fenómeno que frenó, alteró e hizo retroceder a la población campesina movilizada en este emprendimiento. Con sentido de orientación contraria, colonos brasileños comenzaron a adquirir tierras e instalar sistemas productivos agrícolas suficientemente eficientes en territorio paraguayo, expandiéndose progresivamente hacia el interior de las fronteras a expensas del retroceso de los colonos paraguayos. La presencia y el avance de esa colonización brasileña formó parte de la denominada “Marcha al Oeste”, entendiéndose por tal la migración deliberada de agricultores de esta nacionalidad provenientes del centro de Brasil y con destino al occidente de ese país, aunque por su gran empuje y por las condiciones agroecológicas y de costo favorables de este lado de la frontera, terminarían rebasándolas. *Se produce entonces el encuentro de dos frentes pioneros campesinos con habilidades y conocimientos diferentes que determinaron el éxito económico de unos y el abandono progresivo de los otros* (VÁZQUEZ, 2006, p. 52-53 – grifo nosso).

Frisamos que a região fronteira Oriental não era totalmente desabitada como o discurso do Estado disseminava. Deste modo, a *Marcha hacia el Este* no Paraguai coincidiu com a *Marcha para o Oeste* no Brasil. Isto gerou um problema fundiário no Paraguai que é sentido até a atualidade. Os camponeses paraguaios foram duplamente desterritorializados. Em um primeiro momento quando o Estado os desterritorializaram da região central do país para o Leste paraguaio e posteriormente quando brasileiros,

---

<sup>139</sup> A *Marcha hacia el Este* foi idealizada por Juan Manuel Frutos no ano de 1960 (FRUTOS, 1982; RIQUELME, 2005).

<sup>140</sup> De acordo com Vera e Riquelme (2013), se resolveu em parte a desigualdade fundiária na região central do país. Contudo, logo retrocedeu com a entrada cada vez mais massiva do capital brasileiro.

desterritorializados da região Sul do Brasil e reterritorializados no Paraguai, os desterritorializaram mais uma vez.

A problemática da terra se acentuava cada vez<sup>141</sup> mais porque com a venda de suas terras no Brasil, os camponeses brasileiros chegavam ao Paraguai com recursos financeiros para comprar uma extensão de terra maior do que possuíam antes. Ademais, pelo fato do solo da região fronteira Oriental ser semelhante ao do Brasil, produtores brasileiros não sentiram dificuldade no manejo do mesmo, enquanto os paraguaios tiveram.

A região fronteira Oriental recebeu fluxos migratórios em duas escalas: nacional [camponeses oriundos da região central do país] e internacional [brasileiros] (PALAU e HEIKEL, 1987), o que possibilitou o surgimento de três tipos de colonização: públicas, ‘espontâneas’ e privadas. No caso da colonização pública, o Estado atuava como agente colonizador através de três órgãos: do então Instituto de Bienestar Rural (IBR)<sup>142</sup>, Ministerio del Interior e colônias militares. De acordo com Palau e Heikel (1987) os camponeses paraguaios eram beneficiados majoritariamente pela colonização pública realizada pelo IBR em terras fiscais, pois havia uma política de desconcentração de minifúndios da região central do país. Contudo isto não significa que o IBR beneficiava apenas os camponeses paraguaios. Destacamos que as colônias do IBR sofreram um processo severo de empobrecimento devido ao descaso do Estado.

Las actividades productivas de los campesinos instalados por el Estado en las colonias agrícolas no generaron la rentabilidad necesaria para asegurar el arraigo y la satisfacción de sus necesidades básicas, decidiéndoles a abandonar o vender sus tierras en la búsqueda de nuevas parcelas para desarrollar su producción. Las familias campesinas sin tierras que habían accedido a parcelas y por lo tanto cambiado su estatus a “campesinos con tierras”, al cabo de poco tiempo volvieron a su antiguo estatus de “sin tierras”. Esta situación generó además un mercado inmobiliario especulativo entre los mismos campesinos sin tierras, por una parte, y entre los campesinos sin tierras y el Estado, por la otra. De esta forma, la tierra adquirió un valor particular determinado por su propiedad y potencial de mercado y no por su capacidad productiva. La pobreza rural creció y se dispersó por toda esta región pero en forma de bolsones aislados, cumpliendo quizás con los objetivos del Estado de “disipar” y fragmentar los conflictos sociales y la problemática agraria. *El fracaso de la colonización oficial retardó la emergencia económica de la región, notándose además un relativo atraso en su estructura urbana. No obstante, varias familias campesinas pudieron generar rentabilidad de la producción agrícola aunque en forma lenta, pero sostenida, logrando así*

---

<sup>141</sup> Em 1958 ocorreu o primeiro seminário sobre reforma agrária no Paraguai, sendo uma iniciativa do governo paraguaio em conjunto com a FAO, Asociación Rural del Paraguay e Cámara Nacional de Comercio y Servicios de Paraguay. Embora tenha sido um seminário sobre reforma agrária, o campesinato foi excluído do mesmo (FEPRINCO) (VILLAGRA e ARECO, 2017).

<sup>142</sup> Atual INDERT.



*elevar los niveles de arraigo y crear identidades locales y regionales* (VÁZQUEZ, 2006, p. 93-94 – grifo nosso).

No caso da colonização *espontânea*, esta ocorria tanto por brasileiros e quanto por paraguaios. Segundo Palau e Heikel (1987) os camponeses optam por este tipo de colonização, pois o IBR não resolve os problemas destes. Ocorre que estes poderiam ser desterritorializados facilmente quando um empresário ou latifundiário tivessem interesses nas terras. Neste caso de colonização o Estado não prestava assistência alguma. Enfatizamos que deixamos a palavra ‘*espontânea*’ em destaque, pois o Estado tratava esta migração como espontânea, mas na realidade ocorria porque camponeses estavam em processo de pauperização. No caso dos brasileiros, o acesso à terra paraguaia ocorria de três formas, conforme o Quadro 01.

<b>Quadro 01. Paraguai – Formas de acesso à terra pelos brasileiros na década de 1960.</b>	
<b>Forma</b>	<b>Descrição</b>
<b>Via IBR</b>	O IBR, principal agente colonizador do Estado paraguaio, possuía metas para a modernização da agricultura e partiam do princípio que os brasileiros seriam capazes de proporcionar esta modernização;
<b>Compra e venda</b>	Camponeses empobrecidos e sem apoio do Estado vendiam suas terras ou direito de ocupação para brasileiros. Os camponeses não possuíam mais condições de viver na terra e o valor pago pelos brasileiros era atrativo;
<b>Colonização privada</b>	Brasileiros antigos no Paraguai e que possuíam quantidade significativa de terras, com a intensificação do fluxo migratório criaram loteamentos rurais quase que exclusivamente para brasileiros*. A propaganda em torno da migração para o Paraguai era tão intensa que haviam imobiliárias em cidades paranaenses para a aquisição de lotes rurais no Paraguai;
<b>Despojo (desterritorialização)</b>	Formas violentas de ‘ <i>limpar</i> ’ uma terra já ocupada. O despojo requer ação direta do IBR ou de autoridades políticas e ocorria quando havia uma forte demanda pela terra ou em casos em que a propriedade era reclamada por algum órgão estatal. A terra ‘limpa’ era adquirida por grandes proprietários brasileiros;
<b>Guerra do Latifúndio</b>	O IBR expropriava diversos latifúndios e os distribuía a empresários e latifundiários brasileiros e também simpatizantes paraguaios do governo. Ocorreu durante a ditadura e atualmente são chamadas de <i>tierras malhabidas</i> , alvo de luta dos movimentos sociais.
*Ocorria em casos de latifúndios de brasileiros adquiridos na década de 1950 para a produção de café, mas, com a decadência do café e aumento do valor da terra no Paraguai, os proprietários investiram na colonização.	
Fonte: Adaptado de PALAU e HEIKEL (1987); Org.: Autora (2019).	

Este quadro remete a formas de apropriação do território paraguaio por brasileiros nas décadas de 1960, 1970 e 1980. Ao analisá-lo, tais práticas nos parecem atuais. O Estado paraguaio atuava pela ausência de políticas. De um lado pela falta de apoio aos camponeses paraguaios e de outro pela omissão em relação à migração brasileira. Este esquivo do Estado paraguaio foi intencional, pois se acreditava que os brasileiros iriam trazer para o país a modernização, responsável pelo aumento da produção agrícola para a exportação e assim, contribuindo para os processos de acumulação do capital, além de uma intenção de se aproximar geopoliticamente do Brasil, devido ao interesse nos portos do país<sup>143</sup> (MENEZES, 1987).

Os migrantes brasileiros eram heterogêneos (PALAU e HEIKEL, 1987; RIQUELME, 2005), havendo uma diferenciação entre estes: 1) euro-brasileiros, na sua maioria de origem alemã, dos estados do Sul do Brasil, estes eram medianos proprietários do tipo *Farmer*<sup>144</sup>, que foram desterritorializados do Brasil pela modernização da agricultura e que migraram para o Paraguai. Eram produtores com maiores recursos, com facilidade do acesso a crédito e que se tornaram produtores de soja; 2) camponeses, meeiros e arrendatários, constituído por migrantes oriundos do nordeste do Brasil, que já haviam migrado para o Sul do país em busca de melhor qualidade de vida de trabalho e que agora [década de 1970] estavam migrando para o Paraguai. Estes camponeses eram pobres e logo retornaram ao Brasil na condição de sem-terra (BATISTA, 1990; PALAU e HEIKEL, 1987).

No que tange a quantidade de brasileiros que migraram em direção ao Paraguai, esta é uma questão complicada, uma vez que as estimativas são imprecisas (SPRANDEL, 1992 e 2006; ALBUQUERQUE, 2008). De acordo com entrevista realizada no Consulado do Brasil em Asunción em 2015<sup>145</sup>, não há dados seguros sobre o processo, especialmente referente aos brasileiros que se apropriam de terras<sup>146</sup>. Batista (1990) argumenta que a intensidade de povoamento da fronteira paraguaia por brasileiros efetivou-se em três momentos históricos: o primeiro entre 1950 e 1969; segundo entre os anos de 1970 e 1979 e 1980 a 1984 (Organograma 12).

O primeiro movimento foi caracterizado por migrações de curta distância, ou seja, aqueles migrantes que já estavam localizados na fronteira do Brasil com o Paraguai

---

<sup>143</sup> O Paraguai não possui saída para o mar, logo a questão de escoamento é geopolítica.

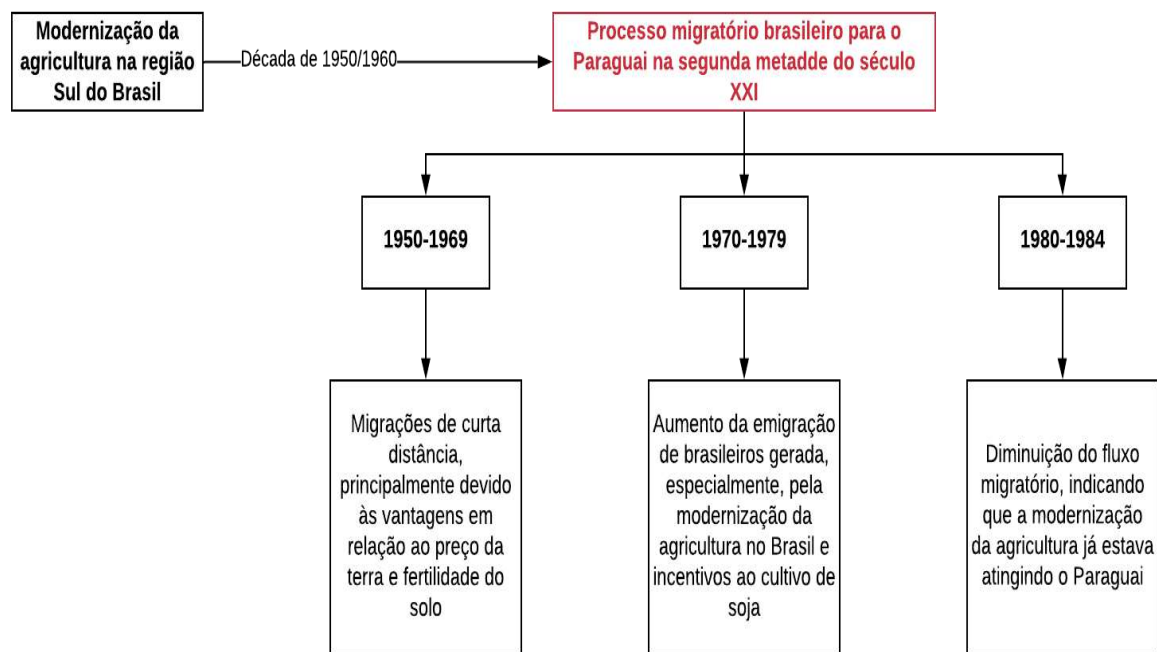
<sup>144</sup> Segundo Riquelme e Kretschmer (2016) são aqueles com propriedades entre 50 e 1.000 hectares.

<sup>145</sup> Entrevista realizada durante trabalho de campo em Asunción em dezembro de 2015.

<sup>146</sup> Segundo Moraes e Mattos (2013), durante o governo Lugo houve uma tentativa de atuação conjunta entre o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) e a Dirección General de la Estadística, Encuestas y Censos (DGEEC) com o objetivo de realizar o levantamento do número de brasileiros que atualmente vivem no Paraguai e de paraguaios que vivem em terras brasileiras.

apenas a atravessaram, principalmente devido às vantagens com relação aos preços da terra, à fertilidade do solo, crédito facilitado e ausência de impostos (BATISTA, 1990). Como destacam Souchaud e Fusco (2008, p. 288) “várias ondas de migração constituídas por diversos atores contribuíram ao remodelar as paisagens do oriente paraguaio e ao transformar as dinâmicas territoriais no Paraguai”. Neste período foram criadas diversas colônias brasileiras no Paraguai, sendo as principais: Santa Rosa, Naranjal, Katuete, General Diaz, Gleba 4, Cedralez, Corpus Cristi e La Paloma. Estas colônias hoje são distritos dos departamentos fronteiriços do Paraguai.

### Organograma 12. Processo de migração de brasileiros para o Paraguai (1950-1984).



Org.: Autora (2019).

No segundo período, que compreende os anos de 1970 a 1979, foi o ápice da migração de brasileiros para o Paraguai (GALEANO, 2011). De acordo com reportagem publicada no jornal O Estado de S. Paulo no dia 02 de julho de 1982, entre 1970 e 1975 cerca de 100.000 colonos se instalaram em terras paraguayas com o objetivo de conseguirem melhores condições de vida. Já Sprandel (2006) afirma que na década de 1970, cerca de 500.000 camponeses e latifundiários atravessaram a fronteira rumo ao Paraguai. Segundo Laino (1979), 1973 foi o ano que apresentou o maior índice de migração de brasileiros. A migração ocorreu principalmente devido à modernização da agricultura brasileira e os incentivos do cultivo da soja que estava com excelente cotação no mercado

internacional (BATISTA, 1990). Assim, o *boom* da soja na década de 1970 foi impulsionado por uma estratégia de desenvolvimento nacional de colonização motivada, em grande parte, pela política de Stroessner de aproximação com o Brasil (EZQUERRO-CAÑETE, 2016).

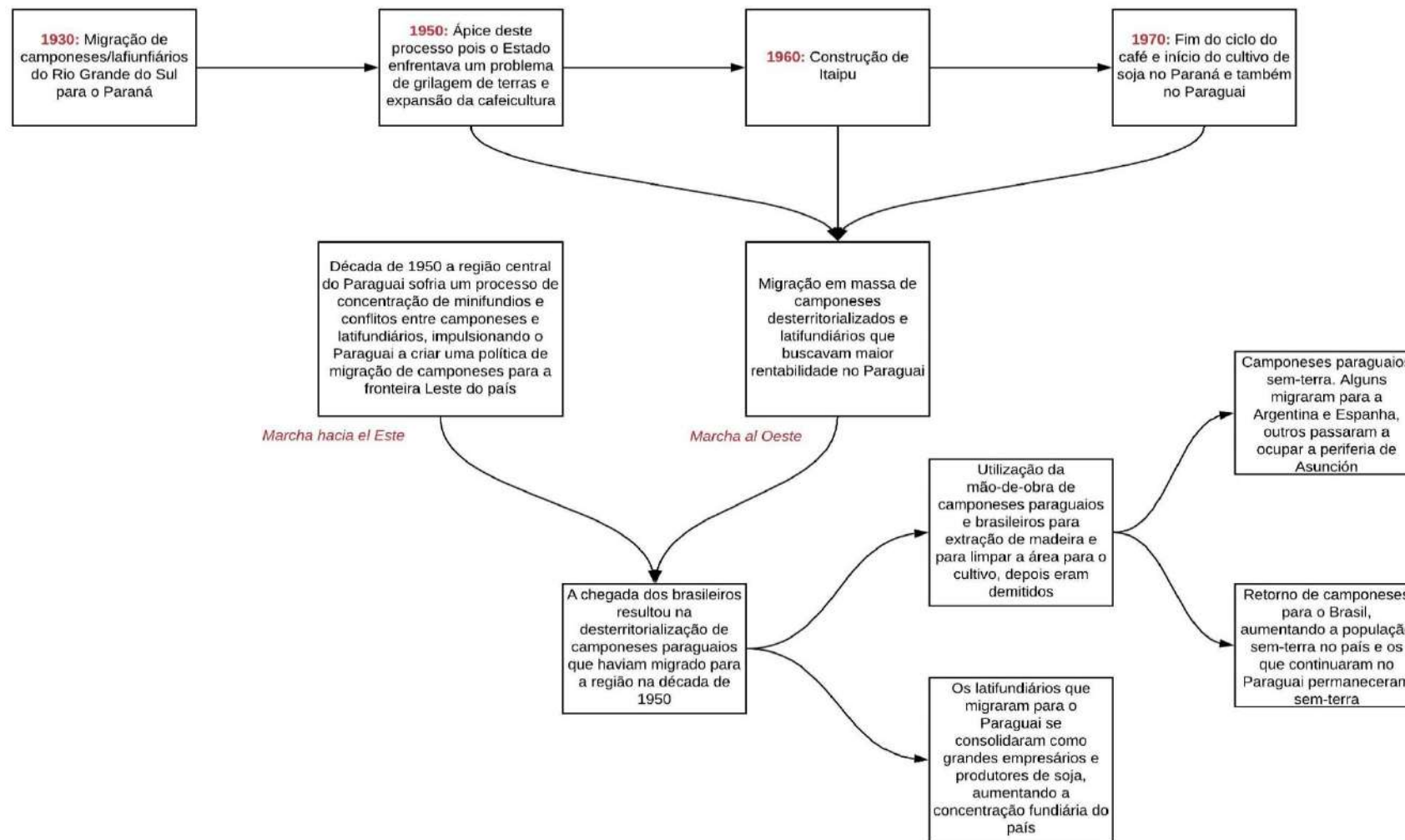
Por fim, o último período corresponde aos anos de 1980 a 1984, em que os percentuais diminuíram, indicando que o processo de modernização da agricultura também havia chegado ao Paraguai (GALEANO, 2011). Muitos camponeses brasileiros perderam suas terras para colonizadoras, uma vez que o preço da terra se elevou e a especulação imobiliária tornou-se realidade do país. Segundo Batista (1990), estes camponeses foram retirados violentamente de suas terras e as oportunidades só existiam para aqueles que podiam comprar as terras e regularizá-las no Cartório em Asunción, o único do país naquele período. Muitos camponeses brasileiros reterritorializados no Paraguai sofreram novamente o impacto da modernização. Alguns destes camponeses se transformaram em agregados e parceiros, enquanto outros começaram a pensar no retorno para o Brasil (BATISTA, 1990).

O Organograma 13 evidencia a dinâmica do processo de migração de brasileiros para o Paraguai. É preciso destacar que no momento que os brasileiros procuraram a aquisição de terras no Paraguai como uma alternativa, a região fronteira Oriental não era utilizada para a agricultura, sendo constituída por bosques e a principal atividade era a extração de erva-mate, cultivo nativo do país<sup>147</sup>. Deste modo, os brasileiros primeiramente desmataram a região com a mão-de-obra camponesa paraguaia e brasileira de baixa renda. Isso explica o grande número de madeiras brasileiras atuantes no Paraguai no período. Estas madeiras eram negociadas no mercado brasileiro ilegalmente (LAINO, 1979).

---

<sup>147</sup> O cultivo de erva-mate começou a cair na década de 1950, quando o principal importador do produto paraguaio iniciou o seu próprio cultivo. Assim, a queda da erva-mate ocorreu concomitante a intensificação da estrangeirização da terra no país pelos brasileiros (KLEINPENNING, 2014).

Organograma 13. Dinâmica do processo de migração de brasileiros para o Paraguai e seus impactos – 1930-1980.



Org.: Autora (2019).

Quando os bosques já estavam limpos e aptos para a produção agrícola, primeiramente para o plantio de café e a partir de 1970 para o cultivo da soja, a situação dos camponeses paraguaios e brasileiros se agravou, pois não haviam mais empregos (PALAU e HEIKEL, 1987). Algumas famílias brasileiras, no caso migrantes oriundos do nordeste do país, retornaram para o Brasil (PALAU e HEIKEL, 1987), a especialmente para o estado de Mato Grosso do Sul, endossando a luta pela terra naquela unidade da federação (BATISTA, 1990). Outros camponeses brasileiros continuaram subalternos no Paraguai e incorporaram o movimento sem-terra do país.

Já a maioria dos camponeses paraguaios até os dias atuais lutam pela realização da reforma agrária no Paraguai. Outros migraram para a Argentina<sup>148</sup> e Espanha ou para a periferia de Asunción (PALAU e HEIKEL, 1987; CAMPOS, 2012). De acordo com reportagem publicada no jornal O Estado de S. Paulo no dia 17 de fevereiro de 1974, intitulada “*Paraguai atrai colonos brasileiros*”, 56.000 brasileiros emigraram entre outubro de 1968 e agosto de 1973 para o país vizinho. O suporte financeiro do governo paraguaio ocorria em três âmbitos: para comprar terra, para preparar o solo e para comercializar a produção. O Banco Nacional de Fomento (BNF) liberava financiamento aos brasileiros em curto prazo [apenas dez dias após a solicitação], o que não ocorria com os camponeses paraguaios (LAINO, 1979). Alguns colonos brasileiros foram para o Paraguai sem nenhum recurso financeiro e esperavam conseguir benefícios do governo paraguaio (LAINO, 1979).

O interessante é a postura do governo brasileiro expressa na reportagem (O ESTADO DE S. PAULO, 17 de fev. 1974). Naquele momento, segundo o INCRA, a emigração de colonos brasileiros para o Paraguai era normal devido a três aspectos: o desenvolvimento brasileiro, a situação geográfica dos dois países e o próprio contraste existente entre a economia brasileira e paraguaia. Assim, de acordo com a reportagem, a territorialização dos brasileiros no Paraguai não era considerada como *invasão*, como alguns paraguaios denunciavam. É exatamente neste cenário que se inicia um novo regime do controle e estrangeirização do território paraguaio, com a intensificação do capital brasileiro e terminando apenas no final do século XX, com a introdução da soja transgênica.

---

<sup>148</sup> Segundo Vázquez (2015), na década de 1960 o principal destino da população paraguaia foi a província de Formosa, na Argentina, que também resultou em um problema agrária, ou seja, a questão agrária ultrapassa fronteiras políticas.

Destacamos que haviam camponeses brasileiros que migraram para o Paraguai e apenas utilizaram do trabalho familiar para a sua reprodução<sup>149</sup>. Tais camponeses conseguiram se manter na terra, mas subordinado a grandes empresas estrangeiras e transnacionais, sobretudo através da produção de soja. Durante trabalho de campo, em junho de 2016, estávamos no ônibus em direção a Santa Rita, um dos distritos do departamento de Alto Paraná com maior presença de brasileiros, quando uma camponesa brasileira que migrou do estado brasileiro de Rio Grande do Sul para o Paraguai na década de 1970 nos relatou com as seguintes palavras: “*minha filha, aqui os grandes estão comprando tudo, não importa se os camponeses são brasileiros ou paraguaios, todos estão vendendo para os grandes, daqui a pouco tudo aqui será soja*”.

Um exemplo de latifundiário brasileiro que migrou para o Paraguai é Tranquilo Favero, que em 1972 criou um grupo empresarial chamado *Grupo Favero*, que atualmente possui nove empresas territorializadas em dez departamentos do país, todas destinadas à produção, processamento e comercialização de soja, totalizando 1.000.000 de hectares. Tranquilo Favero é o caso mais emblemático de como a estrangeirização da terra paraguaia por brasileiros impacta a soberania territorial, tem o total apoio do Estado, negligencia a reforma agrária e criminaliza movimentos de luta pela terra. Favero é conhecido como o inimigo número um dos sem terras do Paraguai (REVISTA VEJA, 13 fev. 2012) e está envolvido em dezenas de conflitos<sup>150</sup>. Evidenciaremos mais a respeito da territorialização do Grupo Favero no Paraguai e os impactos gerados por esta nos capítulos IV e V desta tese.

---

<sup>149</sup> Ainda na década de 1970 o então deputado Domingo Laino (Partido Liberal) propôs uma lei que barrasse a aquisição de terras por brasileiros no país. (FOLHA DE S. PAULO, 21 ago. 1989). Segundo entrevista no jornal O Estado de S. Paulo 17 fev. 1974, Laino (1979) destacou que o grande problema era os latifundiários e empresários e que os camponeses brasileiros eram bem-vindos ao Paraguai, porque o problema é o modelo capitalista de produção agrícola sustentado pelo agronegócio. Albuquerque (2010, p. 118-119) coloca que “líderes dos partidos tentaram em 1972 e 1974 aprovar uma lei proibindo a venda de terras para estrangeiros na zona de fronteira. Os projetos de lei representavam as primeiras reações ao Estatuto Agrário de 1963 que liberou a compra de terras por estrangeiros e favoreceu a entrada dos brasileiros nos departamentos que fazem limite com o Brasil. As tentativas de aprovação da lei foram frustradas, visto que a oposição era minoritária e não tinha poder decisório no contexto editorial (...) o projeto de lei foi retomado quando terminou a longa ditadura de Stroessner em 1989. Muitos líderes de oposição que estavam exilados, principalmente na Argentina, voltaram ao país e novamente discutiram a ‘invasão brasileira’ no Paraguai. O projeto definia uma faixa de 50 km de fronteira a partir do limite internacional como zona exclusiva para os paraguaios, ou seja, estrangeiros não poderiam ter propriedades neste território. Os imigrantes brasileiros eram vistos pelos líderes do Partido Liberal Radical Autêntico (PLRA) como uma herança perversa do regime ditatorial. Na concepção desses novos parlamentares, a ditadura de Stroessner colocou em xeque a soberania nacional do país, pois facilitou o enriquecimento dos estrangeiros (...) o projeto foi aprovado pelas câmaras legislativas, mas após intensos protestos dos imigrantes e da diplomacia brasileira, terminou sendo arquivado pelo então presidente do Partido Colorado, Andrés Rodríguez”. Esse debate estava bastante ligado ao subimperialismo, discussão que emergiu na América Latina com o texto de Ruy Mauro Marini “La acumulación capitalista mundial y el subimperialismo”, publicado em 1977.

<sup>150</sup> O mais expressivo seja o de Ñacunday, distrito do departamento de Alto Paraná, em que mais de 8.000 militantes da Liga Nacional dos Carperos ocuparam terras de Favero consideradas como *malhabidas* e mesmo assim foram reprimidos e o Estado paraguaio foi totalmente conivente com Favero.

De antemão destacamos que o caso de Tranquilo Favero nos mostra como *aquele brasileiro que deu certo* ainda na década de 1970 até a atualidade gera impactos a reforma agrária no país. A partir do próximo tópico, destacaremos as estratégias das empresas brasileiras para controlarem o território e as territorialidades no segundo regime do controle e estrangeirização do território no Paraguai.

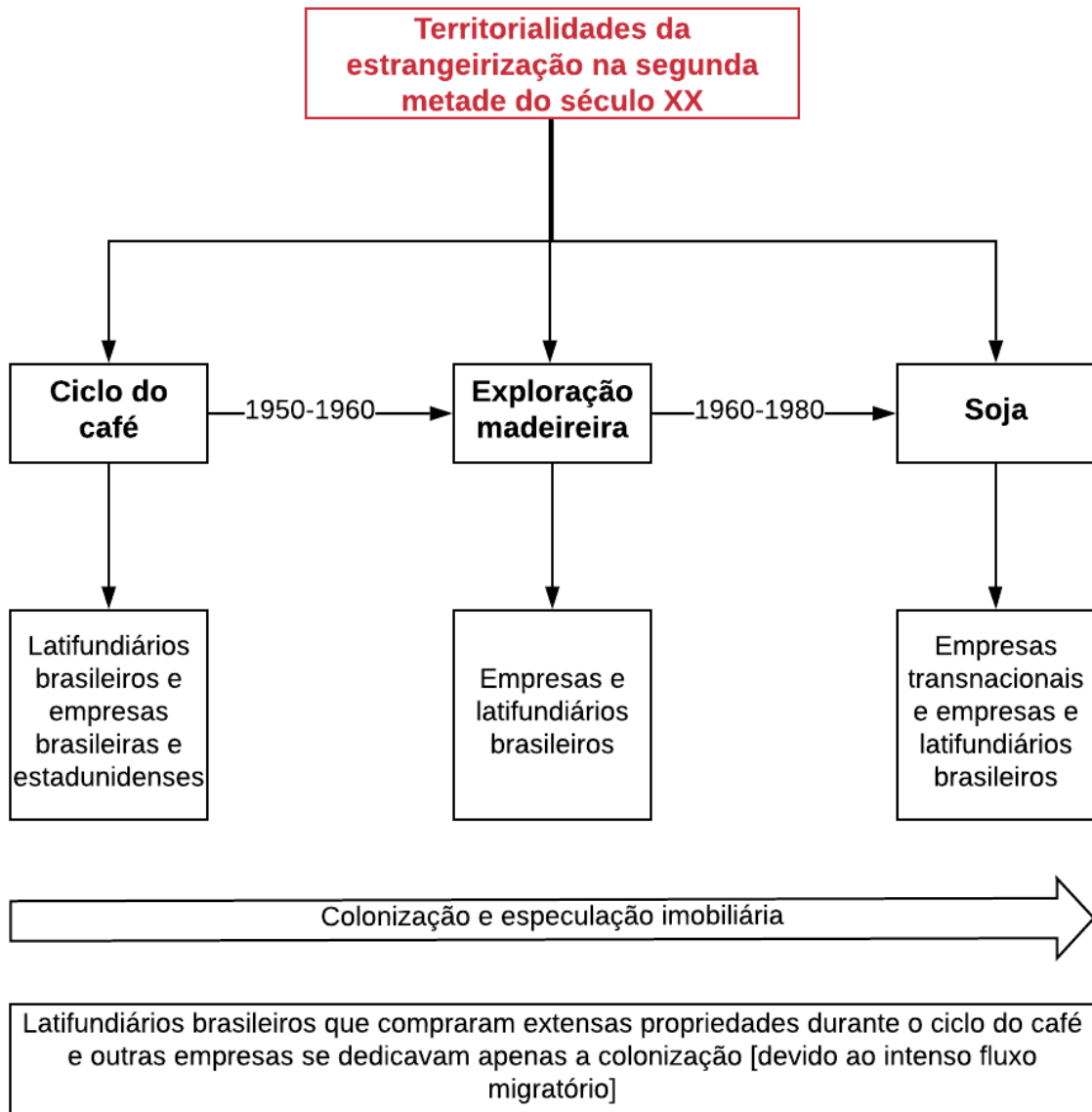
### **3.2. Territorialização e territorialidades da estrangeirização: as estratégias do capital brasileiro**

---

O processo de territorialização do capital estrangeiro no Paraguai não foi linear e homogêneo, mas sim um processo dinâmico e contraditório. Um exemplo é a diversidade de usos do solo do controle e da estrangeirização do território que permeou no Paraguai neste período. O Organograma 14 mostra cada um dos usos, seus principais agentes e período. Enfatizamos que um determinado uso de solo não exclui o outro, ou seja, ao mesmo tempo em que há uma maior presença do cultivo de soja, há presença de outras *commodities* e culturas. Isso mais uma vez nos mostra que a estrangeirização do território é composta por fases e que em cada fase há territorialidades que se sobressaem (SASSEN, 2013 e 2016).



Organograma 14. Paraguai – Territorialidades da estrangeirização na segunda metade do século XX.



Org.: Autora. (2019).

A primeira territorialidade do capital brasileiro no Paraguai foi o café. A expansão da fronteira agrícola do Sul do Brasil para a região fronteira Oriental no Paraguai teve como cultivo inicial o café, que já era produzido na fronteira brasileira (LAINO, 1979). Na década de 1960 o café ainda era um grande negócio no Paraguai e propiciou na criação da Associação de Cafeicultores do Paraguai, no ano de 1964. Segundo Laino (1979), a maioria eram produtores brasileiros e essa associação não fazia jus ao perfil dos agricultores paraguaios. Os brasileiros associados possuíam mais de seis milhões de pés de café na faixa de fronteira. A invasão do cultivo do café na região fronteira Oriental evidencia a expansão da fronteira agrícola, que ultrapassou fronteiras políticas. “O latifúndio cafeeiro

é móvel e tem por retaguarda o deserto: as empresas derrubam a floresta virgem, desgastam a terra arrancando os grãos de maneira violenta e levam consigo a mão-de-obra e a riqueza deixando zonas inteiras devastadas às suas costas” (LAINO, 1979, p. 140). Assim, o café foi a primeira territorialidade da estrangeirização promovida pelos brasileiros no Paraguai.

No final da década de 1960 e início de 1970 o cultivo de café entra em declínio devido a geadas que atinge o Paraná e a região fronteira Oriental (LAINO, 1989; PALAU e HEIKEL, 1987). Com a crise do cultivo de café, a territorialidade do capital brasileiro no Paraguai foi alterada. Surgiram concomitantemente duas novas atividades complementares. Primeiramente ocorreu a exploração massiva de madeira, que já acontecia antes para preparar o solo para o cultivo do café (LAINO, 1979), mas era pontual, aumentando apenas partir da década de 1970. Palau e Heikel (1987) afirmam que a primeira fase de territorialização das *empresas internacionais* iniciou-se apenas no ano de 1979 e se caracterizava pela exploração de madeira, desconsiderando o *ciclo do café*, pois a escala de produção era menor e envolvia apenas latifundiários brasileiros. Porém Laino (1979) nos traz outros dados e perspectivas. Enfatizamos também que durante trabalho de campo realizado em 2018, paraguaios que viveram o período da citada *invasão brasileira*, pontuaram outras territorialidades, como o cultivo de menta para a exportação.

No caso da exploração madeireira, ressaltamos que apenas as empresas oriundas do Brasil, priorizavam tal tipo de exploração<sup>151</sup>, pois com a renda obtida pela venda da madeira explorada seria um recurso financeiro auxiliar para o posterior processo de modernização (PALAU e HEIKEL, 1987). As demais *empresas internacionais* não privilegiavam tal atividade, mas sim a mecanização imediata e uso pleno da terra para cultivos para a exportação, pois já possuíam recursos para esta. Em trabalho de campo realizado em abril e maio de 2018 em Asunción, pesquisadores entrevistados nos relataram que muitas destas empresas nem chegavam a queimar a madeira desmatada, simplesmente abriam trincheiras no chão e *enterravam* a madeira para iniciarem o mais rápido possível o cultivo de soja.

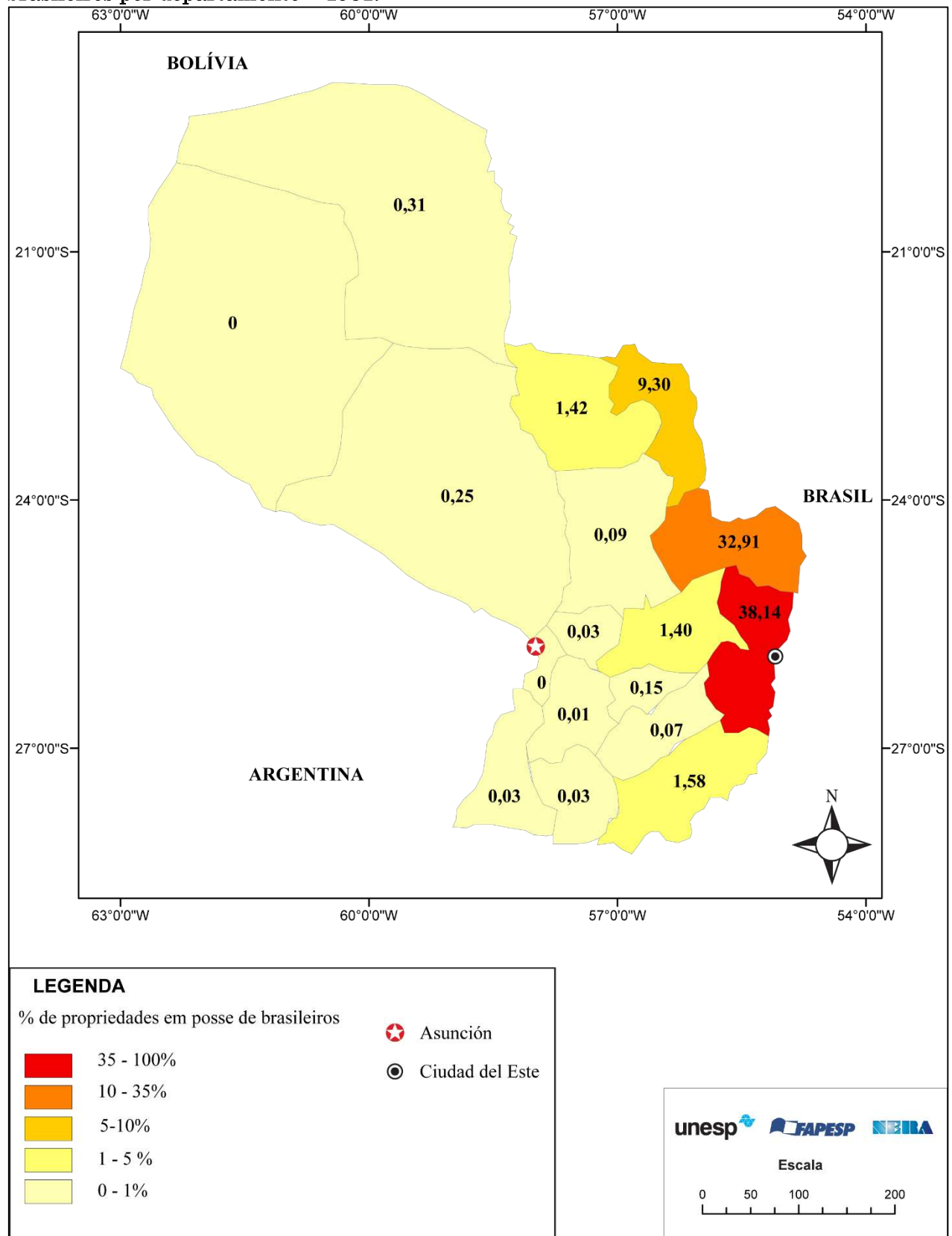
As empresas nacionais com presença de capital estrangeiro e empresas brasileiras alternavam o uso do solo entre intensivo e extensivo, enquanto as demais empresas internacionais apenas praticavam uso extensivo. Primeiramente desmatavam a área e vendiam a madeira para obtenção de capital para a mecanização, em um segundo momento cultivavam menta por aproximadamente três anos, uma vez que este cultivo ajudava na posterior mecanização, e, por fim, iniciavam o plantio de soja. Este processo

---

<sup>151</sup> Salvo algumas empresas de origem japonesa (LAINO, 1979).

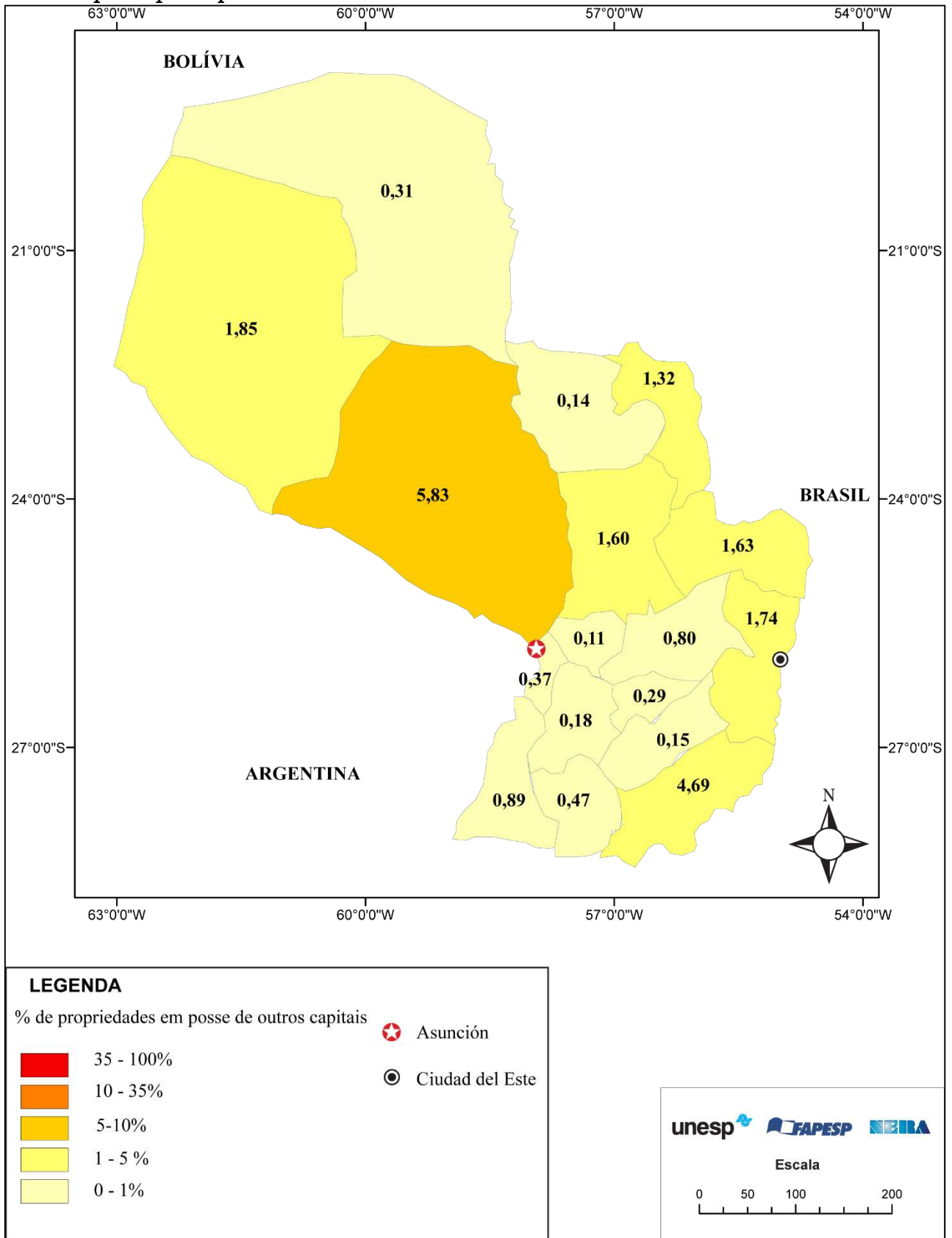
histórico tornou o departamento de Alto Paraná o maior produtor de soja no Paraguai. É possível afirmar que o cultivo de soja no país e o seu desenvolvimento está diretamente relacionado com a estrangeirização do território paraguaio. Em 1981 pela primeira vez aparece no Censo Agropecuário a quantidade de propriedades em posse de estrangeiros no Paraguai (Mapa 02 e Mapa 03).

Mapa 02. Paraguai – Porcentagem de propriedades acima de 1.000 hectares em posse de brasileiros por departamento – 1981.



Fonte: MAG (1981); Org.: Autora (2019).

**Mapa 03. Paraguai – Porcentagem de propriedades acima de 1.000 hectares em posse de outros capitais por departamento – 1981.**



Fonte: MAG (1981); Org.: Autora (2019).

Segundo os dados oficiais do Censo Agropecuario Nacional, em 1981 haviam 241.652 estabelecimentos agropecuários, totalizando 21.940.530 hectares. Apenas 12.280 propriedades pertenciam a estrangeiros, sendo 9.304 brasileiros. Em 1981 o departamento de Alto Paraná já possuía a maior concentração de brasileiros, com 5.173 propriedades, seguindo de Canindeyú, como 2.503 estabelecimentos sob controle direto de brasileiros. Caaguazú apresentava 500 propriedades e Itapúa 474. No que tange a outras nacionalidades, o departamento de Itapúa era o mais expressivo, com 1.406 estabelecimentos, o que pode ser explicado pela migração de europeia e japonesa ainda na década de 1920 (PALAU, 2008; KLEINPENNING, 2014). Junto com a migração brasileira para o Paraguai e com a territorialização de empresas estrangeiras e transnacionais no país, ocorreu a acentuação da concentração fundiária, conforme evidencia a Tabela 07.

**Tabela 07. Paraguai – Distribuição de propriedades de acordo com o tamanho [hectares] – 1981.**

<b>Tamanho das propriedades (HA)</b>	<b>Quantidade de propriedades</b>	<b>% de propriedades</b>	<b>Superfície (HA)</b>	<b>% em relação à superfície total</b>
<b>Menor de 05</b>	82.376	34,09	169.137	0,77
<b>05 – 09</b>	49.511	20,49	322.050	1,47
<b>10 – 19</b>	56.476	23,37	694.190	3,16
<b>20 – 49</b>	36.007	14,90	942.358	4,30
<b>50 – 199</b>	11.020	4,56	1.003.558	4,57
<b>200 – 499</b>	2.920	1,21	858.794	3,91
<b>500 – 999</b>	1.053	0,44	707.007	3,22
<b>1.000 – 4.999</b>	1.599	0,66	3.393.980	15,57
<b>5.000 – 9.999</b>	366	0,15	2.522.440	11,50
<b>Maior de 10.000</b>	324	0,13	11.327.016	51,63
<b>Total</b>	<b>241.652</b>	<b>100</b>	<b>21.940.530</b>	<b>100</b>

Fonte: CDE (2016); Org.: Autora (2019).

A concentração fundiária foi proporcionada pelo baixo preço da terra na região oriental do Paraguai. De acordo com entrevistas realizadas com a população paraguaia durante trabalho de campo, em 1970 o preço de um hectare de terra era de US\$ 40,00, o equivalente a Gs. 540.00,00, ou seja, um valor absurdamente barato para os brasileiros e demais capitais interessados na apropriação de terras no Paraguai e muito dinheiro para camponeses paraguaios que não possuíam recurso algum.

Os dados apresentados na Tabela 07 evidenciam que a concentração fundiária está diretamente relacionada com a territorialização do agronegócio brasileiro no

Paraguai. Enfatizamos que ao final da década de 1970, a maioria das grandes propriedades do país se dedicavam a produção de soja, sobretudo aquelas localizadas em departamentos fronteiriços com o Brasil, gerando uma especialização produtiva. Isso não quer dizer que não havia outros usos do solo, como pastagens para pecuária e, em escala da produção familiar, algodão, erva mate, menta e demais cultivos alimentares.

Transversal a todos estes tipos de uso do solo, ocorreu a territorialização de empresas colonizadoras (PALAU e HEIKEL, 1987). Este tipo de uso do solo se deu após o fim do curto *ciclo do café*, uma vez que proprietários haviam adquirido grandes extensões de terras para o cultivo de café deveriam dar algum uso a estas e o mercado imobiliário foi uma alternativa. Este tipo de uso do solo é peculiar, pois foram construídos loteamentos para posterior implementação de outro tipo de uso [exploração madeireira, cultivo de soja e demais], contudo é necessário considera-lo devido à expressiva quantidade de agências e empresas colonizadoras, que se reproduziam a partir da especulação imobiliária.

O Quadro 02 expressa as empresas de capital internacional territorializadas no país entre os anos de 1950 e 1990. De antemão destacamos que no Quadro há empresas que iniciaram suas operações no país antes de 1950, como o caso da Carlos Casado, La Industrial Paraguaya S.A, entre outras, mas tais empresas ainda permaneciam territorializadas entre o período traçado para este capítulo. Ressaltamos que abordaremos todas as empresas constituídas durante este período e que estão atuando ainda no Paraguai serão analisadas no capítulo IV, pois neste iremos disponibilizar dados atuais e conflitos, pois desde suas instalações tais se expandiram, fusionaram e se articularam de outras maneiras com demais capitais.

<b>Quadro 02. Paraguai – Empresas estrangeiras no controle do território – 1950-1999.</b>				
<b>Empresa</b>	<b>Capital</b>	<b>Hectares</b>	<b>Ano</b>	<b>Situação</b>
Carlos Casado S.A.	Argentina	2.000.000	1886	Atual <sup>152</sup>
La Industrial Paraguaya S.A. (LIPSA)	Reino Unido	N.I	1886	Fechada
Erva Mate Larangeira Mendes del Paraguay S.A.	Brasil	6.366 <sup>153</sup>	1890	Fechada

<sup>152</sup> Atua no Paraguai com um número reduzido de hectares e hoje é propriedade do grupo espanhol San José. Os herdeiros de Casado ainda possuem propriedades particulares.

<sup>153</sup> Quando a empresa foi constituída em 1890, a mesma possuía 190.000. No ano de 1985 possuía apenas 6.366 hectares.

Brooke Bond Liebig <sup>154</sup>	Reino Unido	N.I	1898	Há uma empresa com o nome semelhante, mas não foram encontradas evidências que interliguem ambas as empresas.
Domingo Barthe <sup>155</sup>	França	N.I	1915	Fechada
International Products Corp. (IPC)	EUA	607.020	1917	Vendida
Molinos Harineros Del Paraguay S.A.	Argentina/EUA	N.I	1929 <sup>156</sup>	Atual
La Fabril Paraguaya S.A.	Argentina	4.320	1930	Fechada
<i>Amambay Investment Corporation</i> (FADEMA)	EUA	N.I	1950	Fechada
<i>Companhia Capiy Bary Incorporated</i>	EUA	N.I	1950	Fechada
Companhia Americana de Fomento Econômico (CAFE)	EUA	200.000	1955	Fechada
FINAP S.R.L. <sup>157</sup>	Brasil	200.000	1965	Fechada
Compañía Algodonera Paraguaya S.A. (CAPSA)	EUA/Uruguai	N.I	1956	Fechada
La Gauloise de Campos y Haciendas S.A.	França	95.000	1969	Fechada
Cia. Aceitera de Itapúa Com. E	Japão	20.000	1969	Fechada

<sup>154</sup> Antiga Liebig's Extract of Meat Co, que em 1968 realizou fusão com a Brooke Bond, de capital de origem do Reino Unido.

<sup>155</sup> Parte de suas terras nos departamentos de Alto Paraná e Caaguazú foram desapropriadas pelo Estado paraguaio

<sup>156</sup> Foi criada como empresa familiar em 1890, apenas em 1929 é adquirida por um grupo argentino.

<sup>157</sup> Propriedade de Luis Fernando Piccolo e Luigi Piccolo, com 228.000 hectares, estando inserida do *Plan Forestal del Paraguay*.



*“A Tríplice Aliança continua sendo um grande êxito”: os regimes de controle do território paraguaio (1870-2019)*

Ind. S.A. (CAICISA) <sup>158</sup>				
Quebrachales Puerto Colón S.A.	Argentina	400.000	1969	Fechada
Agrociencia S.A.	Brasil/Paraguai	N.I	1970	Atual
PAREX S.A.	Bélgica	9.000	1970	Atual, mas em outro setor
Repossi S.A.	Brasil/Paraguai	N.I.	1970	Atual
The South American Company	EUA	19.000	1970	Fechada
Agencia SAF Paraguay [Sociedad Agricola Forestal]	Itália	1.000	1971	Fechada
Shirosawa Company S.A.I.C.	Japão	N.I	1971	Atual
Grupo Favero	Brasil	1.000.000	1972	Atual
I Espínola [Capital paraguaio vendido a brasileiros]	Brasil	N.I	1972	Fechada
Maeda Exportação de Madeiras	Japão	N.I	1972	Fechada
Paraguay S.R.L.	Brasil/Paraguai	N.I.	1972	Fechada
Armino Darzi	Brasil		1973	Fechada
Grupo Liebig	Alemanha/Suíça	14.404	1973	Atual
Isabelino Quintana	Paraguai	N.I	1973	Fechada
Farid George	Brasil	N.I	1973	Fechada
MADEPAR	Brasil	N.I	1973	Fechada
Sociedad Algodonera del Nordeste S.A. (SANBRA S.A.)	Brasil/EUA	N.I	1973	Fechada
Amambay P. Mendoz Espínola	Brasil/Paraguai	N.I	1974	Fechada
Aquidabán SRL Indústria Exportadora de Madeiras	Brasil	N.I	1974	Fechada

<sup>158</sup> A empresa foi fechada e as terras foram vendidas a empresa nacional de capital brasileiro Yerbatera y Agropecuaria Tecnosurco S.A.

*“A Tríplice Aliança continua sendo um grande êxito”: os regimes de controle do território paraguaio (1870-2019)*

Byra Campana S.R.L.	Brasil	N.I	1974	Fechada
Dedini e Codistil	Brasil	N.I	1974	Fechada
Gulf & Western of Paraguay	EUA	50.000	1974	Fechada
Ñu Porá S.R.L.	Brasil	N.I	1974	Fechada
Nobukawa	Japão	N.I	1974	Fechada
Shimamoto	Japão	N.I	1974	Fechada
Shioi	Japão	N.I	1974	Fechada
Juan A. Zaldívar	Brasil/Paraguai	N.I.	1974	Fechada
Maria Victoria Importação e Exportação Suchiro Ito	Japão	N.I	1974	Fechada
Paulista Sapucaia Exportação de Madeiras	Brasil	N.I.	1974	Fechada
San Pedro Agroindustrial <sup>159</sup>	Brasil	N.I	1974	Fechada
Agro Santa Rosa S.A.E.C.A.	Brasil/Paraguai	N.I.	1975	Atual
Enrique Grian	Brasil	N.I	1975	Fechada
Florida Peach Corporation of America	EUA	17.000	1975	Ativa <sup>160</sup>
José Fleitas Pratt	Brasil/Paraguai	N.I.	1975	Fechada
Nara	Japão	N.I.	1975	Fechada
SUGA Madeiras Serradas para a Construção	Japão	N.I	1975	Fechada
União das Empresas Brasileiras (UEB)	Brasil	19.000	1975	Fechada
Hacienda Forestal Agropecuária Primavera S.R.L.	Brasil	N.I	1976	Fechada
Grupo Espírito Santo	Portugal	134.000	1976	Atual (PAYCO)
IBEL Paraguaya S.R.L.	Brasil	19.000	1976	Atual
M. Rodríguez dos Santos	Brasil	N.I	1976	Fechada

<sup>159</sup> Pertencia a um brasileiro membro da União das Empresas Brasileira (UEB) e adquiriu 18.000 hectares.

<sup>160</sup> A empresa está ativa, mas não sabemos se ainda possui terras.

New Orient Industries Limited	Japão	N.I	1976	Fechada
PEROVA	Brasil	N.I	1976	Fechada
Ramón Marengo	Paraguai	N.I	1976	Fechada
Ybyraby S.R.L.	Brasil	N.I	1976	Fechada
Agroganadera Aguaray S.A.	Brasil/Paraguai	N.I	1977	Atual
Grupo Kress	Brasil/Paraguai	N.I	1977	Atual
Cargill S.A.C.I	EUA	N.I	1978	Atual
Colonizadora y Transformadora Agraria S.A. (CYTASA)	Espanha	4.065	1978	Atual
Industrial Guaraní S.R.L.	Brasil	N.I	1978	Fechada
Paragro Internacional Agropecuaria S.A.	Itália	301.000	1978	Fechado
Santa Terezinha	Brasil	N.I	1978	Fechada
Agriex Sucursal Paraguay	EUA/Arábia Saudita	54.000	1979	Atual, mas de capital nacional
Fiduciaria Transatlántica Alemana	Alemanha	109.000	1979	O grupo ainda existe, mas não atua no Paraguai
Industrial Madeireira Sudamericana S.R.L.	Brasil	3.500	1979	Fechada
Guarany S.R.L. Madeiras Agropecuária	Brasil	N.I	1979	Fechada
Paraguayan Meat Packer S.A. (PAMPA S.A.) <sup>161</sup>	Brasil	N.I	1980	Vendida
Soybean International of Paraguay	EUA	N.I	1982	Fechada
AGROPECO	Itália/Paraguai	65.000	1984	Atual, mas se declara como empresa nacional
Agro-Industrial Canindeyu S.A.	Brasil	102.000	N.I	Atual

<sup>161</sup> Pertencia a capitais da Argentina e Holanda e no ano de 1980 foi vendida para um empresário Brasileiro.

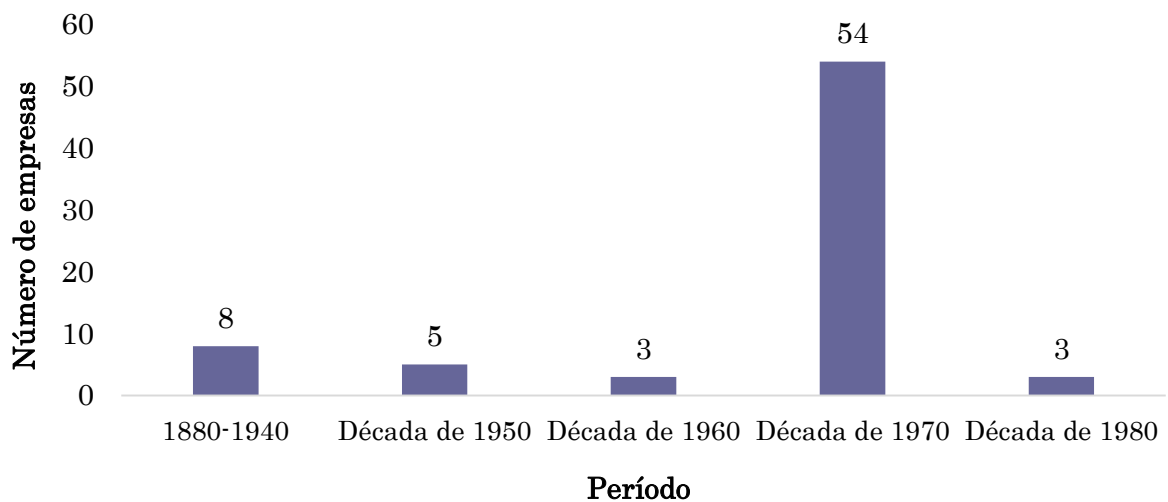
*“A Tríplice Aliança continua sendo um grande êxito”: os regimes de controle do território paraguaio (1870-2019)*

Agro-Industrial Karambey S.A.	Brasil	44.112	N.I	Fechada
Americana S.A.	Brasil	100.000	N.I	Fechada
Cia. Agropecuaria OMORI S.A.	Japão	8.000	N.I	Fechada
Cia. de Industrias Agrícolas del Paraguay S.A.	Espanha	3.100	N.I	Fechada
Cia. de Reforestación Yguazú S.A. (CRYSA)	Japão	270	N.I	Fechada
Crediban S.A.	Espanha	40.000	N.I	Fechada
Censí & Pirotta S.A.	Suíça	N.I	N.I	Fechada
Chesapeake International Corp.	EUA	N.I	N.I	Fechada
Citrícola del Paraguay S.A.	Argentina	N.I	N.I	Fechada
Karapa S.R.L.	Brasil	80.000	N.I	Fechada
La Ganadera Franco-Paraguaya S.A.	França	N.I	N.I	Fechada
Meat Packing Division	EUA	407.020	N.I	O grupo ainda existe, mas não atua no Paraguai
Minos del Paraguay S.A.	Países Baixos	N.I	N.I	Fechada
Molino Tebicuary Agro-Industrial	Uruguai	5.576	N.I	Fechada
Sanderson del Paraguay S.A.	Itália	N.I	N.I	Fechada
SIPAG S.A.	Argentina	24.621	N.I	A empresa existe, mas não atua no país
Fonte: DATALUTA Paraguai (2018); Org.: Autora (2019).				

Como o Quadro nos mostra, a diversidade de capitais e empresas atuantes na estrangeirização do território paraguaio é enorme, sobretudo após 1970. Isso ocorreu pelo fato do Estado paraguaio aprovar a Lei n. 216, de 09 de novembro de 1970, referente aos investimentos para o desenvolvimento econômico e social e Lei n. 550, de 12 de dezembro de 1975, que autorizava o fomento estatal para os investimentos de desenvolvimento

econômico e social (PALAU e HEIKEL, 1987). Nesta última lei, foi autorizada a isenção de 30% a 50% dos impostos para as empresas que investissem no Paraguai e isentaram os impostos daquelas empresas que desejassem se converter em sociedades anônimas. De acordo com entrevistas realizadas em trabalho de campo, uma das principais motivações naquele momento eram os baixos impostos. Segundo a CEPAL (1987), o maior fluxo de investimento estrangeiro no Paraguai ocorreu na década de 1970, sobretudo para a implantação de plantas agroindustriais. O Gráfico 05 expressa o número de empresas atuantes entre 1950 e 1990 através da década de territorialização no Paraguai.

**Gráfico 05. Paraguai – Número de empresas atuantes por período de territorialização – 1880-1990.**



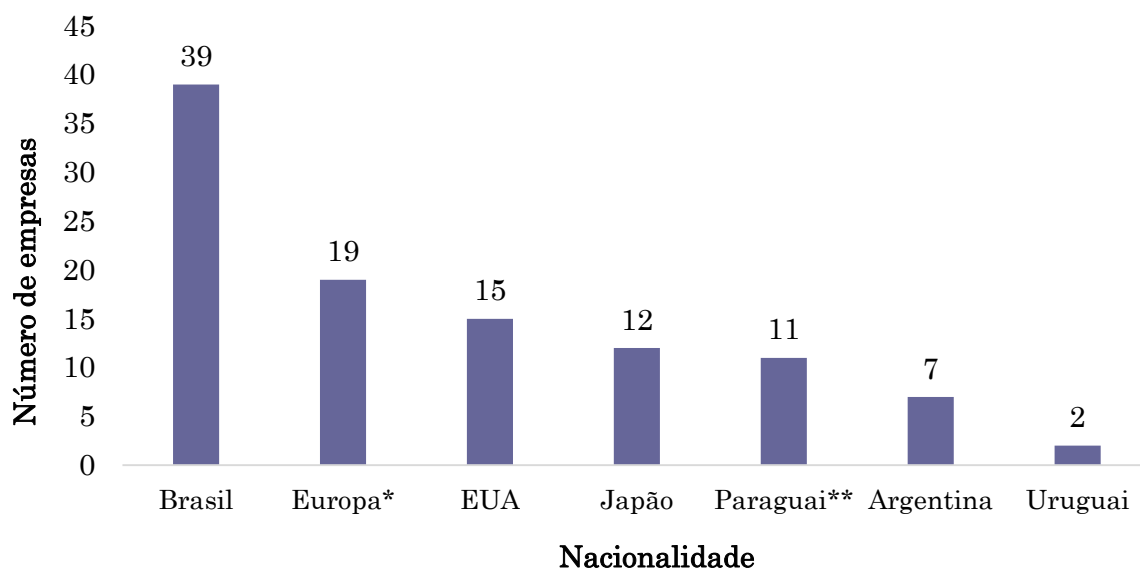
Fonte: DATALUTA Paraguai (2018); Org.: Autora (2019).

Com o Gráfico 05, torna-se evidente que durante a década de 1970 intensificou-se a procura de terras por empresas estrangeiras e transnacionais. Das 52 empresas que se territorializaram no Paraguai durante o decênio de 1970, apenas onze permanecem em atividade atualmente, sobretudo empresas estrangeiras vinculadas a empresas nacionais e transnacionais para a produção, processamento e comercialização de soja. Há 19 empresas cujo o ano de territorialização no Paraguai não foi identificado, mas seguindo a tendência posta pelos dados, acreditamos que estas foram iniciaram suas atividades durante a década de 1970.

O Gráfico 06 nos mostra a expressividade de empresas brasileiras atuantes no Paraguai. Dentre o total de 37 empresas, 20 se territorializaram no país na década de 1970, período de maior interesse do capital estrangeiro na aquisição de terras no Paraguai durante o século XX, a maior parte já não se encontra mais ativa. Naquela época já haviam

empresas de capitais mistos, a maioria das articulações ocorriam entre Brasil e Paraguai. Do total de 15 empresas constituídas através de articulações entre o capital brasileiro e paraguaio, 13 ainda atuam no país. O Gráfico 06 expressa o número de empresas de acordo com a origem do capital. Neste caso selecionamos apenas empresas com um único tipo de capital.

**Gráfico 06. Paraguai – Número de empresas territorializadas de acordo com a origem do capital – 1950-1990.**



\*Alemanha, Bélgica, Espanha, França, Itália, Países Baixos, Portugal, Reino Unido e Suíça.

\*\*Empresas com capital minoritário paraguaio.

Fonte: DATALUTA Paraguai (2018); Org.: Autora (2019).

Alusivo ao uso do solo enfatizamos que todas as empresas citadas no Quadro 02 compraram terras para alguma atividade agropecuária ou de exploração madeireira. No Quadro 02 não são citadas empresas dedicadas a colonização ou de exploração mineral, embora estas sejam historicamente presentes no Paraguai<sup>162</sup>. Podemos dividir o uso do solo por parte das empresas através das décadas. No decênio de 1950 maior parte das empresas se dedicavam ao cultivo de erva mate, menta e café<sup>163</sup>. Algumas ainda exploravam o Quebracho para a extração do tanino e outras se destinavam a produção pecuária. Já na década de 1960 há uma ascensão de empresas de exploração madeireira, que faz todo sentido, pois inicia-se a expansão da fronteira agrícola do Sul do Brasil com destino ao Paraguai. Por ser uma área de florestas nativas, havia a necessidade de limpa-

<sup>162</sup> Exemplos são a Técnica Nacional de Engenharia do Brasil (TENENGE), a The Anschutz Corporation e Reynolds International INC.

<sup>163</sup> Devido a expansão da fronteira agrícola do Brasil ocorrer pela produção de café.

la para dar início ao cultivo de soja. Estas afirmações justificam o fato da maioria das empresas que se constituíram no Paraguai neste período terem rapidamente fechado. Segundo Laino (1979), as empresas brasileiras desmatavam dos dois lados da fronteira.

Na década de 1970, a atividade de exploração madeireira ainda permaneceu, sobretudo até 1975. Neste decênio, impulsionado pela reconfiguração da economia mundial e alteração da dinâmica dos mercados (WESZ JR, 2016), inicia-se o cultivo efetivo da soja, que era ilusório no país até o momento. A título de exemplo, em 1973 apenas 15.500 hectares foram cultivados apenas nos departamentos de Alto Paraná e Canindeyú, em 1983 este número saltou para 330.000 hectares (RIQUELME e KRETSCHMER, 2016). A introdução da soja não altera apenas a territorialidade, mas muda toda uma estrutura de relações de produção, econômicas e sociais, pois:

Cada producto agrícola tiene múltiples representaciones sociales y culturales pero implica también relaciones económicas que son, al mismo tiempo, *relaciones de poder*. En ese sentido, cada cultivo no es simplemente un producto de alimentación o exportación, *sino refleja las dinámicas del nuevo sistema agroalimentario*, que impone intereses y reglas económicas y determina relaciones de poder al interior de las sociedades (RIQUELME e KRETSCHMER, 2016, p. 27 – grifo nosso).

Com a entrada da soja, os investimentos estrangeiros no Paraguai foram quase que exclusivamente direcionados ao setor agrícola, especialmente aqueles oriundos do Brasil (HERKEN, 1975; HILL, 1993; NICKSON, 1981). Enfatizamos que assim como ocorre atualmente, no período de 1950 a 1990, empresas brasileiras se dedicavam mais a produção de soja em si e empresas transnacionais mais ao processamento e comercialização do grão em escala mundial – embora o número de empresas transnacionais dedicadas ao processamento e exportação naquele momento não seja expressivo. A soja é inserida no Paraguai em um momento de crise mundial de alimentos, quando a produção de alimentos caiu pela primeira vez em muitos anos (BURBACH e FLYNN, 1982). Assim, a produção da *commodity* no país sempre teve como discurso a produção de alimentos. O controle e estrangeirização do território se intensificam no Paraguai a partir da década de 1970 com a territorialização dos brasileiros no país, momento em que o modelo pecuário e florestal é substituído pelo modelo agrícola de exportação, ou seja, alteração na territorialidade.

El principal espacio de acumulación de capital, si bien siempre localizado en el campo, cambiaría de escenario y de dueños. La producción forestal cedió paso a la agricultura, la ganadería se mantuvo y más recientemente se expande en el inmenso territorio chaqueño. Los nuevos dueños del

proceso aparecen vinculados o directamente son las empresas multinacionales. Este proceso fue liderado por el algodón y la soja, dos *commodities* destinadas netamente a la exportación. El algodón, tras un breve período de auge que no dura más de una década (iniciándose en 1973), casi desaparece en la actualidad del escenario agrícola nacional. La soja que ingresa masivamente al país también a comienzos de la década de los 70 del siglo pasado llega al millón de hectáreas sembradas en el 2000, en 27 años. Desde comienzos de la década pasada, en sólo 10 años, se expande hasta alcanzar dos millones 600 mil hectáreas, más recientemente con semillas genéticamente modificadas. La provisión de insumos y la exportación de soja están totalmente controladas por empresas multinacionales, la producción misma se concentra en unos 4000 medianos y grandes productores, de los cuales un 80% al menos son extranjeros. La exportación de la carne está igualmente concentrada en media docena de frigoríficos directamente vinculados a marcas multinacionales (PALAU, 2009, p. 17-18).

No que tange os agentes do segundo regime de controle e estrangeirização do território paraguaio, elencamos dois grupos. Primeiro referente aos brasileiros que migraram para o Paraguai entre as décadas de 1950 e 1980. Este grupo é heterogêneo e composto, inclusive, por descendentes chamados de *brasiguayos*<sup>164</sup>. Reconhecemos a importância dos *brasiguayos* para a compreensão da estrangeirização do território paraguaio inclusive no século XXI, contudo o grupo não é foco principal desta tese<sup>165</sup>. O outro grupo é composto por empresas brasileiras, que foram mais expressivas no segundo regime.

Destacamos a União das Empresas Brasileiras (UEB), que atuou diretamente na produção de *commodities* no Paraguai. Inicialmente a UEB tinha a pretensão de criar uma usina de açúcar no Paraguai na qual a matéria-prima, cana-de-açúcar, seria comprada de produtores paraguaios. Todavia, de acordo com Laino (1979), a UEB decidiu adquirir terras para a constituição da sua própria plantação de cana-de-açúcar. O grupo comprou 19.000 hectares através do antigo IBR por um valor bastante baixo no ano de 1975<sup>166</sup> (LAINO, 1979).

Referente a demais empresas destinadas à produção agrícola enfatizamos que estas tiveram atuação breve no controle do território paraguaio. Este amplo portfólio de atuação brasileira no Paraguai – desde produção agrícola e colonização até a implementação de infraestruturas – mostram o quão diverso foi o controle do território paraguaio por parte do capital brasileiro, o que levou Laino (1979, p. 242) já mencionar a

---

<sup>164</sup> Ver introdução desta tese.

<sup>165</sup> É importante frisar que muitos brasileiros que foram desterritorializados com a construção da Usina Hidrelétrica Binacional de Itaipu receberam indenizações e compraram terras no Paraguai (LAINO, 1979).

<sup>166</sup> Referente ao empreendimento da União de Empresas Brasileiras (UEB), não conseguimos maiores informações e nem o local no qual a empresa se territorializou.



estrangeirização e a *brasileirização* do território paraguaio, resultando em impactos negativos a soberania nacional.

No início desta década percebe-se um notável incremento da *estrangeirização* e nos últimos anos a compra e venda de terras se realiza, quase com exclusividade entre sociedades e pessoas de origem brasileira. Esta situação afeta negativamente os interesses nacionais: os altos preços tornam proibitivo ao produtor paraguaio o acesso à propriedade de terra; os altos preços estimulam os proprietários paraguaios – pequenos e médios – a vender o que possuem aos brasileiros. De fato se *acelera a desnacionalização*. Em consequência cresce o contingente de proletários agrícolas. Os modestos camponeses paraguaios ao desfazer-se de sua propriedade abandonam sua condição de trabalhadores independentes. Depois passam a vender sua força de trabalho aos empresários brasileiros que operam dentro do setor agrícola ou florestal, recebendo em troca baixos salários. Por último a *brasileirização* tira dos mesmos limites da soberania paraguaia: desde os marcos fronteiriços quando se trata de fronteira seca e, em outros caos, desde das próprias margens do rio Paraná. De fato esta situação apresenta uma verdadeira troca de fronteiras a favor do Brasil.

Neste segundo regime, o controle do território era exercido majoritariamente de forma direta, isto é, via territorialização, onde as empresas e latifundiários se apropriavam do território via compra e concessão, ambas formas facilitadas pelo Estado paraguaio, seja através de liberação de créditos, seja via legislação. No que tange a territorialidade, primeiramente o uso foi do café e em um segundo momento da soja, territorialidade que cada vez mais avança sobre os territórios camponeses e indígenas. A diferença é que no segundo regime houve uma tentativa de integração do campesinato paraguaio a cadeia produtiva da soja. Tal integração não durou muito, visto que resultou na falência e perda de suas terras [campesina] para o agronegócio, pois a soja não é um cultivo rentável para os pequenos produtores<sup>167</sup>, o que culminou na migração de camponeses e aumento da concentração fundiária.

Podemos observar com a revisão da literatura que durante o segundo regime de controle e estrangeirização do território as estratégias não eram tão ferozes como atualmente. Isso talvez pelo fato do país viver entre 1954 e 1989 uma das ditaduras mais violentas da América do Sul, na qual o campesinato foi o grupo mais reprimido (HETHERINGTON, 2012). Esta situação política permitiu o avanço do agronegócio estrangeiro *sem* resistência da população camponesa – isso não significa que a resistência

---

<sup>167</sup> Há pesquisas que concluem o contrário (CARDOZO, SALAS, FERREIRA e MERELES, 2016). Estes pesquisadores argumentam que é possível a integração entre indígenas, camponeses e grandes empresas brasileiras de produção de soja, o que não encontramos em nossos trabalhos de campo.

não existia naquele momento, mas sim que a coibição era tamanha que reprimiam ações de resistências.

Na década de 1980 ocorriam ocupações<sup>168</sup>, mas estas eram violentamente reprimidas, posto que a postura do IBR era “el problema de las invasiones no es un problema del IBR, sino de las autoridades policiales que deben reprimir el delito” (FOGEL, 1972, p. 56). Fogel (1986) e Schwartzman (2017) assinalam que o avanço do capital no campo ainda na década de 1980 recriou as formas de resistência camponesa no Paraguai, visto que anteriormente as ações de resistências se caracterizavam pelo isolamento e por não haver uma consciência de classe no movimento camponês. Já neste período o capital estrangeiro exercia o monopólio sobre a terra e era o grande inimigo do campesinato. Não é por acaso que durante a década de 1980 foram criados movimentos camponeses nacionais, departamentais e locais que atuam até a atualidade.

Los líderes de las ocupaciones señalan a las grandes empresas agrícolas ligadas al capital internacional y transnacional, básicamente brasileño, como el principal obstáculo para el acceso a la tierra. Se trata de una suerte de rechazo de la dominación extranjera, aunque referido al monopolio de la tierra (FOGEL, 1972, p. 64).

Os mecanismos de acesso e controle do território exercidos pelas empresas não eram violentos tão como no momento atual porque o Estado estava encarregado de exercer a repressão e possibilitar o controle pelo capital estrangeiro. O capital estrangeiro controlava não apenas o território, como também o Estado e o Paraguai não exercia e – ainda não exerce – a soberania dentro do seu próprio território, se caracterizando como um enclave, onde o objetivo é atender as demandas do capital externo (RIQUELME, 2005). Neste sentido, argumentamos que o papel do Estado na segunda fase era mais evidente do que atualmente, pois no período atual os mecanismos de acesso e controle tornam-se mais institucionalizados.

É interessante frisar que neste segundo regime foi muito marcante as alterações culturais oriundas da migração de brasileiros para o Paraguai. Na região fronteira Oriental grande parte da população paraguaia utiliza com frequência o idioma português e é comum cidadãos paraguaios que não falam o Guaraní (Trabalho de Campo no Departamento de Alto Paraná, jun. 2015). Práticas culturais brasileira também são

---

<sup>168</sup> Segundo Fogel (2001b, p. 225) entre 1983 e 1986 ocorreram 60 ocupações isoladas, que envolveram 15.000 famílias camponesas. Esta reação na década de 1980 foi resposta acentuação da pobreza, decorrente da concentração da terra, da diminuição dos empregos rurais e estancamento produtivo.

adotadas na fronteira Oriental<sup>169</sup> (ALBUQUERQUE, 2010). Tais situações criam discursos. De um lado o *brasileiro invasor* e de outro o *paraguaio preguiçoso*. Embora não seja o objetivo da nossa pesquisa, isso evidencia um controle do território imaterial através da cultura e comprova, em mais um âmbito, que o controle e o território são multidimensionais.

### **3.3. Demais agentes estrangeiros no controle do território paraguaio**

---

O capital brasileiro, embora hegemônico, não foi o único a controlar o território neste período. Com o objetivo de melhor explorar como as empresas internacionais se apropriavam do território paraguaio na segunda metade do século XX, iremos expor alguns casos emblemáticos, uma vez que são dezenas de empresas [ver Quadro 02]. Iniciaremos com as empresas territorializadas no Paraguai durante 1885 até 1950, descritas no capítulo anterior, ainda permaneciam com instaladas no Paraguai com algumas alterações, como expansões, vendas e fusões. Um exemplo é a já citada Liebig's Extract of Meat Company (LEMCO), empresa do Reino Unido, mas erradicada no Uruguai que territorializou no Paraguai em 1898. A LEMCO, no ano de 1968, fusionou com a empresa de capital do Reino Unido Brooke Bond, resultando na criação de uma nova corporação, a Brooke Bond Liebig e que no ano de 1979 possuía 286.000 hectares com 120.800 cabeças de gado no país (CEPAL, 1987). No mesmo ano, a empresa vendeu suas plantas agroprocessadoras para uma empresa nacional na qual a razão social não foi revelada (MASY, 1983). No ano de 1984, a Brooke Bond Liebig foi adquirida pelo Grupo Unilever e alterou de razão social desde então.

Outro caso é a empresa International Products Corp. (IPC), atuante no Paraguai desde 1917 através da aquisição da New York and Paraguay Company (MASY, 1983). No ano de 1966 a IPC foi comprada pela Ogden Corporation, grupo estadunidense. Em 1979 Ogden Corporation, seu frigorífico foi vendido para uma empresa nacional de razão social não informada e 200.000 hectares com 35.000 cabeças de gado foram adquiridos por uma empresa da Argentina. A IPC continuou na ocasião como proprietária de 407.020 hectares no Paraguai. Segundo Masy (1983), em 1979 a IPC foi vendida para uma empresa de capital nacional.

---

<sup>169</sup> Em trabalho de campo nos foi relatado que é comum a existência de distritos paraguaios que tenham apenas canais televisivos brasileiros, inclusive em localizações distantes da fronteira, como o caso do departamento de San Pedro.

A Companhia Americana de Fomento Econômico (CAFE), dirigida por Mr. Clarence E. Jhonson, foi uma das principais empresas transnacionais atuantes na produção de café no Paraguai. Em 1955 a companhia adquiriu cerca de 200.000 hectares no departamento de Amambay, na fronteira com o Brasil. A empresa foi à falência no ano de 1967 e em 1968 se tornou propriedade do Banco Central Paraguuaio e posteriormente suas terras foram vendidas novamente a brasileiros e americanos (LAINO, 1979). Ainda nos anos de 1950, outras empresas societárias e unipessoais direcionaram seus negócios para o Paraguai, como *Amambay Investment Corporation* (FADEMA) de capital estadunidense e dirigida por Mauricio Abraham. Entre as maiores empresas unipessoais aparecem as John Wingert e Jesse O. Weaver, ambos oriundos dos EUA (LAINO, 1979).

Outro exemplo é a compra da empresa de 65.000 hectares da paraguaia *Cuatro Vientas* pela empresa de capital internacional Agropecuaria y Comercial del Paraná S.A. (AGROPECO), que possui investimentos do Grupo Feruzzi, da Itália, desde a década de 1970 (CEPAL, 1987). A AGROPECO ainda é atuante no Paraguai, estando envolvida com a aquisição ilegal de terras durante a ditadura, contudo, a empresa atualmente se declara como nacional, mas não há um documento ou notícia que comprove esta alteração de capital franco-italiano para paraguaio. Destacamos que o Grupo Feruzzi investiu na Paragro Internacional Agropecuaria S.A., adquirindo 301.000 hectares no Chaco, no ano de 1978 e um investimento de U\$S6.000.000,00 em 1983. Atualmente não há maiores informações sobre a Paragro Internacional Agropecuaria S.A.

A empresa *Compañía Aceitera de Itapúa Comercial e Industrial S.A. (CAICISA)* foi fundada no Paraguai em 1969, no distrito de San Rafael del Paraná, departamento de Encarnación, como filial da *Compañía Japonesa de Inversión Aceitera de Itapúa S.A.* É importante destacar que esta empresa era formada pelas seguintes instituições: *Corporación Pública de Migración Japonesa*, *Fondo de Cooperación Económica de Ultramar*, organismos estatais do Japão e pelas empresas *Mitsui & Co. Ltd.*, *Mitsubishi Corp.* e *Ito Chu*, todas empresas transnacionais de capital japonês. Este caso é interessante, pois já na década de 1960 envolvia aquisições de terras por empresas vinculadas a governos estrangeiros.

Segundo a CEPAL (1987), o investimento da empresa na época foi de U\$S 4.800.000,00, possuindo 20.000 hectares de terra, ocorrendo ampliações na produção agrícola direta com destino a exportação. Segundo informações do jornal ABC Color (04 out. 2004), a referida empresa foi fechada e nas mesmas terras atualmente há a empresa nacional com presença de capital brasileiro *Yerbatera & Agropecuaria Tecnosurco (DATALUTA Paraguai, 2016)*. Destacamos que as empresas *Mitsui & Co. Ltd.*, *Mitsubishi*

Corp., envolvidas com a CAICISA, são frequentemente relacionadas à estrangeirização em escala global no período atual.

Este processo de expansão do capital internacional a partir da década de 1970 incorporou empresas nacionais, como o caso da Compañía Algodonera Paraguaya S.A. (CAPSA), que foi fundada por empresários paraguaios em 1956 e no ano de 1969 o Grupo Ferres, do Uruguai, adquiriu a empresa com financiamento do Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID) (MASY, 1983), ou seja, financiou a estrangeirização no Paraguai. Justamente no ano de 1969 se expandiu através da aquisição da Compañía Oleaginosa Encarnación S.A. (COESA), que, por sua vez, havia comprado a em 1955 a La Fabril Paraguaya S.A., empresa argentina criada em 1930.

A CAPSA entrou em um colapso financeiro e em 1972 foi adquirida pelo Grupo ADELA Investment Company. Em 1975, segundo a CEPAL (1987), a CAPSA investe U\$S 817.000 na empresa nacional Agropecuaria Pilcomayo S.A., com o intuito de obter maior participação na produção de oleaginosas, isso é justificado pelo fato de ser o início do cultivo de soja no país. No ano 1978 passa a ser propriedade empresa estadunidense Continental Grain Co. (75%) e da cooperativa holandesa CEHAVE N.V. (25%) (CEPAL, 1987). Neste caso é evidente de como o capital de articula para se territorializar no país e a necessidade de analisarmos as entranhas deste processo.

Outra empresa internacional que se territorializou no Paraguai foi a estadunidense Gulf & Western Industries Inc., que através de sua filial Gulf & Western of Paraguay, adquiriu no ano de 1974 o total de 50.000 hectares de terras, em Cuatro Vientos, na jurisdição de Puerto Paranambu, a 100 quilômetros da atual Ciudad del Este (Alto Paraná). O segundo empreendimento da empresa foi através de uma filial chamada AGRIEX Sucursal Paraguay, onde foram adquiridos 54.000 hectares, com o investimento de U\$S46.500.000 entre os anos de 1980 e 1986. Segundo informações de Laino (1979), a empresa se dedicava ao cultivo de soja e milho e criação de gado e suíno, gerando um grande impacto ambiental devido a devastação. A Gulf & Western of Paraguay não existe atualmente, mas a Gulf & Western Industries Inc. ainda atua em escala mundial, mas não no Paraguai.

A estadunidense Florida Peach Corporation of America, que anunciou interesses de investimento no Paraguai em 1975 e no ano posterior adquiriu 17.000 hectares de terra, em San Rafael, no departamento de Itapúa. Segundo Laino (1979), a empresa naquele momento projetava um complexo agrícola com investimento de U\$S 12.000.000,00, pretendendo gerar 300 empregos, incluído frotas de navegações próprias e gigantescas - para aquela época - estruturas de armazenagem de cereais, com destino a exportação.

Ainda de acordo com Laino (1979), a empresa pretendia investir densamente em infraestrutura, criando usinas, hospitais, igrejas, rodovias, pontes e casas. Não temos informações se atualmente a empresa atua na produção agrícola e muito menos se ainda possui propriedades no Paraguai, contudo a mesma encontra-se ativa e registrada no Panamá, com o número de registro 7994<sup>170</sup>, ou seja, provavelmente é um paraíso fiscal.

A empresa japonesa New Orient Industries Limited em 1976 declarou o início de empreendimentos no departamento de Alto Paraná para a implantação de uma planta processadora de celulose, a matéria-prima neste caso seria a Taquara Nativa, abundante na região que era alvo de desmatamento. O mesmo grupo anunciou no final de 1976 a intenção de explorar urânio no país (LAINO, 1979). A empresa ainda existe, mas não atua no Paraguai e atualmente possui plantas processadoras de celulose na Índia. A empresa Fiduciaria Transatlántica Alemana, criada em 1979 com capitais oriundos da Alemanha, possuiu uma rápida expansão, adquirindo seis propriedades, totalizando 169.000 hectares em Alto Paraná, Itapúa e no Chaco (MIRANDA, 2000). Construiu diversos silos para o armazenamento de soja e desmatou uma extensa área para a produção deste grão (CEPAL, 1987). No que tange ao capital espanhol, o caso mais emblemático é o banco Crediban S.A., que através de uma filial no Paraguai, adquiriu 40.000 hectares no Chaco, com um investimento maior do que U\$S1.000.000,00 na produção agropecuária. Não há notícias referente a este banco em jornais paraguaios da época, de modo que a única referência é a CEPAL (1987).

Durante o desenvolvimento da nossa pesquisa, constatamos no Paraguai uma peculiaridade: o investimento de governos na aquisição de terras é datado de 1985, quando o governo de Cabo Verde comprou aproximadamente 10.000 hectares de terras em Nueva Esperanza, no departamento de Canindeyú, no Paraguai Oriental. Este fato nos faz refletir sobre as definições, tendências e padrões estabelecidos para a estrangeirização, pois antes do século XXI, um país subdesenvolvido e recém-independente adquiriu terras para a garantia da segurança alimentar de sua população. A República de Cabo Verde, pertencente ao continente Africano, foi o primeiro governo estrangeiro a adquirir terras no Paraguai<sup>171</sup>.

---

<sup>170</sup> Informações retiradas do portal Panama Registry. Disponível em: <http://www.panamaregistry.org/florida-peach-corporation-of>. Acesso em: 21 set. 2016.

<sup>171</sup> O que merece a nossa atenção é o fato da literatura a respeito da estrangeirização alegar que a apropriação de terras por governos estrangeiros para garantir a segurança alimentar da população nacional é um processo exclusivo do século XXI e o exemplo de Cabo Verde no Paraguai pode ser um caso isolado, contudo evidencia que ainda no século XX já existiam nações preocupadas com a segurança alimentar e que a estratégia utilizada foi a aquisição de terras em outros países.

**Box III. A aquisição de terras por governos estrangeiros: o caso de Cabo Verde<sup>172</sup>**

A ideia de adquirir terras no exterior para a produção de alimentos teve início em 1975 quando o engenheiro agrônomo Adriano Bettencourt Pinto trabalhava na Direção Nacional de Planejamento do Ministério de Finanças de Cabo Verde e iniciou estudos referentes às áreas de produção e a projeção demográfica do país. O estudo concluiu que Cabo Verde não teria a capacidade de alimentar sua população em um futuro próximo devido ao restrito território da nação e as condições naturais das ilhas que compõem o país (CABO VERDE, 2013). Segundo entrevista do agrônomo Adriano o recém-independente país não pretendia tornar-se novamente dependente de outra nação, ainda mais ao se tratar de uma independência sobre os atos que se praticam no interior do país, sobre o poder de decisão do país referente à alimentação da sua população.

A partir deste estudo foram realizadas expedições com o objetivo de encontrar terras ideais para um projeto de segurança alimentar para o governo de Cabo Verde. Entre 1979 e 1985 o agrônomo Adriano residiu no Paraguai para realizar estudos referentes à viabilidade do projeto e para a averiguação da qualidade da terra do país. Segundo o mesmo foram realizadas pesquisas sobre a capacidade de retenção de água dos solos, quantidade de árvores por hectare, qualidade da madeira, fauna e flora local (CABO VERDE, 2013). A aquisição da propriedade da terra ocorreu mediante compra direta através da parceria entre a Empresa Pública de Abastecimento (EMPA)<sup>173</sup>, com capital total pertencente ao Estado de Cabo Verde e que tinha como “atribuição garantir o abastecimento do país através de comercialização e importação de bens de primeira necessidade” (CABO VERDE, 2013, p. 2.186) e Adriano Bettencourt Pinto, o autor do Projeto. A EMPA participou com 80% do valor e Adriano criou a empresa Sociedade Agrícola Ilha Verde S.A. e investiu 20% na participação do projeto. O projeto foi intitulado de “Ilha Verde” e chamado de “Décima Primeira Ilha de Cabo Verde”, devido ao fato de Cabo Verde ser composto por dez ilhas. O valor total da aquisição no Paraguai foi de US\$ 1.129.000,00 (CABO VERDE, 2013).

Em 1987 deu-se início ao Projeto Ilha Verde no Paraguai para a conversão das terras florestais em terras agrícolas. Contudo, a Empresa de Pública de Abastecimento não cumpriu com as suas obrigações incluindo impostos, encargos fiscais e laborais e preservação das propriedades o que “contribuiu para que através de um acordo de intenções, a posse efetiva dos terrenos e de toda gestão da empresa ‘Agrícola Armistício SRL’ ficasse a cargo do sócio minoritário [Adriano Bettencourt Pinto]” (CABO VERDE, 2013, p. 2.186). Em 1998 foi assinado um acordo de intenção que ditou a transferência da gestão e não das propriedades em si. Apesar

<sup>172</sup> Para maiores detalhes, consultar o material de apoio III.

<sup>173</sup> A EMPA aparece no relatório “Yvy Jára – los dueños de la tierra en Paraguay” (GUEREÑA e VILLAGRA, 2016) com a totalidade de 9.284 hectares em Nueva Esperanza. Contudo, os autores não fazem uma discussão da particularidade do agente e nem da origem do empreendimento.

da extinção da EMPA e do afastamento do governo cabo-verdiano em relação ao Projeto Ilha Verde, o Estado de Cabo Verde conseguiu manter o direito de propriedade sobre seus bens registrados no Paraguai.

Diante desta situação e mediante ao fato de Adriano Bettencourt Pinto ter mantido e executado o projeto com sucesso, o agrônomo conseguiu o direito de poder comprar todos os terrenos no Paraguai e a empresa na propriedade do Estado de Cabo Verde. Além do mais, em troca Adriano deve investir fortemente no país. Em 2013 já havia investido US\$ 5.000.000,00. O projeto executado pelo agrônomo continuou com o título “Projeto Agrícola Ilha Verde”. No dia 27 de novembro de 2013 o governo de Cabo Verde publicou no Diário Oficial nº 64 a Resolução nº 120/2013 que aprova a minuta de Convenção de Estabelecimento a ser celebrada entre o Estado de Cabo Verde e a Sociedade Agrícola Ilha Verde. O governo de Cabo Verde autorizou a transferência das propriedades no Paraguai em nome da antiga EMPA para a “Agrícola Ilha Verde”, de Adriano Bettencourt Pinto.

Ao mesmo tempo aprovou o Projeto Agrícola Ilha Verde, uma parceria entre Sociedade Agrícola Ilha Verde S.A. e o Governo de Cabo Verde. O projeto tem como objetivo a construção de um complexo com unidades produtivas, investimento em infraestrutura e equipamentos técnicos tanto em Cabo Verde, quanto no Paraguai. Além do mais visa executar projetos de produção de agrocombustível, etanol, aguardente, licores, azeite alimentares, rações animais e fertilizantes. O estimado é que a produção anual seja de 400.000 litros de etanol, 100.000 toneladas de biodiesel, 10.000 toneladas de ração animal e 12.000 toneladas de óleo de soja.

O projeto continuará no distrito de Nueva Esperanza, no Paraguai e no município de Praia, em Cabo Verde. Esta iniciativa do governo de Cabo Verde e da Sociedade Agrícola Ilha Verde S.A. em produzir agrocombustíveis evidencia o aumento do interesse do capital em investir em fontes de energia alternativas, uma vez que quando o projeto foi idealizado em 1985 o interesse era apenas produção de alimentos, o que mostra que a mudança da matriz energética realmente é um elemento primordial para compreender a recente intensificação do processo de estrangeirização (SASSEN, 2013).

O caso de Cabo Verde evidencia a gama de agentes envolvidos no processo de controle e estrangeirização do território paraguaios, cada qual com diferentes objetivos e estratégias. Desde o início do processo de estrangeirização no Paraguai são adquiridas extensas propriedades, com a suporte do Estado, que governa para o capital internacional e não para a população paraguaia. Durante a maior parte da segunda metade do século XX, o Paraguai estava sob ditadura de Alfredo Stroessner (1954-1989), na qual o ser camponês e os movimentos de luta pela terra eram extremamente criminalizados e exterminados.



Durante el régimen dictatorial (1954-1989), las organizaciones sociales eran consideradas un *peligro* para la política de *seguridad nacional*, por lo que fueron, en diferentes momentos, sistemáticamente reprimidas, y sus líderes fueron perseguidos, apresados, torturados y asesinados. Esto hizo que dichas organizaciones tuvieran poca capacidad de acción (MORA, 2006, p. 349).

Durante o trabalho de campo nos foi relatado que a propriedade coletiva da terra foi extinta durante a ditadura, pois o governo compreendia que esta possibilitava a insurgência de movimentos contra o regime posto.<sup>174</sup> Na década de 1990 inicia-se o período de transição democrática (ROLON, 2011). O Partido Colorado continua no comando com a criminalização dos camponeses, porém emergem ações de movimentos socioterritoriais. Em cenário um cenário sul-americano, em 1991, é estabelecido o Mercado Comum do Sul (MERCOSUL)<sup>175</sup>, onde algumas das metas são a livre circulação de bens, serviços e fatores produtivos entre os países; o estabelecimento de uma política comercial comum em relação a terceiros países e compromisso de harmonizar as legislações nacionais nas áreas pertinentes<sup>176</sup> (ARROYO, 2002). É necessário enfatizar que o MERCOSUL foi estabelecido em um contexto de abertura das economias nacionais<sup>177</sup> (ARROYO, 2002), o que alterou a dinâmica regional<sup>178</sup>. Ademais, com a criação do MERCOSUL, a discussão política deixa de ter como foco a problemática dos migrantes brasileiros no Paraguai e a discussão passa a ser em torno da política de integração (ALBUQUERQUE, 2010).

Assim como no regime anterior, o segundo regime de controle e estrangeirização do território é resultado de dinâmicas globais, regionais e nacionais em interação (Organograma 15). Enquanto em escala global processos geopolíticos e econômicos

---

<sup>174</sup> E de fato, até a atualidade, não existe a propriedade coletiva no Paraguai dada pelo INDERT. Neste sentido, um caso de luta e resistência ocorreu no ano de 2012 com a comunidade San Isidro de Jejuí, no distrito de Lima, departamento de San Pedro, em que os camponeses conseguiram a terra na condição de comunidade (MOVIMIENTO REGIONAL POR LA TIERRA Y TERRITORIO, 2012).

<sup>175</sup> Alguns antecedentes do MERCOSUL são: Associação Latino-americana de Livre Comércio (ALALC) (1960), substituída em 1980 pela Associação Latino-americana de Integração (ALADI) (SEGRELLES SERRANO, 2003).

<sup>176</sup> Segundo o Ministério das Relações Exteriores, o objetivo primordial do Tratado de Assunção é a integração dos países do Cone Sul por meio da livre circulação de bens e serviços, do estabelecimento de uma Tarifa Externa Comum (TEC), da adoção de uma política comercial comum e harmonização de legislações nas áreas pertinentes. Já o MERCOSUL possui como objetivo a consolidação da integração política, econômica e social entre os países que o integram, fortalecer vínculos entre os cidadãos e contribuir para a melhoria da qualidade de vida. Maiores informações disponíveis em: <http://www.itamaraty.gov.br/pt-BR/politica-externa/integracao-regional/686-mercosul>. Acesso em: 17 jun. 2019.

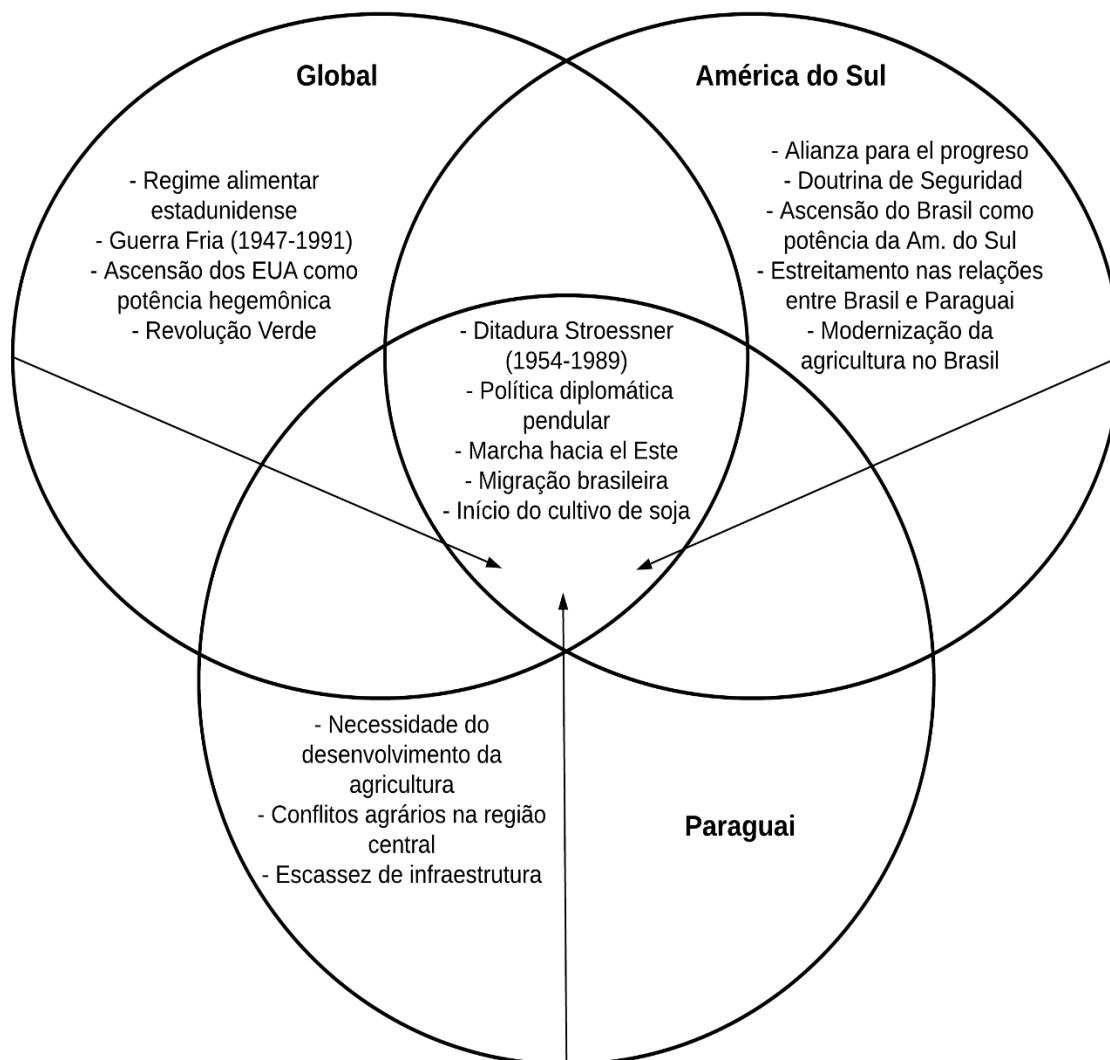
<sup>177</sup> Neste contexto de integração cabe a fala de George Washington: “Deveis ter sempre em vista que é loucura o esperar uma nação favores desinteressados de outra, e que tudo quanto uma nação recebe como favor terá de pagar mais tarde com uma parte de sua independência. Não pode haver maior erro do que esperar favores reais de uma nação a outra” [retirada dos “Discursos selecionados do presidente Artur Bernardes”, publicado pelo Ministério de Relações Exteriores (2016)].

<sup>178</sup> Embora reconheçamos a importância do MERCOSUL, especialmente para entender o dinâmica do controle do território no cone Sul, nosso objetivo não é uma análise da escala do MERCOSUL.

ocorriam, vivíamos em escala regional um ciclo de regimes ditatoriais e modernização da agricultura. Ademais, algumas rugosidades se faziam presentes no Paraguai, como a escassez de infraestrutura, especialmente no que tange a necessidade de saída para o mar e a existência de conflitos agrários na região central do país.

Tais dinâmicas reverberou no segundo regime de controle e estrangeirização do território paraguaio, caracterizado pelo controle multidimensional exercido por agentes brasileiros. Por isso a epígrafe no início deste capítulo *“O Paraguai padece duas vezes: o imperialismo e o subimperialismo”* (GALEANO, 1970)

**Organograma 15: Dinâmicas globais, regionais e nacionais no segundo regime de controle e estrangeirização do território paraguaio (1950-1990).**



Org.: Autora (2019).

Em 1996 é introduzida ilegalmente no país a soja transgênica através da Argentina (PALAU, 2008). A soja transgênica foi legalizada no Paraguai apenas em meados da década de 2000 e, desde então, tem apresentado um aumento exorbitante, expandindo-se em direção a pastagens e áreas antes destinadas à produção de alimentos e algodão<sup>179</sup>. É nesta década que se inicia o processo de transição para o terceiro regime de controle e estrangeirização do território no Paraguai. Este processo acentuou ainda mais a produção de soja e pecuária, expandindo a fronteira agrícola em uma interação cada vez maior com o capital internacional global, ou seja, inserido em uma dinâmica global de acumulação do capital, o que recria estratégias, discursos e também resistências.

Atualmente o Paraguai se encontra na regionalização criada pela empresa Syngenta das *República Unida de la Soja*<sup>180</sup>, que engloba Argentina, Bolívia, Brasil, Paraguai e um porção do Uruguai (TURZI, 2011; GRAIN, 2013 e 2017). A situação do país é bastante crítica, “o Paraguai é um caso extremo, cada hectare de soja é pago com sangue das comunidades rurais” (RUILLI, 2008, p. 40). O cultivo de soja transgênica está diretamente relacionado com a estrangeirização, pois são as corporações que controlam o cultivo e o modo de produzir. Assim, é possível considerar que o início da monocultura de soja no Paraguai é o resultado de uma expansão da fronteira agrícola no Brasil e o início do uso de agrotóxicos e sementes transgênicas no Paraguai é resultado da expansão desse modelo de desenvolvimento estabelecido primeiramente na Argentina e depois expandido para o Paraguai, uma vez que as sementes transgênicas quando não permitida a sua comercialização, era contrabandeada via Argentina.

---

<sup>179</sup> Até meados da década de 1990 a principal *commodity* de exportação do Paraguai era o algodão, produzido, sobretudo, por pequenos produtores, uma vez que era o cultivo de renda do campesinato (VERA e RIQUELME, 2013).

<sup>180</sup> Vende a ideia de uma república unida e unificada na qual a Syngenta pode governar (TURZI, 2011; OLIVEIRA e HECHT, 2016).

## **CAPÍTULO IV. TERCEIRO REGIME DO CONTROLE E ESTRANGEIRIZAÇÃO DO TERRITÓRIO PARAGUAIO (1990- ATUAL): CONSOLIDAÇÃO DO AGRONEGÓCIO NA *REPÚBLICA UNIDA DE LA SOJA***

---

*“Agora é a vez da soja transgênica, dos falsos bosques de celulose e do novo cardápio dos automóveis, que já não comem apenas petróleo ou gás, mas também milho e cana-de-açúcar de imensas plantações. Das de comer aos carros é mais importante do que dar de comer às pessoas”.*

*As Veias Abertas da América Latina, Eduardo Galeano.*

Com a transição democrática e instauração de um novo modelo de desenvolvimento na América Latina – neoliberalismo – caracterizado pelo predomínio do capital financeiro sobre o produtivo, mercado orientado para a exportação e flexibilização (RUBIO, 2001), ocorre também a transição para o terceiro regime do controle e estrangeirização do território no Paraguai<sup>181</sup>. A maioria das pesquisas considera que inaugura-se um novo momento na disputa territorial no século XXI, porém aqui debatemos que esta mudança não foi abrupta e começou a ser traçada ainda na década de 1990 (BORRAS JR, KAY, GÓMEZ e WILKINSON, 2013).

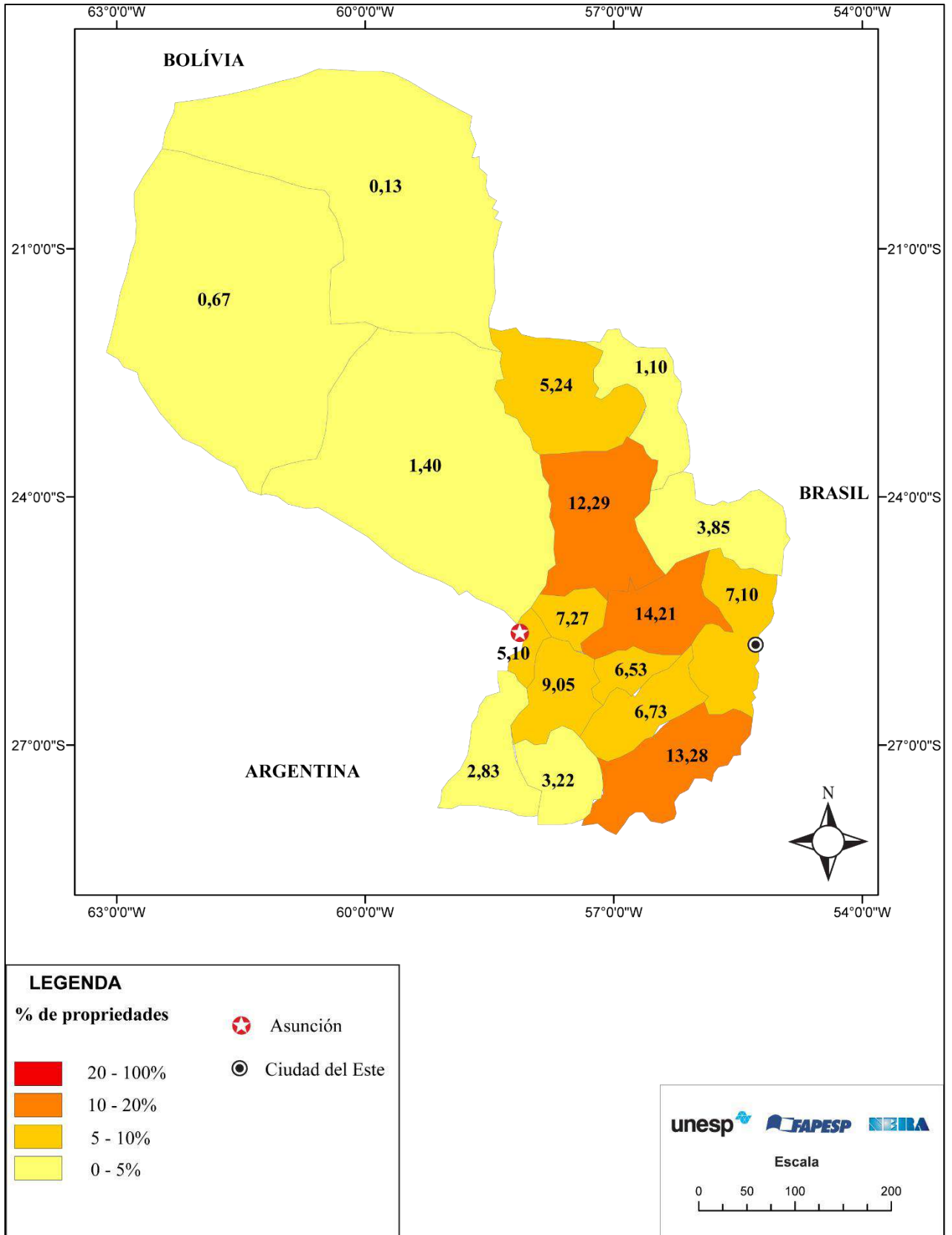
Em nível mundial, a economia passava pela globalização dos mercados e liberalização econômica, que resultou não só na intensificação dos investimentos, como também na alteração das estruturas de capitais das empresas (WESZ JR, 2016; PIERRI e WESZ JR, 2017), concentrando ainda mais a produção. A América Latina segue a tendência global de liberalização dos mercados, principalmente de terras e redução de barreiras comerciais através de um programa de integração à economia internacional (KAY, 2002).

De diferentes formas, a estrangeirização do território têm se aprofundado no Paraguai desde 1990, relacionadas, especialmente, ao avanço do cultivo de soja, o que resultou no aumento exponencial da concentração fundiária. Segundo os dados do Censo Agropecuário Nacional, em 1991 haviam 307.221 propriedades rurais no Paraguai, totalizando uma superfície de 23.817.737 hectares. Os Mapas 04 e 05 representam a concentração de estabelecimentos agropecuários e de área agricultável por departamento, respectivamente.

---

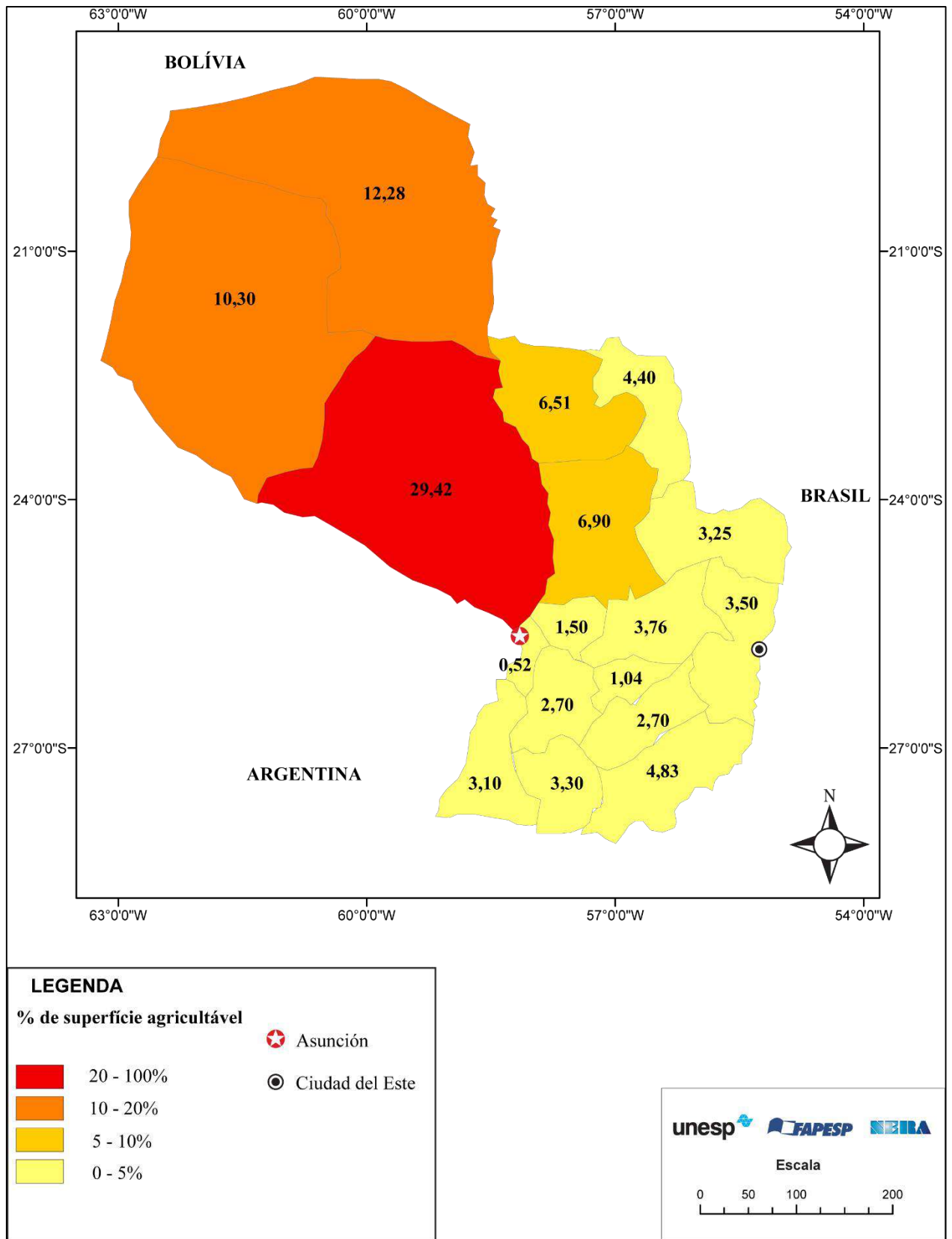
<sup>181</sup> Lembrando que, assim como nos ciclos sistêmicos de acumulação do capital, não há uma ruptura de um regime para outro, isto é, elementos do período antecessor podem continuar no novo regime (ARRIGHI, 2008).

Mapa 04. Paraguai – Concentração de propriedades por departamento – 1991.



Fonte: MAG (1991); Org.: Autora (2019).

**Mapa 05. Paraguai – Concentração da superfície agricultável por departamento – 1991.**



Fonte: MAG (1991); Org.: Autora (2019).

Com os Mapas 04 e 05 é possível observar que o Paraguai Ocidental ainda não era alvo de interesse do capital no início do terceiro regime de controle e estrangeirização do território, se constituindo apenas como enclave territorial dos menonitas<sup>182</sup> (VAZQUEZ, 2006). Isso é alterado a partir dos anos 2000. Referente a concentração por classe de área, as propriedades menores a cinco hectares correspondiam a 38% do total de estabelecimentos agrícolas do país e concentravam somente 1% da superfície agricultável total. As propriedades maiores a 10.000 hectares compreendiam a menos de 1% em relação a quantidade de imóveis rurais e 41% da extensão agrícola do país (Tabela 08).

**Tabela 08. Paraguai – Distribuição de propriedades de acordo com o tamanho [hectares] – 1991.**

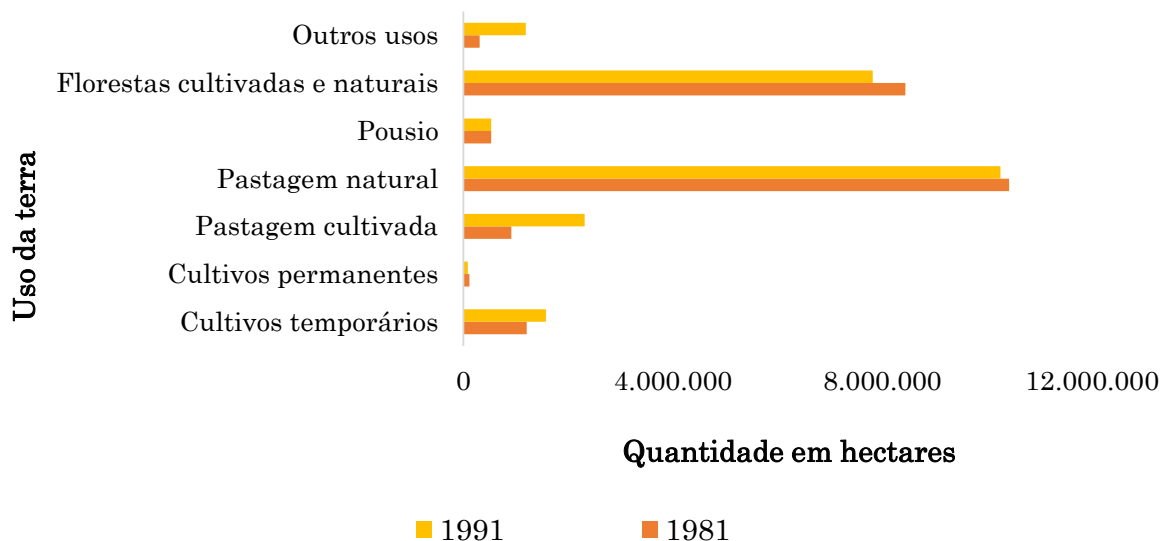
Tamanho das propriedades (HA)	Quantidade de propriedades	% de propriedades	Superfície (HA)	% em relação à superfície total
Menor de 05	114.788	38	231.304	1
05 – 09	66.605	22	430.658	2
10 – 19	66.223	22	806.802	3
20 – 49	31.519	11	857.909	4
50 – 199	11.856	4	1.071.817	5
200 – 499	3.503	1	1.050.034	4
500 – 999	1.525	1	1.010.952	4
1.000 – 4.999	2.356	1	4.982.438	21
5.000 – 9.999	533	0	3.644.873	15
Maior de 10.000	351	0	9.730.949	41
<b>Total</b>	<b>299.259</b>	<b>100</b>	<b>23.817.736</b>	<b>100</b>

MAG (1991); Org.: Autora (2019).

No que tange a evolução dos usos do território, de 1981 a 1991 observa-se um aumento da superfície de cultivos temporários [30,5%] – devido a intensificação do cultivo de soja –, pastagem cultivada [152,3%], em pousio [7,6%] e outros usos [287%]. Em contraponto há a diminuição das florestas naturais e cultivadas [-7,3%] e cultivos permanentes [26,7%], conforme expressa o Gráfico 07. A área cultivada de soja na safra 1990/1991 foi de 552.658 hectares, totalizando 26.720 estabelecimentos produtores da *commodity*, com 1.302.676 toneladas produzidas (MAG, 1991) (Tabela 09).

<sup>182</sup> Ver capítulo II.

Gráfico 07. Paraguai – Evolução do uso da terra – 1981-1991.



Fonte: MAG (1991); Org.: Autora (2019).

Comparando com o Censo Agropecuário de 1981 há uma diminuição de 9,9% em relação a quantidade de propriedades produtoras de soja, contrapondo ao aumento de 39,2% e 34,3% no que se refere à superfície em hectares e quantidade produzida em toneladas respectivamente, já demonstrando a concentração fundiária resultante do cultivo de soja.

Tabela 09. Paraguai – Produção de soja por departamento – 1991.

Departamento	Quantidade de propriedades	Superfície (HA)	Produção (TON)
Concepción	30	187	359
San Pedro	563	17.367	26.806
Cordillera	3	12	14
Guairá	104	237	425
Caaguazú	1.070	21.799	41.893
Caazapá	1.161	8.931	16.355
Itapúa	15.132	210.523	364.113
Misiones	26	159	181
Paraguarí	30	414	1.217
Alto Paraná	5.967	228.504	456.299
Central	4	3	6
Ñeembucú	4	2	3
Amambay	256	15.288	30.441
Canindeyú	2.367	49.030	94.200
Presidente Hayes	3	202	364

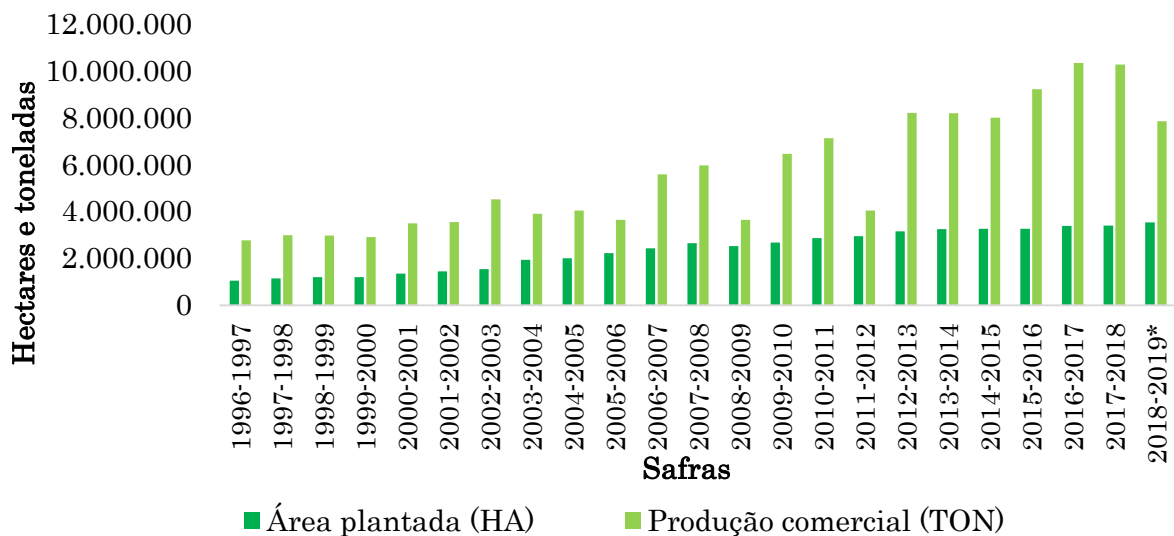


Alto Paraguay	0	0	0
Boquerón	0	0	0
<b>Total</b>	<b>26.720</b>	<b>552.658</b>	<b>1.302.676</b>

Fonte: MAG (1991); Org.: Autora (2019).

Em 1999 o cenário é alterado com a introdução do cultivo ilegal de sementes transgênicas através da Argentina e legalização em 2005. Desde então a soja se expande em território paraguaio sem interrupções (Gráfico 08), agravando ainda mais a situação dos camponeses, que são desterritorializados por não produzirem no modelo de desenvolvimento imposto pelas empresas transnacionais. O Paraguai atualmente passa por um processo de *sojización*<sup>183</sup> (CORREIA, 2017). A *commodity* é considerada a coluna vertebral do agronegócio (VILLAGRA, 2009), colocando-o como sexto maior produtor e terceiro exportador de soja no mundo (CAPECO, 2018). A economia paraguaio se configura como a mais dependente da soja em escala mundial (EZQUERRO-CAÑETE, 2016). O Mapa 06 espacializa a área em hectares cultivada e a produção em toneladas de soja.

Gráfico 08. Paraguai – Evolução do cultivo e produção de soja – 1996-2019.

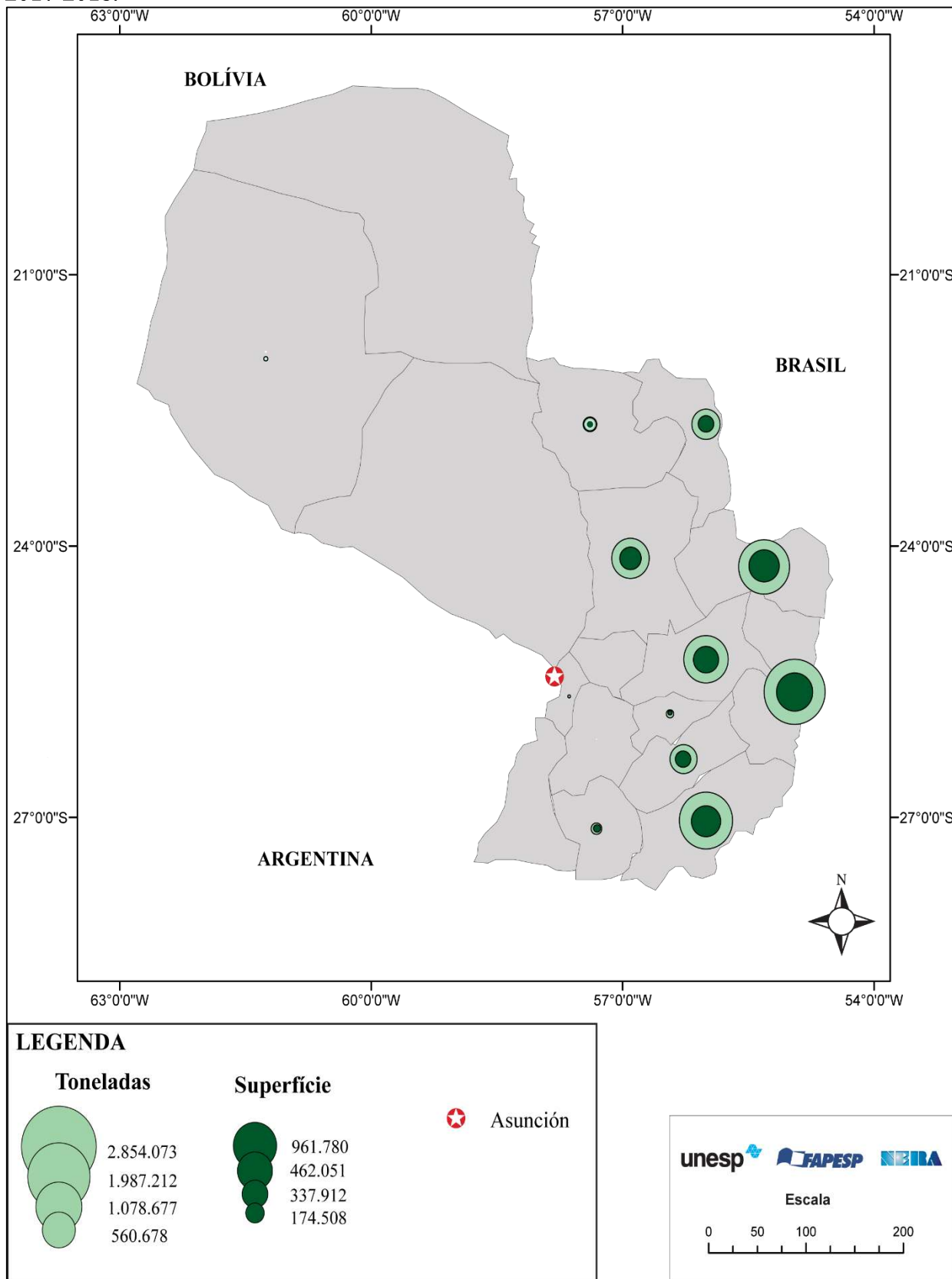


\*Estimativa.

Fonte: CAPECO (2019); Org.: Autora (2019).

<sup>183</sup> Ao estudar a Argentina, Goldfarb (2015) aponta que este processo de *sojización* é uma expressão do regime alimentar corporativo.

**Mapa 06. Paraguai – Quantidade produzida [toneladas] e área plantada [hectares] – safra 2017-2018.**



Fonte: MAG (2018); Org.: Autora (2019).

Sobre a espacialização da *commodity*, os maiores produtores são os departamentos de Alto Paraná [961.780 hectares e 2.854.073 toneladas produzidas]; Itapúa [626.732 hectares e 2.266.981 toneladas produzidas] e Canindeyú [675.229 hectares e 1.987.212 toneladas produzidas]. No outro extremo estão os departamentos de Central, Cordillera, Ñeembucú e Presidente Hayes, com nenhuma produção de soja segundo os dados do MAG. Como a expansão do cultivo é vertiginosa, como expressa o Gráfico 08, a tendência é que o cultivo avance, incorporando áreas da agricultura familiar campezina, pastagens e florestas. A concentração fundiária, estrangeirização e produção de soja estão estreitamente relacionadas, embora grande parcela dos estabelecimentos menores a vinte hectares cultivavam soja em 2008.

Em Paraguari 85,3% das propriedades menores de vinte hectares produziam soja, seguidas de Caazapá [76,1%], Guairá [68,9%]; Itapúa [62,5%], Alto Paraná [45,4%], Caaguazú [43,2%] e Canindeyú [38,2%], como evidencia a Prancha 01. Em relação a superfície, nos estabelecimentos com até vinte hectares a situação é diferente, a extensão cultivada é diminuta – com exceção de Paraguari, onde as propriedades produtoras de soja desta classe concentravam 46,3%. Exemplos são Itapúa, com 5,6%; Alto Paraná, com 2,4% e Canindeyú, com 1,8%. Em contraponto, as propriedades acima de 1.000 hectares concentravam 2,8% do total de propriedades e 47,7% da superfície cultivada de soja.

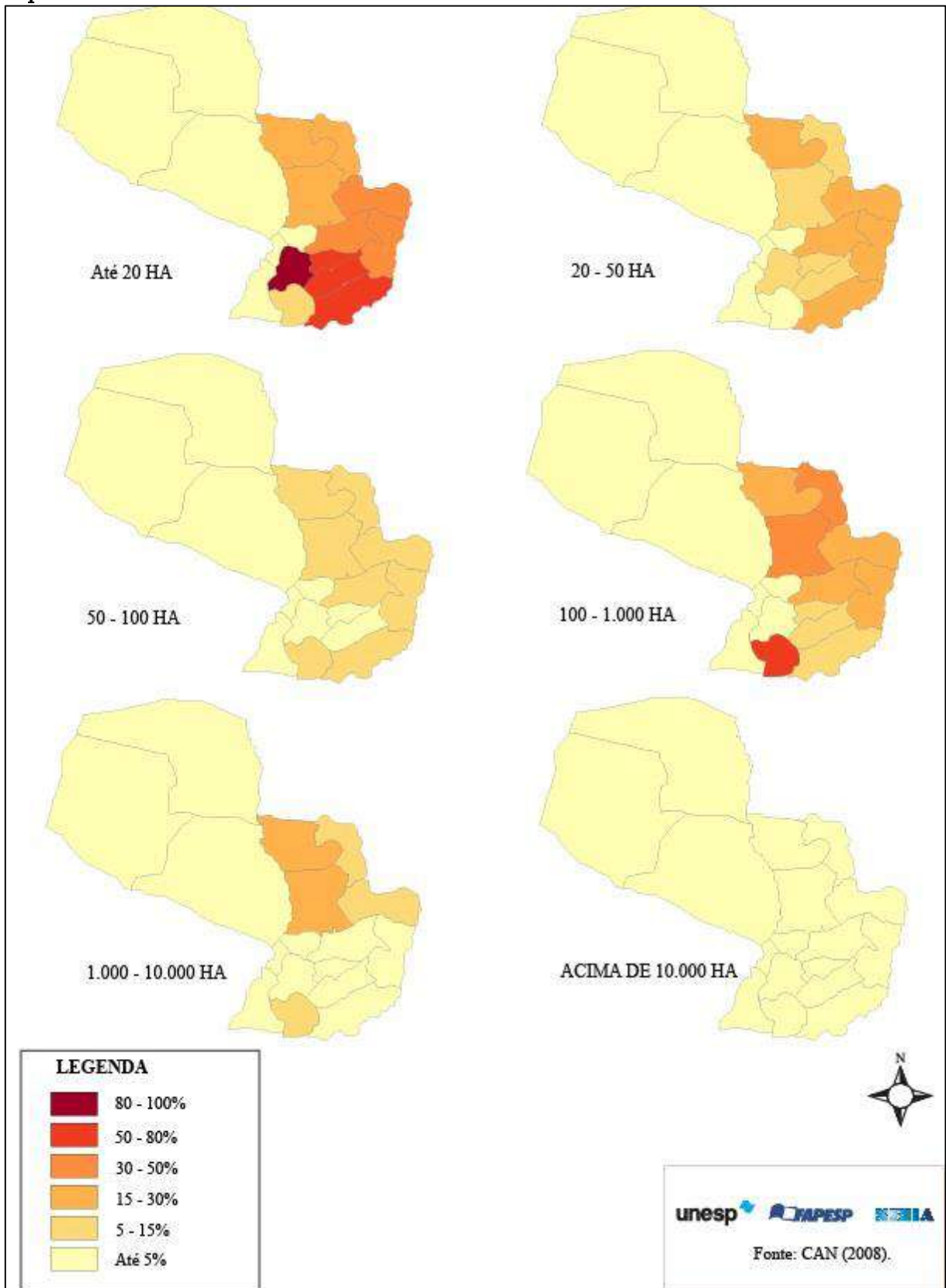
Isto nos mostra mais uma vez a concentração da terra no Paraguai. O fato de pequenas propriedades se dedicarem à produção de soja é complexo. Primeiro porque há uma diversidade de relações paradoxais de incorporação da agricultura familiar campezina, como contratos de parceria, arrendamento e até mesmo venda de propriedades [ou *derecheras*<sup>184</sup> em caso de colônias de reforma agrária] para o agronegócio – estratégias estas que serão debatidas ao longo deste capítulo.

De acordo com a pesquisa de campo e também construção do DATALUTA Paraguai, podemos observar que a cada vez mais a soja avança sobre as pequenas fincas. Esta questão é perversa, porque a mídia e até mesmo o Estado se apropriam do discurso da pequena propriedade como produtora de soja e utilizam como uma alternativa rentável para a agricultura familiar campezina, quando na realidade não é, visto que a soja é um cultivo de escala (WESZ JR, 2014).

---

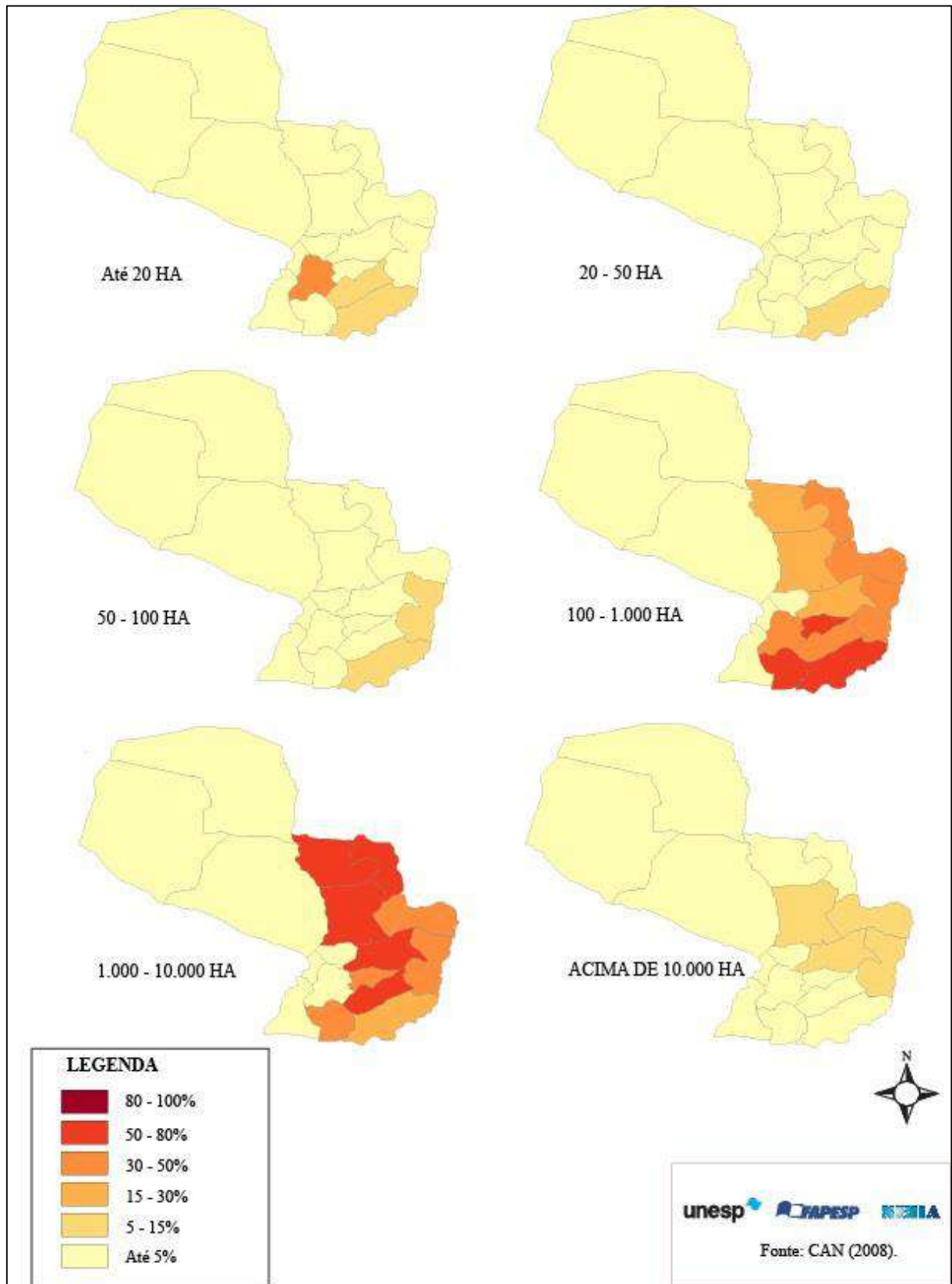
<sup>184</sup> Corresponde ao direito de uso no caso das terras destinadas a reforma agrária.

**Prancha 01. Propriedades por classe de área destinada a produção de soja por departamento – 2008.**



Fonte: MAG (2009); Org.: Autora (2019).

**Prancha 02. Superfície por classe de área destinada a produção de soja por departamento – 2008.**



Fonte: MAG (2009a; 2009b; 2009c; 2009d, 2009e; 2009f); Org.: Autora (2019).

Os agricultores camponeses que se dedicam a produção de soja são motivados pela facilidade no manejo, segurança na comercialização, disponibilidade de financiamento privado e falta de outras alternativas (VILLALBA, 2015). Como não é um cultivo lucrativo quando produzido em pequena escala – considerando que estes camponeses disponibilizam no máximo dez hectares para produção de soja – esta população frequentemente se endivida e perder suas terras. Cada vez menos camponeses tem se dedicado ao cultivo de soja e cada vez mais suas propriedades são incorporadas pelo agronegócio.

A soja produzida no Paraguai apresenta múltiplos usos, como exportação in natura, indústria [processamento] e produção de sementes (Gráfico 09). Na safra de 1996/1997 a produção total de soja no Paraguai foi de 2.771.000 toneladas – com 1.050.000 hectares, na qual 2.150.000 toneladas, isto é, 77,60% da soja produzida foi destinada à exportação; 541.00 toneladas, correspondente à 19,50%, foram processadas no país e 80.000 toneladas, 2,88% foram utilizados como semente. Na safra de 2007/2008, no ápice da crise financeira, a produção total foi de 5.968.085 toneladas – com 2.644.856 hectares, onde 4.438.05 toneladas de soja, 74,40%, tiveram como destino à exportação, 1.390.000 toneladas, isto é, 23,30% para a produção e 140.000 toneladas, 3,15%, à sementes.

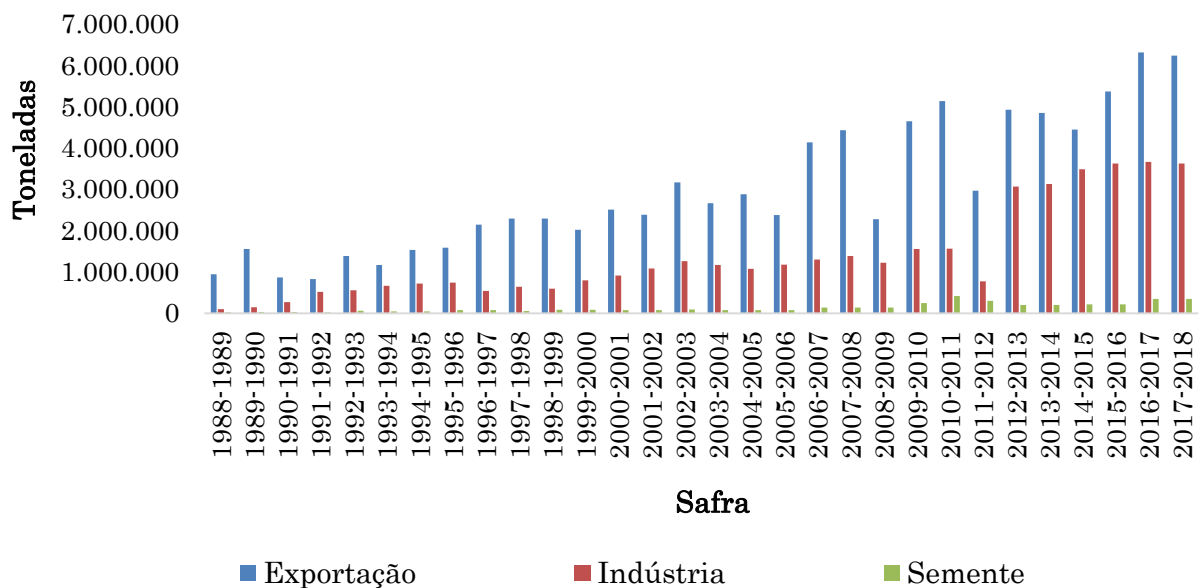
Por fim, na safra de 2017/2018 a produção de soja foi de 10.262.571 toneladas, com 3.400.00 hectares. Deste total, sendo que 6.237.190 toneladas [60,77%] foram exportadas, 3.625.385 toneladas [35,32%] foram processadas no país e 350.000 toneladas [3,41%], foram destinadas à produção de sementes (CAPECO, 2019). Atualmente os principais destinos da soja paraguaia são: Argentina [67%], Rússia [14%], União Europeia [5%], Brasil<sup>185</sup> [3%], Turquia [3%], Israel [2%], Egito [1%], Líbano [1%], Peru [1%], Tunísia [1%] e Outros<sup>186</sup> [2%] (CAPECO, 2019).

---

<sup>185</sup> Apesar de ser o responsável pela maior parte da produção, não é o que recebe a maior porcentagem da exportação, como ocorria no início do cultivo de soja no Paraguai, ainda na década de 1970.

<sup>186</sup> Chile, Coreia do Sul, EUA, Japão, Tailândia e Uruguai (CAPECO, 2019).

Gráfico 09. Paraguai -Evolução da produção de soja de acordo com o uso – 1988-2018.



Fonte: CAPECO (2019); Org.: Autora (2019).

Um dos motivos para o aumento da produção de soja no Paraguai são os baixos impostos para a exportação da *commodity in natura*<sup>187</sup>. O cultivo da soja mobiliza uma gama de agentes, nos quais os principais, além das corporações transnacionais e produtores individuais, estão as empresas regionais. A primeira década do século XXI é caracterizada por processos de regionalização de empresas brasileiras e argentinas (WILKINSON, 2017), o que significa a expansão destas para países como Bolívia, Uruguai e Paraguai. O Uruguai experimenta a intensificação da produção de soja mais recentemente e como resultado de um processo de expansão de empresas e produtores argentinos (PIÑERO, 2012). A soja na Bolívia é resultado da expansão de produtores individuais brasileiros na década de 1990 (GIMENEZ, 2010). Já no Paraguai o processo ocorre desde a década de 1950 e tem se transformado significativamente de acordo com os movimentos econômicos, sociais e políticos regionais e globais.

<sup>187</sup> Em junho de 2017 o Ministerio de Hacienda propôs uma lei que aumentava em 15% o valor da soja exportada no seu estado natural (ÚLTIMA HORA, 23 jun. 2017). Esta medida causou uma grande comoção por parte das empresas e grêmios de produtores de soja, como a CAPECO, Unión de Gremios de la Producción (UGP) e Cámara Paraguaya de Procesadores de Oleaginosas y Cereales (CAPPPO) se posicionaram contra tal medida afirmando que colocaria em xeque o desenvolvimento do país, uma vez que o principal produto de exportação é a soja. Produtores de soja se uniram e realizam diferentes manifestações em todo o território paraguaio (ÚLTIMA HORA, 20 jun. 2017). Apesar do Senado ter aprovado o aumento do imposto, o executivo barrou o mesmo e Cartes se pronunciou totalmente contra ao imposto (PARAGUAY, 23 jun. 2017). Isso evidencia mais uma vez o importante papel do Estado em criar condições que garantam a acumulação e legitimar a ação do agronegócio.

Além da soja como principal *commodity* produzida no país, há outras atividades como pecuária, que promovem a expansão do agronegócio e retração da agricultura camponesa. Como resultado do processo de desterritorialização do campesinato e territorialização do capital, majoritariamente para a produção de soja, no ano de 2008, novamente observou-se o aumento da concentração fundiária e consequente *minifundização* (GALEANO, 2012). A Tabela 10 mostra a quantidade de propriedades e superfície por classe de área em 2008.

**Tabela 10. Paraguai – Distribuição de propriedades de acordo com o tamanho [hectares] – 2008.**

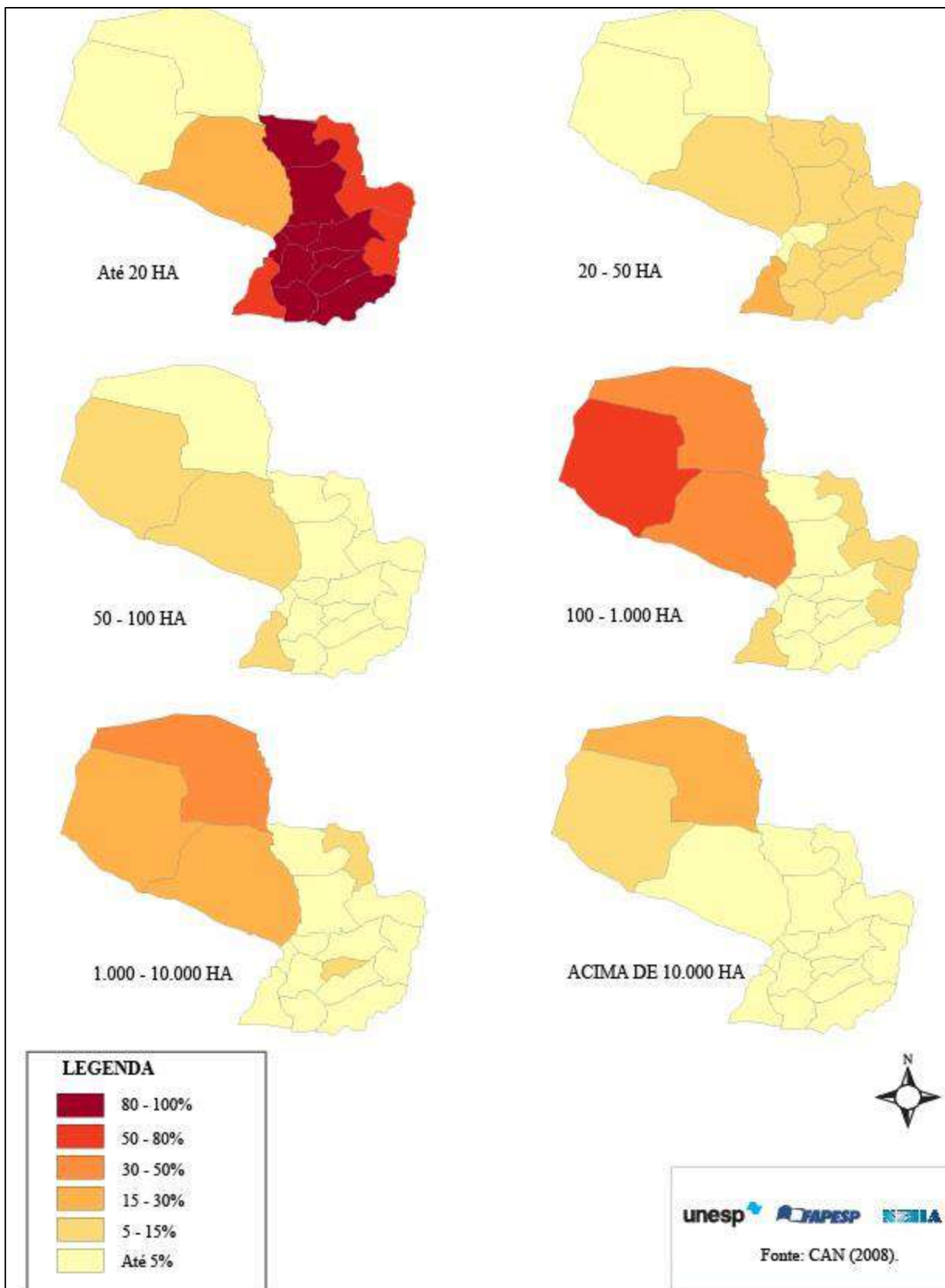
Tamanho das propriedades (HA)	Quantidade de propriedades	% de propriedades	Superfície (HA)	% em relação à superfície total
<b>Menor de 05</b>	117.229	40,58%	238.012	0,77
<b>05 – 09</b>	66.218	22,92	416.702	1,34
<b>10 – 19</b>	57.735	19,99	685.381	2,20
<b>20 – 49</b>	22.865	7,92	619.986	1,99
<b>50 – 199</b>	12.113	4,19	1.158.812	3,73
<b>200 – 499</b>	5.251	1,82	1.600.537	5,15
<b>500 – 999</b>	2.737	0,95	1.810.119	5,82
<b>1.000 – 4.999</b>	3.443	1,19	7.200.531	23,16
<b>5.000 – 9.999</b>	684	0,24	4.702.034	15,13
<b>Maior de 10.000</b>	600	0,21	12.654.779	40,71
<b>Total</b>	<b>288.875</b>	<b>100</b>	<b>31.086.893</b>	<b>100</b>

MAG (2009a; 2009b; 2009c; 2009d, 2009e; 2009f); Org.: Autora (2019).

Comparando os dados de 1991 e 2008 verifica-se a diminuição de 10.384 estabelecimentos agrícolas e aumento de 7.269.157 hectares da superfície agrícola, informações que mostram a concentração fundiária. As propriedades menores a cinco hectares correspondiam a 40,58% em relação ao total, enquanto ocupam 0,77% de toda superfície agrícola do país. No que concerne a distribuição espacial da concentração, os departamentos do centro-sul e centro-norte apresentaram maior concentração de propriedades com até vinte hectares: Central (96,7%), Cordillera (94,2%), Guairá (92,4%), Paraguairí (90%), Caazapá (89,9%), San Pedro (89,8%), Caaguazú (89,5%), Concepción (83%), Misiones 82,6%) e Itapúa (81,5%). Em contraponto, nos departamentos fronteiriços e da região Ocidental há o predomínio do latifúndio, em Alto Paraguay 90,4% da superfície agrícola correspondem a estabelecimentos maiores de 1.000 hectares. As Pranchas 03 e 04 equivalem a distribuição de propriedades por departamentos e superfície por departamento de acordo com a classe de área, respectivamente.

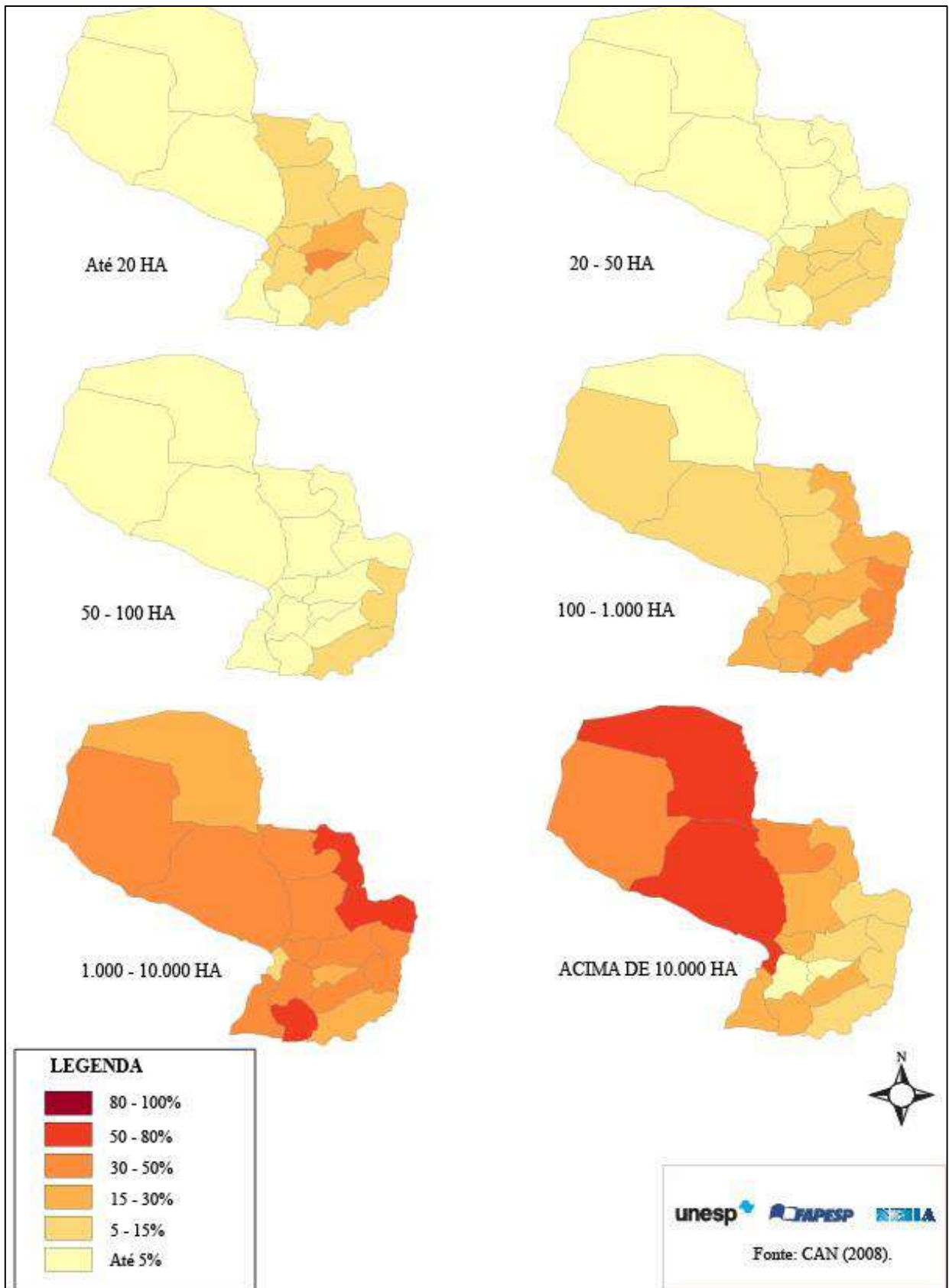


Prancha 03. Concentração de estabelecimentos agrícolas por departamento – 2008.



Fonte: MAG (2009a; 2009b; 2009c; 2009d, 2009e; 2009f); Org.: Autora (2019).

**Prancha 04. Concentração superfície agricultável por departamento – 2008.**



Fonte: MAG (2009a; 2009b; 2009c; 2009d, 2009e; 2009f); Org.: Autora (2019).

Os departamentos com maior concentração de minifúndios correspondem região historicamente concentrada (VÁZQUEZ, 2006) e também produtora de alimentos. Comparando 1991 com 2008, a região do Chaco paraguaio ainda apresenta uma concentração expressiva, em 17 anos a superfície agricultável a região saltou de 12.388.987 hectares para 17.655.612 hectares. O número de propriedades, apesar de apresentar um aumento, saltou de 6.708 propriedades em 1991 para 8.187 no ano de 2008, ainda evidencia a concentração.

Referente a apropriação de terras por estrangeiros, segundo os dados do Censo Agropecuário Nacional (MAG, 2009a; 2009b; 2009c; 2009d, 2009e; 2009f), em 2008, 8.954 [3,20%] estabelecimentos agropecuários estavam em posse de brasileiros e 2.833 (1,03%) propriedades sob domínio de outras nacionalidades (Tabela 11). A região Oriental apresentava uma concentração mais acentuada, totalizando 11.427 propriedades em posse de estrangeiros [8.871 brasileiros e 2.556 de demais nacionalidades]. Enquanto a região Ocidental possuía naquele momento somente 360 estabelecimentos agropecuários sob domínio direto de estrangeiros [83 brasileiros e 277 de outras nacionalidades]<sup>188</sup>. Os departamentos fronteiriços e com expressiva produção de soja também foram aqueles com maiores concentração propriedades em posse de estrangeiros.

**Tabela 11. Paraguai – Número de proprietários por nacionalidade – 2008.**

Departamento	Paraguaios		Brasileiros		Outras nacionalidades	
	Quantidade	%	Quantidade	%	Quantidade	%
Concepción	16.512	98,23	261	1,55	36	0,22
San Pedro	43.812	98,50	93	0,20	577	1,30
Cordillera	16.240	99,41	18	0,11	78	0,48
Guaira	16.917	99,29	23	0,15	97	0,56
Caaguazú	36.647	97,17	746	1,99	318	0,84
Caazapá	21.964	98,00	422	1,89	25	0,11
Itapúa	31.551	95,95	717	2,18	615	1,87
Misiones	9.081	98,73	55	0,60	61	0,67
Paraguarí	23.197	99,66	12	0,05	65	0,29
Alto Paraná	15.346	79,57	3.705	19,22	235	1,21
Central	5.864	99,22	2	0,03	44	0,75
Ñeembucú	7.636	99,05	4	0,05	69	0,90
Amanbay	4.041	91,75	330	7,50	33	0,75
Canindeyú	12.280	81,51	2.482	16,47	303	2,02
Presidente Hayes	3.487	98,97	5	0,16	31	0,87
Alto Paraguay	488	81,60	73	12,20	37	6,20
Boquerón	2.117	90,81	5	0,22	209	8,97

<sup>188</sup> Isso evidencia a própria estrutura fundiária concentrada da região Ocidental.

<b>Total</b>	<b>267.180</b>	<b>-</b>	<b>8.953</b>	<b>-</b>	<b>2.833</b>	<b>-</b>
--------------	----------------	----------	--------------	----------	--------------	----------

Fonte: MAG (2009a; 2009b; 2009c; 2009d, 2009e; 2009f); Org.: Autora (2019).

Quando adentramos na escala dos distritos, os números são mais preocupantes. Em Canindeyú haviam distritos com um maior número de propriedades de brasileiros do que de paraguaios, como Saltos del Guairá [107 propriedades pertencentes a paraguaios e 211 a brasileiros]; Katuete [74 propriedades pertencentes a paraguaios e 329 a brasileiros]; La Paloma [104 propriedades pertencentes a paraguaios e 125 a brasileiros] e Nueva Esperanza [322 propriedades pertencentes a paraguaios e 494 a brasileiros]. Em 2011, segundo o Ministerio da Defensa, haviam no departamento em questão 1.744 proprietários brasileiros, somando 249.000 hectares controlados diretamente [e declarados] por estes, enquanto haviam 1.523 paraguaios com título de propriedade, totalizando 200.000 hectares (ÚLTIMA HORA, 30 ago. 2011).

No departamento de Alto Paraná a situação se repetia. Exemplos são os distritos de Santa Fé del Paraná [123 propriedades pertencentes a paraguaios e 164 a brasileiros]; Irunã [172 propriedades pertencentes a paraguaios e 482 a brasileiros] e San Alberto [254 propriedades pertencentes a paraguaios e 378 a brasileiros]. No que tange a estrutura fundiária por nacionalidade, a distribuição é ainda mais concentrada. Quanto maior a classe de área, maior é a incidência de proprietários estrangeiros, especialmente brasileiros, como nos mostra a Tabela 12.

**Tabela 12. Paraguai – Distribuição de propriedades de acordo com o tamanho [hectares] e nacionalidade do proprietário – 2008.**

Tamanho das propriedades (HA)	Paraguaios		Brasileiros		Outras nacionalidades	
	Quantidade	%	Quantidade	%	Quantidade	%
<b>Menor de 05</b>	113.878	98,99	851	0,75	307	0,26
<b>05 – 09</b>	63.829	98,31	867	1,35	224	0,34
<b>10 – 19</b>	54.528	96,50	1.530	2,70	454	0,80
<b>20 – 49</b>	19.632	88,86	1.989	9,00	470	2,14
<b>50 – 199</b>	8.453	75,64	2.028	18,15	694	6,21
<b>200 – 499</b>	3.298	73,10	904	20,03	310	6,87
<b>500 – 999</b>	1.506	74,04	403	19,81	125	6,15
<b>1.000 – 4.999</b>	1.674	77,17	306	14,12	189	8,71
<b>5.000 – 9.999</b>	238	76,52	40	12,87	33	10,61
<b>Maior de 10.000</b>	144	69,56	36	17,4	27	13,04

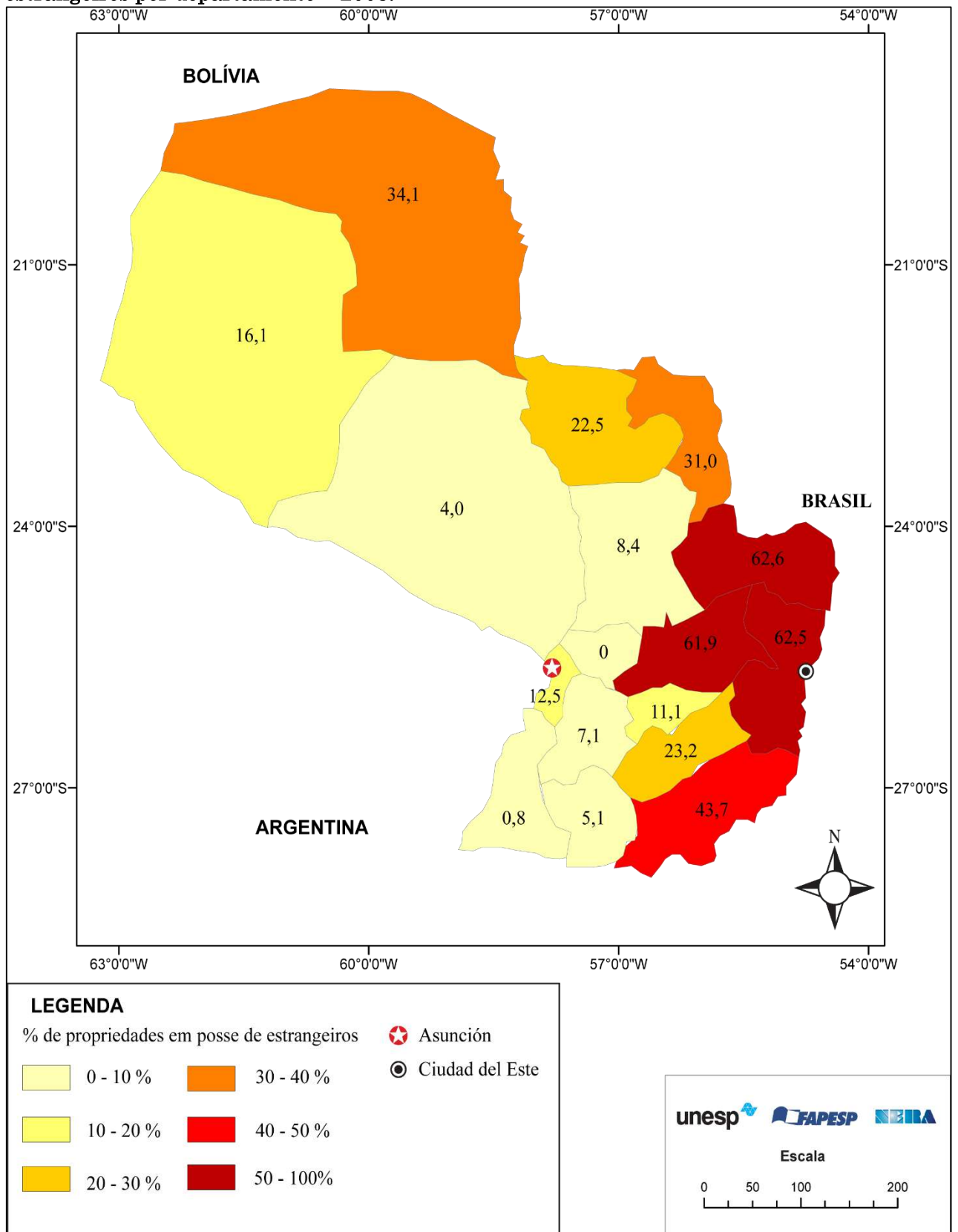
Fonte: MAG (2009a; 2009b; 2009c; 2009d, 2009e; 2009f); Org.: Autora (2019).

Tomamos como exemplo as propriedades acima de 1.000 hectares (Mapas 07, 08 e 09). No departamento de Canindeyú, 62,6% das propriedades acima de 1.000 hectares pertenciam a estrangeiros, seguidos de Alto Paraná, com 62,5% e Caaguazú, com 61,9%. Os departamentos da região Central – que concentra o maior número de minifúndios e corresponde a região produtora de alimentos – em geral apresentavam em 2008 uma baixa presença de estabelecimentos acima de 1.000 hectares em posse de estrangeiros. Já o Chaco, exceto pelo departamento de Presidente Hayes (4%), mostrava uma concentração de estabelecimentos acima de 1.000 hectares relativamente alta.

A maior parcela destes produtores estrangeiros em 2008 eram de origem brasileira. Em Canindeyú, os brasileiros correspondiam a 60,2% de todas as propriedades acima de 1.000 hectares sob controle direto de estrangeiros, em Alto Paraná esta porcentagem era de 55,2, e Caaguazú com 32,1%. No que concerne aos demais capital de origem, os departamentos de Caaguazú e Itapúa, com 29,8% e 23,0% de propriedades acima de 1.000 hectares em posse de capitais de outras nacionalidades respectivamente. Uma hipótese para esta porcentagem elevada é que Caaguazú historicamente tem sido alvo de migrantes menonitas e japoneses (KLEINPENNING, 2014). Já Itapúa, estima-se que presença predominante é de argentinos, visto que está localizado na fronteira com o determinado país, embora também apresente colônias de migrantes japoneses (KLEINPENNING, 2014).

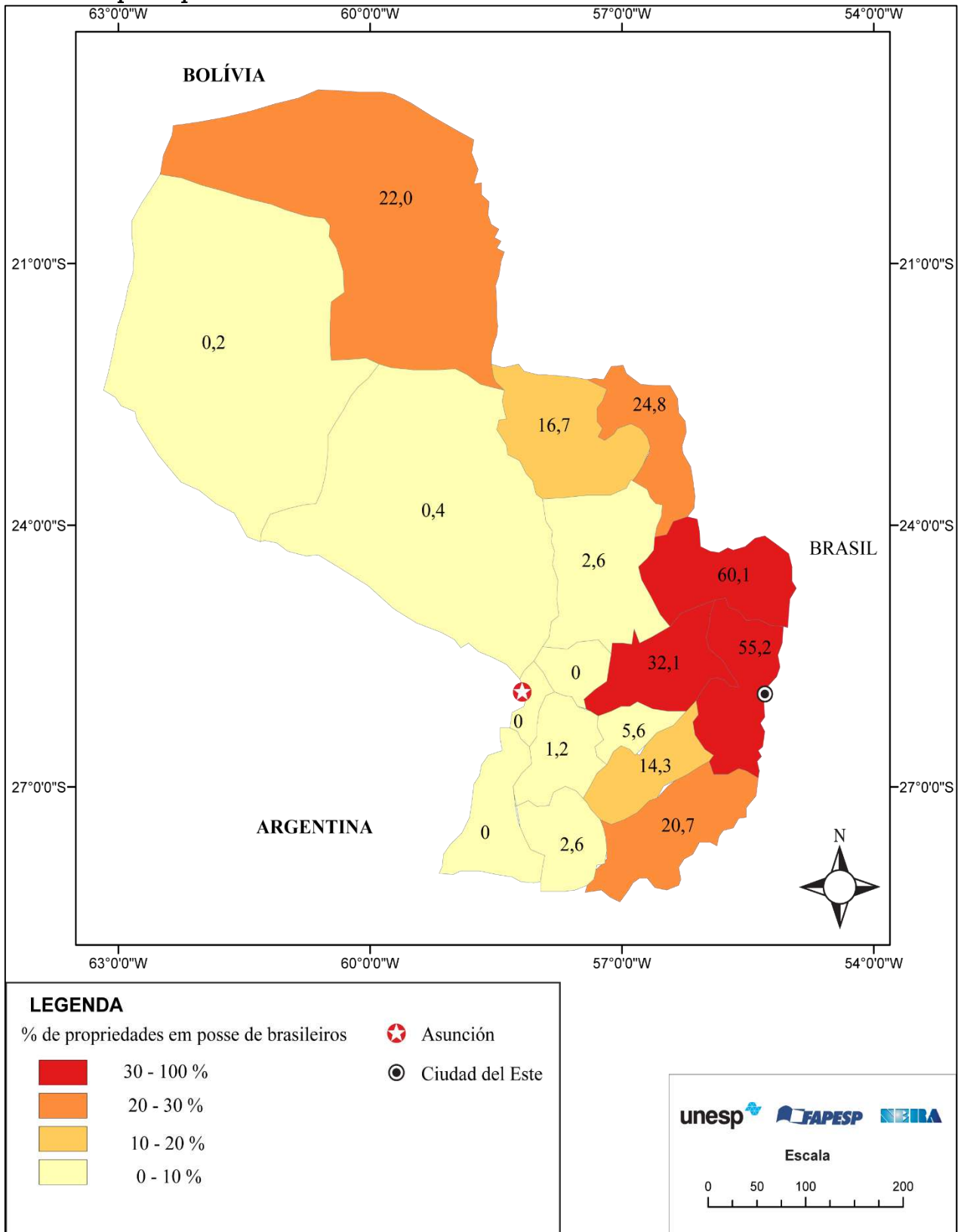
As dinâmicas fronteiriças tornam estes territórios singulares e realmente influem na maior concentração de estrangeiros nesta faixa. Contudo esta prática tem se expandido para os departamentos centrais e em direção a região Ocidental. Os dados apresentados são do Censo Agropecuário Nacional de 2008. Além de dez anos de defasagem, vivemos no século XXI a intensificação da disputa territorial em escala global e a hegemonia de um Estado voltado para atender as demandas do capital externo, um Estado capturado (GEOGHEGAN, 2017). Glauser (2009) já estipulava que 19% do território paraguaio estava controlado pelo capital estrangeiro em 2009. O agronegócio se expande vertiginosamente para todas as regiões do país. Durante trabalho de campo no departamento de Paraguari, em maio de 2018, camponeses relataram que nunca imaginaram que o seu departamento um dia produziria soja, muito menos por empresas brasileiras. Tal dinâmica aprofunda a concentração fundiária, que hoje no Paraguai é de 0,94 (OXFAM, 2015).

**Mapa 07. Paraguai – Porcentagem de propriedades acima de 1.000 hectares em posse de estrangeiros por departamento – 2008.**



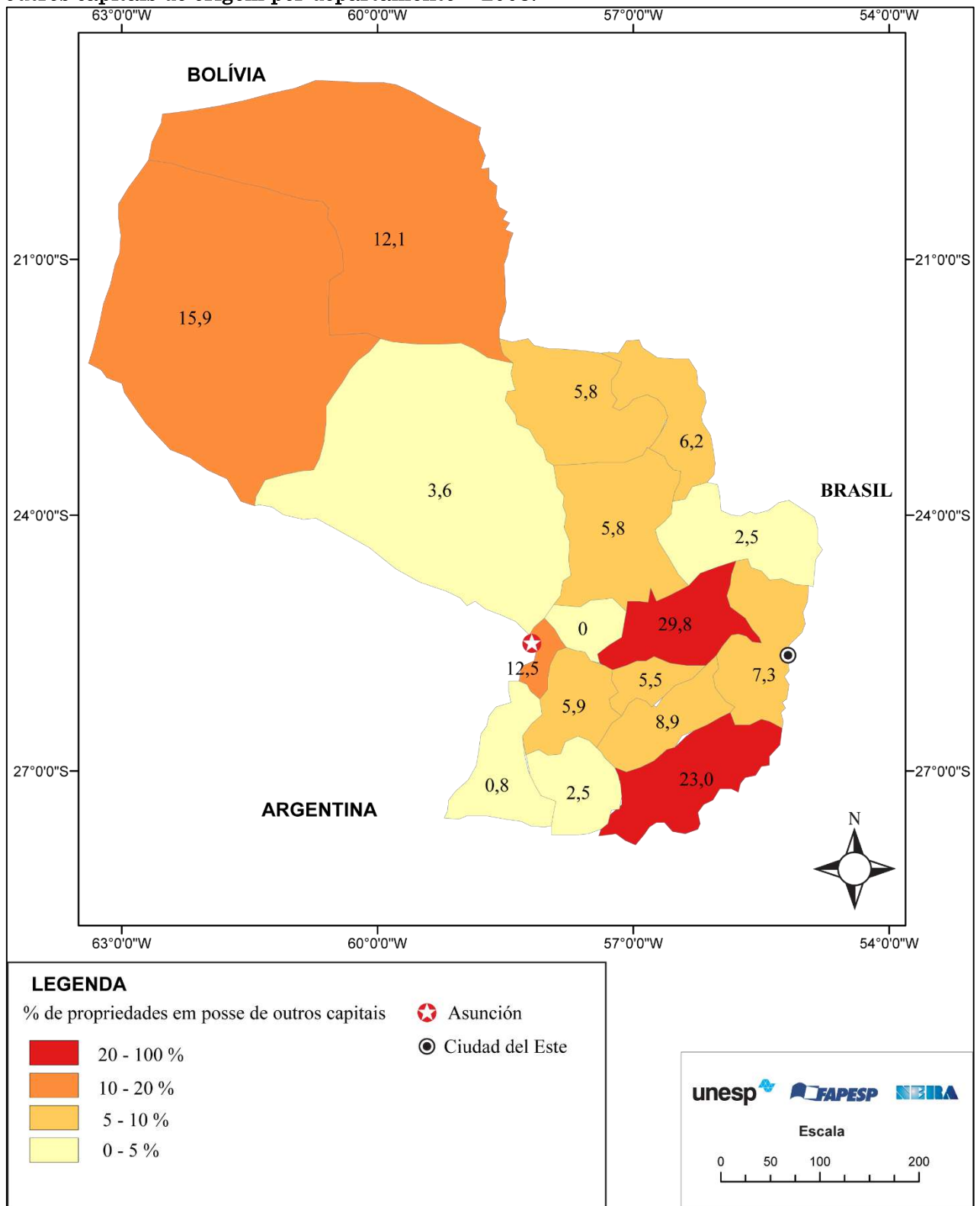
Fonte: MAG (2009a; 2009b; 2009c; 2009d, 2009e; 2009f); Org.: Autora (2019).

Mapa 08. Paraguai – Porcentagem de propriedades acima de 1.000 hectares em posse de brasileiros por departamento – 2008.



Fonte: MAG (2009a; 2009b; 2009c; 2009d; 2009e; 2009f); Org.: Autora (2019).

**Mapa 09. Paraguai – Porcentagem de propriedades acima de 1.000 hectares em posse de outros capitais de origem por departamento – 2008.**



Fonte: MAG (2009a; 2009b; 2009c; 2009d, 2009e; 2009f); Org.: Autora (2019).



Em âmbito de presença estrangeira na aquisição de terras paraguaias é importante ressaltar duas medidas legislativas. A primeira é a Lei n. 1.863 de 2002, que estabelece o novo Estatuto Agrário<sup>189</sup> e que dentre as diligências está que propriedades em colônias camponesas não podem ser vendidas a não beneficiários de reforma agrária, incluindo estrangeiros, estando sujeito a pagamento de multas aqueles que vendem e que comprem tais terras. Em 2005 foi aprovada a Lei n. 2.532, que regulamenta a *Seguridad Fronteriza*<sup>190</sup> através do estabelecimento de uma faixa de cinquenta quilômetros na fronteira nacional na qual não se pode pertencer a estrangeiros (PARAGUAY, 2005). Estas deliberações caminham no sentido de controlar e barrar a estrangeirização do território no país. Porém, frequentemente não são respeitadas e emergem novas estratégias do capital estrangeiro ter acesso ao território. Os agentes estrangeiro, cada vez mais, utilizam formas mais violentas e agem dentro da legalidade [através das lacunas encontradas nas legislações] como podemos observar em trabalho de campo. Isto nos mostra que a reforma agrária e a titulação da terra não é a forma mais eficaz de frear e diminuir os impactos da estrangeirização, como argumenta a FAO (2012a) e Banco Mundial (2011).

Partindo da perspectiva que os dados sobre propriedade em posse de estrangeiros no Paraguai são de dez anos atrás e que o agronegócio apresenta expansão em territórios camponeses e florestais, argumentamos que a superfície controlada por estrangeiros atualmente seja muito mais expressiva. Em 2008 há um acontecimento importante: a eleição de Fernando Lugo, do Partido Aliança Patriótica para a Mudança (2007-2010) e Frente Guasú (2010 até o presente), rompendo com a hegemonia do partido Colorado no país. O governo de Lugo foi caracterizado como equilibrista (SUÁREZ, 2011), pós-neoliberal<sup>191</sup> (SADER, 2009) ou progressista (ACOSTA, 2016) em um contexto de *marea rosa*<sup>192</sup> (FOGEL e EZQUERRO-CAÑETE, 2018; VERGARA-CAMUS e KAY, 2018). Lugo não buscou realizar uma reforma agrária, porém implementou políticas de promoção da segurança e soberania alimentar e, ao mesmo tempo, não afetou o modelo econômico do país. Segundo Villagra (2014, p. 35) “ese modelo lograba profundizarse y expandirse en el país a la velocidad que las transnacionales, empresarios, terratenientes y grandes productores esperaban y exigían”.

Em entrevistas realizadas durante trabalho de campo em 2015 e 2018, militantes de movimentos socioterritoriais e pesquisadores salientaram diversas vezes que os movimentos nos quais apoiaram a candidatura de Lugo apresentaram um

---

<sup>189</sup> Diferentes artigos do Estatuto foram modificados pela Ley n. 2.002, de 04 de novembro de 2002.

<sup>190</sup> Esta Lei já foi proposta e debatida na década de 1970, como apontamos no capítulo III.

<sup>191</sup> Que promove concomitantemente políticas neoliberais e programas e políticas de cunho sociais.

<sup>192</sup> Governos de esquerda na América Latina.

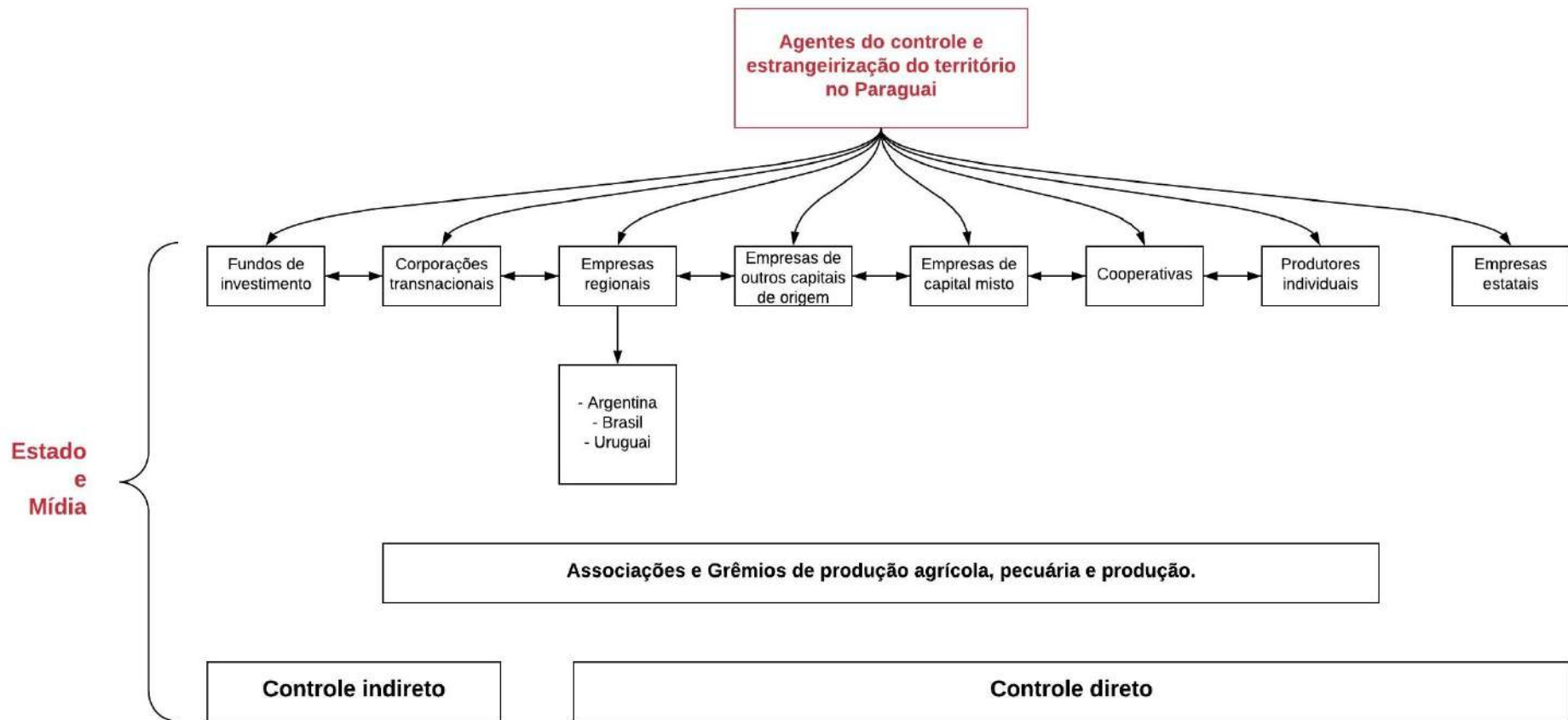
enfraquecimento da sua luta enquanto coletivo. Muitos dos líderes foram incorporados como funcionários governamentais e deixaram em segundo plano a luta pela terra. Também houve uma resistência por parte dos agentes do agronegócio, resultando no golpe de Parlamentar em 25 de junho de 2012. Isto nos mostra que o agronegócio exerceu um papel crucial na deposição de um presidente democraticamente eleito e evidencia o poder e a capacidade de controle do setor no Paraguai.

Uma das particularidades do Paraguai em relação a dinâmica global do controle e estrangeirização do território é a hegemonia histórica do capital regional. Embora corporações transnacionais que controlam o comércio de soja no mundo sejam atuantes no Paraguai, estas exercem uma forma de controle específica, que não necessita na apropriação de uma fração do território, isto é, é um controle indireto através da territorialidade. Já a forma de controle desempenhada pelas empresas regionais envolvem a apropriação do território, ou seja, é um controle direto via territorialização. Dentre os agentes elencamos as corporações transnacionais, fundos de investimento, empresas de capital regional, empresas nacionais [com presença de capital estrangeiro], cooperativas [nas quais os cooperados são estrangeiros]<sup>193</sup>, empresas estatais, grêmios empresariais, mídia e Estado paraguaio. Estes três últimos agentes atuam na legitimação do agronegócio e criminalização de camponeses e indígenas e são controlados pelo agronegócio nacional e estrangeiro. Segundo Geoghegan (2017), o setor empresarial agrícola e pecuário tem representantes em 35 instituições/órgãos governamentais que ditam políticas públicas desde o setor agropecuário e florestal, passando por tecnologia e comunicações, financeiro, de saúde e educação (Organograma 16).

---

<sup>193</sup> Consultar material de apoio VII.

Organograma 16. Paraguai – Agentes do controle e estrangeirização do território – 2019.



Org.: Autora (2019).

Apesar de utilizarem estratégias específicas, estes agentes não atuam de modo isolado, mas sim possuem articulações entre si e conforma uma rede de controle direto e indireto do território, permeada por relações geopolíticas e de poder. No Paraguai, podemos classificar os agentes em duas categorias estabelecidas de acordo com as formas de controle e acesso ao território, como já esboçamos no capítulo I. A primeira [e talvez mais complexa] é o controle e estrangeirização via territorialidade, onde agentes não se apropriam de terras [compra ou arrendamento], mas controlam o território através da determinação da produção [manejo e insumos], de toda a cadeia produtiva e das relações sociais presentes no setor. Os principais agentes desta tipologia são as corporações transnacionais e fundos de investimentos, embora incipientes no país. Denominaremos esta como controle e estrangeirização indireta.

A segunda tipologia corresponde ao controle via territorialização, quando há apropriação direta do território pelo capital através de múltiplos mecanismos, como compra, arrendamento e aquisição ilegal, especialmente através de despojos. No Paraguai, os principais agentes desta categoria são as empresas regionais e produtores individuais brasileiros. Intitularemos esta de controle e estrangeirização direta. A seguir, abordaremos os diferentes agentes que atuam no controle do território paraguaio, elencando suas estratégias, usos do território e impactos.

#### **4.1. A territorialidade das corporações transnacionais: o controle e estrangeirização indireta do território**

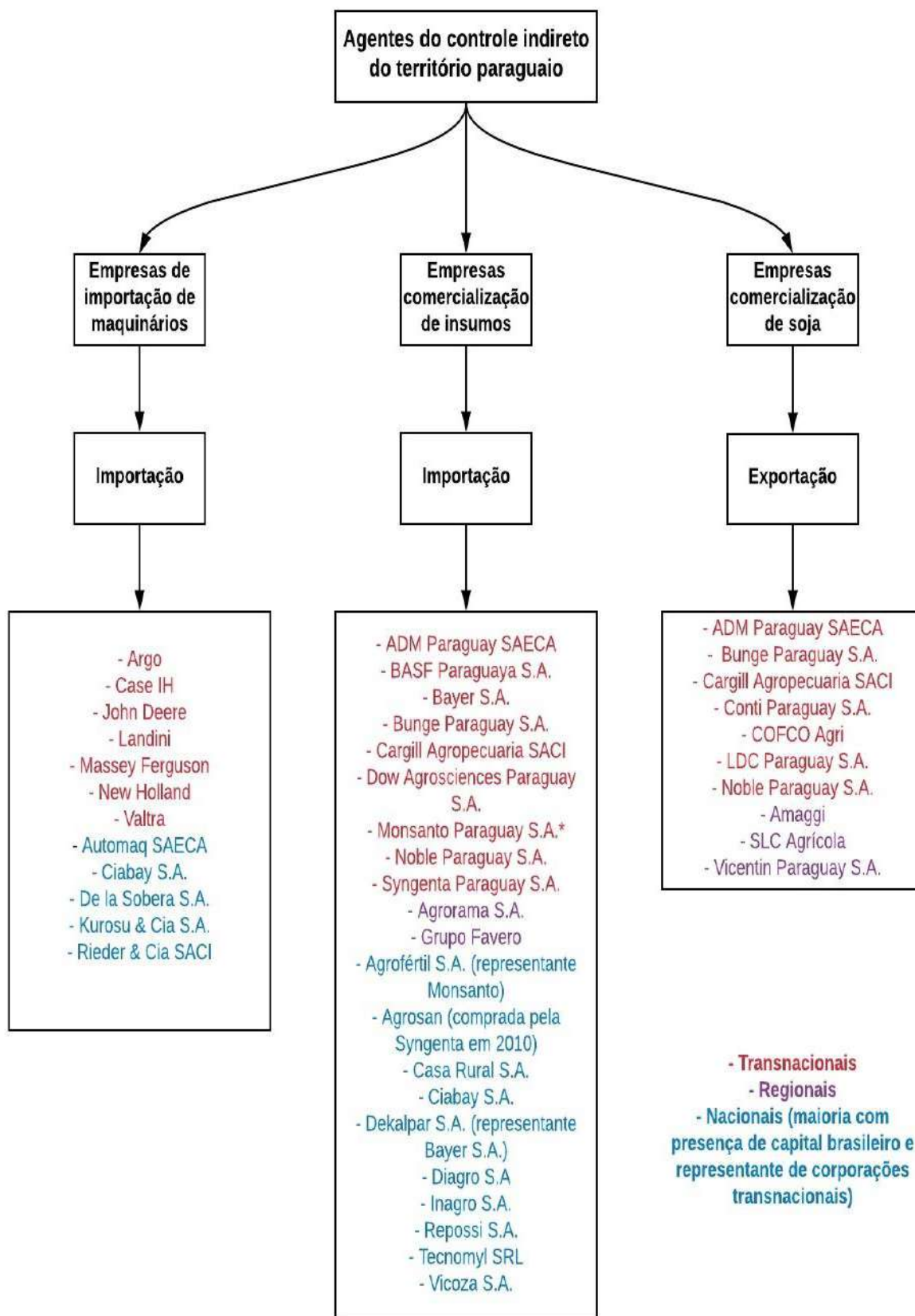
Dentre as estratégias utilizadas por estes agentes elencamos os contratos com empresas nacionais e regionais destinadas a produção de soja, bem como com médios e grandes produtores – especialmente brasileiros e *brasiguayos*. Estas empresas possuem elementos essenciais que as caracterizam como globais, sendo problemas relacionados ao meio ambiente, apoio político, pressões econômicas de instituições multilaterais como Banco Mundial e impactos sociais, como perda da soberania alimentar e de identidade cultural.

As corporações transnacionais não se apropriam diretamente de terras via aquisição [legal ou ilegal], mas monopolizam o território (OLIVEIRA, 2012). Estes agentes controlam toda a produção, processamento e comercialização da soja através de agências de compra de soja, silos para armazenamento, unidades agroprocessadoras e portos, estando sempre relacionadas com empresas nacionais ou internacionais de atuação regional. Estas empresas desterritorializam camponeses e comunidades

indígenas ou subordinam estes a sua lógica capitalista (ROOS, 2016), pois impõem e controlam um modelo de produção baseado no monocultivo de soja transgênica. O Estado paraguaio atua como permissor e impulsionador deste processo. Quem controla o Estado são latifundiários brasileiros e a elite latifundiária paraguaia. Um exemplo emblemático é a própria deposição de Fernando Lugo, em 2012. Palau, Cabello, Maeyens, Rulli e Segovia (2007), Glauser (2009) e Villagra (2009) destacam que há uma perda da soberania do próprio Estado em prol da implementação de um projeto de dominação de cunho imperial dos EUA e da União Europeia, controlando os recursos estratégicos para garantir o lucro de suas corporações.

Estas empresas não atuam isoladamente no Paraguai, mas sim configuram em grandes grupos que controlam o mercado de *commodities* a nível global, como o ABCD da soja – ADM, Bunge, Cargill e Dreyfus [Louis Dreyfus Company] (WESZ JR, 2016). Com suporte nesta fundamentação, iremos analisar os agentes indiretos e diretos do controle do território. No Paraguai as corporações transnacionais tem como foco, especialmente, a cadeia produtiva da soja e atuam provisão de insumos, maquinários, financiamento e exportação, embora não produzam diretamente a *commodity* – por isso controle e estrangeirização indireta (Organograma 17).

**Organograma 17. Paraguai – Agentes do controle indireto do território – 2019.**



Fonte: DATALUTA Paraguai (2018); Org.: Autora (2019).

Dentre a gama de empresas atuantes, destacamos a ADM<sup>194</sup>, Bunge<sup>195</sup>, Cargill<sup>196</sup> e Dreyfus<sup>197</sup>. Este grupo assumiu liderança no Cone Sul a partir da década de 1990, iniciando seus negócios especialmente no Brasil<sup>198</sup> e Argentina<sup>199</sup> e posteriormente expandindo-se para o Paraguai e Uruguai. Em 2014 a estimativa era de que setes grupo de quatro empresas controlava o comércio mundial de soja em 75 a 90% (WESZ JR, 2016). Apesar de compor a *república unida de la soja* – regionalização proposta pela Syngenta em 2003 (TURZI, 2011; GRAIN, 2013) – as estratégias utilizadas por estas corporações variam de acordo com o país, pois há processos históricos, marcos regulatórios e interesses particulares de cada Estado. O cultivo da soja não torna o território homogêneo. Assim, “the power of the large companies is, precisely, in articulating their strategies of accumulation in different scales, something that is difficult to achieve for small firms acting only at local and province levels” (WESZ JR, 2016, p. 305).

Dentre as principais estratégias utilizadas por estas empresas na região – inclusive no Paraguai – estão as fusões e aquisições de empresas nacionais. Tal prática altera a estrutura patrimonial (WESZ JR, 2016) e contribui para a concentração e desnacionalização do setor. As vantagens da utilização de fusões e aquisições como estratégia de acesso ao território são a eliminação da concorrência, o acesso rápido ao mercado doméstico, a existência de canais de distribuição bem estruturados e construção de escalas de produção elevadas (WESZ JR, 2016). Ademais, há a integração vertical – quando diferentes etapas da cadeia produtiva é apropriada por apenas uma empresa.

Verticalization is one of ways the companies have found to increase their control over the chain participating in the different stages of the production process, increasing their profit margin, reducing production and transaction costs, minimizing risks and generating complementarities and synergies among the different sectors (WESZ JR, 2016, p. 299).

Dentre as singularidades do mercado da soja no Paraguai destacamos que este é controlada pelo ABCD da soja. Diferente de outros países da região onde, apesar a hegemonia do grupo, ainda há empresas nacionais presentes na cadeia produtiva. Um

---

<sup>194</sup> Iniciou suas operações no Brasil e Paraguai em 1997, na Argentina em 1999 e no Uruguai em 2008. Maiores informações disponíveis em: <https://www.adm.com/adm-worldwide/uruguay>. Acesso em: 19 jun. 2019.

<sup>195</sup> Começou a operar no Uruguai em 2008 através da Bunge Uruguay, subsidiária da Bunge Limited. Maiores informações disponíveis em: <https://www.bungeuruguay.com/bunge-uruguay>. Acesso em: 19 jun. 2019.

<sup>196</sup> Iniciou operações no Uruguai em 2004, logo após a publicação da República Unida de la Soja (2003).

<sup>197</sup> A LDC estabeleceu-se no Uruguai em 2002 e atua na comercialização de soja, cereais, fertilizante, agroquímicos e sementes. Maiores informações disponíveis em: <https://www.ldc.com/uy/es/nosotros/louis-dreyfus-company-en-uruguay/>. Acesso em: 19 jun. 2019.

<sup>198</sup> No caso do Brasil, Oliveira (2014) destaca que tem duas datas distintas de início das operações da Cargill no Brasil: 1947 e 1965.

<sup>199</sup> A Bunge se estabelece na Argentina em 1876. Maiores informações disponíveis em: [http://www.bunge.com.br/Bunge/Nossa\\_Historia.aspx](http://www.bunge.com.br/Bunge/Nossa_Historia.aspx). Acesso em: 19 jun. 2019.

elemento que faz do Paraguai particular é que estas corporações transnacionais controlam toda a cadeia montante e a jusante e que a produção de soja em si é responsabilidade de empresas brasileiras e argentinas, cada uma com mecanismos diferentes. Outra particularidade é o baixo consumo interno da *commodity* (WESZ JR, 2016) e o escasso processamento no país, devido ao marco regulatório que beneficia a exportação *in natura*<sup>200</sup>. O Estado paraguaio é dependente das corporações transnacionais, um *Soy State* (CORREIA, 2017), no qual a soja reconfigura as relações entre Estado e sociedade, um Estado capturado pelo capital (GEOGHEGAN, 2017). Embora consideramos o papel crucial de todas corporações que atuam no controle indireto do território, na tese dedicaremos apenas a análise das principais, conforme o Quadro 03.

<b>Quadro 03. Paraguai – Corporações transnacionais no controle do território – 2019.</b>			
<b>Empresa</b>	<b>Origem do capital</b>	<b>Início no Paraguai</b>	<b>Atividade/Usos do solo</b>
ADM Paraguay S.A.E.C.A.	EUA	1997	Armazenamento, processamento e exportação de soja e fertilizantes
BASF Paraguaya S.A.	Alemanha	2000	Importação de insumos
Bayer S.A.	Alemanha	2014	Importação de insumos
Bunge Paraguay S.A.	EUA	2006	Armazenamento, processamento e exportação de soja e fertilizantes
Cargill Agropecuária S.A.C.I.	EUA	1978	Armazenamento, processamento e exportação de soja e fertilizantes
CHS de Paraguay S.R.L. <sup>1</sup>	EUA	-	-
COFCO Agri Paraguay S.A. <sup>2</sup>	China	2015	Armazenamento e exportação de soja e fertilizantes
CONTIPARAGUAY S.A. (Ex CAPSA)	Países Baixos/Reino Unido	1996	Armazenamento, processamento e exportação de soja
Dow Agrosciences Paraguay S.A.	EUA	N.I	Importação de insumos

<sup>200</sup> Ver capítulo I sobre a questão da devolução do IVA.

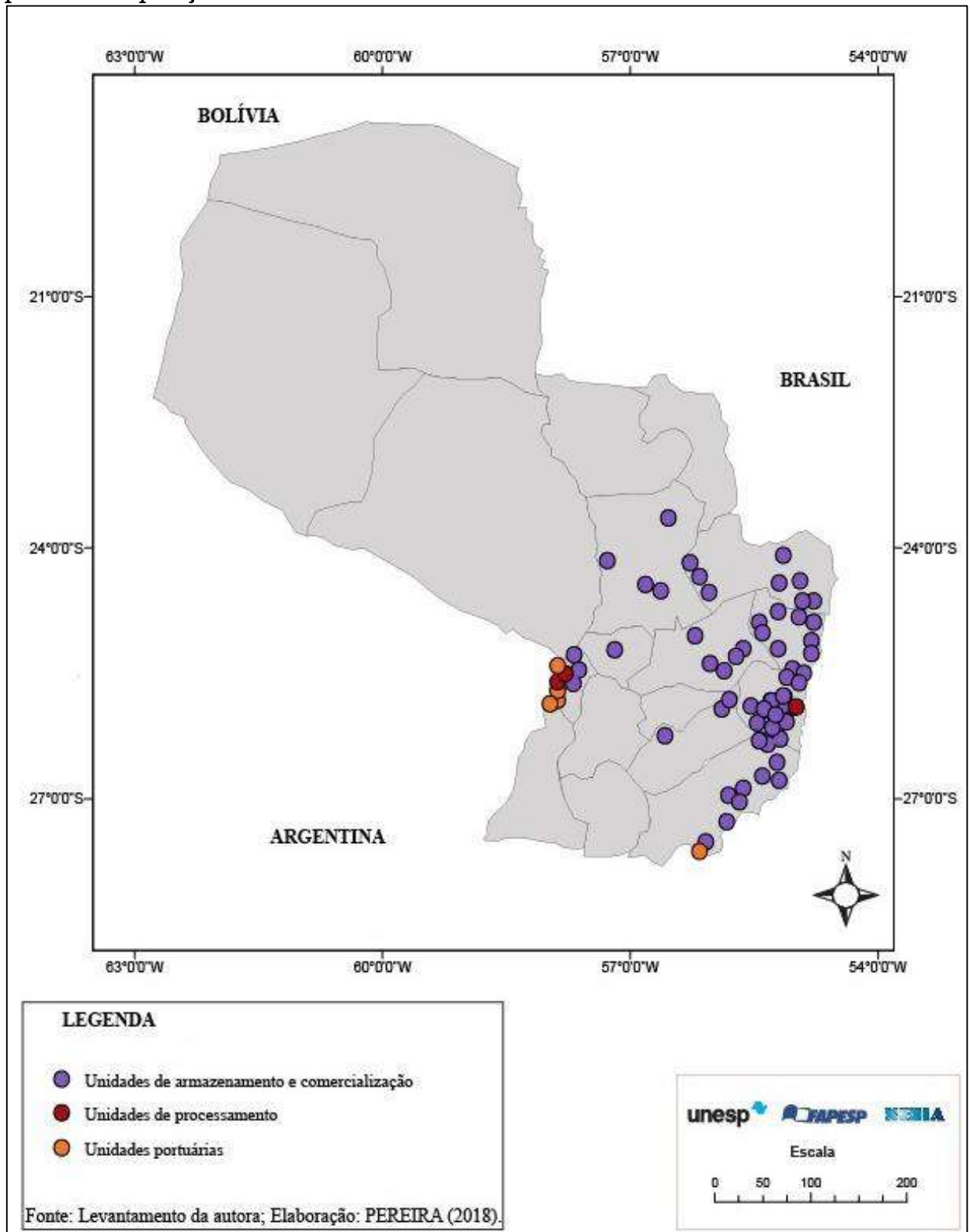


Louis Dreyfus Paraguay S.A.	França	2004	Armazenamento, processamento e exportação de soja
Monsanto Paraguay S.A.	Alemanha/EUA	1999*	Importação de insumos
Syngenta AG	Suíça	N.I	Importação de insumos
Vicentin Paraguay S.A.	Argentina	2005	Armazenamento, processamento e exportação de soja
<sup>1</sup> Não encontramos dados referentes ao ano de início das atividades da CHS no Paraguai, contudo segundo relatórios do Ministerio de Hacienda (2015), desde 2014 a empresa compõe o ranking das maiores exportadoras do país.			
<sup>2</sup> A COFCO Agri incorporou a Noble em 2015, que atuava Paraguai através de uma <i>joint venture</i> com a empresa BAELPA S.A.I.C. desde o ano de 2007 nos setores de logística, infraestrutura e comercialização.			
Fonte: DATALUTA Paraguai (2019); Org.: Autora (2019).			

Estas corporações atuam exclusivamente na região Oriental do Paraguai, com concentração na região fronteira Oriental, sobretudo através de unidades de comercialização e de armazenamento de grãos que, segundo Frederico (2010, p. 55) “é de fundamental importância não só para o escoamento das safras de grãos, mas também, para a realização de políticas de abastecimento e expansão da produção agrícola”. Logo, é essencial para a intermediação entre produtores e controladores [neste caso a corporação transnacional]. Cabe destacar que departamento de Central, nos distritos próximos a Asunción há uma centralização de portos privados. O Mapa 10 espacializa as unidades de armazenamento, comercialização e portos privados.

A partir desta breve análise podemos estipular alguns padrões. Primeiramente, as corporações transnacionais não se apropriam diretamente de terras via aquisição, mas sim controlam toda a produção, processamento e comercialização da soja através de agências de compra de soja, silos para armazenamento, unidades agroprocessadoras e portos, estando sempre relacionadas com empresas nacionais ou regionais, isto é, é necessário uma articulação em rede e interações entre processos e dinâmicas locais e globais para que estas corporações exerçam controle sobre o território. Em segundo lugar, estas empresas não desterritorializam diretamente camponeses e comunidades indígenas, pois não se territorializam, mas impõem e controlam um modelo de produção baseado no agroextrativismo e na perda da soberania alimentar e da identidade cultural. Assim, tais corporações não estão envolvidas diretamente com conflitos.

**Mapa 10. Paraguai – Localização de unidades de armazenamento, processamento e portos de corporações transnacionais – 2019.**



Fonte: DATALUTA Paraguai (2019); Org.: Autora (2019).

#### **4.2. Territorialização e territorialidade das empresas regionais: controle e estrangeirização direta do território**

---

Diferente das corporações transnacionais, as empresas regionais – brasileiras, argentinas e uruguaias – atuam na estrangeirização direta do território, ou seja, resultam na apropriação por meio da territorialização. Cada empresa regional possui suas estratégias de controle e acesso diferente, embora o objetivo seja o mesmo: controlar o território para a acumulação de capital. A expansão de empresas regionais [majoritariamente brasileiras e argentinas] em direção ao Paraguai, Uruguai e Bolívia revelam a necessidade ajustes espaciais [e temporais]<sup>201</sup> para as mesmas garantirem a sua acumulação (HARVEY, 2004).

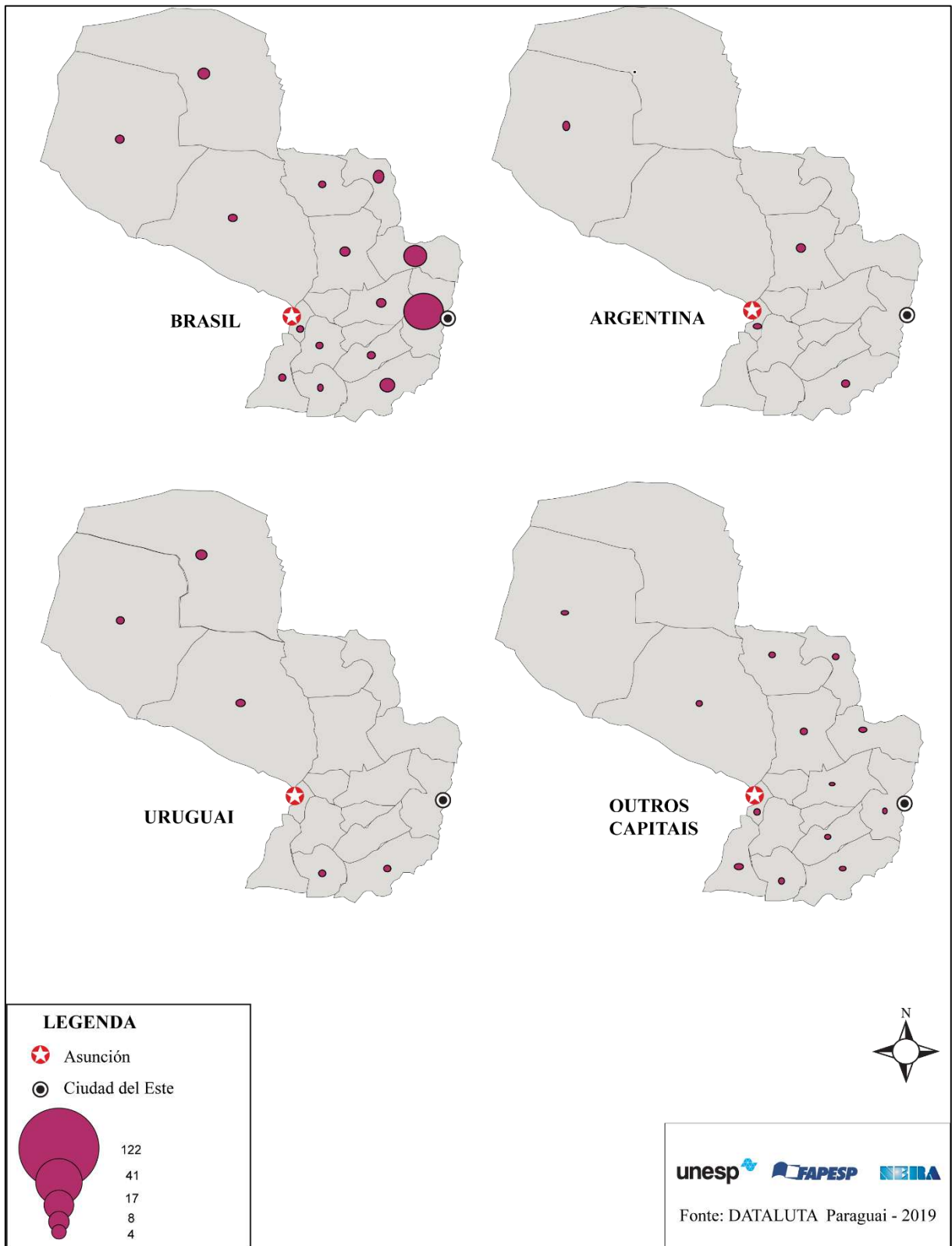
Como observamos no decorrer da tese, a presença argentina no Paraguai é histórica, iniciada ainda no primeiro regime em 1870. Atualmente, embora em menor proporção e com novos mecanismos vinculados a articulação com o capital financeiro, agentes financeiros argentinos ainda estrangeirizam terras paraguaias. A estrangeirização por meio de agentes brasileiros é mais recente, datada da década de 1950<sup>202</sup> e cada está cada vez mais em expansão e se configura como maior agente de controle do território paraguaio. Por fim, em um contexto de convergência de crises, a partir de 2008 emergem agentes uruguaios, primordialmente pessoas físicas e empresas constituídas por agentes imobiliários com o intuito de especular com terras. A Prancha 05 representa a quantidade de empresas atuantes por departamento de acordo com a nacionalidade.

---

<sup>201</sup> “As formações sociais capitalistas, frequentemente constituídas mediante configurações territoriais ou regionais particulares e usualmente dominadas por algum centro hegemônico, estiveram incluídas por muito tempo em práticas quase-imperialistas que buscam ajustes espaço-temporais para seus problemas de sobreacumulação” (HARVEY, 2004, p. 111).

<sup>202</sup> Embora haja casos específicos de atuação de empresas brasileiras ainda na primeira metade do século XX no Paraguai Oriental. Ver capítulo II.

Prancha 05. Paraguai – quantidade de empresas por departamento de acordo com a nacionalidade – 2019.



Fonte: DATALUTA Paraguai (2019); Org.: Autora (2019).

As empresas brasileiras apresentam maior expressão no controle do território, especialmente nos departamentos fronteiriços. Enquanto o Uruguai possui maior presença no Chaco e, em contraponto, as empresas de origem argentinas são mais pontuais, embora muitas não declarem a localização de seus investimentos, como a MSU. Os demais capitais abrangem empresas portuguesas, sul-coreanas, japonesas, alemãs, italianas, francesas e panamenhas, contudo estas não são corporações transnacionais, mas sim unidade de produção agropecuária que controlam uma parcela do segundo território paraguaio. Cada um destes agentes possuem diferentes estratégias, mecanismos de acesso, territorialidades e impactos. Deste modo, analisaremos os principais responsáveis pela estrangeirização do território no Paraguai de acordo com a nacionalidade.

#### **4.2.1. O capital brasileiro: o interesse do agronegócio**

---

A partir da década de 1990, produtores brasileiros individuais territorializados em períodos anteriores começam a sua expansão para outros departamentos, como Caaguazú, San Pedro e Caazapá<sup>203</sup> (VILLALBA, 2015). Muitos destes produtores fundam empresas destinadas não apenas ao cultivo de soja, mas também de outras atividades da cadeia produtiva, exceto processamento e exportação. Isso explica o significativo número de empresas brasileiras territorializadas durante os anos 1990 e evidencia as diferentes estratégias utilizadas por estas no controle do território.

Desde finales de 1990 aproximadamente, los colonos prósperos ya asentados en el Paraguay empezaron a adquirir nuevas propiedades en zonas diferentes a las de su asentamiento original. Conformaron así nuevos latifundios --frecuentemente a expensas de los pobladores paraguayos—en departamentos cada vez más alejados de la frontera con el Brasil, como Caaguazú, Caazapá, San Pedro y Misiones (RIQUELME, 2005, p. 127).

Em 2003 novamente há uma nova onda de territorialização de brasileiros – empresas e latifundiários – no Paraguai, mas desta vez direcionada para o Chaco. Segundo conversas realizadas durante trabalhos de campo em 2015, as mudanças de governo em 2003 no Brasil impulsionaram novamente o interesse no Paraguai, sob a justificativa que com a posse de Luís Inácio Lula da Silva [Partido dos Trabalhadores] possivelmente seria realizada no país uma reforma agrária, logo, latifundiários brasileiros buscaram outras alternativas no Paraguai.

---

<sup>203</sup> Necessidade de ajustes espaciais.

El territorio chaqueño no había sido, al menos hasta los años 90, un espacio seductor para los colonos brasileños; sin embargo, el bajo precio de la tierra alimentó la instalación de productores bovinos brasileños. El establecimiento de estancias de brasileños en el departamento de Alto Paraguay tiene un sistema de apropiación y utilización del espacio diferente al fenómeno de instalación de colonos brasileños en la Región Oriental. La primera diferencia radica en la forma del control y de la captura del espacio, siendo los propietarios de tierras en el Chaco una minoría, alrededor de 40 ó 50 personas según estimaciones, mientras que las familias brasileñas de la Región Oriental, llamadas también *brasiguayas*, constituye alrededor de 500.000 personas (VÁZQUEZ, 2005, p. 198-199).

A partir de 2012, após a deposição de Fernando Lugo, mais uma vez o interesse em terras paraguaias é renovado, impulsionado pela necessidade de expansão de cultivos de soja e convergência de crises. Agora, todos os departamentos paraguaios são alvos de empresas e latifundiários brasileiros.

La burguesía agraria brasileña se va expandiendo usando tecnología, insumos y semillas transgénicas, que aumentan notablemente la productividad de la soja, proporcionadas por las grandes corporaciones que las controlan, y cuentan con el apoyo incondicional de las instituciones del orden establecido (...) *Se reinicia el ciclo, y se repite la historia en un nuevo contexto y con nuevos componentes*, esta vez los brasiguayos controlan el territorio produciendo soja para la exportación y los excedentes quedan disponibles para la expansión del sistema y luego para inversiones en el Brasil (FOGEL, 2005, p. 93 – grifo nosso).

Os agentes brasileiros compõem um grupo diverso, desde empresas de capital total brasileiro, investidores em empresas nacionais, pessoas físicas, até cooperativas. Porém, majoritariamente empresas e latifundiários se dedicam a produção de soja e podemos caracterizar a sua atuação como um modelo tradicional, compreendendo produtores que geralmente atuam em apenas uma nação – que não necessita ser o seu país de origem. As características que os definem são a propriedade da terra, o que indica a sua territorialização; trajetória familiar na agricultura; atuação em atividades complementares, tais como produção de sementes, armazenamento, entre outras; combinação de gestão, isto é, profissional e familiar; capacidade de adaptação a novas tecnologias; existência de capital fixo, ou seja, equipamentos e infraestrutura e articulação com empresas provedoras de insumo, financiamento e compra da soja (WESZ JR, 2014). Estas características mais uma vez mostra que o modelo tradicional, praticado por empresas e pessoas físicas brasileiras no Paraguai, exerce um controle do território via

territorialização. Embora sejam tradicionais, não significa que estes não tenham modernizado suas estratégias de produção e financeira (GRAS e FREDERICO, 2017).

Assim, empresas e pessoas físicas brasileiras atuam preeminente na produção de *commodities* através da compra e arrendamento ou, simplesmente, ocupação ilegal de latifúndios. Ou seja, estão territorializados e controlam o território de forma direta. Estes agentes atuam no país com o amparo de corporações transnacionais e do Estado paraguaio, seja através de provisão de insumos e financiamentos até a criação de políticas públicas e atuação de certos órgãos públicos, como o INDERT. Todos estes distintos agentes formam o complexo de sistema do agronegócio: corporações transnacionais dominam a provisão de insumos, armazenamento, processamento e comercialização enquanto os agentes brasileiros são responsáveis pelo processo produtivo. Em alguns casos, estes brasileiros realizam contratos com agricultores familiares camponeses paraguaios, inclusive a soja é uma realidade de colônias de reforma agrária.

Volviendo al asocio con las corporaciones, debe apuntarse que el mismo se da, en parte, a través de los silos que financian insumos y capital operativo a sojeros brasileños, que a su vez financian a campesinos paraguayos, con los que trabajan “en sociedad”; en no pocas oportunidades los campesinos acaban transfiriendo sus parcelas. Con relativa frecuencia los campesinos paraguayos se endeudan directamente con los silos, y a medida que acumulan deudas acaban perdiendo sus parcelas (FOGEL, 2005, p. 96-97).

Diante desta diversidade de agentes, nos empenharemos na análise das estratégias utilizadas por empresas e latifundiários brasileiros. As duas primeiras formas de acesso à terra são a compra e arrendamento, iremos trata-las em conjunto porque compreendemos que não é possível separá-las. Apesar de serem mecanismos aparentemente legais, muitas vezes a maneira na qual se realizam é por meios ilegais. As únicas leis que restringem a compra e arrendamento de terras por estrangeiros no Paraguai, já citadas acima, não são eficazes, pois brasileiros continuam comprando e arrendando terras em áreas de segurança fronteira e de reforma agrária. Há diferentes estratégias para acessar o território através da compra e arrendamento. Uma destas é, em caso de resistência, especialmente na compra, produtores brasileiros pulverizam agrotóxicos sobre as casas e cultivos de camponeses até que estes saiam por *vontade própria*, vendendo por um preço abaixo do mercado e, as vezes, abandonando a terra, pois o impacto ultrapassa a relação de produção e torna-se uma questão de vida.

Com a falta de expectativa em relação a manutenção da propriedade ou lote devido ao avanço da soja e abandono do Estado, agricultores familiares camponeses veem como alternativa o arrendamento parcial de seus lotes. Geralmente arrendam de cinco a dez

hectares para a produção de soja por um período de cinco anos, onde o preço varia de acordo com a situação jurídica da propriedade (VALDEZ, 2017). Isto gera um grave problema de minifundização (GALEANO, 2012) e que intensifica a pobreza e insegurança alimentar. O agricultor familiar camponês agora não consegue produzir alimentos para o consumo e, muitos abandonam a terra. Também é frequente que após os cinco anos de contrato, a empresa ou latifundiário não queira devolver a terra e para isso utiliza de mecanismos ilegais como desterritorialização forçada ou mediante a apresentação de títulos falsos de propriedade, mesmo se tratando de colônias camponesas.

O Estado também é peça fundamental em diferentes sentidos. Primeiro porque o INDERT desempenha o papel de *corretor de imobiliário* (PALAU, CABELLO, MAYEYENS, RULLI e SEGOVIA, 2007), quando deveria prestar assessoria e defender a população camponesa. Os funcionários departamentais do órgão abordam a população camponesa – não necessariamente beneficiária de reforma agrária – e argumentam que a situação destas famílias não será resolvida pelo Estado. Estes funcionários aconselham a venda das terras [ou *derecheras*] e indicam possíveis compradores, maioria brasileiros. Tal prática duplamente ilegal, pois as terras são de reforma agrária, logo não é permitida a apropriação por estrangeiros e o INDERT não cumpre a sua função social.

Outra forma de acesso que exige a atuação do Estado é a desterritorialização através de títulos de propriedade falsificados. Agentes brasileiros, beneficiados pelas irregularidades fundiárias e pela falta de controle por parte do Estado, promovem ações de desterritorialização violentas com o apoio, principalmente logístico, da política nacional. Em alguns casos, a questão do título nem é necessária, basta ser uma área de interesse do agronegócio para a promoção da desterritorialização, como o caso de Guahory (VYUK, 2017). Tal ação mostra como é importante a articulação de agentes em diferentes escalas para o controle do território (FREDERICO e ALMEIDA, 2019).

O Paraguai é o exemplo que as políticas de reforma agrária não é a solução para a estrangeirização do território. Mesmo com uma legislação que proíba a apropriação de terras por estrangeiros em áreas colônias de reforma agrária, as *derecheras* frequentemente são vendidas a brasileiros, com conhecimento e apoio dos órgãos que, na realidade, deveriam controlar e impedir tal prática. E por que os agricultores familiares camponeses paraguaios abandonam suas terras? Primeiro porque estes não conseguem produzir alimentos e cultivo de renda, tradicionalmente o algodão, devido à expansão da soja e uso indiscriminado de agrotóxicos. Além do mais não há apoio do Estado, é frequente violência empregada pelas empresas e produtores individuais e criminalização por parte da mídia e sociedade civil.



Lo pobres terminan vendiendo su tierra a los sojeros brasileiros por necesidad y por no tener cultivo de renta, y como algunos campesinos tienen títulos de sus tierras y otros no, los precios varían; así los nuevos actores territoriales estarían dispuestos a pagar hasta 60 millones por hectárea, a partir de 10 has., si se cuenta con título (VALDEZ, 2017, p. 61).

Outra forma de acesso ao território, neste caso exclusivo para a produção de soja, são os contratos de parceria. Os agricultores familiares camponeses paraguaios destinam uma parcela da sua terra a produção do grão para posterior venda a empresas brasileiras. Estes contratos são problemáticos uma vez que ocorre por meio da palavra com o objetivo de facilitar os negócios [evitar tramites burocráticos] e evitar maiores responsabilidades em caso de perda da produção do agricultor familiar camponês (VILLALBA, 2015). A produção de soja em pequena escala ocorre com frequência e o cultivo em colônias de reforma agrária é uma realidade, basta observar os dados do Censo Agropecuário de 2008, onde 52,4% das propriedades até 20 hectares cultivavam soja, embora a superfície plantada seja de 2,6% em relação a extensão total da *commodity* no país, o que reflete a alta concentração fundiária.

Há pesquisas que mostram a entrada da soja em territórios camponeses (VILLALBA, 2015; VILLALBA e WESZ JR, 2015; VALDEZ, 2017; VERA, MERELES e WESZ JR, 2017), seja através de contratos de parceria ou por arrendamento/compra. Apesar disso, os dirigentes de movimentos socioterritoriais afirmam que camponeses não produzem soja, como podemos observar nas entrevistas de campo. Há diferentes fatores que impulsionam o cultivo da *commodity* pela população camponesa, explicitados no Quadro 04.

<b>Quadro 04. Paraguai – Fatores que impulsionam o cultivo de soja em terras camponesas.</b>	
<b>Fatores</b>	<b>Justificativa</b>
<b>Facilidade no manejo</b>	Pouca necessidade de mão-de-obra familiar, lembrando que há um envelhecimento da população rural;
<b>Facilidade na comercialização</b>	O mercado sempre está disposto a comprar a <i>commodity</i> , embora o preço nem sempre seja satisfatório;
<b>Recursos para produzir</b>	Há facilidade no financiamento para a produção através de empresas brasileiras – muitas vezes intermediárias de corporações transnacionais;
<b>Falta de alternativas no meio rural</b>	Escassez de políticas públicas e dificuldades de acesso ao mercado;

<b>Desconhecimento dos custos de produção</b>	Os camponeses que optam pela produção da soja não tem controle sobre os custos de produção, visto que a empresa contratante gere todo o processo.
Fonte: Adaptado de VILLALBA (2015); Org.: Autora (2019).	

O camponês decide cultivar soja não por vontade própria, mas sim como última alternativa de manutenção na terra, como uma forma de resistência, onde as relações capitalistas subordinam as relações e os territórios camponeses (ROOS, 2016). Esta situação também se configura como uma disputa territorial permeada por relações de poder, um conflito pelo uso e acesso ao território (FERNANDES, 2008). A partir destas estratégias de controle utilizadas pelos agentes brasileiros, estabelecemos as principais empresas que controlam o território paraguaio.

Certamente não elencamos todos os agentes, visto que o Estado paraguaio não possui uma gerência daqueles que se apropriam do território, especialmente estrangeiros. Através de trabalhos de campo, pesquisa documental em jornais de circulação regional e nacional, sistematizamos 31 empresas brasileiras, 18 empresas nacionais com presença de capital brasileiro e quatro cooperativas nas quais a maioria dos sócios são brasileiros. Acreditamos que estes agentes suscitados são os mais importantes, pois apresentam constantes conflitos territoriais.

#### **4.2.1.1. Empresas brasileiras**

---

A maioria das empresas se territorializaram no Paraguai durante a década de 1990, intensificando nos anos 2000 com o cultivo de soja transgênica no país e com a corrida mundial por terra, inaugurando uma nova fase da estrangeirização do território, conforme o Quadro 05. É possível constatar também que há uma diversificação do uso do solo, especialmente após a década de 2000 e, recentemente, as empresas brasileiras estão buscando novas territorialidades, como monocultivo de árvores e arroz<sup>204</sup>. Segundo reportagem recente do Globo Rural (22 mar. 2019), brasiguayos dominam a produção de soja e arroz no Paraguai.

O interessante é lobrigar que a inserção destes novos setores no Paraguai segue a tendência – e as necessidades – de expansão do agronegócio brasileiro. O caso do arroz é

---

<sup>204</sup> O governo do Paraguai assinou um acordo com o governo do Iraque em julho de 2018 para a produção de 25.000 toneladas de arroz irrigado (AGENCIA DE INFORMACIÓN PARAGUAYA, 24 jul. 2018). Com este acordo, estimamos que o interesse no cultivo de arroz irá aumentar, especialmente por empresas brasileiras. O interesse do Iraque é a garantia da segurança alimentar.

emblemático, uma vez que com a intensificação da produção do alimento no Rio Grande do Sul, empresas brasileiras estão buscando alternativas no Paraguai, especialmente no departamento de Ñeembucú, caracterizado pelos *humedales*<sup>205</sup>.

<b>Quadro 05. Paraguai – Empresas brasileiras no controle do território – 2019.</b>			
<b>Empresa</b>	<b>Origem do capital</b>	<b>Início no Paraguai</b>	<b>Territorialidade</b>
Itasa Itapiranga S.A.	Brasil	1990	Pecuária
Agroganadera Eden Esperanza S.A.I.C.	Brasil	1993	Pecuária
Ovetril - Óleos e Vegetais Treze Trílias	Brasil	1994	Produção de soja; provisão de insumos
Agrisa S.A.	Brasil	1995	Produção de soja; importação e comercialização de insumos
Agrorama S.A.	Brasil	1995	Comercialização de grãos; provisão de insumos; serviços financeiros
Lar Paraguay S.R.L.	Brasil	1996	Processamento e comercialização de milho e soja
Prados Verdes	Brasil	N.I.	Pecuária
BBC S.A.	Brasil	2002	Pecuária
River Plate S.A.	Brasil	2002	Pecuária
Terra Desenvolvimento Agropecuário Ltda.	Brasil	2002	Mercado de terras**
Colonial Agro [Agrícola Colonial S.A.I.C.]	Brasil	2004	Produção de soja; provisão de insumos
Yaguareté Porá S.A.	Brasil	2005	Conservação ambiental; pecuária
Umbu S.A.	Brasil	2006	Pecuária e exploração madeireira
Agro Ñacunday S.A.	Brasil	2008	Produção e comercialização de girassol, milho, soja e trigo
Laguna S.A.	Brasil	2008	Produção de soja; pecuária
Minerva Foods <sup>1</sup>	Brasil	2008	Frigorífico
Chai S.A.	Brasil	2011	Monocultivo de árvores; soja; pecuária

<sup>205</sup> Áreas planas inundáveis permanentemente, no qual a água se constitui como elemento controlador do meio.

Amaggi S.R.L.	Brasil/EUA	2014	
Villa Oliva Rice S.A.	Brasil	2015	Produção de arroz
Grupo Eladia	Brasil	N.I. <sup>2</sup>	Produção de arroz
<sup>1</sup> Em 2017 o grupo adquiriu as operações da JBS no Paraguai <sup>206</sup> .			
<sup>2</sup> A estimativa é que o grupo tenha se formado em 2010.			
Fonte: DATALUTA Paraguai (2018); Org.: Autora (2019).			

No que tange a localização, majoritariamente estão territorializadas na Região Oriental, nos departamentos fronteiriços com o Brasil, embora se observe uma expansão para os demais departamentos após a década de 2000, sobretudo no Chaco. A região fronteiriça Oriental é aquela na qual o agronegócio é mais consolidado e controlada diretamente por brasileiros e indiretamente por corporações transnacionais. Não é por acaso que a região possui os maiores índices de desterritorialização de camponeses, as mais elevadas taxas de violência no campo e de utilização de sementes transgênicas e agroquímicos.

Há diferentes empresas, cada qual com estratégias específicas. Iremos citar os exemplos mais representativos e a descrição de todas as empresas constam no material de apoio V. Um caso bastante interessante e que eclodiu em 2018 foi de Darío Messer, o “*doleiro dos doleiros no Brasil*” (FOLHA DE S. PAULO, 24 jun. 2018). A empresa Chai S.A. foi criada em 2011 através de um investimento inicial de US\$ 900.000,00 e se dedicava supostamente ao cultivo de produtos agrícolas, especialmente eucalipto, e crias animais em diferentes departamentos, totalizando trinta propriedades e 103.999 hectares em todo o país (ABC COLOR, 25 mai. 2018a).

Apesar da territorialização de 2011, pouco se conhece a respeito das propriedades da empresa, visto que surgiu na mídia apenas em maio de 2018 devido a ordem de prisão de Messer emitida no Brasil devido as investigações da Lava Jato (O GLOBO, 03 mai. 2018). Dentre as informações disponibilizadas, destacamos as terras localizadas em Boquerón, que possuem 12.000 cabeças de gado e apresenta ilegalidades, visto que uma mensura judicial confirmou a diferença de 346,74 hectares em relação ao título original (ABC COLOR, 16 mai. 2018). Já as terras da Estancia Isla Alta, de 200 hectares, no distrito de Paraguarí, departamento homônimo, realizamos trabalho de campo em maio de 2018 (ABC COLOR, 25 mai. 2018b), conforme as Fotografias 01 e 02.

---

<sup>206</sup> Maiores informações disponíveis em: <http://exame.abril.com.br/negocios/noticias/cade-aprova-aquisicao-do-bertin-pela-jbs>. Acesso em: 15 out. 2016.

**Fotografia 01: Estancia Isla Alta, Paraguari (Paraguari) – 2018.**



Fonte: Autora. Trabalho de Campo (26 mai. 2018).

**Fotografia 02: Estancia Isla Alta, Paraguari (Paraguari) – 2018.**



Fonte: Autora. Trabalho de Campo (26 mai. 2018).

Os principais acionistas da Chai S.A. são Darío Messer e Juan Pablo Gimenez Viveros, primo de Horacio Cartes. Entre 2013 e 2016 a empresa recebeu US\$ 41.825.048,00 em sua conta no Banco Nacional de Fomento, onde a origem do dinheiro é de contas oriundas do Brasil, Ilhas Virgens Britânicas, EUA, Alemanha, Suíça e Luxemburgo através da empresa Bizantine Investments Incorporation, que também pertence a Darío Messer. Mais uma vez é possível observar a relação entre poder político e estrangeirização do território, neste caso a primeira dimensão do poder de Lukes (2005) e McKay (2017c) – o poder de obter um grupo – através de mecanismos como autoridade.

A ligação entre Messer e Cartes vai além das declarações de “Hermano de alma”, inclusive o então presidente do Paraguai criou decretos para beneficiar o doleiro, como o veto a um projeto que declarava a propriedade de Messer no Paraná Country Club como uma reserva natural (EL PAÍS, 04 mai. 2018),

O caso das empresas de Messer<sup>207</sup> é emblemático por diversas razões. Primeiro porque age dentro da *legalidade*, com autorização de órgãos públicos e acesso legal à terra, o que nos leva a um segundo ponto: a proteção do Estado paraguaio, o que nos mostra o Estado capturado (GEOGHEGAN, 2017) e permeado por diferentes relações de poder, onde controle vai além da terra e, neste caso além da acumulação, mas sim para a *lavagem de dinheiro*.

Outras territorialidades da estrangeirização no Paraguai são o arroz e pecuária. A empresa brasileira Villa Oliva Rice S.A. se territorializou no Paraguai em 2015 através da aquisição de uma propriedade de 5.000 hectares no distrito de Tacuaras, departamento de Ñeembucú para a produção de arroz<sup>208</sup>. O Grupo Eladia [formado por quatro brasileiros e um paraguaio] também tem se dedicado a produção de arroz em Ñeembucú (GLOBO RURAL, 22 mar. 2019).

Referente a territorialização de frigoríficos brasileiros no Paraguai, Vyuk (2014) afirma que esta ação é um reflexo da nova onda do processo de estrangeirização do território no Paraguai, sobretudo no que diz respeito ao subimperialismo brasileiro no país. Segundo a autora, em agosto de 2008, 42% da produção de carne se encontrava controlada por empresários brasileiros e em 2014 esta porcentagem era de 60%. Atualmente, com a expansão do Minerva, estima-se esta porcentagem tenha aumentado. A crítica dos movimentos socioterritoriais e acadêmicos do Paraguai é que estas empresas controlam a maior parte do processamento de carnes sem mesmo sair de São Paulo [Brasil] (VYUK, 2014). A expansão deste mercado no Paraguai tem impulsionado a fronteira agrícola em direção ao Chaco<sup>209</sup> (REPÓRTER BRASIL, 12 jul. 2018).

---

<sup>207</sup> Darío Messer foi preso em 31 jul. 2019 no Rio de Janeiro [Brasil] após quinze meses foragido (FOLHA DE SÃO PAULO, 31 jul. 2019).

<sup>208</sup> A empresa também possui outra no distrito de Bella Vista, departamento de Amambay para a produção de cana-de-açúcar.

<sup>209</sup> “O business da pecuária no Paraguai cresce a uma velocidade tão vertiginosa quanto os dados de desmatamento ilegal e as denúncias sobre trabalho forçado de indígenas, incluindo crianças. Por essa razão, o governo local e o setor produtivo têm sido cada vez mais pressionado a olhar com cuidado para o Chaco, a porção ocidental do país para onde a criação de gado tem se expandido nos últimos anos” (REPÓRTER BRASIL, 12 jul. 2018).

#### **4.2.1.2. Empresas nacionais com presença de capital brasileiro**

Dentre os agentes atuantes na estrangeirização do território no Paraguai há empresas nacionais com a presença de capital internacional. Os agentes nacionais são necessários para o controle pelo capital estrangeiro (FREDERICO, 2016; BORRAS JR, LIU, HU, LI; WANG, XU, FRANCO e YE, 2018; FREDERICO e ALMEIDA, 2019). Os agentes nacionais possuem o papel de intermediários, ou seja, agentes que viabilizam na prática o acesso do capital ao território (OUMA, 2014; FREDERICO, 2016). Esta articulação ocorre pelo fato de empresas e produtores nacionais conhecerem as características edafoclimáticas da região pretendida para o investimento, por questões de influência política ou por estratégias de lograr leis que restringem a apropriação de terras pelo capital internacional, como o caso do Brasil e facilitar acesso a financiamentos (FREDERICO, 2016).

As empresas nacionais são fundamentais, pois camuflam investimentos do capital estrangeiro. Cabe destacar que no Paraguai as empresas nacionais já são constituídas com capital misto, ou seja, capital estrangeiro. Ressaltamos que a maioria dessas empresas possuem capital brasileiro e argentino, o que demonstra, mais uma vez, a importância dos agentes regionais no processo de estrangeirização na América Latina. Não é fácil abordar estas empresas devido ao intenso fluxo migratório de brasileiros iniciado na segunda metade do século XX, que possibilitou que anos mais tarde, esta população, constituíssem empresas nacionais sem necessariamente declarar a presença de capital estrangeiro. No total, identificamos 22 empresas nacionais com presença de capital internacional territorializadas no Paraguai (Quadro 06).

<b>Quadro 06. Paraguai – Empresas nacionais com presença de capital brasileiro no controle do território – 2019.</b>			
<b>Empresa</b>	<b>Origem do capital</b>	<b>Início no Paraguai</b>	<b>Atividade/Use do solo</b>
Repossi S.A.	Brasil/Paraguai	1970	Comercialização de soja e que insumos agrícolas
Grupo Favero <sup>1</sup>	Brasil	1972	Produção, processamento e comercialização de soja
Agroganadera Aguaray S.A.	Brasil/Paraguai	1977	Produção de soja
Yerbatera & Agropecuaria Tecnosurco	Brasil/Paraguai	1984	Produção agrícola*

Agrotec S.A. [Agrihold]	Brasil/Paraguai	1990	Produção de arroz, cana, canola, girassol, milho e soja; provisão de insumos e fabricação de fertilizantes
Agro Comercial e Industrial Naranjal S.A.	Brasil/Paraguai	1990	Comercialização de soja e de agroquímicos
Diagro S.A.	Brasil/Paraguai	1991	Comercialização de soja; Produção e comercialização de insumos agrícolas
Tecnomy S.R.L.	Argentina/Brasil/Paraguai	1991	Produção e comercialização de insumos agrícolas
Agrofertil S.A.	Brasil/Paraguai	1993	Comercialização de soja e de insumos agrícolas (representante oficial da Monsanto)
Agrosan S.A.	Brasil/Paraguai	1993	Importação e distribuição de insumos agrícolas (representante oficial da Syngenta)
Agro Santa Rosa S.A.E.C.A.	Brasil/Paraguai	1995	Produção e comercialização de soja
Compañia Agrícola Itakyry S.A.	Brasil/Paraguai	1998	Produção de soja
Dekalpar S.A.	Brasil/Paraguai	1998	Importação e distribuição de insumos agrícolas; produção de soja
Agro Guaraní Agrícola S.A.	Brasil/Paraguai	2004	Comercialização de soja e de agroquímicos
Agrociencia S.A.	Brasil/Paraguai	2013	Pecuária
Agro Industrial Pykyry S.A.	Brasil/Paraguai	N.I	Comercialização de soja e distribuição de agroquímicos
Agritrade Paraguay S.A.	Brasil/Paraguai	N.I	Armazenamento, processamento e comercialização de soja; Produz



			insumos agrícolas (agroquímicos);
Agro Silos El Productor S.A.	Brasil/Paraguai	N.I	Armazenamento, processamento e comercialização de soja; Produz e comercializa insumos agrícolas
Casa Rural S.A.	Brasil/Paraguai	N.I.	Comercialização de cereais e oleaginosas; Comercialização de insumos agrícolas
<sup>1</sup> O grupo possui oito empresas no país.			
Fonte: DATALUTA Paraguai (2016); Org.: Autora (2019).			

Dentre as mais emblemáticas destacamos o Grupo Favero, pertencente ao brasileiro Tranquilo Favero. Favero migrou na década de 1960 para o Paraguai, no ano de 1972 criou o seu *império* e que atualmente possui oito empresas subsidiárias. O Grupo Favero atua na produção, armazenamento e comercialização de soja e, em menor intensidade, na pecuária. Referente a quantidade de hectares controlados por Favero, o mesmo não divulga o dado preciso, mas estima-se que seja cerca de 1.000.000 hectares, sendo conhecido como o *Rei da Soja* e *inimigo número um* do movimento sem-terra paraguaio pela mídia brasileira (VEJA, 13 fev. 2012).

O caso de Favero é célebre porque o brasileiro protagonizou, através de sua empresa Agrotoro S.A., o conflito de Ñacunday [Alto Paraná] em 2011 e 2012. Segundo Villagra (2015) e Vuyk (2015) expressa um dos episódios de resistência mais intensos da história contemporânea do Paraguai e inicia o golpe de Estado que destituiu Lugo em 2012. O conflito entorno da *finca* 4.036 envolve diferentes agentes, desde o Estado até grêmios de produção, que nos mostra a rede criada pelo agronegócio para exercer o controle do território. No capítulo V exporemos melhor acerca do conflito.

A territorialização destas empresas nacionais com capital internacional evidencia as estratégias utilizadas pelas mesmas para ludibriar leis ambientais, trabalhistas e relacionadas ao campo. Como destaca Frederico (2016) e Frederico e Almeida (2019), os agentes nacionais são articuladores essenciais, uma vez que conhecem o manejo do solo, o clima, as leis e a população local. Outro ponto que merece destaque é que a maioria dos capitais que investem em empresas nacionais são oriundos do Brasil. Isso comprova a hipótese de Borrás; Franco; Kay; Spoor (2014), que nesta nova fase da estrangeirização, junto com o papel central do capital privado transnacional, enfatiza-se

a importância das elites locais, assim como também de agentes regionais que adquirem terras em outros países da região: como de empresas e produtores brasileiros no Paraguai e de empresas argentinas no Brasil e no Uruguai, entre outros.

O interesse em encontrar vantagens no investimento no agronegócio no Paraguai é tão elevado que tornou-se mercado. Um exemplo concreto é são os seminários da ALB Eventos Corporativos<sup>210</sup>, que em maio e setembro de 2016 realizou um curso intitulado “Benefícios fiscais para constituição de empresas brasileiras no Paraguai”, com a seguinte chamada: “Saiba tudo sobre os pontos relativos à constituição da empresa no Paraguai. Conheça melhores estratégias para alcançar o mercado brasileiro, considerando a tributação e modalidades de importação no Brasil, incentivos estaduais, regimes especiais de distribuição”.

Segundo a divulgação da empresa proponente do curso, o objetivo desta capacitação é justamente mostrar as vantagens comparativas entre investir no Brasil e investir no Paraguai. O programa do curso envolve pontos como sistema bancário paraguaio, vantagens oferecidas pelo sistema tributário e trabalhista, logística de entrada e saída no Paraguai, evidenciando que o interesse é produzir no Paraguai para a exportação, seja para o Brasil ou outro país. O curso dispõe preferência grupos empresariais e o valor é cerca de R\$ 1.500,00 por pessoa, um custo alto para um cidadão brasileiro, mas baixo para grupos corporativos.

A diversidade dos agentes e atuantes no agronegócio paraguaio e as múltiplas estratégias utilizada por estes nos mostra o grande interesse do capital no país, promovendo diferentes impactos territoriais. Evidencia também que não podemos compreender a expansão do agronegócio em território paraguaio por si só, mas como um processo histórico, geopolítico e transescalar.

#### **4.2.2. As empresas argentinas: o interesse do capital financeiro**

---

Como observamos no capítulo II, o capital argentino se constituiu como precursor durante o primeiro regime do controle e estrangeirização do território paraguaio [1970-1950]. Durante o segundo regime de controle e estrangeirização do território, em um contexto regional, há a ascensão do Brasil enquanto potência sul-americana. Em escala global há mudanças impulsionadas pela Segunda Guerra Mundial [1939-1945] e avanços

---

<sup>210</sup> Maiores informações disponíveis em: <<https://albeducacaocorporativa.com.br/detalhe?Benef%C3%ADcios%20Fiscais%20para%20Constitui%C3%A7%C3%A3o%20de%20Empresas%20Brasileiras%20no%20Paraguai&id=8>>. Acesso em: 21 jun. 2019.

tecnológicos, que determinaram o fim do ciclo do tanino [ver capítulo II]. Conseqüentemente, o capital argentino perdeu força política no Paraguai, afetando a territorialização de suas empresas no país.

Além disso, os argentinos possuem uma dificuldade em se territorializar no Paraguai para a produção agrícola, pois as características edafoclimáticas são diferentes daquelas encontradas na Argentina. Logo, neste período, os proprietários argentinos não conseguiram produzir e acabaram vendendo suas terras. No caso dos brasileiros isso não ocorreu, pois as características edafoclimáticas entre Brasil e Paraguai são bastante próximas, ou seja, os brasileiros conseguem manejar e produzir na terra. No final do século XIX e na primeira metade do século XX as empresas argentinas controlavam o território paraguaio, mas não para a produção agrícola, mas sim exploração madeireira para a extração do tanino, o que não exigia um manejo da terra. Por isso a forte atuação no primeiro regime e queda no segundo.

A partir de 1990, sobretudo após a década de 2000, há uma renovação do interesse das empresas argentinas no Paraguai. Desta vez orientada ao mercado de terras e menos expressivamente para a produção agrícola ou pecuária, impulsionado pela intensificação do capital financeiro na agricultura (ROMERO, 2016; FREDERICO e GRAS, 2017).

Na prática, observa-se que o capital financeiro geralmente se associa com corporações do agronegócio (grandes exportadores, empresas de insumos e agroindústrias) e inclusive, como foi frequente na Argentina na década de 1990 e parte dos anos 2000, com produtores agropecuários (FREDERICO e GRAS, 2017, p. 19).

Ainda na década de 1990 são aprovados decretos de desregulação. Destacamos a Lei n. 24.441/94, de *fideicomisos*, que expandiu-se no início do século XX sob a denominação de *fideicomiso fechado*. *Fideicomisos* significa “arranjos privados organizados por distintos atores agrários, como: proprietários de terra, *contratistas*, *acopiadores*, empresas de insumos etc.” (FREDERICO e GRAS, 2017, p. 26). Isto é, a lógica financeira resulta em alterações da territorialidade, no mercado de terras e nas formas de organização da produção (FREDERICO e GRAS, 2017). Este último reflete diretamente na atuação das empresas argentinas no Paraguai no século XXI.

Na sua maioria são empresas de origem familiar que conseguiram, ao longo da década de 1990, alcançar grandes escalas produtivas a partir do desenvolvimento de um modelo próprio de produção (baseado no arrendamento de terras e na terceirização das atividades produtivas) e financiamento (*fideicomisos*). Na década de 2000, após alcançarem a alcunha de “megaempresas” (Murmis, 1998), pela grande quantidade de terras controladas e volume produtivo, despertaram o interesse do capital

portador de juros internacional. *Essa articulação permitiu a sua “translatinização”, isto é, a expansão para demais países do Cone Sul, particularmente, Brasil, Paraguai e Uruguai, assim como alterou em parte suas estratégias de atuação* (FREDERICO e GRAS, 2017, p. 13 – grifo nosso).

Segundo Wesz Jr. (2014), o *modelo de empresa argentino* é caracterizado pelo controle do território sem o *enraizamento geográfico*. Diferentemente das empresas brasileiras, o modelo argentino possui uma atuação supranacional [não apenas nos dois lados da fronteira], envolvendo empresas que não apresentam necessariamente um vínculo rural. Estes investem no arrendamento e se articulam através de redes para a contratação de equipes de plantio, aplicação de insumos, colheita e transporte, que dominem as características físicas e naturais do local do empreendimento. Estes agentes contam com o apoio de capitais externos, neste caso, fundos de investimentos. Justamente devido a este suporte, recentemente as empresas argentinas tem investindo na aquisição de terras via compra, mas “antes da inversão de fundos de investimento na compra deste capital fixo, tratavam-se de grandes produtores sem-terra” (WESZ JR, 2014, p.75).

No Paraguai, ao contrário de outros países do Sul global, a entrada do capital financeiro na agricultura é incipiente e os fundos atuam apenas por meio de corporações transnacionais e de empresas argentinas. O controle do território, majoritariamente, é exercido por empresas brasileiras que raramente tem relações com o capital financeiro. Isto, mais uma vez indica que o capital financeiro, considerado neste trabalho como um novo elemento do processo de controle e estrangeirização do território, exerce uma influência ainda inexpressiva no Paraguai.

Há diferentes possíveis justificativas para isso. Primeiro uma questão geopolítica de subimperialismo brasileiro no continente (ZIBECHI, 2013). Outro pretexto é a mecanização da agricultura tardia e escassez de informações e pesquisas sobre o Paraguai, o que dificulta a transformação da terra em ativo financeiro, seguindo as premissas de Visser (2016). Em entrevista com consultores de empresas de investimentos no Paraguai<sup>211</sup>, o ponto mais salientado foi justamente a falta de conhecimento sobre o país, o que dificultava na atração de investimentos do capital financeiro, porque os investidores não sabem no que estarão investindo.

Com base em Brandão (2017)<sup>212</sup> argumentamos que há *rodadas de neoliberalização*. Cada país está em uma etapa de neoliberalização distinta variante de

---

<sup>211</sup> Entrevista realizada na MF Inversiones, em Asunción no dia 18 abr. 2018.

<sup>212</sup> Ao analisar a escala urbana Brandão (2017) propõe que existem rodadas de neoliberalização, assim entendemos que cada país está em uma etapa de neoliberalização distinta variante de acordo com a articulações de processos locais, regionais e globais.

acordo com a articulações de processos locais, regionais e globais. No caso do Paraguai, a regime de acumulação de dominância financeira (CHESNAIS, 2005) ainda é incipiente. No Paraguai o neoliberalismo apresenta outros períodos e que a questão da transformação da terra em ativo financeiro ainda se desenvolverá em um futuro próximo.

Há nove empresas de origem argentina territorializadas no país, como nos mostra o Quadro 07. Isso evidencia que durante o final do século XIX e primeira metade do século XX a Argentina exercia uma posição de domínio econômico e territorial sob o Paraguai e que a partir da segunda metade do século XX e início do século XXI o Brasil emerge como potência regional e se aproxima do Paraguai por questões geopolíticas em um contexto de expansão da fronteira agrícola do Brasil.

<b>Quadro 07. Paraguai – Empresas com presença de capital argentino no controle do território – 2019.</b>			
<b>Empresa</b>	<b>Empresas/fundos relacionadas</b>	<b>Início no Paraguai</b>	<b>Territorialidade</b>
Carlos Casado S.A.	Grupo San José	1886	Desenvolvimento agropecuário e soja
Molinos Harineros Del Paraguay S.A.	N.I.	1929	Elaboração de farinhas e balanceados, sobretudo a partir do trigo
Chemtec S.A.E.	N.I.	2004	Agroquímicos
Cresca S.A. [BrasilAgro e Cresud]	BrasilAgro e Cresud	2008	Desenvolvimento agropecuário e soja
NF Developers Agro Limited <sup>1</sup>	JP Morgan, Berkeley International Capital Corporation e TRG Management	2005	Desenvolvimento agropecuário e soja
Agronegócios Del Plata (ADP)	Los Grobos e Tierra Roja S.A.	2005	
MSU Agro S.A.		2007	Arroz, algodão, milho, trigo, soja, girassol e pecuária
El Tejar Paraguay S.L.R.	CV Luxco SARL	2011	Desenvolvimento agropecuário e soja
Desarrollo del Sur S.A. <sup>2</sup>	Compañía Agrícola Ganadera Heisecke	2013	Arroz
<sup>1</sup> Proprietária dos projetos: Frontera Agropecuaria del Paraguay, Desarrollo Agrícola del Paraguay e Sociedad de Inversión Agropecuaria del Paraguay.			
<sup>2</sup> Empresa de capital majoritário oriundo dos EUA.			

Fonte: DATALUTA Paraguai; Org.: Autora (2019).

Todas as empresas argentinas, com exceção da Carlos Casado S.A., Molinos Harineros Del Paraguay S.A. e Chemtec S.A.E., iniciaram suas atividades no Paraguai após 2005, em um contexto caracterizado pela expansão das *translatinas* argentinas na América do Sul. O caso mais representativo é o da empresa BrasilAgro<sup>213</sup>, que atua no Paraguai desde 2008 através da Cresca S.A. As principais atividades da Cresca S.A. estão relacionadas ao desenvolvimento e operação agrícola na fazenda Moroti, no departamento de Boquerón. Segundo a BrasilAgro a aquisição foi realizada em dezembro de 2013 e em abril de 2014 a empresa vendeu 12.312 hectares (BRASILAGRO, 2019). Contudo, segundo relatório da Bovespa (16 dez. 2013), a empresa possuía 141.931 hectares em 2013.

Além deste interesse em produção agropecuária, a BrasilAgro divulgou recentemente o seu foco da aquisição de propriedades rurais, desenvolvimento e comercialização das mesmas. A sua missão, segundo a empresa, é a geração de valor por meio da aquisição, desenvolvimento e operação da terra de maneira sustentável, inovadora e diferenciada. Nesse sentido, é visível que a terra tornou-se um aditivo financeiro e reserva de valor (FREDERICO, 2016). A BrasilAgro foi a primeira imobiliária agrícola com presença do capital financeiro a se territorializar no Paraguai.

A forma com que a BrasilAgro se inseriu no mercado de terras paraguaio é interessante e confirma a necessidade de agentes “locais” na realização de operações. A BrasilAgro iniciou suas atividades a partir de uma parceria com a empresa Carlos Casado S.A. [aquela retratada no capítulo II desta tese]. Embora seja uma empresa argentina/espanhola, a mesma está desde 1886 territorializada no Chaco paraguaio e possui conhecimento detalhado da região e poder político e econômico.

Em 2016 rompeu a sociedade com a Carlos Casado S.A. (VALOR ECONÔMICO, 06 out. 2016) Atualmente possui 59.490 hectares, sendo que 30.490 hectares são agricultáveis. Segundo o De Olho no Paraguai (12 jun. 2018), a empresa possui 2.265 hectares destinados ao cultivo de soja, 1.814 hectares para milho e também dedica-se a pecuária. Pela afirmação acima observamos o emaranhado e o tanto de acordos e parcerias que possuem o processo de estrangeirização do território, envolvendo empresas dos mais diferentes países.

---

<sup>213</sup> A BrasilAgro, apesar do nome e de se declarar como *genuinamente* brasileira, a empresa é composta por diversos fundos e investimentos de outras empresas, sendo: Cresud; JP Morgan Whitefriars Inc.; CSHG; Elie Horne e, recentemente, o fundo estadunidense Kopernik Global Investors (AGRIMONEY, 03 out. 2016).

Outro caso representativo é a NF Developers Agro Limited<sup>214</sup>, que atua no Paraguai através da implantação dos projetos Frontera Agropecuaria del Paraguay, Desarrollo Agrícola del Paraguay e Sociedad de Inversión Agropecuaria del Paraguay. O projeto Desarrollo Agrícola del Paraguay recebe investimentos do Mercosur Agro Frontiers Fund, Corporação Financeira Internacional (IFC)<sup>215 216</sup>, braço privado do Banco Mundial e a Asociación de Empresários Cristianos del Paraguay (ADEC). A Corporação Financeira Internacional financiou a Desarrollo Agrícola del Paraguay (DAP). O exemplo dos investimentos da Corporação Financeira Internacional no Paraguai mostra justamente a intencionalidade e a ação da instituição. De acordo com Guereña e Riquelme (2013), a CFI do Banco Mundial financiou projetos da DAP, pois:

La reconversión de tierras ganaderas a un sistema de producción de rotación de soja con maíz y girasol permite unos mejores rendimientos de grano por hectárea. Son commodities que se exportan y ayudan a incrementar la oferta global de aceite y alimentos para el ganado. Este argumento, junto con el de la contribución a la creación de empleo y crecimiento económico y la transferencia de tecnología hacia los pequeños productores, sirven para justificar el apoyo financiero de la CFI a las operaciones de DAP (GUEREÑA e RIQUELME, 2013, p. 27).

Deste modo, a DAP adquire terras destinadas a pastagem para gado que, segundo a empresa, são ‘áreas degradadas’ ou ‘subutilizadas’, neste caso podemos utilizar o termo cunhado por Nalepa (2011) de ‘terras marginais’ e as transformam em explorações agroindustriais. Esta prática ‘rentabiliza’ a terra. Atualmente a empresa possui 11.200 hectares adquiridos através da compra no departamento de San Pedro e mais 7.000 hectares arrendados em outros departamentos não informados.

Segundo Frederico e Gras (2017), as translatinas de capital de origem argentino apresentam características em comum, tais como a diversificação produtiva e de localização geográfica; inovação tecnológica, controle de grandes escalas de produção e instrumentos de financiamento. O desempenho das empresas argentinas no agronegócio no Paraguai evidencia isto, inclusive resolve problemas históricos referente ao fato dos argentinos não conseguirem obter sucesso nas atividades agrícolas no Paraguai devido as características edafoclimáticas particulares. Embora existam empresas que não exercem o controle direto do território – via territorialização – estas empresas integram uma rede,

---

<sup>214</sup> Empresa com capitais majoritários oriundos da Argentina e EUA - JP Morgan, Berkeley International Capital Corporation e TRG Management - entretanto registrada como empresa offshore na Ilha de Bermudas.

<sup>215</sup> Sigla em inglês para International Financial Corporation.

<sup>216</sup> A IFC tem possui diferentes parcerias com empresas privadas e fundos de investimentos. Em 2009 a IFC firmou uma aliança com a Altima Partners para investir em operações agrícolas e mercados emergentes, criando o Altima One World Agricultural Development Fund (DANIEL e MITTAL, 2009).

sem a qual não seria possível alcançar o atual estágio de desenvolvimento do agronegócio no país.

#### **4.2.3. As empresas uruguaias: o interesse do capital imobiliário especulativo e a nova fronteira agrícola do Paraguai**

---

No primeiro regime do controle e estrangeirização do território, o capital inglês, espanhol e argentino foram os principais percussores. No terceiro regime, novamente o Chaco torna-se fronteira agrícola, desta vez com a forte atuação de agentes oriundos do Uruguai. Em um cenário de necessidade de incorporação de novos territórios para garantir a acumulação de capital e da premência da expansão do cultivo de soja na *República Unida de la Soja* (2003), foi intensificada a presença do capital estrangeiro no Uruguai (PIÑERO, 2012; OYHANTÇABAL e NARBONDO, 2008), especialmente capitais regionais – Brasil e Argentina.

Em relação a territorialidade, o ano de 2008 a principal atividade agrícola para a exportação no Uruguai era a produção de arroz<sup>217</sup>, situação que foi alterada a partir de então pelo cultivo da soja e florestas plantadas<sup>218</sup>. Em 2012 a soja tornou-se o produto agrícola de maior incidência nas exportações, superando a pecuária, que é tradicional no país (BENÍTEZ, 2014). Na safra 2016/2017, 1.100.000 hectares foram destinados ao cultivo de soja, com uma produção de 3.338.000 toneladas do grão, maior safra da história do Uruguai (MGAP, 2017). Segundo Oliveira e Hecht (2016, p. 274) “the trajectory of soy production in Uruguay raises important questions about the dynamics of soy agribusinesses across the continent”.

Este processo também tem resultado no aumento da concentração fundiária no país. Entre 2000 e 2018 foram registradas 37.980 transações de terras, envolvendo 8.322.939 hectares e totalizando US\$ 4.320.696.000,00 (MGAP, 2006, 2007, 2008, 2009, 2010, 2011, 2012, 2013, 2014, 2015, 2016, 2017, 2018 e 2019) [consultar material de apoio X]. O ápice do processo foi o período que compreende os anos de 2004 a 2008. Em 2004 foram registradas 2.746 transações, totalizando 757.784 hectares e US\$ 503.000.000,00, o preço médio do hectare era de US\$ 664,00. Em 2005 tais processos apresentaram um

---

<sup>217</sup> É interessante enfatizar que a produção de arroz no Uruguai é resultado da expansão de produtores brasileiros oriundos do Rio Grande do Sul ainda na década de 1990 (BENATTI, 1994).

<sup>218</sup> Desde o final da década de 1980, no marco do avanço do neoliberalismo na América Latina, o Estado uruguaio tem promovido o uso corporativo do território por empresas transnacionais dedicadas ao monocultivo de árvores, resultando em diferentes impactos territoriais (PISSÓN, 2015).



pequeno aumento, com 2.872 negociações efetuadas, 845.893 hectares transacionados e valor total de US\$ 613.000.000,00 [valor médio por hectare de US\$ 725,00].

No ano de 2006 ocorreram 3.245 operações, com 859.000 hectares e US\$ 972.000.000,00, o valor médio por hectare transacionado passou a casa das centenas e foi de US\$ 1.132,00. Nos anos de pico da crise financeira internacional o número de hectares transacionados e o valor movimentado aumentaram. Em 2007 ocorreram 3.277 transações, envolvendo 676.000 hectares e US\$ 968.000.000,00 [valor médio do hectare de US\$ 1.432,00]. Em 2008 foram registradas 2.959 operações, totalizando 684.000 hectares e US\$ 1.260.000.000,00 00 [valor médio do hectare de US\$ 1.884,00]. Em 2014 o valor médio do hectare no Uruguai era de US\$ 3.934,00 e recentemente, em 2018, o valor médio do hectare foi de US\$ 3.257,00 [consultar material de apoio X]. Em 2000 o valor médio do hectare no Uruguai era de US\$ 448,00 e em 2018 este valor saltou para US\$ 3.257,00, uma elevação de cerca de 700% em um período de 18 anos. O maior pico foi no ano de 2014, com o valor médio de US\$ 3.934,00.

Já o preço dos arrendamentos evoluiu aproximadamente 450% no período de 2000 a 2011 (BENÍTEZ e NEUMANN, 2015). Em 2000 o preço médio do arrendamento do hectare/ano no Uruguai era de US\$28,00, em 2014 este valor foi de US\$174,00 e em 2015 de US\$124,00, totalizando 2.429 contratos de arrendamento, envolvendo a superfície de 853.000 hectares (ANUARIO ESTADÍSTICO AGROPECUARIO, 2016). Este processo também tem resultado no aumento da concentração fundiária no país, materializada especialmente através do desaparecimento de pequenos produtores. No ano de 2000 haviam no Uruguai 57.131 estabelecimentos agropecuários, totalizando 16.419.683 hectares. Enquanto em 2011 o número de propriedades diminuiu para 44.890, somando 16.227.088 hectares (MINISTERIO DE GANADERÍA, AGRICULTURA Y PESCA, 2011).

Referente a superfície transacionada de acordo com a nacionalidade do comprador, entre os anos 2000 e 2012 houve um aumento do número de hectares controlado por argentinos evoluiu de 8.000 hectares em 2000 para 21.000 hectares no ano de 2012 [consultar material de apoio X]. Em 2007, um ano antes do início da territorialização de agentes uruguaios no Paraguai, a superfície transacionada por argentinos foi de 26.000 hectares, por brasileiros foi de 9.000 hectares e por agentes de outras nacionalidades foi de 12.000 hectares.

As *personas jurídicas* correspondem a sociedades anônimas, que segundo o Censo General Agropecuario (CGA) não é possível estabelecer a nacionalidade da empresa. No que tange aos produtores individuais, no período de 2000 e 2011 houve uma queda tanto no número de estabelecimentos quanto na superfície controlada diretamente por cada

nacionalidade. Em 2000 haviam 1.730 propriedades em posse de estrangeiros individuais, totalizando 1.412.437 hectares [argentinos: 431 estabelecimentos e 225.327 hectares; brasileiros: 563 propriedades e 705.974 hectares; demais nacionalidades: 736 propriedades e 481.136 hectares].

Já em 2011 o número de estabelecimentos em posse de estrangeiros correspondia a 758, somando 484.547 hectares, ou seja, com uma queda de aproximadamente 1.000.000 hectares em comparação ao ano 2000 [argentinos: 260 estabelecimentos e 105.379 hectares; brasileiros: 193 propriedades e 232.112 hectares; demais nacionalidades: 305 propriedades e 147.056 hectares].

De acordo com a ONG REDES (2011), entre 2000 e 2008 os proprietários de nacionalidade uruguaia perderam 1.810.000 hectares, no qual estima-se que 1.068.000 estejam em posse do capital internacional. Contudo, com os dados do MGAP não é possível mensurar a nacionalidade, visto que não são os proprietários individuais, mas sim sociedades anônimas<sup>219</sup>. Estimamos que estas empresas sejam na maioria argentinas<sup>220</sup>, especialmente aquelas com presença de capital financeiro, semelhante as que estão territorializadas no Paraguai. Ademais, há a similitude das características edafoclimáticas entre Argentina e Uruguai, o que facilita o manejo do solo e atividade agrícola. Porém, o Brasil também exerce um importante papel na abertura da fronteira agrícola internacional para a produção de soja (ZERO HORA, 19 mai. 2014).

Segundo Benítez e Neumann (2015), o Uruguai é um bom alvo de investimentos agrícolas estrangeiros porque não possui um movimento de luta pela terra forte e articulado, de modo que há a garantia da propriedade privada da terra. Até 2014 não existia nenhuma medida legal que restringisse a apropriação de terras por estrangeiro no país, quando então foi promulgada a Ley n. 19.283, de 24 de setembro de 2014, que determina que empresas estrangeiras ou nacionais que tenham participação direta ou indireta de Estados estrangeiros não poderão se apropriar de terras no país, visando a soberania nacional e preservação dos recursos naturais. Ou seja, uma legislação preocupada exclusivamente com questões geopolíticas e não de concentração fundiária ou impactos na produção agrícola familiar camponesa.

Os dados apresentados evidenciam uma clara relação entre aumento do preço da terra, elevação da produção de soja e acentuação da estrangeirização no Uruguai com a territorialização dos agentes uruguaio no Paraguai. As empresas e pecuaristas uruguaio

---

<sup>219</sup> O processo de expansão do capital no campo uruguaio resultou na inserção de novo agentes (OYHANTÇABAL e NARBONDO, 2008; MORALES, 2013).

<sup>220</sup> Durante trabalhos de campo em Asunción foi destacado a hegemonia do capital argentino no Uruguai, contudo esta informação só é possível se obter com trabalhos de campo.

desterritorializados, preocupados com o aumento do preço da terra e /ou especuladores, encontram como alternativa o Chaco paraguaio. As empresas precursoras iniciaram os investimentos nos anos 2000, especialmente após 2008. Porém as primeiras notícias a respeito começaram a serem publicadas em 2011. O Quadro 08 evidencia as empresas uruguaias atuantes no Paraguai.

<b>Quadro 08. Paraguai – Agentes uruguaios no controle do território – 2019.</b>			
<b>Empresa/Agente</b>	<b>Localização</b>	<b>Início no Paraguai</b>	<b>Territorialidade</b>
Agroagua Paraguay S.A.	Alto Paraguay, Boquerón e Presidente Hayes	2000	Imobiliária rural <sup>1</sup>
Estudio 3.000 S.A.	Alto Paraguay, Boquerón e Presidente Hayes	2001	Imobiliária rural <sup>1</sup>
Abialor Paraguay S.A.	Alto Paraguay, Boquerón e Presidente Hayes	2008	
ACA <sup>3</sup>	Misiones	2016	Arroz
Frigorífico Modelo S.A.	Presidente Hayes	2017 <sup>2</sup>	Pecuária
NorteSur S.A.	Alto Paraná	N.I.	Produção, armazenamento e comercialização de soja
<sup>1</sup> Empresas que não colocaram a terra adquirida para produzir.			
<sup>2</sup> Expansão em 2019.			
<sup>3</sup> Proprietários associados a Asociación Cultivadores de Arroz del Uruguay.			
Fonte: DATALUTA Paraguai; Org.: Autora (2019).			

De acordo com reportagem publicada no portal Farm Land Grab (20 abr. 2011), empresas uruguaias passaram a procurar o Chaco devido a seu potencial para a pecuária. Em 2012, o INDERT confirmou a existência de uruguaios em terras destinadas a reforma agrária, sobretudo no departamento de Alto Paraguay. Um exemplo naquele momento era a colônia María Auxiliadora, destinada a reforma agrária, mas que 35.000 hectares estavam em posse de brasileiros e uruguaios e apenas 3.000 em posse de 35 famílias paraguayas (LA DIARIA, 12 jun. 2012).

No ano de 2000 a empresa do Uruguai Agroagua Paraguay S.A. se territorializou no Paraguai com o objetivo de funcionar como uma imobiliária rural no Chaco Paraguai. No ano de 2001, a também imobiliária rural uruguia Estudio 3.000 S.A. se instalou nos

mesmos departamentos com o objetivo de adquirir e vender terras para pecuaristas uruguaios que a partir do século XXI começaram a se territorializar no Chaco Paraguai.

Segundo o jornal uruguaio *La Diaria* (12 jun. 2012), apenas em 2010 a empresa imobiliária vendeu 100.000 hectares a uruguaios que “pagaron desde 100 dólares por hectárea, mientras que las zonas húmedas, entre 300 y 350 dólares”. De acordo com entrevista realizada em trabalho de campo com analistas financeiros, a empresa Estudio 3.000 é na realidade uma organização de empresários uruguaios que buscam atrair investidores do país para o Paraguai.

Em reportagem publicada pelo jornal *El País* (14 jan. 2013), os uruguaios haviam comprado até aquele momento mais de 1.000.000 de hectares no Chaco paraguaio e a terra estava cada vez mais valorizada, cerca de 20% a mais do que estava no início do século XXI quando começaram os primeiros investimentos. Isso explica porque as empresas imobiliárias uruguaias, como a Estudio 3.000, também voltaram a atenção para o Chaco. O *Diário Cinco Días* (12 jan. 2015) afirmou que 2.000.000 hectares no Paraguai eram explorados por uruguaios, ou seja, o correspondente a aproximadamente 12% da atividade pecuária do Paraguai estava em 2015 sob o controle de empresas uruguaias.

Em 2016 o *Diário Cinco Días* (22 jan. 2016) mais uma vez noticiou o aumento da apropriação de terras no Chaco paraguaio pelos uruguaios, desta vez ressaltando a qualidade do solo e os baixos preços, inclusive em relação ao sistema tributário paraguaio, que historicamente atrai investidores de todos os setores da América do Sul. Ainda em 2016 o jornal paraguaio *En Perspectiva* (17 mar. 2016), atribuiu o aumento do PIB do país ao investimento de empresas uruguaias na pecuária e no mercado imobiliário no Chaco, enfatizando que em 2016 havia 53 empresas uruguaias territorializadas no Paraguai em diferentes setores da economia.

Em 2017 a estimativa era de que 2.000.000 no Chaco pertenciam a investidores uruguaios (EL AGRO PARAGUAY, 12 jul. 2017; EL PAÍS, 14 jul. 2017). Ainda em 2017 os investimentos uruguaios no Paraguai atingiram a marca de US\$ 100.000.000,00 em dez anos (AL AGRO PARAGUAY, 04 set. 2017), convertendo o Paraguai no mais atrativo mercado para empresários uruguaios, especialmente no setor pecuário. De fato a territorialização de agentes uruguaios no Paraguai teve a sua primeira face no Chaco, para atividade pecuária ou especulação. Pecuaristas uruguaios relataram em 2016 que o terra do Chaco é apta para a atividade pecuária e que os custos são menores (EL AGRO PARAGUAY, 06 out. 2016). Em 2017 as declarações eram de que a pecuária no Paraguai apresentava 8% a mais de rentabilidade em relação ao Uruguai (EL AGRO PARAGUAY, 16 jul. 2017), tornando a apropriação de terras no Chaco ainda maior.

Contudo, agentes uruguaios tem expandido suas atividades para outros cultivos agrícolas. Ainda em 2016 foram realizadas missões comerciais uruguaias nos departamentos de Itapúa e Misiones (LA NACIÓN, 12 dez. 2016). Este último departamento, com base na safra 2017/2018, concentra 45,25% da área cultivada de arroz irrigado no Paraguai e é responsável por 43% de produção de arroz paraguaio (MAG, 2018). Em 2017 foi noticiado que pelo menos cinco empresários uruguaios estavam investindo na produção de arroz em Misiones, devido aos baixos custos comparado ao Uruguai<sup>221</sup> (ABC COLOR, 02 set. 2017).

Em 2018, mais uma vez, foi destacada o aumento dos investimentos na produção de arroz no Paraguai. A Asociación de Cultivadores de Arroz<sup>222</sup> (ACA) do Uruguai tem atuado no Paraguai (EL AGRO PARAGUAY, 16 dez. 2018) sob a justificativa de baixos custos de produção (EL AGRO PARAGUAY, 25 set. 2018) e de necessidade de expansão da mesma, já que no Uruguai não é possível. Em 2019 os agentes uruguaios que investiram no setor declararam o *sucesso* e anunciaram expansão (EL AGRO PARAGUAY, 26 fev. 2019). Há um aumento exponencial do cultivo de arroz irrigado no Paraguai. Na safra de 2006/2007 a superfície destinada ao arroz irrigado era de 42.000 hectares, com uma produção de 130.000 toneladas (MAG, 2007). Na safra 2017/2018, 142.000 hectares foram cultivados, totalizando uma produção de 894.600 toneladas (MAG, 2018). Brasileiros e uruguaios são agentes marcantes na elevação do cultivo de arroz irrigado no Paraguai.

O Estado, tanto urguaio quanto paraguaio tem uma importante influência no processo. Em outubro de 2016 foi realizada uma missão comercial na Embaixada do Uruguai no Paraguai com o objetivo de estreitar relações entre os países, especialmente no setor agropecuário (EL AGRO PARAGUAY, 09 out. 2016). Em junho de 2019, novamente foram realizadas missões comerciais na Embaixada do Uruguai no Paraguai. Na ocasião 45 empresas de diferentes setores estavam representadas [agroalimentos, logística, etc.] (AGENCIA DE INFORMACIÓN PARAGUAYA, 12 jun. 2019). Assim, mais uma vez o Estado exercendo seu papel contraditório no processo de controle e estrangeirização do território.

É necessário enfatizar que as empresas e latifundiários uruguaios são ótimos agentes regionais na apropriação de terras no Paraguai, uma vez que não são prejudicados pela Ley de Seguridad Fronteriza<sup>223</sup> (2005), pois não é um país limítrofe ao Paraguai.

---

<sup>221</sup> De acordo com a reportagem o custo da produção de arroz no Paraguai varia de US\$ 1.000,00 a US\$ 1.200,00 por hectare, enquanto no Uruguai o valor gasto por hectare é de US\$ 1.700,00 a US\$ 2.000,00 (ABC COLOR, 02 set. 2017).

<sup>222</sup> Maiores informações disponíveis em: <<http://www.aca.com.uy/>>. Acesso em: 25 jun. 2019.

<sup>223</sup> Esta legislação que proíbe a venda de terras em uma faixa de cinquenta quilômetros da fronteira a estrangeiros apenas de países limítrofes ao Paraguai.

Mesmo com a lei, empresas argentinas e brasileiras conseguem adquirir terras, mas não a mesma seguridade jurídica que os agentes uruguaios. A territorialização do capital urguaio para a pecuária e para a especulação imobiliária têm causado intensos conflitos com comunidades indígenas e camponesas, impactos ambientais alarmantes e um aumento no preço da terra, dificultando ainda mais uma possível reforma agrária.

Enfim, estima-se que cada vez mais a apropriação de terras no Chaco paraguaio se intensifique, inclusive devido ao fato do próprio governo paraguaio incentivar este processo através de políticas para o aumento da produção de carne e conseqüente exportação. No ano de 2016 o governo paraguaio firmou acordos com China, Israel, Egito, Equador e Argentina visando a exportação do produto. Além das terras destinadas a pecuária, a CAPECO em parceria com a United State Department of Agricultural (USDA) tem desenvolvido sementes de soja modificada resistentes no período seco do Chaco (REUTERS, 04 jun. 2018). Ademais, há uma extensão considerável em posse de imobiliárias rurais, como o caso de Estudio 3.000. Estas empresas que estão esperando o melhor momento para vender as terras adquiridas a preços baixos há dez anos atrás.

Segundo entrevistas com consultores de investimentos paraguaios, há uma expectativa especialmente as obras de infraestrutura do Iniciativa para a Integração da Infraestrutura Regional Sul-Americana (IIRSA) que proporcionará a integração da região<sup>224</sup>, o que pode aumentar o risco do investimento (GRAS e NASCIMENTO, 2017). Destacamos, a especulação com terras agrícolas no Paraguai é uma especulação tradicional e não financeira<sup>225</sup>. Assim se configura o território do Chaco, a nova fronteira agrícola paraguaia.

Estes diferentes agentes descritos não atuam isoladamente, mas sim em articulação, construindo uma rede que permite o controle do território<sup>226</sup>, incluindo governo, mídia, universidades e pesquisa. O Organograma 18 evidencia as dinâmicas em múltiplas escalas e as rugosidades no Paraguai.

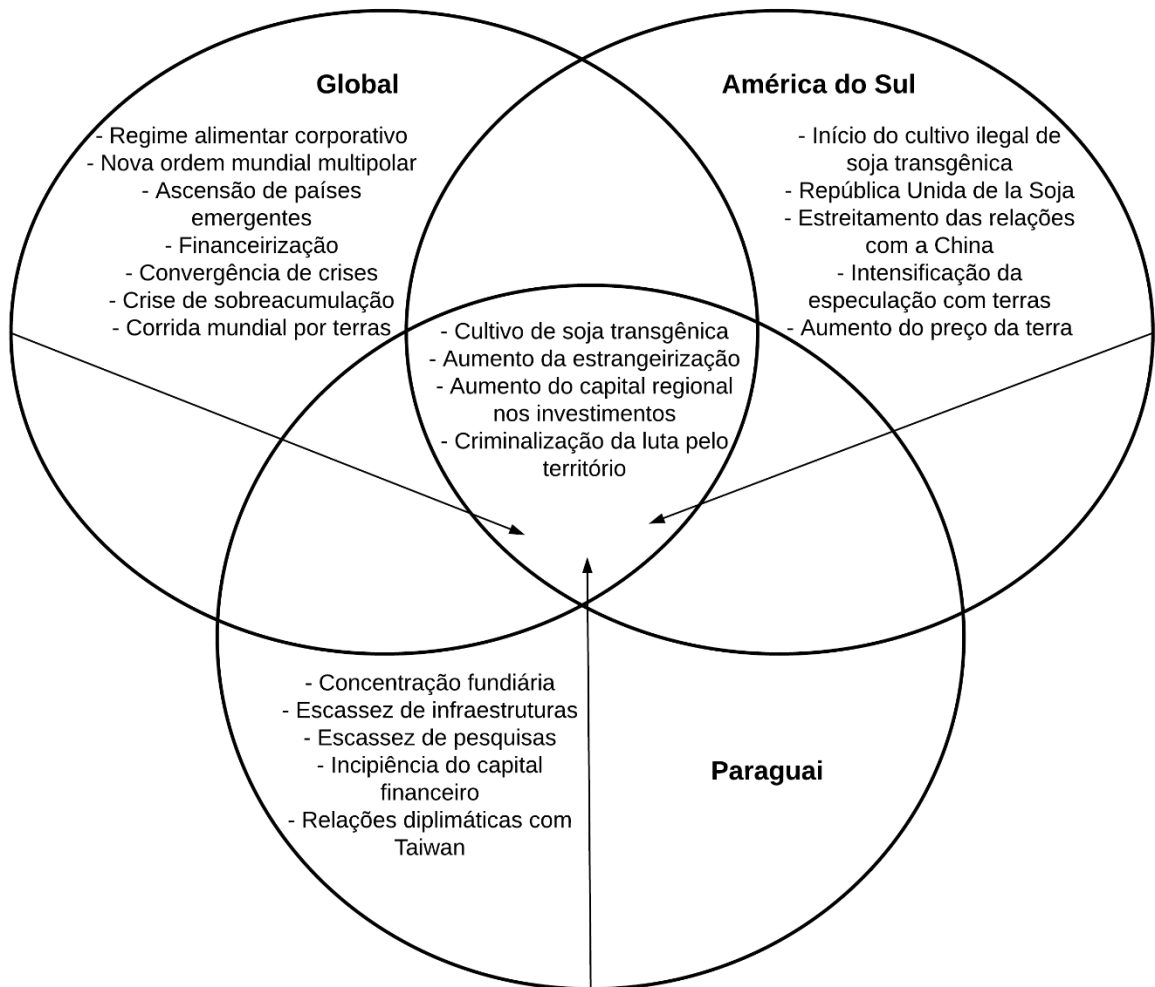
---

<sup>224</sup> Ressaltando que há localidades no Chaco em que o acesso é possível apenas via transporte aéreo.

<sup>225</sup> “Capitais especulativos inflam os preços de seus ativos, neste caso a terra, e que prontamente sairiam do mercado de terras diante do surgimento de melhores oportunidades de lucro” (GRAS e NASCIMENTO, 2017, p. 118).

<sup>226</sup> A ARP, por exemplo, possui uma comissão de defesa a propriedade privada.

**Organograma 18. Dinâmicas globais, regionais e nacionais no segundo regime de controle e estrangeirização do território paraguaio (1990-2019).**



Org.: Autora (2019).

As diferentes rugosidades, tais como escassez de infraestrutura e carência de pesquisas sobre o Paraguai, resultam nas singularidades do controle e estrangeirização do território paraguaio. As singularidades que mais se destacam são: incipiência do capital financeiro e a ausência de relações com a China. A presença do capital chinês é um caso interessante. Como já dito, o Paraguai reconhece Taiwan como país independente (PINHEIRO-MACHADO, 2010), o que o impede de manter relações com a China e assim a soja paraguaia não é produzida por agentes chineses.

Agentes chineses utilizaram a estratégia de aquisição de empresas já constituídas para adentar no mercado de soja paraguaio. Contudo, a soja produzida no Paraguai não tem como destino final a China. Sobre o destino da soja Paraguaia, um fato nos chama atenção. Em 2015 o principal destino da soja paraguaia [*in natura*] era a União Europeia

[25%], seguidos da Rússia [19%], Argentina [13%], Turquia [12%], Brasil [7%] e África do Sul e México [5%].

Em 2018 houve uma mudança repentina. A Argentina assumiu o posto de principal destino das exportações da soja Paraguai, com 67% (CAPECO, 2019). A Rússia continuou ocupando a segunda posição [14%]. A União Europeia, de 25% em 2015, caiu para 5% em 2018. Considerando que na safra 2014/2015 o total de soja *in natura* exportada foi de 4.447.514 toneladas e na safra de 2017/2018 este número evoluiu para 6.237.190 toneladas (CAPECO, 2019).

A nossa hipótese é que as empresas incorporadas pelo capital chinês no Paraguai tem exportado a soja *in natura* produzida no país para a Argentina. As filiais argentinas, por sua vez, exporta a soja para a China. Com esta estratégia a Argentina [com produção de soja insuficiente] resolve o seu problema de abastecer o mercado e a China acessa o mercado paraguaio. Assim, não é possível compreender as dinâmicas agrárias nos países da América do Sul em um contexto isolado, considerando cada nação por si só, pois, embora possuam legislações e formações espaciais particulares, todos estão relacionados e conectados de alguma forma, por isso a importância de uma *geopolítica da questão agrária*.



## CAPÍTULO V. CONFLITUALIDADE DO CONTROLE E ESTRANGEIRIZAÇÃO DO TERRITÓRIO NO PARAGUAI

---

“Nós nos negamos a escutar as vozes que nos advertem: os sonhos do mercado mundial são os pesadelos dos países que se submetem a seus caprichos”.  
*As veias abertas da América Latina, Eduardo Galeano.*

O controle e a estrangeirização do território resultam em impactos diretos e indiretos que refletem a multidimensionalidade e multiescalaridade do território, implicando na perda de direitos, não somente, mas principalmente de camponeses e indígenas. Apesar dos diferentes impactos resultantes do processo, uma atenção exacerbada é dada a dois impactos. Em primeiro há a questão de que o controle e a estrangeirização do território geram o *cercamento*<sup>227</sup> e conseqüente privação de comunidades camponesas e indígenas não apenas a terra, mas também a outros recursos, especialmente água (GIGER, NOLTE, ANSEEUW, BREU, CHAMBERLAIN, MESSERLI, OBERLACK e HALLER, 2019).

Isto é colocado porque há o debate que o controle [muitas vezes quando é abordado como *land grabbing*] ocorre apenas em terras de uso comum ou estatais, especialmente no continente africano, onde o regime de propriedade da terra é distinto (FAIRBAIRN, 2013; LEVIEN, 2013) e assim resultaria na privatização. Nesta tese defendemos que o controle e a estrangeirização do território ocorrem em diferentes regimes de propriedade. Outro impacto é a desterritorialização, no qual o tratamento negligencia os demais efeitos da utilização da terra enquanto um mecanismo de acumulação (GILBERT, 2017). A privatização e desterritorialização são os impactos últimos do processo, porém não os únicos.

Ademais, estes impactos tendem a ser tratados como um problema de gestão, vertente visível nos códigos de conduta e diretrizes voluntárias da FAO (2012b) e Banco Mundial (2011). Na realidade, é uma questão estrutural e não de administração. Os impactos do processo podem ser classificados em seis categorias, conforme o Organograma 19. Os *impactos ambientais* decorrentes da expansão da fronteira agrícola e conseqüente alteração da territorialidade – florestas são transformadas em extensas plantações de soja e pastagens, como observamos em trabalho de campo. Além disso, devido ao uso

---

<sup>227</sup> Caminha na ideia de cercamentos de Marx (197) acerca da acumulação primitiva.

indiscriminado de agroquímicos, há a contaminação do solo, corpos d’água e perda da biodiversidade animal e vegetal. Este modelo também impacta a saúde humana. Primeiro pela utilização de agroquímicos, que são pulverizados sobre comunidades camponesas, incluindo escolas. Como relatamos no capítulo IV, esta é uma estratégia frequentemente utilizada por empresas para desterritorializar a população camponesa que resiste na terra. Como enfatiza Giménez (2013, p. 43):

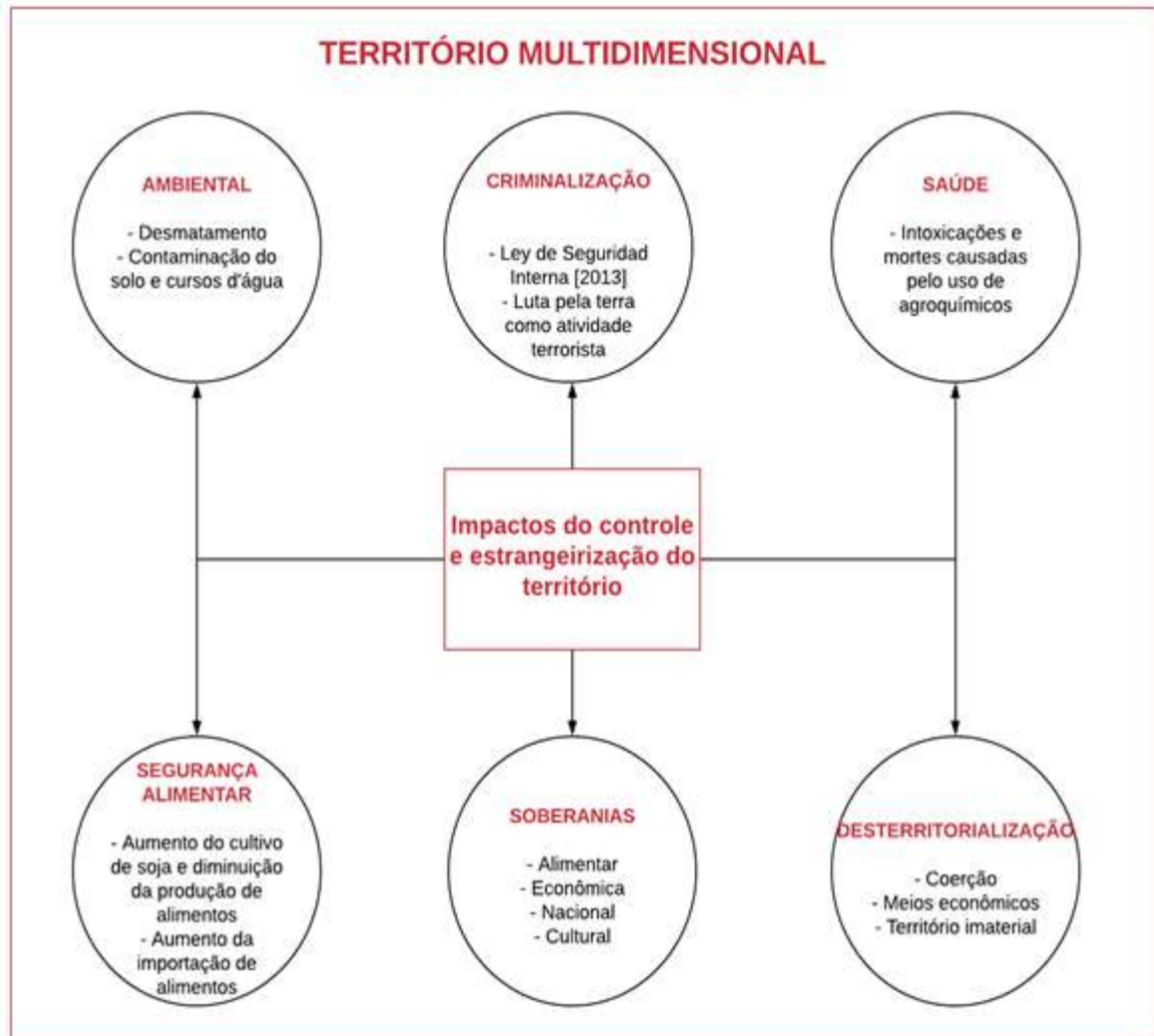
Hay más de 500 escuelas rodeadas de soja y envenenan todo el día a nuestros niños. En las escuelas las empresas suelen ayudar y ponen un cartel, porque tienen programas de “responsabilidad social”. La misma empresa sojera que fumiga a los niños de la escuela, compensa esa barbaridad con un cartelito.

Estes impactos repercutem na segurança alimentar, uma vez que há a diminuição da quantidade de terra dedicada a produção de alimentos, que culmina em uma maior importação e dependência do mercado externo. Em trabalho de campo em Asunción podemos observar os elevados preços dos alimentos em supermercados<sup>228</sup>, que é resultado deste modelo. A perda da segurança alimentar está estritamente relacionada com soberania alimentar, isto é, “direito de cada nação de manter e desenvolver na própria capacidade de produzir alimentos básicos, respeitando a diversidade cultural e produtiva” (VIA CAMPESINA, 1996), porque a população já não é capaz de exercer controle e poder de decisão sobre sua alimentação.

---

<sup>228</sup> Os supermercados também compõem uma rede de controle do território e de um regime alimentar corporativo (McMICHAEL, 2016).

Organograma 19. Paraguai – Impactos do controle e estrangeirização do território – 2018.



Org.: Autora (2019).

A soberania alimentar está vinculada a demais soberanias como a territorial. A soberania territorial não corresponde a perda do território do Estado-nação propriamente dito, visto que o controle e estrangeirização ocorrem no segundo território (FERNANDES, 2009a), mas sim no sentido de que a estrangeirização aliena o território ao capital internacional. Um grupo restrito de empresas controlam as tecnologias e impõem o seu modelo de produção e o seu paradigma de desenvolvimento. A perda da soberania territorial e nacional refletem no Estado que torna-se *capturado*. Assim, as políticas e leis são modeladas para atender as necessidades da elite nacional e do capital externo com o objetivo de produzir *commodities* ou mesmo a exploração de recursos naturais para a exportação. O capital nacional tem um papel fundamental, pois empresas locais e

latifundiários têm representantes em diferentes órgãos do governo, isto significa que além de controlar o território, os mesmos controlam as políticas públicas.

A perda da soberania econômica ocorre porque o território está alienado a ponto de depender totalmente das relações econômicas exteriores. Segundo Glauser (2009, p. 07-08). “ya sabíamos que había perdido hace tiempo soberanía económica, dado que las decisiones en esta materia se toman en los escritorios de organismos financieros multilaterales con asiento normalmente en la capital norteamericana”. Com o aumento do investimento estrangeiro quase sempre ocorre concomitantemente uma elevação no PIB, um crescimento econômico, que muitas vezes é confundido com desenvolvimento. Contudo, este crescimento é extremamente concentrado. O Paraguai é um dos países que mais cresce, em termos econômicos, na América Latina, porém é um dos mais desiguais, com um índice de Gini de 0,94. Transversal a estes impactos há a constante criminalização, “los asesinatos y la criminalización son cotidianos” (MOVIMIENTO REGIONAL POR LA TIERRA Y TERRITORIO, 2017, p. 230).

A desterritorialização é o último e principal impacto do controle e estrangeirização do território e pode ocorrer através de dois mecanismos: direta e indireta. Direta corresponde a ações de desterritorialização e violência explícitas, como por exemplo o caso de Guahory, em que policiais queimaram casas de camponeses assentados em áreas do INDERT<sup>229</sup> (DUARTE e FERNÁNDEZ, 2017). A desterritorialização indireta corresponde ao deslocamento da população camponesa que embora seja de alguma maneira forçado não tem a ação clara do agente desterritorializador [Estado e/ou empresa/latifundiário].

Por exemplo, como já citado, uma das estratégias do agronegócio frente a resistência é a pulverização aérea de agroquímicos em colônias de reforma agrária até que os camponeses *decidam* pela migração, visto que é uma questão de vida – ou migram para outro território ou morrem intoxicados. Neste caso a desterritorialização não foi direta [capangas e policiais não queimaram e retiraram a população de modo forçado], o que não significa que não houve utilização de violência. Outro exemplo de desterritorialização indireta é quando o população camponesa não encontra outras alternativas para resistir na terra e acabam migrando para outras áreas rurais ou centros urbanos nacionais e no exterior.

Todos estes impactos são impactos territoriais, considerando o território como multidimensional, material e imaterial. Em entrevistas realizadas com membros do CONAMURI em 2015 e em participações nas atividades do mesmo movimento, a questão

---

<sup>229</sup> Quanto maior a insegurança da governança da posse da terra do campesinato sobre sua propriedade, mais fácil é justificar a expulsão por meios violentos (PALAU, 2004a) e o Estado cumpre essa função.

da soberania: territorial, econômica e, sobretudo, alimentar, é tratada como central no processo de controle e estrangeirização do território. Nas entrevistas, a presença do capital brasileiro no agronegócio e a consequente desterritorialização de comunidades camponesas e indígenas, são os aspectos do controle e estrangeirização do território citados com maior frequência, uma vez que a proporção é maior. Os conflitos envolvendo latifundiários e empresas brasileiras são mais violentos e a presença de brasileiros no agronegócio no país é histórica<sup>230</sup>. Segundo uma militante da CONAMURI em entrevista realizada durante a pesquisa de campo<sup>231</sup>:

El impacto mayor que tiene el acaparamiento de tierra en Paraguay, quiere decir, las ocupaciones ilegales que hacen las empresas de las tierras campesina e indígenas en Paraguay, sobre todo, el primero efecto es social. Impacta primeramente las comunidades, desplazando las comunidades y las pocas que quedan en resistencia las afectan la salud, porque las tierras que son acaparadas son utilizadas para la producción principalmente de soja o alguna otra semilla transgénica y que incluye un paquete tecnológico con el uso intensivo de agro tóxico. Entonces, la primera remedia es esta expulsión de la gente de una manera acelerada. Pero después también el efecto sobre la salud personal, ambiental y la destrucción de la producción campesina e indígena. Y hablamos de esta destrucción porque el efecto de este modelo de desarrollo económico generado pelo acaparamiento de tierra o para lo cual se hay acaparado la tierra destruye nuestra biodiversidad, con la biodiversidad hay también una pérdida de la base de nuestra alimentación, pero también hay una deformación genética que sufren las plantas, como consecuencia de los tipos de semillas que se planta pero también de los venenos que se utilizan, de los agro tóxicos que se utilizan.

Ao analisar a fala acima sobre os impactos do controle e estrangeirização do território, observamos a multidimensionalidade do território, uma vez que esta apropriação pelo capital, sobretudo estrangeiro, afeta o meio ambiente, a saúde, a alimentação e a cultura. Isso reflete em uma das críticas expostas durante o estágio de pesquisa no ISS, na qual os estudos sobre esta *nova e intensa onda de apropriação de terras* analisam apenas a aquisição da terra em si, sem considerar outros recursos, tais como florestas, recursos hídricos e questões culturais.

Assim, a multidimensionalidade do território é essencial para compreender o controle na sua totalidade e os impactos em todas as esferas. Ainda durante a entrevista,

---

<sup>230</sup> É importante destacar que a população paraguaia possui um ressentimento muito forte em relação a Guerra da Tríplice Aliança e veem o Brasil como o maior culpado pela déficit demográfico gerado pela guerra e pela situação atual do país. Além disso, há a questão de aproximação entre Brasil e Paraguai a partir da década de 1950 e construção da Usina Hidrelétrica Binacional de Itaipu (1975-1982), onde o Brasil foi e ainda é o maior beneficiário (MENEZES, 1987). Ainda nos dias atuais, trabalhadores paraguaios desterritorializados pela construção da usina estão acampados em frente ao Consulado do Brasil em Assunção, como podemos observar nos trabalhos de campo.

<sup>231</sup> A entrevista foi realizada em dezembro de 2015 na sede da CONAMURI em Asunción.

a dirigente da CONAMURI nos informou que no caso do Paraguai a região mais afetada é a Oriental, onde se concentra a produção de soja e o capital estrangeiro. Contudo, os impactos não ocorrem exclusivamente nesta região, visto que com o controle para a produção de soja, a produção pecuária é transferida para a região Ocidental, considerada a nova fronteira agrícola do país. O que tem resultado na desterritorialização de comunidades indígenas e camponesas da região e provocando demais impactos como o desmatamento. Segundo uma militante da CONAMURI:

Entonces, para nosotros este es el primero impacto en nivel principalmente de la región oriental en el Paraguay. Pero como consecuencia del acaparamiento de las tierras en la región oriental hay un desplazamiento de la ganadería hacia al Chaco que también hay (tiene) un efecto en el acaparamiento, porque normalmente son empresas agroganaderas las que van al Chaco y están desforestando el territorio indígenas y dejando sin la base material para el desarrollo de las comunidades indígenas y por sobre todo en el Chaco, las comunidades, el pueblo indígena tiene una cultura, una tradición cazadora y que dependen del monte, y no haber monte entonces, hay una desnutrición, una pérdida de su cultura alimentaria y con ello un efecto mui grande en la salud de las comunidades y una pérdida de una cultura también, la lengua y otros elementos que hacen la vida de los pueblos.

Deste modo, o controle e estrangeirização em um terminado local, culmina em consequências em todo o território, por isso a importância da multiescalaridade dos processos. Também é necessário enfatizar o que Edelman (2013) aborda como *fetichização do hectare*, ou seja, não é apenas a extensão do território controlado e estrangeirizado que importa, mas sim os impactos em diferentes escalas. A nossa maior preocupação não deve centrar-se no tamanho de propriedade, mas sim nos impactos destes processos para toda a sociedade.

No Paraguai, as raízes históricas da estrangeirização e concentração são as causas da pauperização, fragmentação e decomposição social do campesinato (CAMPOS, 2012), o que resulta em conflitos territoriais e na conflitualidade. Há uma *agricultura de tensão* no qual de um lado está o agronegócio avançando violentamente e do outro há a resistência camponesa, o que mostra a luta pelo território, *o território em disputa* (FERNANDES, 2010). A resistência do movimento camponês paraguaio, também é criminalizada:

En el caso de la región oriental el acaparamiento es mucho más sentido puesto que hay más comunidades campesinas dispersas en todo lo territorio y es mui violento la forma en que se da, por lo tanto también hay un efecto sobre las organizaciones campesinas, puesto que hay una resistencia, hay una criminalización de esta resistencia y esta criminalización es directamente encaminada por las empresas o por las autoridades locales.

É importante ressaltar que os impactos do controle e estrangeirização do território não afetam apenas comunidades camponesas e indígenas ou somente o espaço rural, mas sim toda a sociedade paraguaia, o território na sua totalidade. Um exemplo é a alta taxa da migração, tanto entre campo e cidade, quanto internacional. Segundo Campos (2012, p. 02): “la migración campo-campo, campo-ciudad a nivel de Paraguay y campo-ciudad-países extranjeros [Argentina, Brasil, España, USA, Italia], provocando la rotura del tejido social de las comunidades rurales y periurbanas”.

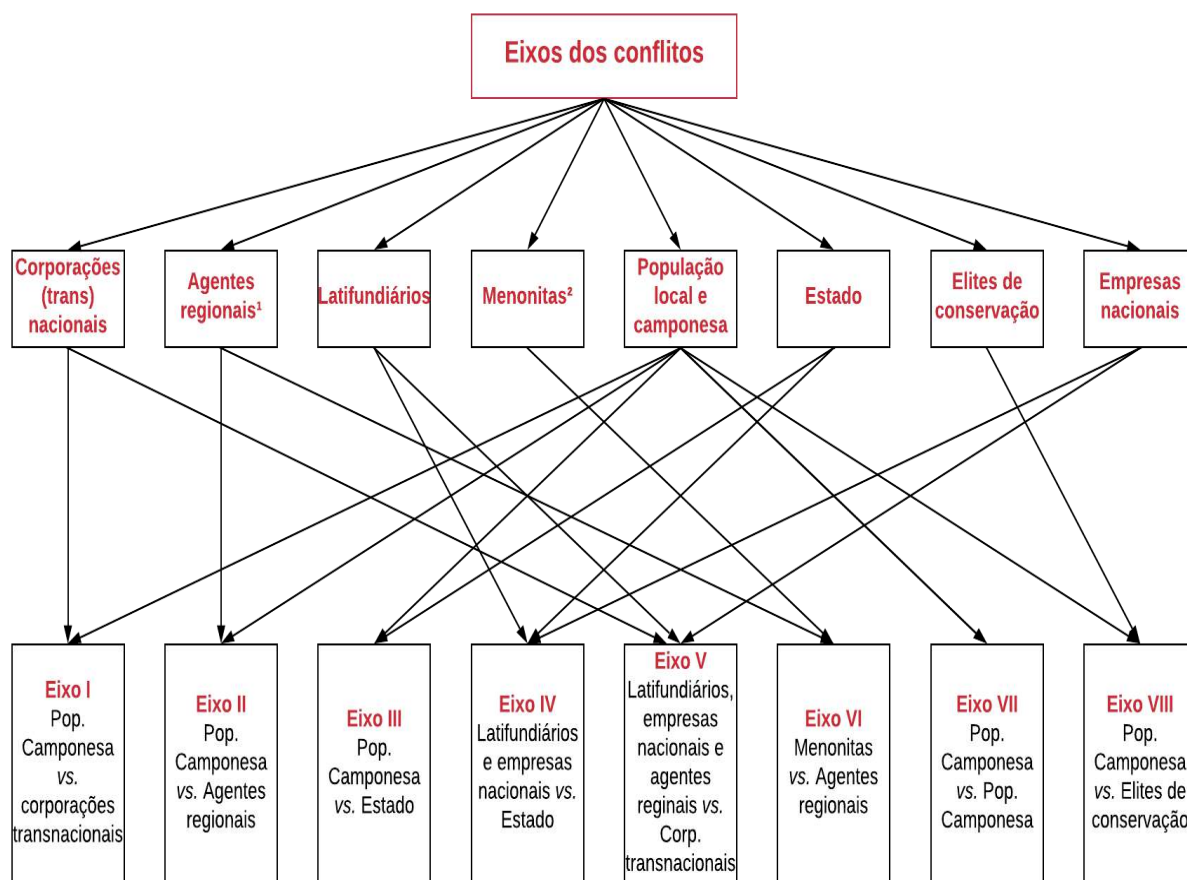
Outro exemplo nítido são os *Bañados de Asunción*, que consiste em comunidades pobres que vivem nas margens do Rio Paraguai na capital do país. Em 2012, 100.000 pessoas habitavam os *bañados* (DGEEC, 2012b), número que cresceu, sobretudo, nos últimos quatorze anos, ou seja, desde o início da expansão do produção de soja no país. Como abordam Palau, Cabrello, Maeyens, Rulli e Segovia (2007, p. 60), “relocalización de familias de agricultores desplazados reubicándose en los mayores centros urbanos y en las periferias de pequeños núcleos urbanos, en condiciones de marginalidad y precaria subsistencia”. Os camponeses e indígenas são os *refugiados do modelo agroexportador*. Os impactos gerados por este modelo de desenvolvimento refletem nos conflitos territoriais e resistências.

## 5.1. Dimensões da conflitualidade

---

Primeiramente cabe destacar que os conflitos territoriais são realidade em todo o Paraguai e não apenas em áreas de fronteira como sugere muitas pesquisas. Segundo Hall, Edelman, Borrás Jr, Scoones, White e Wolford (2015) existem três eixos de conflitos gerados pelo o que os autores designam de *land grabbing*: 1) população local/camponeses *versus* corporações/elites latifundiárias; 2) população local/camponeses *versus* Estado; 3) população local/camponeses *versus* população local/camponeses. Partindo do pressuposto que os conflitos que variam de acordo com as relações sociais envolvidas, no Paraguai identificamos oito eixos, conforme o Organograma 20

Organograma 20. Paraguai – Eixos conflitos territoriais e conflitualidades causados dos pelos processos de controle e estrangeirização do território.



Org.: Autora (2019).

O primeiro corresponde aos conflitos e conflitualidades entre populações locais e camponesas contra corporações transnacionais que, além de repercutir na materialidade, apresentam um caráter imaterial. Exemplos são as permanentes manifestações contra a Monsanto, por meio do *Ñamosêke Monsanto*<sup>232</sup> e o projeto portuário da estadunidense Cargill no Paraguai: Planta Aceitera y Terminal Granelera de Puerto Zeballos S.A., chamado de Puerto Unión<sup>233</sup>. O eixo II compreende as tensões entre campesinato de agentes regionais, especialmente empresas brasileiras e *brasiguayos*. Estes são os mais frequentes devido as formas violentas de repressão utilizadas pelas empresas brasileiras

<sup>232</sup> O *Ñamosêke Monsanto* envolve trinta organizações paraguaias do campo e da cidade e consiste em uma campanha lançada em outubro de 2013 contra a empresa Monsanto (FRANCESCHELLI, 2013; PALAU, IRALA e CORONEL, 2017).

<sup>233</sup> Se constitui em uma unidade processadora de azeite e porto para a exportação da soja, localizado no distrito de Zeballos, próximo a Asunción com instalação iniciada no ano de 2006. Segundo Vicente (2012), a construção do porto afeta as comunidades de Viñas Cué e Bañados, que são vulneráveis e possuem alto nível de pobreza, entre 39% e 50%. Segundo Vicente (2012), a construção do porto estava embargada, contudo, atualmente o porto funciona normalmente.



e *brasiguayos*. Exemplos são os casos de Ñacunday [Grupo Favero] (FOGEL, 2012) e Iguaraté Porá S.A, em Alto Paraguay.

O terceiro eixo contém as disputas entre Estado e população camponesa. Os conflitos com o Estado acontecem de modo indireto<sup>234</sup>, principalmente pelo fato do Estado ser conivente com as ações de empresas do agronegócio nacional e estrangeiro, principalmente brasileiros, seja através das políticas públicas que beneficiam majoritariamente o agronegócio ou da criminalização dos movimentos sociais através de medidas legislativas. Como enfatiza Fairbairn (2013), o Estado tem um papel importante na legitimação do *land grabbing*, ou seja, controle do território.

Em quarto está o conflito e conflitualidade resultado da relação entre latifundiários, empresas nacionais e Estado. Este é bem emblemático no caso do Paraguai e ocorre particularmente quando o Estado promulga alguma medida que fere os interesses destes agentes. Em 2017, quando o Estado paraguaio anunciou o aumento do imposto da soja, os latifundiários e empresas brasileiras realizaram diversas manifestações contra o próprio Estado (ABC COLOR, 21 jun. 2017). A mesma ação foi realizada no momento que o Estado anunciou devolução do IVA para empresas que exportassem soja processada [consultar capítulo I].

O eixo V compreende as divergências entre o grupo composto por latifundiários, empresas nacionais, agentes regionais e corporações transnacionais. Um exemplo elucidativo são conflitos envolvendo financiamentos da Bunge. Em 2004, antes mesmo da Bunge iniciar suas atividades com a instalação de silos no Paraguai, a empresa firmou um acordo com as empresas Agroguaraní Agrícola S.A., Agroindustrial Pikyry S.A. (CAISA), Agro Comercial e industrial Naranjal S.A. e Repossi S.A, todas empresas nacionais com presença de capital brasileiro. O acordo consistia na venda de soja destas empresas nacionais com capital estrangeiro para a Bunge. Para conseguir a soja, a Bunge forneceu adiantamentos às quatro empresas acima citadas, estas empresas repassou o valor do financiamento a cerca de 150 produtores de soja brasileiros que produzem em terras paraguaias. Em 2006 a Bunge iniciou uma cobrança no valor de U\$S 34.000.000,00 aos 150 produtores.

No início de 2008 o advogado da Bunge afirmou que a dívida ainda era persistente. Na ocasião, a Bunge foi acusada por emitir boletos duplicados e nove gerentes da empresa no Paraguai estavam foragidos, porém a Bunge afirmou que havia financiado em 2004

---

<sup>234</sup> Argumentamos que este eixo de conflito também é reflexo dos agentes envolvidos, especialmente naquelas negociações envolvendo Estados, que no caso do Paraguai é inexistente, com exceção da EMPA de Cabo Verde, mas nem o Estado paraguaio, muito menos a população tem o conhecimento da existência deste investimento no país, como relataram as entrevistas realizadas em trabalho de campo.

U\$S90.000.000,00 e em 2006 quando a dívida venceu, as quatro empresas haviam saldado apenas U\$S29.000.000,00 (ABC COLOR, 15 mar. 2008). Depois da data, não foram mais publicadas notícias referentes ao caso e a Bunge continua atuando no Paraguai. A questão torna-se mais complexa porque geralmente o camponês com contratos com empresa ou latifundiários não possuem um controle de sua produção e dos gastos, o que os transforma em um alvo fácil de ser enganado, resultando em dívidas nem sempre reais.<sup>235</sup>

O eixo VI corresponde a conflitos e conflitualidades resultantes da relação entre campesinato e colônias e cooperativas menonitas, agentes bastantes singulares. Um caso emblemático é a comunidade Sexta Línea Yvyte, do distrito de Lima [departamento de San Pedro]. A comunidade é alvo da constante da expansão dos brasileiros e menonitas na produção de soja. A comunidade apresenta a desterritorialização de 89% das famílias camponesas nos últimos anos (DEMOINFO, 25 out. 2017).

Há constantes ações de desterritorialização na comunidade desde o final de 2017 e até a atualidade. O departamento de San Pedro apresenta uma peculiaridade, visto que está na região de abrangência da Ley 1.337/99 de *Defensa Nacional y Seguridad Interna*, através Decreto n. 103, de 24 de agosto de 2013, que autoriza ação da Fuerza Tarea Conjunta (FTC) nos departamentos de Amambay, Concepción e San Pedro. Na localidade devido ações do Ejército del Pueblo Paraguayo (EPP), é frequente as intervenções da FCT no sentido de oferecer segurança [armada] durante o período de cultivo e colheita de soja.

O sétimo eixo tem como protagonistas as populações camponesas. É o mais complexo e envolvem parcelas da comunidade que buscam a incorporação social nos empreendimentos em terras e outras que não anseiam o mesmo. Esta modalidade não é muito frequente embora haja estudos que relatam a sua existência como a pesquisa de Mamonova (2015) sobre transações de terras na Ucrânia e Gingebré (2015) em Madagascar. No Paraguai há uma única pesquisa de autoria de Cardozo, Salas, Ferreira e Mereles (2016) que ressalta este eixo de conflito, inclusive enfatizando os benefícios do cultivo da soja em colônias camponesas e reservas indígenas<sup>236</sup>. Contudo, durante trabalhos de campo não observamos esta tipologia e, especialmente, os movimentos socioterritoriais entrevistados não relataram em momento algum a satisfação ou concordância com o cultivo de grãos no país.

---

<sup>235</sup> A dimensão econômica nos conflitos é pouco revelada, especialmente pela mídia, mas é cada vez mais frequente devido as estratégias utilizadas pelas empresas de acesso e controle do território por meio de acordos, em diferentes momentos nos foi relatado em campo a perda da terra devido a dívidas dos camponeses para as empresas. Por esta questão é interessante para o Banco Mundial a regularização e titulação das propriedades, porque torna possível a tomada da terra em caso de dívidas.

<sup>236</sup> Pelo viés da pesquisa, não concordamos com a visão colocada pelos autores.

Por fim, o eixo VIII envolve os conflitos e conflitualidades resultantes das relações entre campesinato e grandes elites de conservação, que consideramos como mais recente e contraditório. No Paraguai este tipo de conflito é evidente, uma vez que muitas ONGs de conservação ambiental apoiam ações do agronegócio com o intuito de que a preservação só é exercida através do imaginário *da natureza intocada*, no qual o meio de vida extrativo camponês e indígena é criminalizado por tais agências. Um exemplo é o caso que envolve o Parque Nacional de Ñacunday, a Liga Nacional de Carperos (LNC), as empresas de Tranquilo Favero e a WWF Paraguay, como é explicitado ao longo deste capítulo.

De acordo com Hall, Edelman, Borrás Jr, Scoones, White e Wolford (2015), em escala global, os conflitos mais frequentes correspondem a uma combinação da população local/camponeses *versus* corporações/elites latifundiárias<sup>237</sup> e população local/camponeses *versus* Estado. No caso do Paraguai, os conflitos mais expressivos ocorrem entre comunidades camponesas e empresas do agronegócio, sobretudo brasileiras. Outro tipo de conflito ocorre na dimensão do trabalho. Tania Li (2011), ao analisar a questão trabalhista no relatório do Banco Mundial *Rising Global Interest in Farmland: Can it yield sustainable and equitable benefits?* (2011), coloca em debate a existência de dois caminhos distintos para os conflitos envolvendo o processo de controle do território.

O primeiro é quando a população camponesa é incorporada pelo processo e o segundo corresponde aqueles casos em que a população local é excluída, o que culmina na sua desterritorialização ou na sua alteração de suas atividades e práticas produtivas, ou seja, mudanças no seu cotidiano em relação a terra. Quando a população camponesa é incorporada pelos projetos transações de terras [compra ou arrendamento], é uma incorporação perversa (MAMONOVA, 2015), em que as condições de trabalho são precárias, salários baixos e grande exploração.

Quando a população camponesa não é incorporada, a mesma sofre mudanças no seu cotidiano e na relação com a terra e, frequentemente é desterritorializada e reterritorializada em outras áreas, quase sempre em periferias de grandes cidades, resultando em impactos também no espaço urbano. Assim, de acordo com a incorporação ou não, os conflitos territoriais são distintos. No Paraguai, a população rural é totalmente excluída do processo de controle do território, este não gera postos de trabalho, pois promove a produção agrícola mecanizada e criminaliza a população camponesa local, desterritorializando camponeses e indígenas, o que justifica o intenso êxodo rural e

---

<sup>237</sup> A literatura internacional mostra exemplos de transações de terras nas quais a população local se colocou com os mesmos e resultou no cancelamento ou alteração dos projetos, o que não ocorre no Paraguai devido a criminalização da população afetada e ao imaginário de investimento estrangeiro como necessário para o desenvolvimento.

migração não apenas para Asunción, mas em direção a Argentina, Espanha e Brasil<sup>238</sup> (PROFIT, 2014).

## **5.2. Conflitos territoriais causados por empresas com presença de capital estrangeiro no Paraguai**

---

Os conflitos territoriais envolvendo empresas e pessoas físicas estrangeiras não são recente, desde a década de 1950/1960 camponeses paraguaios já relatavam conflitos com brasileiros (LAINO, 1979). Tais conflitos são intensificados de acordo com a expansão do capital no campo e com as alterações do controle e da territorialidade, considerando que parte das empresas e corporações transnacionais se instalaram de modo ilícito no país<sup>239</sup> (ORTEGA, 2012). Existem conflitos antigos, resultados da construção da Hidrelétrica Binacional de Itaipu (1975-1982), que se profundaram com o avanço do agronegócio na região fronteira Oriental. Há muitas ocupações ilegais por parte do agronegócio brasileiro que resulta na sobreposição de áreas e, concomitantemente, em conflitos. De fato, o Estado paraguaio não tem controle algum sobre os títulos e tamanhos das propriedades, o que culmina na frequente realização de mensuras judiciais, gerando intensos conflitos. O controle e estrangeirização do território, por sua vez, correspondem a processos que também exercem influências na alteração da *governança da terra*<sup>240</sup> (BORRAS JR, FRANCO e WANG, 2012).

Cada empresa territorializada no Paraguai gera impactos específicos de acordo com a estratégia de desenvolvimento estabelecida pela mesma. Esta territorialização – ou controle via territorialidade – culmina em uma conflitualidade. Compreendemos conflitualidade como “um processo constante alimentado pelas contradições e desigualdades do capitalismo. O movimento da conflitualidade é paradoxal ao promover, concomitantemente, a territorialização – desterritorialização – reterritorialização de diferentes relações sociais” (FERNANDES, 2008, p. 220). Os momentos de conflito correspondem ao enfrentamento direto – e são inerentes ao desenvolvimento. Assim, não podemos analisá-los separadamente. A conflitualidade é o conflito em movimento e não corresponde apenas ao embate direto, como as ações de ocupação da terra.

---

<sup>238</sup> Segundo Profit (2014), em 2009 a população paraguaia em outros países era de: Argentina [550.713 migrantes], Espanha [135.517 migrantes], Brasil [40.000 migrantes] e EUA [20.023 migrantes].

<sup>239</sup> Considerando, sobretudo, que muitas se instalam em áreas destinadas a reforma agrária e utilizam práticas ilegais de acesso ao território.

<sup>240</sup> Neste contexto a FAO aprovou em 2012 as Diretrizes Voluntárias para a Governança Responsável da Terra, dos Recursos Pesqueiros e Florestais no contexto da Segurança Alimentar Nacional (DVGTT).

O movimento da conflitualidade é paradoxal ao promover, concomitantemente, a territorialização - desterritorialização - reterritorialização de diferentes relações sociais. A realização desses processos geográficos gerados pelo conflito é mais bem compreendida quando analisada nas suas temporalidades e espacialidades. São processos de desenvolvimento territorial rural formadores de diferentes organizações sociais (FERNANDES, 2010, p. 02).

No controle do território, especialmente no caso do Paraguai, não são apenas as empresas estrangeiras que atuam no processo e geram conflitos e conflitualidade. Enfatizamos a forte presença – e histórica – de latifundiários brasileiros e menonitas – e recentemente uruguaios. Estes se organizam em grêmios e associações, como a Asociación Rural del Paraguay (ARP)<sup>241</sup>. A ARP possui representantes no Banco Nacional de Fomento, no Fondo Ganadero, no Consejo Nacional de Ciencias y Tecnología (CONACYT)<sup>242</sup>, na Comisión Interinstitucional para la Erradicación de la Fiebre Aftosa<sup>243</sup>, na Federación de Asociaciones Rurales del Mercosur (FARM)<sup>244</sup>, no Ministerio de Justicia y Trabajo, na Junta Asesora de Control y Gestión del INDERT e no Instituto Forestal Nacional (INFONA). Isso mostra a articulação entre latifundiários e o Estado para controlar o território, as políticas públicas e criminalizar os movimentos sociais, uma vez que os próprios latifundiários compõem órgãos públicos, ou seja, o *Estado Capturado*.

Os conflitos e impactos não são, necessariamente, isolados, frequentemente a aquisição ilegal de terras está vinculada com a desterritorialização, bem como com os impactos ambientais. Enfatizamos que todas as empresas do agronegócio geram algum impacto territorial direto ou indireto, pois envolve transferência de terras, mudança no regime de propriedade, desmatamento, alteração de uso do território, utilização de agroquímicos e, frequentemente, a desterritorialização violenta. Desde o início da década de 2000 identificamos 37 conflitos territoriais diretos entre comunidades camponesas e indígenas e agronegócio estrangeiro, principalmente envolvendo o capital brasileiro (Quadro 09).

Esta conflitualidade possui diferentes dimensões: ambientais, disputas territoriais, conflitos econômicos [especialmente entre corporações transnacionais e camponeses e pequenos agricultores que produzem soja através de parecerias] e conflitos que mesclam as dimensões ambiental e fundiária. Os conflitos fundiários correspondem as

---

<sup>241</sup> A ARP foi fundada em 1885 com o nome de Sociedad Ganadera del Paraguay. Em 1938 a razão social é alterada para ARP. A ARP representa os produtores agropecuários do Paraguai. Maiores informações disponíveis em: [www.arp.org.py](http://www.arp.org.py). Acesso em: 31 mai. 2017.

<sup>242</sup> O órgão tem como objetivo o incentivo e acesso à tecnologia. Maiores informações disponíveis em: <http://www.conacyt.gov.py/>. Acesso em: 30 mai. 2017.

<sup>243</sup> Órgão componente do Servicio Nacional de Calidad y Salud Animal (SENACSA). Maiores informações disponíveis em: <http://www.senacsa.gov.py/index.php/comision-interinstitucional>. Acesso em: 30 mai. 2017.

<sup>244</sup> Maiores informações disponíveis em: <http://www.farmercosur.org/index.php/pt/>. Acesso em: 30 mai. 2017.

disputas por terra entre agronegócio e campesinato, que são gerados pelas apropriações ilegais por parte do capital estrangeiro e que, majoritariamente, envolvem práticas de desterritorialização direta e violenta apoiadas pelo Estado paraguaio. A desterritorialização assume diversas características dependendo do tipo do imóvel rural ocupado e poder econômico e político dos proprietários (RIQUELME, 2003). Enfatizamos o expressivo número de conflitos ambientais e fundiários causados pelas mesmas empresas, o que mais uma vez mostra a multidimensionalidade do impacto.

**Quadro 09. Paraguai – Conflitos territoriais entre campesinato, indígenas e empresas e latifundiários estrangeiros – 1999-2019.**

Ano	Departamento Distrito	Empresa/latifundiário	Conflito
1999	Concepción - Concepción	Itasa Itapiranga S.A.	Conflito fundiário
2000 e 2016	Puerto Casado - Alto Paraguay	La Victoria S.A.	Conflito fundiário
2002	San Rafael del Paraná - Itapua	Yerbatera & Agropecuaria Tecnosurco	Conflito fundiário
2003	Mariscal Francisco Solano López - Caaguazú	Agrisa S.A.	Conflito ambiental e conflito fundiário
2003	Mariscal Francisco Solano López - Caaguazú	Agrorama S.A.	Conflito ambiental e conflito fundiário
2004	Naranjal - Alto Paraná	Bunge	Conflitos econômicos com empresas nacionais e pequenos produtores
2004 e 2009	-	Joaquim Fernandes Martins	Conflito fundiário**
2006	Mariscal Estigarribia – Boquerón	Umbu S.A.	Conflito fundiário
2007	Zeballos – Central	Cargill	Conflito ambiental
2007 e 2008	Tomas Romero Pereira – Itapua	Agroganadera Eden Esperanza	Conflito fundiário
2008	Puerto Casado – Alto Paraguay	BBC S.A.	Conflito ambiental e conflito fundiário
2008	Puerto Casado – Alto Paraguay	River Plate S.A	Conflito ambiental e conflito fundiário
2008 e 2018	Itakyry – Alto Paraná	Tierras de Negocios S.A.	Conflito fundiário
2009 e 2014	Curuguaty – Canindeyú	Ali Mohamed Osman (Issos Greenfield)	Conflito ambiental e conflito fundiário

		International S.A. <sup>245)</sup> /Sebastião Nilson Mendes	
2009	Itakyry – Alto Paraná	Compañía Agrícola Itakyry	Conflito fundiário
2009, 2014 e 2015	Puerto Casado- Alto Paraguay	Yguaraté Porá S.A.	Conflito ambiental e conflito fundiário
2010/2014- atual	General Francisco Caballero Álvarez San Juan Puente Kyha) – Canindeyú	<i>Brasiguayos</i>	Conflito fundiário
2011	Ñacunday – Alto Paraná	Grupo Favero.	Conflito fundiário
2013	Lima – San Pedro	Agroganadera Aguaray	Conflito ambiental e conflito fundiário
2013, 2014 e 2015	Mariscal Estigarribia – Boquerón	Liebig	Conflito fundiário
2014	San Cristóbal e Tava’i – Alto Paraná	Agropeco S.A.	Conflito fundiário
2014	Nemby – Central	Chemtec S.A.E.	Conflito ambiental
2014	Corpus Cristhi – Canindeyú	Laguna S.A.	Conflito fundiário
2015	Tava’i – Alto Paraná	Colonial Agro [Agrícola Colonial]	Conflito fundiário
2015	Fuerte Olimpo – Alto Paraguay	Abialor Paraguay S.A.	Conflito fundiário
2015	Puerto Leda – Alto Paraguay	Agrociencia (Repossi)	Conflito territorial com a empresa La Victoria S.A.
2015	San Lazaro – Concepción	Puerto Risso S.A.	Conflito fundiário
2015	Guayaybí – San Pedro	Diagro S.A.	Conflito ambiental
2015 e 2017	Tacuaras – Ñeembucú	Villa Oliva Rice	Conflito ambiental
2016, 2017 e 2018	Tembiaporã (Guahory) – Caaguazú	<i>Brasiguayos</i>	Conflito fundiário
2016	Villeta – Central	Tecnomyl	Conflito ambiental
2017	Itakyry – Alto Paraná	Industria Paraguaya de Alcoholes S.A. (INPASA)	Conflito fundiário
2017	Ybyrarobaná/Nueva Esperanza – Canindeyú*	Brasiguayos	Conflito fundiário
2017 e 2018	Abái – Caazapá	Cardenales S.A./Agropeco	Conflito fundiário
2018	Tembiaporã (Pindo’i) – Caaguazú	<i>Brasiguayos</i>	Conflito fundiário
2017 e 2018	Yvype-Lima – San Pedro	<i>Brasiguayos</i> e Menonitas	Conflito fundiário
2018	Itakyry – Alto Paraná	<i>Brasiguayos</i>	Conflito fundiário
2018	Ybyrarobaná (Yvyra Rovana) – Canindeyú	<i>Brasiguayos</i>	Conflito fundiário
* Comunidade Indígena Jetyty Miri			

<sup>245</sup> Segundo Guereña e Villagra (2016) e De Olho no Paraguai (13 ago. 2018), a empresa Issos Greenfield International S.A. possui como acionistas o Banco Regional, Banco Itaú, antigo Banco Amambay, Banco GNB e ADM Paraguay.

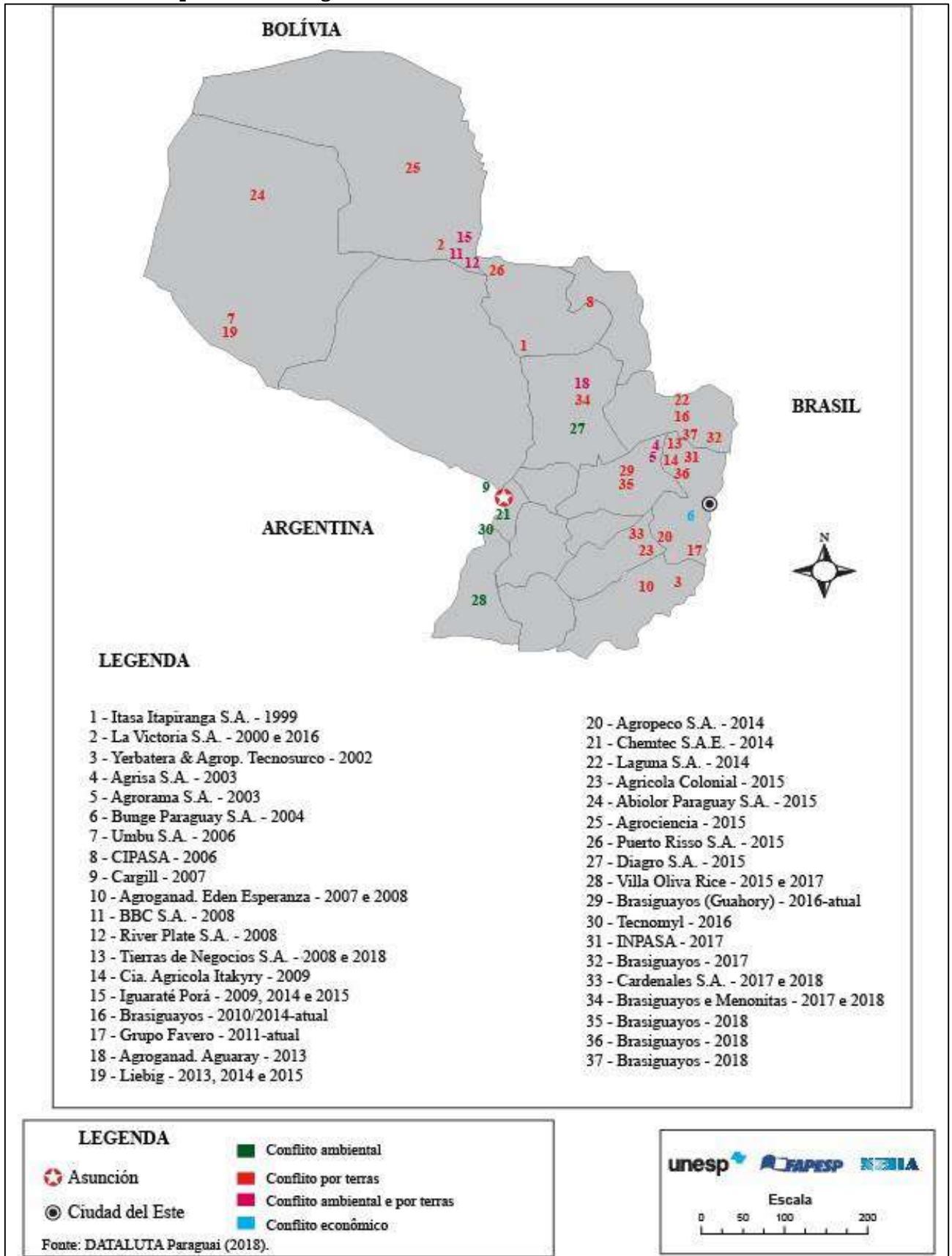
**Envolveu assassinato de camponês em 2004.
Fonte: DATALUTA Paraguai (2019); Org.: Autora (2019).

Os conflitos são inerentes ao desenvolvimento do capitalismo e os casos referenciados no Quadro 09 não correspondem apenas ao momento de enfrentamento – geralmente aquele em que a violência é empregada – mas sim a toda uma história de lutas e embates que perduram por anos. Embora os conflitos territoriais sejam realidade de todo o Paraguai, a maioria dos conflitos gerados pelas empresas e latifundiários de capital estrangeiro no Paraguai, especialmente os fundiários, que envolve a disputa por terras, estão concentrados na Região Fronteiriça Oriental – que também compreende um espaço singular de fronteira – ocupada desde a década de 1950 e atualmente corresponde a região produtora de soja do país, conforme já foi sinalado em entrevistas concedidas durante trabalhos de campo. Os conflitos localizados na região Ocidental ou Chaco estão diretamente relacionados com o avanço da fronteira agrícola, sobretudo para a produção pecuária. Os conflitos ambientais, por sua vez, estão preeminentemente localizados no departamento de Central devido à proximidade de áreas urbanas e elevada quantidade de portos e Ñeembucú, área com um bioma bastante específico do Paraguai, os *humedales*.

É interessante observar como os conflitos avançam de acordo com o movimento da fronteira agrícola e da expansão da soja e uma expressão disso é a intensificação dos conflitos e ações de resistência [manifestações e ocupações] nos departamentos de San Pedro e Concepción, que tradicionalmente eram dedicados a pastagem para pecuária (VÁZQUEZ, 2006) e aos poucos estão sendo incorporados pelo agronegócio da soja, especialmente por brasileiros. Os departamentos de Alto Paraná, Caaguazú, Caazapá e San Pedro são aqueles onde a expansão da soja pressiona com mais força o campesinato (RIQUELME e VERA, 2013). Conforme a soja avança e impõe um modelo de desenvolvimento desigual e excludente, as desterritorializações, desmatamento, contaminação, intoxicações e a insegurança alimentar se acentuam, ou seja, os momentos de conflito e a conflitualidade aumentam. O Mapa 11 espacializa os conflitos territoriais entre empresas do agronegócio com capital estrangeiro e latifundiários e comunidades camponesas e indígenas no século XXI.



Mapa 11. Paraguai – Conflitos territoriais entre empresas do agronegócio estrangeiro e comunidades camponesas e indígenas – 1999-2019.



Fonte: DATALUTA Paraguai (2018); Org.: Autora (2019).

Ressaltamos que estes conflitos não representam a totalidade, visto que o Paraguai é um país de difícil acesso não somente à informação, como também as comunidades e territórios em disputa. Muitas das lutas são invisibilizadas pelo Estado e pela mídia. Se o INDERT mal tem conhecimento sobre as propriedades e sobre qual terra pertence a qual municipalidade ou distrito<sup>246</sup>, como o mesmo controla os conflitos territoriais? Neste cenário, destacamos o papel fundamental do trabalho de campo e do acesso a mídias alternativas camponesas. Como o exemplo do *Proyecto de Democratización de la Información* (DEMOINFO)<sup>247</sup>, que diariamente divulga *podcasts* sobre a luta pela terra em todos os departamentos do Paraguai. Sem estes dois meios, não conseguiríamos detalhar a complexidade destes conflitos.

Todos os conflitos estão descritos no material de apoio de acordo com as respectivas empresas envolvidas. Aqui destacamos dois conflitos que julgamos emblemáticos e que reverberam a multidimensionalidade do controle e estrangeirização do território. O primeiro caso é a empresa Agrotoro S.A., pertencente ao Grupo Favero, que recebe o título de *rei da soja e inimigo número um* do movimento sem-terra paraguaio pela mídia brasileira (VEJA, 13 fev. 2012). O conflito entorno da *finca* 4.036 em Ñacunday [Alto Paraná] envolve diferentes agentes, desde o Estado até grêmios de produção, que nos mostra a rede criada pelo agronegócio para exercer o controle do território.

El caso Ñacunday deja ver las *contradicciones de la dominación extranjera en Paraguay, sustentado sobre la base del latifundio, donde el imperialismo norteamericano y su aliado el subimperialismo brasileño impulsaron junto a la burguesía paraguaya el golpe de Estado del 2012*, buscando frenar el auge de la lucha del movimiento popular por la tierra y la soberanía (VUYK, 2015, p. 59-60 – grifo nosso).

A trajetória da estrangeirização e da ilegalidade na apropriação remonta a década de 1960, quando Sylvia Barthe recebe 55.000 hectares de herança<sup>248</sup>. Em 1969 a propriedade é vendida ao Banco de Asunción e em 1973 novamente é transacionada para a Colonizadora Tres Fronteras, pertencente ao brasileiro Óscar Muxfeldt. Em 1974 a estadunidense Gulf & Western of Paraguay adquire a propriedade, que mais uma vez é passada e empresa Agriex Sucursal Paraguay, de capital da Arábia Saudita e EUA. Em

---

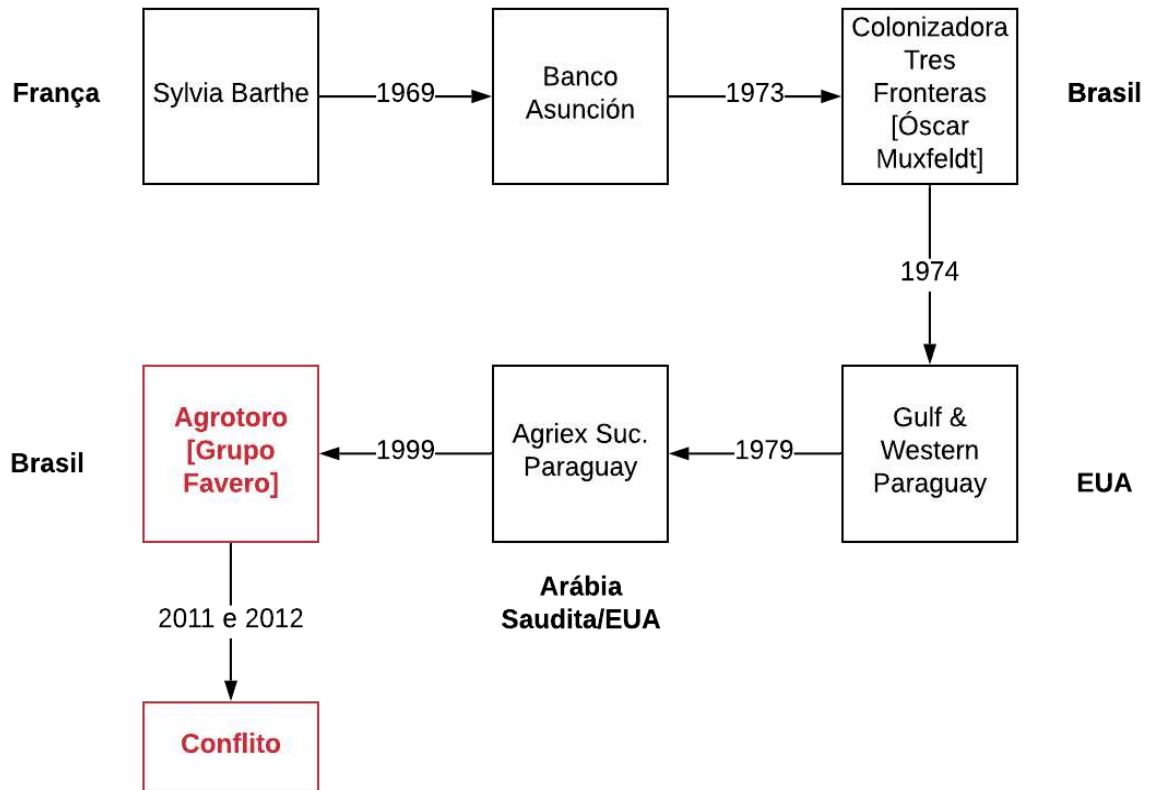
<sup>246</sup> Ver o caso de Juan León Mallorquín e Yguazú, em que ambas municipalidades estão em disputa por 8.000 hectares por não saber a qual pertence (HOY, 23 jul. 2018).

<sup>247</sup> Disponível em: <http://demoinfo.com.py/>. Acesso em: 31 jul. 2018.

<sup>248</sup> Segundo registros, a terra havia sido adquirida por Domingos Barthe em 1888 no marco da Ley de Ventas de Tierras Públicas de 1885.

1999 o Grupo Favero adquire 32.000 hectares através da Agrotoro S.A. (FOGEL, 2013), conforme o Organograma 21.

Organograma 21. Paraguai – Cadeia dominial da finca n. 4.036 [Ñacunday, Alto Paraná].



Org.: Autora (2019).

Como era uma área de colonização, desde 1999 o IBR e posterior INDERT deveriam controlar os contratos e títulos da área, o que não foi realizado (FOGEL, 2013; VUYK, 2015). Já no século XXI, ao analisar o título de propriedade da Agrotoro S.A., constatou-se que a *finca* 81 de San Joaquín e a *finca* 39 de Irala também estavam sob posse da empresa. Havia denúncias por parte do campesinato acerca deste excedente desde 1998 e apenas em 2010 Fernando Lugo decide pela execução de uma mensura judicial na área (FOGEL, 2013). Contudo com a solicitação de mensura de Lugo a terra foi declarada como propriedade do Estado, ou seja, terra grilada (FOGEL, 2013).

Los sin tierra de la Comisión Vecinal Santa Lucia, ya incorporados a la Liga Nacional de Carperos, pensando que habían ubicado el excedente de 2.000 has., en las tierras de la zona, ocuparon parte de la hacienda Espigón del Grupo Favero en abril del 2011 en donde sufrieron el primer desalojo. Mientras tanto, se detectó la afectación en un proceso administrativo

irregular de 2.000 has. del parque nacional, en marzo del 2012. En efecto, desde el Ministerio de Agricultura se acordó que esa reserva podía ser explotada por Favero; en ese contexto para evitar el desalojo el INDERT busca documentos que hagan a su derecho y proporcionen fundamentos jurídicos a su intervención. (FOGEL, 2013, p. 37).

No ano de 2011 ocorreram em todo o território nacional paraguaio massivas manifestações e ocupações de terra com criação de acampamentos por parte dos camponeses. Uma das principais ocupações ocorreu em terras de Tranquilo Favero em Ñacunday, onde 10.000 camponeses do movimento conhecido como Liga Nacional de Carperos (LNC), ocuparam suas terras em 21 de abril de 2011. O movimento reivindicava 28.000 hectares do total de 54.000 da propriedade 4036 pertencente a empresa Agro Toro S.A.

O auge do conflito foi em junho de 2011, quando proprietários brasileiros, grêmios de produtores de soja e autoridades municipais exigiram do governo paraguaio a desterritorialização do campesinos das terras de Favero, com uma intensa campanha midiática de criminalização da Liga Nacional de Carperos. Ainda em 2011, em junho, Lugo se reuniu com os latifundiários brasileiros com o intuito de selecionar o conflito, mas sem resultados (O ESTADO DE S. PAULO, 13 jun. 2011). Em 12 de julho de 2011, o INDERT emitiu um comunicado público onde sustentava que na terra ocupada pelos camponeses havia 12.000 hectares sem título de propriedade.

La finca 4036, de unas 12 mil hectáreas, no posee título que acredite haber sido transferida a otro propietario por la firma Agriex SA. (...) los productores brasileños que reclaman el desalojo de las 12 mil hectáreas, exhiben títulos de fracciones desprendidas de la finca 2129. Sin embargo, ocupan áreas ubicadas fuera de esa propiedad, es decir en la finca 4036 (INDERT, 2011, p. 02).

Segundo Vuyk (2015), após a declaração do INDERT, os latifundiários brasileiros no Paraguai alteraram a estratégia e passou a solicitar apoio do governo brasileiro, sobretudo de parlamentares do Partido da Social Democracia Brasileira (PSDB)<sup>249</sup>. “el Congreso brasilero impulsó una audiencia pública para analizar la situación de los brasiguayos el 27 de febrero del 2012, en la cual se resolvió solicitar a la presidenta del Brasil que tratase el tema con el presidente del Paraguay para interceder por los brasileros y brasiguayos” (VUYK, 2015, p. 65).

Naquele momento o país era governado por Fernando Lugo, que apoiou o movimento em ascensão pela recuperação das *tierras malhabidas*. Em outubro de 2011, a

---

<sup>249</sup> Porque era oposição ao Partido dos Trabalhadores (PT).

*Coordinadora por la Recuperación de Tierras Malhabidas*, com 10.000 pessoas possibilitou a aprovação do Decreto n. 7.525/11, que regulamenta a *Ley de Seguridad Fronteriza* [Lei n. 2.352/05]. O debate em torno desta medida é antigo, como podemos observar analisando a obra de Laino (1979) [consultar capítulo III]. Com a lei de seguridade fronteiriça regulamentada, iniciaram as mensuras judiciais em Ñacunday.

Diante deste cenário, a mídia brasileira se manifestou criminalizando o movimento de luta pela terra. A Revista Veja publicou uma série de reportagens contra o governo Dilma no Brasil e criminalizando a Liga Nacional de Carperos. A reportagem mais emblemática é a publicada em 12 fev. 2012, em que a Veja afirma “*Governo Dilma ignora perseguição a brasileiros no Paraguai. Proprietários de fazendas no país vizinho, brasileiros estão sob ameaças de um movimento xenófobo de sem-terra ligado a integrantes do governo Lugo. Fiel à diplomacia da condescendência, Itamaraty dá resposta tímida a abusos*”.

Em nenhum momento a Veja citou a apropriação ilegal de terras por parte dos brasileiros. Com esta reportagem, o Golpe parlamentar no Paraguai estava *armado*, pois a elite latifundiária brasileira com sua extrema influência no Paraguai enxergava Lugo como uma ameaça a manutenção de seus latifúndios e de sua hegemonia. No final de fevereiro de 2012, os 10.000 camponeses foram desterritorializados da propriedade de Favero e reterritorializados no Parque Nacional de Ñacunday. Segundo Fogel (2012, p. 17):

Al mes de mayo del 2012 en el campamento de Ñacunday estaban aproximadamente cuatro mil familias acampadas permanentemente, aunque existían aproximadamente 2.000 familias que rotaban, ya que salían a changar, pero mantenían sus relaciones con el campamento, totalizando para ese mes unas 6.000 familias. En la escuela de Ñacunday están 1.600 alumnos desde el preescolar. Entre los que abandonan temporalmente el campamento están aquellos que dependiendo de changas, no tienen mucho apoyo externo para sobrevivir en las carpas, por lo cual optan por salir temporalmente, pero mantienen vínculos con los encarpados, con quienes regresan una vez que obtengan ciertos recursos.

Territorializados no Parque Nacional de Ñacunday, os Carperos novamente foram criminalizados por ONGs ambientalistas perante a denúncia da WWF Paraguay, Guyra Paraguay, Moisés Bertoni e o Instituto de Derecho y Economía Ambiental (IDEA) a Secretaría del Medio Ambiente (SEAM) por desmatamento e tráfico de madeiras por parte dos Carperos reterritorializados (BARRETO, 2013; ABC COLOR, 28 fev. 2012). O Grupo Favero já foi denunciado por desmatar áreas do Parque Nacional de Ñacunday para cultivo de soja, porém nenhuma ONG o denunciou. Isto mostra que as organizações ambientalistas compõem a rede de agentes do agronegócio (VILLAGRA, 2009).

Em 20 de julho de 2012, menos de um mês depois da destituição de Lugo, o presidente Federico Franco, cancelou as mensuras judiciais que questionavam a legitimidade dos títulos de propriedade de Favero. É relevante destacar que dois dias após a destituição de Fernando Lugo, a Revista Veja (24 jun. 2012) publicou uma reportagem intitulada “*Em fevereiro, VEJA denunciou a escandalosa omissão do Planalto a brasileiros no Paraguai*”, no sentido de confirmar que mesma já havia denunciado Lugo e que o governo brasileiro já estava ciente de todo o conflito. Entendemos que a mensagem que a revista buscou transmitir foi: o governo brasileiro compactua com o governo paraguaio que foi destituído por incapacidade de governar e por apoiar *movimentos xenófobos* contra os próprios brasileiros. Desde este momento o golpe parlamentar no Brasil para a retirada de Dilma Rousseff, em 2016, já estava sendo gestado.

Este caso evidencia como latifundiários brasileiros e como a estrangeirização impacta a democracia do país, criminalizando movimentos de luta pela terra e priorizando um modelo de desenvolvimento catastrófico para a população paraguaia no geral, que sofre com altas taxas de pobreza, com insegurança alimentar, com a concentração fundiária extrema e com problemas ambientais recorrentes do modelo insustentável promovido pelo agronegócio. O exemplo de Ñacunday também é figurativo porque mostra um conflito em torno da estrangeirização deste 1888, uma propriedade que ao longo dos últimos 130 tornou-se palco de disputas territoriais pelo capital estrangeiro. Assim, defendemos que a frase inicial do livro de Carlos Pastore, redigido na década de 1940 [e republicado em 1972] “*la actual situación paraguaya tiene profundas raíces históricas en acontecimientos cuyos efectos negativos no fueron superados hasta el día de hoy*”, quase oitenta anos depois ainda faz parte da realidade paraguaia.

Embora reconhecemos os intensos conflitos entre brasiguaios e camponeses paraguaios, o nosso objetivo não é abordar pessoas físicas, devido à escassez de dados. Contudo, abrimos uma exceção, uma vez que em setembro de 2016 iniciou um novo conflito que até o momento de finalização desta tese estava intenso e trouxe para o debate mais uma vez a possibilidade de se proibir a aquisição de terras por brasileiros no país. Em meados de setembro de 2016, 1.200 policiais paraguaios desterritorializaram violentamente 200 famílias que viviam em 700 hectares onde cultivavam alimentos na Colônia de Guahory, distrito de Tembiaporã, departamento de Caaguazú.

Segundo o BASE Investigaciones Sociales (19 set. 2016), se trata de uma área estatal de 2.300 hectares, que há mais de vinte anos foi colonizada por famílias camponesas paraguaias e posteriormente ocupadas por produtores de soja brasileiros através de diversos meios, inclusive ilegais, como obtenção de títulos via funcionários do

INDERT. A desterritorialização violenta foi financiada por 70 colonos brasileiros por um valor de US\$ 200.000,00, cerca de US\$ 300,00 por hectare (ÚLTIMA HORA, 19 set. 2016).

Depois deste caso, ocorreram mais cinco ataques aos camponeses de Guahory. O primeiro em 11 de novembro de 2016, deixando um ferido (ÚLTIMA HORA, 11 nov. 2016). O segundo ocorreu em 27 de dezembro de 2016, onde 300 policiais desterritorializaram um grupo de camponeses que resistia no local (ÚLTIMA HORA, 27 dez. 2016). Outro enfrentamento no dia 03 de janeiro de 2017, os camponeses foram extremamente reprimidos, onde houve vinte feridos e diversos camponeses foram detidos (ÚLTIMA HORA, 03 jan. 2017). As terras em disputa foram adquiridas por produtores de soja brasileiros diretamente no INDERT, ou seja, eram terras destinadas a reforma agrária.

Ainda em janeiro diante do conflito entre produtores brasileiros [não beneficiários da reforma agrária] e camponeses paraguaios, o INDERT recuperou aproximadamente 270 hectares em Guahory que estavam sob o controle de produtores brasileiros, deste total, 150 hectares foram entregues aos verdadeiros beneficiários de política de reforma agrária (ABC COLOR, 09 mai. 2017a). O INDERT afirmou estar apurando o caso, contudo as desterritorializações violentas continuam. Diante deste cenário, a Comissão Interamericana de Direitos Humanos (CIDH) interferiu no caso, solicitando explicações do governo paraguaio e proteção à comunidade camponesa (ÑADUNTÍ, 30 jan. 2017).

No dia 08 de maio de 2017, produtores brasileiros acusaram cerca de 100 camponeses paraguaios de impedir a produção de soja, segundo reportagem do jornal Última Hora (09 mai. 2017a), de modo violento. Os produtores também criticaram a postura do INDERT por priorizar os camponeses no caso de Guahory (ABC COLOR, 09 mai. 2017b), que é o mínimo que o órgão deve fazer, uma vez que é destinado para a reforma agrária. Segundo o jornal Última Hora (09 mai. 2017b), nesta ocasião ocorreu enfrentamento entre a polícia departamental e camponeses, resultando em sete feridos. No local ainda há a disputa por 950 hectares.

Em 19 de maio de 2017, o Congresso Nacional Sancionou o projeto de lei n. 5.805/17, que autorizava a expropriação de 35 lotes de Guahory, totalizando 925 hectares (BASE INVESTIGACIONES SOCIALES, 25 mai. 2017; FUKUOKA, 2017) e no qual o Poder Executivo vetou através do Decreto n. 7.148/17. O INDERT se posicionou contra tal expropriação, mas não apresentou nenhuma solução para o conflito (FUKUOKA, 2017). A não aprovação deste projeto de lei mostra o papel do Estado enquanto agente legitimador do processo de controle e estrangeirização do território. A Organización de Lucha por la Tierra (OLT) repudiou a ação de Cartes.

Em agosto de 2017 o jornal ABC Color (31 ago. 2017) publicou uma reportagem criminalizando ainda mais os camponeses de Guahory, afirmando que não há argumento legal que pode sustentar a *invasão* de Guahory pelo campesinato, declarando que “a esta superficie, buscan agregar 1.905 hectáreas que tienen legítimos propietarios, con títulos en la mano o bien con documentos de cancelación de cuotas expedidas por el mismo Indert”.

Em 12 de junho de 2017 ocorreu outra desterritorialização violenta, onde brasileiros identificados contrataram uma empresa de segurança privada para realizar tal ação, que foi denunciada pela FNC ao Ministerio del Interior e a Fiscalía General del Estado (FUKUOKA, 2017). No dia 20 de setembro de 2017 a *Cámara Baja de Diputados* aceitou, por maioria, o veto do Poder Ejecutivo à proposta que estabeleceu a expropriação de diversas propriedades da colônia Guahory, para ser transferida para seus atuais ocupantes, para fins de reforma agrária (LA NACIÓN, 21 set. 2017). Ainda segundo a mesma notícia, o Partido Colorado sinalizou que a quantidade de terras a ser expropriada apenas beneficiaria um total de 60 pessoas, que seriam *manipuladas* por setores políticos e sociais que não compartilham a administração do atual governo e que os títulos apresentados pelos sojicultores brasileiros são aprovados pelo INDERT.

Em 13 de julho de 2018, a FNC novamente denunciou uma tentativa de desterritorialização forçada realizada por 500 policiais comandados por produtores brasileiros que se apropriam de terras por meio ilegal (LA NACIÓN, 13 jul. 2018). Em entrevista os membros da FNC nos relataram sobre o receio do Estado paraguaio – e conflitos de interesses – em reviver em Guahory o que ocorreu em Curuguaty no ano de 2012, porque tem-se o conhecimento que a maior parte dos movimentos camponeses paraguaios são movimentos armados.

Segundo Vuyk (2017), o caso de Guahory mostra o caráter repressivo, violento e antinacional do Estado paraguaio e, ao mesmo tempo, evidencia a resistência do povo paraguaio na defesa do território. “La misma frena el desarrollo nacional, manteniendo al Paraguay subordinado al proyecto imperialista regional y mundial, como proveedor de tierra, energía, recursos naturales y mano de obra barata” (VUYK, 2017, p. 02).

O caso de Guahory mostra a corrupção existente dentro de órgãos estatais e evidencia o que Palau, Cabello, Mayeyens, Rulli e Segovia (2007) já enfatizou sobre o papel dos funcionários departamentais do INDERT como agentes imobiliários. Guahory é apenas um exemplo da luta diária dos camponeses e indígenas no Paraguai contra os latifundiários, sobretudo brasileiros e na região Oriental. O problema de irregularidade de terras é histórico, mas estas terras continuam sendo repassadas pelo Estado a



latifundiários e empresas, gerando conflitos cada vez mais intensos e criminalizando a população camponesa e indígena desterritorializada.

Deste modo, as políticas públicas no Paraguai e a ação do INDERT é totalmente a favor das empresas e latifundiários estrangeiros. Isso torna-se visível no momento em que entrevistamos um funcionário do INDERT<sup>250</sup>, que quando questionado a respeito da posição do INDERT em relação a aquisição de terras por estrangeiros no país, nos afirmou que não havia problema algum, que era a solução para a agricultura paraguaia, uma vez que ensinava os camponeses do país a produzir, “*que mal tem barrar o desenvolvimento?*” Em maio de 2017, o Instituto de Estudios Comparados em Ciencias Penales y Sociales (INECIP), com o apoio da agência sueca Diakonía denunciou o Estado Paraguai diante da Comisión Interamericana de derechos Humanos (CIDH) pela violação dos direitos dos camponeses no caso de Guahory [Caaguazú] e assentamento San Juan [Canindeyú] (ÚLTIMA HORA, 26 mai. 2017).

Os exemplos de cada uma destas empresas e *brasiguayos* aqui citados mostram os impactos no território que a estrangeirização promove e como o processo estudado abarca uma rede, envolvendo empresas transnacionais, estrangeiras de capital regional, latifundiários brasileiros, fundos [em menor escala], cooperativas, grêmios do agronegócio, elite nacional, governo paraguaio e brasileiro e mídia – nacional e estrangeira – que agem no território desterritorializando comunidades camponesas e indígenas.

A partir desta breve exposição sobre o capital estrangeiro no Paraguai observamos que há empresas de fato territorializadas e empresas que apenas possuem escritórios e que controlam a produção de *commodities* no país e comercialização em escala global, como é o caso da ADM, Bunge, Cargill e Dreyfus. Estas corporações transnacionais, embora não sejam territorializadas, controlam o território por meio do seu uso. Tais empresas raramente se envolvem em conflitos, com exceção da Bunge, que em 2004 foi mencionada em irregularidades econômicas e Cargill, por impactos ambientais na implantação de um porto no departamento de Central.

Já as empresas de capital regional e *brasiguayos* lideram os conflitos ambientais e, especialmente, aqueles em torno da propriedade da terra. A fraca *governança* e possibilidade de *capturar* o Estado, possibilitam a falsificação de títulos e intensas ações de desterritorialização comandadas pela polícia nacional. Tais ações são caracterizadas como violentas e como violação dos direitos humanos, não apenas porque fere o acesso à terra, mas pelo fato de infringir os direitos a vida.

---

<sup>250</sup> A entrevista foi realizada na sede do INDERT, em Asunción no dia 01 dez. 2015. O funcionário entrevistado não autorizou a divulgação do seu nome.

Por tal motivo é frequente denúncias contra o Estado paraguaio a Corte Internacional de Direitos Humanos. Esta dinâmica modifica todo o território e as relações sociais, produzindo impactos territoriais multiescalares e multidimensionais. Neste sentido de impactos, conflitualidades e conflitos, a frase de Eduardo Galeano, redigida ainda na década de 1970, utilizada na epigrafe deste capítulo faz o total sentido: *“nós nos negamos a escutar as vozes que nos advertem: os sonhos do mercado mundial são os pesadelos dos países que se submetem a seus caprichos”*.

## **CAPÍTULO VI. ORGANIZAÇÃO DOS MOVIMENTOS SOCIOTERRITORIAIS PARAGUAIOS FRENTE AO AVANÇO DO CONTROLE E ESTRANGEIRIZAÇÃO DO TERRITÓRIO: AGRONEGÓCIO MUNDIAL, RESISTÊNCIA LOCAL**

---

*“A monocultura é uma prisão. A diversidade, ao contrário, liberta”.  
As Veias Abertas da América Latina, Eduardo Galeano.*

A história social do Paraguai é uma história de luta contra a estrangeirização de seu território. O início do século XX foi marcado por latifúndios para a extração de madeira e de erva-mate, as chamadas economias de enclave (GALEANO, 1996). É neste cenário que surgem os primeiros movimentos socioterritoriais no Paraguai, apresentando características singulares, reflexo do período e da sua consciência enquanto sujeito coletivo. Falar sobre movimento socioterritorial no Paraguai é um desafio, porque tem-se negligenciado historicamente a presença destes atores na sociedade paraguaia, não só em escala nacional, mas em toda a América Latina – no qual um dos reflexos é a escassez de material bibliográfico sobre o mesmo.

Antes de tudo, compreendemos por movimentos socioterritoriais como aqueles no qual o trunfo é o território, isto é, *razão de sua existência*, seu território de vida (FERNANDES, 2005). O território é um trunfo no movimento de enfrentamento e de resistência ao capital (RAFFESTIN, 1993). Fernandes (2005, p. 31) argumenta que “todos os movimentos produzem algum tipo de espaço, mas nem todos os movimentos têm o território como trunfo”, assim, os movimentos socioterritoriais parte da perspectiva geográfica para compreender a luta. Os camponeses organizados em movimentos socioterritoriais produzem espaços – políticos, sociais e culturais – através de suas ações.

Frente ao avanço das relações capitalistas no campo, desde sua forma mais arcaica ainda no início do século passado, o movimento camponês paraguaio se constituiu como um ator histórico na luta pela resistência e defesa de seu território (FOGEL, 1986; ALDERETE, 2015). Segundo Origuéla (2019, p. 52) “as resistências territoriais, sobretudo no que se refere às organizações camponesas, são resultados da rebeldia desses sujeitos, que desejam certo poder, domínio ou controle, disputando com as empresas transnacionais e, em alguns casos com o Estado, os territórios e os seus usos”.

Neste sentido, em escala paraguaia, o movimento camponês é o único questionador do modelo de desenvolvimento imposto pelas potências imperialistas (GONZÁLEZ, 2014) e possui um caráter reivindicativo (PLIZ, RIQUELME e VILLALBA, 2002). “En la curiosa estructura social paraguaya los campesinos se han convertido en el actor social progresista, y entre las clases subalternas sólo ellos constituyen una clase para sí, que se moviliza tanto contra el Estado como contra sojeros y ganaderos” (FOGEL, 2009, p. 55).

Neste sentido, compreendemos que a partir do momento que o campesinato se organiza em diferentes movimentos socioterritoriais, para defender e lutar pelo seu território, o mesmo está resistindo ao avanço da estrangeirização. Por isso, a iniciativa de se organizar em movimentos é um ato de resistência, *resistências desde abaixo*<sup>251</sup> (BORRAR JR e FRANCO, 2013; HALL, EDELMAN, BORRAS JR, SCOONES, WHITE e WOLFORD, 2015). No Paraguai cada vez mais é frequente este tipo de ação de resistência, especialmente “cuando en las organizaciones comunitarias, desde abajo, se vayan consolidando estas nuevas prácticas de democracia participativa, asamblearia y soberanas” (VILLAGRA, 2015b, p. 50). Diante do desenvolvimento contraditório do modo capitalista de produção e do seu avanço cada vez mais ofensivo, há a recriação de relações não-capitalistas de produção, tais como o campesinato e a propriedade capitalista da terra (OLIVEIRA, 2007).

Diferentemente do agronegócio, que se constituiu como um complexo de sistemas que atua em escala mundial, a resistência frente ao avanço da estrangeirização é local<sup>252</sup>, porque os principais impactos deste processo [a curto e longo prazo] são sentidos no local. Por isso a relevância dos estudos de caso na temática da estrangeirização (BORRAS JR e FRANCO, 2013). Existem sim práticas e estratégias em escala departamental e nacional, como as articulações de movimentos. Porém, a principal resistência ocorre na escala do lote, pois a unidade familiar é a célula de organização camponesa e a base para a organização de um movimento (MORA, 2006)<sup>253</sup>, por isso há muitos movimentos socioterritoriais de atuação isolada (FERNANDES, 2005) no Paraguai.

---

<sup>251</sup> Tradução livre para *resistance from below* [ver BORRAS JR e FRANCO, 2013; HALL, EDELMAN, BORRAS JR, SCOONES, WHITE e WOLFORD, 2015].

<sup>252</sup> Embora haja movimentos [e articulações de movimentos] em escala mundial que lutam contra a estrangeirização da terra, como o exemplo do *Stop Land Grabbing!*, da Via Campesina em 2012.

<sup>253</sup> Carlos Mora (2006) enfatiza diferentes elementos que influenciam na organização de movimentos locais, como as relações de parentesco e compadrio [que são comuns em colônias mais antigas] e a origem da própria colônia e sua relação com antecedentes de luta.

## 6.1. Constituição dos movimentos socioterritoriais no Paraguai

---

Desde o final da guerra da Tríplice Aliança o campesinato paraguaio tem se organizado para defender e lutar pelos seus interesses. As formas de articulação e resistências são reflexos do momento em questão – seja através de experiências de organização econômicas, como cooperativas, seja de índole reivindicativo (GALEANO, 1996). Há dois elementos importantes para compreender a constituição e evolução dos movimentos socioterritoriais paraguaios. Em primeiro lugar, no primeiro regime do controle e estrangeirização do território a luta do campesinato – quando surgem os primeiros movimentos de luta pelo território – era contra questões pontuais que os afetavam, como a sua desterritorialização pelo capital estrangeiro que havia se apropriado do seu território. As ações coletivas do campesinato não estavam relacionadas com os interesses de classe, porque não se tinha a consciência de que este modelo o explorava (FOGEL, 1986 e 2001a; MORÍNGO, 2003).

Em segundo lugar, historicamente, os movimentos socioterritoriais paraguaios se constituíram expressivamente *como movimientos socioterritoriais aislados*. Isto significa, aqueles que atuam em determinado espaço geográfico equivalente. Segundo Fernandes (2005, p. 32), os movimentos são caracterizados como isolados não por estarem sem contato com outras instituições, mas sim por atuarem em um espaço geográfico restrito, ou seja, não está territorializado em todo o país, situação que reflete até a atualidade<sup>254</sup>. Embora haja movimentos territorializados no país, que se constroem através de uma “rede de relações com estratégias políticas que promovem e fomentam a sua territorialização” (FERNANDES, 2005, p. 32). Talvez esta forma de organização isolada seja reflexo do próprio insulamento das comunidades camponesas no Paraguai (MORA, 2006), recordando que a infraestrutura do país é precária [vias de acesso e comunicação], o que dificulta a articulação de movimentos.

Ya desde las primeras décadas del siglo XX, los pequeños productores de la región se orientan a formas arcaicas de protesta campesinas – bandolerismo social y movilizaciones convocadas por líderes no campesinos – como también acciones colectivas, frecuentemente conflictivas, orientadas a la ocupación de tierras (FOGEL, 2001a, p. 42).

Segundo Riquelme (2003, p. 46), os primeiros movimentos socioterritoriais no Paraguai foram organizados com a finalidade de “detener el desalojo peticionando a las

---

<sup>254</sup> Este cenário apenas foi alterado com a redemocratização do Paraguai a partir de 1989, porém o número de movimentos socioterritoriais isolados ainda é expressivo.

autoridades que sus derechos de ocupación fueran reconocidos y respetados”. Contudo, estes movimentos não atraíam grande contingente de camponeses, mas sim apenas aqueles diretamente afetados pelas leis de venda de terras públicas [1883 e 1885]. Ou seja, aqueles que foram desterritorializados e estavam lutando por seu território, visto que a luta era bastante pontual (NUÑEZ, 2013). Posteriormente, entre os anos 1910 e 1930, os movimentos socioterritoriais novamente voltaram à cena. Neste momento, os *grêmios obreiros*, através de uma corrente anarquista, organizaram os agricultores nos distritos nos arredores de Asunción, com o objetivo de estudar e defender os interesses dos camponeses e de combater os problemas sociais presentes nesta classe (RIQUELME, 2003; PALAU, 2014).

Após estas organizações, apenas na década de 1960 que os camponeses começaram a se articular novamente devido o processo de minifundização e consequente pauperização na região central do Paraguai, zona camponesa tradicional (RIQUELME, 2003; VÁZQUEZ, 2006). Em 1963 com a criação do IBR há a institucionalização de uma política de reforma agrária *colonizadora*, através da criação de colônias camponesas estatais na região Leste do Paraguai com o objetivo por fim nos conflitos gerados pela minifundização no centro do país (MORÍNGO, 2005), a conhecida *Marcha hacia el Este*.

Este evento, como há citado, coincidiu com a *Marcha hacia el Oeste*, oriunda do Brasil em direção região fronteira Oriental, no Paraguai (RIQUELME, 2005), iniciando o segundo regime do controle e estrangeirização do território no país. Para agravar a situação, a ditadura stronista doou uma massiva quantidade de terras para simpatizantes do governo, militares e estrangeiros, desterritorializando camponeses paraguaios e proporcionando uma reconcentração fundiária<sup>255</sup>, as conhecidas *tierras malhabidas*, também já referenciada no capítulo III.

Neste contexto, na década de 1960 surgiu o primeiro movimento concreto de luta pela terra no país, as Ligas Agrarias Cristianas (LACs), que se origina como Comunidades Eclesiais de Base (CEBs) (TALESCA, 2004). Segundo Campos (1992, p. 18) “la reconstitución del actor colectivo campesino fue posible gracias al trabajo realizado por la acción pastoral de la Iglesia”. O movimento teve sua origem na Paróquia de Santa Rosa, departamento de Misiones, englobando camponeses de Cordillera, Paraguarí, Caaguazú, San Pedro e Misiones, que correspondiam e ainda correspondem aos departamentos com maior concentração da população camponesa.

---

<sup>255</sup> Visto que, em tese, houve uma redistribuição de terras com a criação de colônias pelo IBR.

El núcleo fundacional estuvo localizado en este punto del departamento de Misiones<sup>256</sup>. Posteriormente, se fue extendiendo rápidamente a otros departamentos del país: Paraguari, Cordillera, San Pedro, Caaguazú, Concepción y Alto Paraná. Ya en 1964 se constituyó la FENALAC (Federación Nacional de Ligas Agrarias Cristianas) (ESPÍNOLA, 2008, p. 128).

Segundo o Informativo Campesino (jul. 1993), nos primeiros anos as LACs não possuíam objetivos claros e a médio prazo<sup>257</sup> e até o princípio da década de 1970 se definiam como “campesinos cristianos organizados y comprometidos en una tarea común, los que les unió fu ella defensa de sus tierras, en forma espontánea” (INFORMATIVO CAMPESINO, ago. 1993, p. 10). As Ligas Agrarias “buscaron construir una organización social y productiva sustentada en la solidaridad y la cooperación descartando la rentabilidad y el mercado como los ejes articuladores” (VILLAGRA, 2014, p. 64). As reivindicações das Ligas Agrarias eram comunitárias, luta pela terra e anti-repressivas (INFORMATIVO CAMPESINO, set. 1993), materializadas através de chácaras comunitárias, comercialização conjunta, armazéns de consumo, escolas campesinas e minga<sup>258</sup> (INFORMATIVO CAMPESINO, set. 1993).

É importante ressaltar que o surgimento das LACs coincidiu com os primeiros efeitos da territorialização de latifundiários e camponeses brasileiros no Paraguai. Neste período, o campesinato já possuía uma identidade de movimento coletivo e de que eram explorados pela agricultura capitalista que estava avançando no país. Contudo o movimento foi perseguido e brutalmente desarticulado pelo regime militar no ano de 1976 (TALESCA, 2004), episódio conhecido como *Pascua Dolosa* (MORÍNGO, 2003). Durante a ditadura as organizações sociais eram consideradas um perigo a política de segurança

---

<sup>256</sup> Não se sabe ao certo o local de surgimento das LACs. Alguns afirmam que as LACs foram criadas no distrito de Quiindy, departamento de Paraguari em 1962 e outros argumentam que a criação foi no departamento de Misiones (INFORMATIVO CAMPESINO, jul. 1993).

<sup>257</sup> Há uma mudança nos objetivos das LACs entre 1960 e 1970. Segundo o Informativo Campesino (ago. 1993) os objetivos do movimento na década de 1960 eram: “1) liberación del pecado social, engano; 2) eliminar la explotación del hombre por el hombre [se discutían las necesidades de transformar las estructuras políticas para encontrar soluciones a problemas campesinos]; 3) dar respuestas a los intereses inmediatos de los pequeños productores agrícolas [constitución de almacenes de consumo, con actividades de comercialización; 4) Buscar la promoción de la justicia entre los hombres” (INFORMATIVO CAMPESINO, ago. 1993, p. 11). Na década de 1970 os objetivos eram: “1) formar hombres nuevos y poder construir una nueva sociedad; 2) para ello, necesitamos liberarnos de nuestro egoísmo y de toda clase de estructuras opresoras; 3) económicamente llegar a socializar la tierra y los medios de producción dentro de un sistema que no sea totalitario; 4) no aceptar el comunismo porque es sin Dios y absolutista; 5) querían un socialismo nuevo impulsado por la fé y su realidad; 6) que los bienes estén al servicio de los hombres; 7) que la educación salga del pueblo, al servicio del pueblo, que forme verdaderas personas, formar hombres capaces de pensar y decidir su destino por sí mismos, una educación realista bien campesina y cristiana en su propia lengua guaraní; 8) independencia de los partidos políticos; 9) destruir estructuras opresoras y crear nuevas de servicio integral a todos los hombres; 9) asumir nuestro compromiso temporal autónomamente en el proceso de liberación, conforme el plan de Dios y a nuestra realidad” (INFORMATIVO CAMPESINO, ago. 1993, p. 11).

<sup>258</sup> É uma tradição indígena que corresponde ao trabalho coletivo de camponeses em turnos em suas respectivas chácaras e o mesmo grupo vai passando por diferentes propriedades (INFORMATIVO CAMPESINO, set. 1993).

nacional (MORA, 2006). Segundo Villagra (2014) e Palau (2014), as Ligas Agrarias desapareceram, mas deixaram sementes que permitiram a formação de novas organizações camponesas a partir da década de 1980.

Antes mesmo do fim da ditadura já haviam pequenas organizações que lutavam pela reforma agrária, contra a repressão do regime ditatorial e melhores preços para as safras de algodão (MORAES e VIEIRA, 2015). Com a abertura democrática se inicia uma nova fase na luta pela terra no Paraguai<sup>259</sup> (NUÑEZ, 2013). No dia da abertura democrática – 03 de fevereiro de 1989 – camponeses ocuparam dois latifúndios improdutivos, mostrando que agora a principal forma de luta pelo acesso à terra seria a ocupação (RIQUELME, 2003; FOGEL, 2006). A abertura política permitiu o fortalecimento da organização do campesinato paraguaio através de movimentos socioterritoriais, que já vinham se articulando nos momentos finais da ditadura, possuindo o mesmo objetivo principal: reforma agrária integral, que abarca acesso à terra, assistência técnica, crédito e soberania alimentar (ROMERO, 2015).

La apertura democrática en febrero de 1989, como es sabido, ha posibilitado a los campesinos la exteriorización de sus reclamos por la tierra, que durante el largo período de la dictadura han sido sistemáticamente soslayados. Sólo durante ese año se produjeron setenta y tres ocupaciones de tierras y se registraron cerca de noventa conflictos, lo que habla de la envergadura del problema (...) Esta apertura democrática, como era de esperar, generó un gran movimiento de lucha por la conquista de la tierra. Los campesinos, articulados en coordinaciones zonales, regionales y nacionales, comenzaron a presionar al gobierno y a los terratenientes con ocupaciones y con movilizaciones. Con esta intensa lucha, los campesinos sin tierra estaban atacando los cimientos mismos del poder político y económico de la oligarquía paraguaya. Ante la incontenible ola de ocupaciones, el entonces presidente de la República, general (RIQUELME, 2003, p. 07-08).

Apesar das ações de pequenos movimentos camponeses, até meados da década de 1990, o movimento sindical foi o principal articulador na luta pelo território no Paraguai, contudo entrou em profunda crise, o que permitiu que o movimento camponês se consolidasse como principal articulador no acesso ao território (PALAU, 2014). É neste momento que “o campesinato, excluído historicamente da esfera política, se converte em ator político com representação própria” (KRETSCHMER, 2011, p. 45) e “nunca antes se había dado en el Paraguay esta forma masiva, sistemática y organizada de resistencia campesina” (SCHVARTZMAN, 2017, p. 221).

---

<sup>259</sup> Com o avanço do neoliberalismo, desde a década de 1980 os movimentos socioterritoriais latino-americanos procuram outras formas de lutar (ZIBECCHI, 2003).



Pela primeira vez, os movimentos camponeses paraguaios estavam tendo possibilidades de pleitear a democratização da terra, gerando a incorporação de dezenas de famílias e lotes ao sistema produtivo rural, e de defender um novo modelo de exploração capitalista agrícola no país. Com ações de mobilização social, houve realizações de marchas e ocupações de grandefúndios, muitos pertencentes a brasileiros. Os imigrantes e o modelo de exploração da terra importado do Brasil eram vistos por esses movimentos como um dos responsáveis por acentuar as desigualdades existentes no país, o que resultou na deflagração de profundos conflitos (MORAES e VIEIRA, 2015, p. 372).

Com a abertura democrática novos movimentos camponeses foram criados e aqueles já constituídos aumentaram suas ações com antigas e novas demandas (GALEANO, 1996). Nas palavras de Galeano (2011, p. 177) “en el clima de la transición democrática surgieron las condiciones propicias para la creación y el rápido fortalecimiento de organizaciones campesinas, que antes habían sido duramente reprimidas por la dictadura”. Exemplos de movimentos criados são o Movimiento Campesino Paraguayo (MCP) (1980), a Coordinación de Productores Agrícolas (CONAPA) (1986)<sup>260</sup>, a Organización de Lucha por la Tierra (OLT) (1993) e Mesa Coordinadora Nacional de Organizaciones Campesinas (MCNOC) (1994), embora esta última de constitua como uma articulação de movimentos. Em escala departamental e local, neste período se constituíram expressivos movimentos como a Organización Campesina del Norte (OCN), Coordinadora de Agricultores de San Pedro Norte e Asociación de Agricultores del Alto Paraná (ASAGRAPA).

Além destes movimentos conhecidos nacionalmente, o número de movimentos atuantes em escala local é expressivo. É muito comum as colônias se organizarem em forma de movimento para lutar pela terra e pela sua permanência mesma sem a articulação com movimentos com atuação nacional. Por este motivo, segundo Palau (1996), na década de 1990 haviam 40.000 camponeses organizados em aproximadamente 700 movimentos, sendo dez de atuação nacional, trinta em escala regional e 650 em âmbito local, evidenciando que ocorre na multiescalaridade da resistência. Fogel (2001b) destaca que os desencontros ideológicos entre os movimentos camponeses foram intensos durante o período, de modo que fragmentou a luta e culminou na criação de novos movimentos.

Los desencuentros ideológicos entre grupos campesinos contribuyen a la atomización de las organizaciones, a tal punto que a fines de 1992 los 70 mil campesinos afiliados a 753 bases distribuían su adhesión a 53 organizaciones regionales, integradas a su vez a 10 organizaciones nacionales (FOGEL, 2001b, p. 226).

---

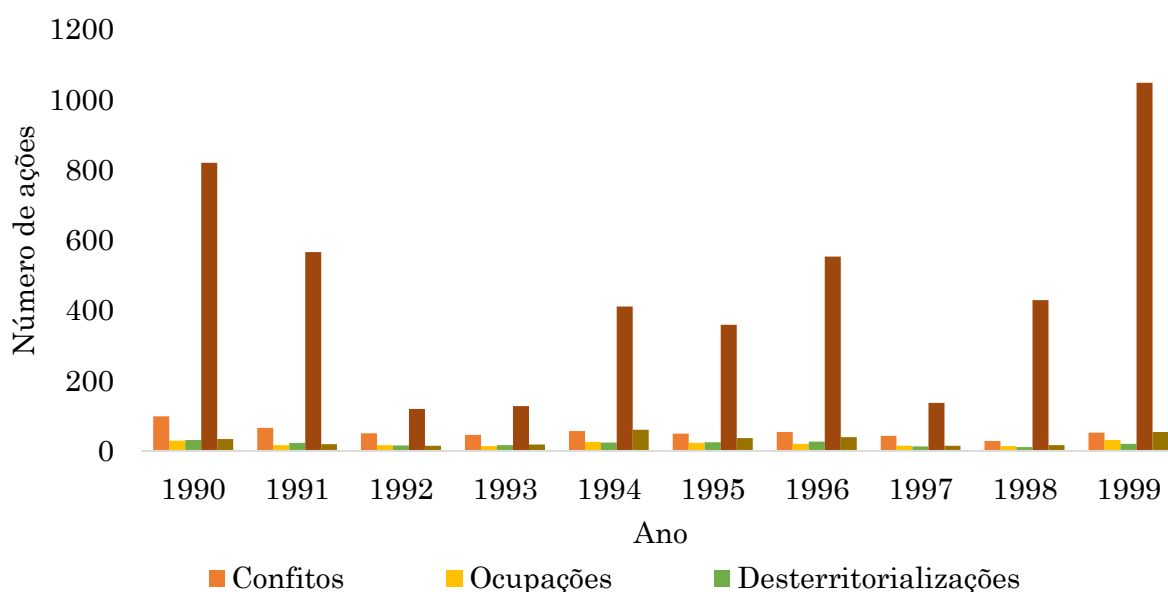
<sup>260</sup> Desapareceu em 1991, dando lugar a FNC.

A transição democrática significou a incorporação do campesinato a organizações tipo gremiais, que buscavam a representação dos seus interesses frente a esfera do Estado (FOGEL, 2001b). Porém, a abertura democrática não significou a representação dos interesses do campesinato, como estes pensaram que seria (FOGEL, 2006), foi uma transição conservadora (BARRETO, 2005), o que resultou na intensificação das ações dos movimentos socioterritoriais, logo, no aumento dos conflitos.

Em consonância, a Assembleia Nacional Constituinte (1992), por meio da Asociación Rural del Paraguay (ARP), instaurou a impossibilidade de expropriação de terra por vias formais (FOGEL, 2006; NUÑEZ, 2013), intensificando ainda mais as ocupações, respondidas com violência pelo agronegócio. Foi justamente neste período que as organizações nacionais, departamentais e distritais se fortaleceram e incorporaram novos temas a agenda, tais como a necessidade de políticas públicas de desenvolvimento do mercado interno através da agroindustrialização, basicamente do algodão, cultivo de renda do campesinato e maior presença estatal na economia (FOGEL, 2006).

As demandas foram se complexificando com o passar do tempo, o que exigiu novas estratégias de luta, como articulação com outros setores, como organizações sindicais e partidos. As mobilizações camponesas se intensificavam a medida que suas expectativas iniciais não eram cumpridas e que a pobreza aumentava (FOGEL, 2001a e 2001b). O Gráfico 10 expressa os conflitos pela terra registrados durante a década de 1990.

**Gráfico 10. Paraguai – Evolução dos conflitos pela terra na década de 1990.**



Fonte: CDE (2007); Org.: Autora (2019).

Observa-se que conforme se eleva o número de ocupações e manifestações, concomitantemente intensifica-se a repressão através das detenções, tendência que a cada vez mais se reproduz no país. As diferentes ações do movimento camponês proporcionaram a difusão e debate da questão agrária na esfera pública, para além do rural, fazendo com que suas reivindicações fossem concebidas como questões sociais que afetam toda a sociedade e não apenas o território rural. A questão agrária é um problema social. Como argumenta Galeano (2003), o campesinato na década de 1990 adquiriu um protagonismo social.

É complicado realizar uma exposição histórica de cada um destes movimentos, uma vez que a maioria não tem referências ou páginas eletrônicas que possibilitem tal exercício. Cabe destacar que os movimentos socioterritoriais são negligenciados pelo Estado e pela mídia, que criminalizam suas ações. Palau, Irala e Coronel (2017), na tentativa de sistematizar os movimentos socioterritoriais atuantes no Paraguai, evidenciam a existência atualmente de onze movimentos camponeses e dois indígenas atuantes em escala nacional, o que não significa que estejam em todos os departamentos do Paraguai, mas que não possuem uma ação isolada. Durante o desenvolvimento da pesquisa identificamos 22 movimentos que lutam pelo território no Paraguai (Quadro 10).

<b>Quadro 10. Paraguai – Movimentos socioterritoriais – 2019.</b>			
<b>N.</b>	<b>Movimento</b>	<b>Sigla</b>	<b>Ano de formação</b>
1	Coordinadora de Agricultores de San Pedro Norte e Asociación de Agricultores del Alto Paraná	ASAGRAPA	1980
2	Movimiento Campesino Paraguayo	MCP	1980
3	Organización Nacional Campesina	ONAC	1985
4	Organización Campesina del Norte	OCN	1986
5	Coordinación Regional de Agricultores de Itapúa	CRAI	1990*
6	Coordinadora Campesina Cordillerana	CCC	1990*
7	Organización Campesina Regional de Concepción	OCRC	1990*
8	Federación Nacional Campesina**	FNC	1991
9	Organización de Lucha por la Tierra	OLT	1993
10	Mesa Coordinadora Nacional de Organizaciones Campesinas	MCNOC	1994
11	Coordinadora de Mujeres Trabajadoras Rulares e Indígenas	CONAMURI	1998
12	Movimiento Agrario del Paraguay	MOAPA	2002
13	Asociación Movimiento Agrario y Popular	MAP	2003
14	Central Nacional de Organizaciones Campesinas, Indígenas y Populares	CNOCIP	2005
15	Liga Nacional de Carperos	LNC	2010

16	Mesa de Articulación Indígena	MAIPY	2012
17	Movimiento de Recuperación Campesina de Curuguaty	MRCC	2012
18	Coordinadora Departamental de Organizaciones Campesinas de Concepción	CDOCC	2013
19	Coordinadora de Trabajadores Campesinos y Urbanos	CTCU	2014
20	Cultiva Paraguay	CP	2014
21	Mujeres Indígenas del Paraguay	MIPy	2014
22	Coordinadora Nacional Intersectorial	CNI	2016
*Movimentos criados na década de 1990, porém sem ano definido.			
**Criado em 1986 como Coordinación de Productores Agrícolas (CONAPA).			
Fonte: DATALUTA Paraguai; Org.: Autora (2019).			

Sublinhamos que há centenas de outros movimentos atuantes em escala local, a nível de colônia ou assentamento, contudo não temos acesso a estes, não há pesquisas que tenham como objetivo o estudo destes movimentos e suas lutas são *invisibilizadas*. Sobre os movimentos nacionais, segundo Mora (2006), a maioria foi fundada em âmbito local e foram expandindo a sua luta com o avanço do modelo agroexportador na década de 1990 e com a não obtenção dos resultados esperados com a abertura democrática, a luta pela terra deixa de ser isolada e torna-se articulada (FOGEL, 2001b). Os departamentos que apresentam maiores números de movimentos são aqueles nos quais a presença de empresas e latifundiários brasileiros dedicados ao cultivo de soja é mais expressiva.

Isso não é uma mera coincidência, mas uma resistência resultante do avanço violento do agronegócio na região. Todos os departamentos limítrofes com o Brasil apresentam os mais expressivos números de movimentos, exceto por Amambay, que possui cinco movimentos territorializados, contra 14 de Canindeyú e 13 em Alto Paraná e Itapúa. Caaguazú e San Pedro, embora não estejam localizados na região fronteiriça, também contam com 13 movimentos socioterritoriais, isso porque é a área de expansão da produção da soja. Conforme a soja se expande, intensificam-se os conflitos e o campesinato se organiza para resistirem no seu território.

Ao contrário, há um baixo número de movimentos atuantes nos três departamentos da região Ocidental – Alto Paraguay, Boquerón e Presidente Hayes – com um, dois e seis movimentos respectivamente. Como a região Ocidental é uma área de expansão da fronteira agrícola, presume-se que haja uma resistência maior, pois de acordo com o avanço do capital, intensifica-se as resistências. Contudo, três pontos deve ser considerados a respeito da região. Primeiramente a baixa densidade demográfica<sup>261</sup>,

<sup>261</sup> Em entrevista com especialista durante trabalho de campo nos foi relatado que após a Guerra do Chaco, em 1935, houveram políticas para povoamento da região, especialmente beneficiando aqueles que lutaram na

concentrando apenas 3% da população paraguaia, o que não significa que a terra é *marginal* – no discurso do Banco Mundial (2011) – mas que a população é dispersa, o que pode dificultar a articulação em movimentos socioterritoriais.

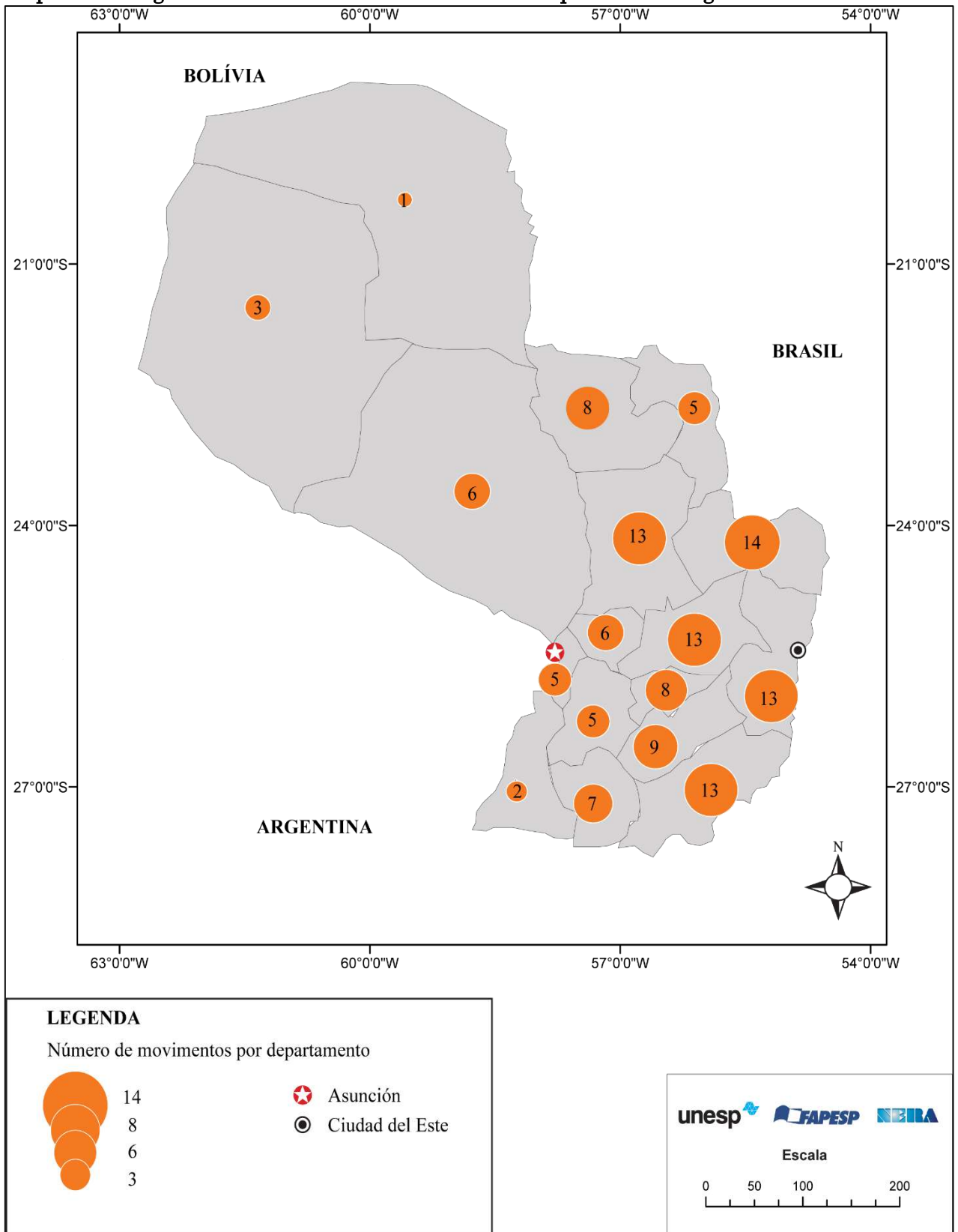
Em segundo, relacionado com o primeiro, há uma escassez imensa de infraestruturas – comunicação e logística – há pontos da região Ocidental que o acesso é possível apenas por via aérea, isto significa que as vezes podem haver conflitos com ocupações ilegais, bem como resistências, e a sociedade nem sequer tem o conhecimento. Por fim, não há colônias de reforma agrária do INDERT na região, assim, os principais afetados são comunidades indígenas que optaram pelo isolamento voluntário. A particularidade do Chaco é que há diferentes ONGs internacionais monitorando e denunciando o desmatamento e a violação dos direitos humanos na região, com diferentes denúncias na Corte Interamericana de Direitos Humanos<sup>262</sup>. O Mapa 12 expressa o número de movimentos atuantes por departamento.

---

Guerra. Contudo, a política não foi efetivada porque a população não aderiu sob a justificativa de que aquela terra era *amaldiçoada* devido ao sangue derramado durante o conflito armado.

<sup>262</sup> Mesmo com diferentes denúncias, o governo paraguaio não as respondeu e, muito menos, resolveu a situação de camponeses e indígenas.

**Mapa 12. Paraguai – Movimentos socioterritoriais camponeses e indígenas – 2019.**



Fonte: DATALUTA Paraguai (2019); Org.: Autora (2019).

Entendemos a importância de todos os movimentos socioterritoriais em seus contextos específicos. Análises mais apuradas poderão ser encontradas no material de apoio XII. Outra particularidade do Paraguai que desde a década de 1990 os movimentos se organizam em articulações, semelhante a estrutura da Via Campesina, algo que não é comum no Brasil. No ano de 1994, inspirada na experiência da Via Campesina, as organizações camponesas mais expressivas fundaram no Paraguai a Mesa Coordinadora Nacional de Organizaciones Campesinas (MCNOC), que se constitui como uma organização que articula movimentos regionais com relativa autonomia (FOGEL, 2006) e com uma ideologia classista com uma estratégia de caráter pragmático (GALEANO, 2011).

Segundo Tomás Palau (2005), a MCNOC articulação que aglutina trinta movimentos – organizados em comitês, associações, comunidades e moradores organizados em comissões locais, ou seja, é uma organização multiescalar – no qual suas reivindicações estão centradas na implementação de projetos produtivos e demandas de terra, educação e saúde, com o objetivo de fortalecer as reivindicações em forma conjunta. Movimentos expressivos na luta pela terra no país, como a OLT, Organización Nacional de Aborígenes e Indígenas de Paraguay (ONAI), CONAMURI, UCN e MCP, compõem MCNOC. Como já ressaltado, a história de luta pela terra no Paraguai é marcada pelas rupturas entre movimentos, de modo que em 1998 a FNC rompeu com a MCNOC (FOGEL, 2001b).

Estes movimentos citados se organizam de diferentes formas para resistir ao avanço do agronegócio no país, materializado na estrangeirização do seu território. Há uma quantidade expressiva de coordenadorias e frentes compostas por distintos movimentos com o objetivo de luta pelo território de acordo com as ofensivas do Estado e do agronegócio. Está é uma estratégia de resistência bastante presente no Paraguai após a onda de privatizações de 2002, contudo apresentam um caráter mais pontual. Dentre os movimentos citados apenas a CONAMURI, MCNOC, MCP, OLT, ONAI e MAP participam da Via Campesina.

## **6.2. *Resistência desde abaixo*: as ações dos movimentos socioterritoriais frente ao controle e estrangeirização do território**

---

Há diferentes formas de lutar e resistir ao avanço estrangeirização do território. A resistência depende do tipo de conflito gerado e à medida que o agronegócio estrangeiro se expande, os movimentos começam a se articular em busca de novas estratégias para a defesa do seu território. Assim como o capital estrangeiro se dispõe de táticas e articulações para controlar o território, o campesinato também possui as suas estratégias para

controlar o seu território. Ambos – agronegócio e campesinato – buscam o controle do seu território, o que os diferenciam são os objetivos, as ações e as compreensões de território.

Para o agronegócio o território é para proporcionar a ampliação de sua acumulação, no qual o objetivo único é a reprodução do capital. Para o campesinato a história é outra, o território é multidimensional. Significa a reprodução da vida, envolve mais do que uma relação meramente econômica, involucra a identidade, a cultura. Quando um camponês é desterritorializado, este não perde apenas a terra na qual executava a sua atividade laboral, ele perde o seu território, seu espaço de reprodução da vida.

O controle do território pelo campesinato se dá através de uma proposta que chamamos de *soberania do território*, que corresponde a uma ação contra a estrangeirização, considerando a terra enquanto território de vida. A soberania do território envolve outras soberanias, como alimentar, energética, territorial, econômica e social, se caracterizando como “the right of working peoples to have effective access to, use of, and control over land and the benefits of its use and occupation, where land is understood as resource, territory, and landscape” (BORRAS JR e FRANCO, 2012c, p. 01).

Entendemos que a luta pela soberania do território ocorre por meio da resistência desde abaixo (BORRAS JR e FRANCO, 2013), isto é, práticas de resistências efetuadas em escala local que variam de acordo com o tipo de conflito e impacto gerado pelos processos de controle e estrangeirização do território. Argumentamos que o local é a escala da resistência, visto que, como defende Harvey (2018, p. 133) “a resistência local aos poderes disruptivos, vinculados à acumulação infundável, é uma importante frente de luta anticapitalista”. Segundo (ADNAN, 2013, p. 97), “resistance to land alienation can thus cut either way with regard to the prospects of primitive accumulation and capitalist development, depending upon the configuration and balance of forces at a given conjuncture”.

Em um cenário de ascensão de movimentos transnacionais (BORRAS JR, EDELMAN e KAY, 2008), que correspondem a movimentos sociais ou *networks* de movimentos sociais que atuam em escala local-mundial, como a Via Campesina, é importante identificarmos as práticas de resistências locais, que ocorrem no âmbito da comunidade. No caso do Paraguai, as experiências locais atualmente correspondem as práticas mais exitosas de resistência camponesa frente ao avanço do agronegócio. As formas como ocorrem as resistências dependem de como a população é afetada.

Segundo Li (2011), genericamente as resistências variam de acordo com o modo com que as populações são incorporadas pelos investimentos em terras. Neste sentido, Li (2011) argumenta, sem pormenorizar, que as formas de resistência dependem se tais



transações de terras geram postos de trabalho ou não, ou seja, quando a terra é necessária, mas a mão-de-obra não, o resultado é a desterritorialização da população e quando a terra e o trabalho são necessários, há uma incorporação nos processos de controle e estrangeirização do território. O Relatório publicado pelo Banco Mundial em 2011 utiliza justamente o discurso de geração de empregos na tentativa de justificar as transações de terras em larga escala, o que segundo Li (2011) é falho, pois este processo de controle do território não gera empregos.

Na literatura sobre controle e estrangeirização do território, há o pensamento hegemônico que estes processos necessariamente resultam na desterritorialização massiva de comunidades, o que não é um fato (HALL, 2013). Há também a discussão em torno das lutas – como forma de resistência – das populações afetadas contra as transações de terras em larga escala. Porém Mamonova (2015) ao estudar o avanço do capital na apropriação de terras agrícolas na Ucrânia, evidenciou uma tendência à tolerância e aceitação por parte das populações afetadas.

The politics of dispossessed groups depend on the terms of inclusion in land deals; adaptive response strategies are common and can be advantageous for rural people; and peasants are more concerned with personal gains from land grabs than with benefits for the whole community, which often leads to their acceptance of large-scale land acquisitions (...) *The assumption that resistance is an indispensable response of the rural poor to land grabbing is ingrained in the politics of many social movements, nongovernmental organizations and rural development groups* (i.e. La Via Campesina, MST) (...) Land grabs affect different rural groups in different ways, which creates a variety of reactions to them, from outright resistance to reckless enthusiasm or cautious acceptance (MAMONOVA, 2015, p. 607 – grifo nosso).

Diante dos diferentes impactos, comunidades camponesas e indígenas são engajadas em diferentes formas de resistências, considerando a sua maneira de organização e história. Destacamos que embora haja uma resistência contra o controle e a estrangeirização do território, segundo Borrás e Franco (2010), o *land grabbing* precisa de uma resposta política mais contundente. No Paraguai a desterritorialização é massiva e não é o único impacto gerado pela estrangeirização do território. Seguindo o que propõe Li (2011), a população camponesa paraguaia não é incorporada pelo controle e estrangeirização do território. Neste sentido resistem a desterritorialização e aos demais impactos negativos causados por este modelo de desenvolvimento proposto pelo agronegócio e apoiado pelo Estado paraguaio. De acordo com González (2014, p. 61) “el movimiento campesino en la actualidad es la única fuerza real que trata de frenar el avance del agronegocio en Paraguay”.

Existem duas tipologias de resistência ligadas ao controle do território. A primeira corresponde a uma luta defensiva para resistir contra a apropriação de seus recursos, podendo ou não, resultar na sua desterritorialização. A segunda tipologia diz respeito a uma luta pró-ativa em que as comunidades locais desenvolvem modos de vida e sistemas de produção alternativos, como a agroecologia, desafiando o modelo dominante de desenvolvimento da agricultura. Defendemos que um tipo de resistência não exclui o outro sendo, assim, complementares. As lutas melhores sucedidas costumam usar uma gama múltipla de táticas, incluindo ação direta, mobilização em massa e estratégias legais. Contudo esta proposta de duas tipologias de resistência não se aplica totalmente a realidade paraguaia, pois o segundo tipo de resistência não está totalmente consolidado no país. No entanto há uma busca pelo mesmo através de iniciativas institucionais, feiras e experiências agroecológicas.

Segundo Palau (2013), o campesinato paraguaio reage a expansão do agronegócio de três formas. A primeira de caráter conformista, que aceitam e vendem/alugam seus lotes e *derecheras* e migram para a cidade, geralmente Asunción, se constituindo como uma população marginal e que posteriormente buscam outras maneiras de retornarem à terra. A segunda forma é a ação direta através de manifestações e ocupações de terra e a terceira maneira é via institucional através da articulação em frentes e coordenadorias. Nesta tese, através do diálogo entre teoria e trabalhos de campo em diferentes departamentos do Paraguai, dividimos as experiências de resistências frente ao controle e estrangeirização do território no Paraguai em sete categorias, conforme expressa o Organograma 22 sendo: acampamentos, manifestações, ocupações de terra, eventos e feiras em espaços públicos, constituições de articulações e frente de lutas entre movimentos, experiências agroecológicas e ações institucionais.

As três primeiras categorias correspondem as formas de resistência nas quais o enfrentamento é direto, ou seja, é um momento de conflito (FERNANDES, 2010). De acordo com a FNC, estas estratégias são as principais na luta contra a estrangeirização do território. Porém, a luta não se resume apenas ao momento de enfrentamento, mas estão inseridas em um processo de conflitualidade, que segundo Fernandes (2008) corresponde a um processo constante alimentado pelas contradições e desigualdades do capitalismo. A conflitualidade da estrangeirização do território é um processo permanente, pois é o movimento do conflito.

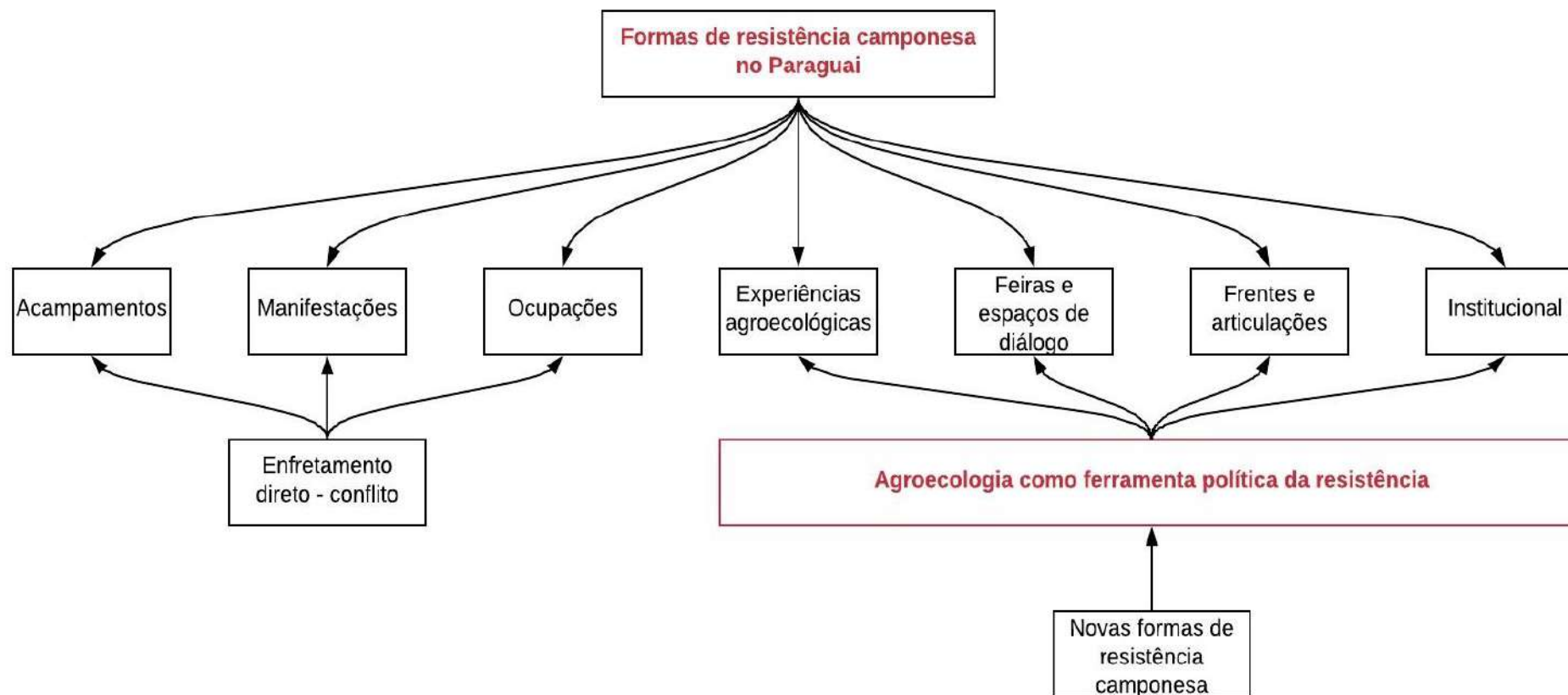
Durante a construção da pesquisa observamos uma diminuição significativa do número de ações correspondentes à tais categorias de resistência. Nossa hipótese é isso ocorre justamente devido a intensa criminalização dos movimentos socioterritoriais, que

possuem múltiplas dimensões. Um exemplo emblemático de tal criminalização é a política de amedrontamento do campesinato através da violência, que visa o seu extermínio (PALAU, CABELLO, MAYEYENS, RULLI e SEGOVIA, 2007), no caso nos referimos a modificação da Ley n. 1.337/99, que dispõe sobre a *Defensa Nacional y Seguridad Interna*<sup>263</sup>, caracterizando a luta pela terra como atividade terrorista (IRALA e CARDOZO, 2016). As outras quatro categorias de resistência não se caracterizam pelo enfrentamento direto, mas estão inseridas em um contexto de conflitualidade, tornando-se cada vez mais importante, devido ao contexto atual de criminalização da luta pela terra, por isso há uma reinvenção da luta pela terra. O Organograma 22 exemplifica as formas de resistência camponesa no Paraguai.

---

<sup>263</sup> Segundo Irala e Cardozo (2016, p. 189) “la presencia militar en el norte del país desde agosto del 2013 ha puesto especial énfasis en los controles de caminos vecinales, la regulación de las actividades de pobladores/as, la vigilancia de asentamientos campesinos, en ocasiones extorsiones a motociclistas, allanamientos violentos y recogida de información sobre lo que ocurre en la comunidades –sus acciones gremiales, sus reivindicaciones”.

**Organograma 22. Paraguai – Formas de resistência camponesa.**



Org.: Autora (2019).

Na segunda categoria de estratégias de resistências, ou seja, aquelas que estão inseridas na conflitualidade. A agroecologia é o vetor que norteia todas estas novas formas de resistências, porque a agroecologia é uma ferramenta política. Dentre estas estratégias encontramos as atividades em espaços públicos, como por exemplo as feiras, que tem sido bastante utilizadas pelos movimentos socioterritoriais, principalmente por aqueles que possuem uma bandeira de luta pela soberania alimentar, experiências de produção e comercialização de produtos agroecológicos e iniciativas de defesa territorial locais através de dispositivos legais de ordenamento territorial. Todas estas ações buscam mostrar para a sociedade os impactos negativos do modelo vigente e a possibilidade de novas alternativas de desenvolvimento.

### **6.2.1. Enfrentamento direto: das antigas práticas à reinvenção da luta camponesa no Paraguai**

---

As manifestações e ocupações de terra historicamente tem se constituído como as formas mais eficazes de acesso ao território pelo campesinato paraguaio (RIQUELME, 2003). A partir da onda de privatizações em 2002 e 2003 promovida por Luis Ángel González Macchi (1999-2003) e Nicanor Duarte Frutos (2003-2008) e da morte do filho da dirigente do COMANURI em 2003 em decorrência de intoxicação causada por fumigações em campos de soja, a luta dos movimentos socioterritoriais paraguaios adquire outro caráter e bandeira de luta. A luta deixa de ser apenas pela terra e torna-se uma luta pela vida e soberania. Neste contexto a reforma agrária torna-se um tema de interesse nacional.

Por primera vez, la reforma agraria está instalada como tema de interés nacional, y son las organizaciones campesinas las que con sus movilizaciones populares, sus muertos y sus permanentes incursiones en el escenario político, han logrado que, finalmente, todos los sectores hablen hoy de la necesidad de una reforma agraria, sin la cual la reactivación económica y productiva no pasará del mero discurso (BARRETO, 2005, p. 29).

Segundo Palau (2009), em 2002 depois da vitoriosa luta contra as privatizações, o governo de Nicanor Duarte Frutos, que assumiu a presidência do país em 2003, aumentou a repressão e as detenções aos militantes de movimentos socioterritoriais. Segundo dados do Centro de Documentación y Estudios, entre 2000 e 2007 ocorreram 403 conflitos de terras no país (CENTRO DE DOCUMENTACIÓN Y ESTUDIOS, 2007). A repressão ocorria não apenas porque quanto mais o movimento se mobilizava, mais lutas eram

levadas a adiante, mas sim pelo fato de que as suas demandas e reivindicações apontavam para os pilares do modelo de acumulação do capital no Paraguai: a terra e o agronegócio, o que acentua ainda mais o problema histórico da terra no país (PALAU, 2004c) e mostrando o quão insustentável e contraditório é este modelo imposto. Nas palavras de Palau e Ortega (2008, p. 104) “con Nicanor, quedó al descubierto la crisis existente entre el régimen político y en nuevo modelo de acumulación del capital”.

A partir de 2003 se tem uma mudança no direcionamento da luta e as ações dos movimentos passam a ser contra o modelo agroextrativista da soja, que implementa a desigualdade social, a concentração de terras e a violência que o campesinato está exposto cada vez mais. Isso não significa que a luta pelo acesso à terra foi deixada de lado, mas mostra que na realidade a luta é pelo território, que engloba não somente o acesso à terra, mas toda uma gama de dimensões. Neste momento, mais do que nunca, nos mostra que a luta é pelo território material e imaterial, uma vez que é uma disputa por modelos de desenvolvimento.

Este redirecionamento foi causado, em parte, pela morte do filho de uma dirigente da CONAMURI por intoxicação devido fumigações, o que trouxe na pauta os impactos da soja transgênica e agroquímicos no país (PALAU e KRETSCHMER, 2004). Neste contexto, as estratégias de lutas também foram recriadas, as manifestações tornaram-se mais radicais e a questão agrária retornou a agenda política (PALAU, 2004a e 2014b). Foi neste momento que surgiram os bloqueios a plantações soja e fumigações e também a queima de colheitas (PALAU, 2005). Os conflitos se agravaram porque mexeram com o interesse da classe dominante: a produção de soja. Estas ações mostram que a luta é maior do que pela terra, é luta pelo território, pela vida.

Este cenário inaugurou um novo momento na luta pelo território no Paraguai. Com o avanço violento do agronegócio – a partir de 2004 com os cultivos transgênicos e utilização de agroquímicos liberados (GONZÁLEZ, 2013 e DUARTE, 2013), somado a intensificação da criminalização e violência contra o campesinato, exigiu dos movimentos socioterritoriais novas formas de resistências, que se materializaram tanto no enfrentamento direto quanto indireto. Além do mais, a situação em que se encontrava a sociedade paraguaia era tão revoltante que resultou na vitória de Fernando Lugo em 2008, quebrando o 54 anos do Partido Colorado no poder.

Durante a sua campanha eleitoral, Fernando Lugo fez proposta para recuperar a soberania energética – neste caso referente a Usina Hidrelétrica Binacional de Itaipu<sup>264</sup>,

---

<sup>264</sup> “En la primera parte de su gestión Lugo cuestionó la deuda ilegítima de Itaipú que considera debe ser rigurosamente auditada –así como otras deudas– y reclamó la revisión del Tratado mismo. Itamarati ha

que até a atualidade é reivindicada pelos paraguaios. Ademais inseriu no seu plano de governo a realização da reforma agrária integral, plano de emergência nacional, cadastro nacional de terras [para evitar processos como estrangeirização ilegal], política produtiva e soberania alimentar (PALAU e ORTEGA, 2008). De acordo com Palau (2009, p. 11):

Se apostaba a su victoria, no sólo para disfrutar la derrota del Partido Colorado, sino también porque se tenía confianza en que las promesas electorales irían tornándose realidad y que ese escenario sería más adecuado para continuar avanzando. Creímos -ingenuamente- que ya no tendríamos que hacer un seguimiento a las represiones y a la criminalización; era inaudito pensar que el gobierno de Fernando Lugo continuaría con políticas represivas contra aquellos que le habían ayudado a llegar a la presidencia y que se movilizaban por el cumplimiento de sus promesa de reforma agraria o por el respeto de la legislación ambiental, entre otras.

Sobre a candidatura de Lugo, o seu apoio não foi hegemônico por parte dos movimentos camponeses. A MCNOC, ONAC e COMANURI apoiaram através de alianças. Já a FNC<sup>265</sup> chamou para voto de protesto, isso é, votar em branco ou nulo. Outros movimentos apoiaram a candidatura, porém não formaram alianças (PALAU, 2008; DELGADO, 2012; ALDERETE, 2015). Com Lugo tinha-se a expectativa da recuperação da soberania energética, realização da reforma agrária através da expropriação das terras *malhabidas* e diminuição da corrupção (ALDERETE, 2015).

Segundo Fogel (2009), após as eleições, os movimentos socioterritoriais tiveram seus papéis e posições. A FNC e ONAC apoiaram o governo Lugo sem cumprir compromissos e demandas e continuaram a reivindicar as diligências históricas do movimento camponês paraguaio. A CONAMURI e CNOCIP tiveram a postura de apoiar o governo e plantear mudanças através das mobilizações sociais. A MCNOC teve como rol fortalecer o campo popular por meio da busca ativa da mudança.

El rol de la organización tal como es definido por sus adherentes, en el caso de la Federación Nacional Campesina y de la Organización Nacional Campesina implica un apoyo al gobierno condicionado al cumplimiento de los compromisos contraídos con el sector así como de las demandas que se vayan planteando, mientras la CONAMURI y la CNOCIP plantean un apoyo al gobierno ejerciendo el control de sus acciones y planteando demandas; a su vez, la Coordinadora de Productores Agrícolas de San

---

aceptado ya discutir los dos primeros puntos y Lugo reafirma que sólo se pagará lo que se adeuda legítimamente; con esta posición Paraguay deja de apoyar ciegamente al Brasil que asume la postura de subimperio, y comienza a recuperar para la Nación sus recursos naturales” (FOGEL, 2009, p. 59).

<sup>265</sup> A postura da FNC em relação a eleição presidencial de 2008 possibilitou o fortalecimento do movimento. Dirigentes daqueles movimentos que apoiaram a candidatura de Lugo passaram a ocupar cargos públicos em seu governo, isso desestabilizou a luta destes movimentos. Já a FNC foi o único movimento socioterritorial que se manteve articulado [Entrevista com Quintín Riquelme, mai. 2018].

Pedro norte plantea como rol básico el fortalecimiento del campo popular, para el logro de las demandas del sector (FOGEL, 2009, p. 61).

Na visão de alguns críticos, como Palau (2009), a repressão no governo Lugo aumentou, na tentativa de frear as ações dos movimentos e favorecer o capital internacional no país, ações típicas de um governo de direita. Porém, o período Lugo também criou novas políticas e órgãos, como a Coordinadora Ejecutiva para la Reforma Agrária (CEPRA), no ano de 2008, “como instancia de coordinación interinstitucional, para la ejecución y evaluación de las políticas orientadas al desarrollo de los asentamientos campesinos” (VILLAGRA, 2015a, p. 50) e que entre 2009 e 2012 habilitou 317 colônias do INDERT<sup>266</sup>. Além da criação da CEPRA, Lugo instituiu o Programa de Producción de Alimentos e barrou registros de sementes transgênicas e de agroquímicos no país.

Probablemente, esta política [Lugo] implementada más directamente desde el Ministerio del Interior, sea una de las muestras más evidentes de las contradicciones internas del nuevo gobierno, que no es de “izquierda” ni de “derecha”, sino de ambas tendencias al mismo tiempo, tendencias que pugnan permanentemente por consolidarse. Lugo juega al “poncho juru”, al tiempo que apoya acciones del movimiento popular, no logra revertir totalmente las acciones que pretenden debilitarlos y desmovilizarlos (PALAU, 2009, p. 12).

Deste modo, o governo Lugo se caracterizou como pós-neoliberal (SADER, 2003; FERNANDES, 2017), ou seja, incentiva a pequena e média empresa, a produção de alimentos, apoio a reforma agrária e movimentos socioterritoriais, porém ao mesmo tempo atende as demandas da classe empresarial e latifundista. Uma análise interessante que caracteriza o pós-neoliberalismo é apresentada por Fernandes (2017, p. 04), onde a ‘hegemonia às avessas’ seria uma concessão ou permissão que o capitalismo dá aos trabalhadores e camponeses para que realizem políticas públicas de redistribuição de riqueza e de poder, desde que não destruam as estruturas do modo capitalista de produção”. Foi o que ocorreu no Paraguai a partir do momento que Lugo começou a intervir em questões que são os pilares do modelo acumulação paraguaio.

Com a deposição de Fernando Lugo em junho de 2012 após ao massacre de Curuguaty, Federico Franco assumiu a presidência e em 2013 o Partido Colorado retorna ao poder com a eleição de Horacio Cartes. Desde o golpe parlamentar o campesinato paraguaio vivencia a intensificação da violenta repressão e criminalização, o que exigiu na criação de novas estratégias de luta e resistência por parte do movimento camponês (ALDERETE, 2015). Em conversas com a Federación Nacional Campesina (mai. 2018),

---

<sup>266</sup> De 1963 até 2008 o Partido Colorado havia habilitado 744 colônias (VILLAGRA, 2015a).



apenas pelo ato de ocupar a terra, camponeses são imputados e condenados imediatamente a cinco anos de prisão. Atualmente a FNC possui 600 militantes com *problemas* judiciais. A mídia paraguaia continua com o seu papel de criminalizar cada vez mais os movimentos socioterritoriais. Diariamente são publicadas reportagens que associam movimentos camponeses com o terrorismo ou com movimentos de guerrilhas, como o EPP.

Neste cenário de repressão, intensifica-se as ações dos movimentos socioterritoriais, pois manifestar-se é um direito humano fundamental e está protegido tanto na Declaração Universal de Direitos Humanos como na Constituição Nacional do Paraguai, porém quem se manifesta é severamente penalizado. A cada momento da história as resistências são diferentes. Em cada regime de controle e estrangeirização as resistências se materializam de formas distintas. Atualmente estas são “resultado de acumulaciones que se han ido forjando a través de los tiempos y desde las experiencias de los pueblos” (AMARILLA, 2017, p. 11).

No Paraguai há tanto acampamentos e ocupações de terra, quanto manifestações. O acampamento corresponde a um espaço de luta e resistência. A própria existência do acampamento é garantida por meio da resistência. Segundo Fernandes (2012, p. 23) “acampar é uma antiga forma de luta camponesa que, associada à ocupação, manifesta tanto resistência como persistência (...) decidir pelo acampamento é optar pela luta e resistência”. Ainda segundo Fernandes (2012), o acampamento é um espaço de resistência onde pode se organizar outras formas de resistências, isto significa, que outras ações de resistências podem ser geradas no acampamento, como ocupações, manifestações e demais formas de resistência cotidiana.

No Paraguai os acampamentos são formas importantes de resistência frente ao controle e estrangeirização do território, embora se configure como ações de cunho mais pontual. O caso mais simbólico são as ocupações de setembro de 2011 que resultaram em acampamentos nas terras ilegais de Tranquilo Favero, no distrito de Ñacunday, departamento de Alto Paraná até fevereiro de 2012, momento no qual os camponeses foram assentados em 2014 na colônia Santa Lucía<sup>267</sup>, em Itakyry [Alto Paraná]. Este caso é um exemplo que o acampamento é um espaço resistência e que gera outras formas de resistências. As terras reivindicadas não foram desapropriadas para fins de reforma agrária, mas a ação contribuiu para o fortalecimento do movimento.

As manifestações apresentam um caráter muito mais expressivo<sup>268</sup>, “las movilizaciones que implican el corte de rutas, fueron y probablemente continúen siendo

---

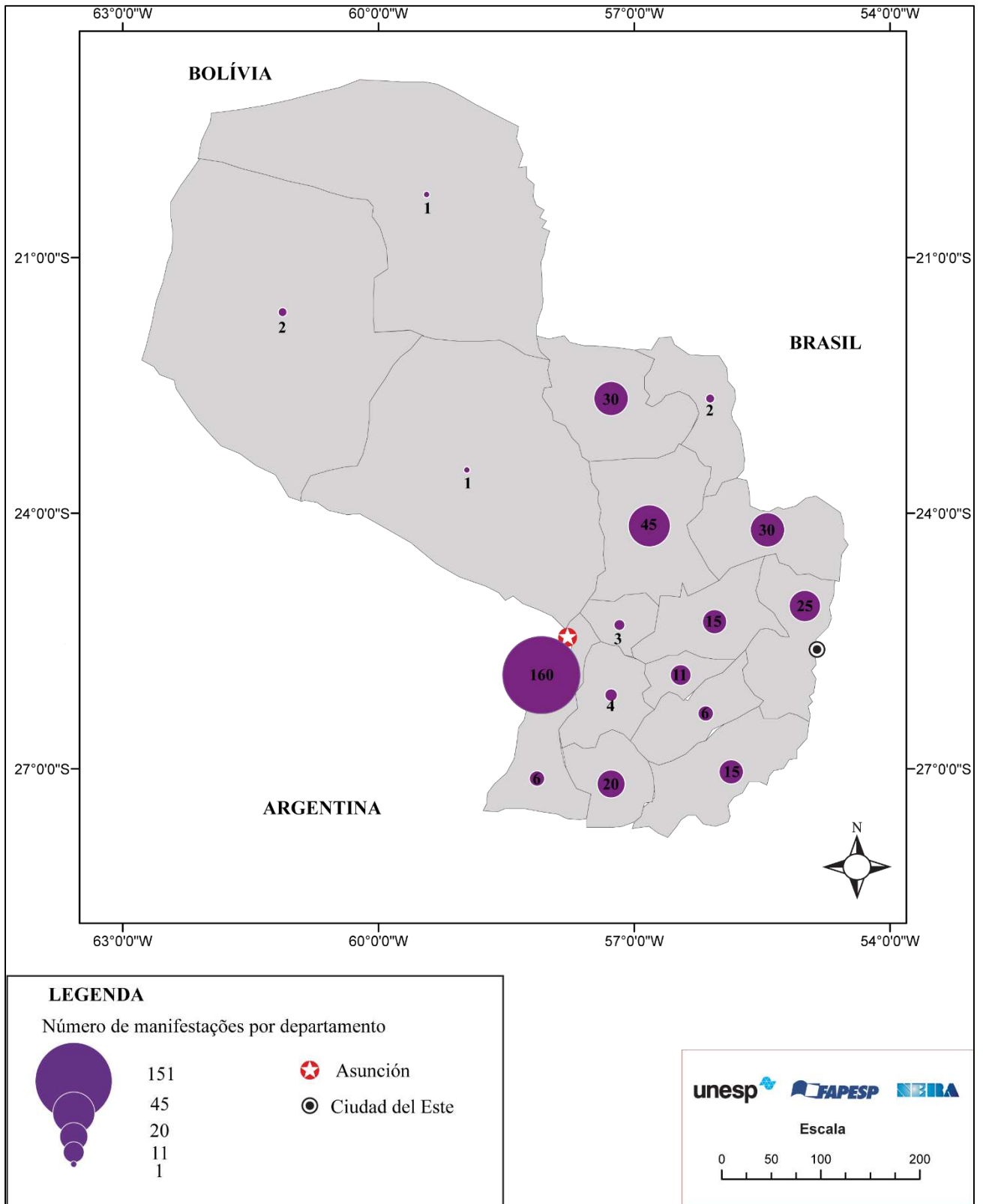
<sup>267</sup> Colônia habilitada pelo antigo IBR em 1992 (VILLAGRA e ARECO, 2017).

<sup>268</sup> Embora em décadas anteriores as ocupações de terras fossem mais expressivas (RIQUELME, 2003).

las que con mayor frecuencia reciban como respuesta, la violenta represión” (PALAU, 2009, p. 57). As manifestações representam a luta *pela* terra e *na* terra. São ações reivindicatórias de políticas públicas para reforma agrária e manutenção na terra, como acesso a crédito, educação, saúde e entre outros. No caso do Paraguai, a maior parte das manifestações são contra empresas do agronegócio atuantes no país, contra a produção de soja, contra os *brasiguayos*, contra as ações de desterritorialização dos camponeses pelas empresas e contra a criminalização.

Este quadro mostra que o campesinato paraguaio não luta por políticas públicas básicas, mas luta pela sua sobrevivência, pela sua manutenção enquanto camponês, contra a violência a criminalização, o que evidencia a situação que é posta a estes. Segundo a Federación Nacional Campesina (mai. 2018) geralmente os movimentos quando realizam ocupações de terras, concomitantemente efetuam manifestações em diferentes departamentos em apoio as ocupações, no sentido de fortalecer a luta. Sobre a espacialização da luta pela terra através das manifestações, do total de 367 manifestações registradas no período (Mapa 13), 151 ações ocorreram em Asunción, isso pelo fato de concentrar sedes de instituições governamentais, como MAG e INDERT, ou seja, é um centro de tomada de decisões e que apresenta grande visibilidade.

**Mapa 13. Paraguai – Número de manifestações relacionadas a luta pela terra e na terra – 2010-2019.**



Fonte: DATALUTA Paraguai (2018); Org.: Autora (2019).

O departamento de San Pedro concentra o segundo maior número de manifestações no período, com 45 ações. Em San Pedro é histórico o processo de minifundização e a maioria das manifestações<sup>269</sup> neste departamento estão relacionadas a reivindicação de negociação de dívidas, contra os agroquímicos e cultivo de soja. Ressaltamos que o departamento de San Pedro está sobre a atuação das Fuerza de Tarea Conjuntas (FTC), na qual a ação as forças armadas paraguaias podem intervir em conflitos sem a necessidade de autorização prévia, equiparando a luta pela terra como atividade terrorista. Ademais, este departamento apresenta o número mais elevado de ocupações de terra.

Em terceiro estão os departamentos de Alto Paraná e Concepción, cada um com 30 ações no período, o que pode ser explicado por serem departamentos onde a produção de soja é mais expressiva, com maior territorialização de empresas do agronegócio, logo, maior desterritorialização e criminalização. No caso específico de Canindeyú, departamento com 25 manifestações registradas, a expressividade ocorre, sobretudo, após 2012 com o massacre de Curuguaty, das 30 ações, doze foram realizadas no local do massacre exigindo justiça e contra a criminalização dos presos políticos. Em Canindeyú a criminalização da luta atingiu um nível mais expressivo, resultando em assassinato em áreas de mensura judicial (DEMO INFO, 21 mar. 2018).

Sobre as tipologias de manifestações (PEREIRA, 2012; FELICIANO e PEREIRA, 2014), em uma tentativa de organizar informações referentes aos tipos recorrentes de manifestações materializadas por movimentos agrários no início do século XXI no Brasil, estipularam 23 tipos de ações reivindicatórias<sup>270</sup> realizadas por movimentos de luta pela terra. No caso do Paraguai identificamos dez tipos de ações reivindicatórias: audiência; bloqueio de rodovia; bloqueio de plantação de soja e pulverização de agroquímicos; carreata; concentração em espaço público; greve; greve de fome; marcha e caminhada; temática e vigília. A Tabela 13 especifica o número de ações de acordo com a tipologia da manifestação ocorrida no período de análise.

---

<sup>269</sup> Neste departamento as mobilizações são mais intensas devido a atuação do campesinato, em 2001 haviam 27 organizações campesinas atuando no departamento (FOGEL, 2001b).

<sup>270</sup> Acampamentos; bloqueios; concentração em espaço público; marcha e caminhada; ocupação de prédio público; temática; ocupação de prédio privado; ocupação de agência bancária; romaria; vigília; celebração religiosa; saque; audiência; cerco a construções; interdições. Jejum; greve de fome; barqueada; tentativa de ocupação; tentativa de saque; panfletagem e retenção de veículos.

**Tabela 13. Paraguai – Tipologias de manifestações no Paraguai – 2010-2019.**

Tipologia	Número de ações
Audiência	02
Bloqueio de rodovia	54
Bloqueio de plantação de soja e pulverização de agroquímicos	42
Carreata	01
Concentração em espaço público	72
Greve	17
Greve de fome	01
Marcha e caminhada	137
Temática	25
Vigília	02
Ações conjuntas*	14
<b>Total</b>	<b>367</b>

\*Ações que envolvem mais de uma tipologia de manifestações, ou seja, marcha com bloqueio de rodovia.

Fonte: DATALUTA Paraguai (2019); Org.: Autora (2019).

Referente as tipologias destacamos as *marchas e caminhadas*, que são manifestações em que os movimentos podem percorrer vias de um município e até mesmo ir de um município a outro (PEREIRA, 2012). Este tipo de manifestação ocorreu com maior intensidade no Paraguai entre 2000 e 2018, totalizando em 137 ações. Do total, 98 ações ocorreram na capital do país e com reivindicações como reforma agrária, contra agroquímicos e transgênicos, contra privatizações e em justiça as desterritorializações sofridas por camponeses no interior do país.

A tipologia de *concentração em espaço público* envolve ações em que movimentos socioterritoriais se concentram em determinados espaços públicos – praças, em frente a órgãos governamentais, etc. – com o intuito de reivindicar algo. No Paraguai esta ação é frequente, ocorrendo com maior expressividade em Asunción, sobretudo diante de instituições como o INDERT e MAG. Um exemplo alegórico é a *concentração em espaço público* que evoluiu para um acampamento entre os meses de julho e agosto de 2017. Segundo o BASE Investigaciones Sociales (21 jun. 2019) a ação perdurou por 39 dias no centro de Asunción, porém as demandas continuam latentes até a atualidade.

A tipologia de *bloqueio de rodovia* ocupa o terceiro lugar nas manifestações ocorridas no Paraguai e se constituem em ações “nas quais os integrantes dos movimentos socioterritoriais se arriscam ocupando rodovias para bloqueá-las como forma de protesto” (PEREIRA, 2012, p. 53). A visibilidade deste tipo de manifestação é alta, pois ela “para a vida” de quem circula nas vias bloqueadas. Neste caso, a distribuição das ações é bastante semelhante em todos os departamentos do Paraguai e tem um efeito mais imediato.

Diferente do Brasil, no Paraguai há uma tipologia que denominamos de *bloqueio de plantação de soja e pulverização de agroquímicos*, em que movimentos socioterritoriais ocupam plantações de soja com o objetivo de bloquear ou a pulverização de agroquímicos ou a plantação de soja, até que a empresa/latifundiário desista de pulverizar ou plantar soja naquele momento. Esta manifestação ocorreu principalmente no departamento de Alto Paraná, maior produtor de soja do país e o principal articulador destas ações é a Federación Nacional Campesina.

Este tipo de resistência desde abaixo surgiu a partir de 2004 como resposta a liberação de cultivos transgênicos e de uso de agroquímicos. Tais ações tem sido cada vez mais frequentes (PALAU, 2005b), mostrando como movimentos socioterritoriais de cada país executam ações de acordo com as estratégias do agronegócio local. Nos departamentos do Norte – Amambay, Concepción e San Pedro – a FTC tem atuado na proteção dos cultivos de soja, isto é, quando empresas/latifundiários/cooperativas menonitas iniciam a plantação da soja, as forças armadas cercam estes cultivos para que movimentos e o EPP não tentem impedi-los, como ocorreu nas colônias menonitas Manitoba e Santa Clara, no distrito de Tacuatí [San Pedro] em outubro de 2017 (ABC COLOR, 04 out. 2017).

As manifestações *temáticas* se referem àquelas de “fazem parte do calendário de ações coletivas dos movimentos camponeses” (PEREIRA, 2012, p. 60), como a *Marcha del Campesinado Pobre*, da FNC. Frequentemente este tipo de ações ocorre na capital do país e envolve os movimentos socioterritoriais mais atuantes na luta pela terra no Paraguai, como a FNC, OLT e CONAMURI. Referente as demais tipologias de manifestações que ocorrem no Paraguai com menor expressividade destacamos a *audiência*, em que movimentos socioterritoriais se reúnem com a sociedade civil e com representantes do governo para debater algo de interesse de todas as partes, como o caso a Ley dos Etiquetados.

As *carreatas*, onde a intenção é a mesma de uma marcha, porém ocorre com carros. A *greve e greve de fome*, que correspondem a ações de interrupção de alguma atividade ou [no caso da greve de fome] da alimentação, no Paraguai em 2015 ocorreu uma greve nacional organizada pela FNC contra o Plano Alianza Público-Privada. A *vigília*, que representa uma ação de não enfrentamento, “a característica é a representação de uma forma de evidenciar o descontentamento e mostrar que os camponeses estão presentes cobrando” (PEREIRA, 2012, p. 60).

No que tange as reivindicações presentes nas manifestações todas envolve a luta pela e na terra e contra a criminalização dos movimentos camponeses. Dentre as reivindicações mais frequentes estão: por reforma agrária; pela soberania alimentar; por

políticas públicas; pela recuperação de latifúndios em posse de brasileiros (realizadas exclusivamente pelos movimentos vinculados a MCNOC); por justiça ao massacre de Curuguaty; por renegociação de dívidas; por crédito; contra o cultivo de soja transgênica e uso de agroquímicos; contra as *tierras malhabidas*; contra o então presidente da república Horacio Cartes e contra a desterritorialização de comunidades camponesas pelo INDERT e por empresários/latifundiários.

As manifestações e ocupações dos movimentos de luta pela terra no Paraguai são violentamente reprimidas. De acordo com a Coordinadora de Derechos Humanos en el Paraguay (CODEHUPY), entre 1989 e 2013 foram registrados 117 mortes de militantes de movimentos de camponeses. Deste total, quatorze camponeses pertenciam a Federación Nacional Campesina, sendo o movimento mais atacado por policiais e jagunços de empresas e latifundiários. Ainda segundo a CODEHUPY, os ataques a militantes da FNC se diferencia dos ataques sofridos por outros movimentos de luta pela terra, pois geralmente são executados os militantes de base da FNC. Durante a *I Marcha del Campesinado Pobre*, realizada no ano de 1993 pela movimento, foram executados seis camponeses que lutavam pela sua permanência no território. Todos os assassinatos não foram a julgamento, evidenciando mais uma vez a conivência do Estado a repressão dos camponeses paraguaios.

Outra forma de luta pela terra no Paraguai são as ocupações de terra. Apesar de apresentar um número menor quando comparada as manifestações, talvez devido a sua criminalização e episódios de desterritorialização violenta. Mesmo assim, as ocupações de terra correspondem a principal estratégia e a mais eficaz ação coletiva de luta pela terra (RIQUELME, 2003).

Las ocupaciones eran justificadas con argumentaciones morales y jurídicas. Las primeras enfatizaban el derecho básico, universal, a la subsistencia, mientras que las justificaciones jurídicas recordaban disposiciones constitucionales que garantizaban el derecho del campesino no al acceso a una parcela familiar. *Con las mentadas ocupaciones se contestaba el poder autoritario, al mismo tiempo que se lograba la participación campesina en el proceso de asignación de derechos sobre las tierras y se atacaba la base económica y política del latifundio (...)* Para los campesinos, la ocupación de grandes latifundios, aunque no aparecía en el repertorio de modalidades de ejercicio de la democracia, es la alternativa disponible para lograr una efectiva participación en las decisiones que los afectan, aunque la misma generara reacciones de los latifundistas (FOGEL, 2006, p. 96-98 – grifo nosso).

Historicamente no Paraguai, uma forma frequente de acesso à terra é a sua ocupação por sem terras que não possuem condições de adquiri-las via mercado.

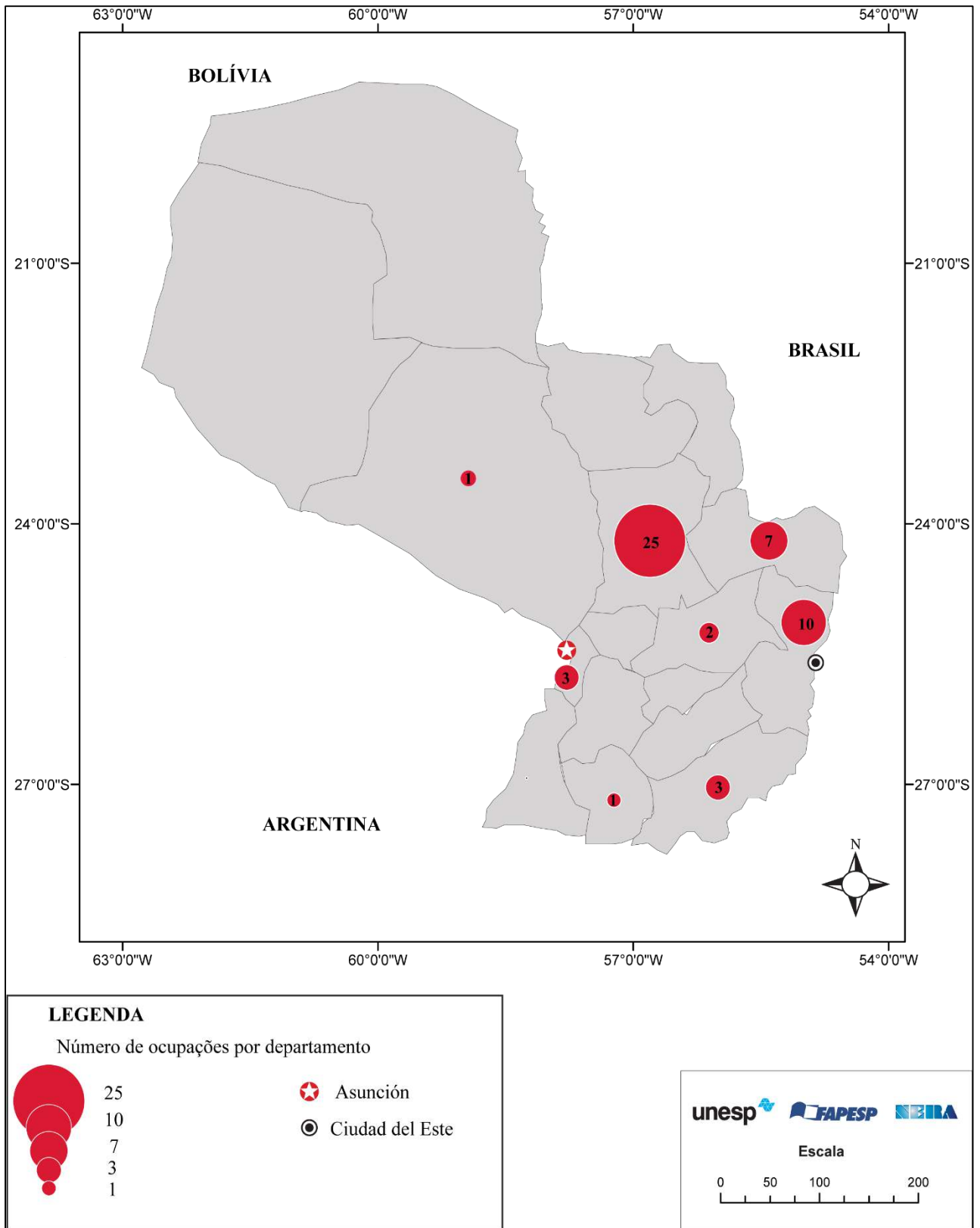
Posteriormente, após alguns anos, reivindicam estas ao INDERT (FOGEL, 2001b). A ocupação é um mecanismo necessário de acesso ao território porque o INDERT e INDI não respondem a demanda da população camponesa e indígena (ORTEGA, 2012). Ademais, a corrupção nestes órgãos é institucionalizada, ou seja, o INDERT e INDI não atendem as necessidades da população camponesa e indígena, mas exercem funções de *agentes imobiliários*, pois não prestam a assistência necessária, identificam áreas e convencem camponeses venderem a *derechera* a empresários/latifundiários (BARRETO, 2005; PALAU; CABRELLO, MAEYENS, RULLI e SEGOVIA, 2007), mesmo que seja ilegal a venda.

Las instituciones gubernamentales encargadas de dar respuestas sobre la demanda de tierras, el INDERT y el INDI, no han respondido satisfactoriamente, pues se han caracterizado por una gestión corrupta, burocrática y susceptible a presiones de grupos de poder económico, como son los ganaderos y sojeros. No es de extrañar que las organizaciones campesinas respondan unánimemente que el único mecanismo eficaz para el acceso a la tierra son las ocupaciones organizadas, y la lucha posterior para su entrega y regularización. Igualmente, en las organizaciones campesinas son conscientes, por su propia experiencia, que este mecanismo tiene un alto costo, incluso en vidas para la población campesina. Pero hasta hoy, los sectores de poder y las instituciones responsables, no les han dejado otro camino (ORTEGA, 2013, p. 19).

No tocante das ocupações de terra (Mapa 14), embora seja a principal forma de luta contra os latifúndios, os movimentos socioterritoriais reconhecem que sua ocorrência ainda é restrita devido a criminalização. Diferentemente das manifestações, as ocupações são realizadas, na sua maioria, por movimentos que atuam em escala departamental e através da luta para permanecer na terra.



**Mapa 14. Paraguai – Número de ocupações de terra – 2001-2019.**



Fonte: DATALUTA Paraguai (2019); Org.: Autora (2019).

O departamento que apresentou o maior número de ocupações foi San Pedro com 18 ações devido ao fato do campesinato ser bastante organizado neste local. Em segundo está o departamento de Alto Paraná com sete ocupações, especialmente em propriedades de brasileiros, como o exemplo da emblemática ocupação das terras do empresário Tranquilo Favero no distrito de Ñacunday. Por determinação da justiça paraguaia ocorreu o pedido de uma nova mensura judicial da área, porém foi arquivada devido a influência de Favero no Paraguai.

A tendência que observamos no Paraguai é que haja, a curto e médio prazo, uma intensificação<sup>271</sup> deste tipo de ação, mas com um caráter agora diferente. A ocupação não se dá porque um movimento deseja ascender em uma terra ilegal, mas sim porque os camponeses estão sendo desterritorializados – via despojo violento e via venda/arrendamento de suas terras – e a ocupação tem um sentido de reterritorialização. Ressaltamos mais uma vez, quando um camponês vende ou arrenda suas terras é porque o mesmo não encontra outra solução para permanecer e se reproduzir neste território frente as diferentes estratégias e ofensivas das empresas, já citadas no capítulo IV.

Segundo Kretschmer (2011, p. 46), “las conquistas de tierras fueron únicamente el resultado del progresivo proceso de fortalecimiento organizativo del campesinado, ante la inoperancia del Estado en la crisis agraria”. Ou seja, a diversidade de ações e reivindicações dos movimentos socioterritoriais no Paraguai mostra o quão diversa e urgente é a luta desta população pela terra e para se manter na terra. O número de manifestações contra o modelo de desenvolvimento vigente, contra as empresas e latifundiários evidenciam o quanto este modelo é excludente e violento e o quanto a luta e resistência é necessária. Também é preciso destacar a incessante criminalização que os movimentos socioterritoriais sofrem pelo governo, pelas empresas/latifundiários e pela mídia, que semanalmente publicam reportagens difamando da pior forma possível a luta pela terra, ao mesmo tempo que vangloriam ações de empresários grileiros, como o caso do Grupo Favero.

## **6.2.2 Novas formas de resistências: a busca por uma soberania do território**

---

Uma das hipóteses que defendemos nesta tese é que a medida que agronegócio avança, as empresas estrangeiras utilizam novas estratégias e mecanismos para controlar

---

<sup>271</sup> A própria CONAMURI não realiza ocupações de terra, mas está estudando a possibilidade de realização da ação, conforme foi relatado em entrevista em dezembro de 2015.

o território. Neste cenário, as resistências camponesas também necessitam ser alteradas de acordo com as ofensivas do capital no campo. As empresas estrangeiras recriam estratégias cada vez mais *sofisticadas*, através de acordos com Estados nacionais, lacunas nas legislações, articulações com outros agentes, criação de um imaginário no qual identifica o agronegócio como necessário para o desenvolvimento e superação de questões como insegurança alimentar. Assim quem é contra o agronegócio é, conseqüentemente, contra o desenvolvimento, construindo a criminalização de movimentos socioterritoriais, entre outras inúmeras estratégias.

Observamos no decorrer do desenvolvimento da tese que, no Paraguai, diferente de outros países, formas violentas de acesso ao território ainda são utilizadas pelo agronegócio. O Estado promove todo o aparato, mesmo que hajam desconfortos com órgãos nacionais e internacionais defensores de direitos humanos. Frequentemente o Estado paraguaio é denunciado à Corte Interamericana de Direitos Humanos por desterritorializações violentas e ilegais e convivência com demais agentes que as praticam. O Estado paraguaio não defende os interesses de sua população, pelo contrário, *penaliza* sua nação para atender as demandas de uma classe restrita, incluindo os interesses do agronegócio estrangeiro. Isto nos chamou a atenção porque por mais que haja ações violentas em outros países, ainda há uma maior *sutileza*, sobretudo do Estado, isto é, as ações de despojo são mais *camufladas*. Já no Paraguai o enfrentamento é direto e o Estado não faz questão de esconder seus interesses e para quem governa.

Diante deste cenário, a luta pelo território é recriada<sup>272</sup>. Mesmo que ações diretas dos movimentos socioterritoriais – manifestações e ocupações – ainda estejam presentes e são importantes, o contexto atual exige novas estratégias, pois manifestações e ocupações são cada vez mais reprimidas, custando vidas de camponeses. Encontrar novas estratégias de resistência foi um desafio nesta pesquisa. Por muitas vezes pensamos que estas não existiam devido a tamanha violência e criminalização que o campesinato é exposto. No entanto, as resistências nem sempre ocupam manchetes de jornais, mas esta existe e a sua escala é o local, onde os impactos da estrangeirização são sentidos de imediato. Neste sentido, identificamos três tipos de resistências inter-relacionadas e nas quais a agroecologia é o eixo integrador, sendo: 1) constituição de frentes/articulações, 2) feiras e mesas de diálogos e 3) institucional. A resistência se dá através da produção agroecológica, pois está é uma ferramenta política de protesto (AMARILLA, 2017). Por agroecologia entendemos:

---

<sup>272</sup> Veltmeyer e Petras (2008) já abordavam a política de resistência à nova ordem mundial.

The idea of agroecology is to go beyond the use of alternative practices and to develop agroecosystems with a minimal dependence on high agrochemical and energy inputs, emphasizing complex agricultural systems in which ecological interactions and synergisms between biological components provide the mechanisms for the systems to sponsor their own soil fertility, productivity and crop protection (Altieri 1995). In addition to providing the scientific basis to sustainably enhance productivity, agroecology emphasizes the capability of local communities to innovate, evaluate, and adapt themselves through farmer-to-farmer research and grassroots extension approaches. Technological approaches emphasizing diversity, synergy, recycling and integration, and social processes that value community involvement, point to the fact that human resource development is the cornerstone of any strategy aimed at increasing options for rural people and especially resource-poor farmers (ALTIERI e NICHOLLS, 2008, p. 473).

A agroecologia é um modelo de desenvolvimento alternativo àquele imposto pelo agronegócio. Não está baseada apenas na não-utilização de sementes transgênicas e agroquímicos, mas também tem como base a diversidade, a policultura, a integração, a sinergia, a valorização dos saberes e práticas indígenas e camponesas, o resgate de sementes crioulas, entre outros, se constituindo como a base da soberania alimentar. A agroecologia é um território que está em disputa entre o institucional e movimentos (GIRALDO e ROSSET, 2017). No Paraguai, a agroecologia é compreendida pelos movimentos como uma alternativa para confrontar o capitalismo agrário.

La producción agroecológica es la alternativa válida para confrontar al capitalismo agrario, porque parte de la agricultura campesina – moviéndose con la economía justa y solidaria– para ocupar los mercados, en un tiempo en que transgénicos y agrotóxicos se encuentran, literalmente, hasta en la sopa [paraguaya]<sup>273</sup> (AMARILLA, 2017, p. 12).

No Paraguai há diferentes experiências da promoção da agroecologia. Há aquelas desenvolvidas em âmbito institucional, como *iniciativas de defesa territorial locais através de dispositivos legais de ordenamento territorial*. No entanto, a principal ação neste sentido é o *Instituto Agroecológico Latino Americano Guaraní* (IALA GUARANÍ), criado em 2011 no Paraguai. De acordo com entrevista com a Coordenadora Nacional de Mujeres Rurales e Indígenas (CONAMURI), o Instituto Agroecológico Latino Americano Guaraní está vinculado aos objetivos da CLOC e da Via Campesina da América do Sul. O IALA Guaraní é uma entidade científica, humanística e democrática, defendendo os princípios da soberania alimentar, proteção e multiplicação das sementes nativas, valorização da agricultura campesina e preservação do meio ambiente. O IALA Guaraní parte do

---

<sup>273</sup> Alimento típico paraguaio produzido a partir do milho.

entendimento que os espaços pedagógicos em agroecologia são resistências que formam novas resistências e médio e longo prazo, pois:

Son formas de garantizar también un futuro a partir de la apuesta que significa formar la conciencia de la juventud, abrirles los ojos respecto a la relación que existe entre los cultivos transgénicos que avanzan en el campo y la proliferación de enfermedades en la comunidad, la relación entre los desalojos en los asentamientos y el agronegocio (AMARILLA, 2017, p. 12).

Segundo a cartilha do IALA Guaraní, a iniciativa da criação de institutos de agroecologia está inserida em uma tentativa de articulação destes institutos. Durante a *Jornada de Agroecología - Agroecología: un proyecto de vida, lucha y resistencia* (Fotografia 03), o IALA Guaraní formou sua primeira turma. Neste evento o instituto elaborou e divulgou a sua própria definição de agroecologia.

La agroecología es una ciencia que emerge como un proyecto estratégico, que rescata el modo de vida ancestral y contemporáneo, sustentables en reciprocidad con la naturaleza con sus características particulares, desarrollados de forma dinámica y racional a lo largo de la historia, implementando agroecosistema o modelos de producción que alteren en lo mínimo posible los ecosistemas naturales en contraposición al modelo productivo de muerte del agronegocio, teniendo en cuenta el flujo de energía, el ciclo de nutriente, la biodiversidad, rescate de las semillas nativas, la producción de alimentos, practicas cooperativas, el intercambio, el goce pleno de los frutos de nuestro trabajo y la vida misma del ser humano en un ámbito de igualdad y equidad de género en una búsqueda constante del equilibrio biológico, productivo y ecológico, dentro de la lógica del buen vivir. *Teniendo como base a las estructura organizativas populares, campesinas e indígenas, de la sociedad civil en general, promoviendo una alianza entre la ciudad y el campo bajo los valores de la minga, el trabajo colectivo, la solidaridad y la ayuda mutua perdidos actualmente, defendiendo el territorio y organizando a las comunidades, reconociendo y fortalecimiento su identidad cultural para la Soberanía Alimentaria en pos de la transformación social, política, económica, cultural e ideológica de la sociedad capitalista no sostenible* (IALA GUARANÍ, 2015, p. 01 – grifo nosso).

Com a definição de agroecologia elaborada pelo IALA Guaraní, torna-se evidente a proposta de um novo modelo de desenvolvimento para o campo paraguaio, que luta contra o modelo do agronegócio em vigência no país. O IALA Guaraní procura atrair a população urbana para a luta pela soberania alimentar através da conscientização que o direito político ao alimento é uma luta de toda a sociedade e não exclusiva de movimentos socioterritoriais e camponeses e é neste contexto que as feiras – geralmente acompanhadas por espaços de diálogo – se constituem como uma estratégia de resistência e fortalecimento da luta camponesa.

Durante a entrevista, nos foi relatado que a CONAMURI procura realizar seus eventos justamente em praças públicas no centro de Asunción para atrair a população urbana que circula no local, com o intuito de possibilitar que a este público tenha acesso a alimento saudável e com baixos preços que, segundo a líder dirigente, é um atrativo para a sociedade civil. A opção pela realização de feiras em conjunto com demais atividades como palestras, rodas de diálogo e místicas em núcleos urbanos é justamente a conscientização da população urbana sobre a importância do alimento saudável, ou seja, livre de agroquímicos e a relevância da reforma agrária e do campesinato para a garantia da segurança e soberania alimentar de toda a população paraguaia. Deste modo, é uma forma de lutar contra a criminalização dos movimentos pela mídia, Estado e corporações do agronegócio, uma vez que estes espaços são de troca de conhecimentos, com o objetivo de mostrar para a sociedade civil que o atual modelo de desenvolvimento seguido pelo Estado não é saudável e afeta a todos, população do campo e da cidade.

**Fotografia 03. Feira agroecológica do assentamento 01 de Marzo realizada através de ação conjunta entre CONAMURI e OLT – 2015.**



Fonte: Autora. Trabalho de Campo (02 dez. 2015).

**Fotografia 04. Mesa de diálogo realizada pelo CONAMURI e OLT na Plaza de la Justicia, em Asunción – 2015.**



Fonte: Autora. Trabalho de Campo (02 dez. 2015).

**Fotografia 05. Mística realizada pelo CONAMURI e OLT na Plaza de la Justicia, em Asunción – 2015.**



Fonte: Autora. Trabalho de Campo (02 dez. 2015).

Fotografia 06. Feira *Kokuégui ne mesápe* realizada na sede do CONAMURI em Asunción – 2018.



Fonte: Autora. Trabalho de Campo (07 abr. 2018).

Outras feiras importantes são: Feira de Fim de Ano *Jakaru Porã Haguã*<sup>274</sup> e a Feira Agroecologia *Kokuégui ne mesápe*, realizada mensalmente em Asunción. Esta última feira possui o *slogan* “Alimento Sano, Pueblo Soberano”. Ademais há a feira agroecológica feminista (Fotografia 06). Todas estas feiras são realizadas pelo CONAMURI. Em Ciudad del Este, Alto Paraná, a ASAGRAPA tem um importante papel nas feiras de produtos orgânicos e agroecológicos. É importante destacar que o MAG e INDERT também possuem iniciativas de organização de feiras em núcleos urbanos. Inclusive participamos da *Feria de productos de la agricultura familiar*, organizada pelo MAG em 24 de novembro de 2017 e da *Feria de la Colonia a tu mesa*, organizada pelo INDERT em 27 de novembro de 2017, ambas em Asunción. Porém, quando entrevistamos militantes do CONAMURI, questionamos acerca destas feiras organizadas por tais instituições públicas e os mesmos nos informaram o desconhecimento destas iniciativas, citando que as políticas públicas criadas pelo MAG não são acessíveis para a maior parte da comunidade camponesa paraguaia.

Outras práticas que visam a agroecologia correspondem a campanhas de resgate de sementes crioulas, visto que usar sementes estrangeiras, para o campesinato paraguaio, significa a perda da soberania (VILLALBA, 2013). Neste sentido, a

<sup>274</sup> Maiores informações em: < <http://www.soberaniaalimentaria.org.py/>>. Acesso em: 13 abr. 2018.



CONAMURI lançou em 2006 intitulada, em guarani, de *Ñamombarete ñaneñemity oi hagua tekokatu* – “vamos fortalecer nossa agricultura para que seja viável a vida” – em uma tradução livre, mais conhecida como Semilla Róga. Hoje a feira está presente em distintos departamentos através de uma metodologia de troca de saberes campesina-campesina (AMARILLA, 2013 e 2017). A Semilla Róga se “convirtió así en un lugar de conservación, donde se hacen intercambios, donde se siembran distintas variedades de poroto, se trae una nueva variedad, otra se acaba y encontramos mucha diversidad en el proceso” (AMARILLA, 2013, p. 36). Outra iniciativa encabeçada pela CONAMURI é a erva-mate agroecológica *Oñoiru te acompaña*, produzida no departamento de Itapúa.

A constituição de frentes/articulações também tem sido uma estratégia bastante frequente do movimento socioterritorial paraguaio desde o século passado, contudo adquiriu força a partir da onda de privatização em 2002 e 2003. Um exemplo é o Congreso Democrático del Pueblo, criado em 2002. Espaço no qual movimentos sindicais, camponeses e outros setores da sociedade civil se uniram para lutar contra as privatizações de Macchi e Duarte Frutos para (GALEANO, 2003; PALAU, 2003).

Os movimentos presentes neste congresso estavam divididos em dois espaços: 1) Frente Nacional de Defensa de los Bienes Públicos y el Patrimonio Nacional: composta pela FNC, Organización de Trabajadores de la Educación e CNT; 2) Plenaria Popular Permanente: constituída pela MCNOC e outras organizações e partidos políticos (PALAU, 2002; ALDERETE, 2015). Em 2014 se reativou o Congreso Democrático del Pueblo, como uma resposta frente a onda neoliberal no país instaurada no governo Cartes (ALDERETE, 2015), que embora seja um indício de organização contra o modelo vigente, não adquiriu o mesmo êxito do primeiro Congreso Democrático del Pueblo em 2002.

En septiembre de 2014 se llevó a cabo la Plenaria Nacional hacia el Congreso Democrático del Pueblo, y en octubre se realizó en Caaguazú una Plenaria Departamental, donde se discutió un plan de lucha para los meses siguientes. El 1 de marzo de 2015 se presentó oficialmente como herramienta para enfrentar las políticas privatizadoras y represivas del nuevo gobierno, participando de este congreso organizaciones políticas y sociales como Partido Paraguay Pyahura (PPP), Federación Nacional Campesina (FNC), Kuñá Pyrendá, Mesa Coordinadora Nacional de Organizaciones Campesinas (MCNOC), Organización de Trabajadores de la Educación del Paraguay Sindicato Nacional (OTEP SN), Corriente Sindical Clasista (CSC), Frente Guasu, CONAMURI, Frente Patriótico Popular y otras (ALDERETE, 2015, p. 67).

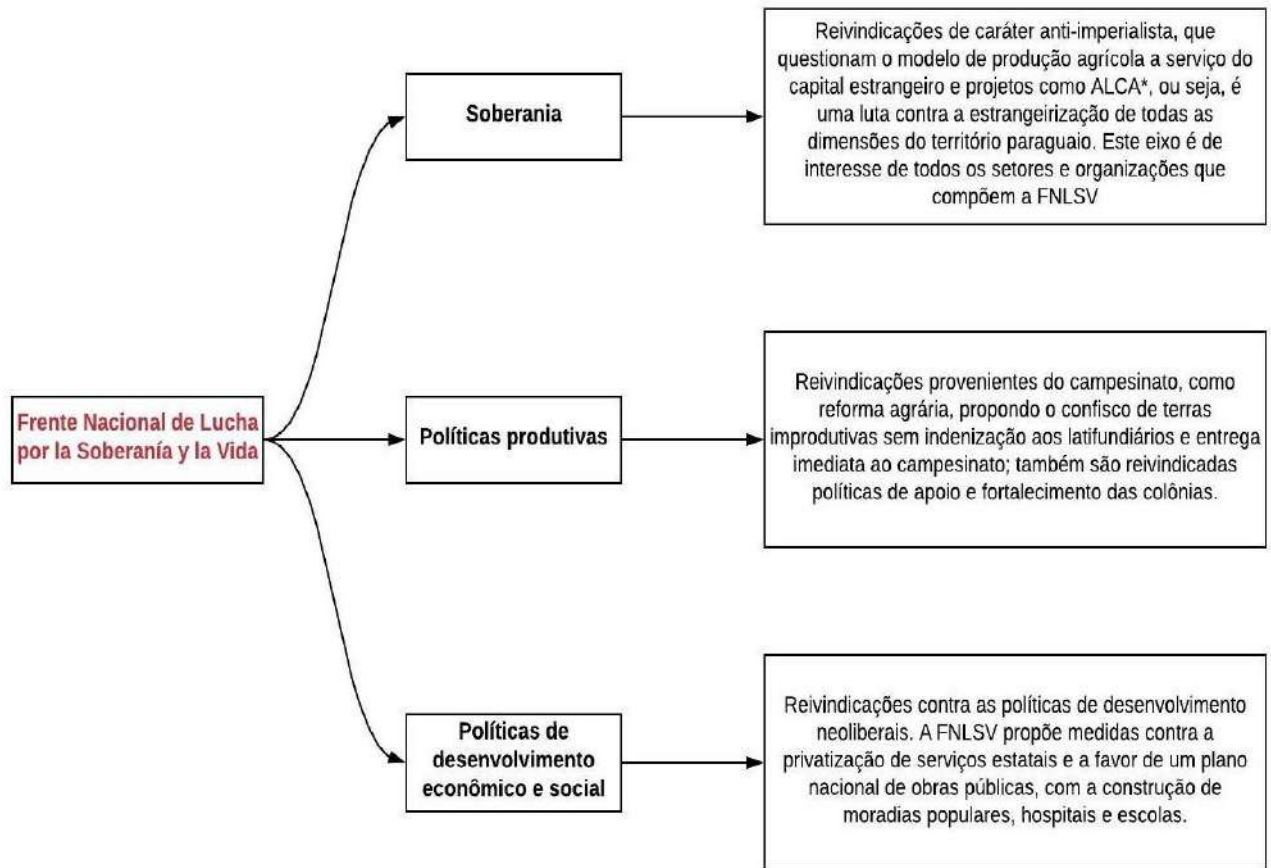
Outra articulação é a Frente Nacional de Lucha por la Soberanía y la Vida (FNLSV), criada em 2004 como uma resposta a repressão exercida pelo governo de Nicanor Duarte Frutos (OLT, 2015), através de um congresso constitutivo convocado pela Central

Nacional de Trabajadores (CNT), Central Unitaria de Trabajadores Autentica (CUT-A), Plenaria Popular Permanente (PPP), MCNOC, ONAC, Coordinadora Nacional por la Vida y la Soberanía (CNVS) e Coordinadoras Departamentales de Lucha por la Soberanía y la Vida (CDLSV), onde foram aprovados os princípios e lutas da FNLSV, “se constituyó como un espacio de unidad de acción con carácter permanente, para desarrollar un programa que se base en los intereses de los sectores obreros, campesinos y pobres en general, asumiendo una clara oposición a toda la política económica Neoliberal y Pro-imperialista” (CASCO, 2004, p. 133).

El Frente se ha convertido en la principal plataforma que denuncia los conflictos ambientales como un nuevo eje de la sustentabilidad campesina. Sus críticas principales son hacia el modelo agroexportador en general y la soja en particular, trascendiendo los análisis coyunturales para criticar a las políticas hegemónicas de desarrollo que generan una exclusión de la mayor parte de la sociedad. Proponen un modelo de desarrollo alternativo a las recetas neoliberales con énfasis a la soberanía y seguridad alimentaria, social y política (BOFILL, 2012, p. 82).

A FNLSV não reivindica apenas terra, mas sim a mudança de um modelo de desenvolvimento (PALAU, 2005) e o fato de outras organizações, que não sejam apenas camponesas, fazerem parte da Frente mostra que o atual modelo afeta a todos e que o problema da terra não é restrito a quem vive no espaço rural, mas um problema social, uma questão territorial. Segundo Barreto (2005, p. 30) a FNLSV representa um salto qualitativo “que unifica a importantes sectores sociales y políticos del campo popular alrededor de un programa de carácter nacional, superando las cuestiones meramente reivindicativas y sectoriales”. Os eixos centrais da FNLSV são: soberania, políticas produtivas e políticas de desenvolvimento econômico e social (CASCO, 2004), conforme nos mostra o Organograma 23.

**Organograma 23. Paraguai – Eixos da Frente Nacional de Lucha por la Soberanía y la Vida.**



Fonte: CASCO (2004); Org.: Autora (2019).

Outros exemplos de frentes e organizações que estão vinculados com a agroecologia como forma de resistência ao avanço do capitalismo agrário no Paraguai. Primeiramente temos a **Plataforma Ñamosêke Monsanto**, criado em 2013 com o intuito de realizar atividades de difusão sobre temas relacionados ao modelo produtivo imposto pelo agronegócio, considerando que “una de las principales causas de su avanzada es el desconocimiento de la ciudadanía sobre la magnitud y las consecuencias del problema que este modelo trae a la población paraguaya” (FRANCESHELLI, 2013, p. 98). Como estratégias a plataforma confecciona materiais de difusão, realiza ciclos de debates informativos e de conscientização, investigações e intercâmbio de conhecimento e análises (FRANCESHELLI, 2013). Atualmente as demandas do Ñamosêke Monsanto compreendem a aprovação da Ley de etiquetado que identifica a presença de transgênicos em produtos, defesa de sementes crioulas e alternativas ao mercado de consumo de alimentos, com 200 pessoas associadas, atuando em Asunción e nos departamentos de Alto Paraná, Central, Itapúa e Ñeembucú (PALAU, IRALA e CORONEL, 2017).

Também em 2013 foi estabelecida a *Red Agroecológica* com o slogan *“Comer es um acto político”*. O objetivo da rede é a agroecologia e, especialmente, a comercialização da produção camponesa, através do comércio justo e economia solidária (PALAU, IRALA e CORONEL, 2017). Atualmente a Red Agroecológica congrega 70 pessoas distribuídas em Asunción e nos departamentos de Central e Cordillera (PALAU, IRALA e CORONEL, 2017). Em 2014 foi criada a *Cultiva Paraguay* atuante nos departamentos de Caaguazú, Caazapá, Cordillera, Itapúa, Misiones e Paraguarí, com cerca de 400 pessoas associadas (PALAU, IRALA e CORONEL, 2017), onde as demandas são mercado para a produção camponesa, infraestruturas e serviços básicos para comunidade e certificação do IALA Guaraní e as estratégias utilizadas correspondem a atos públicos e ações de formação. Ainda em 2014 estabelece-se a iniciativa *Mercadito Campesino*, com o objetivo de comercialização alternativa de produtos da agricultura familiar camponesa. Atualmente possui 70 pessoa associadas nos departamentos de Caaguazú, Cordillera, Guairá e San Pedro atuando na entrega de produtos camponeses (PALAU, IRALA e CORONEL, 2017).

Em escala do Cone-Sul, enfatizamos o *Jucio Ético y Popular a las Transnacionales*, que ocorreu durante 2011 na Argentina, Brasil e Paraguai. Desta iniciativa participaram diferentes organizações sociais com o objetivo de expor suas lutas contra corporações transnacionais. Segundo Ortega (2012, p. 10) “En este Juicio Ético y Popular a las Transnacionales, los casos que se presentaron son apenas una muestra que nos ilustra cómo se construye un sistema, que en nombre del desarrollo y del progreso, ha venido devastando nuestros espacios habitables y nuestras vidas”. Durante o juicio ocorreram audiências públicas para averiguar as denúncias contra as transnacionais na região.

La explotación económica de los bienes comunes naturales y de los territorios por parte de las empresas transnacionales provoca, en las comunidades en cuyo entorno se desarrollan sus actividades, perjuicios directos como la privación del acceso a los recursos básicos, la destrucción de los territorios y las limitaciones a sus derechos humanos, incluido el derecho a la vida (JUCIO ÉTICO Y POPULAR A LAS TRANSNACIONALES EN PATAGONIA-ARGENTINA – 16 e 17 set. 2011).

As audiências concluíram que as empresas transnacionais utilizam um modelo de desenvolvimento neoextrativista que impacta todas as dimensões do território, especialmente pela apropriação de bens comuns. O tribunal também concluiu que a forma de operar das corporações transnacionais só é possível com a cumplicidade dos Estados e da mídia, ressaltando o complexo de sistemas que é o agronegócio.

Por fim, ressaltamos uma experiência por via jurídica que tem se configurado como uma alternativa exitosa de resistência, as chamadas *iniciativas de defesa territorial locais através de dispositivos legais de ordenamento territorial*. Segundo Areco (2016), tais iniciativas estão inseridas no âmbito da *Ley Orgánica Municipal* do país, que utiliza a denominação de *Plan de Ordenamiento Urbano y Territorial*. Atualmente no Paraguai há sete experiências locais de ordenamento territorial, conforme mostra o Quadro 11 e o Mapa 15.

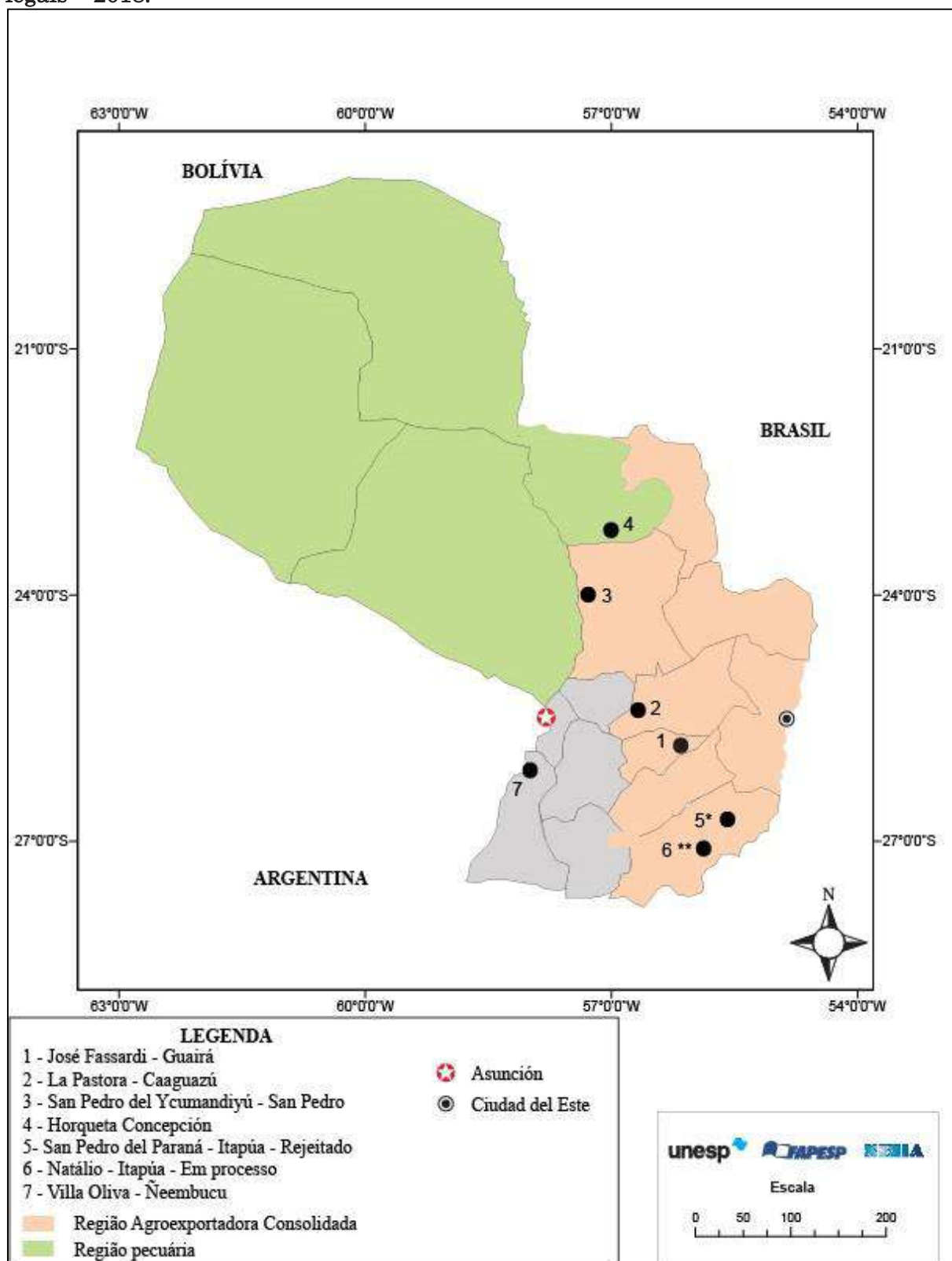
<b>Quadro 11. Paraguai – Iniciativas locais de ordenamento territorial – 2018.</b>		
<b>Departamento</b>	<b>Distrito</b>	<b>Situação</b>
Guairá	José Fassardi	Vigente
Caaguazú	La Pastora	Vigente
San Pedro	San Pedro del Ycumandiyú	Vigente
Concepción	Horqueta	Vigente
Itapúa	San Pedro del Paraná	Negada pela Junta Municipal
Itapúa	Natalio	Em processo
Ñeembucú	Villa Oliva	Vigente

Fonte: ARECO (2016); Org.: Autora (2019).

Com exceção dos distritos de Villa Olivia e Horqueta [região pecuária], todas as experiências estão localizadas região agroexportadora consolidada, território controlado pelo capital estrangeiro. Ademais, cada uma destas experiências possuem uma resolução específica. No caso do distrito de José Fassardi, é proibido as práticas de fumigação da produção agropecuária com agroquímicos. No distrito de La Pastora é proibido a utilização de sementes transgênicas para o cultivo. No caso do distrito de San Pedro del Ycumandiyú e Horqueta<sup>275</sup>, são proibidas práticas de fumigação e utilização de sementes transgênicas em zonas declaradas como agroecológicas (ARECO, 2016).

<sup>275</sup> Lembrando que o distrito está localizado em uma área de influência da Fuerza Tarea Cojunta, aprovada pela *Ley Defensa Nacional y Seguridad Interna* em 2013.

**Mapa 15. Paraguai – Experiências locais de defesa do território através de dispositivos legais – 2018.**



Fonte: ARECO (2016); Org.: Autora (2019).

No distrito de Villa Oliva é proibida a utilização de agroquímicos, o que é um avanço importante, uma vez que há diversas denúncias contra a empresa brasileira produtora de arroz Villa Oliva Rice por contaminação devido a utilização indiscriminada de agroquímicos. No caso das propostas negadas no departamento de Itapúa, as mesmas consistiam na proibição da utilização de agroquímicos e sementes transgênicas em áreas declaradas como agroecológicas. O departamento de Itapúa é o terceiro maior produtor de soja do Paraguai, com 634.236 hectares destinados para o cultivo de soja (ORTEGA, 2016), talvez este seja um dos motivos para a proposta ser negada na junta municipal.

Contudo, foi relatado em trabalhos de campo que o próprio SENAWE tem declarado as experiências distritais como inconstitucionais. Segundo o órgão, não é possível proibir o cultivo de transgênicos e agroquímicos no país. Assim, há uma sobreposição de legislação distrital e nacional, na qual há lacunas que permitem o controle do território pelo capital. No geral, as práticas de resistências camponesas são criminalizadas pelo Estado e sociedade civil, sobretudo resistências de enfrentamento direto, como ocupações e manifestações. Segundo Pontes (2012, p. 727) “a criminalização dos movimentos sociais rurais tem como um de seus principais objetivos a tentativa de limitar a potencialidade transformadora e a capacidade instituinte de direitos das ações coletivas de resistência”. Segundo entrevista com dirigente da CONAMURI, a criminalização da resistência no Paraguai é um impacto direto do processo de controle e estrangeirização do território.

En el caso de la región oriental el acaparamiento es mui más sentido puesto que hay más comunidades campesinas dispersas en todo lo territorio y es mui violento la forma en que se da, por lo tanto también hay un efecto sobre las organizaciones campesinas, puesto que hay una resistencia, hay una criminalización de esta resistencia y esta criminalización es directamente encaminada por las empresas o por las autoridades locales. Esto me parece como una primera, digamos una noción rápida del primero impacto del acaparamiento.

Por fim, ressaltamos que a “resistência camponesa é responsável por sua (re) criação no enfrentamento permanente com o capitalismo” (FERNANDES, 2012, p. 747) expresso atualmente através do enfrentamento contra a expansão do capital internacional principalmente nos países do Sul global onde o controle do território é mais intenso e ocorre cada vez mais através do agroextrativismo. O campesinato paraguaio é um exemplo de resistência, pois o mesmo desterritorializado continua lutando pela reconquista do seu território, para reconquistar a sua soberania em todos os âmbitos e escalas, lutando por uma soberania do território.

### **6.2.3. Por uma soberania do território: controle democrático do acesso ao território**

A maioria das respostas institucionais ao controle e estrangeirização território estão orientadas por dois eixos complementares. O primeiro é a realização da reforma agrária como ferramenta que pode minimizar os efeitos do avanço do capitalismo corporativo e especulativo no campo (BORRAS JR e FRANCO, 2010 e 2012c; FAIRBAIRN, 2015). Este eixo parte do princípio de que a reforma agrária é a principal política contra a estrangeirização. Esta afirmação é problemática, pois o controle e estrangeirização não correspondem apenas a apropriação do território pelo capital, mas sim a um reflexo da fase atual do capitalismo neoliberal, envolvendo um jogo de poderes em escala mundial. Ademais, uma política de reforma agrária não controla o avanço do capital em territórios de reforma agrária e camponeses. Esta tese mostra isso, uma vez que empresas e latifundiários estrangeiros cada vez mais adquirem [legal e ilegalmente] terras destinadas à reforma agrária no Paraguai que, segundo a legislação vigente é proibido.

Em segundo, há a frente defendida pelo Banco Mundial (2011) e que orienta a política de muitos países no Sul global, inclusive no Paraguai: a segurança do título de posse da terra, que tem como base a suposição de que as comunidades são desterritorializadas porque não se têm direitos de propriedade formais sobre suas terras (BORRAS JR e FRANCO, 2012c). Uma política eficaz, segundo a perspectiva defendida pelo Banco Mundial (2011), seria fornecer segurança de posse da terra para esta população. É nessa vertente que caminha o Sistema de Información de Recursos de la Tierra (SIRT)<sup>276</sup>, projeto de titulação de terras executado pelo INDERT.

A titulação da terra como resposta política ao controle e estrangeirização do território é a mais contraditória, problemática e que está no cerne das discussões de muitos movimentos socioterritoriais. Temos que nos questionar sobre qual tipo de segurança esta resposta política promove e quais são os verdadeiros beneficiários. Com a titulação da terra abre a possibilidade para que agências financeiras, como bancos, tenham uma garantia em caso do não pagamento de dívidas por parte da população camponesa. A garantia neste caso é a terra, gerando a desterritorialização por meios legais, por isso a intenção do Banco Mundial em promovê-la.

---

<sup>276</sup> O projeto teve seu início em agosto de 2014 por meio do “Acuerdo de Participación en la Financiación de los de este Proyecto entre el Instituto de Desarrollo Rural y de la Tierra (INDERT) y el Programa de las Naciones Unidas para el Desarrollo (PNUD). Em 2015 foi aprobado um projeto piloto integrado de Información de Recursos de la Tierra para la Regularización Jurídica de la Tierra. Maiores informações disponíveis em: <<http://www.sirt-indert.gov.py/index.php/institucion/marco-legal>> Acesso em: 03 jul. 2019.



Ou seja, “papeles, títulos de propiedad, etcétera, incluso cuando estas categorizaciones simplificadas de la propiedad no se ajustan realmente a las realidades existentes – declarando, por ejemplo, que un bosque público está ‘vacío’ a pesar de la presencia histórica en él de comunidades enteras” (BORRAR JR e FRANCO, 2010, p. 38). Assim, estes processos normativos estão interessados em ‘*coisas*’ e não em relações sociais. É neste sentido que defendemos a soberania do território como uma forma de resistência alternativa frente ao avanço do controle e estrangeirização.

Segundo Holt-Giménez (2012, p. 03) “land sovereignty is the right of communities and peoples to sustainable, land-based livelihoods; their right to have a democratic say in its use and an equitable share in the stream of social, environmental and economic benefits of the land where they live”. Isto é, corresponde ao direito das pessoas que compõem a classe trabalhadora de possuir acesso, controle e uso efetivo da terra, vivendo nesta como recurso e território (BORRAS JR e FRANCO, 2010).

A proposta da soberania do território captura a essência da democratização do controle do território em um contexto da democratização do sistema alimentar. Por isso defendemos que experiências agroecológicas que têm como objetivo a garantia da soberania alimentar são as primeiras etapas para a consolidação da soberania do território.

As an alternative conceptual framework and political platform, land sovereignty is: the right of the working peoples, rural and urban, to have effective access to, control over and use of land, and live on it as a resource, space and territory. Simply put, it is working peoples’ right to land. The use of the term ‘sovereignty’ here sounds awkward, but there seems to be no better term to capture the essence of ‘rural and urban working class people’s effective access, control and use’ and to link it to ‘food sovereignty’. Land sovereignty has the potential to be a campaign framework for all working peoples who are confronted by some kind of a ‘land question’ – wherever they are, whatever they do – and to enable them to identify with and forge solidarity with others (BORRAS JR, FRANCO e SUÁREZ, 2015, p. 610-611).

Para garantir a soberania do território é necessário princípios: perspectiva histórica da luta, consciência de classe, debate de gênero e de etnia e reconhecimento e proteção dos modos diferentes modos de vida (BORRAS JR e FRANCO, 2010). Assim, a soberania do território significa controle efetivo da terra pelos camponeses na construção da soberania alimentar, privilegiando o direito das pessoas que precisam de acesso ou proteger o direito das pessoas que já tem o acesso à terra. Segundo Borrás Jr e Franco (2012c), a soberania do território denota o *pertencimiento*, “is the right of working peoples to have effective access to, use of, and control over land and the benefits of its use and

occupation, where land is understood as resource, territory, and landscape human right to land” (BORRAS JR e FRANCO, 2012c, p. 06). Isto é, envolve outras dimensões que não somente a terra enquanto fator de produção, mas também elementos sociais, políticos, econômicos, de identidade – por isso a necessidade considerar terra enquanto território – onde há um modelo alternativo que desafie o modelo dominante de desenvolvimento da agricultura imposto pelo capital.

No Paraguai a soberania do território é uma proposta ainda mais ampla e urgente, visto que envolve a soberania territorial no sentido que, estimamos que pelo menos 35% do seu território está sob controle direto ou indireto de empresas e pessoas físicas estrangeiras, especialmente colônias camponesas, onde brasileiros se apropriam de lotes destinados à reforma agrária para a produção de soja (VALDEZ, 2017). O surgimento de movimentos *soberanistas* como a LNC (FOGEL, 2013) nos mostra essa urgência.

Porém, é necessário esclarecer um ponto que frequentemente é utilizado pela mídia e empresas para criminalizar tais movimentos: a xenofobia. Meios de comunicação colocam que estes movimentos como xenofóbicos em relação aos brasileiros, visto que os mesmos reivindicam as terras de latifundiários e empresas desta nacionalidade. Contudo, a grande questão aqui é que a luta do campesinato não é contra o brasileiro, mas sim pelo modelo que este representa, ou seja, a luta é contra a exclusão, contra a concentração, contra o aumento da pauperização, contra a utilização de agroquímicos, contra a monocultura, contra a desterritorialização, contra a perda de sua identidade. A luta é pelo território. A luta é pela vida. Por este motivo escolhemos a célebre frase de Eduardo Galeano para iniciar o capítulo “*a monocultura é uma prisão. A diversidade, ao contrário, liberta*”.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS. O PARAGUAI AGRÁRIO - CONTROLE E ESTRANGEIRIZAÇÃO DO TERRITÓRIO, AGRONEGÓCIO, CONFLITUALIDADE E RESISTÊNCIAS

---

“A Tríplice Aliança continua sendo um grande êxito”.  
*As Veias Abertas da América Latina, Eduardo Galeano.*

Como a ciência procura compreender a realidade de acordo com o seu movimento, há uma corrida acadêmica em torno do *land grabbing*, desde definições, elementos, impulsionadores, agentes, escalas e até mesmo em relação ao termo utilizado para designar o processo. Existe uma disputa paradigmática entre diferentes compreensões do *land grabbing*. Contudo, é necessário considerar que a questão primordial nem sempre é como designar o que a academia internacional convencionalmente intitula de *land grabbing*, mas sim entender as suas dinâmicas e os seus impactos no local para assim gerar agendas de pesquisas e de políticas públicas, no sentido de restringir e controlar o processo.

No caso do Brasil, é complicado traduzir o termo *land grabbing* para o português, no qual muitas vezes é utilizado *grilagem de terras* para se referir ao mesmo. A grilagem de terras é um processo histórico no Brasil e que envolve necessariamente a apropriação ilegal de terras públicas (ALENTEJANO, 2012a) e no debate internacional sobre o *land grabbing* isso não é uma regra, inclusive uma das questões atuais é que há novos mecanismos de acesso e controle cada vez mais sutis, mais elaborados.

Muito se utilizou da expressão *estrangeirização da terra* como uma possível tradução, por dois motivos: 1) porque alguns acadêmicos internacionais colocam o capital estrangeiro como regra no processo (ZOOMERS, 2010; MACKKEY, 2011; SASSEN, 2013 e 2016) e 2) pelo fato da maior parte das apropriações de terras no Sul global ocorrem pelo capital estrangeiro, sobretudo aqueles oriundos do norte global, obedecendo a dinâmica *Norte – rico em capital – pobre em terras – expropriador* e *Sul – pobre em capital – rico em terras – expropriado*. Por outro lado, há críticas a estrangeirização, pelo fato da mesma escamotear os agentes nacionais, que são de extrema importância neste processo (FAIRBAIRN, 2015).

Nossa primeira crítica *geográfica* caminha no sentido de que as pesquisas acerca do então chamado *land grabbing* analisam as terras transacionadas simplesmente como superfície, não considerando os demais recursos naturais, relações sociais e de poder

envolvidas no processo. Isso é um problema metodológico e teórico preocupante, porque não permite a compreensão da totalidade e sem este entendimento não podemos propor agendas de políticas públicas, mecanismos de resistência e outro modelo de desenvolvimento.

O processo de acumulação do capital é interminável e, cada vez mais, (re)cria estratégias para a sua acumulação. A tendência é que o então chamado *land grabbing* se torne mais dinâmico, complexo e contraditório. Empresas e fundos de investimento se controlam extensas áreas para a produção de energia eólica, outras através de projetos de mineração ou infraestruturas e compreender a terra apenas enquanto superfície não é suficiente. Assim, o primeiro ponto de defendemos neste tese é que o território – multidimensional e multiescalar – é a categoria geográfica que permite entender o *land grabbing* na sua totalidade.

A partir desta preocupação, nossa segunda defesa é que o *land grabbing* e estrangeirização não são sinônimos, mas sim processos complementares. A nossa proposta é designar o *land grabbing* como *controle do território*, ou seja, um processo de apropriação não só de terras, mas de recursos naturais, biodiversidade, subsolo, renda, entre outras variáveis; que se materializa através de diferentes mecanismos – desde compra direta, arrendamento, contratos de parceria e concessão de usos de superfície – ; envolvendo necessariamente a alteração da territorialidade, na qual o uso do território passa a ser orientado para atender as demandas do capital externo e não mais da população nacional [não apenas camponesa ou tradicionais], configurando o *agroextrativismo* ou *agricultural extractivism*, (GUDYNAS, 2010 e 2012).

Os agentes são múltiplos, vão desde fundos de investimentos, empresas transnacionais [atuação global ou regional] e nacionais, empresas estatais, pessoas físicas, cooperativas e ONGs. Neste contexto, os agentes nacionais possuem um papel mais que essencial na mediação do acesso e controle e o Estado é, mais do que nunca, primordial. Não há um Estado ausente, mas sim um Estado orientado para atender os interesses do capital e legitimar a ação deste, especialmente de origem estrangeira. Este processo tampouco é exclusivo do século XXI, mas atualmente apresenta características que o faz único. O que há de novo, além de um contexto de globalização neoliberal e convergência de crises, é a variedade de mecanismos de acesso, a simultaneidade e velocidade, que resultam em impactos cada vez mais intensos.

Esta demanda por terras impulsionadas por processos multiescalares reflete em um acirramento das disputas territoriais, não apenas entre corporações, mas sim por modelos de desenvolvimento, uma disputa entre agronegócio e campesinato. O controle é

um resultado de uma demanda global e este, por sua vez, resulta em conflitos territoriais. A convergência de múltiplas crises insere não apenas novos agentes, como também novos interesses e possíveis usos para os territórios. Sassen (2013) argumenta que a terra se apresenta como uma das maiores necessidades do capitalismo atual e assim defendemos que a partir destas necessidades que o capital desenvolve mecanismos de acesso e controle cada vez mais elaborados.

Ainda propomos duas tipologias de controle. A primeira corresponde ao *controle via territorialização ou controle direto do território*, onde o mecanismo de controle é exercido através da territorialização direta. A territorialização corresponde a criação de sistemas de controle de recursos, direitos e representações (RASMUSSEN e LUND, 2018). A territorialização corresponde ao controle direto, isto é, quando o capital se apropria de um território via compra, concessão de exploração, fusões, *joint-ventures*, entre outras estratégias que possibilitem o direito de propriedade, seja este legal ou ilegal. Porém, isso não significa que a territorialização envolve necessariamente a alteração da territorialidade.

A segunda tipologia compreende ao *controle via territorialidade/controlado indireto*, pois não necessita da territorialização, mas apenas da territorialidade. Por territorialidade compreendemos como expressão e representação do território, como o uso e controle do território, a territorialidade produz e mantém relações de poder. Um território pode ser camponês e apresentar territorialidade do agronegócio. Os principais mecanismos deste tipo de controle são os *contratos de parceria*. A ideia do controle via territorialidade está fundamentada na premissa que não é mais necessário o título de propriedade da terra para se ter acesso a esta e, muito menos, para controlar a produção e todas as relações sociais envolvidas.

A partir desta proposta de controle territorial, a estrangeirização seria um elemento deste processo mais amplo, se configura como o controle do território pelo capital estrangeiro. No Sul global, o capital estrangeiro é o principal agente no exercício das práticas de controle do território, porque a maioria das empresas e fundos, especialmente as corporações transnacionais, são oriundas do Norte Global<sup>277</sup>, logo, a estrangeirização se configura como elemento estrutural central do controle. Entretanto, isso não significa que apenas empresas do Norte global sejam as precursoras do processo, há empresas sediadas

---

<sup>277</sup> Ao contrário do debate instaurado na Geografia de que o capital não tem nacionalidade, observamos que em termos quantitativos, as corporações transnacionais permanecem ligadas às suas bases de origem. Sobre estes agentes Dicken (2010, p. 146) argumenta: “crescem localmente; elas desenvolvem suas raízes no solo em que foram plantadas. Quanto mais profundas forem as raízes, tanto mais forte será o grau de incorporação local, de modo que devem supostamente ter pelo menos alguns traços das características econômicas, sociais e culturais de seus países de origem”.

em países emergentes, especialmente nos MICs, que são agentes da estrangeirização – muitas vezes travestidas no discurso de cooperação Sul-Sul, vide exemplo da presença brasileira na África (CLEMENTS e FERNANDES, 2013a). Neste caso, entender as dinâmicas regionais é essencial e esta pesquisa evidencia isto: os principais agentes no agronegócio paraguaio são de origem brasileira; no caso de espaço rural uruguaio, este é controlado por argentinos e apesar de apresentarem relações históricas, há uma renovação de acordo com o movimento da realidade.

Nossa segunda crítica geográfica é que muito se discute sobre o *land grabbing* [aqui entendido como controle do território] em escala global, como um processo único e homogêneo. Contudo, a sua materialização no território é diferente em cada país, em cada localidade, pois é moldada por processos globais e locais em interação, o que torna o *land grabbing* único em cada nação. Neste sentido, Borras Jr, Kay, Gómez e Wilkinson (2013) definiram algumas especificidades do *land grabbing* na América Latina, que é importante visto que a região possui um processo de formação histórico-social ímpar. No entanto, para além do caráter regional, para além da particularidade, é necessário entender o processo a partir do local, isto é, a partir do singular.

Tendo como princípio a relação entre geral, particular e singular e as rugosidades que ficam de um regime para o outro, a materialização do controle e estrangeirização do território no Paraguai é singular porque é resultado de dinâmicas e processos gerais [globais], particulares [regionais] e singulares [Paraguai] em interação. Separar o que ocorre no Paraguai dos demais processos globais e regionais é um equívoco teórico e metodológico e esta tese mostrou isso. A guisa de conclusão vos questiono se conseguiriam entender a dinâmica contraditória do controle e estrangeirização do território no Paraguai sem considerar processos que estavam/estão ocorrendo em escala global ou regional. É possível entender a questão agrária sem examinar a modernização da agricultura no Sul do Brasil? Se sua resposta for positiva, você não entendeu esta tese.

Assim, a nossa terceira defesa nesta tese é que: o *controle do território* é uma processo moldado por dinâmicas e interesses globais, regionais e nacionais em interação e que a sua ação em um território específico apresenta singularidades porque depende dos processos, relações, formação histórico-social, questões culturais e interesses locais. Tomando como exemplo o Paraguai, só é possível compreender as atuais dinâmicas agrárias, estratégias utilizadas pelas empresas e papel do Estado se entendemos a história do país, que é única.

No decorrer da construção da pesquisa nos deparamos com outra problemática: a escassez do debate geopolítico no assim chamado *land grabbing*. Mediante de tal situação,

nossa quarta defesa nesta tese é que o controle e a estrangeirização do território são processos geopolíticos. Mas não a partir de uma geopolítica de Estado (RATZEL, 1990), mas sim de uma geopolítica moldada e materializada por diferentes agentes, com estratégias e intencionalidades ímpares. No capítulo IV abordamos brevemente a questão da inserção da China no mercado de soja paraguaio. Conseguimos explicar esta dinâmica sem a geopolítica da questão agrária?

Neste sentido, a Geografia é essencial para compreender a natureza do *land grabbing*. Primeiro por proporcionar uma leitura territorial, multidimensional e multiescalar do processo. Em segundo, a Geografia permitir uma visão escalar para além da escala de terras transacionadas e/ou capital investido, mas sim da escala da análise, fenômeno e da ação (SOUZA, 2013). O controle do território e a estrangeirização são oriundos de uma interação entre processos multiescalares, partindo da ideia de mosaico de escalas (BRENNER, 1998).

Franco, Borrás Jr, Alonso-Fradejas, Buxton, Herre, Kay e Feodoroff (2013) argumentam que a *lente* adequada para analisar o *land grabbing*, aqui proposto como controle do território, é através da economia política. Contudo, a perspectiva da economia política descreve o avanço capitalista no espaço, mas tem pouco a dizer sobre as dinâmicas territoriais que moldam o *land grabbing*/controle do território. Assim, defendemos que a Geografia, através da sua leitura territorial, escalar e geopolítica, é uma importante lente para entender o avanço do atual controle do território na sua totalidade e complexidade. Em nenhum momento concluímos que uma área do conhecimento é melhor do que outras para explicar o *land grabbing*, todas apresentam suas contribuições para o entendimento do processo. O controle do território abordado nesta tese é uma proposta geográfica.

Partindo da premissa de processos multiescalares em interação, uma de nossas hipóteses iniciais foi de que processo de *land grabbing*, aqui proposto como controle do território não é recente como aborda muitas pesquisas, mas sim a continuação de uma dinâmica imperialista e colonial (MOYO, YEROS e JHA, 2012). Neste contexto, o Paraguai é um exemplo alegórico da historicidade do processo e no qual o capital estrangeiro, especialmente regional através práticas subimperialistas (MARINI, 1977), é o principal agente, configurando o que intitulamos de estrangeirização do território.

A tese aqui defendida é que o *land grabbing*, entendido como controle e estrangeirização do território se materializam através de regimes que, por sua vez, são resultados de dinâmicas gerais [globais], particulares [regionais] e singulares [locais, no caso o Paraguai] em interação permeadas por rugosidades. Isso faz com que em cada regime a materialização do controle e estrangeirização do território se dê de forma distinta,

com estratégias, dinâmicas, territorialidades, impactos e resistências ímpares. A globalização neoliberal não homogênea o controle e estrangeirização do território.

Neste sentido, no Paraguai identificamos três diferentes regimes. O primeiro – o ciclo do tanino – ocorreu de 1870 até a década de 1950, caracterizado pela territorialização do capital argentino, orientado por empresas inglesas e espanholas, para a exploração do Quebracho para a extração do tanino, onde o Chaco foi a região de interesse. O segundo regime inicia-se na década de 1950 a partir de uma mudança geopolítica nas relações sul-americana e na qual posiciona o Brasil como potência da região. O Brasil, concomitantemente passava pela modernização da agricultura, o que resultou na migração de pequenos e grandes produtores para a região fronteira Oriental do Paraguai, a chamada *Marcha para o Oeste*. Sujeitos e agentes brasileiros, em 1970, introduziram o cultivo de soja no país. *Invasão brasileira*, como é chamada pela população nativa, é de caráter colonial e imperialista para os paraguaios.

Em 1990, com o avanço do neoliberalismo na América Latina (RUBIO, 2001) e de novas tecnologias produtivas que permitem uma *eficiência no controle*, emerge o terceiro regime marcado pela expansão do capital brasileiro e argentino. A partir de 2008, agentes uruguaios são inseridos no terceiro regime, resultado de dinâmicas regionais, como o aumento do interesse de argentinos pelo território uruaio e barreiras criadas pelo Estado uruaio no sentido de frear a produção de soja no país.

Em cada regime existem fronteiras diferentes do controle, estas são criadas por meio de lutas sociais e políticas e surgem quando novos recursos são identificados e desfaz ordens anteriores, especialmente referente aos regimes de propriedade. A demanda mundial por terras, por *commodities*, fontes alternativas de energia, em suma, por novas formas de acumulação, resultou no aumento do controle do território e subsequente aniquilação de proprietários anteriores, excluindo direitos, territorialidades e modos de vida.

A nossa hipótese inicial de que no século XXI, em um contexto de convergência de múltiplas crises, alterações geopolíticas e financeirização da agricultura, emerge um novo regime de controle e estrangeirização do território caracterizado pela dominância do capital financeiro (CHASNAIS, 2005). Em escala global a hipótese é condizente – estudos que possuem como objeto a Argentina e o Brasil mostram isso. Todavia, a realidade paraguaia refuta esta hipótese, porque a presença do capital financeiro na agricultura e mercado de terras ainda é excepcionalmente restrito. A especulação com terras ocorre no Paraguai, especialmente no Chaco, mas é, majoritariamente, uma especulação tradicional,



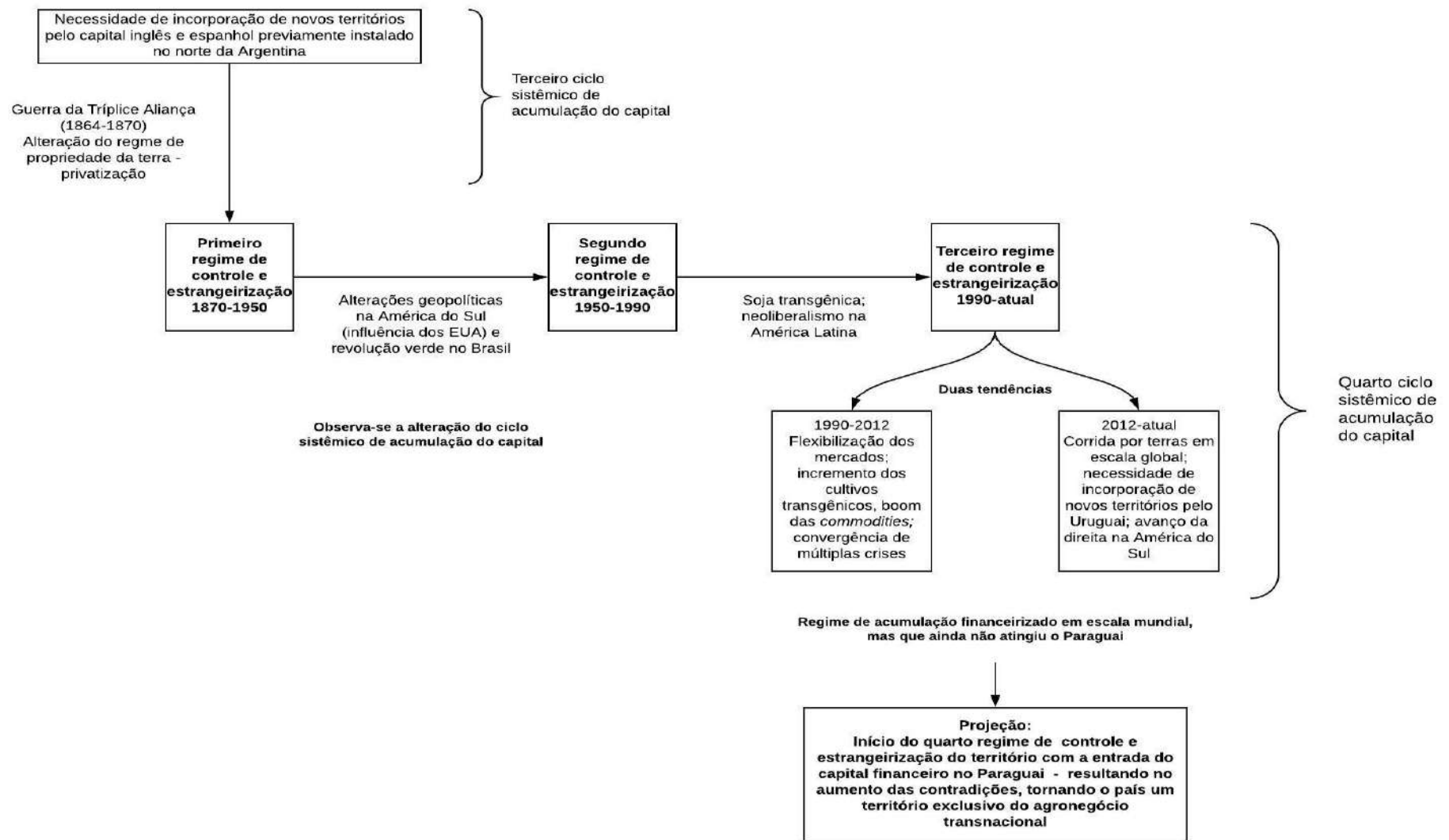
isto é, a terra é utilizada como reserva de valor e não há a aplicação de capital financeiro para sua valorização e posterior venda (VISSER, 2016).

Isso não significa que não haja novas dinâmicas, com elementos contemporâneos que comprovem a existência de um novo regime. Dentre os características do atual regime no Paraguai elencamos a acentuação da atuação do capital regional; recriação do Estado como agente essencial do processo e não como um agente conhecido por exercer um papel contraditório, como coloca Fairbairn (2013) e Wolford (2013), uma vez que o Estado paraguaio não possui qualquer ação de defesa dos interesses nacionais e é totalmente orientado para atender as demandas do capital estrangeiro e da elite fundiária nacional. Ademais, o atual período é caracterizado por novas formas de acesso e controle – controle não é apenas direto [territorialização], mas também indireto [territorialidade] – com frequente desterritorialização e criminalização de movimento socioterritoriais. As resistências também são reconstituídas através da agroecologia, feiras e rodas de debate, o que não significa que ocupações e manifestações não são realizadas. O objetivo dos movimentos socioterritoriais paraguaios é recuperar a soberania da terra, do seu território, perdida em 1870.

No terceiro regime, além do entrada do capital uruguaio, há a consolidação do agronegócio argentino no país através da abertura das *translatinas* ao capital financeiro, que investem na produção de soja e mercado de terras, raramente envolvidas em conflitos. As empresas e latifundiários brasileiros também consolidam o seu controle do território através da expansão da fronteira agrícola e utilização de meios cada vez mais violentos de desterritorialização, “con el boom de la soja, la expansión de los productores brasileños que emplean agrotóxicos indiscriminadamente en diversos contextos y adopta una de sus formas más nocivas en las colonias nacionales en las que estos brasileños adquieren ilegalmente parcelas de campesinos paraguayos” (FOGEL, 2006, p. 100). O Organograma 24 expressa a dinâmica dos regimes de controle e estrangeirização do território paraguaio.

“A Tríplice Aliança continua sendo um grande êxito”: os regimes de controle do território paraguaio (1870-2019)

**Organograma 24. Paraguai – Regimes de controle e estrangeirização do território – 1870-2019.**



Org.: Autora (2019).

No século XXI não se trata mais de controlar a terra como fonte de poder e prestígio, mas sim a terra compreendida como um meio de produção para a obtenção de renda e acumulação, através da exploração direta ou indireta. Outra particularidade do controle e estrangeirização do território no Paraguai é que a academia internacional convencionou que o interesse global em terras atingiu seu ápice em 2008 e a partir de 2012<sup>278</sup> apresentou uma diminuição no ritmo de apropriação – embora o processo não tenha cessado<sup>279</sup>. No Paraguai ocorreu o contrário, justamente em 2012 o avanço do controle materializado na estrangeirização do território.

Isso é justificado pelo fato de Fernando Lugo ser o presidente do Paraguai de 2008 a 2012, quando foi deposto justamente por um golpe elaborado pelo agronegócio, especialmente estrangeiro. Durante a tese é possível observar que o controle e estrangeirização do território negam a soberania do Paraguai. Assim, a partir de 2012 o terceiro regime avança por meio de uma nova tendência, intensificando a violência através da expansão da fronteira agrícola e aumento do cultivo de soja, pecuária e especulação com terras, embora ainda não seja uma especulação de caráter financeiro.

A questão é: como chegamos a esta conclusão do aumento dos processos sem a atualização dos dados oficiais – enfatizando que o último Censo Agropecuário Nacional foi em 2008? Faremos uma estimativa. Na safra 2007/2008 a superfície destinada ao agronegócio foi de 4.023.429 hectares, já na safra de 2016/2017 a extensão saltou para 5.305.640 hectares. A agricultura familiar camponesa, por sua vez, no ano agrícola de 2007/2008 possuía 388.891 hectares e na safra de 2016/2017 este número diminuiu para 330.213 hectares. Ou seja, entre 2007 e 2017 o agronegócio expandiu 24,16% [1.282.211 hectares] e a agricultura familiar camponesa apresentou uma retração de 15% [58.678 hectares]. No caso específico da soja, partimos da afirmação que 90% da produção do grão é responsabilidade de agentes brasileiros (WESZ JR, 2016). Entre as safras de 2007/2008 e 2016/2017 a superfície cultivada de soja aumentou de 2.644.856 para 3.388.709 hectares, representando um acréscimo de 743.853 hectares.

Projetando que agentes brasileiros ainda sejam responsáveis por 90% da produção do grão, 669.467 hectares – 90% do total da superfície elevada em nove anos – são produzidos pelo capital brasileiro. Isto sem considerar a pecuária, na qual os dados são

---

<sup>278</sup> Embora muito se discuta sobre o processo a partir de 2008, no Paraguai o mesmo já está em formação desde meados da década de 1990.

<sup>279</sup> A diminuição da quantidade de terras transacionadas não significa que o processo cessou, mas sim que o apropriação de novas terras como mecanismo de acumulação não é suficientemente rentável e que o capital necessita de outras estratégias, como investimento em técnicas que possibilitem o aumento da produtividade (GRAS e CÁCERES, 2017).

disponibilizados pelo MAG em quantidade de gado e não em hectares. Mas em 2007/2008 haviam 10.496.641 cabeças de gado e em 2016/2017 este número evoluiu para 13.821.526, isto é, apresentou um aumento de 31,67% [3.324.885 cabeças] (MAG, 2009 e 2018a). E também sem sopesar as terras adquiridas por estrangeiros para a especulação imobiliária tradicional, prática frequente após 2008 impulsionada pelo capital uruguaio.

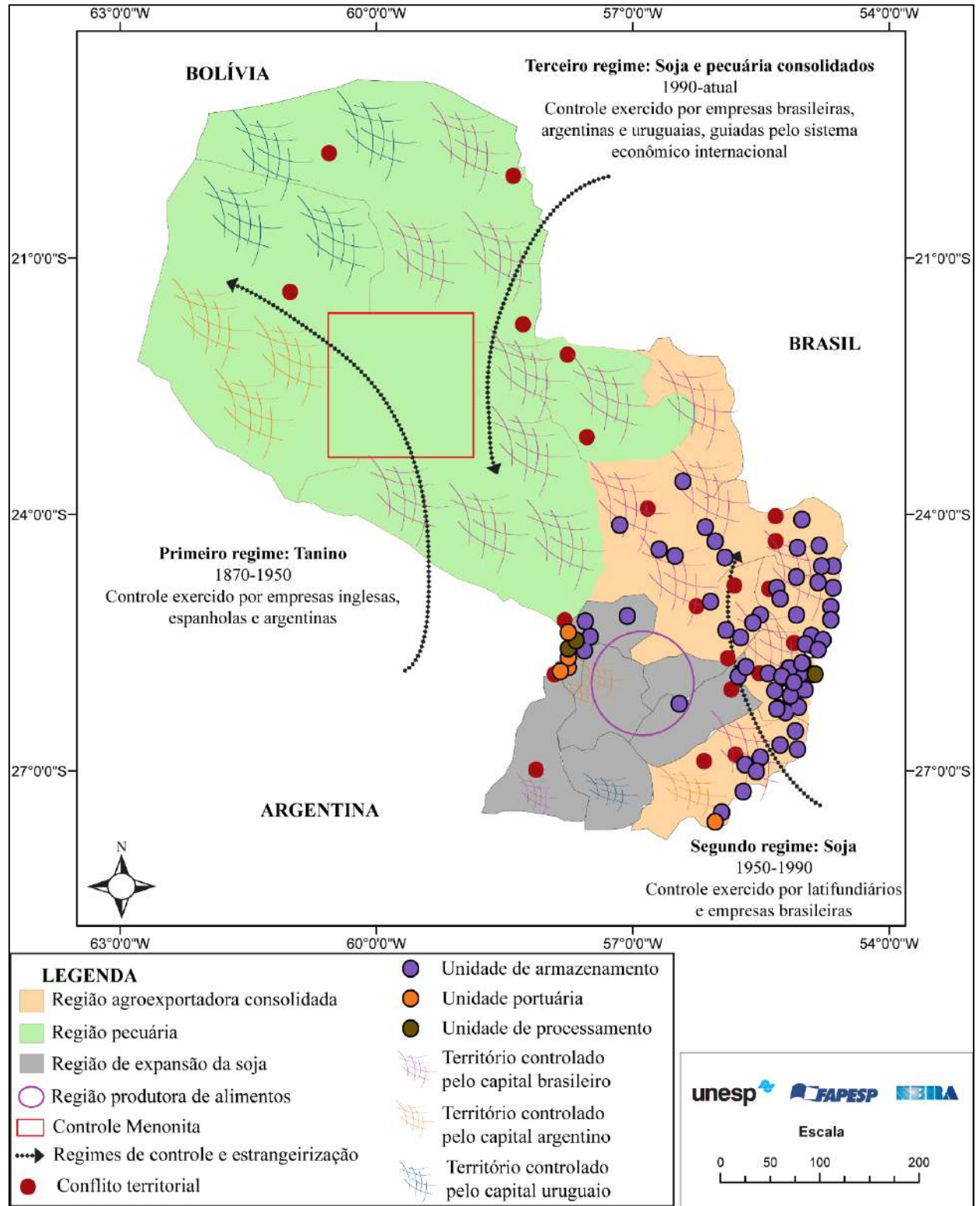
Diante destes cálculos, estimamos que mais de 35% do território agrícola paraguaio está sob controle direto e indireto do capital estrangeiro. Aquilatamos que este número seja maior pelos seguintes motivos: 1) não consideramos a pecuária, que é 60% controlada por brasileiros (VYUK, 2014); 2) não contamos as terras especuladas; 3) muitos cultivos nos quais consideramos como camponeses, como o arroz irrigado, tem sido tomados pelo capital estrangeiro, vide o caso da expansão dos agentes uruguaio na produção de arroz em Ñeembucú e Misiones e; 4) os dados do MAG não são totalmente fidedignos, um exemplo é o caso de Paraguari, no qual em 2016/2017 a produção de soja foi de 48 hectares segundo o MAG, mas em trabalho de campo observamos que a superfície cultivada é maior e esta pertence a empresas de origem brasileira. O Mapa 16 representa a nossa proposta do Paraguai Agrário, evidenciando os três regimes acima expostos, bem como conflitos territoriais, áreas de expansão do agronegócio e região produtora de soja.

O Paraguai Agrário é uma proposta de um mapa síntese, logo, apresenta abstrações e reduções, a realidade é muito mais complexa e contraditória. Este mapa nos permite observar como o processo de controle e estrangeirização do território ocorre, quais foram e são as fronteiras agrícolas do país, áreas em conflito, os territórios do agronegócio [soja e pecuária] e da agricultura camponesa. No Mapa 16 observa-se a região agroexportadora, caracterizada especialmente pela produção de soja, englobando os departamentos de Alto Paraná, Itapúa e Canindeyú e, mais recentemente, em Amambay, Caazapá, Caaguazú e San Pedro. Embora o elemento que delimita tal região seja o cultivo de soja, cada departamento apresenta singularidades. Alto Paraná, Itapúa e Canindeyú a produção é consolidada, uma vez que estes departamentos foram a *porta de entrada* para o cultivo por estarem localizados na fronteira com o Brasil.

Ademais, o departamento de Alto Paraná possui maior expressividade de empresas brasileiras e unidades de armazenamento de corporações transnacionais, que controlam o território através da territorialidade. O departamento de Amambay, embora a presença de brasileiros seja histórica, esta é distinta das demais unidades federativas, pois no início as principais atividades foram a exploração madeireira e pecuária, convertendo para produtor de soja apenas no século XXI. Amambay também é singular

pelo fato do narcotráfico, pois é a principal fronteira do contrabando no país (MERCADO, 2018).

Mapa 16. Paraguai agrário – dinâmicas e expansão do agronegócio – 2019.



Org.: Autora (2019).

Os departamentos de Caazapá e Caaguazú são os que mais sofrem com a expansão da soja, que é ordenada por empresas e latifundiários brasileiros que já haviam se territorializado na Região Fronteiriça Oriental na década de 1970/1980 e que expandem o seu território de controle para o centro do Paraguai. O departamento de Concepción, embora apresente expansão no cultivo do grão, a produção ainda não se encontra consolidada, embora nossa projeção seja que não demore para alcançar esta marca. Concepción junto com o Chaco – Alto Paraguay, Boquerón e Presidente Hayes – compõe a região na qual a produção pecuária é mais expressiva. Em Concepción a pecuária é tradicional e caracterizada pela presença de latifundiários (VÁZQUEZ, 2006), contudo no Chaco a atividade apresenta uma forte expansão, evoluindo de 3.670.072 cabeças em 2006 para 6.134.925<sup>280</sup> cabeças em 2017 (MAG, 2018a).

O Chaco torna-se novamente o território interesse do capital estrangeiro. O primeiro regime de controle e estrangeirização ocorreu predominantemente na região, porém como área de expansão do capital do norte da Argentina, ou seja, no primeiro regime a entrada do capital argentino foi através dos departamentos de Presidente Hayes e Boquerón. Já no terceiro regime, a fronteira agrícola se move da região fronteiriça Oriental em direção ao Chaco. Em 2003 transcorre uma nova onda de controle impulsionada pelo capital brasileiro e, desta vez, o Chaco foi a região de interesse. Segundo entrevistas, isso ocorreu porque desde que Luis Inácio Lula da Silva (PT) assumiu a presidência do país, há um receio por parte da classe latifundiária brasileira em relação a uma política efetiva de reforma agrária que de fato cumprisse com a função social da terra e desapropriasse terras griladas para a efetivação desta política. Então, os brasileiros se territorializaram no Chaco, especialmente no departamento de Alto Paraguay, fronteira com o Brasil.

De esta forma, la franja fronteriza del Alto Paraguay no es colonizada por los productores bovinos brasileños, en relación al número ínfimo de los mismos instalados en el territorio, pero sí constituye un dispositivo productivo brasileño en territorio paraguayo. La llegada al Chaco de los ganaderos brasileños se produce en forma concomitante con el parcelamiento de las propiedades quebracheras. Otra forma de adquisición de tierras por parte de los brasileños consiste en la compra de las mismas a colonos paraguayos quienes habían sido beneficiados de programas oficiales de colonización (VÁZQUEZ, 2005a, p. 199).

---

<sup>280</sup> Alto Paraguay: 1.659.916 cabeças; Boquerón: 1.949.310 cabeças e Presidente Hayes: 2.525.699 cabeças (MAG, 2018a). Nossa hipótese é que o departamento de Presidente Hayes apresenta maior concentração pois é onde as colônias menonitas estão instaladas.

No Chaco, também se consolida a pecuária de corte, caracterizada pela presença de latifundiários uruguaios, que tem tradição no setor e que também sofrem um processo de desterritorialização devido a alteração da estrutura fundiária e estrangeirização no seu país de origem. Nesta nova expansão, a fronteira faz outro movimento, vindo do Brasil e da região fronteira Oriental, bem como do Uruguai, o que nos mostra que os regimes sempre rompem as fronteiras políticas previamente estabelecidas. Ademais, o Chaco paraguaio apresenta uma série de particularidades, a começar pelo clima seco, com um regime hídrico singular e solos com baixa fertilidade e isto ajuda na justificativa da pecuária como uma alternativa para a região. Desde 2015 a CAPECO em parceria com o United State Department of Agricultural (USDA) tem realizado pesquisas com o objetivo de desenvolver uma semente de soja resistente a seca característica do Chaco. Na safra 2016/2017 foram cultivados 20.000 hectares da *commodity*, com um rendimento médio de 3.000 a 3.4000 quilos por hectare (ÚLTIMA HORA, 25 abr. 2018b) e a projeção da ARP é o plantio de 500.000 hectares no Chaco até 2030 (ÚLTIMA HORA, 12 jul. 2018).

É importante destacar a dificuldade de obtenção de dados sobre o país, particularmente informações relacionadas a Geografia física, como clima e tipos de solo. No Paraguai, por exemplo, não existe um mapa de classificação de solos, uma vez que a região Oriental e Ocidental foram classificadas e mapeadas em dois sistemas de internacionais de classificação distintos, *Soil Taxonomy* [EUA] e WRB/FAO [Europa], respectivamente. O caso do Chaco é ainda mais preocupante, porque não há mapa disponível para consulta e os perfis de solo coletado durante a classificação, cerca de 250 perfis segundo docentes da Facultad de Ciencias Agrarias, da Universidad Nacional de Asunción (FCA/UNA), foram levados para o exterior e os pesquisadores paraguaios não tem acesso ao material. Esta situação, somado as pesquisas desenvolvidas pelo USDA na região mostram, por um lado o descontrole do Estado paraguaio em seu próprio território e, por outro, o controle do território imaterial, do conhecimento científico para atender os anseios do capital estrangeiro (PORTILLO, 2018).

Segundo entrevista realizada com consultores de investimento, o Paraguai não é atrativo para o capital financeiro justamente porque pouco se conhece do país em termos de pesquisa. Ademais, o Chaco é particular devido à territorialização de menonitas desde 1927 e que até os dias atuais possuem seu enclave na região [quadrado vermelho representado no Paraguai Agrário], se configurando como um importante grupo socioeconômico no país. Os menonitas se organizam, majoritariamente, em cooperativas, muitas constituídas ainda na primeira metade do século XX, e que atualmente ocupam a posição de maiores produtoras de leite e produtos derivados, a Cooperativa Chortitzer

Komitee Ltda. (1928), por exemplo, é proprietária da maior marca de lácteos do mercado paraguaio, a Trébol (VILLAGRA, 2009). Destacamos que embora sejam grupos fechados, a sua postura acerca das relações de mercado são bastante abertas e exercem um importante papel no controle do território paraguaio, que no decorrer dos anos foi reordenado, devido, inclusive a incorporação do Chaco ao restante do território nacional e ascensão do interesse estrangeiro – soja, pecuária e especulação na região.

O bioma *chaqueño* é extremamente sensível a intervenção humana e este processo de expansão da fronteira agrícola e conseqüente acentuação da estrangeirização intensifica práticas de desmatamento na região. Em maio de 2018, a NASA divulgou imagens de satélite de mostram o desmatamento no Gran Chaco – Paraguai, Argentina e Bolívia – no qual o Paraguai apresenta a maior taxa de desflorestamento, de 1987 até 2012 cerca de 4.400.000 hectares foram desmatados (ÚLTIMA HORA, 08 mai. 2018). Segundo o INFONA, apenas em 2017 10.000 hectares foram desmatados no Chaco Paraguai (ÚLTIMA HORA, 25 abr. 2018a). Dada a expansão da pecuária para a região a partir de 2012, estimamos que este número seja bem maior.

Outra particularidade da região é a população indígena. Segundo os dados do III Censo de Comunidades de los Pueblos Indígenas (2012), no ano de 2012 a população indígena era de 112.381 habitantes<sup>281</sup> e 19 povos distintos e divididos em 493 comunidades e 218 aldeias e 122<sup>282</sup> apenas no Chaco, somados a 218 aldeias, distribuídos em 19 povos e em 13 departamentos do país. Além da expressiva população indígena, a singularidade é a existência de etnias específicas do Chaco paraguaio, inclusive os Ayoreos, que são os únicos indígenas isolados fora da Amazônia (BARRETO, 2017). E, inclusive, esta comunidade sofre ataques de empresas brasileiras (DE OLHO NO PARAGUAI, 27 nov. 2017), o que resultou em diferentes denúncias diante a Corte Interamericana de Direitos Humanos, visto que o Estado paraguaio, mesmo possuindo o conhecimento do conflito, não procurou resolvê-lo. Comunidades indígenas estão perdendo seu território para o agronegócio.

Os departamentos de Central, Cordillera, Guairá e Paraguarí correspondem a região produtora de alimentos e historicamente a *región campesina tradicional arraigada* (VÁZQUEZ, 2006), caracterizada pela concentração de minifúndios e proximidade com a capital, territórios com intensos conflitos, o que resultou na *Marcha hacia el Este* na década de 1950, com o objetivo de diminuir os conflitos resultantes da concentração

---

<sup>281</sup> Segundo Meliá e Sosa (1997) em 1992 haviam 49.487 indígenas no Paraguai.

<sup>282</sup> Deste total, 37 comunidades não apresentavam títulos ou terras próprias. Em todo Paraguai existem 148 comunidades nesta situação.



fundiária. Atualmente a maior parte da produção de alimentos do Paraguai é cultivada nesta região, especialmente produtos hortifrutigranjeiros, possuindo um importante papel para o abastecimento de Asunción e municipalidades próximas – que concentra a maior parte da população do país.

Destacamos que o cultivo de soja, segundo os dados do MAG (2018) é quase que inexpressivo nestes departamentos, porém com a velocidade do avanço da *commodity* em direção ao interior do Paraguai nos faz projetar que em um futuro próximo, a soja será realidade destes departamentos. Na safra 2016/2017, o departamento de Paraguari apresentou 48 hectares cultivados de soja (MAG, 2018), contudo, durante trabalho de campo no departamento em maio de 2018 a população local nos relatou em tom de indignação o atual avanço da soja no departamento, afirmando que nunca imaginariam que a soja chegaria na região. Assim, a tendência é que cada vez mais a soja seja realidade *región campesina tradicional arraigada*, o que resultará em conflitos ainda mais intensos devido a identidade camponesa da região. Está região, embora em menor intensidade, também se configura como alvo da fronteira agrícola do terceiro regime de controle e estrangeirização.

Considerando o capital como valor em movimento (MARX, 1970; HARVEY, 2018), este se movimenta no espaço, produzindo e (re) modelando territórios. Há diferentes territorialidades dos capitais estrangeiros atuantes no Paraguai. O capital regional – Argentina, Brasil e Uruguai – controla o território através da territorialização, enquanto as corporações transnacionais exercem o controle via territorialidade, controlando toda a cadeia produtiva [no caso da soja] a montante e a jusante. No Mapa 16 observamos que as corporações transnacionais, principalmente o grupo ABCD, controlam as unidades de armazenamento, processamento e portos.

Neste ponto chamamos a atenção para o pequeno número de unidades de processamento, enquanto as unidades de armazenamento da soja *in natura* se sobressaem, o que é estratégico segundo Frederico (2010). Isso mais uma vez confirma o caráter neoextrativista/agroextrativista da estrangeirização do território, onde o objetivo é explorar recursos naturais para atender a demanda do capital externo. Durante entrevistas em trabalhos de campo, movimentos socioterritoriais enfatizaram: “¿Qué tienes de Paraguay en la soja producida aquí? Solo la fertilidad del suelo, porque los insumos y el capital invertido son extranjeros”. Essa fala nos mostra a natureza predatória e contraditória do processo.

Em relação aos conflitos territoriais do controle e estrangeirização, que incluem ambientais, econômicos e fundiários, são registrados em todo o país, embora na região

fronteiriça Oriental estes sejam mais expressivos – ressaltando que por ser um espaço fronteiriço apresenta maior complexidade e singularidade – devido ao fato de ser a região onde o agronegócio já é consolidado. Os conflitos desta região estão, sobretudo, relacionados a disputa por território, resultando em ações violentas de desterritorialização, ou seja, acumulação por despossessão (HARVEY, 2003).

A precariedade [intencional ou não] do controle do Estado sobre o seu próprio território permite a apropriação ilegal através da falsificação de títulos de propriedade e avanço do capital, principalmente brasileiro e argentino, por meio de práticas ilícitas, como arrendamento ou compra de terras em colônias de reforma agrária. O INDERT, por sua vez, não cumpre com a sua função de realização da reforma agrária e atua, na realidade, como *agentes imobiliários*, isto é, identificam comunidades e famílias camponesas, convencem estas que o Estado não irá ajuda-las e que a melhor alternativa é a venda, inclusive indicam para quem estes camponeses devem vender suas terras. Assim, o papel desempenhado pelo do INDERT é o de intermediário entre agronegócio e campesinato. O que nos mostra a contradição do processo.

Ressaltamos que há uma número expressivo de conflitos relacionados ao meio ambiente, como poluição de cursos d’água e desmatamento. Estes ocorrem especialmente no departamento de Central, estando relacionados com a instalação de portos privados das corporações transnacionais e nos departamentos do Sul do Paraguai, como Ñeembucú, caracterizado pelos *humedales*. Este último departamento é interessante porque apresenta um aumento expressivo do cultivo de arroz irrigado, que na safra de 2006/2007 não havia nenhum hectare produzido e na safra de 2016/2017 a superfície cultivada foi de 8.185 hectares com produção de 60.853 toneladas (MAG, 2018). Recentemente o governo do Paraguai, através da Unión Industrial Paraguaya (UIP), assinou um acordo com o governo do Iraque para a produção de 25.000 toneladas de arroz para a exportação e estimamos que Ñeembucú afetado com o acordo<sup>283</sup> (AGENCIA DE INFORMACIÓN PARAGUAYA, 24 jul. 2018).

Os conflitos territoriais avançam de acordo com o movimento da fronteira agrícola e isso ocorre nas fronteiras de cada de um dos três regimes. No Chaco Paraguaio o número de conflitos registrados ainda é menor em relação a Região Fronteiriça Oriental, o que não significa que é menos importante. Este baixo número se deve ao fato do Chaco ser uma região pouco conhecida, com baixa densidade demográfica e com pouco interesse na mídia

---

<sup>283</sup> O interesse do governo do Iraque é de garantia da sua segurança alimentar, ressaltando que é um país geopoliticamente instável, o que pode resultar em um bloqueio de importações e exportações de alimentos, assim como ocorreu nos países do Golfo durante a crise do petróleo em 1973 (WOERTZ, 2013).

ao longo dos anos, isto significa que os conflitos ocorrem, porém não temos conhecimento dos mesmos<sup>284</sup>. Este cenário está caminhando para uma mudança devido à expansão da fronteira agrícola para a região, basta verificar o nosso banco de dados para observar como o Chaco aparece na mídia no decorrer dos anos.

Também é necessário compreender que os impactos do controle e estrangeirização do território são estão restritos ao espaço rural, mas sim envolve todo o território nacional. Um exemplo é a acelerada migração nacional [Asunción e Ciudad del Este] e internacional [Argentina, Brasil e Espanha] de camponeses. Asunción vivencia atualmente um rápido processo de urbanização<sup>285</sup>, que resulta no aumento do preço da terra urbana, na especulação imobiliária, concentração de renda e acentuação da desigualdade. Camponeses desterritorializados migram para Asunción e passam a compor a periferia urbana e os chamados *bañados*, citados no capítulo V.

Ademais, o Paraguai apresenta um aumento da pobreza, em 2017 haviam 1.949.272 pessoas vivendo abaixo da linha de pobreza, correspondente a 28,8% da população total do país e, em apenas um ano, este modelo de desenvolvimento gerou 180.000 novos pobres, afetando especialmente a população rural. Ao mesmo tempo, o Produto Interno Bruto (PIB) do Paraguai apresentou uma elevação de US\$ 18 bilhões em 2008 para US\$ 29 bilhões em 2013, segundo dados do Bando Mundial<sup>286</sup>, devido ao aumento da balança comercial e graças ao modelo agroexportador. Assim, a redução da pobreza não acompanhou o ritmo do crescimento econômico, e este último é utilizado pelo governo do Paraguai para atrair investidores para o país, ou seja, “à medida que o capitalismo continua a penetrar no campo, as contradições por ele criadas só podem aprofundar-se” (BURBACH e FLYNN, 1982, p. 165).

Este processo não está livre de resistências, embora seja necessário destacar que nem todo controle e estrangeirização do território envolve ações de resistência (HALL, EDELMAN, BORRAS JR, SCOONES, WHITE e WOLFORD, 2015). No Paraguai, embora a luta pela terra seja historicamente o eixo central das disputas sociais, o país é marcado por uma intensa criminalização dos movimentos socioterritoriais. Atualmente estão registrados oficialmente mais de 60.000 casos de solicitação de lotes de reforma agrária (VILLAGRA e ARECO, 2017), mas a estimativa é que este número seja maior. As ações de ocupação de terra, que ainda corresponde a forma mais eficaz de acesso ao território

---

<sup>284</sup> Os conflitos no Chaco são com maior frequência noticiados no exterior, inclusive as pesquisas sobre desmatamento na região, como por exemplo o projeto Global Forest Change, da University of Maryland (EUA). Disponível em: <https://earthenginepartners.appspot.com/science-2013-global-forest>. Acesso em: 07 jul. 2019.

<sup>285</sup> É necessário considerar que Asunción vive um boom imobiliário impulsionado por Brasil e Argentina, justamente devido a atuação das empresas regionais no país (BBC, 20 abr. 2018).

<sup>286</sup> Dados disponíveis em: <http://datos.bancomundial.org/pais/paraguay>. Acesso em: 26 jan. 2017.

(RIQUELME, 2003), são brutalmente criminalizadas com detenção imediata por cinco anos. Ademais, a criminalização ocorre em diferentes dimensões, através da exclusão do campesinato das políticas públicas; por meio da mídia, visto que os grupos de comunicações pertencem as empresas relacionadas ao agronegócio; e até pelas pesquisas desenvolvidas na universidade.

Diante deste cenário de criminalização de ações diretas de resistência, o campesinato desenvolvem novas estratégias, como uma realização de feiras urbanas e rodas de diálogo, construindo uma luta pró-ativa em que as comunidades locais desenvolvem modos de vida e sistemas de produção alternativos, como a agroecologia, desafiando o modelo dominante de desenvolvimento da agricultura. Durante trabalho de campo, a CONAMURI que utiliza como estratégia de luta a realização de feiras, especialmente no centro de Asunción, nos relatou que esta alternativa é interessante, pois possibilita a troca de conhecimentos e conscientização da população urbana acerca da importância do alimento sano, da agroecologia, da recuperação das tradições alimentares paraguaia e, conseqüentemente, da reforma agrária.

Em um contexto obscuro de criminalização da vida, a (re) criação da luta é necessária. A forma eficaz de barrar o processo e os impactos causado por este não é a reforma agrária e titulação das terras, como propõe o Banco Mundial, mas sim a soberania da terra, que corresponde ao controle efetivo da terra pelos camponeses na construção da soberania alimentar, privilegiando o direito das pessoas que precisam de acesso ou proteger o direito daqueles que já tem acesso à terra. A soberania da terra é multidimensional porque traz elementos sociais, políticos, econômicos, culturais e de identidade – por isso, mais uma vez aparece a necessidade considerar terra enquanto território.

Em 2017, a iniciativa *Tierra Malhabidas S.A.* fez uma campanha de conscientização a respeito das terras ilegais em posse do agronegócio nacional e estrangeiro e como esta situação afeta toda a sociedade. Como estratégia, a iniciativa produziu um rótulo para a *sopa paraguaia*, alimento típico do país produzido a partir do milho. Neste rótulo constava “*Sopa ex-paraguayá*”, com a justificativa de que *se roubam a nossa terra, também roubam a nossa identidade*. Esta ação não corresponde a apenas um jogo de palavras, mas representa a busca pelo que aqui estamos intitulado de soberania da terra. Neste cenário, os movimentos socioterritoriais são os principais sujeitos na promoção da soberania da terra e no Paraguai, as primeiras experiências como o IALA Guaraní nos mostra o caminho, ainda inicial, da construção de uma soberania a terra efetiva.

Os interesses do Estado caminham no mesmo sentido dos objetivos de empresas internacionais e da elite rural nacional. O Paraguai é atrativo para territorialização de variadas empresas privadas e, recentemente estatais, que veem no país uma possibilidade de ampliação de sua acumulação através da exploração de recursos naturais, de mão-de-obra barata e com total apoio e proteção do Estado. O Paraguai está inserido no Mercado Comum do Sul (MERCOSUL), integração regional que possibilita uma série de acordos para a exportação e importação, em que a elite paraguaia e os estrangeiros são os maiores beneficiários de tais acordos.

Além disso, o Paraguai possui variados acordos internacionais, o que permite ainda mais a territorialização de empresas estrangeiras no país. Assim, o modelo de desenvolvimento traçado atualmente para o Paraguai é resultado de um processo histórico de luta, de estrangeirização, de desterritorialização e de concentração da terra por um lado e de outro pela atual crise do sistema capitalista mundial, com impactos econômicos, alimentares, energéticos e ambientais.

Ressaltamos quatro pontos particulares que observamos durante os quatro anos de pesquisa sobre o Paraguai. Primeiramente, há concepções de que o capital não tem nacionalidade (OLIVEIRA, 2014 e 2016), contudo na nossa pesquisa concluímos os territórios são (re) produzidos de formas distintas de acordo com nacionalidade do capital. O objetivo é o mesmo: acumular capital como uma alternativa a crises de sobreacumulação, mas as estratégias e territorialidades produzidas são distintas, por isso a estrangeirização do território é uma dimensão estrutural para entender a questão agrária atual.

Em segundo lugar, a questão agrária paraguaia surgiu com o processo de controle do território pelo capital estrangeiro. O discurso de que a partir de 2008 apropria-se de terras para alimentar o mundo não faz muito sentido quando analisamos a realidade paraguaia, pois o processo no país ocorre intensamente desde 1870 para outros fins e desde 1979 governos estrangeiros, como Cabo Verde se apropriam do território para a produção de milho para alimentar a população cabo-verdiana<sup>287</sup>. Ou seja, o controle do território no Paraguai quebra com o discurso de que o processo ocorre apenas a partir de 2007/2008 devido a uma preocupação com a segurança alimentar, disseminado sobretudo pela FAO.

O terceiro aspecto é que o controle do território no Paraguai apresenta três agentes bastante específicos: empresas (trans) latinas de origem argentina – ou seja, empresas domésticas que a partir da década de 1990 se capitalizaram através de investidores institucionais - como a MSU, Cresud, Los Grobo e El Tejar; latifundiários e empresas brasileiras –que atuam apenas no Brasil e no Paraguai –, e pecuaristas,

---

<sup>287</sup> Ver Box III.

produtores de arroz e especuladores uruguaios. Latifundiários argentinos, em um momento da história, tentaram se territorializar no Paraguai através da produção de soja, contudo, as características edafoclimáticas do Paraguai são distintas da Argentina, o que exige um manejo específico do solo, logo, os latifundiários argentinos não conseguiram produzir.

Já os brasileiros não tiveram este problema devido às semelhanças de clima, solo e regime hídrico. Como os latifundiários argentinos não conseguiram se territorializar no Paraguai, se apropriaram de terras no Uruguai, devido as características edafoclimáticas semelhantes, esta dinâmica propiciou um aumento do preço da terra no Uruguai e os pecuaristas e especuladores uruguaios passaram a comprar terra no Chaco Paraguai, região pouco povoada e com terras a baixo preço.

Porém, até o momento os enclaves uruguaios no Chaco Paraguai são utilizados como reserva de valor, conforme verificamos em trabalho de campo em 2018. Assim, não podemos entender a o controle e estrangeirização do território no Paraguai sem considerar o contexto Sul Americano, isto é, a questão agrária ultrapassa fronteiras e possui elementos Geopolíticos, por isso a escolha da frase de Eduardo Galeano para abertura do capítulo, que desde 1978 já abordava sobre o devaneio de se considerar a questão nacional a parte de processos regionais e globais.

Em quarto, no que tange aos impactos, sobretudo no que se refere a desterritorialização, os latifundiários e as empresas brasileiras são os maiores protagonistas e exercem maior controle sobre o Estado [inclusive políticas públicas]. Isto é visível quando observamos analisamos cada empresa brasileira territorializada no país, a maioria está envolvida em conflitos territoriais, que incluem impactos ambientais, desterritorialização forçada, utilização indiscriminada de agroquímicos, apropriação de terras ilegais através do INDERT e até desaparecimentos e assassinatos de camponeses. A maior influência do Brasil no Paraguai sobrevém da relação histórica entre os dois países, da territorialização exitosa do agronegócio brasileiro no Paraguai desde os anos 1950 e da influência política que o Brasil como país emergente possui na América do Sul.

Assim, o controle do território na América Latina não é homogêneo. Na Argentina este se expressa fundamentalmente através da mineração e apropriação da paisagem (AMIGOS DE LA TIERRA, 2015), no Brasil a inserção do capital financeiro após 2008 é uma característica marcante (FREDERICO, 2016), já na Bolívia a presença de latifundiários brasileiros e as políticas de controle de sobressaem (McKAY, 2017a). No caso do Paraguai, há diferentes singularidades, como a presença do capital regional, formas específicas de acesso e controle, Estado capturado (GEOGHEGAN, 2017) de uma maneira

sem precedentes, com corrupção e criminalização explícita e a tendência é a manutenção de um modelo no qual “tudo para o capital transnacional”.

O capital oriundo da Argentina, Brasil e Uruguai, moldados e instruídos por interesses imperialistas e através de diferentes regimes e estratégias, controlam todo o território paraguaio desde o final da Guerra da Tríplice Aliança, em 1870, que foi um episódio criado justamente para se ter o acesso a uma nação isolada e em amplo desenvolvimento – não apenas econômico. Em 1971, Eduardo Galeano escreveu “o resultado da Guerra da Tríplice Aliança, transcorrido um século, ganha ardente atualidade”. Passados quase cinquenta anos, agora no século XXI é cada vez mais visível que “a Tríplice Aliança continua sendo um grande êxito”. Afirmamos que o Paraguai atual é fruto dos diversos territórios e territorialidades do controle e estrangeirização do território nos diferentes períodos ao longo do seu processo de formação espacial.

---

A

---

ABC COLOR. Quieren vender tierras con un pueblo adentro. **ABC Color**, Caderno Economía, publicado em 01 mai. 2002. Disponível em: <<http://www.abc.com.py/edicion-impresia/economia/quieren-vender-tierras-con-un-pueblo-adentro-665361.html>>. Acesso em: 21 jun. 2019.

ABC COLOR. Primeros colonos proveníen de la ciudad de Hiroshima. **ABC Color**, Caderno Especial de la Paz, p. 03, 04 out. 2004.

ABC COLOR. Brasileños disponen de U\$S350 millones para nueva cementera. **ABC Color**, Caderno Interior, publicado em 10 mar. 2006. Disponível em: <<http://www.abc.com.py/edicion-impresia/interior/brasilenos-disponen-de-us-350-millones-para-nueva-cementera-890657.html>>. Acesso em: 10 set. 2016.

ABC COLOR. Soluciones viables para campesinos pobres, al alcance de las manos. Títulos e impuestos, las dos claves del desarrollo rural. **ABC Color**, caderno Política, publicado em 22 mar. 2007. Disponível em: <http://www.abc.com.py/edicion-impresia/politica/soluciones-viables-para-campesinos-pobres-al-alcance-de-las-manos-970428.html>. Acesso em: 22 jun. 2016.

ABC COLOR. Fallo judicial favorable para directivos de Bunge Paraguay. **ABC Color**, Asunción, publicado em 15 mar. 2008. Disponível em: <http://www.abc.com.py/edicion-impresia/economia/fallo-judicial-favorable-para-directivos-de-bunge-paraguay-1051437.html>. Acesso em: 10 set. 2016.

ABC COLOR. Fiscalía interviene Parque Ñacunday y anuncia posible desalojo de “Carperos”. **ABC Color**, caderno artigos, publicado em 28 fev. 2012. Disponível em: <http://www.abc.com.py/articulos/fiscalia-interviene-parque-nacunday-y-anuncia-posible-desalojo-de-carperos-371646.html>. Acesso em: 15 out. 2016.

ABC COLOR. Paraguay es estratégico en la región para la compañía Monsanto, afirman. **ABC Color**, caderno Economía, Asunción, publicado em 03 set. 2013. Disponível em: <<http://www.abc.com.py/edicion-impresia/economia/paraguay-es-estrategico-en-la-region-para-la-compania-monsanto-afirman-613650.html>>. Acesso em: 20 jun. 2019.

ABC COLOR. Aprueban expropiación de tierras de Paraguay. **ABC Color**, caderno Política, Asunción, publicado em 05 dez. 2013. Disponível em: <<http://www.abc.com.py/edicion-impresia/politica/aprueban-expropiacion-de-tierras-de-abialor-paraguay-646497.html>>. Acesso em: 18 out. 2016.

ABC COLOR. Jueza emitió fallos contradictorios. **ABC Color**, caderno Nacionales, Asunción, publicado em 16 jun. 2014. Disponível em: <<http://www.abc.com.py/nacionales/fallos-contradictorios-en-casos-corpus-christi-1256107.html>>. Acesso em: 21 jun. 2018.

ABC COLOR. Corte reafirma devolución de tierras indígenas. **ABC Color**, Caderno Nacional, Asunción, publicado em 02 out. 2014. Disponível em: <<http://www.abc.com.py/nacionales/corte-reafirma-devolucion-de-tierras-indigenas-1291807.html>>. Acesso em: 18 out. 2016.



ABC COLOR. Organización Campesina del Norte festeja 30 años de lucha. **ABC Color**, caderno Nacionales, publicado em 05 dez. 2016. Disponível em: <<http://www.abc.com.py/nacionales/organizacion-campesina-del-norte-festeja-30-anos-de-lucha-1544254.html>>. Acesso em: 19 abr. 2018.

ABC COLOR. Queman casas de indígenas. **ABC Color**, Caderno Nacionales, publicado em 08 mai. 2017. Disponível em: <<http://www.abc.com.py/nacionales/queman-casas-de-indigenas-1591770.html>>. Acesso em: 10 mai. 2017.

ABC COLOR. Nuevo enfrentamiento se registró ayer en Guahory. **ABC Color**, Caderno Economía, publicado em 09 mai. 2017a. Disponível em: <<http://www.abc.com.py/edicion-imprensa/economia/nuevo-enfrentamiento-se-registro-ayer-en-guahory-1591690.html>>. Acesso em: 10 mai. 2017.

ABC COLOR. Temen más 'actos vandálicos'. **ABC Color**, Caderno Nacionales, publicado em 09 mai. 2017b. Disponível em: <<http://www.abc.com.py/nacionales/nativos-temerosos-por-actos-bandalicos-1591898.html>>. Acesso em: 10 mai. 2017.

ABC COLOR. Indígenas, desamparados. **ABC Color**, Caderno Nacionales, publicado em 09 mai. 2017c. Disponível em: <<http://www.abc.com.py/nacionales/nativos-estan-desamparados-1591864.html>>. Acesso em: 10 mai. 2017.

ABC COLOR. Balean a indígenas, destruyen sus casas y escuela en Itakyry. **ABC Color**, Caderno Nacionales, publicado em 09 mai. 2017e. Disponível em: <<http://www.abc.com.py/edicion-imprensa/judiciales-y-policiales/balean-a-indigenas-destruyen-sus-casas-y-escuela-en-itakyry-1591791.html>>. Acesso em: 10 mai. 2017.

ABC COLOR. Aceptan impuesto de la soja. **ABC Color**, Caderno Nacionales, publicado em 21 jun. 2017. Disponível em: <<https://www.abc.com.py/nacionales/rechazan-impuesto-a-la-soja-1605986.html>>. Acesso em: 03 jul. 2019.

ABC COLOR. No hay argumento legal que pueda sostener la invasión de Guahory. **ABC Color**, Caderno Economía, publicado em 31 ago. 2017. Disponível em: <<http://www.abc.com.py/edicion-imprensa/economia/no-hay-argumento-legal-que-pueda-sostener-la-invasion-de-guahory-1627396.html>>. Acesso em: 20 set. 2017.

ABC COLOR. Arroceros uruguayos migran a Misiones. **ABC Color**, caderno Economía, publicado em 02 set. 2017. Disponível em: <<http://www.abc.com.py/edicion-imprensa/economia/arroceros-uruguayos-migran-a-misiones-1628109.html>>. Acesso em: 25 jun. 2019.

ABC COLOR. Inician siembra de soja con guardia de la FTC. **ABC Color**, caderno Economía, publicado em 04 out. 2017. Disponível em: <<http://www.abc.com.py/edicion-imprensa/economia/inician-siembra-de-soja-con-guardia-de-la-ftc-1637520.html>>. Acesso em: 23 abr. 2018.

ABC COLOR. Aparecen más empresas vinculadas a Darío Messer. **ABC Color**, caderno Política, publicado em 22 mai. 2018. Disponível em: <<http://www.abc.com.py/edicion-imprensa/politica/aparecen-mas-empresas-vinculadas-a-dario-messer-1704910.html>>. Acesso em: 21 jun. 2019.

ABC COLOR. Messer es todo un “zar” de los bienes raíces. **ABC Color**, caderno Política, publicado em 25 mai. 2018. Disponível em: <<http://www.abc.com.py/edicion-imprensa/politica/messer-es-todo-un-zar-de-los-bienes-raices-1706013.html>>. Acesso em: 21 jun. 2019.

ABC COLOR. Paraguay es el país con el mayor nivel de desigualdad de tierras en el mundo. **ABC Color**, caderno Economía, publicado em 26 ago. 2018. Disponível em:

<<http://www.abc.com.py/edicion-impresa/suplementos/economico/paraguay-es-el-pais-con-el-mayor-nivel-de-desigualdad-de-tierras-en-el-mundo-1734721.html>>. Acesso em: 29 ago. 2018.

ABRAMOVAY, Ricardo. **Paradigmas do capitalismo agrário em questão**. São Paulo: Hucitec, Campinas: Editora da UNICAMP, 1992.

ACOSTA, Alberto. Extrativismo e neoextrativismo. Duas faces da mesma maldição. DILGER, Gerhard; LANG, Miriam; PEREIRA FILHO, Jorge. **Descolonizar o imaginário**. Debates sobre o pós-extrativismo e alternativas ao desenvolvimento. São Paulo: Fundação Rosa Luxemburgo, 2016, p. 46-85.

ADM. Archer **Daniels Midland Paraguay**. Disponível em: <<https://www.adm.com/adm-worldwide/paraguay>>. Acesso em: 13 jun. 2019.

ADEM, Seifudein. The paradox of China’s policy in Africa. **African and Asian Studies**, v. 9, p. 334-355, 2010.

ADNAN, Shapan. Land grabs and primitive accumulation in deltaic Bangladesh: interactions between neoliberal globalization, state interventions, power relations and peasant resistance. **The Journal of Peasant Studies**, v. 40, n. 01, p. 87-128, 2013.

AGENCIA DE INFORMACIÓN PARAGUAYA. Paraguay logra “inérita” exportación de 25.000 toneladas de arroz a Irak. **Agencia de Información Paraguaya**, publicado em 24 jul. 2018. Disponível em: <<https://www.ip.gov.py/ip/paraguay-logra-inedita-exportacion-de-25-000-toneladas-de-arroz-a-irak/>>. Acesso em: 30 jul. 2018.

AGENCIA DE INFORMACIÓN PARAGUAYA. Empresas uruguayas visitan Paraguay buscando ampliar inversiones. **Agencia de Información Paraguaya**, publicado em 12 jun. 2019. Disponível em: <<https://www.ip.gov.py/ip/empresas-uruguayas-visitatan-paraguay-con-miras-realizar-inversiones-en-el-pais/>>. Acesso em: 25 jun. 2019.

AGROMEAT. Syngenta adquire Agrosan. **Portal Agromeat**, publicado em 01 fev. 2011. Disponível em: <<http://www.agromeat.com/32809/syngenta-adquire-agrosan>>. Acesso em: 30 set. 2018.

AKRAM-LODHI, A. Haroon. Contextualizing land grabbing: contemporary land deals, the global subsistence crisis and the world food system. **Canadian Journal of Development Studies**, n. 33, v. 2, p. 199-142, 2012.

ALBUQUERQUE, José Lindomar C. Identidades e fronteiras nacionais: conflitos e representações simbólicas entre imigrantes brasileiros e população paraguaia na região fronteiriça. XI Congresso Brasileiro de Sociologia, 2003. **Anais...**: Campinas, Campinas, 2003.

\_\_\_\_\_. Imigração em territórios fronteiriços. **VI Congresso Português de Sociologia**, Lisboa, 25 a 28 jun. 2008. **Anais...**: Lisboa, 2008.

\_\_\_\_\_. **A dinâmica das fronteiras**: os brasiguaios na fronteira entre o Brasil e o Paraguai. São Paulo: Editora Annablume, 2010.

ALDERETE, Nadia. Los movimientos campesinos frente a la dominación y concentración del poder en Paraguay. **Revista de Estudios Políticos Contemporáneos (NOVAPOLIS)**, n. 8, p. 57-70, 2015.

ALENTEJANO, Paulo Roberto. Estrutura Fundiária. CALDART, Roseli Salete; PEREIRA, Isabel Brasil; ALENTEJANO, Paulo Roberto; FRIGOTTO, Gaudêncio (Org.). **Dicionário da Educação do Campo**. São Paulo: Expressão Popular, 2012a, p. 355-360.

ALENTEJANO, Paulo Roberto. Modernização da agricultura. CALDART, Roseli Salete; PEREIRA, Isabel Brasil; ALENTEJANO, Paulo Roberto; FRIGOTTO, Gaudêncio (Org.). **Dicionário da Educação do Campo**. São Paulo: Expressão Popular, 2012b, p. 479-483.

ALMEIDA, Marina Castro de; GUIDA, Larissa Chiulli. Renda da terra e setor sucroenergético brasileiro: as estratégias territoriais da Adecoagro. BERNARDES, Júlia Adão; FREDERICO, Samuel; GRAS, Carla; HERNÁNDEZ, Valeria; MALDONADO, Gabriela (Org.). **Globalização do agronegócio e land grabbing**. A atuação das megaempresas argentinas no Brasil. São Paulo: Lamparina, p. 159-177, 2017.

ALONSO-FRADEJAS, Alberto. Land control-grabbing in Guatemala: the political economy of contemporary agrarian change. **Canadian Journal of Development Studies**, v. 33, n. 4, p. 509-528, 2012.

\_\_\_\_\_. Anything but a story foretold: multiple politics of resistance to the agrarian extractivist project in Guatemala. **The Journal of Peasant Studies**, v. 42, n. 3-4, p. 489-515, 2015.

\_\_\_\_\_. **The Rise of Agro-Extractive Capitalism**. Insights from Guatemala in the early 21st century. 2018, 614 f. Thesis (PhD in Agrarian Studies) - International Institute of Social Studies, Erasmus University Rotterdam, The Hague, 2018.

ALTIERI, Miguel; NICHOLLS, Clara I. Scaling up agroecological approaches for food sovereignty in Latin America. **Development**, v. 51, n. 4, p. 472-480, 2008.

AMAGGI. **Amaggi Commodities**. Disponível em: <<https://www.amaggi.com.br/>>. Acesso em: 06 out. 2018.

AMANOR, Kojo Sebastian. Global resources grabs, agribusiness concentration and smallholder: two West African case studies. **The Journal of Peasant Studies**, v. 39, n. 3-4, p. 731-749, 2012.

AMARILLA, José María. Tierra, poder y prebendas 18701-1970: génesis del empresariado tradicional del Paraguay. **Revista de Estudios Políticos Contemporáneos (NOVAPOLIS)**, n. 8, p. 116-129, 2004.

AMARILLA, Alicia. Experiencias de rescate de las semillas nativas. FRANCESCHELLI, Inés (Org.). **Las semillas son del pueblo**. Asunción: BASE Investigaciones Sociales, p. 35-37, 2013.

\_\_\_\_\_. Las experiencias de construcción de alternativas desde las comunidades campesinas. ORTEGA, Guillermo (Org.). **Pensamiento crítico en el Paraguay**. Memoria del Ciclo de conversatorios 2017. Asunción: BASE Investigaciones Sociales, 2017.

AMIN, Samir. Exiting the crises of capitalism or capitalism in crisis? **Globalizations**, v. 7, n. 1-2, p. 261-273, 2010.

ANDRADE e SOUSA, Maria Eduarda; LEITE, Alexandre César Cunha. O dinamismo das aquisições transnacionais de terra: aproximando o fenômeno das relações internacionais e da economia política internacional. **Estudos Internacionais**, v. 5, n. 2, p. 13-33, 2017.

ANGELIS, Massimo De. Marx y la acumulación primitiva. El carácter continuo de los ‘cercamientos’ capitalistas. **Theomai**, n.26, p. 01-20, 2012.

ANSEEUW, Ward; WILY, Liz Alden; COTULA, Lorenzo; TAYLOR, Michael. **Land Rights and the Rush for Land**: Findings of the Global Commercial Pressures on Land Research Project. Roma: International Land Coalition, 2011.

AQUINO, Ricardo Caballero. **La segunda República paraguaya (1869-1906)**. Política, Economía y Sociedad. Asunción: Arte Nuevo, 1985.

ARAGÃO, Daniel Maurício de; SANTOS, Tiago Matos dos. A governança global do desenvolvimento e a despolitização do land grabbing: "there is no alternative?". **Estudos Internacionais**, v. 5, n. 2, p. 57-73, 2017.

ARAGHI, Farshad. Accumulation by displacement: global enclosures, food crisis and the ecological contradictions of capitalism. **Political Economy Perspectives on the World Food Crises**, v. 32, n. 1, p. 113-146, 2009.

ARECO, Abel; PALAU, Marielle. **Judicialización y violencia contra la lucha campesina**. Casos de criminalización en el período 2013-2015. Asunción: BASE Investigaciones Sociales, 2016.

ARECO, Abel. **Defensa territorial**. Iniciativas locales. Asunción: BASE Investigaciones Sociales, 2016.

ARENDR, Hannah. **As origens do totalitarismo**. Antissemitismo, imperialismo, totalitarismo. São Paulo: Companhia das Letras, 1989.

AREZKI, Rabah; DEININGER, Klaus; SELOD, Harris. What drives the global land rush? **International Monetary Fund Working Paper**, 36 f, 2011.

ARGENTINA. Ley n. 24.441, de 22 de diciembre de 1994. Altera o Código Civil de la República de Argentina, permitiendo o fideicomiso. **Presidencia de la República de Argentina**, Buenos Aires, 22 de diciembre de 1994.

ARRIGHI, Giovanni. **The Long Twentieth Century**. Londres: Verso, 1996.

ARRIGHI, Giovanni; MOORE, Jason W. Capitalist development in world historical perspective. ALBRITTON, Robert; ITOH, Makoto; WESTRA, Richard; ZUEGE, Alan. (Org.). **Phases of capitalist Development**. Londres: Palgrave Macmillian, p. 56-75, 2001.

ARRIGHI, Giovanni. **Adam Smith em Pequim**: as origens e fundamentos do século XXI. Rio de Janeiro: Boitempo, 2008.

ARROYO, Mónica. Mercosul: novo território ou ampliação de velhas tendências? SCARLATO, Francisco Capuano; SANTOS, Milton; SOUZA, Maria Adélia A. de; ARROYO, Mónica (Org.). **Globalização e espaço latino-americano**. São Paulo: Hucitec, 2002, p. 122-131.

## **B**

---

BÁEZ, Cecilio. **Le Paraguay**, son évolution historique et sa situation actuelle. Paris: Félix Alcan, 1927.

BANCO MUNDIAL. **Rising global interest in farmland**: can it yield sustainable and equitable benefits? Washington D.C.: The World Bank, 2011.

\_\_\_\_\_. **Paraguay**: notas de política 2018. Asunción: Banco Mundial, 2018.

BANDEIRA, Luiz Alberto Moniz. A Guerra do Chaco. **Revista Brasileira de Política Internacional**, v. 41, p. 161-200, 1998.

BARBANTI JR, Olympio. A política da internacionalização de terras no Brasil e as 'fazendas total flex'. VI Encontro da Associação brasileira de Relações Internacionais, Belo Horizonte. **Anais...**: Belo Horizonte, 2017a.

\_\_\_\_\_. Internacionalização de terras no Brasil: perspectivas para o setor de plantações de madeira. **Estudos Internacionais**, v. 5, n.2, p. 132-154, 2017b.

BARRETO, Mirta. **Reforma agraria confiscada**. Asunción: CSER, 2005.

\_\_\_\_\_. **Tierras Malhabidas**. Asunción: CSER, 2006.

\_\_\_\_\_. **La lucha por la tierra frente las corporaciones y el Mercado**. Asunción: Centro de Servicios y Estudios Rurales (CSER), 2013.

BARRETO, Verónica. Sintomatología de la agudización neoliberal en agravio a los pueblos indígenas en el Paraguay. COORDINADORA DE DERECHOS HUMANOS DEL PARAGUAY (Org.). **Derechos Humanos Paraguay 2017**. Asunción: CODEHUPY, p. 59-73, 2017.

BASE INVESTIGACIONES SOCIALES. Preocupación Ayoreo-Totobiegosode por bosques amenazados en su patrimônio del Alto Paraguay. **Base Investigaciones Sociales**, publicado em 31 ago. 2010.

BASE INVESTIGACIONES SOCIALES. Citó a la comunidad indígena en su juzgado y ejecutó un desalojo aprovechando que nadie estaba. **Base Investigaciones Sociales**, publicado em 10 mai. 2014.

BASE INVESTIGACIONES SOCIALES. Ambientalistas del país se reunirán en Villa Oliva este jueves. **Base Investigaciones Sociales**, publicado em 04 out. 2015.

BASE INVESTIGACIONES SOCIALES. Un grupo de senadores pedirá que se investigue a distintas instituciones estatales por el caso Guahory. **Base Investigaciones Sociales**, publicado em 19 set. 2016.

BASE INVESTIGACIONES SOCIALES. Con su veto, el presidente Cartes legitima la corrupción y la violencia estatal-sojera en Guahory. **Base Investigaciones Sociales**, publicado em 25 mai. 2017. Disponível em: <http://www.baseis.org.py/con-su-veto-el-presidente-cartes-legitima-la-corrupcion-y-la-violencia-estatal-sojera-en-guahory/>. Acesso em: 02 jun. 2017.

BASE INVESTIGACIONES SOCIALES. CNI: tres años de reclamos en la capital ante crisis de la agricultura campesina. **Base Investigaciones Sociales**, publicado em 21 jun. 2019. Disponível em: <http://www.baseis.org.py/cni-tres-anos-de-reclamos-en-la-capital-ante-crisis-de-la-agricultura-campesina/>. Acesso em: 03 jul. 2019.

BATISTA, Luiz Carlos. **Brasiguaios na fronteira: caminhos e lutas pela liberdade**. São Paulo, 1990. 171 f. Dissertação (Mestrado em Geografia). Universidade de São Paulo, Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas. São Paulo, 1990.

BBC. Paraguay planea establecer relaciones diplomáticas con China. **BBC**, caderno América Latina, publicado em 19 fev. 2010. Disponível em: [https://www.bbc.com/mundo/america\\_latina/2010/02/100218\\_0133\\_china\\_paraguay\\_jg](https://www.bbc.com/mundo/america_latina/2010/02/100218_0133_china_paraguay_jg). Acesso em: 25 jun. 2019.

BBC. Paraguai vive boom imobiliário impulsionado por Brasil e Argentina. **BBC**, caderno Mundo, publicado em: 20 abr. 2018. Disponível em: <https://www.bbc.com/portuguese/internacional-43843320>. Acesso em: 05 jul. 2019.

BECKER, Berta. O uso político do território: questões a partir de uma visão do terceiro mundo. BECKER, Berta; HAESBAERT, Rogério; SILVEIRA, Carmen Beatriz (Org.). **Abordagens políticas da espacialidade**. Rio de Janeiro: UFRJ, p. 01-21, 1983.

BECKER, Berta. A Geopolítica na Virada do Milênio: Logística e desenvolvimento sustentável. CASTRO, Iná Elias de; CORRÊA, Roberto Lobato; GOMES, Paulo Cesar da Costa (Org.). **Geografia: Conceitos e Temas**. Rio de Janeiro: Editora Bertrand Brasil, p. 271-307, 2005.

BENETTI, Maria Domingues. Argentina e Uruguai: a nova fronteira agrícola sul-rio-grandense. **Indicadores FEE**, v. 22, n. 2, p. 217-235, 1994.

BENÍTEZ, Gustavo Daniel. **Influência do mercado e preços fundiários nos sistemas de produção pecuaristas no Uruguai**. Santa Maria, 2014, 204 f. Dissertação (Mestrado em Extensão Rural) – Centro de Ciências Rurais, Universidade Federal de Santa Maria, Santa Maria, 2014.

BENÍTEZ, Gustavo Daniel; NEUMANN, Pedro Selvino. Estrutura e funcionamento do Mercado de Terras no Uruguai. **Desenvolvimento em Questão**, ano 13, n. 31, p. 356-394, 2015.

BENÍTEZ, Jorge. El problema agrario del Paraguay y sus regiones agrícolas. **Revista del Centro de Estudiantes de Ciencias Económicas**, v. 53-54, p. 401-414, 1944.

BENÍTEZ, Justo Pastor. Historia contemporânea del Paraguay a partir de 1870. LEVENE, Ricardo (Org.). **Historia de América**. Buenos Aires: W. M. Jackson, 1940, p. 271-338.

\_\_\_\_\_. Panorama social e político do Paraguai. **Cadernos Brasileiros**, v. II, n. 1, p. 30-45, 1960.

BENÍTEZ, Luis. **Manual de historia del Paraguay**. Asunción: Cromos, 1996.

BIRCH, Melissa. Estabilidad política y rezago económico. El gobierno de Federico Chávez 1949-1954. MASI, Fernando; BORDA, Dionisio (Org.). **Estado y Economía en Paraguay. 1870-2010**. Asunción: CADEP, p. 152-179, 2011.

BITAR, Sergio. De la Alianza para el Progreso a la magia del mercado. Política económica de los Estados Unidos hacia América Latina. **Revista Desarrollo Económico**, n 93, p. 01-12, 1985.

BLANC, Jacob. Enclaves of inequality: brasiguaios and the transformation of the Brazil-Paraguay borderlands. **The Journal of Peasant Studies**, v. 42, n. 1, p. 145-158, 2015.

BOBBIO, Norberto. **Dicionário de Política**. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1998.

BOECHAT, Cássio Arruda; PITTA, Fábio Teixeira; TOLEDO, Carlos de Almeida. Land Grabbing e crise do capital: possíveis intersecções dos debates. **GEOgraphia**, v. 19, n. 40, p. 75-91, 2017.

BOFILL, Isabel Esparza I. **La soja en Paraguay**: concentración, extranjerización de la tierra y las consecuencias en el campesinado. Madrid, 2012. 94 f. Dissertação (Mestrado em Estudios Contemporáneos de América Latina). Facultad de Ciencias Políticas y Sociología, Universidad Complutense de Madrid, Madrid (Espanha), 2012.

BONINI, Astra. Complementary and competitive regimes of accumulation: natural resources and Development in the world-system. **American Sociological Association**, v. 18, n. 1, p. 50-68, 2012.

BORRAS JR, Saturnino; EDELMAN, Marc; KAY, Cristóbal. Transnational Agrarian Movements: origins and politics, campaigns and impact. **Journal of Agrarian Change**, v. 8, n. 2-3, p. 169-204, 2008.

BORRAS JR, Saturnino; FRANCO, Jennifer. Towards a Broader View of the Politics of Global Land Grab: rethinking land issues, reframing resistance. **ICAS Working Paper Series**, The Hague, 2010a.

BORRAS JR, Saturnino; FRANCO, Jennifer. From Threat to Opportunity? Problems with the Idea of a "Code of Conduct" for Land Grabbing. **Yale Human Rights and Development Journal**, v. 13, n. 2, 2010b.

BORRAS JR, Saturnino; HALL, Ruth; SCOONES, Ian; WHITE, Ben. WOLFORD, Wendy. Towards a better understanding of global land grabbing: an editorial introduction. **The Journal of Peasant Studies**, v. 38, n. 2, p. 209-216, 2011.

BORRAS JR, Saturnino; FRANCO, Jennifer; KAY, Cristóbal; SPOOR, Max. **Land grabbing in Latin America and the Caribbean viewed from broader international perspectives**. Santiago: FAO, 2011.

BORRAS JR, Saturnino; FRANCO, Jennifer. Global Land Grabbing and Trajectories of Agrarian Change: A Preliminary Analysis. **Journal of Agrarian Change**, v. 12, n. 1, p. 34-59, 2012.

BORRAS JR, Saturnino; FRANCO, Jennifer; WANG, Chunyu. **Tendencias políticas en disputa para La gobernanza global del acaparamiento de tierras**. Amsterdam: Transnational Institute, 2012.

BORRAS JR, Saturnino; KAY, Cristóbal; GÓMEZ, Sergio; WILKINSON, John. Land grabbing and global capitalism accumulation: key features in Latin America. **Canadian Journal of Development Studies**, v. 33, n. 04, p. 402-416, 2012.

BORRAS JR., Saturnino; FRANCO, Jennifer; GÓMEZ, Sergio; KAY, Cristóbal; SPOOR, Max. Land grabbing in Latin America and the Caribbean. **The Journal of Peasant Studies**, v. 39, n. 3-4, p. 845-872, 2012.

BORRAS JR., Saturnino; FRANCO, Jennifer. Global land grabbing and political reactions "From Below". **Third World Quarterly Journal**, v. 34, n. 9, p. 1.723-1.747, 2013.

BORRAS JR, Saturnino; FRANCO, Jennifer; WANG, Chunyu. The challenge of global governance of land grabbing: changing international agricultural context and competing political views and strategies. **Globalizations**, v. 10, n. 1, p. 161-179, 2013.

BORRAS JR., Saturnino; FRANCO, Jennifer; KAY, Cristóbal. SPOOR, Max. Land Grabbing in Latin America and the Caribbean viewed from a broader International perspective. GÓMEZ, Sergio. **The Land Market in Latin America and the Caribbean: concentration and foreignization**. Santiago: FAO, 2014, p. 21-58.

BORRAS JR.; Saturnino; FRANCO, Jennifer; ISAKSON, Ryan; LEVIDOW, Les; VERVEST, Pietje. **Towards understanding the politics of flex crops and commodities: implications for research and policy advocacy**. Amsterdam: Transnational Institute, 2014.

BORRAS JR.; Saturnino; FRANCO, Jennifer; ISAKSON, Ryan; LEVIDOW, Les; VERVEST, Pietje. The rise of flex crops and commodities: implications for research. **The Journal of Peasant Studies**, v. 43, n. 1, p. 93-115, 2015.

BORRAS JR, Saturnino; FRANCO, Jennifer; SUÁREZ, Sofía Monsalve. Land and Food Sovereignty, **Third World Quarterly Journal**, v. 36, n. 3, p. 600-617, 2015.

BORRAS JR, Saturnino; LIU, Juan; HU, Zhen; LI, Hua; WANG, Chunyu, XU, Yunan; FRANCO, Jennifer; YE, Jingzhong. Land control and crop booms inside China implications for how we think about the global land rush. **Globalizations**, v. 15, n. 1, p. 134-151, 2018.

BORRINI, Héctor; Poblamiento y colonización en el Chaco Paraguayo (1850-1990). Resistencia, **Cuadernos de Geohistoria Regional**, n. 32, CONICET, 1997.

BOVESPA. BrasilAgro – Companhia Brasileira de Propriedades Agrícolas – Aquisição de ativos no Paraguai. **Bovespa**. Publicado em 16 dez. 2013. Disponível em:

<<http://siteempresas.bovespa.com.br/consbov/ArquivosExibe.asp?site=&protocolo=405053>>. Acesso em: 26 jun. 2019.

BRANDÃO, Carlos Antônio. Crises e rodadas de neoliberalização: impactos nos espaços metropolitanos e no mundo do trabalho no Brasil. **Caderno Metrop.**, v. 19, n. 38, p. 45-69, 2017.

BRASIL. Decreto-Lei n. 227, de 28 de fevereiro de 1967. Dá nova redação ao Decreto-Lei n. 1.985, de 29 de janeiro de 1940 e dispõe o Código da Mineração. **Presidência da República Casa Civil** - Subchefia para assuntos jurídicos. Brasília, 28 de fevereiro de 1967.

BRASIL. Lei n. 5.709, de 07 de outubro de 1971. Regula a Aquisição de Imóvel Rural por estrangeiro Residente no País ou Pessoa Jurídica Estrangeira Autorizada a Funcionar no Brasil. **Presidência da República Casa Civil** - Subchefia para assuntos Jurídicos. Brasília, 07 de outubro de 1971.

BRASIL. Lei n. 10.406, de 10 de janeiro de 2002. Institui o Código Civil Brasileiro. **Presidência da República Casa Civil** - Subchefia para assuntos jurídicos. Brasília, 10 de janeiro de 2002.

BRASIL. Parecer n. LA 01, de 19 de agosto de 2010. Revisão do Parecer GQ-181 de 1998 e GQ-22 de 1994. **Presidência da República Casa Civil** - Subchefia para assuntos jurídicos, 19 de agosto de 2010.

BRASILAGRO. **BrasilAgro**. Disponível em: <[http://www.brasil-agro.com/brasilagro2011/web/default\\_pt.asp?idioma=0&conta=28](http://www.brasil-agro.com/brasilagro2011/web/default_pt.asp?idioma=0&conta=28)>. Acesso em: 24 jun. 2019.

BRASIL DE FATO. Massacre de Curuguaty: justiça paraguaia condena 11 camponeses por matar policiais. **Brasil de Fato**, caderno Internacional, publicado em 11 jul. 2016. Disponível em: <<https://www.brasildefato.com.br/2016/07/11/massacre-de-curuguaty-justica-paraguaia-condena-11-camponeses-por-matar-policiais/>>. Acesso em: 16 jun. 2019.

BRAUTIGAM, Deborah; XIAOYANG, Tang. China's engagement in African agriculture: 'down to the countryside'. **The China Quarterly**, v. 199, p. 686-706, 2009.

BRAUTIGAM, Deborah; ZHANG, Haisen. Green dreams: Myth and Reality in China's Agricultural Investment in Africa. **Third World Quarterly Journal**, v. 34, n. 9, p. 1.676-1.696, 2013.

BRENNER, Neil. Between fixity and motion: accumulation, territorial organization and the historical geography of spatial scales. **Environment and Planning, Society and Space**, v. 19, p. 459-481, 1998.

\_\_\_\_\_. Reestruturação, reescalonamento e a questão urbana. **GEOUSP – espaço e tempo**, n. 33, p. 198-220, 2013.

BRENT, Zoe. Territorial restructuring and resistance in Argentina. **The Journal of Peasant Studies**, v. 42, n. 3-4, p. 671-694, 2015.

BREZZO, Liliana. La Guerra de la Triple Alianza en los límites de la ortodoxia: mitos y tabúes. **Universum**, v. 19, n. 1, p. 10-27, 2004.

BUITRAGO, Francisco Leal. La doctrina de seguridad nacional: materialización de la Guerra Fría en América del Sur. **Revista de Estudios Sociales**, n. 15, p. 74-87, 2003.

BUNGE. **Bunge Paraguay**. Disponível em: <<https://www.bungeparaguay.com/>>. Acesso em: 13 out. 2018.

BUSCIOLI, Lara Dalperio. **Impactos e resistências no processo de estrangeirização de terras em Rio Brilhante (MS)**: o caso dos projetos de assentamentos federais São Judas



Margarida Alves, Silvio Rodrigues e do Território Indígena Laranjeira Ñanderu. Presidente Prudente, 2016, 454 f. Dissertação (Mestrado em Geografia) - Faculdade de Ciências e Tecnologia, Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”, Presidente Prudente, 2016.

\_\_\_\_\_. Estrangeirização da terra e disputas paradigmáticas e territoriais no PA São Judas (MS). **Revista NERA**, ano 21, n.36, p. 133-158, 2017.

BUXTON, Abbi; CAMPANALE, Mark; COTULA, Lorenzo. **Farms and funds: investment funds in the global land rush**. London: IIED, 2012.

## C

---

CABALLERO, Gabriela Dalla-Corte. Redes y organizaciones sociales en el progreso de ocupación del Gran Chaco. **Revista de Indias**, v. LXVII, n. 240, p. 485-520, 2007.

CABALLERO, Gabriela Dalla-Corte; VÁZQUEZ, Fabricio. **La conquista y ocupación de la frontera del Chaco entre Paraguay y Argentina**. Los indígenas tobas y pilagás y el mundo religioso en la Misión Tacaaglé del Río Pilcomayo (1900-1950). Barcelona: Universidad de Barcelona, 2011.

CABALLERO, Gabriela Dalla-Corte. **Empresas y tierras de Carlos Casado en el Chaco paraguayo**. Historias, negocios y guerras (1860-1940). Asunción: Intercontinental Editora, 2012.

\_\_\_\_\_. El árbol de quebracho y la Guerra del Chaco. **Revista Paraguaya de Sociología**, ano 51, n. 146, p. 191-204, 2014.

CABO VERDE. **Boletim Oficial nº 64** que coloca em vigor a Resolução nº 120/2013 que aprova a minuta de Convenção de Estabelecimento a ser celebrada entre o Estado de Cabo Verde e a Sociedade Agrícola Ilha Verde, de 27 de novembro de 2013. Imprensa Nacional de Cabo Verde: Praia, 2013.

CABO VERDE. **Boletim Oficial nº 66** que retifica a Resolução nº 120/2013 que aprova a minuta de Convenção de Estabelecimento a ser celebrada entre o Estado de Cabo Verde e a Sociedade Agrícola Ilha Verde, de 05 de dezembro de 2013. Imprensa Nacional de Cabo Verde: Praia, 2013.

CÁCERES, Daniel M. Accumulation by dispossession and Socio-Environmental conflicts caused by the expansion of agribusiness in Argentina. **Journal of Agrarian Change**, v. 15, n. 1, p. 116-147, 2015.

CÁMARA DE DIPUTADOS. República de Azerbaiyán interesada en la soja paraguaya. **Honorable Cámara de Diputados**, publicado em 26 set. 2017. Disponível em: <<http://www.diputados.gov.py/ww5/index.php/noticias/Rep%C3%ABblica-de-Azerbaiy%C3%A1n-interesada-en-la-soja-paraguaya>>. Acesso em: 21 fev. 2018.

CAMPOS, Daniel. **Las organizaciones campesinas de la década del 80: sus respuestas ante la crisis**. Asunción: CIPAE, 1992.

\_\_\_\_\_. Concentración, extranjerización y formas de producción de la tierra en el Paraguay. **Cuaderno Interno SER**, n. 24, p. 10-11, 2012.

CAPECO. **Cámara Paraguaya de Exportadores y Comercializadores de Cereales y Oleaginosas**. Disponível em: <http://capeco.org.py/>. Acesso em: 29 jun. 2019.

CARDOZO, Mario L.; SALAS, Danilo; FERREIRA, Isabel; MERELES, Teresa. Soy expansion and the absent State: indigenous and peasant livelihood options in Eastern Paraguay. **Journal of Latin American Geography**, v. 15, n. 3, p. 01-28, 2016.

CARGILL. **Cargill Paraguay**. Disponível em: <<https://www.cargill.com.py/>>. Acesso em: 16 abr. 2019.

CARLOS CASADO S.A. **Carlos Casado S.A.** Disponível em: <<http://www.carloscasadosa.com>>. Acesso em: 24 jun. 2019.

CASCO, Rocio. Frente Nacional de Lucha por la Soberanía y la Vida, un proyecto de reorganización del movimiento popular. **Revista de Estudios Políticos Contemporáneos (NOVAPOLIS)**, n. 8, p. 129-137, 2004.

CASTRO, Josué de. **Geopolítica da fome**: ensaio sobre os problemas de alimentação e de população do mundo. Rio de Janeiro: Casa do Estudante do Brasil, 1955.

\_\_\_\_\_. **Geografia da fome**: o dilema brasileiro: pão ou ação. São Paulo: Brasiliense, 1961.

CASTRO, Luís Felipe Perdigão de; HERSHAW, Eva; SAUER, Sérgio. Estrangeirização e internacionalização de terras no Brasil: oportunidades para quem? **Estudos Internacionais**, v. 5, n. 2, p. 74-102, 2017.

CASTRO, Luís Felipe Perdigão de; IGREJA, Rebecca Lemos. Estrangeirização de terras na perspectiva das pormas de colonialidade do agro latino-americano. **Revista de Estudos e Pesquisas sobre as Américas**, v. 11, n. 2, p. 164-179, 2017

CASTRO, Luís Felipe Perdigão de; SAUER, Sérgio. Marcos legais e a liberação para o investimento estrangeiro em terras no Brasil. MALUF, Renato S.; FLEXOR, Georges (Orgs.). **Questões agrárias, agrícolas e rurais. Conjunturas e políticas públicas**. Rio de Janeiro: E-papers, p. 12-19, 2017.

CASTRO, Luís Felipe Perdigão de. ‘Land grab’ na América Latina: expressões da nova colonialidade sobre terras, direitos e identidades sociais. **Revista Brasileira de Sociologia do Direito**, v. 5, n. 2, p. 38-65, 2018.

CENTRO DE DOCUMENTACIÓN Y ESTUDIOS. **Informativo Campesino**. Asunción: CDE, jul. 1993.

\_\_\_\_\_. **Informativo Campesino**. Asunción: CDE, ago. 1993.

\_\_\_\_\_. **Informativo Campesino**. Asunción: CDE, set. 1993.

\_\_\_\_\_. **Informativo Campesino**. Asunción: CDE, jan.-jun. 2007.

CEPAL. **Las empresas transnacionales en la economía del Paraguay**. Santiago: Comisión Económica para América Latina y Caribe, 1987.

CHAYANOV, Alexander Vasilovich. **La organización de la unidad económica campesina**. Buenos Aires: Ediciones Nueva Visión, 1974.

CHEPTULIN, Alexandre. **A dialética materialista**. Categorias e Leis da Dialética. São Paulo: Editora Alfa-Omega, 1982.

CHESNAIS, François. **A mundialização do capital**. São Paulo: Xamã Editora, 1996.

\_\_\_\_\_. A ‘nova economia’: uma conjuntura própria a potência econômica estadunidense. CHESNAIS, François; DUMÉNIL, Gérard; LÉVY, Dominique; WALLERSTEIN, Immanuel (Org.). **Uma nova fase do capitalismo?** São Paulo: Xamã, 2003.

\_\_\_\_\_. O capital portador de juros: acumulação, internacionalização, efeitos econômicos e políticos. CHESNAIS, François (Org.). **A finança mundializada**: raízes sociais e políticas, configuração, consequências. São Paulo: Boitempo Editorial, p. 35-67, 2005.

CHIAVENATO, Júlio José. **Genocídio Americano: A Guerra do Paraguai**. São Paulo: Brasiliense, 1979.

\_\_\_\_\_. **A guerra contra o Paraguai**. São Paulo: Brasiliense, 1990.

CHINA POLICY. **China Going Global**. Beijing: China Policy, 2017.

CHINA POWER. Does China dominate global investment? **China Power 2019**. Disponível em: <<https://chinapower.csis.org/china-foreign-direct-investment/>>. Acesso em: 13 jul. 2019.

CLAPP, Jennifer. Financialization, distance and global food politics. **The Journal of Peasant Studies**, v. 41, n. 5, p. 797-814, 2014.

CLAPP, Jennifer; NEWELL, Peter; BRENT, Zoe W. The global political economy of climate change, agriculture and food systems. **The Journal of Peasant Studies**, v. 45, n. 1, p. 80-88, 2018.

CLEMENTS, Elizabeth Alice; FERNANDES, Bernardo Mançano. Estrangeirização da terra, agronegócio e campesinato no Brasil e Moçambique. BERNARDES, Júlia Adão Bernardes; SILVA, Catia Antonia; ARRUIZZO, Roberta Carvalho (Org.). **Mudanças no paradigma sucroenergético**. Rio de Janeiro: Lamparina, p. 156-173, 2013a.

CLEMENTS, Elizabeth Alice; FERNANDES, Bernardo Mançano. Land Grabbing, Agribusiness and the Peasantry in Brazil and Mozambique. **Agrarian South: Journal of Political Economy**, v. 41, n. 2, p. 41-69, 2013b.

CLEMENTS, Elizabeth Alice. **Brazilian Policies and Strategies for rural territorial development in Mozambique: South-South Cooperation and the case of ProSAVANA and PAA**. Presidente Prudente, 2015, 278 f. Dissertação (Mestrado em Geografia) - Faculdade de Ciências e Tecnologia, Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”, Presidente Prudente, 2015.

COELHO, Douglas Cristian. **Conflitos agrário na fronteira entre o Brasil e o Paraguai: caso da colônia Marangatú**. Marechal Cândido Rondon, 2015, 159 f. Dissertação (Mestrado em Geografia), Universidade Estadual do Oeste do Paraná (UNIOESTE), Marechal Cândido Rondon, 2015.

COFCO AGRI INTERNATIONAL. **COFCO Agri Paraguay**. Disponível em: <<https://www.cofcointernational.com/>>. Acesso em: 13 out. 2018.

COLOGNESE, Silvio Antonio; MÉLO, José Luiz Bica de. A técnica da entrevista na pesquisa social. **Cadernos de Sociologia**, v. 9, p. 143-159, 1998.

CORREIA, Joel E. Soy states: resource politics, violent environments and soybean territorialization in Paraguay. **The Journal of Peasant Studies**, p. 01-21, 2017.

CORSON, Catherine; MACDONALD, Kenneth Iain. Enclosing the global commons: the convention on biological diversity and green grabbing. **The Journal of Peasant Studies**, v. 39, n. 2, p. 263-283, 2012.

CORSON, Catherine; MACDONALD, Kenneth Iain; NEIMARK, Benjamin. Grabbing ‘green’: markets, environmental governance and the materialization of natural capital. **Human Geography**, v. 6, n. 1, p. 01-23, 2013.

COSTA, Jessica Ausier da. As relações bilaterais Brasil - Paraguai e a problemática dos ‘brasiguaios’. **Revista Habitus: revista eletrônica dos alunos de graduação em Ciências Sociais (IFCS/UFRJ)**, Rio de Janeiro, v. 7, n. 1, p.60-75, 2009.

COSTA, Wanderley Messias da. **Geografia Política e Geopolítica**. São Paulo: Hucitec, 1992.

COSTANTINO, Agostina. El capital extranjero y el acaparamiento de tierras: conflictos sociales y acumulación por desposesión en Argentina. **Revista de Estudios Sociales**, n. 55, v. 01, p. 137-149, 2016.

\_\_\_\_\_. La extranjeirización de la tierra em Argentina. Continuidades y cambios entre el Macrismo y el Kirchnerismo. **Estudos Internacionais**, v. 5, n. 2, p. 103-120, 2017.

\_\_\_\_\_. El acaparamiento de tierras en los países del Sul. Una radiografía por regiones. COSTANTINO, Agostina (Org.). **Fiebre por la tierra – Debates sobre el land grabbing en Argentina y América Latina** Buenos Aires: Editorial El Colectivo, 2019, p. 239-282.

COTULA, Lorenzo; VERMEULEN, Sonja; LEONARD, Rebeca; KEELEY, James. **Land grab or development opportunity?** Agricultural investment and international land deals in Africa. London: IIED, FAO and IFAD, 2009.

COTULA, Lorenzo; POLACK, Emily. **The global land rush: what the evidence reveals about scale and geography.** London: IIED, 2012.

COTULA, Lorenzo. The international political economy of the global land rush: a critical appraisal of trends, scale, geography and drivers. **The Journal of Peasant Studies**, v. 39, n. 3-4, p. 649-680, 2012.

\_\_\_\_\_. The new enclosures? Polanyi, international investment law and the global land rush. **Third World Quarterly Journal**, v. 34, n. 9, p. 1.605-1.629, 2013.

\_\_\_\_\_. **Addressing the human rights impacts of land grabbing.** Brussels: Policy Department DG External Policies, European Parliament, 2014.

## D

---

DANIEL, Shepard; MITTAL, Anuradha. **The great land grab – rush for world’s farmland threatens food security for the poor.** Oakland: The Oakland Institute, 2009.

DANIEL, Shepard. Situating private equity capital in the land grabbing debate. **The Journal of Peasant Studies**, v. 39, n. 3-4, p. 703-729, 2012.

DE OLHO NO PARAGUAI. Última fronteira, Chaco tem desmatamentos e ataque a índios isolados. **De Olho no Paraguai**, publicado em 27 nov. 2017. Disponível em: <<https://deolhonosruralistas.com.br/deolhonoparaguai/2017/11/27/ultima-fronteira-chaco-tem-desmatamento-e-ataque-a-indios-isolados/>>. Acesso em: 31 jul. 2018.

DE OLHO NO PARAGUAI. Uma história de evasão fiscal, desmatamento, contrabando, ostentação e até estupro. **De Olho no Paraguai**, publicado em 24 jun. de 2018.

DE OLHO NO PARAGUAI. Do Chaco ao Matopiba, imobiliárias transnacionais avançam na ‘República da Soja’. **De Olho no Paraguai**, publicado em 12 jul. 2018. Disponível em: <<https://deolhonosruralistas.com.br/deolhonoparaguai/2018/07/12/do-chaco-ao-matopiba-imobiliarias-transnacionais-avancam-na-republica-da-soja/>>. Acesso em: 23 jun. 2019.

DE OLHO NO PARAGUAI. Império agropecuário do Itaú Unibanco tem face explícita no Paraguai. **De Olho no Paraguai**, publicado em 13 ago. 2018. Disponível em: <<https://deolhonosruralistas.com.br/deolhonoparaguai/2018/08/13/o-imperio-agropecuario-do-itaunibanco-chega-ao-paraguai-2-2/>>. Acesso em: 30 ago. 2018.

DE OLHO NO PARAGUAI. Antes e depois do massacre: Curuguaty é palco de conflitos entre brasileiros e camponeses. **De Olho no Paraguai**, publicado em 27 ago. 2018. Disponível em: <<https://deolhonosruralistas.com.br/deolhonoparaguai/2018/08/27/antes-e-depois-do-massacre-curuguaty-e-palco-de-conflitos-entre-brasileiros-e-camponeses/>>.

depois-do-massacre-curuguaty-continua-sendo-palco-de-conflitos-entre-brasileiros-e-camponeses/>. Acesso em: 30 ago. 2018.

DEININGER, Klaus. Challenges posed by new wave of farmland investment. **The Journal of Peasant Studies**, v. 30, n. 2 p. 217-247, 2011.

DELEUZE, Gilles; GUATTARI, Félix. **O que é Filosofia?** São Paulo: Editora 34, 1991.

DELGADO, Guilherme Costa. **Capital financeiro e agricultura no Brasil: 1965-1985.** São Paulo: Ícone, 1985.

DELGADO, Víctor. **Ñandekuera (Todos nosotros).** Buenos Aires: Ágora, 2012.

DEMOINFO. Campesinos de 6ta Linea Yvype en resistencia. **Proyecto de Democratización de la Información**, caderno Lucha campesina, publicado em 25 out. 2017. Disponível em: <http://demoinfo.com.py/campesinos-de-6ta-linea-yvype-en-resistencia/>. Acesso em: 30 jul. 2018.

DEMOINFO. Tras asesinato de una mujer INDERT procede a impulsar mensura judicial en Canindejú. **Proyecto de Democratización de la Información**, caderno Lucha campesina, publicado em 21 mar. 2018. Disponível em: <http://demoinfo.com.py/tras-asesinato-de-una-mujer-indert-procede-a-impulsar-mensura-judicial-en-canindeju/>. Acesso em: 05 set. 2018.

DESMARAIS, Annette Aurélie; QUALMAN, Darrin; MAGNAN, André; WIEBE, Nettie. ¿Propiedad agrícola para los inversionistas o las inversiones sociales? La transformación de la propiedad de la tierra en Saskatchewan, Canadá. **Revista NERA**, ano 20, n. 40, p. 181-205, 2017.

DGEEC. **Censo de comunidades de los Pueblos Indígenas – Resultados finales 2012.** Asunción: Dirección General de Estadística, Encuestas y Censos, 2012a.

DGEEC. **Paraguay – Principales indicadores de viviendas.** Asunción: Dirección General de Estadística, Encuestas y Censos, 2012b.

DGEEC. **Compendio Estadístico Ambiental del Paraguay 200-2009.** Asunción: Dirección General de Estadística, Encuestas y Censos, 2013.

DGEEC. **Encuesta Permanente de Hogares.** Asunción: Dirección General de Estadística, Encuestas y Censos, 2017.

DIARIO CINCO DÍAS. Ganaderos uruguayos explotan 2 millones de hectáreas en el Chaco Paraguayo. **Diario Cinco Días**, publicado em 12 jan. 2015. Disponível em: <<http://www.5dias.com.py/37897-ganaderos-uruguayos-explotan-2-millones-de-hectareas-en-el-chaco-paraguayo>>. Acesso em: 26 jan. 2017.

DIARIO CINCO DÍAS. Uruguayos colonizan el Chaco paraguayo atraídos por los beneficios y bajos precios. **Diario Cinco Días**, publicado em 22 jan. 2016. Disponível em: <<http://www.5dias.com.py/44002-uruguayos-colonizan-el-chaco-paraguayo-atraididos-por-los-beneficios-y-bajos-precios>>. Acesso em: 26 jan. 2017.

DIARIO CINCO DÍAS. San José vende propiedades en Argentina por 120 millones. **Diario Cinco Días**, publicado em 07 out. 2016. Disponível em: <[http://cincodias.com/cincodias/2016/10/07/empresas/1475858216\\_161422.html](http://cincodias.com/cincodias/2016/10/07/empresas/1475858216_161422.html)>. Acesso em: 12 out. 2016.

DIARIO EN PRESPECTIVA. Paraguay aspira ser “la China del Mercosur”: ¿Qué oportunidades surgen para inversores uruguayos? ¿Cuáles son los desafíos que se abren para nuestro país? **Diario En Perspectiva**, publicado em 17 mar. 2016. Disponível em: <<http://www.enperspectiva.net/en-perspectiva-programa/entrevistas/paraguay-ofrece-beneficios-a-inversores-que-pueden-terminar-afectando-a-uruguay-dice-presidente-de-la-camara-de-comercio-uruguayo-paraguaya/>>. Acesso em: 26 jan. 2017.

DIAS, Atos; LIMA, Thiago. Aquisição transnacional de terras: peculiaridades e continuidades de uma novidade velha. LIMA, Marcos Costa; OLIVEIRA, Eduardo Matos (Org.). **Estrangeirização de terras e segurança alimentar e nutricional** – Brasil e China em perspectiva. Recife: FASA, 2019, p. 57-80.

DICKEN, Peter. **Mudança global: mapeando as fronteiras da nova economia mundial**. São Paulo: Bookman, 2010.

DIXON, Marion. The land grab, finance capital and food restructuring: the case of Egypt. **Review of African Political Economy**, v. 41, n. 140, p. 232-248, 2014.

DORATIOTO, Francisco. **Maldita Guerra: Nova História da Guerra do Paraguai**. São Paulo: Companhia das Letras, 2002.

\_\_\_\_\_. **O Brasil no Rio da Prata (1822-1994)**. Brasília: Fundação Alexandre de Gusmão, 2014.

DUARTE, Hebe. Agrotóxicos en Paraguay. FRANCESCHELLI, Inés (Org.). **Las semillas son del pueblo**. Asunción: BASE Investigaciones Sociales, p. 15-21, 2013.

DUARTE, Maria Ramona Acuña; FENÁNDEZ, Carlos Maximiliano Macías. La conflictualidad al conflicto entre campesinado paraguayo y brasiguayos en Guahory (Paraguay). **Boletim DATALUTA**, n. 119, p. 01-11, 2017.

DUMÉNIL, Gérard; LÉVY, Dominique. **A crise do neoliberalismo**. São Paulo: Boitempo, 2014.

DWYER, Michael B. Building the politics machine: tools for 'resolving' the global land grab. **Development and Change**, v. 44, n. 2, p. 309-333, 2013.

## E

---

E'A. Paraguay: empresa brasileña deforesta ilegalmente territorio Ayoreo. **E'a**, publicado em 09 jul. 2015. Disponível em: <<http://ea.com.py/v2/empresa-brasilena-deforesta-ilegalmente-territorio-ayoreo/>>. Acesso em: 15 out. 2016.

EDELMAN, Marc. Messy hectares: questions about the epistemology of land grabbing data. **The Journal of Peasant Studies**, v. 40, n. 03, p. 485-501, 2013.

EDELMAN, Marc; OYA, Carlos; BORRAS JR., Saturnino. Global land grabs: historical processes, theoretical and methodological implications and current trajectories. **Third World Quarterly**, v. 34, n. 9, p. 1517-1531, 2013.

EDELMAN, Marc; LEÓN, Andrés. Cycles of land grabbing in Central America: an argument for history and a case study in the Bajo Aguán, Honduras. **Third World Quarterly**, v. 34, n. 09, p. 1.697-1.722, 2013.

EDELMAN, Marc; LEÓN, Andrés. Ciclos de acaparamiento de tierras en Centroamérica: un argumento a favor de historizar y un estudio de caso sobre el Bajo Aguán, Honduras. **Anuario de Estudios Centroamericanos** n. 40, p. 195-228, 2014.

EDELMAN, Marc. Siete dimensiones del acaparamiento de tierras que todo investigador tendrían que tomar en cuenta. **I Conferencia Internacional “Tierras y Territorios en las Américas: acaparamiento, resistencia y alternativas”**. Bogotá: Universidad Externado de Bogotá, 2016a.

\_\_\_\_\_. **Estudios agrarios críticos: tierras, semillas, soberanía alimentaria y derechos de las y los campesinos**. Quito: Editorial IAEN, 2016b.

EDELMAN, Marc; BORRAS JR, Saturnino. **Political dynamics of transnational agrarian movements**. Rugby: Practical Action Publishing, 2016.

EL AGRO PARAGUAY. Uruguayo en Paraguay: “La ganadería en el Chaco es un excelente negocio”. **Portal El Agro Paraguay**, caderno Mercados, publicado em 06 out. 2016. Disponível em: <<http://www.elagro.com.py/ganaderia/uruguayo-en-paraguay-los-campos-producen-mas-carne-y-la-ecuacion-es-muy-favorable/>>. Acesso em: 25 jun. 2019.

EL AGRO PARAGUAY. Empresarios uruguayos buscan aumentar inversiones en el Chaco. **Portal El Agro Paraguay**, caderno Mercados, publicado em 09 out. 2016. Disponível em: <<http://www.elagro.com.py/mercados/empresarios-uruguayos-buscan-aumentar-inversiones-en-el-chaco/>>. Acesso em: 25 jun. 2019.

EL AGRO PARAGUAY. 2 millones de hectáreas del Chaco pertenecen a inversores uruguayos. **Portal El Agro Paraguay**, caderno Política, publicado em 12 jul. 2017. Disponível em: <<http://www.elagro.com.py/politica/2-millones-de-hectareas-del-chaco-pertenecen-a-inversores-uruguayos/>>. Acesso em: 25 jun. 2019.

EL AGRO PARAGUAY. Rentabilidad de ganadería en Paraguay tiene una diferencia del 8% respecto a Uruguay. **Portal El Agro Paraguay**, caderno Empresas, publicado em 16 jul. 2017. Disponível em: <<http://www.elagro.com.py/empresas/rentabilidad-de-ganaderia-en-paraguay-tiene-una-diferencia-del-8-respecto-a-uruguay/>>. Acesso em: 25 jun. 2019.

EL AGRO PARAGUAY. Inversión uruguaya en Paraguay llega a 100 millones de dólares en 10 años. **Portal El Agro Paraguay**, caderno Mercados, publicado em 04 set. 2017. Disponível em: <<http://www.elagro.com.py/mercados/inversion-uruguaya-en-paraguay-llega-a-100-millones-de-dolares-en-10-anos/>>. Acesso em: 25 jun. 2019.

EL AGRO PARAGUAY. Por los altos costos algunos arroceros uruguayos deciden comenzar a plantar en Paraguay. **Portal El Agro Paraguay**, caderno Agricultura, publicado em 25 set. 2018. Disponível em: <<http://www.elagro.com.py/agricultura/por-los-altos-costos-algunos-arroceros-uruguayos-deciden-comenzar-a-plantar-en-paraguay/>>. Acesso em: 25 jun. 2019.

EL AGRO PARAGUAY. Arroceros uruguayos destacan el crecimiento del sector en Paraguay y potencial para ganar mercados en el mundo. **Portal El Agro Paraguay**, caderno Agricultura, publicado em 16 dez. 2018. Disponível em: <<http://www.elagro.com.py/agricultura/arroceros-uruguayos-destacan-el-crecimiento-del-sector-en-paraguay-y-potencial-para-ganar-mercados-en-el-mundo/>>. Acesso em: 25 jun. 2019.

EL AGRO PARAGUAY. Arroceros uruguayos que plantaron en Paraguay lograron un resultado positivo y prevén aumentar el área. **Portal El Agro Paraguay**, caderno Agricultura, publicado em 26 fev. 2019. Disponível em: <<http://www.elagro.com.py/agricultura/arroceros-uruguayos-que-plantaron-en-paraguay-lograron-un-resultado-positivo-y-preven-aumentar-el-area/>>. Acesso em: 25 jun. 2019.

EL PAÍS. El obispo Lugo se proclama vencedor en Paraguay tras 61 años ‘colorados’. **El País**, caderno Internacional, publicado em 21 abr. 2008. Disponível em: <[https://elpais.com/internacional/2008/04/21/actualidad/1208728801\\_850215.html](https://elpais.com/internacional/2008/04/21/actualidad/1208728801_850215.html)>. Acesso em: 26 jun. 2019.

EL PAÍS. Ganadería guaraní captando más inversores. **El País**, caderno de Economía, publicado em 14 jan. 2013. Disponível em: <<http://historico.elpais.com.uy/130114/pecono-688284/rurales/ganaderia-guarani-sigue-captando-mas-inversores/>>. Acesso em: 16 mai. 2017.

EL PAÍS. Por que o governo chinês decidiu comprar a Syngenta? **El País**, caderno Economia, publicado em 04 fev. 2016. Disponível em: <[https://brasil.elpais.com/brasil/2016/02/03/economia/1454504746\\_043900.html](https://brasil.elpais.com/brasil/2016/02/03/economia/1454504746_043900.html)>. Acesso em: 26 jun. 2019.

EL PAÍS. Uruguayos tienen más de 2 millones de hectáreas en Paraguay. **El País**, caderno Rurales, publicado em 14 jul. 2017. Disponível em: <<https://rurales.elpais.com.uy/sin-categoria/uruguayos-tienen-mas-de-2-millones-de-hectareas-en-paraguay>>. Acesso em: 25 jun. 2019.

ENVOLVERDE. “Nasce tribunal ético contra mineração de fronteira”. Envolverde, publicado em 14 set. 2010. Disponível em: <http://www.azevedosette.com.br/sustentabilidade-ambiental/noticias/exibir/796>. Acesso em: 30 out. 2015.

ÉPOCA. Como a Guerra comercial entre EUA e China pode afetar o Brasil. *Época*, caderno negócios, publicado em 11 jul. 2018. Disponível em: <https://epocanegocios.globo.com/Economia/noticia/2018/07/como-guerra-comercial-entre-eua-e-china-pode-afetar-o-brasil.html>. Acesso em: 07 out. 2018.

EPSTEIN, Gerald A. **Financialization and the world economy**. Cheltenham: Edwar Elgar, 2005.

ESPÍNOLA, Julio. Ligas Agrarias Cristianas, un movimiento contrahegemónico en Paraguay. **Revista de la Facultad**, v. 14, p. 121-145, 2008.

ESPÓSITO NETO, Tomaz. As relações Brasil-Paraguai: do litígio da fronteira brasileiro-paraguaia (1962) à Ata das Cataratas (1966). **Revista de Estudos e Pesquisas sobre as Américas**, v. 7, n. 1, 2013, p. 33-49.

EZQUERRO-CAÑETE, Arturo. Poisoned, Dispossessed and Excluded: a critique of the neoliberal soy regime in Paraguay. **Journal of Agrarian Change**, v. 16, n. 4, p. 702-709, 2016.

\_\_\_\_\_. The rural roots and consequences of authoritarian populism in Paraguay. **Emancipatory Rural Politics Initiative 2018 International Conference ‘Authoritarian Populism and the Rural World’**. The Hague, 2018.

EZQUERRO-CAÑETE, Arturo; FOGEL, Ramón. Un golpe anunciado. Fernando Lugo y la promesa perdida de la reforma agraria en Paraguay. VERGARA-CAMUS, Leandro; KAY, Cristóbal (Org.). **La cuestión agraria y los gobiernos de izquierda en América Latina**. Buenos Aires: CLACSO, 2018, p. 89-118.

EXAME. Paraguai deve crescer 3,5% mesmo com crise no Brasil. **Revista Exame**. Disponível em: <http://exame.abril.com.br/economia/noticias/paraguai-deve-crescer-3-5-mesmo-com-crise-nobrasil>. Acesso em: 15 nov. 2015.

EXAME. Cade aprova aquisição do Bertin pela JBS. **Revista Exame**, Caderno Negócios, publicado em 17 abr. 2013. Disponível em: <http://exame.abril.com.br/negocios/noticias/cade-aprova-aquisicao-do-bertin-pela-jbs>. Acesso em: 15 out. 2016.

## F

---

FABRINI, João Edmilson. A escala da luta e resistência camponesa. **Geosul**, v. 21, n. 42, p. 63-91, 2006.



\_\_\_\_\_. Campesinato e agronegócio na fronteira entre o Brasil e Paraguai. **Boletim DATALUTA**, n. 23, p. 01-09, 2012.

FAIRBAIRN, Madeline. Indirect dispossession: Domestic power imbalances and foreign access to land in Mozambique. **Development and Change**, v. 44, n. 2, p. 335-356, 2013.

\_\_\_\_\_. Like gold with yield: evolving intersections between farmland and finance. **The Journal of Peasant Studies**, v. 41, n. 5, p. 777-795, 2014.

\_\_\_\_\_. Foreignization, financialization and land grab regulation. **Journal of Agrarian Change**, v. 15, n. 4, p. 581-591, 2015.

FAIRHEAD, James; LEACH, Melissa; SCOONES, Ian. Green Grabbing: a new appropriation of nature? **The Journal of Peasant Studies**, v. 39, n. 2, p. 237-261, 2012.

FARINA, Bernardo Neri. **Empresas & Empresarios: Paraguay 1870-2013**. Asunción: Alvaro Ayala Producciones, 2013.

FARMLAND GRAB. Paraguay: En 2010 se llevan vendidas más de 100.000 hectáreas a extranjeros. **Farmland Grab**, publicado em 20 abr. 2011. Disponível em: <<http://www.farmlandgrab.org/18497>>. Acesso em: 27 jan. 2017.

FARMLAND GRAB. Paraguay: Grupo empresarial anuncia importante inversión en el sector agropecuario y forestal. **Farmland Grab**, publicado em 06 fev. 2013. Disponível em: <http://www.farmlandgrab.org/post/view/21663-paraguay-grupo-empresarial-anuncia-importante-inversion-en-el-sector-agropecuario-y-forestal>. Acesso em: 15 out. 2016.

FELDMAN, Shelley; GEISLER, Charles. Land expropriation and displacement in Bangladesh. **The Journal of Peasant Studies**, v. 39, n. 3-4, p. 971-993, 2012.

FELÍCIO, Munir Jorge. **Contribuição ao debate paradigmático da Questão Agrária e do Capitalismo Agrário**. Presidente Prudente, 2011. 214f. Tese (Doutorado em Geografia) - Faculdade de Ciências e Tecnologia, Universidade Estadual Paulista, Presidente Prudente, 2011.

FEODOROFF, Timothé. Quelques clés de lecture pour comprendre et analyses l'accaparement des terres. **Revue Possibles**, p. 12-22, 2013.

FERNANDES, Bernardo Mançano. **Espacialização e territorialização da luta pela terra: a formação do MST - Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra no estado de São Paulo**. São Paulo, 1994. 208 f. Dissertação (Mestrado em Geografia Humana) - Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 1994.

\_\_\_\_\_. Movimentos socioterritoriais e movimentos socioespaciais: contribuição teórica para uma leitura geográfica dos movimentos sociais. **Revista NERA**, ano 8, n. 6, p. 14-34, 2005.

\_\_\_\_\_. Conflitualidade e desenvolvimento territorial. BUAINAIN, Antônio Márcio (Org.). **Luta pela terra, reforma agrária e gestão de conflitos no Brasil**. Campinas: Editora da UNICAMP, p. 173-224, 2008.

\_\_\_\_\_. Sobre a tipologia de territórios. SAQUET, Marco Aurélio; SPOSITO, Eliseu Savério (Org.). **Territórios e territorialidades: teorias, processos e conflitos**. São Paulo: Expressão Popular, 2009a, p. 197-215.

\_\_\_\_\_. A Geopolítica da Questão Agrária Mundial. **Boletim DATALUTA**, n. 18, p. 01-04, 2009b.

\_\_\_\_\_. Questão agrária: conflitualidade e desenvolvimento territorial. SPOSITO, Eliseu Savério; SANT'ANNA NETO, João Lima. **Uma Geografia em movimento**. São Paulo: Expressão Popular, p. 5005-560, 2010.

\_\_\_\_\_. Estrangeirização de terras na nova conjuntura da questão agrária. **Conflitos no Campo Brasil 2010**. Goiânia: Comissão Pastoral da Terra (CPT), 2011.

\_\_\_\_\_. Território camponês. CALDART, Roseli Salete; PEREIRA, Isabel Brasil; ALENTEJANO, Paulo Roberto; FRIGOTTO, Gaudêncio (Org.). **Dicionário da Educação do Campo**. São Paulo: Expressão Popular, 2012 746-750, 2012.

FERNANDES, Bernardo Mançano; WELCH, Clifford Andrew; GONÇALVES, Elienai Constantino. **Land Governance in Brazil: a geo-historical review of land governance in Brazil**. Roma: International Land Coalition, 2012.

FERNANDES, Bernardo Mançano. **Construindo um estilo de pensamento na questão agrária: o debate paradigmático e o conhecimento geográfico**. Presidente Prudente, 2013, 344 f. Tese (Livre Docência em Geografia) - Faculdade de Ciências e Tecnologia, Universidade Estadual Paulista, Presidente Prudente, 2013.

\_\_\_\_\_. Land grabbing for agro-extractivism in the second neoliberal phase in Brazil. 5<sup>th</sup> International Conference of the BRICS Initiative for Critical Studies, Moscow (Russia), 2017. **Anais...**: Moscow, 2017.

FERNANDES, Bernardo Mançano; FREDERICO, Samuel; PEREIRA, Lorena Izá. Acumulação pela renda terra e disputas territoriais na fronteira agrícola brasileira. **Revista NERA**, v. 22, n. 47, p. 173-201, Dossiê MATOPIBA, 2019.

FERRARI, Carlos Alberto. **Dinâmica Territorial na (s) Fronteira (s): um estudo sobre a expansão do agronegócio e a exploração dos brasiguaios no norte do Departamento de Alto Paraná –Paraguai**, 2009, 213 f. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Universidade Federal da Grande Dourados, Dourados, 2009.

FERNANDES, Florestan. **Poder e contrapoder na América Latina**. São Paulo, Zahar, 1981.

FINANCE UNEP INITIATIVE. **Principles for Responsible Investment**. EUA: Finance Unep Initiative, 2011.

FINANCE UNEP INITIATIVE. **Responsible investment in farmland: report 2014-2015**. EUA: Finance Unep Initiative, 2015.

FIORENTIN, Marta Izabel. **A experiência da imigração de agricultores brasileiros no Paraguai (1970 –2010)**, 2010, 112 f. Dissertação (Mestrado em História) – Setor de Ciências Humanas, Letras e Artes, Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2010.

FLICK, Uwe. **Introdução à pesquisa qualitativa**. Porto Alegre: Artmed, 2009.

FOCO RURAL. Bayer compra empresa de sementes para se consagrar no mercado da soja. **Portal Foco Rural**, caderno Agroindústrias, publicado em 10 out. 2014. Disponível em: <<http://www.focorural.com/detalhes/n/n/4912/38/bayer-compra-empresa-de-sementes-para-se-consagrar-no-mercado-da-soja.html>>. Acesso em: 21 jun. 2019.

FOGEL, Ramón. Determinantes negativos de la movilización social en sistemas sociales rurales del Paraguay. **Revista Paraguaya de Sociología**, año 9, n. 24, p. 01-20 1972.

\_\_\_\_\_. Cooperativismo agrario y cambio social. **Estudios Paraguayos**, v, 5, n 1, p. 01-13, 1977.

\_\_\_\_\_. Colonización agraria y distribución espacial de la población, características del proceso”. **Revista Paraguaya de Sociología**, año 16, n. 44, p. 34-54, 1979.

\_\_\_\_\_. Contexto económico-social y político de los movimientos sociales en el Paraguay. **Revista Paraguaya de Sociología**, año 21, n. 60, p.10-22 ,1984.

\_\_\_\_\_. **Movimientos campesinos en el Paraguay**. Asunción: CPES, 1986.

\_\_\_\_\_. **Las luchas campesinas: tierra y condiciones de producción.** Asunción: CERI, 2001a.

\_\_\_\_\_. La estructura y la coyuntura en las luchas del movimiento campesino paraguayo. GIARRACCA, Norma (Org.). **¿Una nueva ruralidad en América Latina?** Buenos Aires: CLACSO, p. 221-241, 2001b.

\_\_\_\_\_. **Pobreza y rol del Estado en Paraguay.** Asunción: CERI, 2002.

\_\_\_\_\_. Efectos socioambientales del enclave sojero. FOGEL, Ramón; RIQUELME, Marcial (Org.). **Enclave sojero, merma de la soberanía y pobreza.** Asunción: CERI, p. 35-112, 2005a.

\_\_\_\_\_. La guerra de la soja contra los campesinos en Tekojoja. **Revista de Estudios Políticos Contemporáneos (NOVAPOLIS)**, n. 10, p. 26-34, 2005b.

\_\_\_\_\_. Movimientos campesinos y su orientación democrática en Paraguay. GRAMMONT, Hubert C. de (Org.). **La construcción de la democracia en el campo latino americano.** Buenos Aires: CLACSO, p. 95-106, 2006.

\_\_\_\_\_. El gobierno de Lugo, el parlamento y los movimientos sociales. **Observatorio Social de América Latina (OSAL)**, año 10, n. 25, p. 51-63, 2009.

\_\_\_\_\_. El Movimiento de los Carperos. **Revista de Estudios Políticos Contemporáneos (NOVAPOLIS)**, n. 5, p. 11-30, 2012.

\_\_\_\_\_. **Las tierras de Ñacunday, Marina Kue y otras calamidades.** Asunción: CERI, 2013.

\_\_\_\_\_. Las fuerzas productivas en el desarrollo agrario en el Paraguay. **CERI Working Paper**, Asunción, 2017a.

\_\_\_\_\_. Productive forces in new extractivism on Paraguayan associated development. 5<sup>th</sup> International Conference of the BRICS Initiative for Critical Studies, Moscow (Russia), 2017. **Anais...**: Moscow, 2017b.

\_\_\_\_\_. Reforma agraria en el Paraguay: retrocesos y luchas. FERNANDES, Bernardo Mançano; RINCÓN, Luis Felipe; KRETSCHMER, Regina. (Org.). **La actualidad de la reforma agraria en América Latina y el Caribe.** Buenos Aires: CLACSO, 2018, p. 129-138.

FOLHA DE S. PAULO. Paraguai quer barrar invasão de brasileiros. **Jornal Folha de S. Paulo**, Caderno Cidades, p. D1, publicado em 21 ago. 1989.

FOLHA DE S. PAULO. No Paraguai, o Chaco está sitiado. **Jornal Folha de S. Paulo**, publicado em 02 abr. 2012. Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/fsp/newyorktimes/34692-no-paraguai-o-chaco-esta-sitiado.shtml>>. Acesso em: 15 out. 2016.

FOLHA DE S. PAULO. Com crescimento acima da média, Paraguai vira caso de sucesso na região. **Jornal Folha de S. Paulo**, caderno Mercado, publicado em 05 fev. 2017. Disponível em: <<https://www1.folha.uol.com.br/mercado/2017/02/1855944-com-crescimento-acima-da-media-paraguai-vira-caso-de-sucesso-na-regiao.shtml>>. Acesso em: 25 set. 2018.

FOLHA DE S. PAULO. Casas ao lado dos parques eólicos no Nordeste vivem sem luz. **Jornal Folha de S. Paulo**, caderno Mercado, publicado em 25 dez. 2017. Disponível em: ><https://www1.folha.uol.com.br/mercado/2017/12/1945900-casas-ao-lado-dos-parques-eolicos-no-nordeste-vivem-sem-luz.shtml>>. Acesso em: 01 out. 2018.

FOLHA DE S. PAULO. Brasil pode ser o primeiro país a cobrar royalties da energia eólica. **Jornal Folha de S. Paulo**, publicado em 07 jan. 2018. Disponível em: <<https://www1.folha.uol.com.br/colunas/andre-trigueiro/2018/01/1948386-brasil-pode-ser-o-primeiro-pais-a-cobrar-royalties-da-energia-eolica.shtml>>. Acesso em: 01 out. 2018.

FOLHA DE S. PAULO. Foragido, doleiro Dario Messer quer negociar acordo para não ser preso. **Jornal Folha de S. Paulo**, caderno Poder, publicado em 24 jun. 2018. Disponível em: <<https://www1.folha.uol.com.br/poder/2018/06/foragido-doleiro-dario-messer-quer-negociar-acordo-para-nao-ser-preso.shtml>>. Acesso em: 01 out. 2018.

FOLHA DE S. PAULO. Sócio de ‘doleiro dos doleiros’ é preso pela Interpol no Paraguai. **Jornal Folha de S. Paulo**, caderno Internacional, publicado em 26 dez. 2018. Disponível em: <<https://www1.folha.uol.com.br/poder/2018/12/doleiro-socio-de-dario-messer-e-preso-no-paraguai.shtml>>. Acesso em: 21 jun. 2019.

FOLHA DE S. PAULO. PF prende Dario Messer, foragido conhecido como ‘doleiro dos doleiros’. **Jornal Folha de S. Paulo**, caderno Poder, publicado em 31 jul. 2019. Disponível em: <<https://www1.folha.uol.com.br/poder/2019/07/pf-prende-dario-messer-foragido-conhecido-como-doleiro-dos-doleiros.shtml>>. Acesso em: 12 ago. 2019.

FOODFIRST INFORMATION AND ACTION NETWORK. **Conflicto Agrario y criminalización de campesinas y campesinos: el caso de Marina Kue y la masacre de Curuguaty**. Heidelberg: FIAN Internacional, 2014.

FOUCHER, Michel. **Front y frontières**. Un tour du monde géopolitique. Paris: Fayard, 1991.

FOUCAULT, Michel. **Microfísica do poder**. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1979.

FRANCESHELLI, Inés (Org.). **Las semillas son del pueblo**. Asunción: BASE Investigaciones Sociales, p. 42-44, 2013.

FRANCO, Jennifer; BORRAS JR, Saturnino; ALONSO-FRADEJAS, Alberto; BUXTON, Nick; HERRE, Roman; KAY, Sylvia; FEODOROFF, Timothé. **L’Accaparement des terres: un livret**. Amsterdam: Transnational Institute, 2013.

FRANCO, Jennifer; MEHTA, Lyla; VELDWISCH, Gert Jan. The global politics of water grabbing. **Third World Quarterly**, v. 34, n. 9, p. 1651-1675, 2013.

FREDERICO, Samuel. Desvendando o agronegócio: financiamento agrícola e o papel estratégico do sistema de armazenamento de grãos. **GEOUSP – Espaço e Tempo**, n. 27, p. 47-61, 2010.

\_\_\_\_\_. **Território, capital financeiro e agricultura**. (Relatório de pesquisa). São Paulo: FAPESP, 2015.

\_\_\_\_\_. **Território, Capital Financeiro e Agricultura**. Investimentos financeiros estrangeiros no agronegócio brasileiro. Relatório de Pós Doutorado. Laboratoire Dynamiques Sociales et Recomposition des Espaces (Ladyss), Universidade Paris 8, 213 f., 2016.

FREDERICO, Samuel; GRAS, Carla. Globalização financeira e land grabbing: constituição e translatinização das megaempresas argentinas. BERNARDES, Júlia Adão; FREDERICO, Samuel; GRAS, Carla; HERNÁNDEZ, Valeria; MALDONADO, Gabriela (Org.). **Globalização do agronegócio e land grabbing: a atuação das megaempresas argentinas**. Rio de Janeiro: Lamparina, p. 12-32, 2017.

FREDERICO, Samuel; VARROTTI, Andrea Sosa. Globalização do agronegócio e as empresas de private equity: articulações e estratégias do Grupo El Tejar. BERNARDES, Júlia Adão; FREDERICO, Samuel; GRAS, Carla; HERNÁNDEZ, Valeria; MALDONADO,

Gabriela (Org.). **Globalização do agronegócio e *land grabbing***. A atuação das megaempresas argentinas no Brasil. São Paulo: Lamparina, p. 98-117, 2017.

FREDERICO, Samuel; ALMEIDA, Marina Castro de. Capital financeiro, land grabbing e a multiescalaridade na grilagem de terra na região do MATOPIBA. **Revista NERA**, v. 22, n. 47, p. 123-147, dossiê MATOPIBA, 2019.

FREITA, Vilmar Falcão. Brasiguaios: Uma Identidade sem Nacionalidade. STRLING, German (Org.). **Abordagens Historiográficas na Fronteira**. Foz do Iguaçu: UNIAMÉRICA, p. 153-159, 2006.

FRETZ, Joseph Winfield. **Immigrant group settlements in Paraguay**. A study in the sociology of colonization. North Newton: Bethel College, 1962.

FRIEDMANN, Harriet. International Regimes of Food and Agriculture since 1870. SHANIN, Teodor. (Org.). **Peasants and Peasant Societies**. Oxford: Basil Blackwell, 1987.

\_\_\_\_\_. The Political Economy of Food: a Global Crisis. **New Left Review**, 197, p.29-57, 1993.

FRIEDMANN, Harriet; McMICHAEL, Michael. Agriculture and State System. The rise and decline of national agricultures, 1870 to present. **Sociologia Ruralis**, v. 29, n. 2, p. 93-117, 1989.

FROST, Stephen. Chinese outward direct investment in Southeast Asia: how big are the flows and does it mean for the region? **The Pacific Review**, v. 17, n. 3, p. 323-340, 2004.

FRUTOS, Juan Manuel. **Con el hombre y la tierra hacia el bienestar rural**. Asunción: Cromos S.R.L., 1982.

FUINI, Lucas Labigalini. Construções teóricas sobre o território e sua transição: a contribuição da Geografia Brasileira. **Cuadernos de Geografía**, Revista Colombiana de Geografía, v. 26, n. 1, p. 221-242, 2017.

FUKUOKA, Milena Pereira. Derecho a la reforma agraria: ¿quién ejerce su defensa jurídica? COORDINADORA DE DERECHOS HUMANOS DEL PARAGUAY (Org.). **Derechos Humanos Paraguay 2017**. Asunción: CODEHUPY, p. 309-328, 2017.

FUNDACIÓN AMIGOS DE LA TIERRA. **Acaparamiento de tierras y bienes comunales**. Perspectivas y dimensiones del fenómeno en Argentina. Buenos Aires: Fundação Amigos de la Tierra, 2015.

## G

---

G1. Principais conflitos ambientais causados por mineração na América Latina. **Portal G1**, caderno Economia, publicado em 10 fev. 2012. Disponível em: <<http://g1.globo.com/economia/noticia/2012/02/principais-conflitos-ambientais-causados-por-mineracao-na-america-latina.html>>. Acesso em: 22 fev. 2018.

G1. Bayer anuncia compra da Monsanto por US\$ 66 bilhões. **Portal G1**, caderno Economia, publicado em 14 set. 2016. Disponível em: <<http://g1.globo.com/economia/negocios/noticia/2016/09/bayer-anuncia-compra-da-monsanto-por-us-66-bilhoes2016.html>>. Acesso em: 20 jun. 2019.

G1. Bayer anuncia o fim da marca Monsanto. **Portal G1**, caderno Economia, publicado em 04 jun. 2018. Disponível em: <<https://g1.globo.com/economia/noticia/bayer-anuncia-o-fim-da-marca-monsanto.html>>. Acesso em: 20 jun. 2019.

GALEANO, Eduardo. **As veias abertas da América Latina**. São Paulo: L&MP (1971), 2010.

GALENO, Jorge. Análisis del problema agrario y escenarios futuros. **Revista de Estudios Políticos Contemporáneos (NOVAPOLIS)**, n. 10, p. 20-25, 2005.

GALEANO, Luis (Org.). **Procesos agrarios y democracia en Paraguay y América Latina**. Asunción: CPES, 1990.

\_\_\_\_\_. Frontera agrícola, modernización conservadora y movimiento campesinos en Paraguay. ZAMOSC, León; MARTÍNEZ, Estela; CHIRIBOGA, Manuel (Org.). **Estructuras agrarias y movimientos campesinos en América Latina (1950-1990)**. Madrid: Ministerio de Agricultura, Pesca y Alimentación, p. 295-320, 1996.

\_\_\_\_\_. Movimiento campesino hoy. Conquistas y derrotas en un contexto contradictorio de crisis social y política. **Revista de Estudios Políticos Contemporáneos (NOVAPOLIS)**, n. 2, p. 32-38, 2003.

\_\_\_\_\_. La nueva ruralidad: transformaciones y desafíos del Paraguay rural contemporáneo. BRUN, Diego Abente; BORDA, Dionisio (Org.). **El reto del futuro**. Asumiendo el legado del bicentenario. Asunción: Ministerio de Hacienda, p. 155-190, 2011.

\_\_\_\_\_. El caso de Paraguay. BAQUERO, Fernando Soto; GÓMEZ, Sergio (Org.). **Dinámicas del mercado de la tierra en América Latina y el Caribe: concentración y extranjerización**. Santiago: FAO, p. 407-433, 2012a.

\_\_\_\_\_. Paraguay and the expansion of Brazilian and Argentinian agribusiness frontiers. **Canadian Journal of Development Studies**, v. 33, n. 4, p. 458-470, 2012b.

\_\_\_\_\_. Transformación del modelo agrícola y cambios en la estructura de clases. (p. 167-191). ORTIZ, Luis (Org.). **Desigualdad y Clases Sociales**. Estudios sobre la estructura social paraguaya. Buenos Aires: CLACSO, 2016.

GARAY, Sara María. **A participação brasileira no desenvolvimento do agronegócio no Paraguai: uma análise crítica**. 2014, 205 f. Dissertação (Mestrado em Relações Internacionais) - Programa de Pós-Graduação em Relações Internacionais, Pontifícia Universidade Católica, Rio de Janeiro, 2014.

GARDNER, Benjamin. Tourism and the politics of the global land grab in Tanzania: markets, appropriation and recognition. **The Journal of Peasant Studies**, v. 39, n. 2, p. 377-402, 2012.

GEOGHEGAN, Verónica Serafini. **Élites y Captura del Estado**. Paraguay: un estudio exploratorio. Asunción: OXFAM, 2017.

GHOSH, Jayati. The unnatural coupling: food and global finance. **Journal of Agrarian Change**, v. 10, n. 1, p. 72-86, 2010.

GIARRACCA, Norma; TEUBAL, Miguel. Disputas por los territorios y recursos naturales: el modelo extractivo. **Revista da Asociación Latinoamericana de Sociología Rural**, n. 5, p. 113-133, 2010.

GIGER, Markus; NOLTE, Kerstin; ANSEEUW, Ward; BREU, Thomas; CHAMBERLAIN, Wytske; MESSERLI, Peter; OBERLACK, Christoph; HALLER, Tobias. Impacts of large-scale land acquisitions on common-pool resources. Evidence from the Land Matrix. HALLER, Tobias; BREU, Thomas; DE MOOR, Tine; ROHR, Christian; ZNOJ, Heinzpeter (Org.). **The commons in a glocal world: global connections and local responses**. Abingdon: Routledge, 2019, p. 257-179.

GILBERT, Jérémie. **Land grabbing, investment and indigenous peoples' rights to land and natural resources: cases studies and legal analysis**. Copenhagen: International Work Group for Indigenous Affairs (IWGIA), 2017.

- GIMENEZ, Heloisa Marques. **O desenvolvimento da cadeia produtiva da soja na Bolívia e a presença brasileira: uma história comum.** 2010, 323 f. Dissertação (Mestrado em Integração da América Latina) - Programa de Pós-Graduação em Integração da América Latina, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2010.
- GIMÉNEZ, Norma. Paraguay libre de transgénicos. FRANCESCHELLI, Inés (Org.). **Las semillas son del pueblo.** Asunción: BASE Investigaciones Sociales, p. 42-44, 2013.
- GINGEMBRE, Mathilde. Resistance or participation? Fighting against corporate land access amid political uncertainty in Madagascar. **The Journal of Peasant Studies**, v. 42, n. 3-4, 561-581, 2015.
- GIRALDO, Omar Felipe; ROSSET, Peter M. Agroecology as a territory in dispute: between institutionality and social movements. **The Journal of Peasant Studies**, v. 38, n. 4, p. 771-792, 2017.
- GIRARDI, Eduardo Paulon. **Proposição teórica-metodológica de uma cartografia geográfica crítica e sua aplicação no desenvolvimento do Atlas da Questão Agrária brasileira.** Presidente Prudente, 2008, 349 f. Tese (Doutorado em Geografia) - Faculdade de Ciências e Tecnologia, Universidade Estadual Paulista, Presidente Prudente, 2008.
- GLAUSER, Marcos. **Extranjerización del territorio paraguayo.** Asunción: BASE Investigaciones Sociales, 2009.
- GLOBAL PROPEERTY GUIDE. South Africa to bar foreigners from buying land. Global Property Guide, publicado em 31 jul. 2014. Disponível em: <[http://www.globalpropertyguide.com/newsSouth\\_Africa\\_to\\_bar\\_foreigners\\_from\\_buying\\_land-1952](http://www.globalpropertyguide.com/newsSouth_Africa_to_bar_foreigners_from_buying_land-1952)>. Acesso em: 25 set. 2016.
- GLOBO RURAL. Minerva adquire nove plantas frigoríficas da JBS Mercosul. **Globo Rural**, caderno Criação, publicado em 06 jun. 2017. Disponível em: <<http://revistagloborural.globo.com/Noticias/Criacao/noticia/2017/06/minerva-adquire-nove-plantas-frigorificas-da-jbs-mercosul.html>>. Acesso em: 25 set. 2017.
- GLOBO RURAL. Brasiguaios dominam produção de soja e arroz no Paraguai. **Globo Rural**, caderno Agricultura, publicado em 22 mar. 2019. Disponível em: <<https://revistagloborural.globo.com/Noticias/Agricultura/noticia/2019/03/brasiguaios-dominam-producao-de-soja-e-arroz-no-paraguai.html>>. Acesso em: 21 jun. 2019.
- GOLAY, Christophe; BIGLINO, Irene. Human Rights responses to land grabbing: a right to food perspective. **Third World Quarterly Journal**, v. 34, n. 9, p. 1.630-1.650, 2013.
- GOLDFARB, Yamila. Expansão da soja e financeirização da agricultura como expressões recentes do regime alimentar corporativo no Brasil e na Argentina: o exemplo da Cargill. **Revista NERA**, ano 18, n. 28, p. 32-57, 2015.
- GONÇALVES, José Sidnei. Agricultura sob a égide do capital financeiro: passo rumo ao aprofundamento do desenvolvimento dos agronegócios. **Informações Econômicas SP**, v. 25, n. 4, p. 07-36, 2005.
- GONÇALVES, Elienai Constantino. **Disputa territorial entre o movimento camponês e o agronegócio canavieiro em Teodoro Sampaio - SP.** Presidente Prudente, 2011. 160f. Dissertação (mestrado em Geografia) - Faculdade de Ciências e Tecnologia, Universidade Estadual Paulista, Presidente Prudente, 2011.
- GONZÁLEZ, Claudia Fabiana Almeida. **Capitalismo paraguayo, agronegocio: las contradicciones del modelo de crecimiento actual y la reacción del movimiento campesino.** Foz do Iguaçu, 2014, 73 f. Monografia (Bacharelado em Relações Internacionais) – Instituto Latino-americano de Economia, Sociedade e Política, Universidade Federal da Integração Latino-americana, Foz do Iguaçu, 2014.

GONZÁLEZ, Silvia. Transgénicos en Paraguay: avances e impactos. FRANCESCHELLI, Inés (Org.). **Las semillas son del pueblo**. Asunción: BASE Investigaciones Sociales, p. 11-14, 2013.

GRAIN. **Acaparamiento de tierras en Argentina**: un “manual de instrucciones” para entregar el territorio. Barcelona: GRAIN, 2010.

\_\_\_\_\_. **Pension Funds**: Key players in the global farmland grab. Against the GRAIN. Barcelona: GRAIN, 2011.

\_\_\_\_\_. **Quiénes están detrás del acaparamiento de tierras?** Una Mirada a algunas de las personas que buscan llevar a cabo a apoyan los grandes acaparamientos de tierras agrícolas a nivel mundial. Barcelona: GRAIN, 2012.

\_\_\_\_\_. **La República Unida de la soja recargada**. Barcelona: GRAIN, 2013.

\_\_\_\_\_. **The global farmland grab in 2016**: how big, how bad? Barcelona: GRAIN, 2016.

\_\_\_\_\_. **20 years of GM soy in the Southern Cone of Latin America, 20 reasons for a definitive ban**. Barcelona: GRAIN, 2017.

GRAJALES, Jacobo. The rifle and the title: paramilitary violence land grab and land control in Colombia. **The Journal of Peasant Studies**, v. 38, n. 4, 771-792, 2011.

GRAS, Carla; HERNÁNDEZ, Valeria. Agribusiness and large-scale farming: capitalist globalisation in Argentine agriculture. **Canadian Journal of Development Studies**, v. 35, n. 03, p. 339-357, 2014.

GRAS, Carla; CÁCERES, Daniel M. El acaparamiento de tierras como proceso dinámico. Las estrategias de los actores en contextos de estancamiento económico. **Población & Sociedad**, v. 24, n. 2, p. 163-194, 2017.

GRAS, Carla; NASCIMENTO, Rodrigo Cavalcanti do. Monopólio de terras e capital financeiro: a atuação da empresa Cresud na América Latina. BERNARDES, Júlia Adão; FREDERICO, Samuel; GRAS, Carla; HERNÁNDEZ, Valeria; MALDONADO, Gabriela (Org.). **Globalização do agronegócio e land grabbing**. A atuação das megaempresas argentinas no Brasil. São Paulo: Lamparina, p. 118-134, 2017.

GRUPO FAVERO. **Grupo Favero**. Disponível em: <<http://www.grupofavero.com.py/>>. Acesso em: 13 out. 2018.

GUDYNAS, Eduardo. Diez tesis urgentes sobre el nuevo extractivismo. Contextos y demandas bajo el progresismo sudamericano actual. Centro Andino de Acción Popular (CAAP)/Centro Latinoamericano de Ecología Social (CLAES) (Org.). **Extractivismo, Política y Sociedad**. Quito: CAAP/ CLAES, 187-225, 2009.

\_\_\_\_\_. Agropecuaria y nuevo extractivismo bajo los gobiernos progresistas de América del Sur. **Territorios**, v. 5, p. 37-54, 2010.

\_\_\_\_\_. Estado compensador y nuevos extractivismos. Las ambivalencias del progresismo latinoamericano. **Revista Nueva Sociedad**, n. 237, p. 128-146 2012.

GUEREÑA, Arantxa; VILLAGRA, Luis Rojas. **Yvy Jára** – los dueños de la tierra en Paraguay. Asunción: OXFAM, 2016.

GUIDA, Larissa Chiulli. Apropriação, concentração e vendas de terras agrícolas em países da América do Sul: reflexões a partir do grupo Adecoagro. **Memorias de la I Conferencia Internacional “Tierras y Territorios en las Américas: Acaparamientos, Resistencias y Alternativas”**, Universidad Externado de Colombia, Bogotá, 2016.



GVCES. Paraguai - Construção de porto pode afetar a saúde de 1,1 milhões de pessoas. **Centro de Estudos em Sustentabilidade** (Escola de Administração de Empresas da Fundação Getúlio Vargas), publicado em 31out. 2007. Disponível em: <<http://gvces.com.br/paraguai-construcao-de-porto-pode-afetar-a-saude-de-1-1-milhoes-de-pessoas?locale=pt-br>>. Acesso em: 15 out. 2016.

## H

---

HAESBAERT, Rogério. Concepções de território para entender a desterritorialização. SANTOS, Milton; BECKER, Bertha (Org.). **Território, territórios**. Ensaios sobre o ordenamento territorial. Niterói: DP&A Editora, p. 43-70, 2002.

\_\_\_\_\_. **O mito da desterritorialização**. Do ‘fim dos territórios’ à multiterritorialidade. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2010.

HAGE, Fábio Augusto Santana; PEIXOTO, Marcus; VIEIRA FILHO, José Eustáquio. Aquisição de terras por estrangeiros no Brasil: mais oportunidades do que riscos. **Revista de Política Agrícola**, ano XXI, n. 3, p. 107-127, 2012.

HALL, Derek. Land grabs, land control, and Southeast Asian crop booms. **The Journal of Peasant Studies**, v. 38, n. 4, p. 837-857, 2011.

\_\_\_\_\_. Primitive accumulation, accumulation by dispossession and the global land grab. **Third World Quarterly**, v. 39, n. 9, p. 1582-1604, 2013.

HALL, Derek; HIRSCH, Philip; LI, Tania Murray. **Powers of exclusion: land dilemmas in Southeast Asia**. Singapore: NUS Press, 2011.

HALL, Ruth. Land grabbing in Southern Africa: the many faces of the investor rush. **Review of African Political Economy**, v. 38, n. 128, p. 193-214, 2011.

\_\_\_\_\_. The next great trek? South African Commercial farmers move north. **The Journal of Peasant Studies**, v. 39, n. 3-4, p. 823-843, 2012.

HALL, Ruth; EDELMAN, Marc; BORRAS JR., Saturnino; SCOONES, Ian; WHITE, Ben; WOLFORD, Wend. Resistance, acquiescence or incorporation? Na introduction to land grabbing and political reactions ‘from below’. **The Journal of Peasant Studies**, v. 42, n. 3-4, p.467-488, 2015.

HARVEY, David. **The New Imperialism**. Oxford: Oxford University Press, 2003.

\_\_\_\_\_. O ‘novo’ imperialismo: acumulação por espoliação. **Socialist Register**, p. 95-125, 2004.

\_\_\_\_\_. **O enigma do capital e as crises do capitalismo**. São Paulo: Boitempo, 2011.

\_\_\_\_\_. **Condição pós-moderna: uma pesquisa sobre as origens da mudança cultural**. São Paulo: Loyola, 25 ed., 2014.

\_\_\_\_\_. **Seventeen Contradictions and the end of Capitalism**. Oxford: Oxford University Press, 2014.

\_\_\_\_\_. **A loucura da razão econômica – Marx e o capital no século XXI**. São Paulo: Boitempo, 2018.

HERKEN, Juan Carlos. Desarrollo capitalista, expansión brasilera y condiciones del proceso político. **Nueva Sociedad – Democracia y política en América Latina**, n. 17, p. 01-12, 1975.

HETHERINGTON, Kregg. Tierra malhabida y el engaño de la institucionalidad. **Revista de Estudios Políticos Contemporáneos (NOVAPOLIS)**, n. 5, p. 31-54, 2012.

\_\_\_\_\_. Regular soybeans: translation and framing in the ontological politics of a cup. **Indiana Journal of Global Legal Studies**, v. 21, n. 1, p. 55-78, 2014.

HIGH LEVEL PANEL OF EXPERTS ON FOOD SECURITY AND NUTRITION. **Land tenure and international investments in agriculture**. HLPE: Rome, 2011.

HILL, A. **El milagro brasileiro del Paraguay**: evolución y perspectiva. Asunción: CDE, 1993.

HOBSBAWN, Eric. **A Era do Capital (1848-1875)**. São Paulo: Paz&Terra, 1977.

\_\_\_\_\_. **A Era dos Impérios (1875-1914)**. São Paulo: Paz&Terra, 1988.

HODGSON, Stephen; CULLINAN, Cormac; CAMPBELL, Karen. “**Land Ownership and Foreigners**: a comparative analysis of regulatory approaches to the acquisitions and use of land by foreigners”. FAO Legals Papers: Roma, 1999.

HOFMAN, Irna; HO, Peter. China’s ‘developmental Outsourcing’: a critical examination of Chinese global ‘land grabs’ discourse. **The Journal of Peasant Studies**, v. 39, n. 1, p. 1-48, 2012.

HOLMES, George. What is land grabbing? Exploring green grabs, conservation and private protected areas in Southern Chile. **The Journal of Peasant Studies**, v. 41, n. 4, p. 547-567, 2014.

HOLT-GIMÉNEZ, Eric. Land grabs versus land sovereignty. **Food First Backgrounder**, n. 18, v. 4, p. 01-03, 2012.

HOY. Sin temor al EPP: construirán empresa agroindustrial em el Norte. **Hoy**, Caderno Nacionales, publicado em 12 fe. 2015. Disponível em: <<https://www.hoy.com.py/nacionales/sin-temor-al-epp-inauguraran-empresa-agroindustrial-en-el-norte>>. Acesso em: 07 out. 2018.

HOY. Becas, viviendas, ganadería, etc.: Cartes agradece aportes de China. **Hoy**, Caderno Nacionales, publicado em 13 jul. 2017. Disponível em: <<http://www.hoy.com.py/nacionales/becas-viviendas-ganaderia-etc.-cartes-agradece-aportes-de-china-taiwan>>. Acesso em: 21 fev. 2018.

HOY. Ante invasión de 'sintierras', Yguazú se atrinchera y se declara en alerta. **Hoy**, caderno Nacionales, publicado em 23 jul. 2018. Disponível em: <http://www.hoy.com.py/nacionales/ante-invasion-de-sintierras-yguazu-se-atrinchera-y-se-declara-en-alerta>. Acesso em: 31 jul. 2018.

## I

---

INCE, Onur Ulas. Primitive accumulation, new enclosures, and global land grabs: a theoretical intervention. **Rural Sociology**, v. 79, n. 1, p. 104-131, 2013.

INFO CAMPO. El grupo El Tejar comenzó a preparar el terreno para lanzar una oferta pública de acciones en EE.UU. **Info Campo**, Caderno General, publicado em 11 mar. 2010. Disponível em: <<http://infocampo.com.ar/nota/campo/20621/el-grupo-el-tejar-comenzo-a-preparar-el-terreno-para-lanzar-una-oferta-publica-de-acciones-en-ee-uu>>. Acesso em: 15 out. 2016.

INFO NEGOCIOS. Agrícola Colonial se transforma en Colonial Agro. **Portal Info Negocios**, caderno Publicidad, publicado em 16 mai. 2017. Disponível em:

<<http://infonegocios.com.py/infopublicidad/agricola-colonial-se-transforma-en-colonial-agro>>. Acesso em: 21 jun. 2019.

INICIATIVA AMOTOCODIE. **Los Ayoreo aislados en el norte del Chaco Paraguayo** – informe 2014-2015. Asunción: Iniciativa Amotocodie, 2015.

INSTITUTO AGROECOLÓGICO LATINOAMERICANO. **Educación para la transformación social**: MCNOC. Asunción: IALA GUARANÍ, 2017.

INSTITUTO RURAL DE DESARROLLO RURAL Y DE LA TIERRA (INDERT). **Comunicado a la opinión pública**: el Indert y el caso Ñacunday. Asunción: INDERT, 2011.

IRALA, Abel Enrique; CARDOZO, Hugo Javier Pereira. Violencia armada y avance de la soja en el norte del Paraguay. **Revista Conflicto Social**, v. 9, n. 15, p. 180-208, 2016.

IRRAZÁBAL, Roberto. La Itaipú uso la ley para expulsar a indígenas pero no a ganaderos de unas 50 mil hectáreas. **CONNECTAS – Plataforma Periodística para las Américas**, Asunción, 2019.

ISAAA. **International Service for the Acquisition of Agri-biotech Applications**. Disponível em: <<http://www.isaaa.org>>. Acesso em: 21 jun. 2019.

ISAKSON, S. Ryan. Food and finance: the financial transformation of agro-food supply chains. **The Journal of Peasant Studies**, v. 41, n. 5, p. 749-775, 2014.

## J

---

JAPIASSÚ, Hilton; MARCONDES, Danilo. **Dicionário Básico de Filosofia**. Rio de Janeiro: Zahar, 2001.

JORNAL EXTRA. Soja do Paraguai flui para China independente de política. **Jornal Extra**, caderno Economia, publicado em 20 abr. 2018. Disponível em: <https://extra.globo.com/noticias/economia/soja-do-paraguai-flui-para-china-independentemente-de-politica-22612888.html>. Acesso em: 20 jun. 2018.

JUCIO ÉTICO Y POPULAR A LAS TRANSNACIONALES EN PATAGONIA-ARGENTINA. **Sentencia**: Jucio ético y popular a las transnacionales en Patagonia-Argentina – 16 y 17 de setiembre de 2011.

JULIA; WHITE, Ben. Gendered experiences of dispossession: oil palm expansion in Payak Hubun community in west Kalimantan. **The Journal of Peasant Studies**, v. 39, n. 3-4, p. 995-1016, 2012.

## K

---

KAUTSKY, Karl. **A Questão Agrária**. São Paulo: Nova Cultural, (1899), 1986.

KAY, Cristóbal. Why East Asia overtook Latin America: agrarian reform, industrialisation and development. **Third World Quarterly**, v. 23, n. 6, p. 1.073-1.102, 2002.

\_\_\_\_\_. Visión de la concentración de tierras en América Latina. In: seminario la concentración de la tierra: un problema prioritario en el Ecuador contemporáneo. Quito. **Anais...** Quito: FLACSO, 2012.

KAY, Sylvia. **Land grabbing and land concentration in Europe** – a research brief. Amsterdam: Transnational Institute, 2016.

KELLY, Alice B. Conservation practice as primitive accumulation. **The Journal of Peasant Studies**, v. 38, n. 4, p. 683-701, 2011.

KENNEY-LAZAR, Miles. Plantation rubber, land grabbing and social-property transformation in Laos. **The Journal of Peasant Studies**, v. 39, n. 3-4, p. 1017-1037, 2012.

KINUTHIA, Wanyee. **‘Accumulation by dispossession’ by the global extractivism industry: the case of Canada**. Dissertação (master degree in Globalization and International Development), School of International Development and Global Studies, Faculty of Social Science, University of Ottawa, 2013.

KLEINPENNING, Jan. **The Integration and Colonisation of the Paraguay Chaco**. Nijmegen: Geografisch en Planologisch Institute, 1984a.

\_\_\_\_\_. Rural development policy in Paraguay since 1960. **Tijdschrift voor Econ. en Soc. Geografie**, v. 75, n. 3, p. 164-176, 1984b.

\_\_\_\_\_. **Man and land in Paraguay**. Dordrecht: Foris Publications, 1987.

KLEINPENNING, Jan; ZOOMERS, E. B. Internal colonization as a policy instrument for changing a country’s rural system: the example of Paraguay. **Tijdschrift voor Econ. en Soc. Geografie**, v. 79, n. 4, p. 257-265, 1988.

KLEINPENNING, Jan. **Paraguay Rural (1870-1963): una Geografía del progreso, el pillaje y la pobreza**. Asunción: Editorial Tiempo de Historia, 2014.

KLIPPHAN, Andrés; ENZ, Daniel. **Tierras S.A.: crónicas de un país rematado**. Buenos Aires: Aguilar, 2006.

KNUTH, Sarah Elisabeth. Global finance and the land grab: mapping twenty-first century strategies. **Canadian Journal of Development Studies**, v. 36, n. 2, p. 163-178, 2015.

KON, Anita. **Economia industrial**. São Paulo: Editora Nobel, 1994.

KRETSCHMER, Regina. Conflictos territoriales en las regiones de frontera en Paraguay Oriental. **Geografia em Questão**, v. 4, n. 2, p. 41-55, 2011.

\_\_\_\_\_. Conflictos agrarios y luchas campesinas en el Paraguay. FERNANDES, Bernardo Mançano; RINCÓN, Luis Felipe; KRETSCHMER, Regina (Org.). **La actualidad de la reforma agraria en América Latina y el Caribe**. Buenos Aires: CLACSO, 2018.

KUHN, Thomas Samuel. **A estrutura das revoluções científicas**. São Paulo: Perspectiva, 1994.

KUNNEMANN, Rolf; SUÁREZ, Sofia. International Human Rights and Governing Land Grabbing: a View From Global Civil Society. **Globalizations**, v. 10, n. 01, p. 123-139, 2013.

## **L**

LACOSTE, Yves. Pesquisa e Trabalho de Campo: um problema político para os pesquisadores, estudantes e cidadãos. **Boletim Paulista de Geografia**, n. 84, p. 77-92, 2006.

LA DIARIA. La Guerra del Chaco. **La Diaria**, caderno Nacional, publicado em 12 jun. 2012. Disponível em: <<https://ladiaria.com.uy/articulo/2012/6/la-guerra-del-chaco/>>. Acesso em: 27 jan. 2017.

LAINO, Domingo. **Paraguai**. Fronteiras e penetração brasileira. São Paulo: Global Editora, 1979.

\_\_\_\_\_. **Paraguay:** de la independencia a la dependencia. Historia del saqueo inglés en el Paraguay de la postguerra. Asunción: Intercontinental, 1989.

LA NACIÓN. La secta Moon compró un Pueblo en Paraguay. **Diario La Nación** (Argentina), caderno Mundo, publicado em 13 out. 2000. Disponível em: <<http://www.lanacion.com.ar/36851-la-secta-moon-compro-un-pueblo-en-paraguay>>. Acesso em: 16 out. 2016.

LA NACIÓN. José Serra contra Horacio Cartes. **Diario La Nación**, publicado em 15 mai. 2015. Disponível em: <http://www.lanacion.com.py/2016/05/15/joseserra-contra-horacio-cartes/>. Acesso em: 15 mai. 2016.

LA NACIÓN. Empresarios de Uruguay buscan nuevas alianzas. **Diario La Nación**, publicado em 12 dez. 2016. Disponível em: <<https://www.lanacion.com.py/2016/12/12/empresarios-uruguay-buscan-nuevas-alianzas/>>. Acesso em: 25 jun. 2019.

LA NACIÓN. Bosque Atlántico perdió 90% de cobertura por deforestación. **Diario La Nación**, caderno País, publicado em 25 dez. 2016. Disponível em: <https://www.lanacion.com.py/2016/12/25/bosque-atlantico-perdio-90-cobertura-deforestacion/>. Acesso em: 03 ago. 2018.

LA NACIÓN. Aceptan el veto del Ejecutivo a la expropiación de Guahory. **Diario La Nación**, caderno Política, publicado em 21 set. 2017. Disponível em: <[https://www.lanacion.com.py/politica\\_edicion\\_impresa/2017/09/21/aceptan-el-veto-del-ejecutivo-a-la-expropiacion-de-guahory/](https://www.lanacion.com.py/politica_edicion_impresa/2017/09/21/aceptan-el-veto-del-ejecutivo-a-la-expropiacion-de-guahory/)>. Acesso em: 03 jul. 2019.

LA NACIÓN. Denuncian desvíos de ríos y uso de agrotóxicos en Villa Oliva. **Diario La Nación**, publicado em 26 set. 2017. Disponível em: <<http://www.lanacion.com.py/pais/2017/09/26/denuncian-desvios-de-rios-y-uso-de-agrotoxicos-en-villa-oliva/>>. Acesso em: 27 set. 2017.

LA NACIÓN. Costa Rica demuestra interés de cooperación mutua con Paraguay. **Diario La Nación**, caderno Negocios, publicado em 17 nov. 2017. Disponível em: <<http://www.lanacion.com.py/negocios/2017/11/17/costa-rica-demuestra-interes-de-cooperacion-mutua-con-paraguay/>>. Acesso em: 21 fev. 2018.

LA NACIÓN. Principales exportadores movieron US\$ 346 millones. **Diario La Nación**, caderno Negocios, publicado em 13 jun. 2018. Disponível em: <[https://www.lanacion.com.py/negocios\\_edicion\\_impresa/2018/06/13/principales-exportadores-movieron-us-346-millones/](https://www.lanacion.com.py/negocios_edicion_impresa/2018/06/13/principales-exportadores-movieron-us-346-millones/)>. Acesso em: 25 jun. 2018.

LA NACIÓN. Campesinos denuncian nuevo intento de desalojo en Guahory. **Diario La Nación**, caderno Nacionales, publicado em 13 jul. 2018. Disponível em: <https://www.lanacion.com.py/pais/2018/07/13/campesinos-denuncian-nuevo-intento-de-desalojo-en-guahory/>. Acesso em: 30 jul. 2018.

LAMARCHE, Hugues. **L'Agriculture Familiale:** comparaison internationale - une réalité polymorphe. L'Harmattan: Paris, 1992.

\_\_\_\_\_. **L'Agricultue Familiale:** dumythe à laréalité. L'Harmattan: Paris, 1993.

LAND ACTION. Denunciation of Peasant rights violations in Paraguay. **Land Action**, Human Rights Monitor, publicado em 27 nov. 2007. Disponível em: <<http://landaction.org/spip.php?article235>>. Acesso em: 03 out. 2018.

LANDMATRIX. **Online Public Database on Land Deals.** Disponível em: <http://www.landmatrix.org/en/>. Acesso em: 06 fev. 2018.

LANDÍVAR, Natalia; LLAMBÍ, Luis. Tierras, territorios y procesos territoriales: Planteamientos teóricos y análisis de los procesos de acaparamiento de tierras y territorios en Ecuador con posterioridad al 2008. **Campo-Território**, Ed. Especial Land Grabbing, Grilagem e Estrangeirização de terras, n. 23, v. 11, p. 76-115, 2016.

LA PRENSA. Inversores uruguayos compran tierras en suelo paraguayo. **La Prensa**, publicado em 16 jan. 2013. Disponível em: <<http://laprensa.com.uy/index.php/rurales/36774-inversores-uruguayos-compran-tierras-en-suelo-paraguayo>>. Acesso em: 26 jan. 2017.

LAVERS, Tom. 'Land grab' as development strategy? The political economy of agricultural investment in Ethiopia. **The Journal of Peasant Studies**, v. 39, n. 1, p. 795-822, 2012a.

\_\_\_\_\_. Patterns of agrarian transformation in Ethiopia: State-mediated commercialisation and the 'land grab'. **The Journal of Peasant Studies**, v. 39, n. 3-4, p. 105-132, 2012b.

LDC. **Louis Dreyfus Company Paraguay**. Disponível em: <<http://www ldc.com/py/es/nosotros/louis-dreyfus-company-en-paraguay/>>. Acesso: 13 out. 2018.

LEACH, Melissa. Green grabbing: the social costs of putting a price on nature. **Agrarian & Environmental Justice**, Transnational Institute, 2012.

LEGUIZAMÓN, Amalia. Disappearing nature? Agribusiness biotechnology and distance in Argentine soybean production. **The Journal of Peasant Studies**, v. 43, n. 2, p. 313-330, 2016.

LÊNIN, Vladimir. **O desenvolvimento do Capitalismo na Rússia**. São Paulo: Nova Cultural (1899), 1985.

LEVIEN, Michael. The land question: Special Economic Zones and the political economy of dispossession in India. **The Journal of Peasant Studies**, v. 39, n. 3-4, p. 933-969, 2012.

\_\_\_\_\_. **Regimes of dispossession: Special Economic Zones and the Political Economy of Land in India**. Thesis (PhD in Sociology) University of California at Berkeley, 204 f, 2013.

\_\_\_\_\_. Da acumulação primitiva aos regimes de desapropriação. **Sociologia & Antropologia**, v. 4, n. 1, p. 21-53, 2014.

\_\_\_\_\_. Gender and land dispossession: a comparative analysis. **The Journal of Peasant Studies**, v. 44, n. 6, p. 1.111-1.134, 2017.

LEWIS, Paul. Paraguay from the War of the Triple Alliance to the Chaco War 1870-1932. Bethell, Leslie (Org.). **The Cambridge History of Latin America**. Cambridge: Cambridge University Press, 1986, p. 475-496.

LI, Tania Murray. Centering labor in the land grab debate. **The Journal of Peasant Studies**, v. 38, n. 02, 281-298, 2011.

\_\_\_\_\_. What is land? Assembling a resource for global investment. **Transactions**, v. 39, p. 589-602, 2014.

LIAO, Chuan; JUNG, Suhun; BROWN, Daniel G.; AGRAWAL, Arum. Insufficient research on land grabbing. **Science**, Letters, publicado em 07. Jul. 2016.

LIEBIG'S EXTRACT OF MEAT COMPANY LIMITED. **Liebig's en el Paraguay**. Zeballos-Cue: Liebig's, 1965.

LIMA, Thiago; LEITE, Alexandre César Cunha. Estrangeirização de terras: um questionamento à cooperação na ordem econômica internacional contemporânea? **Revista Moções**, n. 9, v. 5, p; 121-151, 2016.

LIMA, Thiago; OLIVEIRA, Erbenia Lourenço de. Corrida global por terras: os Estados Unidos como alvo? **Revista Tempo do Mundo**, v. 4, n. 2, p. 27-47, 2018.

LOBOS, Damian Andres. Los territorios de la desposesión: los enclaves y la logística como territorialización del modelo extractivo sudamericano. **Revista NERA**, ano 16, n. 22, p. 43-54, 2013.

LOVERA, Miguel; KANG, Jieun; CRUZ, Luis María de la; ALARCÓN, Miguel Ángel. Acaparamiento y exclusión en territorio ayoreo: derechos de los pueblos indígenas en aislamiento voluntario, COORDINADORA DE DERECHOS HUMANOS DEL PARAGUAY (Org.). **Derechos Humanos Paraguay 2017**. Asunción: CODEHUPY, p.75-90, 2017.

LUCE, Mathias Seibel. **O subimperialismo brasileiro revisitado: a política de integração regional do governo Lula (2003-2007)**. Porto Alegre, 2007. 136 f. Dissertação (Mestrado em Relações Internacionais) – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre (RS), 2007.

LUKES, Steven. **Power: a radical view**. New York: Palgrave Macmillan, 2005.

## **M**

---

MACKEY, Lee. Legitimizing foreignizations in Bolivia: Brazilian agriculture and the relations of conflict and consent in Santa Cruz, Bolivia. **International Conference on Global Land Grabbing**, University of Sussex, 06-08 april, 2011, p. 1-27, 2011.

MAG. **Censo Agropecuario Nacional 1981**. Asunción: Ministerio de Agricultura y Ganadería, 1981.

MAG. **Censo Agropecuario Nacional 1991**. Asunción: Ministerio de Agricultura y Ganadería, 1991.

MAG. **Censo Agropecuario Nacional 2008 – Volumen I** Asunción: Ministerio de Agricultura y Ganadería, 2009a.

MAG. **Censo Agropecuario Nacional 2008 – Volumen II** Asunción: Ministerio de Agricultura y Ganadería, 2009b.

MAG. **Censo Agropecuario Nacional 2008 – Volumen III** Asunción: Ministerio de Agricultura y Ganadería, 2009c.

MAG. **Censo Agropecuario Nacional 2008 – Volumen IV** Asunción: Ministerio de Agricultura y Ganadería, 2009d.

MAG. **Censo Agropecuario Nacional 2008 – Volumen V** Asunción: Ministerio de Agricultura y Ganadería, 2009e.

MAG. **Censo Agropecuario Nacional 2008 – Volumen VI** Asunción: Ministerio de Agricultura y Ganadería, 2009f.

MAG. **Síntesis estadísticas** – producción agropecuaria año agrícola 2006/2007. Asunción: Ministerio de Agricultura y Ganadería, 2007.

MAG. **Síntesis estadísticas** – producción agropecuaria año agrícola 2017/2018. Asunción: Ministerio de Agricultura y Ganadería, 2018.

MAGDOFF, Fred. Twenty-First Century Land Grabs: accumulation by agricultural dispossession. **Monthly Review**, p. 01-13, 2013.

MAMONOVA, Natalia. Resistance or adaptation? Ukrainian peasants' responses to large-scale land acquisitions. **The Journal of Peasant Studies**, v.42, n. 3-4, p. 607-634, 2015.

MANN, Stefan; BONANOMI, Elisabeth B. Grabbing or investment? On judging large-scale land acquisitions. **Agricultural Human Values**, n. 34, p. 41-51, 2017.

MARGULIS, Matias; MCKEON, Nora; BORRAS JR., Saturnino. Land Grabbing and global governance: critical perspectives. **Globalizations**, v. 10, n. 1, p. 01-23, 2013.

MARX, Karl. **O Capital: crítica da economia política – livro I**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1970.

\_\_\_\_\_. **O Capital: crítica da economia política – livro III: o processo global da produção capitalista**. São Paulo: Boitempo, 2017.

MARINI, Ruy Mauro. La acumulación capitalista mundial y el subimperialismo. **Políticos**, México, D.F., n. 12, abr-jun, 1977.

MASSAY, Godfrey Eliseus. Energy and food demands, drivers of land grab: a case of Rufiji River Basin in Tanzania. **Estudos Internacionais**, v. 5, n. 2, p. 121-131, 2017.

McKAY, Ben; SAUER, Sérgio; RICHARDSON, Ben; HERRE, Roman. **The Politics of sugarcane flexing in Brazil and beyond**. Amsterdam: Transnational Institute, 2014

McKAY, Ben. BRICS and MICs in Bolivia's 'value' - chain agriculture. **III BRICS Initiative for Critical Agrarian Studies (BICAS)**, Chiang Mai (Tailândia), p. 01-18, 2015.

McKAY, Ben; COLQUE, Gonzalo. Bolivia's soy complex: the development of 'productive exclusion'. **The Journal of Peasant Studies**, v. 43, n. 2, p. 583-610, 2016.

McKAY, Ben; HALL, Ruth; LIU, Juan. The rise of BRICS: implications for global agrarian transformation. **Third World Quarterly**, v. 10, n. 5, p. 581-591, 2016.

McKAY, Ben; ALONSO-FRADEJAS, Alberto; BRENT, Zoe; SAUER, Sérgio; XU, Yunan. China and Latin America: towards a new consensus of resource control? **Third World Quarterly**, v. 11, n. 1, p. 01-20, 2017.

McKAY, Ben. Agrarian Extractivism in Bolivia. **World Development**, v. 97, p. 199-211, 2017a.

\_\_\_\_\_. Control grabbing and value-chain agriculture: BRICS, MICS and Bolivia's soy complex. **Globalizations**, v.14, n. 5, p. 01-18, 2017b.

\_\_\_\_\_. **The politics of control: new dynamics of agrarian change in Bolivia's soy complex**, 2017, 290 f. Thesis (PhD in Agrarian Studies) - International Institute of Social Studies, Erasmus University Rotterdam, The Hague, 2017c.

\_\_\_\_\_. Democratizing land control: towards rights, reform and post-conflict in Colombia. **Canadian Journal of Development Studies**, v. 38, n. 1, p. 01-19, 2017d.

\_\_\_\_\_. **Extractivismo agrario: dinámicas de poder, acumulación y exclusión en Bolivia**. La Paz: Fundación Tierra, 2018.

McKEON, Nora. “One does not sell the land upon which the people walk”: land grabbing, transnational rural social movements and global governance. **Globalizations**, v. 10, n. 1, p. 105-122, 2013.

McMICHAEL, Philip. A food regime analysis of the 'world food crisis'. **Agriculture and Human Values**, n. 26, p. 281-295, 2009.



\_\_\_\_\_. The land grab and corporate food regime restructuring. **The Journal of Peasant Studies**, v. 39, n. 3-4, p. 681-701, 2012.

\_\_\_\_\_. Land Grabbing as security mercantilism in international relations. **Globalizations**, v. 10, n. 1, p. 47-64, 2013.

\_\_\_\_\_. Rethinking land grab ontology. **Rural Sociology**, v. 79, n. 1, p. 34-55, 2014.

\_\_\_\_\_. **Regimes alimentares e questões agrárias**. São Paulo: Editora UNESP, 2016.

MEHTA, Lyla; HUFF, Amber; ALLOUCHE, Jeremy. The new politics and geographies of scarcity. **Geoforum**, p. 01-10, 2018.

MELAZZO, Everaldo Santos; CASTRO, Cloves Alexandre. A escala Geográfica: noção, conceito ou teoria? **Terra Livre**, v. 2, n. 29, p. 133-142, 2007.

MELIÁ, Bartolomeu; SOSA, Zulma. Pueblos indígenas en el Paraguay. **Población y Desarrollo**, ano 8, n. 12, p. 09-15, 1997.

MENEZES, Alfredo da Mota. **A herança de Stroessner**. Brasil - Paraguai (1955-1980). Campinas: Papirus, 1987.

MERCADO, Carmen Alice Concepción Cohene. **Reforma agraria e Yvy Marane'ý: resistencia campesina en la lucha**. Curitiba, 2018, 433 f. Tese (Doutorado em Geografia). Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2018.

MEYER, Àlex. **Latifundio, agronegocio y luchas campesinas en el Paraguay**. Portal da América Latina y Caribe, publicado em 19 abr. 2016. Disponível em: <<http://www.rebellion.org/noticia.php?id=211143>>. Acesso em: 01 ago. 2016.

MILGROOM, Jessica. Policy processes of a land grab: at the interface of politics ‘in the air’ and politics ‘on the ground’ in Massingir, Mozambique. **The Journal of Peasant Studies**, v. 42, n. 3-4, p. 585-606, 2015.

MINERVA FOODS. **Minerva Foods**. Disponível em: <<https://portal.minervafoods.com/>>. Acesso em: 12 out. 2018.

MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES. **Discursos selecionados do presidente Artur Bernardes**. Joinville: Clube dos autores, 2016.

MINISTERIO DE HACIENDA. **Listado de los 500 mayores aportantes a la set – año 2014**. Asunción: Ministerio de Hacienda, 2015.

MINISTERIO DE GANADERÍA, AGRICULTURA Y PESCA. **El precio de la tierra en el Uruguay**. Venta de tierras para uso agropecuario – enero de 2000 a junio de 2006. Montevideo: MGAP, 2006.

\_\_\_\_\_. **Serie precio de la tierra – 1er. Semestre 2008**. . Montevideo: MGAP, 2008.

\_\_\_\_\_. **Tierras de uso agropecuario – ventas y arrendamientos – año 2009**. Montevideo: MGAP, 2010.

\_\_\_\_\_. **Tierras de uso agropecuario – compraventas año 2010/2012**. Montevideo: MGAP, 2013.

\_\_\_\_\_. **Serie precio de la tierra – compraventas año 2013**. Montevideo: MGAP, 2014.

\_\_\_\_\_. **Serie precio de la tierra – compraventas año 2014**. Montevideo: MGAP, 2015.

\_\_\_\_\_. **Serie precio de la tierra** – compraventas año 2015. Montevideo: MGAP, 2016.

\_\_\_\_\_. **Anuario Estadístico Agropecuario 2016**. Montevideo: MGAP, 2016.

\_\_\_\_\_. **Resultados del monitoreo de producción de soja – 2017**. Montevideo: MGAP, 2017.

\_\_\_\_\_. **Serie precio de la tierra** – compraventas año 2018. Montevideo: MGAP, 2019.

MIRANDA, Aníbal. **Los dueños de grandes fortunas**. Asunción: AR Impresiones, 2000.

MIRANDA, Maximiliano Mendieta. **Defensoras y Defensores de Derechos Humanos en el Chaco Paraguayo**. Relatos de lucha por la tierra. Asunción: Terra Viva, 2015.

MONTEFRIO, Marvin Joseph F. Land Control dynamics and social-ecological transformations in upland Philippines. **The Journal of Peasant Studies**, v.44, n. 4, p. 796-816, 2017.

MONDRAGÓN, Hectór. **La estrategia del imperio**. Todo para el capital transnacional. Bogotá: Ántropos, 2007.

MORA, Carlos. Participación y organizaciones campesinas en Paraguay. GRAMMONT, Hubert C. (Org.). **Construcción de la democracia en el campo latinoamericano**. Buenos Aires: CLACSO, p. 343-365, 2006.

MORAES, Antonio Carlos Robert de. **Geografia: Pequena história crítica**. São Paulo: Hucitec, 1994.

MORAES, Isaias Albertin de; MATTOS, Beatriz Rodrigues Bessa. Brasiguaios e carperos: direitos e controvérsias na busca pela posse da terra no Paraguai. **Revista de Geopolítica**, v. 4, n. 1, p. 36-51, 2013.

MORAES, Isaias Albertin de; VIEIRA, Fernando Antonio da Costa. Capitalismo agrário e movimentos campesinos no Paraguai. **Revista Estudos Históricos**, v. 28, n. 56, p. 363-384, jul./dez. 2015.

MORALES, Selene. La ‘sojización’ y la tierra en disputa: desarrollo del capitalismo agrário en Uruguay. **Revista NERA**, ano 16, n. 23, p. 109-130, 2013.

MOREDA, Tsegaye. Listening to their silence? The political reaction of affected communities to large-scale land acquisitions: insights from Ethiopia. **The Journal of Peasant Studies**, v.42, n. 3-4, p. 517-539, 2015.

\_\_\_\_\_. **The political economy of the land-livelihoods nexus in an era of ecological change and the global and rush: access to land, land conflict and large-scale land acquisitions in Ethiopia**, 2016, 339 f. Tese (PhD in Agrarian Studies) - International Institute of Social Studies, Erasmus University Rotterdam, The Hague, 2016.

MONDARDO, Marcos Leandro. Identidades na Fronteira (Trans)Territorial entre Brasil e Paraguai: Olhares das Relações de Contato e Contraste. **Revista Tempos Históricos**, v. 12, p. 93-116, 2008.

MOREIRA, Luiz Felipe; QUINTEROS, Marcela; SILVA, André Reis. **Relações internacionais da América Latina**. Petrópolis: Editora Vozes, 2010.

MOREIRA, Ruy. **A Geografia do espaço-mundo**. Conflitos e superações no espaço do capital. São Paulo: Consequência, 2016.

MORENO, Fulgencio R. **Estudios sobre la independencia del Paraguay**. Asunción: Intercontinental Editora, 2011.

MORÍNGO, José Nicolás. De la protesta social al movimiento campesino. **Revista de Estudios Políticos Contemporáneos (NOVAPOLIS)**, n. 2, p. 24-31, 2003.

\_\_\_\_\_. La matriz histórica del problema de la tierra en la sociedad paraguaya. **Revista de Estudios Políticos Contemporáneos (NOVAPOLIS)**, n. 10, p. 04-12, 2005.

MOTA, Carlos Guilherme. História de um silêncio: a guerra contra o Paraguai (1864-1870) 130 anos depois. **Estudos Avançados**, v. 9, n. 24, 1995.

MOVIMIENTO REGIONAL POR LA TIERRA Y TERRITORIO. **Asociación campesina San Isidro del Jejuí**: el retorno a las tierras y la conquista de la titulación asociativa. La Paz: Movimiento Regional Por la Tierra y Territorio, 2012. Disponível em: <http://www.porlatierra.org/>. Acesso em: 21 set. 2016.

\_\_\_\_\_. **Informe 2015** – Acceso a la tierra y territorio en Sudamérica. La Paz: Movimiento Regional Por la Tierra y Territorio, 2016.

\_\_\_\_\_. **Informe 2016** – Acceso a la tierra y territorio en Sudamérica. La Paz: Movimiento Regional Por la Tierra y Territorio, 2017.

\_\_\_\_\_. **Informe 2017** – Acceso a la tierra y territorio en Sudamérica. La Paz: Movimiento Regional Por la Tierra y Territorio, 2018.

MOYO, Sam; YEROS, Paris; JHA, Praveen, Imperialism and primitive accumulation: notes on the new scramble for Africa. **Agrarian South: Journal of Political Economy**, v. 1, n. 2, p. 181-203, 2012.

MURMIS, Miguel; MURMIS, María Rosa. Land concentration and foreign land ownership in Argentina in the context of global land grabbing. **Canadian Journal of Development Studies**, v. 33, n. 4, p. 490-508, 2012.

## N

---

ÑADUNTÍ. La Comisión Interamericana interviene en el caso Guahory. **Ñaduntí**, caderno Política, publicado em 30 jan. 2017. Disponível em: <<http://nanduti.com.py/2017/01/30/la-comision-interamericana-interviene-en-el-caso-guahory1/>>. Acesso e: 31 jan. 2017.

NALEPA, Rachel. A question of scale: the construction of marginal lands and the limitation of global land classifications. **International Conference on Global Land Grabbing**, University of Sussex, Brighton, 2011.

NEWHOUSE, Leónie S. Assembling land control after displacement: some reflections from rural Southern Sudan. **The Journal of Peasant Studies**, v. 44, n. 5, p. 1000-1021, 2017.

NEWMAN, Susan. Financialization and changes in the social relations along commodity chains: the case of coffee. **Review of Radical Political Economics**, v. 41, n. 04, p. 539-559, 2009.

NICKSON, Robert Andrew. Brazilian colonization of the Eastern Border Region of Paraguay. **Journal of Latin America Studies**, v. 13, n. 1, p. 111-131, 1981.

\_\_\_\_\_. Colonización en la Región Oriental del Paraguay. FOGEL, Ramón; RIQUELME, Marcial (Org.). **Enclave Sojero**. Merma de Soberanía y Pobreza. Asunción: CERI, p. 219-260, 2005.

\_\_\_\_\_. El régimen de Stroessner (1954-1989). TALESCA, Ignacio (Org.). **Historia del Paraguay**. Asunción: Tarus, p. 340-270, 2010.

NUÑEZ, Cyntia Itatí. Movimientos Sociales y poder político en Paraguay. **Revista Electrónica de Estudios Latinoamericanos**, v. 11, n. 44, p. 01-18, 2013.

## O

---

OBENG-ODOOM, Franklin. The grab of the world's land and water resource. **Brazilian Journal of Political Economy**, v. 33, n. 3, p. 527-537, 2013.

O ESTADO DE S. PAULO. Paraguai atrai colonos brasileiros. **Jornal O Estado de S. Paulo**, Caderno Geral, página 22, 17 fev. 1974.

O ESTADO DE S. PAULO. Diminui a migração de brasileiros no Paraguai. **Jornal O Estado de S. Paulo**, Caderno Geral, página 09, 02 jul. 1982.

O ESTADO DE S. PAULO. ADM inaugura fábrica de fertilizantes no Paraguai. **Jornal O Estado de S. Paulo**, Agência Estadão, publicado em 02 dez. 2010. Disponível em: <<http://economia.estadao.com.br/noticias/negocios,adm-inaugura-fabrica-de-fertilizantes-no-paraguai,45974e>>. Acesso em: 15 out. 2016.

O ESTADO DE S. PAULO. Fernando Lugo acalma ‘brasiguaios’ revoltados com terras invadidas. **Jornal O Estado de S. Paulo**, caderno Internacional, publicado em 13 jun. 2011. Disponível em: <<http://internacional.estadao.com.br/noticias/america-latina,fernando-lugo-acalma-brasiguaios-revoltados-com-terras-invadidas,744281>>. Acesso em: 15 out. 2016.

O ESTADO DE S. PAULO. Receita aponta fraude em fusão entre JBS e Bertin e cobra R\$ 3 bilhões. **Jornal O Estado de S. Paulo**, caderno Negócios, publicado em 27 fev. 2016. Disponível em: <http://economia.estadao.com.br/noticias/negocios,receita-aponta-fraude-em-fusao-entre-jbs-e-bertin-e-cobra-r-3-bilhoes,10000018600>. Acesso em: 15 out. 2016.

O ESTADO DE S. PAULO. The Economist: Um país que resiste à pressão da China para isolar Taiwan. **Jornal O Estado de S. Paulo**, caderno Internacional, publicado em 16 ago. 2018. Disponível: <<https://internacional.estadao.com.br/noticias/geral,the-economist-um-pais-que-resiste-a-pressao-da-china-para-isolar-taiwan,70002454219>>. Acesso em: 25 jun. 2019.

O GLOBO. Chinesa Cofco paga US\$ 1,5 bi por fatia na unidade agrícola da Noble. **Jornal O Globo**, caderno Economia, publicado em 02 abr. 2015. Disponível em: <<https://oglobo.globo.com/economia/chinesa-cofco-paga-us15-bi-por-fatia-na-unidade-agricola-da-noble-7733375>>. Acesso em: 26 jun. 2019.

O GLOBO. Governo propõe liberar compra de terras por estrangeiros que queriam investir no setor elétrico. **Jornal O Globo**, caderno Economia, publicado em 09 fev. 2018. Disponível em: <<https://oglobo.globo.com/economia/governo-propoe-liberar-compra-de-terras-por-estrangeiros-que-queriam-investir-no-setor-eletrico-22386222>>. Acesso em: 21 fev. 2018.

OJEDA, Diana. Green pretexts Ecotourism neoliberal conservation and land grabbing in Tayrona National Natural Park Colombia. **The Journal of Peasant Studies**, v. 39, n. 52, p. 357-375, 2012.

OLIVEIRA, Ariovaldo Umbelino de. **Integrar para não entregar**: Políticas Públicas e Amazônia. Campinas: Papirus, 1988.

\_\_\_\_\_. **Modo capitalista de produção, agricultura e reforma agrária**. São Paulo: LABUR, 2007.

\_\_\_\_\_. A questão da aquisição de terras por estrangeiros no Brasil - um retorno aos dossiês. **Revista Agrária**, n.12, p. 03-113, 2010.

\_\_\_\_\_. Tragédia e farsa, a compra de terras por estrangeiros. **Jornal Le Monde Diplomatique Brasil**, 02 set. 2011.

\_\_\_\_\_. **A mundialização da agricultura brasileira**. São Paulo: Iânde Editorial, 2012.

\_\_\_\_\_. A mundialização da agricultura brasileira. OLIVEIRA, Ariovaldo Umbelino de; LIRA, Elizeu Ribeiro; CABRAL, José Pedro Cabrera; SANTOS, Roberto de Souza (Org.). **Território em Conflito, Terra e Poder**. Goiânia: Kelps, p. 17-103, 2014.

OLIVEIRA, Gustavo de Lima Torres. The geopolitics of Brazilian soybeans. **The Journal of Peasant Studies**, v. 43, n. 1, p. 348-372, 2016a.

\_\_\_\_\_. Regularização fundiária e a 'corrida mundial por terras' no Brasil. **Revista Campo-Território**, Ed. Especial Land Grabbing, Grilagem e Estrangeirização de terras, n. 23, v. 11, p. 43-75, 2016b.

OLIVEIRA, Gustavo de Lima Torres; HECHT, Susanna. Sacred groves, sacrifice zone and soy production: globalizations, intensification and neo-nature in South America. **The Journal of Peasant Studies**, v. 43, n. 1, p. 251-285, 2016.

OLIVEIRA, Gustavo de Lima Torres; SCHNEIDER, Mindi. The politics of flexing soybeans: China, Brazil and agroindustrial restructuring. **The Journal of Peasant Studies**, v. 43, n. 1, p. 167-194, 2016.

ONG RESUMEN LATINO AMERICANO. Paraguay. Violento desalojo de pobladores de produjo en Puerto Guaraní. **ONG Resumen Latino Americano**, publicado em 03 mar. 2015. Disponível em: <http://www.resumenlatinoamericano.org/2015/03/04/paraguay-violento-desalojo-de-pobladores-se-produjo-en-puerto-guarani/>. Acesso em: 18 out. 2016.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS PARA A ALIMENTAÇÃO E AGRICULTURA. **Global agriculture towards 2050**. Roma: FAO, 2009.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS PARA AGRICULTURA E ALIMENTAÇÃO. **Agricultural Investment Funds for Developing Countries**. Roma: FAO, 2010.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS PARA A ALIMENTAÇÃO E AGRICULTURA. **Dinámicas del mercado de la tierra en América Latina y el Caribe: concentración y extranjerización**. Santiago: FAO, 2012a.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS PARA A ALIMENTAÇÃO E AGRICULTURA. **Voluntary guidelines on the responsible governance of tenure of land, fisheries and forests in the context of national food security**. Roma: FAO, 2012b.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS PARA AGRICULTURA E ALIMENTAÇÃO. **The State of Food Insecurity in the World**. Roma: FAO, 2015.

ORIGUÉLA, Camila Ferracini. **Território e territorialidades em disputa: subordinação, autonomia e emancipação do campesinato em assentamentos rurais no Rio Grande do Sul**. Presidente Prudente, 2019, 293 f. Tese (Doutorado em Geografia). Faculdade de Ciências e Tecnologia, Universidade Estadual Paulista, Presidente Prudente, 2019.

ORTEGA, Guillermo. **Empresas transnacionales y violación de los derechos humanos**. El caso de tres comunidades. Asunción: BASE Investigaciones Sociales, 2012.

\_\_\_\_\_. **Extractivismo en el Chaco paraguayo: un estudio exploratorio**. Asunción: BASE Investigaciones Sociales, 2013.

\_\_\_\_\_. **Mapeamiento del extractivismo**. Asunción: BASE Investigaciones Sociales, 2016.

ORTIZ, José C. **Aportes para una historia del campesino paraguayo**. Asunción: Talleres Gráficos de la Escuela Técnica Salesiana, 1968.

OUMA, Stefan. Situating global Finance in the land rush debate - A critical review. **Geoforum**, n. 57, p. 01-14, 2014.

\_\_\_\_\_. From financialization to operations of capital: historicizing and disentangling the finance-farmland-nexus. **Geoforum**, v. 72, p. 82-93, 2016.

OYA, Carlos. Methodological reflections on “land grab” databases and the “land grab” literature “rush”. **The Journal of Peasant Studies**, v. 40, n. 3, p. 503-520, 2013a.

\_\_\_\_\_. The land rush and classic agrarian questions of capital and labor: a systematic scoping review of the socioeconomic impact of land grabs in Africa. **Third World Quarterly**, v. 34, n. 9, p. 1532-1557, 2013b.

OYHANTÇABAL, Gabriel; NARBONDO, Ignacio. **Radiografía del agronegocio sojero**. Descripción de los principales actores y los impactos socio-económicos en Uruguay. Montevideo: REDES, 2008.

## P

---

PALAU, Marielle. Luchas sociales obligan a retroceder al gobierno y detienen proceso de privatizaciones. **Observatorio Social de América Latina**, año 3, n. 08, p. 20-25, 2002.

PALAU, Marielle; KRETSCHMER, Regina. La ‘guerra de soja’ y el avance del neoliberalismo en el campo. **Observatorio Social de América Latina (OSAL)**, año 5, n. 13, p. 105-115, 2004.

PALAU, Marielle; ORTEGA, Guillermo. Paraguay: el nuevo escenario de disputa de los intereses populares. **Observatorio Social de América Latina (OSAL)**, año 9, n. 24, p. 103-112, 2008.

PALAU, Marielle. El contexto de las políticas de criminalización. PALAU, Marielle (Org.). **Criminalización a la lucha campesina**. Asunción: BASE Investigaciones Sociales, 2009.

\_\_\_\_\_. **Movimiento Popular y Democracia**. Asunción: BASE Investigaciones Sociales, 2014.

PALAU, Marielle; IRALA, Abel; CORONEL, Cristina. **Organizaciones paraguayas con demandas al Estado (2013-2017)**. Asunción: BASE Investigaciones Sociales, 2017.

PALAU, Tomás; HEIKEL, María Victoria. **Los campesinos, el Estado y las empresas en la frontera agrícola**. Asunción: BASE Investigaciones Sociales, 1987.

PALAU, Tomás. ‘Políticas’ agrarias en el Paraguay. Instrumentos de discriminación. **Revista de Estudios Políticos Contemporáneos (NOVAPOLIS)**, n. 2, p. 05-23, 2003.

\_\_\_\_\_. Pérdida de soberanía y transferencia de activos nacionales. La funcionalidad de la administración de Duarte Frutos para los intereses neoliberales. **Revista Acción (CEPAG)**, n. 246, p. 10-24, 2004a.

\_\_\_\_\_. Violencia y tierra: el poder despótico de la propiedad. **Revista Acción (CEPAG)**, n. 247, p. 65-72, 2004b.

\_\_\_\_\_. La tierra, de bien natural a objeto de acumulación. **Revista Acción (CEPAG)**, n. 248, p. 45-53, 2004c.

\_\_\_\_\_. El movimiento campesino en el Paraguay: conflictos, planteamientos y desafíos. **Observatorio Social de América Latina (OSAL)**, ano 6, n. 16, p. 35-46, jun. 2005a.

\_\_\_\_\_. Soja transgénica, Monsanto y derechos humanos en el Paraguay. **Observatorio de los agronegocios por una agricultura humana**, ano 1, n. 1, p. 39-46, 2005b.

PALAU, Tomás; CABRELLO, Daniel. MAEYENS, An; RULLI, Javiera; SEGOVIA, Diego. **Los refugiados del modelo agroexportador**. Impactos del monocultivo de soja en las comunidades campesinas paraguayas. Asunción: BASE Investigaciones Sociales, 2007.

PALAU, Tomás. El Agronegocio de la soja en Paraguay - Antecedentes e impactos sociales y económicos. FERNANDES, Bernardo Mançano (Org.). **Campesinato e agronegócio na América Latina: a questão agrária atual**. São Paulo: Expressão Popular, p. 17-44, 2008.

PALAU, Tomás. Introducción. PALAU, Marielle (Org.). **Criminalización a la lucha campesina**. Asunción: BASE Investigaciones Sociales, 2009.

PARAGUAY. **Censo Agropecuario 1956**. Asunción: Sección Economía Agrícola del Servicio Técnico Interamericano de Cooperación, 1961.

PARAGUAY. Ley n. 352, de 21 junio de 1994. Dispõe sobre a criação de áreas silvestres protegidas. **Presidencia de la República del Paraguay**, Asunción, 21 junio de 1994.

PARAGUAY. Ley n. 1.863, de 30 de enero de 2002. Instituí o Estatuto Agrario. **Gobierno del Paraguay**, Asunción, 30 de enero de 2002.

PARAGUAY. Ley n. 2.002, de 04 de noviembre de 2002. Modifica os artigos 1, 2, 5, 10, 16, 56, 57 e 74 do Estatuto Agrario, estabelecido pela Ley n. 1.863/02. **Presidencia de la República del Paraguay**, Ministerio de Defensa Nacional. Asunción, 04 de noviembre de 2002.

PARAGUAY. Ley n. 2.352, de 14 de febrero de 2005. Establece una zona de seguridad fronteriza de la franja de 50 kilómetros adyacentes a las líneas de frontera terrestre y fluvial dentro del territorio nacional. **Presidencia de la República del Paraguay**, Ministerio de Defensa Nacional. Asunción, 14 de febrero de 2005.

PARAGUAY. Decreto n. 103, de 24 de agosto de 2013. Por el cual se dispone el empleo de elementos de combate de las fuerzas armadas de la nación en operaciones de defensa interna, en los departamentos de Concepción, San Pedro y Amambay. **Presidencia de la República del Paraguay**, Ministerio de Defensa Nacional, Asunción, 24 de agosto de 2013.

PARAGUAY. Decreto n. 1.029, de 27 de diciembre de 2013. Por el cual se reglamentan aspectos relativos a la devolución de impuestos y repetición de pago indebido o en exceso, establecidos en la ley n. 125 del 9 de enero de 1992 y sus modificaciones. **Presidencia de la República del Paraguay**, Ministerio de Hacienda, Asunción, 27 de diciembre de 2013.

PARAGUAY.COM. Cartes ratifica que vetaré el impuesto a la soja. **Paraguay.com**, Caderno Nacionales, publicado em 23 jun. 2017. Disponível em: <<http://www.paraguay.com/nacionales/cartes-ratifica-que-vetara-el-impuesto-a-la-soja-164439>>. Acesso em: 24 set. 2016.

PARAGUAY AGRICULTURAL CORPORATION – PAYCO. **Paraguay Agricultural Corporation**. Disponível em: <<http://www.payco.com.py/#/es/>>. Acesso em: 24 jun. 2019.

PASTORE, Carlos. **La lucha por la tierra en Paraguay**. Asunción: Intercontinental Editora, 2015 [1972].

\_\_\_\_\_. **El Gran Chaco en la formación territorial del Paraguay**. Etapas de su incorporación. Asunción: Criterio Ediciones, 1989.

PATNAIK, Prabhat. The economics of the new phase of imperialism. **MacroScan**, 2005.

PAYCO. **Paraguay Agricultural Corporation**. Disponível em: <<http://www.payco.com.py/en/>>. Acesso em: 15 out. 2016.

PEDLOWSKI, Marcos A. When the state becomes the land grabber: evidence and dispossession in the name of 'development' in Brazil. **Journal of Latin American Geography**, v. 12, n. 3, p. 91-111, 2013.

PELUSO, Nancy Lee; LUND, Christian. New frontiers of land control: introduction. **The Journal of Peasant Studies**, v. 38, n. 4, p. 667-681, 2011.

PEREIRA, Danilo Valentin. **Estudo sobre os tipos de manifestações no campo paulista no período 2000-2011**. 2012, 87 f. Monografia (Bacharelado em Geografia) - Faculdade de Ciências e Tecnologia, Universidade Estadual Paulista, Presidente Prudente, 2012.

FELICIANO, Carlos Alberto; PEREIRA, Danilo Valentin. Pelas ruas, campos, cidades e avenidas: ações e manifestações dos movimentos socioterritoriais do campo no Brasil (2000-2011). VINHA, Janaina Francisca de Souza Campos; COCA, Estevan Leopoldo de Freitas; FERNANDES, Bernardo Mançano (Org.). **DATALUTA: questão agrária e coletivo de pensamento**. São Paulo: Outras Expressões, 2014, p. 117-144.

PEREIRA, Felipe Berenschot. **Globalização da agricultura e o mercado financeiro: El Tejar e suas diferentes formas de uso do território**. 2015, 53 f. Monografia (Bacharelado em Geografia) – Instituto de Geociências e Ciências Exatas, Universidade Estadual Paulista, Rio Claro, 2015.

PEREIRA, Lorena Izá. **O processo de estrangeirização da terra no Brasil: estudo de caso da empresa Umoe Bioenergy no município de Sandovalina-SP**, 2015, 174 f. Monografia (Bacharelado em Geografia) - Faculdade de Ciências e Tecnologia, Universidade Estadual Paulista, Presidente Prudente, 2015.

PEREIRA, Lorena Izá; PAULI, Lucas. O processo de estrangeirização da terra e expansão do agronegócio na região do MATOPIBA. **Campo Território**, edição especial, v. 11, n. 23, p. 196-224, 2016.

PEREIRA, Lorena Izá. Controle de terras no Paraguai: um estudo através da apropriação do território por empresas argentinas, brasileiras e uruguaias. XII Encontro Nacional da ANPEGE “Geografia, Ciência e Política: do pensamento à ação, da ação ao pensamento”. **Anais...**: Porto Alegre, p. 13.705-13.716, 2017a.

\_\_\_\_\_. *Land grabbing, land rush*, controle e estrangeirização da terra: uma análise dos temas e tendências da produção acadêmica entre 2009 e 2017. **Estudos Internacionais**, v. 5, n. 2, p. 34-56, 2017b.

\_\_\_\_\_. Liberação na aquisição de imóveis rurais por estrangeiros no Brasil e o controle de terras. **Boletim DATALUTA**, n. 112, p. 01-19, 2017c.

\_\_\_\_\_. O jeitinho estrangeiro: as estratégias do capital internacional para o controle do território no Brasil. **Revista Pegada**, v. 19, n. 1, p. 162-181, 2018a.

\_\_\_\_\_. Ciclos de extranjerización y concentración de la tierra en Paraguay. **Revista NERA**, v. 21, n. 44, p. 64-89, 2018b.

\_\_\_\_\_. Estrangeirização da terra no Brasil: notas teóricas e metodológicas. **Revista da Associação dos Geógrafos Brasileiros Seção Local Três Lagoas**, ano 15, n. 29, p. 70-91, 2019.

PEREIRA, Milene Brandão. **“Mais do que terra, queremos soberania”**: Liga Nacional dos Carperos e as soberanias no assentamento Santa Lucía no Paraguai. Toledo, 2016, 185 f.



Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais), Universidade Estadual do Oeste do Paraná (UNIOESTE), Toledo, 2016.

PÉREZ, Digno Efigenio Brítez. La ley, su aplicación y la realidad del proceso de acceso a la tierra. **Revista de Estudios Políticos Contemporáneos (NOVAPOLIS)**, n. 10, p. 13-19, 2005.

PERRONE, Nicolás Marcelo. Restrictions to foreign acquisitions of agricultural land in Argentina and Brazil. **Globalizations**, v. 10, n. 1, p. 205-209, 2013.

PETRESCU-MAG, Ruxandra; PETRESCU, Dacina C.; RETI, Kinga-Olga. My land is my food: exploring social function of land deals using food security-land deals relation in five Eastern European countries. **Land Use Policy**, v. 82, p. 729-741, 2019.

PIAUÍ. Piauí recebe novos investimentos em energias renováveis. **Governo do Estado do Piauí**, publicado em 01 fev. 2018. Disponível em: <<http://www.pi.gov.br/materia/energias-renovaveis/piaui-recebe-novos-investimentos-em-energia-renovaveis-4613.html>>. Acesso em: 21 fev. 2018.

PIERRI, José; WESZ JR, Valdemar João. La sojización en argentina y Brasil (1980/2014): influencia de las políticas públicas, de las empresas transnacionales y de la estructura económica dependiente. **Extensão Rural (DEAER)**, v. 24, n. 1, p. 20-41, 2017.

PIÑERO, Diego E. Land grabbing: concentration and "foreignisation" of land in Uruguay. **Canadian Journal of Development Studies**, v. 33, n. 4, p. 471-489, 2012.

PINHEIRO-MACHADO, Rosana. Uma ou duas Chinas? A ‘questão de Taiwan’ sob o ponto de vista de uma comunidade chinesa ultramar (Ciudad del Este. Paraguai). **Revista Civitas**, v. 10, n. 3, p. 468-489, 2010.

PISSÓN, Horacio Martín Melo. **Evolución de la silvicultura transnacional en Uruguay: las políticas de Estado para el desarrollo de la industria celulósica y sus impactos territoriales**. Foz do Iguaçu, 2015, 94 f. Monografia (Bacharelado em Geografia) – Instituto Latino-americano de Tecnologias, Infraestrutura e Território, Universidade Federal da Integração Latino-americana, Foz do Iguaçu, 2015.

PITTA, Fábio Teixeira; MENDONÇA, Maria Luisa Rocha Ferreira de. O capital financeiro e a especulação com terras no Brasil. **Mural Internacional**, v. 5, n. 1, p. 46-55, 2014.

PITTA, Fábio Teixeira; BOECHAT, Cássio Arruda; MENDONÇA, Maria Luisa Rocha Ferreira de. A produção do espaço na região do MATOPIBA: violência, transnacionais imobiliárias agrícolas e capital fictício. **Estudos Internacionais**, v. 5, n. 2, p. 155-179, 2017.

PITTA, Fábio Teixeira; CERDAS, Gerardo; MENDONÇA, Maria Luisa Rocha Ferreira de. **Imobiliárias agrícolas transnacionais e a especulação com terra na região do MATOPIBA**. São Paulo: Outras Expressões, 2018.

PLIZ, Dania; RIQUELME, Quintín; VILLALBA, Verónica. Los movimientos sociales en el contexto actual del Paraguay. . **Observatorio Social de América Latina (OSAL)**, ano 3, n. 8, p. 26-33, 2002.

PLOEG, Jan Bouwer van der; BORRAS JR., Saturnino; FRANCO, Jennifer. Land concentration and land grabbing in Europe: a preliminary analysis. **Canadian Journal of Development Studies**, v. 36, n. 02, p. 147-162, 2015.

POLANYI, Karl. **A grande transformação: as origens de nossa época**. Rio de Janeiro: Campus, 2000.

PONTES, Maria Lúcia de. Sujeitos coletivos de direitos. CALDART, Roseli Salete; PEREIRA, Isabel Brasil; ALENTEJANO, Paulo Roberto; FRIGOTTO, Gaudêncio (Org.). **Dicionário da Educação do Campo**. São Paulo: Expressão Popular, 2012, p. 726-730.

PORTILLO, Ana. **Agronegocios y la Facultad de Ciencias Agraria de la UNA**. Asunción: BASE Investigaciones Sociales/Fundación Rosa Luxemburgo, 2018.

PRETTO, José Miguel. **Imóveis rurais sob propriedade de estrangeiros no Brasil**. Brasília: NEAD, 2009.

PROFIT, Alena. A imigração paraguaia contemporânea: elementos para a sua compreensão. **Revista Interdisciplinar de Mobilidade Humana**, ano 22, n. 43, p. 281-284, 2014.

## R

---

RACINE, Jean-Bernard; RAFFESTIN, Claude; RUFY, V. Escala e ação: Contribuição para a interpretação do mecanismo de escala na prática da Geografia. **Revista Brasileira de Geografia**, ano 45, n. 1, p. 133-145, jan/mar. 1983.

RAFFESTIN, Claude. **Por uma Geografia do Poder**. São Paulo: Editora Ática, 1993.

RASMUSSEN, Mattias Borg; LUND, Christian. Reconfiguring Frontier Spaces: The territorialization of resource control. **World Development**, p. 388-399, 2018.

RATZEL, Friedrich. Geografia do homem (Antropogeografia). MOARES, Antonio Carlos Robert de (Org.). **Ratzel**. São Paulo: Ática.32-107, 1990.

RECLUS, Élisée. **Paraguay**. Asunción: Librería y Casa Editora de A. de Uribe y Cía, 1896.

RED RURAL. Indert se comprometió a pagar U\$S24 millones a Tierra de Negocios S.A. **Red Rural**, Asunción, publicado em 26 fev. 2015. Disponível em: <<http://redrural.org.py/indert-se-comprometio-a-pagar-us-24-millones-a-tierra-de-negocios-sa>>. Acesso em: 17 out. 2016.

REDES. **Acaparamiento de tierras en el Cono Sur**: una guía informativa. Montevideo: REDES amigos de la tierra Uruguay, 2011.

REUTERS. Exportaciones de soja de Paraguay superarán por primera vez a las de Argentina. **Reuters**, publicado em 04 jun. 2018. Disponível em: <<https://lta.reuters.com/articulo/topNews/idLTAKCN1J01Q3-OUSLT>>. Acesso em: 07 jul. 2019.

REVISTA VEJA. Os brasileiros no Paraguai. **Revista Veja**, Caderno Especial, p. 46 a 54, 24 set. 1975.

REVISTA VEJA. Governo Dilma ignora perseguição a brasileiros no Paraguai. **Revista Veja**, caderno Política, publicado em 12 fev. 2012, Disponível em: <http://veja.abril.com.br/politica/governo-dilma-ignora-perseguiacao-a-brasileiros-no-paraguai/>. Acesso em: 14 out. 2016.

REVISTA VEJA. Tranquilo Favero: “Quero terminar meus dias no Paraguai”. **Revista Veja**, Caderno Notícias, p. 30, 13 fev. 2012.

REVISTA VEJA. Em fevereiro, VEJA denunciou a escandalosa omissão do Planalto a brasileiros no Paraguai. **Revista Veja**, caderno Política, publicado em 24 jun. 2012. Disponível em: <<http://veja.abril.com.br/blog/reinaldo/geral/em-fevereiro-veja-denunciou-a-escandalosa-omissao-do-planalto-diante-da-perseguiacao-a-brasileiros-no-paraguai/>>. Acesso em: 13 out. 2016.

REYDON, Bastiaan; FERNANDES, Vitor B. Land grab or land acquisitions: lessons from Latin America and Brazil. KUGELMAN, Michael; LEVENSTEIN, Susan L. (Org.). **The**

**global farms race:** land grabs, agricultural investment and the scramble for food security. Washington DC: Island Press, 2012.

RIBEIRO, Darcy. **A América Latina existe?** Brasília: Editora UnB, 2010.

\_\_\_\_\_. **América Latina:** a pátria grande. São Paulo: Global Editora, 2017.

RIBOT, Jesse; PELUSO, Nancy Lee. A Theory of Access. **Rural Sociology**, v. 68, n. 2; p. 153-181, 2003.

RIQUELME, Marcial. Notas para el estudio de las causas y efectos de las migraciones brasileñas en el Paraguay. FOGEL, Ramón; RIQUELME, Marcial (Org.). **Enclave sojero**, merma de la soberanía y pobreza. Asunción: CERI, p. 113-147, 2005.

RIQUELME, Quintín. **Los sin tierra en Paraguay.** Conflictos agrarios y movimiento campesino. Buenos Aires: CLACSO, 2003.

RIQUELME, Quintín; KRETSCHMER, Regina. **Concentración de tierras y producción en Paraguay.** Análisis comparativo de los censos agropecuarios de 1991-2008. Asunción: CDE, 2016.

ROOS, Djoni. **Contradições na construção dos territórios camponeses no centro-sul paranaense:** territorialidades do agronegócio, subordinação e resistências. Presidente Prudente, 2015, 392 f. Tese (Doutorado em Geografia). Faculdade de Ciências e Tecnologia, Universidade Estadual Paulista, Presidente Prudente, 2015.

\_\_\_\_\_. A reprodução do campesinato frente a territorialidade do agronegócio: subordinações e resistências em assentamentos rurais no Centro-Sul do Paraná. **Revista NERA**, ano 19, n. 30, p. 169-187, 2016.

ROCHELEAU, Dianne E. Networked, rooted and territorial: green grabbing and resistance in Chiapas. **The Journal of Peasant Studies**, v. 42, n. 3-4, p. 695-723, 2015.

ROJAS VIÑALES, Ana Teresa. Las políticas sociales en Paraguay. El camino recorrido entre 1990-2014. **Cuadernos CLACSO-CONACYT**, n. 15, p.05-17, 2017.

ROLON, José Aparecido. **Paraguai:** transição democrática e política externa. São Paulo: Editora Annablume, 2011.

ROLON, Raimundo. **Algunos aspectos del Brasil con relación al Paraguay.** Asunción: Imprenta Militar, 1940.

ROMERO, Luis Alberto. El ciclo del tanino en Argentina. **Revista Paraguaya de Sociología**, año 14, n. 38, jan-abr, p. 157-179, 1977.

ROMERO, Fernando Gabriel. La lucha del campesinado paraguayo frente a la concentración y extranjerización de la tierra. VILLAGRA, Luis Rojas (Org.). **Neoliberalismo en América Latina:** crisis, tendencias y alternativas. Buenos Aires: CLACSO, 2015, p. 125-145.

\_\_\_\_\_. **El imperialismo y el agro argentino.** Historia reciente del capital extranjero en el complejo agroindustrial pampeano. Buenos Aires: CICCUS, 2016.

RUBIO, Blanca. **Explotados y excluidos.** Los campesinos latinoamericanos en la fase agroexportadora neoliberal. San Rafael: Plaza y Valdés S.A., 2001.

RUILLI, Javiera. A expansão da soja no Paraguai. ANDRIOLI, Antônio Inácio; FUCHS, Richard (Org.). **Transgênicos:** as sementes do mal, a silenciosa contaminação dos solos e dos alimentos. São Paulo: Expressão Popular, 2008.

## S

---

SACK, Robert. **Human territoriality: its theory and History**. Cambridge: Cambridge University Press, 1986.

SADER, Emir. **A nova toupeira: os caminhos da esquerda latino-americana**. São Paulo: Boitempo, 2009.

SAFRANSKY, Sara; WOLFORD, Wendy. Contemporary land grabs and their alternatives in the Americas. **International Conference on Global Land Grabbing**, University of Sussex, Brighton, 2011.

SANTOS, Milton. O retorno do território. SANTOS, Milton; SOUZA, Maria Adélia de; SILVEIRA, Maria Laura (Org.). **Território**. Globalização e Fragmentação. São Paulo: Hucitec, 1996.

\_\_\_\_\_. **Por uma outra Globalização: do pensamento único a consciência universal**. Editora Record: São Paulo, 2001.

\_\_\_\_\_. **Da totalidade ao lugar**. São Paulo: EDUSP, 2012.

\_\_\_\_\_. **Técnica, Espaço, Tempo: globalização e meio técnico-científico-informacional**. São Paulo: EDUSP, 2013.

\_\_\_\_\_. **A natureza do espaço: técnica e tempo, razão e emoção**. São Paulo: EDUSP, 2017.

SAQUET, Marcos Aurélio. **Abordagens e concepções de território**. São Paulo: Expressão Popular, 2007.

SAQUET, Marcos Aurélio; SOUZA, Edson Belo Clemente de (Org.). **Leituras do conceito de território e de processos espaciais**. São Paulo: Expressão Popular, 2009.

SASSEN, Saskia. **Territory, Authority, Rights: From Medieval to Global Assemblages**. Princeton University Press, 2008.

\_\_\_\_\_. A savage sorting of winners and losers: contemporary versions of primitive accumulation. **Globalizations**, v. 7, n. 1, p. 23-50, 2010.

\_\_\_\_\_. Lands grabs today: feeding the disassembling of national territory. **Globalizations**, v. 10, n. 1, p. 25-46, 2013.

\_\_\_\_\_. **Expulsões - Brutalidade e complexidade na economia global**. Rio de Janeiro/São Paulo: Paz & Terra, 2016.

SAUER, Sérgio. Corrida mundial por terras e direitos territoriais no Brasil. **Revista Agriculturas**, v. 8, n. 4, 2011.

SAUER, Sérgio; LEITE, Sérgio Pereira. Expansão agrícola, preços e apropriação de terra por estrangeiros no Brasil. **Revista de Economia e Sociologia Rural da ESALQ**, v. 50, n. 3, 2012a.

SAUER, Sérgio; LEITE, Sergio Pereira. Agrarian structure foreign investment in land and land prices in Brazil. **The Journal of Peasant Studies**, v. 39, n. 3-4, p. 873-898, 2012b.

SAUER, Sérgio; BORRAS JR, Saturnino. ‘Land Grabbing’ e ‘Green Grabbing’: uma leitura da ‘corrida na produção acadêmica’ sobre a apropriação global de terras. **Revista Campo-Território**, Ed. Especial Land Grabbing, Grilagem e Estrangeirização de terras, n. 23, v. 11, p. 06-42, 2016.

SAVINO, Lucas. Landscapes of contrast: the neo-extractivism state and indigenous people in 'post-neoliberal' Argentina. **The Extractive Industries and Society**, v 3, p. 404-415, 2016.

- SCHUTTER, Olivier de. How not to think of land-grabbing: three critique of large-scale investment in farmland. **The Journal of Peasant Studies**, n. 38, v. 02, p. 249-279, 2011.
- SCHVARTZMAN, Mauricio. **Contribuciones al estudio de la sociedad paraguaya**. Asunción: BASE Investigaciones Sociales, 2017 [1988].
- SCOONES, Ian; HALL, Ruth; BORRAS JR., Saturnino; WHITE, Ben; WOLFORD, Wendy. The politics of evidence: methodologies for understanding the global land rush. **The Journal of Peasant Studies**, v. 40, n. 3, p. 469-483, 2013.
- SCOONES, Ian; SMALLEY, Rebecca; HALL, Ruth; TKIKATA, Dzodzi. Narratives of scarcity: framing the global land rush. **Geoforum**, p. 01-11, 2018.
- SECRETARÍA DE AGROINDUSTRIA. **Subsecretaría de Mercados Agropecuarios**– datos de exportaciones – Argentina. Buenos Aires: Ministerio de Producción y Trabajo, 2019.
- SEGRELLES SERRANO, José Antonio. **Agricultura y territorio en el MERCOSUL**. Alicante: Universidad de Alicante, 2003.
- SERVICIO NACIONAL DE CALIDAD Y SANIDAD VEGETAL Y DE SEMILLAS. **Boletín Estadístico Mensual Noviembre de 2015**. Asunción: SENAVE. Disponível em: <<http://www.senave.gov.py/docs/boletin-estadistico/boletin-estadistico-noviembre2015.jpg>>. Acesso em: 10 dez. 2015.
- SERVICIO NACIONAL DE CALIDAD Y SANIDAD VEGETAL Y DE SEMILLAS. **Boletín Estadístico Mensual Diciembre de 2016**. Asunción: SENAVE. Disponível em: <<http://web.senave.gov.py:8081/docs/boletinestadistico/boletin2017/BOLETIN%20DICIE MBRE.pdf>>. Acesso em: 05 out. 2018.
- SERVICIO NACIONAL DE CALIDAD Y SANIDAD VEGETAL Y DE SEMILLAS. **Boletín Estadístico Mensual Agosto de 2018**. Asunción: SENAVE. Disponível em: <<http://web.senave.gov.py:8081/docs/boletin-estadistico/boletines2018/BOLETIN%20AGOSTO%202018.pdf>>. Acesso em: 05 out. 2018.
- SERVICIO NACIONAL DE CALIDAD Y SANIDAD VEGETAL Y DE SEMILLAS. **Boletín Estadístico Mensual Abril de 2019**. Asunción: SENAVE. Disponível em: <<http://web.senave.gov.py:8081/docs/boletin-estadistico/boletines2019/BOLETIN%20ABRIL%202019.pdf>>. Acesso em: 20 jun. 2019.
- SERVICIO NACIONAL DE SANIDAD Y CALIDADE AGROALIMENTARIA. **Exportación y importación – granos 2013-2018**. Buenos Aires: SENASA, 2019. Disponível em: <<http://www.senasa.gob.ar/cadena-vegetal/cereales/informacion/informes-y-estadisticas>>. Acesso em: 26 jun. 2019.
- SERPA, Ângelo. O trabalho de campo em Geografia: uma abordagem teórico-metodológica. **Boletim Paulista de Geografia**, n. 84, p. 07-24, 2006.
- SIKOR, Thomas. Tree plantations, politics of possession and the absence of land grabs in Vietnam. **The Journal of Peasant Studies**, v. 39, n. 3-4, p. 1077-1101, 2012.
- SILVA, José Graziano da. **A nova dinâmica da agricultura brasileira**. Campinas: Instituto de Economia, 1998.
- SILVA, Kamila. A participação dos brasileiros na crise política do Paraguai: análise a partir do Governo Lugo. **Revista Fronteiras**, v. 15, n. 26, p. 11-40, 2013.
- SILVEIRA, María Laura. Los territorios corporativos de la globalización. **Geograficando**, v. 3, n. 3, p. 1326, 2007.
- \_\_\_\_\_. Território usado: dinâmicas de especialização, dinâmicas de diversidade. **Ciência Geográfica**, v. 15, n. 1, p. 04-12, 2011.

SKINNER, James; COTULA, Lorenzo. **Are land deals driving ‘water grabs’?** London: IIED, 2011.

SMALLEY, Rebecca; CORBERA, Esteve. Large-scale land deals from the inside out: findings from Kenya’s Tana Delta. **The Journal of Peasant Studies**, v. 39, n. 3-4, p. 1039-1075, 2012.

SMITH, Neil. **Desenvolvimento desigual**. Natureza, capital e a produção do espaço. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1988.

SOARES, Raimundo Christian. Análise da dinâmica das grandes empresas agrícolas no Paraguai. **Revista Espacios**, v. 38, n. 58, p. 12-26, 2017.

SOSA, Horacio. **El Chaco, gran desconocido de nuestro tiempo**. Asunción: Ministerio de Educación y Cultura, 1979.

SOUCHAUD, Sylvain. Nouveaux espaces en Amérique du Sud: la frontière paraguayoi-brésiliense. **Mappemonde**, v. 61, n. 1, p. 19-23, 2001.

\_\_\_\_\_. **Pionniers brésiliens au Paraguay**. Paris: Karthala, 2002.

\_\_\_\_\_. Dinâmica de la agricultura de exportación paraguaya y el complejo de la soja: una organización del territorio al estilo brasileiro. FOGEL, Ramón; RIQUELME, Marcial (Org.). **Enclave sojero**, merma de la soberanía y pobreza. Asunción: CERI, p. 15-34, 2005.

\_\_\_\_\_. **Geografía de la migración brasileña en Paraguay**. Asunción: UNFPA/ADEPO, 2007.

SOUCHAUD, Sylvain; FUSCO, Wilson. Diagnóstico das migrações internacionais entre Brasil, Paraguai e Bolívia. CENTRO DE GESTÃO E ESTUDOS ESTRATÉGICOS (Orgs.). **População e políticas sociais no Brasil: os desafios da transição demográfica e das migrações internacionais**. Brasília: CGEE, p. 266-295, 2008.

SOUZA, José Carlos de. **O Estado e a sociedade no Paraguai durante o governo do Partido Liberal (1904-1935)**. Assis, 2006, 325f. Tese (Doutorado em História). Faculdade de Ciências e Letras, Universidade Estadual Paulista (UNESP), Assis, 2006.

SOUZA, Marcelo Lopes de. ‘Território’ da divergência (e da confusão): em torno das imprecisas fronteiras de um conceito fundamental. SAQUET, Marco Aurélio; SPOSITO, Eliseu Savério (Org.). **Territórios e territorialidades: teorias, processos e conflitos**. São Paulo: Expressão Popular, p. 57-72, 2009.

\_\_\_\_\_. **Os conceitos fundamentais da pesquisa sócio-espacial**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2013.

SOYER, Gabriel de Azevedo; BARBOSA JR, Ricardo. Estrangeirização de terras nas Relações Internacionais do Brasil. **Contextualizaciones Latino-Americanas**, ano 18, n. 1, p. 01-17, 2018.

SPOSITO, Eliseu Savério; SANTOS, Leandro Bruno. **O capitalismo industrial e as multinacionais brasileiras**. São Paulo: Outras Expressões, 2012.

SPRANDEL, Marcia Anita. **Brasiguaios: conflito e identidade em fronteiras internacionais**. Rio de Janeiro. Dissertação (Mestrado em Antropologia), PPGAS, Museu Nacional, 1992.

\_\_\_\_\_. Brasileiros na fronteira com o Paraguai. **Estudos Avançados**, v. 20, n. 57, p. 137-156, 2006.

SPADOTTO, Bruno Rezende. Land grabbing e uso do território: capital financeiro e apropriação de terras no Sul do Maranhão e Piauí (MATOPIBA). XVI Encuentro de Geógrafos de América Latina. La Paz, Bolivia. **Anais...La Paz: XVI EGAL**, 2017.

SPOSITO, Eliseu Savério. **Geografia e Filosofia**. Contribuição para o ensino do pensamento geográfico. São Paulo: Editora UNESP, 2004.

SUÁREZ, Arturo Landeros. Dinámicas e impactos de la expansión agroindustrial en la Argentina y el Paraguay contemporáneos: contrastes y similitudes entre el noroeste argentino y el oriente paraguayo. RAYA, E. Morales; CABALLERO, Gabriela Dalla-Corte; VÁZQUEZ, Fabricio; SUÁREZ, A. Landeros (Org.). **La frontera argentino-paraguaya ante el espejo**. Porosidad y paisaje del Gran chaco y del Oriente de la República del Paraguay. Barcelona: Universidad de Barcelona, p. 131-195, 2011.

SUERTEGARAY, Dirce Maria Antunes. Pesquisa de campo em Geografia. **Revista GEOgraphia**, v. 7, p. 92-99, 2002.

SURVIVAL INTERNATIONAL. Estudo revela maior taxa de desmatamento do mundo na terra de uma tribo isolada. **Portal Survival International**, 21 jan. 2014. Disponível em: <http://www.survivalinternational.org/ultimas-noticias/9916>. Acesso em: 22 set. 2016.

SÚSNIK, Branislava. **El rol de los indígenas en la formación y en la vivencia del Paraguay**. Asunción: Instituto Paraguayo de Estudios Nacionales, 1982.

SÚSNIK, Branislava; CHASE-SARDI, Miguel. **Los indios del Paraguay**. Madrid: Mapfre Tavera, 1995.

## T

---

TALESCA, Ignacio. **Ligas Agrarias Cristianas (1960-1980): Orígenes del Movimiento Campesino en Paraguay**. Asunción: CEPAG, 2004.

TEMPER, Leah. From boomerangs to minefields and catapults dynamics of trans local resistance to land grabs. **The Journal of Peasant Studies**, v. 45, n. 1, p. 1-29, 2018.

TERRA. Testigo afirma que terra de massacre de 2012 em Paraguay pertence ao Estado. **Terra**, Página Latino América, publicado em 03 fev. 2016.

TIERRAS MALHABIDAS. **Tieras Malhabidas**: las estamos pagando. Disponível em: <http://www.tierrasmalhabidas.com.py/>. Acesso em: 23 set. 2018.

TORALES, Ezequiel Barolin. El movimiento social campesino en Paraguay: reflexiones de su participación en torno de la crisis presidencial del año de 2012. **Revista Electrónica de Estudios Latinoamericanos**, v. 14, n. 57, p. 01-17, 2016.

TORRE, Gustavo Hernán. Agronegocio en Paraguay. Invención de fronteras internas. **Revista de Estudios Políticos Contemporáneos (NOVAPOLIS)**, n. 8, p. 31-46, 2015.

TORRES FIGUEREDO, Oscar Agustín. **Agricultura familiar no leste do Departamento de San Pedro, Paraguai**: origem, evolução, situação atual e perspectivas. Porto Alegre, 2008, 294 f. Tese (Doutorado em Desenvolvimento Rural). Faculdade de Ciências Econômicas, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2008.

TURRA NETO, Nécio. Pesquisa qualitativa em geografia. **Anais do XVII Encontro Nacional de Geografia**, Belo Horizonte, 2012.

TURZI, Mauricio. The soybean republic. **Yale Journal of International Affairs**, v. 6, n. 2, p. 59-68, 2011.

## U

---

ÚLTIMA HORA. Canindeyú: brasileños tienen más tierras que paraguayos. **Última Hora**, caderno Política, publicado em 30 ago. 2011. Disponível em: <<https://www.ultimahora.com/canindeyu-brasilenos-tienen-mas-tierras-que-paraguayos-n458738.html>>. Acesso em: 30 ago. 2018.

ÚLTIMA HORA. Establecer relaciones diplomáticas con China es “absolutamente imposible”. **Última Hora**, caderno Política, publicado em 11 jan. 2015. Disponível em: <<https://www.ultimahora.com/establecer-relaciones-diplomaticas-china-es-absolutamente-imposible-n863050.html>>. Acesso em: 25 jun. 2019.

ÚLTIMA HORA. Indígenas advierten disparos y caza furtiva em tierra en disputa en Paraguay. **Última Hora**, publicado em 03 set. 2015. Disponível em: <<http://www.ultimahora.com/indigenas-advierten-disparos-y-caza-furtiva-tierra-disputa-n927391.html>>. Acesso em: 11 out. 2016.

ÚLTIMA HORA. Ayoreos, preocupados por falta de información sobre las obras. **Última Hora**, caderno Interior, publicado em 24 abr. 2016. Disponível em: <<https://www.ultimahora.com/ayoreos-preocupados-falta-informacion-las-obras-n985905.html>>. Acesso em: 09 out. 2018.

ÚLTIMA HORA. Colonos habrían financiado USD 200.000 por Guahory. **Última Hora**, caderno Política, publicado em 19 set. 2016. Disponível em: <<http://www.ultimahora.com/colonos-habrian-financiado-usd-200000-guahory-n1025081.html>>. Acesso em: 20 jan. 2016.

ÚLTIMA HORA. Los colonos denuncian ataques y campesinos culpan a la corrupción. **Última Hora**, caderno Política, publicado em 11 nov. 2016. Disponível em: <<http://www.ultimahora.com/los-colonos-denuncian-ataques-y-campesinos-culpan-la-corrupcion-n1030694.html>>. Acesso em: 20 jan. 2016.

ÚLTIMA HORA. Nuevo desalojo en Guahory con campesinos demorados. **Última Hora**, caderno Política, publicado em 27 dez. 2016. Disponível em: <<http://www.ultimahora.com/nuevo-desalojo-guahory-campesinos-demorados-n1051113.html>>. Acesso em: 20 jan. 2016.

ÚLTIMA HORA. Enfrentamiento deja 20 heridos en Guahory. **Última Hora**, caderno Política, publicado em 03 jan. 2017. Disponível em: <<http://www.ultimahora.com/enfrentamiento-deja-20-heridos-guahory-n1052252.html>>. Acesso em: 20 jan. 2017.

ÚLTIMA HORA. Fiscala investiga nuevo enfrentamiento en Guahory. Indígenas denuncian atropelo de escuela. **Última Hora**, caderno Interior, publicado em 09 mai. 2017a. Disponível em: <<http://www.ultimahora.com/fiscala-investiga-nuevo-enfrentamiento-guahory-n1084441.html>>. Acesso em: 10 mai. 2017.

ÚLTIMA HORA. Nuevo enfrentamiento en la conflictiva colonia Guahory. **Última Hora**, caderno Política, publicado em 09 mai. 2017b. Disponível em: <<http://www.ultimahora.com/nuevo-enfrentamiento-la-conflictiva-colonia-guahory-n1084386.html>>. Acesso em: 10 mai. 2017.

ÚLTIMA HORA. Indígenas denuncian atropelo de escuela. **Última Hora**, caderno Interior, publicado em 09 mai. 2017. Disponível em: <<http://www.ultimahora.com/indigenas-denuncian-atropello-escuela-n1084369.html>>. Acesso em: 10 mai. 2017.

ÚLTIMA HORA. Paraguay es el sexto país con más cultivos de transgénicos. **Última Hora**, caderno Economía, publicado em 16 mai. 2017. Disponível em:



<<https://www.ultimahora.com/paraguay-es-el-sexto-pais-mas-cultivos-transgenicos-n1085712.html>>. Acesso em: 20 jun. 2019.

ÚLTIMA HORA. Denuncian a Paraguay por la violación de derechos humanos ante la CIDH. **Última Hora**, caderno Nacional, publicado em 26 mai. 2017. Disponível em: <<http://www.ultimahora.com/denuncian-paraguay-violacion-derechos-humanos-la-cidh-n1087784.html>>. Acesso em: 02 jun. 2017.

ÚLTIMA HORA. Sojeros rechazan impuesto y se sienten utilizados por políticos. **Última Hora**, caderno Nacional, publicado em 19 jun. 2017. Disponível em: <<http://www.ultimahora.com/sojeros-rechazan-impuesto-y-se-sienten-utilizados-politicos-n1091897.html>>. Acesso em: 20 set. 2017.

ÚLTIMA HORA. Contra el impuesto a la soja, políticos se unen al ‘tractorazo’. **Última Hora**, caderno Nacional, publicado em 20 jun. 2017. Disponível em: <<http://www.ultimahora.com/contra-el-impuesto-la-soja-politicos-se-unen-al-tractorazo-n1092130.html>>. Acesso em: 20 set. 2017.

ÚLTIMA HORA. Senado aprobó impuesto de la soja, pero el Poder Ejecutivo ya nuncia el veto. **Última Hora**, caderno Economía, publicado em 23 jun. 2017. Disponível em: <<http://www.ultimahora.com/senado-aprobo-impuesto-la-soja-pero-el-poder-ejecutivo-ya-anuncia-el-veto-n1092573.html>>. Acesso em: 20 set. 2017.

ÚLTIMA HORA. Pobreza en Paraguay tiene cara de niño y golpea duro a 600.000 chicos. **Última Hora**, caderno Nacional, publicado em 17 jul. 2017. Disponível em: <<http://www.ultimahora.com/pobreza-paraguay-tiene-cara-nino-y-golpea-duro-600000-chicos-n1096866.html>>. Acesso em: 20 set. 2017.

ÚLTIMA HORA. Ayoreos denuncian invasión de sus tierras. **Última Hora**, caderno Interior, publicado em 29 jul. 2017. Disponível em: <<https://www.ultimahora.com/ayoreos-denuncian-invasion-sus-tierras-n1099182.html>>. Acesso em: 09 out. 2018.

ÚLTIMA HORA. Campesinos exigen que se cumpla ley de emergencia. **Última Hora**, caderno Economía, publicado em 02 fev. 2018. Disponível em: <<http://www.ultimahora.com/campesinos-exigen-que-se-cumpla-ley-emergencia-n1131659.html>>. Acesso em: 20 abr. 2018.

ÚLTIMA HORA. Infona detectó deforestación de diez mil hectáreas de bosque en el Chaco. **Última Hora**, caderno Economía, publicado em 25 abr. 2018a. Disponível em: <<https://www.ultimahora.com/infona-detecto-deforestacion-diez-mil-hectareas-bosque-el-chaco-n1143056.html>>. Acesso em: 01 ago. 2018.

ÚLTIMA HORA. Parcelas de soja de prueba en el Chaco fueron exitosas. **Última Hora**, caderno Economía, publicado em 25 abr. 2018b. Disponível em: <<https://www.ultimahora.com/parcelas-soja-prueba-el-chaco-fueron-exitosas-n1144567.html>>. Acesso em: 01 ago. 2018.

ÚLTIMA HORA. Satélite de la Nasa muestra gran deforestación en el Chaco – Paraguay. **Última Hora**, caderno Nacionales, publicado em 08 mai. 2018. Disponível em: <<https://www.ultimahora.com/satelite-la-nasa-muestra-gran-deforestacion-el-chaco-n1146392.html>>. Acesso em: 01 ago. 2018.

ÚLTIMA HORA. Proyectan plantar en el Chaco 500.000 hectáreas de soja. **Última Hora**, caderno Economía, publicado em 12 jul. 2018. Disponível em: <<https://www.ultimahora.com/proyectan-plantar-el-chaco-500000-hectareas-soja-n1304819.html>>. Acesso em: 01 ago. 2018.

ÚLTIMA HORA. Compañía china Cofco lidera las exportaciones de soja. **Última Hora**, caderno Economía, publicado em 17 set. 2018. Disponível em:

<<https://www.ultimahora.com/compania-china-cofco-lidera-las-exportaciones-soja-n2707700.html>>. Acesso em: 18 set. 2018.

UNICOOP. **Central Nacional de Cooperativas**. Disponível em: <http://www.unicoop.com.py/pt/unicoop>. Acesso em: 26 jun. 2018.

UNIVERSITY OF MARYLAND. **Global Forest Change**. University of Maryland. Disponível em: <<https://earthenginepartners.appspot.com/science-2013-global-forest>>. Acesso em: 07 jul. 2019.

URIESTE, Miguel. Concentration and "foreignisation" of land in Bolivia. **Canadian Journal of Development Studies**, v. 33, n. 4, p. 439-457, 2012.

URUGUAY. Ley n. 19.283, de 24 de setembro de 2014, que proíbe a compra e tenência de empresas estrangeiras com participação direta ou indireta de Estado estrangeiro. **República Oriental del Uruguay**, Montevideo, 2014.

## V

---

VALDEZ, Sintya. **Resistencia campesina ante la expansión sojera**. Asunción: CERI, 2017.

VALOR ECONÔMICO. ADM inaugura fábrica de soja no Paraguai. **Jornal Valor Econômico**, caderno Agronegócios, publicado em 10 mai. 2013. Disponível em: <<http://www.valor.com.br/agro/3118888/adm-inaugura-fabrica-de-soja-no-paraguai>>. Acesso em: 15 out. 2016.

VALOR ECONÔMICO. Península Fertilizantes terá unidade no Paraguai. **Jornal Valor Econômico**, caderno Agronegócios, publicado em 04 nov. 2014.

VALOR ECONÔMICO. Minerva Foods anuncia arrendamento de frigorífico no Paraguai. **Jornal Valor Econômico**, caderno Agronegócios, publicado em 27 ago. 2015. Disponível em: <https://www.valor.com.br/agro/4199422/minerva-foods-anuncia-arrendamento-de-frigorifico-no-paraguai>. Acesso em: 15 set. 2018.

VALOR ECONÔMICO. BrasilAgro anuncia fim da sociedade com Carlos Casado S.A. no Paraguai. **Jornal Valor Econômico**, Caderno de Agronegócios, publicado em 06 out. 2016. Disponível em: <<http://www.valor.com.br/agro/4737660/brasilagro-anuncia-fim-de-sociedade-com-carlos-casado-sa-no-paraguai>>. Acesso em: 15 out. 2016.

VARROTTI, Andrea Sosa. Estratégias empresariais do agronegócio argentino no Mercosul e a financeirização do setor agrícola: o caso do Grupo Los Grobo. BERNARDES, Júlia Adão; FREDERICO, Samuel; GRAS, Carla; HERNÁNDEZ, Valeria; MALDONADO, Gabriela (Org.). **Globalização do agronegócio e land grabbing**. A atuação das megaempresas argentinas no Brasil. São Paulo: Lamparina, p. 135-158, 2017.

VÁZQUEZ, Fabricio. La mundialización y los nuevos territorios del Alto Paraguay. FOGEL, Ramón; RIQUELME, Marcial (Org.). **Enclave sojero**, merma de la soberanía y pobreza. Asunción: CERI, p. 183-217, 2005a.

\_\_\_\_\_. Las reconfiguraciones territoriales del Chaco Paraguayo: entre espacio nacional y espacio mundial. **Población y Desarrollo**, v. 16, n. 28, p. 68-82, 2005b.

VÁZQUEZ, Fabricio. Resistencia, adaptación e integración en el Chaco Boreal y Central. RAYA, Eva Morales; CABALLERO, Gabriela Dalla-Corte; VÁZQUEZ, Fabricio; SUÁREZ, Arturo Landeros (Org.). **La frontera argentino-paraguaya ante el espejo**. Porosidad y paisaje del Gran chaco y del Oriente de la República del Paraguay. Barcelona: Universidad de Barcelona, 2011, p. 99-130.

\_\_\_\_\_. **Territorio y población:** nuevas dinámicas regionales en el Paraguay. Asunción: ADEPO, 2006.

\_\_\_\_\_. **Geografía humana del Chaco Paraguayo.** Transformaciones territoriales y desarrollo regional. Asunción: ADEPO, 2013.

VÁZQUEZ, Cristian Eduardo. Organización Campesina. La Unión de Ligas Agrarias Campesinas Formoseñas y la migración paraguaya (1960-1970). **Revista de Estudios Políticos Contemporáneos (NOVAPOLIS)**, n. 8, p. 13-30, 2015.

VELTMEYER, Henry; PETRAS, James. Camponês numa era de globalização neoliberal: América Latina em movimento. PAULINO, Eliane Tomiasi; FABRINI, João Edmilson (Org.). **Campesinato e territórios em disputa.** São Paulo: Expressão Popular, 2008, p. 79-117.

VELTMEYER, Henry. The political economy of natural resource extraction: a new model or extractive imperialism? **Canadian Journal of Development Studies**, v. 34, n. 1, p. 79-95, 2013.

VENENCIA, Cristian; AGUERO, José Luiz; BARBOSA, Ariela G. J. Salas; SEGHEZZO, Lucas. Land Matrix y las grandes transacciones de tierras en América Latina y Caribe. COSTANTINO, Agostina (Org.). **Fiebre por la tierra – Debates sobre el land grabbing en Argentina y América Latina** Buenos Aires: Editorial El Colectivo, 2019, p. 79-98.

VERA, Elsy; RIQUELME, Quintín. **A otra cara de la soja.** El impacto del agronegocio en la agricultura familiar y la producción de alimentos. Asunción: Jakaru Porã Haguã, 2013.

VERGARA-CAMUS, Leandro; KAY, Cristóbal. La economía política agraria de los gobiernos de izquierda en América Latina. El Agronegocio, el campesinado y los límites del neodesarrollismo. VERGARA-CAMUS, Leandro; KAY, Cristóbal (Org.). **La cuestión agraria y los gobiernos de izquierda en América Latina.** Buenos Aires: CLACSO, 2018a, p. 349-395.

VERGARA-CAMUS, Leandro; KAY, Cristóbal. Agronegocio, campesinos, Estado y gobiernos de izquierda en América Latina. Introducción y reflexiones teóricas. VERGARA-CAMUS, Leandro; KAY, Cristóbal (Org.). **La cuestión agraria y los gobiernos de izquierda en América Latina.** Buenos Aires: CLACSO, 2018b, p. 15-49.

VERMA, Ritu. Land Grabs, power, and gender in East and Southern Africa: So, what's new? **Feminist Economics**, v. 20, n. 1, p. 53-75, 2014.

VERSEN, Max von. **História da Guerra do Paraguai.** São Paulo: EDUSP, 1976.

VIA CAMPESINA **The right to produce and access land:** position of Via Campesina on Food Sovereignty. World Food Summit, Roma, 1996.

\_\_\_\_\_. **Alianza Global contra el acaparamiento de tierras.** Nyeleni: Via Campesina, 2011.

\_\_\_\_\_. The World Bank funding land grabbing in South America. **Via Campesina**, publicado em 07 jul. 2011. Disponível em: <https://viacampesina.org/en/open-letter-to-ifc-pending-approval-of-the-project-calyxagro-proj-ref-29137/>. Acesso em: 21 jun. 2019.

\_\_\_\_\_. **Stop Land Grabbing!** Mali: Via Campesina, 2012.

VICENTE, Carlos. Elementos para juzgar a las empresas transnacionales. Cargill y Monsanto. ORTEGA, Guillermo (Org.). **Empresas transnacionales y violación de los**

**derechos humanos.** El caso de tres comunidades. Asunción: BASE Investigaciones Sociales, 2012, p. 35-96.

VILABOY, Sergio Guerra. El Paraguay del Doctor Francia. **Crítica & Utopía – Revista Latinoamericana de Ciencias Sociales**, n. 5, p. 01-14, 1981.

VILLAGRA, Luis Rojas. **Actores del Agronegocio en Paraguay.** Asunción: BASE Investigaciones Sociales, 2009.

\_\_\_\_\_. **Proceso histórico de la economía paraguaya.** Asunción: Secretaría Nacional de Cultura, 2012.

\_\_\_\_\_. **La metamorfosis del Paraguay.** Del esplendor inicial a su traumática descomposición. Asunción: BASE Investigaciones Sociales, 2014a.

\_\_\_\_\_. **La tierra en disputa.** Extractivismo, exclusión y resistencia. Asunción: BASE Investigaciones Sociales, 2014b.

\_\_\_\_\_. **Tras la tierra.** Demandas, Políticas Públicas y Legislación en Paraguay. Asunción: BASE Investigaciones Sociales, 2014c.

\_\_\_\_\_. **Neoliberalismo en América Latina:** crisis, tendencias y alternativas. Buenos Aires: CLACSO, 2015a.

\_\_\_\_\_. **Tereré jere.** Alternativas a la sociedad paraguaya actual. Asunción: BASE Investigaciones Sociales, 2015b.

VILLAGRA, Luis Rojas; ARECO, Abel. **Las colonias campesinas en el Paraguay.** Asunción: BASE Investigaciones Sociales, 2017.

VILLALBA, Nestor Fernández. **El cultivo de soja en la agricultura familiar campesina:** un estudio en el distrito de Yhú (Caaguazú, Paraguay). Monografía (Bacharelado em Desenvolvimento Rural e Segurança Alimentar) – Instituto Latino-americano de Economia, Sociedade e Política, Universidade Federal da Integração Latino-americana, Foz do Iguaçu, 2015.

VILLALBA, Teodolina. Mandyju ñaneretame. FRANCESCHELLI, Inés (Org.). **Las semillas son del pueblo.** Asunción: BASE Investigaciones Sociales, p. 45-48, 2013.

VINHA, Janaina Francisca de Souza Campos. **Leituras dos territórios paradigmáticos da geografia agrária:** análise dos grupos de pesquisa do estado de São Paulo. 2012, 388 f. Tese (Doutorado em Geografia) - Faculdade de Ciências e Tecnologia, Universidade Estadual Paulista, Presidente Prudente, 2012.

VINHA, Janaina Francisca de Souza Campos; FERNANDES, Bernardo Mançano. **Territórios paradigmáticos da Geografia Agrária:** unidade, diversidade e diferencialidade. **Terra Livre**, v. 2, n. 39, p. 37-66, 2012.

VINHA, Janaina Francisca de Souza Campos; PEREIRA, Lorena. **Estrangeirização de terras e Geopolítica da questão agrária:** a usina Umoe Bioenergy em Sandovalina - SP. **Campo Território**, edição especial, v. 11, n. 23, p. 257-284, 2016.

VESENTINI, José William. **Nova Ordem, Imperialismo e Geopolítica.** Campinas: Papirus, 2003.

VISSER, Oane; MAMONOVA, Natalia; SPOOR, Max. Oligarchs, megafarms and land reserves: understanding land grabbing in Russia. **The Journal of Peasant Studies**, v. 39, n. 3-4, p. 899-931, 2012.

VISSER, Oane. Finance and the global land rush: understanding the growing role of investment funds in land deals and large-scale farming. **Canadian Food Studies**, v. 2, n. 2, p. 278-286, 2015.

\_\_\_\_\_. Running out of farmland? Investment discourses, unstable land values and the sluggishness of asset making. **Agricultural Human Values**, p. 01-14, 2016.

VUYK, Cecilia. **Subimperialismo brasileño y dependencia del Paraguay**. Los intereses económicos detrás del Golpe de Estado de 2012. Asunción: Cultura y Participación, 2014.

\_\_\_\_\_. Curuguaty y Ñacunday: lucha por la tierra y golpe de Estado en Paraguay. **Revista Internacional de Derechos Humanos**, v. 3, n. 2, p. 57-73, jul./dez. 2015.

\_\_\_\_\_. **Guahory, Curuguaty y Ñacunday**: los intereses terratenientes y la lucha soberana por la tierra. Asunción: Cultura y Participación, 2017.

VON BRAUN, Joachim; MEINZEN-DICK, Ruth. “Land Grabbing” by Foreign Investors in Developing Countries: risks and opportunities. **IFRI Policy Brief**, apr. 2009.

## X

---

XU, Yunan. Political economy of land grabbing inside China involving foreign investors. **Third World Quarterly Journal**, p. 01-16, 2018.

## Z

---

ZÁRATE, Teresa. Parcelación y distribución de las tierras fiscales en el Paraguay. **Revista Paraguaya de Sociología**, v. 10, n. 26, p. 121-140, 1973.

ZERO HORA. Gaúchos abrem fronteira agrícola internacional ao fixar soja no Uruguai. **Jornal Zero Hora**, caderno Campo e Lavoura, publicado em 19 mai. 2014. Disponível em: <https://gauchazh.clicrbs.com.br/economia/campo-e-lavoura/noticia/2014/05/Gauchos-abrem-fronteira-agricola-internacional-ao-fixar-soja-no-Uruguai-4502431.html>. Acesso em: 29 ago. 2018.

ZIBECHI, Raul. Los movimientos sociales latino-americanos: tendencias y desafíos. **Observatorio Social de América Latina (OSAL)**, ano 4, n. 9, p. 185-188, 2003.

\_\_\_\_\_. La guerra de la soja en Paraguay. El napalm de Monsanto. **Revista de Medicinas Complementarias**, n. 77, p. 116-120, 2005.

\_\_\_\_\_. **Brasil Potencia**. Entre la integración regional y un Nuevo imperialismo. Lima: Programa Democracia y Transformación Global, 2013.

ZOOMERS, Annelies. Globalisation and the foreignisation of space: seven processes driving the current global land grab. **The Journal of Peasant Studies**, v.37, n. 02, p. 429-447, 2010.

ZOOMERS, Annelies; WESTEN, Guus van. Reframing the land grab debate: the need to broaden and deepen the agenda. **Global Environment**, v. 6, n. 12, p. 228-248, 2013.

ZOOMERS, E. B. **Rural development and survival strategies in Central Paraguay**. The policy of Agricultural Colonization as an instrument for alleviating the situation of rural poor. Dordrecht: Foris Publications, 1988.

## W

---

WAGNER, Carlos. **Brasiguaios**: homens sem pátria. Petrópolis: Editora Vozes, 1990.

WALLERSTEIN, Immanuel. **O sistema mundial moderno**. Porto: Afrontamentos, 1974.

\_\_\_\_\_. **World-Systems Analysis – an introduction**. Durham: Duke University Press, 2004.

\_\_\_\_\_. Land, space and people: constraints of the capitalist. *World-Economy. American Sociological Association*, v. 1, n. 1, p. 6-14, 2012.

WANG, Jian-Ye. What drives China’s growing role in Africa? **International Monetary Fund Working Paper**, p. 01-32, 2007.

WARREN, Carlos. **Paraguay**. Montevideo: Editorial Ceibo, 1946.

WARREN, Harris Gaylord. The Golden Fleeching. The Paraguayan Loans of 1871 and 1872. **Inter-American Economic Affairs**, v. XXVI, n. 1, p. 03-24, 1972.

\_\_\_\_\_. **Paraguay and the Triple Alliance: the postwar decade**. Austin: University of Texas, 1978.

WELCH, Clifford Andrew. Resistindo a estrangeirização de terras na América Latina durante a Guerra Fria e a era da Globalização. **Campo-Território**, Ed. Especial Land Grabbing, Grilagem e Estrangeirização de terras, n. 23, v. 11, p. 285-332, 2016.

WESZ JR, Valdemar João. **Dinâmicas e estratégias das agroindústrias de soja no Brasil**. Rio de Janeiro: E-papers, 2011.

\_\_\_\_\_. Estratégias e dinâmicas das empresas transnacionais da soja no Cone Sul. **Anais da VIII Jornadas Interdisciplinarias de Estudios Agrarios y Agroindustriales**, Faculdade de Ciências Económicas, Universidad de Buenos Aires, Buenos Aires (Argentina), 2013.

\_\_\_\_\_. **O mercado da soja e as relações de troca entre produtores rurais e empresas no Sudeste de Mato Grosso (Brasil)**. 2014, 220 f. Tese (Doutorado em Ciências Sociais) – Programa de Pós-Graduação de Ciências Sociais em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade, Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2014.

\_\_\_\_\_. Strategies and hybrid dynamics of soy transnational companies in the Southern Cone. **The Journal of Peasant Studies**, v. 43, n. 2, p. 286-312, 2016.

WHITE, Ben; FRANCO, Jennifer; SÁNCHEZ, Javier; TANDON, Nidhi. **Acaparamiento de tierras, el nuevo expolio**. Madrid: Centro de Investigación para la Paz, 2012.

WHITE, Ben; BORRAS JR, Saturnino; HALL, Ruth; SCOONES, Ian; WOLFORD, Wendy. The new enclosures: critical perspectives on corporate land deals. **The Journal of Peasant Studies**, v. 39, n. 3-4, p. 619-647, 2012.

WILLIAMS, James W. Feeding finance: a critical account of the shifting relationships between finance, food and farming. **Economy and Society**, v. 43, n. 3, p. 401-431, 2014.

WILY, Liz Alden. Looking back to see forward: the legal niceties of land theft in land rushes. **The Journal of Peasant Studies**, v. 39, n.03-04, p. 751-775, 2012.

WILKINSON, John; REYDON, Bastiaan; DI SABBATO, Alberto. Concentration and foreign ownership of land in Brazil in the context of global land grabbing. **Canadian Journal of Development Studies**, v. 33, n. 4, p. 417-238, 2012.

WOERTZ, Eckart. The governance of Gulf agro-investments. **Globalizations**, v. 10, n. 1, p. 87-104, 2013.

WOLFORD, Wendy; BORRAS JR., Saturnino; HALL, Ruth; SCOONES, Ian; WHITE, Ben. Governing global land deals: the role of State in the rush for land. **Development and Change**, v. 44, n. 2, p. 189-210, 2013.

WOODHOUSE, Philip. New investment, old challenges. Land deals and the water constraint in African agriculture. **The Journal of Peasant Studies**, n. 39, v. 4, p. 777-794, 2012.

## **Y**

---

YEGROS, Ricardo; BREZZO, Liliana. **História das Relações Internacionais do Paraguai**. Brasília: Fundação Alexandre de Gusmão, 2013.

*“A Tríplice Aliança continua sendo um grande êxito”: os regimes de controle do território paraguaio (1870-2019)*

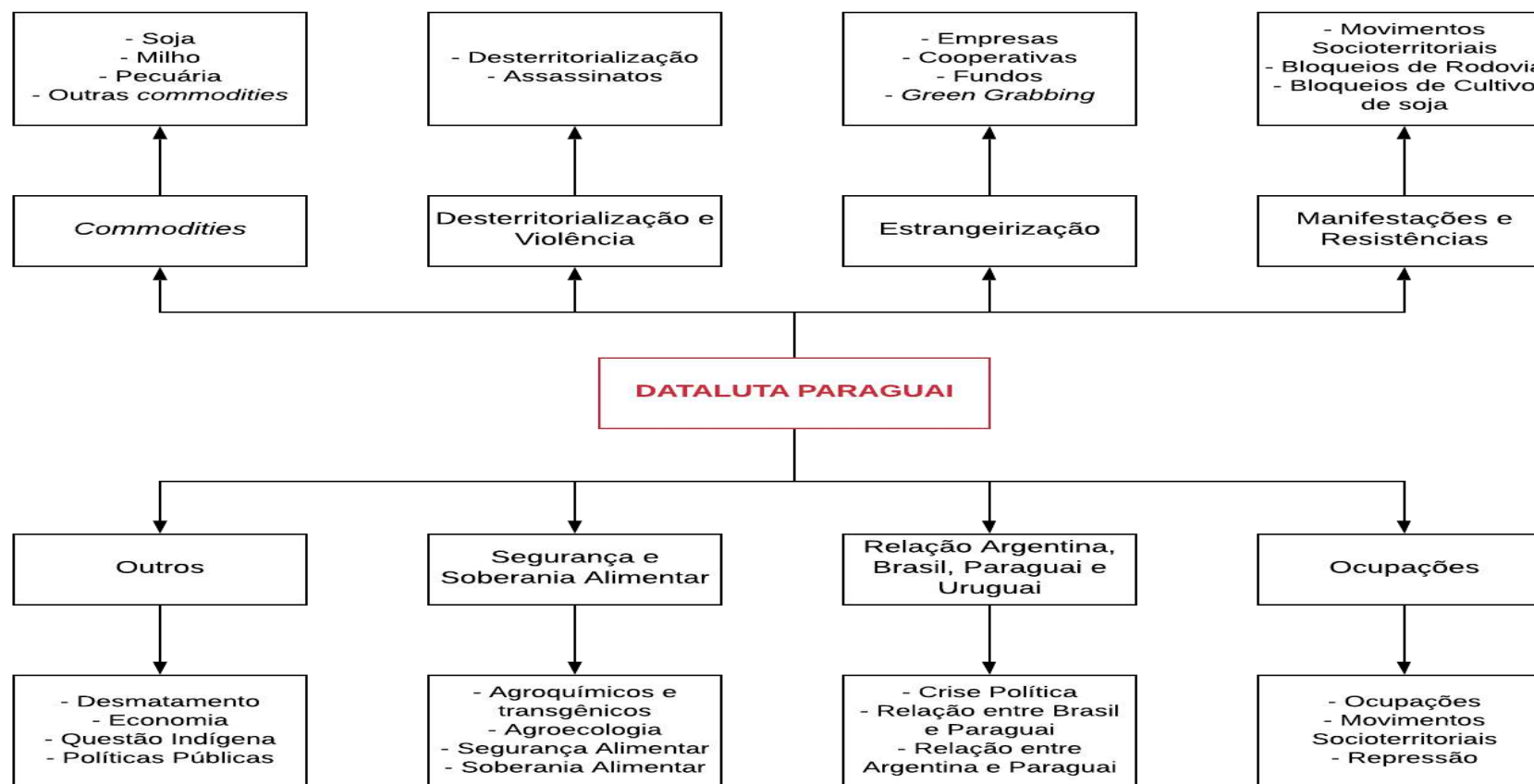
## **MATERIAL DE APOIO**

---



## MATERIAL DE APOIO I.

### Categorias do DATALUTA Paraguai – 2019.



Fonte: DATALUTA Paraguai (2018); Org.: Autora (2019).

## MATERIAL DE APOIO II.

### Empresas e latifundiários estrangeiros que se territorializaram no Chaco Paraguuaio – 1885-1940.

Empresa/Empresário	Capital	Hectares	Ano
Enrique Tornquist S.A.	Espanha	N.I	N.I
La Germania Estancia Ld.	Alemanha	N.I	N.I
Argentine Estates of Broril Ld.	Argentina/Reino Unido	N.I	N.I
Argentine Land & Investment Co. Ld.	Argentina/Reino Unido	N.I	N.I
Argentine Northers Land Co. Ld.	Argentina/Reino Unido	N.I	N.I
Argentine Southern Land Co. Ld.	Argentina/Reino Unido	N.I	N.I
Development Co. of Santa Fé Ld.	Argentina/Reino Unido	N.I	N.I
Mortgage Co. of River Plate Ld.	Reino Unido	N.I	N.I
Port Madryn Co. Ld.	Argentina	N.I	N.I
River Plate Trust Loan & Agency Co. Ld. Préstamo Hipotecario	Reino Unido	N.I	N.I
Santa Fé & Córdoba Great Southern Land Co. Ld.	Argentina/Reino Unido	N.I	N.I
River Plate & General Investment Co. Ld.	Reino Unido	N.I	N.I
New Zealand and River Plate Mortgage Co Ld. Préstamo Hipotecario	Reino Unido	N.I	N.I
Banque Hypothécaire Franco-Argentine Préstamo Hipotecario	Argentina/França	N.I	N.I
Crédit Foncier Argentin Préstamo Hipotecario	Bélgica	N.I	N.I
Sociedad Anónima Ind. & Past Belge Sudamericaine	Bélgica	N.I	N.I
Sociedad Hipotecaria Belga Sud Americana Préstamo Hipotecario	Bélgica	N.I	N.I
Sociedad Holandesa del Río de la Plata Préstamo Hipotecario	Holanda	N.I	N.I
Liebig’s Extract of Meat Company Limited	Reino Unido/Brasil	322.225	1898
Santa Fé Land Co. Ld.	Argentina/Reino Unido	N.I	N.I
The Argentine Quebracho Co.	Argentina/EUA	N.I	N.I
United Estancias Co. Ld.	Argentina/EUA	N.I	N.I
Compañía de Productos Kemmerith	N.I	N.I	N.I

Molinos Harineros del Paraguay S.A. <sup>288</sup>	Argentina	N.I	1929
Timber & Railways Co. Ld.	Reino Unido	N.I	N.I
The Forestal Land	N.I	N.I	N.I
Northern Camps Co. Ld.	Argentina/EUA	N.I	N.I
Compañía Paraguaya de Frigorífico y Carnes Conservadas	N.I	N.I	N.I
Argentine Timber & Estates Cy. Ld.	Argentina/EUA	N.I	N.I
Sociedad Anónima Pastorial y Agrícola la Bélgica	Argentina/Bélgica	N.I	N.I
Richard Cooper Baronet	N.I	251.250	1905
Rural Anglo Paraguaya S.A.	Reino Unido	31.873	1907
La Rural Argentino Paraguaya S.A	Argentina	17.247	1910
The Paraguay Land and Cattle Company	Reino Unido	444.082	1914
Ángel Aliberti	N.I	15.000	N.I
Arcadini y Castagnet	N.I	18.750	N.I
La Selvática	N.I	56.250	N.I
Compañía Rosarina de Campos y Bosques (Propriedade de Santiago Pinasco) <sup>289</sup>	N.I	35.074	1907
Compañía de Explotación de Bosques y Ganados The New York and Paraguay Company	EUA	375.000	1910
Comastrí y Tesandori	N.I	75.000	N.I
Federico C. Cook	Reino Unido	93.750	N.I
Croto, Carlevari y Crosa	Itália	95.625	N.I
Croto, Carlevari y Machini	Itália	93.750	N.I
Errea y Urtasum	N.I	11.250	N.I
Gibson, Hope y Cptes	N.I	109.872	N.I
Irasú y Urpiola	N.I	93.750	N.I
Societè La Fonciere du Paraguay	França	23.044	N.I
La Ganadera Paraguaya	Argentina	93.750	N.I
Otaño y Rosendo Hermanos	N.I	18.750	N.I
Penedo y Villarino	N.I	1.875	N.I
Sociedad Show Hermanos	N.I	9.375	N.I
International Products Corporation (IPC) <sup>290</sup>	EUA	N.I	1917
Spragan Compañía	N.I	71.250	N.I
Vierci Hermanos	N.I	12.116	N.I
Banco Francés Río de la Plata	França	180.000	N.I
Banco Inglés Río de Janeiro	Brasil/Reino Unido	168.750	N.I
The American Quebracho Company <sup>291</sup>	EUA	450.000	1910

<sup>288</sup> Atualmente a empresa é propriedade do Grupo Espírito Santo, de Portugal.

<sup>289</sup> A Compañía Rosarina de Campos y Bosques fundou a municipalidade de Puerto Pinasco em 1907.

<sup>290</sup> Localizada no antigo distrito de San Antonio, atual Villeta, no departamento de Central. Se dedicava a exploração do quebracho, pecuária e foi atuante até o ano de 1987 (CEPAL, 1987).

<sup>291</sup> Transferiu uma parte de suas propriedades, especificamente 78.750 hectares para o sindicato Puerto Guarani.

Asociación Patriótica Española	Espanha	318.750	N.I
Quebrachales Fusionados de Puerto María	N.I	112.500	N.I
Sociedad Tierras y Maderas	N.I	468.750	N.I
Campos y Quebrachales Puerto Sastre S.A.	Argentina/Espanha	371.078	1905
The River Plate Quebracho Company <sup>292</sup>	Reino Unido	360.000	1910
Pinasco, Brusaferry y Compañía	Itália	468.750	1907
Antonio Rossi	N.I	3.744	N.I
Adolfo Donau	N.I	12.636	N.I
Arnaldo Broeders y Juan Broeders	Holanda	14.040	N.I
Guillermo Garbers	Argentina	15.912	N.I
Emilio Johansen	N.I	2.062	N.I
S. Ker Jordan	N.I	7.500	N.I
Estancia y Quebrales Puerto Galileo	Argentina	187.500	1911
Pablo Frangenheim	N.I	328.322	N.I
Juan M. Boldstad, Sara C. de Coles y Luis Linch	N.I	75.000	N.I
John Hughes y Ricardo Petersen	Alemanha	28.125	N.I
Carlos Casado Limitada Compañía de Tierras	Argentina/Espanha	5.625.000	N.I
Quebrachales Fusionados S.A. <sup>293</sup>	Argentina	168.750	1906
La Forestal del Paraguay S.A.	N.I	131.250	1910
Juan Francisco Comparada	N.I	37.500	1885
José R. de Olaso	N.I	105.000	1910
Guillermo Nelson	N.I	163.125	1910
Quebrachal de Puerto María	Argentina	112.500	1910
Edward Charles Kirkhan	N.I	166.875	1910
Jorge Dickinson	N.I	185.625	1910
Eloy Palacios	N.I	187.500	1910
Adalberto Schmied	N.I	292.128	1910
Pedro Schouten	N.I	226.875	1910
Dolores P. de Bence	N.I	288.264	1910
Víctor Bence	N.I	52.500	1910
Roberto Cano	N.I	262.500	1910
C. Hope Hermanos	N.I	18.750	1910
Lorenzo Semino y Luis Testoni	N.I	206.250	1910
Bartolomé Devotto	Itália	483.750	1910
Federico C. Cook y Payton Lumb	N.I	846.278	1910
Sindicato Puerto Guaraní	N.I	78.750	1911
Sociedad Forestal de Puerto Guaraní*-	N.I	78.500	N.I
Ramona Sastre Aramburu	N.I	1.837.500	N.I
Alejandro Adanson	N.I	9.375	N.I
Pedro M. Albaitero	N.I	7.500	N.I
Juan R. Alonso	N.I	18.750	N.I

<sup>292</sup> A empresa Palma Chica era vinculada as propriedades da The River Plate Quebracho Company.

<sup>293</sup> Esta empresa foi responsável pela fundação de Puerto Max.

*“A Tríplice Aliança continua sendo um grande êxito”: os regimes de controle do território paraguaio (1870-2019)*

Manuel Anasagasti	N.I	37.500	N.I
Clemente N. Andrews	N.I	1.875	N.I
David Angus	N.I	18.750	N.I
José M. Apesteguía	N.I	32.812	N.I
Miguel Arguello	N.I	5.627	N.I
Saturnino Ayechú y Félix Ayechú	N.I	7.500	N.I
Daniel Baccaní	Itália	1.875	N.I
José Bahtje	N.I	5.625	N.I
Desiderio Balleto	N.I	60.938	N.I
Juan Barbero	N.I	18.750	N.I
Wilfred Barbrooke Grubb	N.I	5.625	N.I
J. Berthe y J. Ulises Martin	N.I	18.750	N.I
León Berthet	N.I	1.875	N.I
Justino Berthet	N.I	9.823	N.I
Mauricio Bertomier	N.I	18.750	N.I
José Blagden	N.I	1.875	N.I
Juan M. Boldstadn	N.I	18.750	N.I
Carlos G. Bollaer	N.I	1.875	N.I
Marck B. Book	Reino Unido	50.622	N.I
Quebrachales y Estancias Puerto Galileo*	N.I	187.000	N.I
Luis Bosatta	N.I	1.875	N.I
Pedro Bourg	N.I	18.750	N.I
Edward J. Brine	N.I	3.750	N.I
Hugo Brown	N.I	28.125	N.I
Francisco Campos y María Campos	N.I	10.254	N.I
María Campo	N.I	6.772	N.I
Esteban Canale y L. P. Siena	N.I	75.000	N.I
Juan P. Capdeville	N.I	18.750	N.I
Pedro Carrique	N.I	7.500	N.I
Domingo Casanova	N.I	18.750	N.I
Celestino Cattaneo	N.I	11.250	N.I
Dante Cavedagni	N.I	15.000	N.I
Sara C. de Coles	N.I	18.750	N.I
Esteban J. Copello	Itália	28.125	N.I
Miguel Corvalán	N.I	27.977	N.I
Toribio Crespo	N.I	18.750	N.I
Matías S. Alonso Criado	N.I	84.375	N.I
A Crovato y J. Cancio	N.I	3.750	N.I
Walter Danson Campbell	N.I	1.875	N.I
Ludovico F. Darnstadter	N.I	9.375	N.I
Juan Davidson Hijo	N.I	3.750	N.I
Victorio de la Canal	N.I	5.625	N.I
Guillermo de los Ríos y Basilio de los Ríos	Argentina	6.345	N.I
Francisco Degregori	N.I	22.500	N.I
Bernabé Demarúa	N.I	18.750	N.I

*“A Tríplice Aliança continua sendo um grande êxito”: os regimes de controle do território paraguaio (1870-2019)*

José Deyer	N.I	9.375	N.I
Nicasio Duarte	N.I	9.375	N.I
Família Minetti	Itália	N.I.	1929
Manuel Durán	N.I	1.875	N.I
Domingo Echauriz	N.I	9.375	N.I
Gregorio Erbitú	N.I	1.875	N.I
Juan Y. Errasti	N.I	1.875	N.I
Guillermo Eyton y Condmi	N.I	7.500	N.I
Archivaldo Eyton	N.I	1.875	N.I
Carlos Febbut	N.I	18.750	N.I
Miguel D. Ferreira	N.I	1.875	N.I
Agustín Ferrer	N.I	37.500	N.I
Eduardo Freitas	N.I	18.750	N.I
Andrés Fontecha	N.I	18.750	N.I
Enrique W. Ford	N.I	1.875	N.I
Mitchel G. Fortune	N.I	1.875	N.I
Juan Fourcade	N.I	18.750	N.I
Antonio G. Freers	N.I	37.500	N.I
Pedro A. Freund	N.I	1.875	N.I
Guillermo Gaing	N.I	9.375	N.I
Guillermo Garbens	N.I	15.912	N.I
Guillermo F. Gibson	N.I	1.875	N.I
Juan Bautista Gil y Elvira Gil de Fleitas	N.I	18.750	N.I
Enrique Greenway	N.I	1.875	N.I
Guillermo Griffith Parry	N.I	1.875	N.I
Francisco Guanes	N.I	52.500	N.I
Juan Guanes	N.I	2.343	N.I
Heraclio Hillner	N.I	18.750	N.I
James Hope	N.I	1.875	N.I
George Lohmann	EUA	400.000	1910
C. Hope	N.I	18.750	N.I
Enri F. Houzen	N.I	1.875	N.I
John Hughes (Pai)	N.I	9.375	N.I
Miguel Hussey	N.I	3.750	N.I
Romualdo Irigoyer	N.I	23.437	N.I
Filhos de Carlos Casado	N.I	1.275.000	N.I
Francisco Isasa	N.I	3.750	N.I
Antonio Isnardi	N.I	28.125	N.I
Marcelino Escalada	N.I	292.198	N.I
Jaime F. Jacobs	N.I	3.750	N.I
Luis Jauve	N.I	37.500	N.I
S. Ker Jordan	N.I	7.500	N.I
Nicolas Mihanovich	N.I	116.874	N.I
Paraguay Cattle Farm Ltda.	Reino Unido	202.206	N.I
TomásL. Keen	N.I	5.625	N.I
Lorenzo Kenty	N.I	16.875	N.I

*“A Tríplice Aliança continua sendo um grande êxito”: os regimes de controle do território paraguaio (1870-2019)*

Tomás E. Kirk	N.I	7.500	N.I
Guillermo Kitchaing	N.I	1.875	N.I
Emilio Kuenzler	N.I	10.437	N.I
Francisco Laza	N.I	1.875	N.I
Karl Leopold	N.I	1.875	N.I
Luis Linch	N.I	18.750	N.I
Eusebio Lizarralde	N.I	28.125	N.I
Alberto Luzio	N.I	18.750	N.I
Carlos T. Mald	N.I	3.750	N.I
Cecilio Manchi	N.I	107.812	N.I
José G. Maquiriani	N.I	5.625	N.I
Nicolás Martelli	N.I	15.000	N.I
Martín y Spinetto	N.I	3.750	N.I
J. Ulises Martin	N.I	37.500	N.I
Emma M. Martínez	N.I	18.750	N.I
Diego Matheur	N.I	18.750	N.I
Tomás Matto	N.I	3.019	N.I
Purificación P. de Maurente	N.I	1.875	N.I
Edwin A. Merry	N.I	19.688	N.I
Francisco Migone	N.I	28.125	N.I
Adolfo Muller y P. Aliberti	N.I	15.000	N.I
Adolfo Nacimiento	N.I	11.250	N.I
John Nelson	N.I	28.125	N.I
Juan J. Nisbet	N.I	1.875	N.I
Edward H. Oyler	N.I	7.500	N.I
F. C. Pambroke Jones	N.I	5.625	N.I
Luis Patri	N.I	17.247	N.I
Jaime Peña	N.I	7.744	N.I
Luis Perasso	N.I	1.875	N.I
Ricardo Petresen y Outro	N.I	121.875	N.I
Adela B. de Peterson	N.I	18.750	N.I
Carlos Phanel	N.I	14.456	N.I
Andrés Pildan	N.I	18.750	N.I
Smith Pinsent	N.I	65.250	N.I
Ignacio Plata	N.I	1.875	N.I
Domingo Poletti	N.I	2.788	N.I
Tomasa	N.I	9.375	N.I
Santiago Repeto	N.I	23.437	N.I
José C. Rhode	N.I	1.875	N.I
Juan I. Richardt	N.I	1.875	N.I
Pedro Risso	N.I	56.250	N.I
Bernardo Rojas	N.I	18.750	N.I
José Rossier	N.I	13.180	N.I
Enrique Ruckton Rodger	N.I	84.375	N.I
Sociedad Tierras y Maderas	N.I	468.750	N.I
Banco Francés del Río de la Plata	França	180.000	N.I
Rugiero y Mueglino	N.I	4.687	N.I

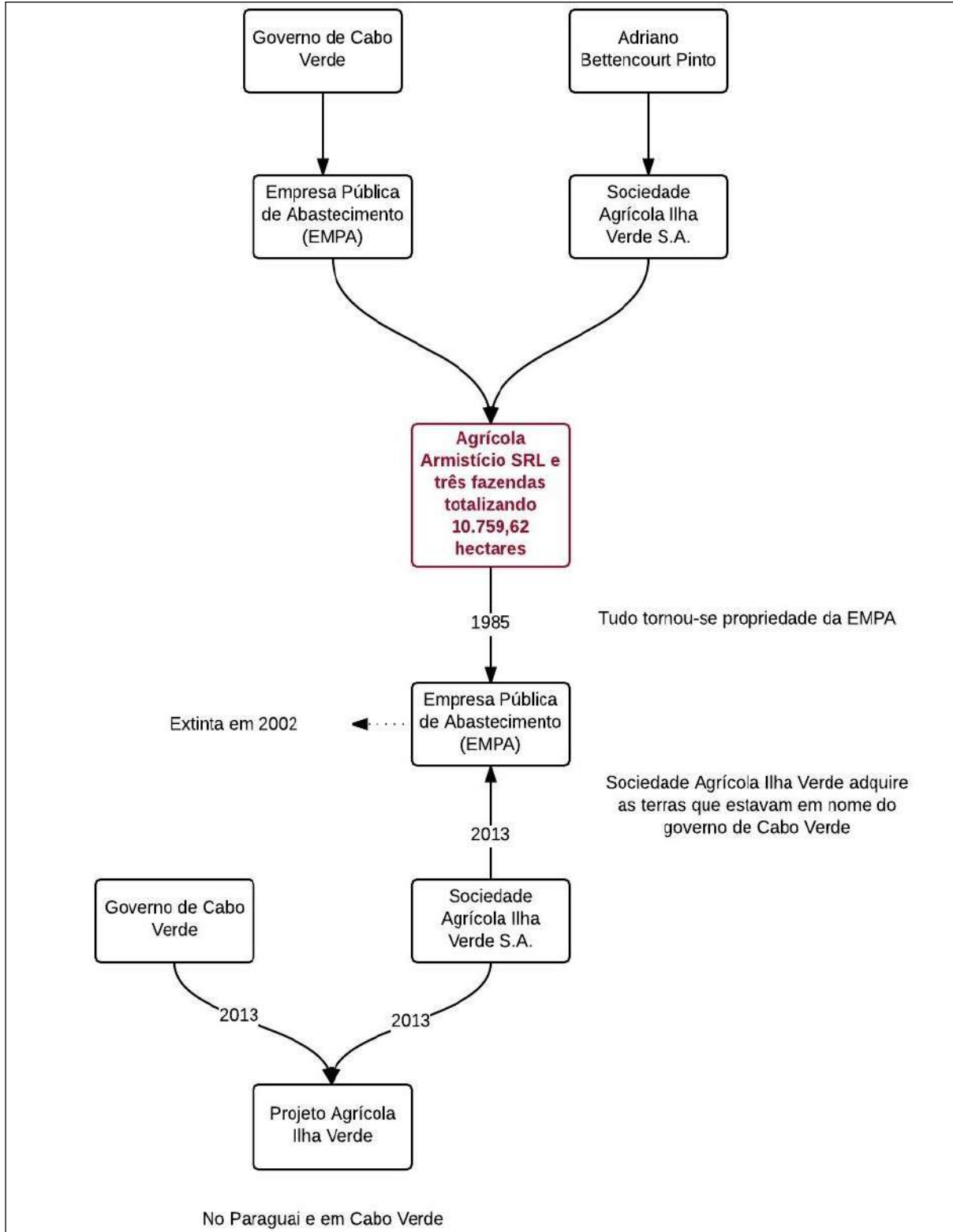
*“A Tríplice Aliança continua sendo um grande êxito”: os regimes de controle do território paraguaio (1870-2019)*

Martín Ruiz Martínez	N.I	13.125	N.I
Lorenzo Ruiz	N.I	18.750	N.I
Runciman y Compañía	N.I	37.500	N.I
Ric Russell y G. C. Woodt	N.I	1.875	N.I
Enrique Sampay	N.I	37.500	N.I
Joaquín Sánchez	N.I	5.625	N.I
Manuel Sanmarco y otro	N.I	18.750	N.I
Máximo Santos	N.I	93.750	N.I
Hebert Sheplerd	N.I	1.875	N.I
Catalina B. de Sienmer	N.I	3.750	N.I
Augustín Sintas	N.I	18.750	N.I
Miguel Sorbert	N.I	37.500	N.I
Juan E. Stent	N.I	37.500	N.I
Maawell I. Stewart	N.I	18.750	N.I
Juan Sugasti	N.I	1.875	N.I
Toribio Suparo	N.I	7.500	N.I
Tomás A. Tirmert	N.I	1.875	N.I
Louque Tomasset, C. Tomasset e M. Tomasset	N.I	37.500	N.I
Melchor Torres	N.I	18.750	N.I
Moore Tudor	N.I	1.875	N.I
Owen S. Tudor	N.I	9.375	N.I
Andrés Uthurriaga	N.I	9.375	N.I
Miguel Valls	N.I	1.875	N.I
Antonio Vázquez Cordero	N.I	3.750	N.I
J. Vidal Rivas, Mitchel G. Fortune	N.I	1.875	N.I
Alfredo Wallace Rooke	N.I	1.875	N.I
Reymer O. Watson	N.I	7.500	N.I
Juan & Federico Wiengrein	N.I	56.250	N.I
Ana Oliver de Yañiz	N.I	4.087	N.I
Clemente Yusussary	N.I	3.750	N.I
Santiago Zambinini	N.I	61.540	N.I
Sociedad P.L.A.	N.I	1.580.653	N.I
Internacional Product Corporation	N.I	620.825	N.I
Bernardino Zárate	N.I	13.943	N.I
Franciso & Eliseo Zavala	N.I	22.884	N.I
Estanislao Severo Zeballos	Argentina	351.562	1910
Industrial Paraguaya Yerba Mate Cruz de Malta S.A	Argentina	N.I	N.I
Estancia Cooper and Nephews	Reino Unido	75.000	1905
The Paraguay Central Railway Comp.	Reino Unido	N.I	1889
Saladero Kemmerich (San Salvador)	Alemanha	N.I	1903
Saladero Risso	Uruguai	56.250	1902
N.I: Não Informado.			
*Empresas que foram responsáveis pela implantação de linhas ferroviárias no Chaco.			
Fonte: Levantamento realizado pela autora; Org.: Autora (2019).			



MATERIAL DE APOIO III.

Governo de Cabo Verde e Sociedade Agrícola Ilha Verde S.A. no Paraguai – 1985-2018.



Org.: Autora (2019).

## MATERIAL DE APOIO IV.

---

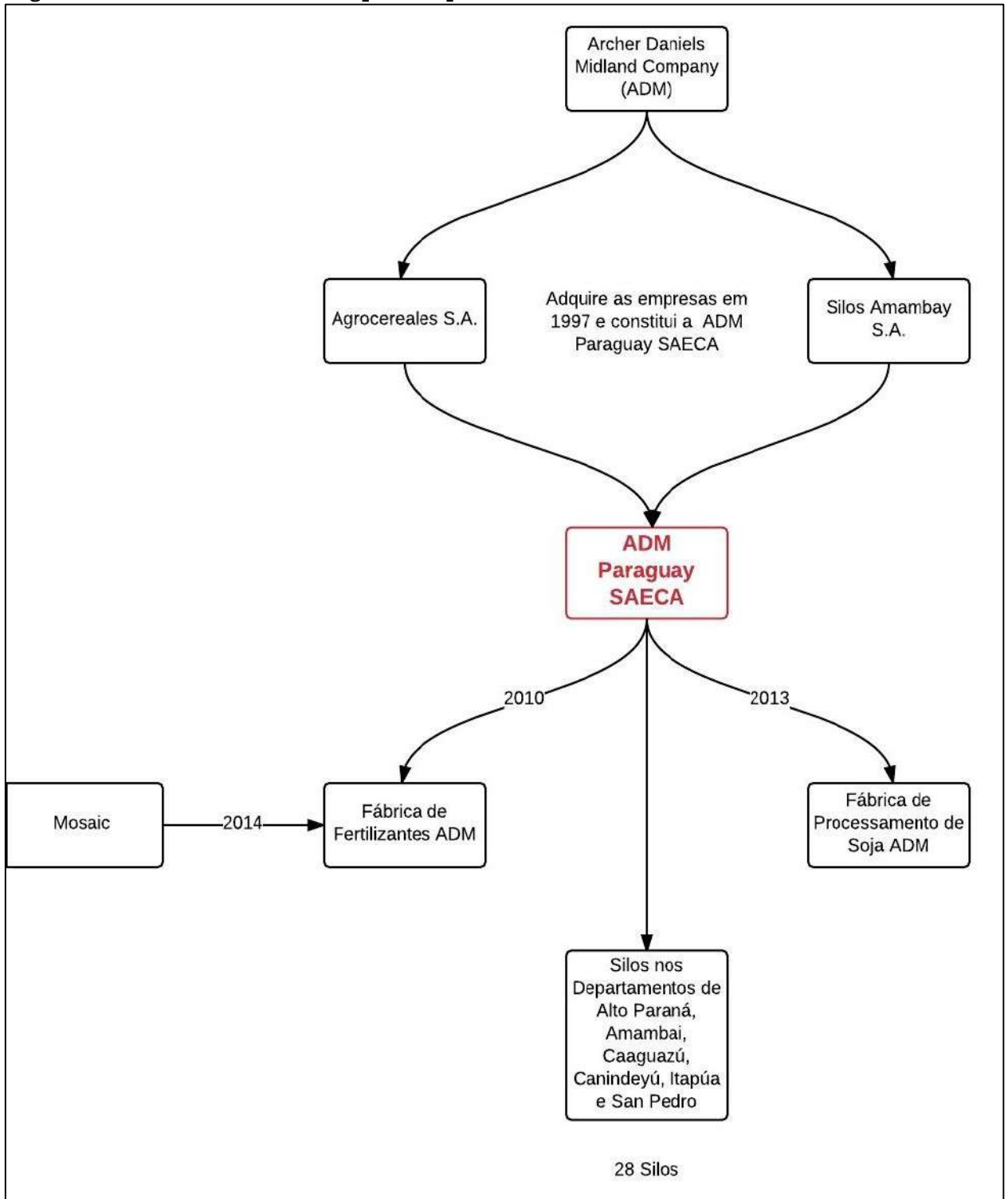
### **Empresas transnacionais no controle da territorialidade no Paraguai**

#### **a. Ascher Daniels Midland Company (ADM)**

A empresa estadunidense Ascher Daniels Midland Company (ADM) atua no Paraguai através da subsidiária ADM Paraguay S.A.E.C.A. Sua história inicia-se em 1902, nos EUA, com a constituição da Ascher-Daniels Linseed Company por George A. Archer e John W. Daniels que operava no ramo de esmagamento de linhaça (OLIVEIRA, 2014). A partir de 1914 iniciou sua expansão para diversos países, de modo que chegou ao Paraguai em 1997 através da aquisição das empresas Agrocereales S.A. e Silo Amambay S.A. Atualmente a empresa possui 28 silos para o armazenamento da soja nos departamentos de Alto Paraná, Amambay, Caaguazú, Canindeyú, Itapúa e San Pedro. Em 2010 a ADM inaugurou uma fábrica de fertilizantes no distrito de Villeta, departamento Central, se constituindo como a primeira unidade de grande escala para a produção de fertilizantes no Paraguai, com a capacidade de produção de 2.500 toneladas diárias (O ESTADO DE S. PAULO, 02 dez. 2010). Em 2014 a empresa Mosaic adquiriu a fábrica de fertilizantes da ADM.

Em 2013 a ADM realizou uma nova expansão na qual construiu uma fábrica de processamento de soja no distrito de Villeta, departamento Central, com a capacidade de processar 3.500 toneladas de soja diárias (VALOR ECONÔMICO, 10 mai. 2013). Ainda segundo a reportagem do jornal Valor Econômico, a localização da unidade é estratégica, uma vez que permite a integração completa de logística, pois as embarcações chegam com insumos para a produção de fertilizantes e saem carregados com produtos de soja. Atualmente processa 30% de toda a soja do Paraguai. O Organograma expressa como a ADM iniciou suas atividades no Paraguai e quais são os seus atuais negócios no país.

**Organograma. Estratégias utilizadas pela ADM Paraguay S.A.E.C.A. e quais os negócios atualmente controlados pela empresa – 2018.**



Fonte: DATALUTA Paraguai (2018); Org.: Autora (2019).

ADM não é associada a CAPECO, que reúne as maiores empresas de comercialização de soja atuantes no país. Esta empresa possui um vínculo com a Monsanto, pois em uma de suas páginas oficiais, a Monsanto insere as unidades da ADM

como centros de serviços autorizados pela Monsanto<sup>294</sup>, apesar da empresa não explicitar diretamente esta informação. Por fim, afirmamos que não foram encontradas denúncias contra a ADM e nem conflitos nos quais a empresa esteja envolvida no Paraguai.

## **b. Bunge**

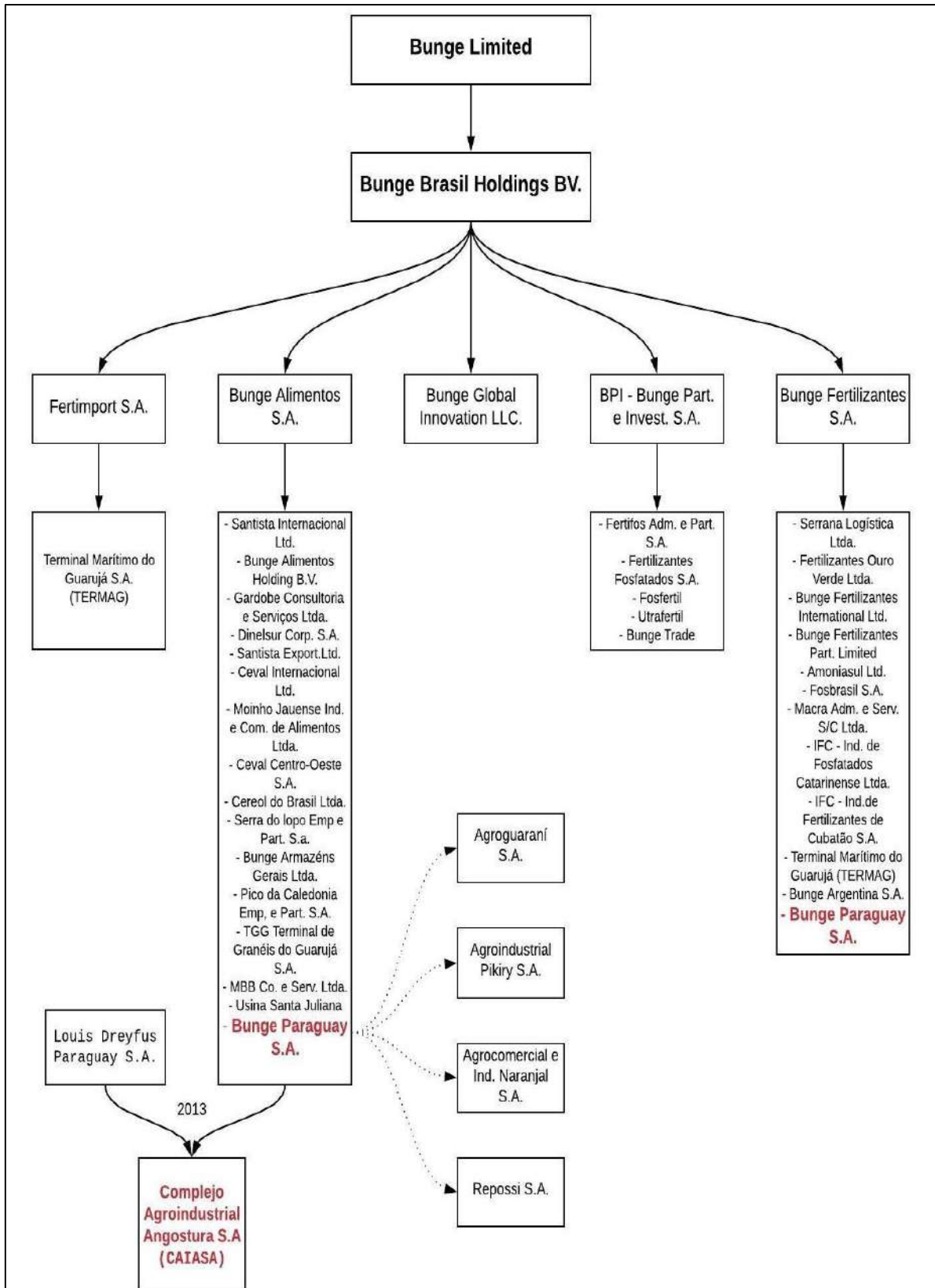
A empresa de capital estadunidense Bunge Limited se territorializou no país através da Bunge Paraguai S.A., subsidiária da Bunge Alimentos S.A., que por sua vez é a subsidiária brasileira da Bunge Limited, conforme evidencia o Organograma. Atualmente a empresa atua no armazenamento e comercialização de soja e fertilizantes, possuindo silos de armazenamento nos distritos de Hernandarias e Naranjal [departamento de Alto Paraná] e nos distritos de Curuguaty e Cruce Guaraní [departamento de Canindeyú]. A Bunge também possui portos em Asunción [departamento de Central], Curuguaty [departamento de Canindeyú], Carlos Antônio López e Encarnación [departamento de Itapúa].

Em 2013, em conjunto com a Louis Dreyfus Company, a Bunge construiu o Complejo Agroindustrial Angostura S.A. (CAIASA), localizado em Villeta [departamento de Central], próximo aos principais canais de escoamento da produção. A planta industrial tem capacidade de processamento de 4.000 toneladas diárias. O CAIASA também possui silos para o armazenamento de cereais e oleaginosas com 250.000 toneladas de capacidade, outro silo para armazenamento de farinhas [100.000 toneladas] e tanques de 25.000 toneladas para azeites, ademais de um porto com capacidade operativa de carga e descarga de 10.500 toneladas por hora (BUNGE, 2018). O Organograma expressa a estrutura organizativa da empresa Bunge.

---

<sup>294</sup> Disponível em: <<http://www.monsanto.com/global/py/productos/documents/centros-de-servicio.pdf>>. Acesso em: 14 out. 2016.

Organograma. Estrutura da empresa Bunge – 2018.



Fonte: DATALUTA Paraguai (2018); Org.: Autora (2019).

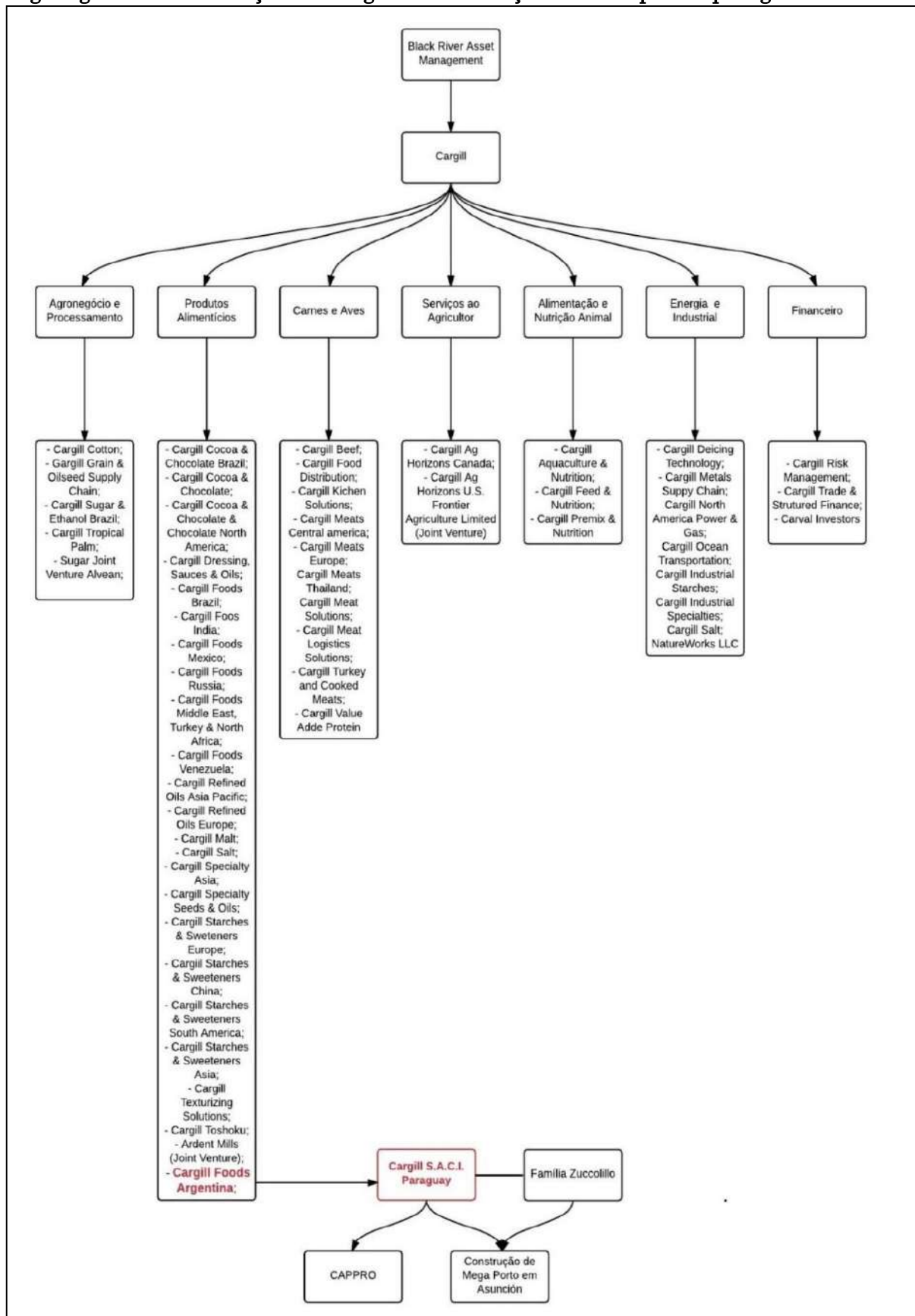
### **c. Cargill**

A estadunidense Cargill, que iniciou suas atividades no país em 1978 através da Cargill S.A.I.C.I. Paraguay. O Organograma evidencia a composição acionária da Cargill e a sua relação com demais empresas paraguaias. O principal acionário da Cargill S.A.I.C.I. Paraguay é o Grupo Zuccolillo (PÁGINA 12, 27 jun. 2012), proprietário do jornal conservador paraguaio ABC Color e no qual possui negócios em conjunto em infraestrutura e logística através da Planta Aceitera y Terminal Granelera de Puerto Zemballos S.A., chamado de Puerto Unión, que se constitui em uma unidade processadora de azeite e porto para a exportação da soja, localizado no distrito de Zeballos [departamento de Central], próximo a Asunción, causando uma série de manifestações por parte da população local, devido ao barulho e poluição causados pelo o empreendimento.

A empresa também tem ações nos departamentos de Alto Paraná, Caaguazú, Canindeyú, Itapúa e San Pedro, onde compra, armazena e comercializa soja no exterior. A empresa não produz a soja que comercializa. Atualmente a empresa possui 28 unidades de armazenamento e central de compras no Paraguai, quatro portos e uma planta de processamento de soja no departamento de Alto Paraná, no distrito de Minga Guazú, conforme expressa o Quadro abaixo.

A Cargill investe intensamente no armazenamento da soja nos principais departamentos produtores, pois é questão estratégica para o escoamento e especulação com o grão, visto que confere a possibilidade de manutenção de estoques para venda futura (FREDERICO, 2010). Atualmente a empresa comercializa cerca de 1.300.000 de soja, milho e trigo (CARGILL, 2019). A unidade de processamento de soja da Cargill no Paraguai foi inaugurada apenas no ano de 1993, quinze anos após o início das atividades no país e atualmente possui um processamento anual de 900.000 toneladas, onde os subprodutos são azeite e farelo (CARGILL, 2019).

Organograma. Constituição da Cargill e suas relações com empresas paraguayas – 2018.



Fonte: DATALUTA Paraguai (2018); Org.: Autora (2019).

<b>Quadro. Unidades de armazenamento, central de compras, portos e unidades de processamento da Cargill no Paraguai – 2019.</b>		
<b>Distrito</b>	<b>Departamento</b>	<b>Atividade</b>
Cristo Rey	Alto Paraná	Armazenamento e central de compra
General Días	Alto Paraná	Armazenamento e central de compra
Hernandarias	Alto Paraná	Armazenamento e central de compra
Los Cedrales	Alto Paraná	Armazenamento e central de compra
Mbaracayú	Alto Paraná	Armazenamento e central de compra
Minga Guazú	Alto Paraná	Armazenamento e central de compra
Minga Guazú - duas unidades	Alto Paraná	Unidade de processamento
Minga Porá	Alto Paraná	Armazenamento e central de compra
Naranjal	Alto Paraná	Armazenamento e central de compra
Presidente Franco	Alto Paraná	Porto
San Alberto	Alto Paraná	Armazenamento e central de compra
Santa Rita	Alto Paraná	Armazenamento e central de compra
Santa Rosa del Monday	Alto Paraná	Armazenamento e central de compra
Dr. José Eulogio Estigarribia	Caaguazú	Armazenamento e central de compra
Juan Manuel Frutos	Caaguazú	Armazenamento e central de compra
Raúl Oviedo - duas unidades	Caaguazú	Armazenamento e central de compra
Vaqueira	Caaguazú	Armazenamento e central de compra
Ava'i	Caazapá	Armazenamento e central de compra
Curuguaty	Canindeyú	Armazenamento e central de compra
Katueté	Canindeyú	Armazenamento e central de compra
Nueva Esperanza	Canindeyú	Armazenamento e central de compra
Asunción	Central	Porto
San Antonio	Central	Porto
Carlos Antônio López	Itapúa	Armazenamento e central de compra
Hohenau	Itapúa	Porto
Natalio	Itapúa	Porto



Pirapó - duas unidades	Itapúa	Armazenamento e central de compra
San Rafael del Paraná	Itapúa	Armazenamento e central de compra
Guajayvi - duas unidades	San Pedro	Armazenamento e central de compra
Santa Rosa de Aguaray	San Pedro	Armazenamento e central de compra
Fonte: Cargill (2019); Org.: Autora (2019).		

A Cargill está envolvida em conflitos relacionados a implantação da Planta Aceitera y Terminal Granelera de Puerto Zeballos S.A., chamado de Puerto Unión. O empreendimento corresponde a uma unidade processadora de azeite e porto para a exportação da soja, localizado no distrito de Zeballos, próximo a Asunción com instalação iniciada no ano de 2006. Segundo Vicente (2012), a construção do porto afeta as comunidades de Viñas Cué e Bañados, que são vulneráveis e possuem alto nível de pobreza, entre 39% e 50%. Além disso o porto impacta na paisagem do local, uma vez abrange um corredor entre o Rio Paraguai e o Jardim Botânico de Asunción. Por ser uma região de conservação ambiental, apenas é permitido pela Secretaría del Medio Ambiente (SEAM) construção de residências e nenhuma atividade poluente no local, contudo, o projeto foi aprovado pelo governo do Paraguai em 2008 segundo a página eletrônica oficial da empresa.

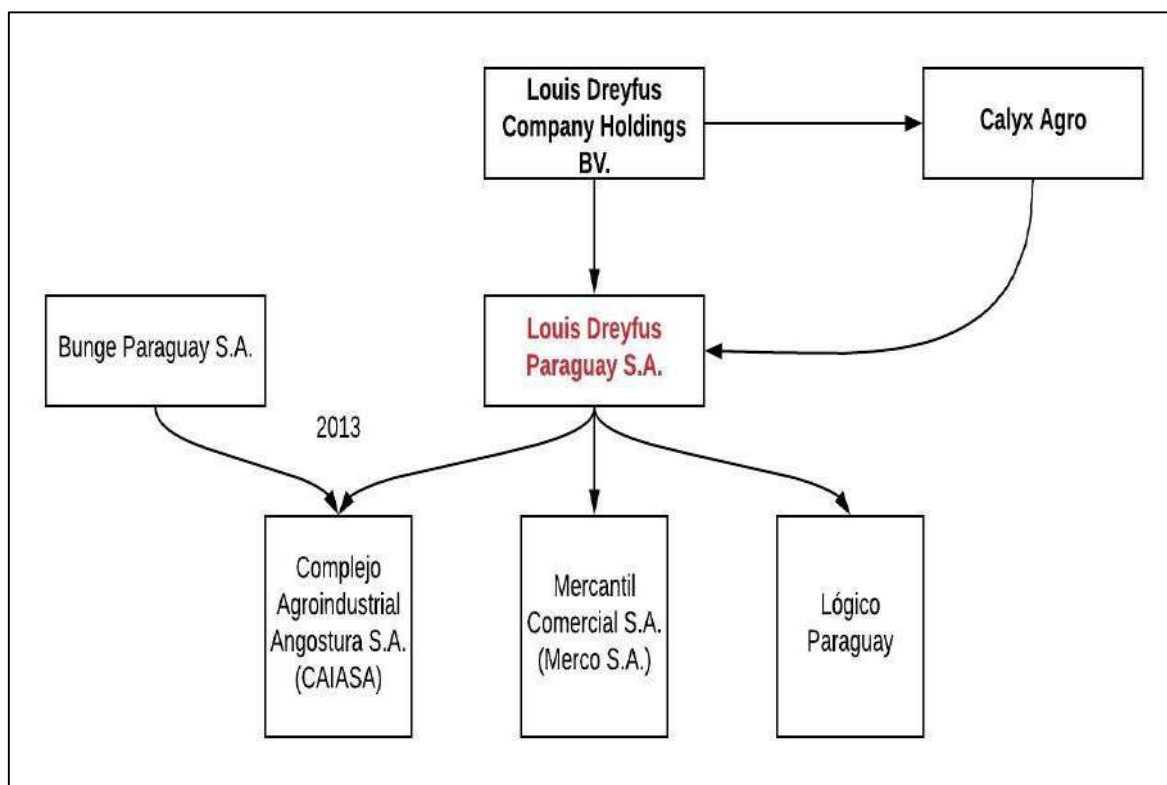
Referente ao mesmo porto, ocorreram manifestações contra a construção, uma vez que segundo a construção do porto poderia afetar a saúde de 1.100.000 pessoas, uma vez que a localização do porto se encontra apenas a 500 metros, rio acima, das principais captações de água da Empresa de Servicios Sanitarios del Paraguay (ESSAP), ou seja, afetaria 95% da população de Asunción e distritos vizinhos (VICENTE, 2012). Mesmo com tais denúncias o porto foi construído e não se tem mais notícias através da mídia paraguaia. Esta escassez de notícias talvez ocorra pelo fato de um dos sócios do porto e da Cargill ser a família proprietária de uma das principais figuras midiáticas no Paraguai e que, por sinal, é o jornal que mais divulga reportagens criminalizando movimentos de luta pela terra. Segundo Vicente (2012), a construção do porto estava embargada, contudo, atualmente o porto funciona normalmente.

#### **d. Louis Dreyfus Company (LDC)**

A empresa de capital francês Louis Dreyfus Company fundada em 1891 atua no Paraguai desde 2004 através da subsidiária Louis Dreyfus Paraguay S.A. [LDC Paraguay S.A.]. A LDC Paraguay possui três empresas no Paraguai, a CAIASA, *joint-venture* com a

Bunge Paraguay S.A.; a Mercantil Comercial S.A., que corresponde a uma planta de processamento no departamento de Caaguazú e Lógico Paraguay, empresa de transporte fluvial com capacidade de transporte de 1.300.000 de toneladas métricas por ano (LDC, 2018). O Organograma expressa a estrutura e relações da LDC Paraguay.

**Organograma. Louis Dreyfus Paraguay e suas relações – 2018.**



Fonte: DATALUTA Paraguai (2018); Org.: Autora (2019).

Assim como as demais empresas transnacionais, a LDC Paraguay não adquire terras via compra ou arrendamento. No caso de cereais e oleaginosas, a empresa tem unidades de processamento e comercialização em Asunción e Nueva Esperanza, distrito de Canindeyú. A LDC Paraguay comercializa sementes em Asunción, Santa Rita (Alto Paraná), Nueva Esperanza [Canindeyú], Curuguaty [Canindeyú] e Tuna [Caazapá]. O comércio de fertilizantes ocorre em unidades em Asunción, Nueva Esperanza [Canindeyú], Villeta [Central], Caaguazú [Caaguazú], Curuguaty [Canindeyú] e Tuna [Caazapá]. A LDC Paraguay tem um porto para a realização de suas exportações em Asunción.

Ainda sobre a LDC Paraguay, outro ponto que enfatizamos é que em 2007 a Louis Dreyfus Company na sua subsidiária na Argentina, criou o fundo de investimento intitulado Calyx Agro, destinado apenas para a aquisição de terras na América Latina para a especulação imobiliária. No ano de 2008, a LDC abriu a Calyx Agro para

investimentos. No mesmo ano, o fundo American International Group (AIG) realizou um investimento na empresa de US\$ 65.000.000,00. No ano de 2009, a AIG quase foi derrubada devido aos escândalos envolvendo empréstimos do governo federal estadunidense<sup>295</sup> e vendeu uma parte de seus negócios na Calyx Agro para Richard Li Pacific Century Groups, de Hong Kong. Já em 2010, a AIG foi renomeada de PineBridge Investment e a parcela nos negócios da Calyx Agro foi mantida. Esta renomeação da AIG foi apenas para os negócios relacionados a Calyx Agro.

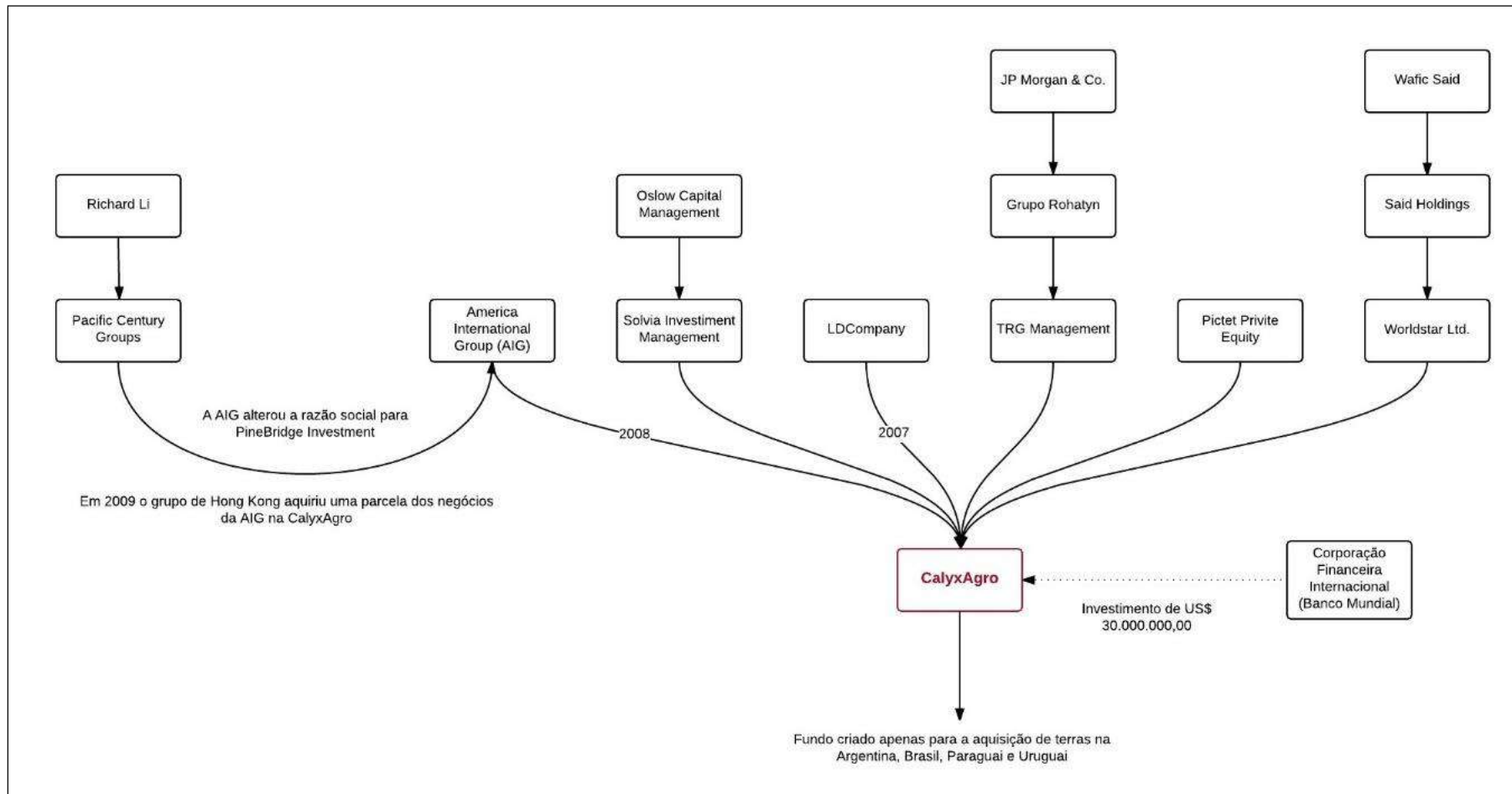
A Calyx Agro possui outros investidores, como TRG Management, que é um fundo estadunidense operado pelo Grupo Gohatyn que, por sua vez, foi fundado pelo banco JP Morgan & Co., com o objetivo de investir em mercados emergentes, fundado em 2003. A empresa Worldstar Ltd., que é uma filial da Said Holdings [Bermudas] e pertence a Wafic Said, um empresário sírio-saudita e que possui relações próximas com a família real saudita é um dos investidores da Calyx Agro. O fundo tipo Private Equity intitulado Pictet Private Equity Investors e sediado na Suíça tem a sua parcela nas ações da Calyx e por fim, a Solvia Investment Management, meio de investimentos para o fundo Oslow Capital Management, de capital britânico<sup>296</sup>. Em 2008 a empresa havia declarado a posse de 51.000 hectares na Argentina, Brasil, Paraguai e Uruguai. O Organograma mostra os investidores por trás da Calyx Agro. O fato da LDC criar fundos apenas para a aquisição de terras mostra que o capital portador de juros tem maior interesse na apropriação de terras (COTULA, 2012). Porém, o capital não é estável, uma vez que suas atividades estão direcionadas para a prospecção, transformação e venda (FREDERICO, 2016).

---

<sup>295</sup> O governo dos EUA liberou US\$ 170 bilhões para a AIG não quebrar e com este capital pagou bônus a 73 executivos da empresa, com valores variando entre US\$ 1 bilhão a US\$ 6,4 milhões. Diante deste cenário, o Congresso estadunidense solicitou a devolução do capital que o governo emprestou a AIG. Disponível em: <http://g1.globo.com/bomdiabrasil/0,,MUL1047563-16020,00-OBAMA+SE+CONSTRANGE+COM+ESCANDALO+DA+AIG.html>. Publicado em: 18 mar. 2009. Acesso em: 29 fev. 2016.

<sup>296</sup> Em 2011 a Via Campesina (07 jul. 2011) denunciou que o Banco Mundial, através da International Finance Corporation (IFC), estava estudando a possibilidade de conceder financiamento de US\$ 30.000.000,00 para a Calyx Agro se apropriar de terras na América do Sul. Maiores informações disponíveis em: <https://viacampesina.org/en/open-letter-to-ifc-pending-approval-of-the-project-calyxagro-proj-ref-29137/>. Acesso em: 21 jun. 2019.

Organograma. Empresas e fundos de investimentos envolvidos na territorialização da Calyx Agro na América do Sul – 2018.



Fonte: DATALUTA Paraguai (2018); Org.: Autora (2019).

#### e. Bayer – Monsanto

No caso da Monsanto, esta iniciou suas atividades no Paraguai em 1999, com a razão social de Monsanto Paraguay S.A. ano que teve início a produção de soja a partir da semente transgênica no país. Contudo, apenas em 2010 a Monsanto inaugurou o seu primeiro escritório no país e em 2013 a empresa apontou que a sua inserção no Paraguai é estratégica para a expansão da empresa na América do Sul (ABC COLOR, 03 set. 2013). Desde 1998 a empresa possui uma série de ações no Paraguai no sentido de incentivar pesquisas relacionadas ao desenvolvimento de sementes geneticamente modificadas, com o total apoio do Estado.

A Monsanto possui relações estreitas com a Fundación Moisés Bertoni através do projeto de uma escola agroflorestal sustentável, localizada em uma área de reserva privada no departamento de Canindeyú. Segundo Vicente (2012), em 2002 o Fundo Mundial para o Meio Ambiente (FMAN) ortogou a doação de U\$S998.000 para a Fundação Moisés Bertoni e o Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID) apoiou a mesma fundação com o total de U\$S580.000 para a construção de um complexo agroindustrial para o processamento de soja. Justamente por estas relações entre ONGs ambientalistas e empresas do agronegócio que Villagra (2009) defende que no Paraguai estas ONG atuam como agentes do agronegócio, é um “*ambientalismo tierrateniente*” (BARRETO, 2013).

A empresa alemã Bayer se territorializou no Paraguai no início da década de 2000, através da relação com as empresas nacionais com presença de capital estrangeiro Agroguarani Agrícola S.A., Ciabay S.A., Casa Rural S.A. e Dekalpar S.A., todas com presença de capital brasileiro. Apenas no ano de 2014 a Bayer adquire a empresa Granar Paraguay S.A., proprietária da empresa Ingra Sementes, responsável pela produção de sementes transgênicas no Paraguai (FOCO RURAL, 10 out. 2014). Deste modo, a Bayer atua no país através de outras empresas e apenas recentemente inicia diretamente sua atuação no país através da aquisição de uma empresa já constituída.

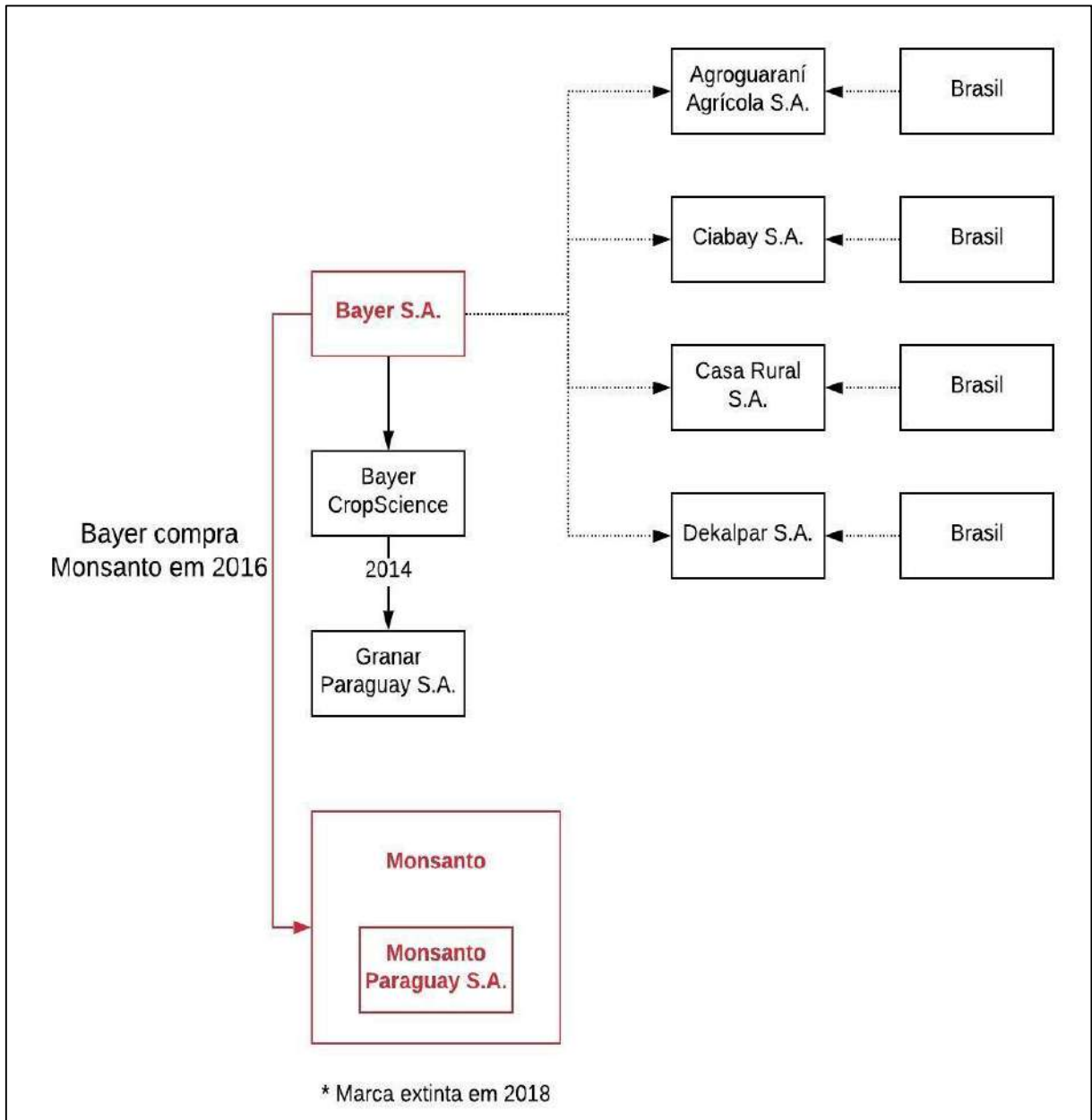
Em setembro de 2016 a Bayer anunciou a compra da estadunidense Monsanto por US\$ 66 bilhões, se convertendo na maior fabricante de agroquímicos e sementes transgênica do globo (G1, 14 set. 2016). Em junho de 2018 a Bayer anunciou o fim da marca Monsanto<sup>297</sup> (G1, 04 jun. 2018). Atualmente estão liberados no Paraguai o cultivo de treze tipos de sementes transgênicas da Bayer – Monsanto, sendo de quatro algodão [autorizados em 2007, 2013 [2] e 2017], seis de milho [liberados em 2012 [3], 2014 [2] e

---

<sup>297</sup> As marcas dos produtos vendidos pela Monsanto serão mantidas (G1, 04 jun. 2018).

2015] e duas de soja [autorizados em 2004 e 2013]<sup>298</sup> (ISAAA, 2019). O Organograma evidencia a atuação da Bayer – Monsanto no Paraguai.

**Organograma. Monsanto – Bayer S.A. e suas relações com demais empresas – 2019.**



Fonte: DATALUTA Paraguai (2019); Org.: Autora (2019).

A empresa é constante alvo de manifestações de movimentos de luta pela terra e pela soberania alimentar. O maior destes é o movimento *Ñamosêke Monsanto*, que engloba trinta organizações paraguaias do campo e da cidade. O *Ñamosêke Monsanto* consiste em

<sup>298</sup> Dados retirados da página oficial International Service for the Acquisition of Agri-biotech Applications em: <http://www.isaaa.org/gmapprovaldatabase/approvedeventsin/default.asp?CountryID=PY&Country=Paraguay>. Acesso em: 21 jun. 2019.

uma campanha lançada em outubro de 2013 contra a empresa Monsanto, empresa que controla as sementes transgênicas e agroquímicos utilizados de forma indiscriminada no Paraguai (FRANCESCHELLI, 2013; PALAU, IRALA e CORONEL, 2017). Segundo a Via Campesina (26 fev. 2014) a campanha foi idealizada no sentido de lutar contra o uso de sementes geneticamente modificadas e de agroquímicos. Ressaltando que a importação de fertilizantes e produtos fitossanitários pelo Paraguai no mês de abril de 2019 foi de 99.584.821 e 1.408.486 quilos, respectivamente<sup>299</sup> (SENAVE, 2019).

Em 2015 dentro do *Ñamosêke Monsanto* foi lançada a campanha “*Pueblos Libres de Transgénicos y Agrotóxicos*”, com o objetivo de promover o modelo de produção agroecológico e conscientizar a população paraguaia sobre os efeitos do modo de produção do agronegócio. Esta campanha é apoiada pelo Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), do Brasil e Movimiento Nacional Campesino e Indígena (MNCI), da Argentina. De 2014 a 2016 foram registradas pelo DATALUTA Paraguai 34 manifestações contra a produção de transgênicos e utilização de agroquímicos, deste total de manifestações, nove ocorreram diretamente contra a Monsanto.

#### **f. BASF**

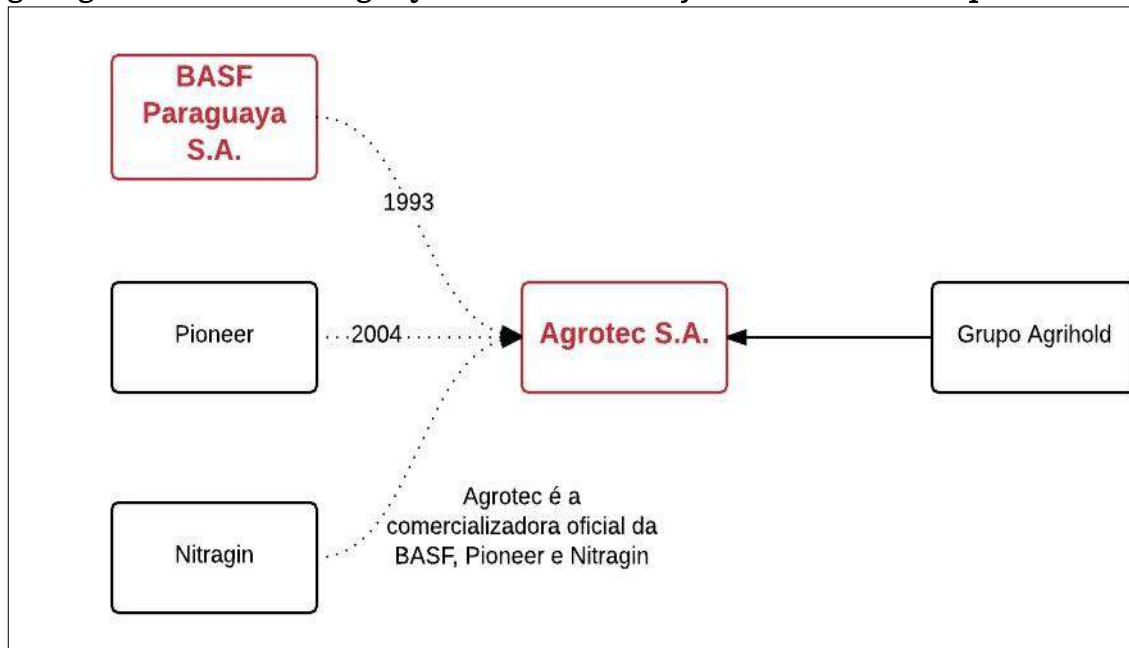
A empresa alemã BASF, fundada em 1865 por Friedrich Engelhorn iniciou sua atuação no Paraguai em 1993 através de investimentos na empresa nacional com presença de capital Brasileiro Agrotec S.A. para a importação de insumos. Apenas no ano de 2000 que a empresa inaugura seu primeiros escritório no Paraguai se constituindo como BASF Paraguay S.A. Em 2014 a empresa teve o cultivo de semente transgênica aprovado no país<sup>300</sup> (ISAAA, 2019). Atualmente a Agrotec ainda é comercializadora oficial das empresas transnacionais BASF Paraguay S.A., da Pioneer e Nitragin, conforme expressa o Organograma.

---

<sup>299</sup> A importação de fertilizantes pelo Paraguai no mês de agosto de 2018 foi de 229.258.090 quilos (SENAVE, 2018). Em relação a transgênicos, o Paraguai é o sexto país com mais cultivos de transgênicos, ficando atrás dos EUA, Brasil, Argentina, Canadá e Índia, com 3.600.0000 de hectares (ÚLTIMA HORA, 16 mai. 2017).

<sup>300</sup> Dados retirados da página oficial International Service for the Acquisition of Agri-biotech Applications em: <http://www.isaaa.org/gmapprovaldatabase/approvedeventsin/default.asp?CountryID=PY&Country=Paraguay>. Acesso em: 21 jun. 2019.

**Organograma. BASF Paraguaya S.A. e suas relações com demais empresas – 2018.**



Fonte: DATALUTA Paraguai (2018); Org.: Autora (2019).

Empresas como BASF Paraguaya S.A., Pioneer e Nitragin não estão envolvidas em conflitos. A Agrotec S.A. está, conforme evidenciaremos quando abordarmos as empresas nacionais com presença de capital estrangeiro.

**g. Syngenta**

A Syngenta, apesar da antiga atuação no Paraguai, apenas em 2010 adquiriu a empresa Agrosan S.A. (AGROMEAT, 01 fev. 2011), pertencente aos brasileiros Graciano Pereira [proprietário da Agroganadera Eden Esperanza] e Christian Pereira Ortiz. Antes da aquisição pela Syngenta, a Agrosan S.A. era uma empresa nacional com presença de capital brasileiro constituída em 1993 e territorializada nos departamentos de Amambay, Alto Paraná, Caaguazú, Canindeyú, Central, Itapúa e San Pedro, todos na região Oriental do Paraguai. Atualmente a Agrosan S.A. não alterou sua razão social e funciona como subsidiária da Syngenta no país e como empresa nacional de capital internacional. A Fotografia expressa o cultivo de soja transgênica utilizando sementes da empresa Syngenta distribuídas pela Agrosan S.A. A Syngenta possui cinco tipos de sementes



transgênicas de milho com cultivo liberado no Paraguai, autorizadas em 2012, 2014 e 2015 [3]<sup>301</sup> (ISAAA<sup>302</sup>, 2019).

**Fotografia. Plantação de milho utilizando a sementes transgênicas da Syngenta no distrito de Santa Rita [Alto Paraná].**



Fonte: Autora. Trabalho de Campo (08 jun. 2016).

Em 2016 as operações da Syngenta foram adquiridas pela China National Chemical Corporation (ChemChina), empresa estatal chinesa, a transação foi avaliada em US\$ 43 bilhões (EL PAÍS, 04 fev. 2016).

---

<sup>301</sup> Dados retirados da página oficial International Service for the Acquisition of Agri-biotech Applications em: <http://www.isaaa.org/gmapprovaldatabase/approvedeventsin/default.asp?CountryID=PY&Country=Paraguay>. Acesso em: 21 jun. 2019.

<sup>302</sup> Existem treze tipos de cultivos transgênicos de milho [sete da Monsanto, cinco da Syngenta, um da Dow AgroSciences], um da DuPont/Pioneer e um em desenvolvimento em parceria entre DuPont/Pioneer e Dow AgroSciences] autorizados no Paraguai, bem como três de soja [um da BASF e dois da Monsanto] e quatro de algodão [todos da Monsanto]. Dados retirados da página oficial International Service for the Acquisition of Agri-biotech Applications em: <http://www.isaaa.org/gmapprovaldatabase/approvedeventsin/default.asp?CountryID=PY&Country=Paraguay>. Acesso em: 21 jun. 2019.

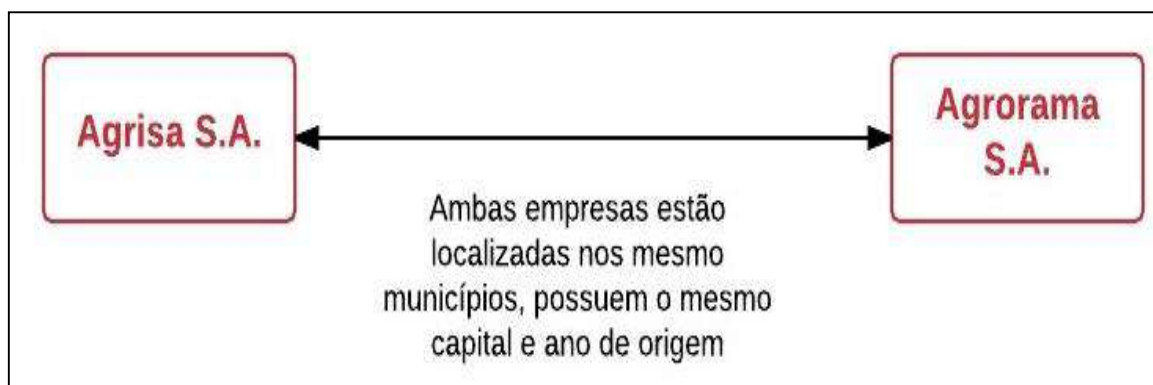
## MATERIAL DE APOIO V.

### Empresas brasileiras no controle do território paraguaio

#### a. Agrisa S.A. e Agrorama S.A

As empresas Agrisa S.A. e Agrorama S.A. Ambas são propriedades de brasileiros e foram criadas no mesmo ano, em 1995, atuam conjuntamente em Nueva Esperanza, departamento de Canindeyú, em Mariscal López, Caaguazú e Ciudad del Este, Alto Paraná e possui como atividades a produção de soja e a sua comercialização e a importação de insumos. O Organograma evidencia a relação entre as duas empresas.

#### Organograma. Relação entre Agrisa S.A. e Agrorama S.A. – 2018.



Fonte: DATALUTA Paraguai (2018); Org.: Autora (2019).

No ano de 2003, as empresas brasileiras Agrisa S.A. e Agrorama S.A. estavam territorializadas no distrito de Mariscal López, departamento de Caaguazú, quando denunciaram a Junta Comercial do distrito que as empresas estavam sendo ameaçadas e obrigadas a pagar um *suborno* para a comunidade local para que as empresas pudessem produzir (ABC COLOR, 23 mai. 2003). No mesmo momento desta reportagem, uma série de outras notícias ressaltando o bem que as empresas trouxeram para o distrito foram publicadas, um exemplo é “*inversionistas ayudaron a reabrir escuela y colegio de Mcal. López*”, publicada no jornal ABC Color (22 mai. 2003). Em 2003 ambas empresas foram denunciadas por degradação ambiental devido a utilização indiscriminada de agroquímicos.

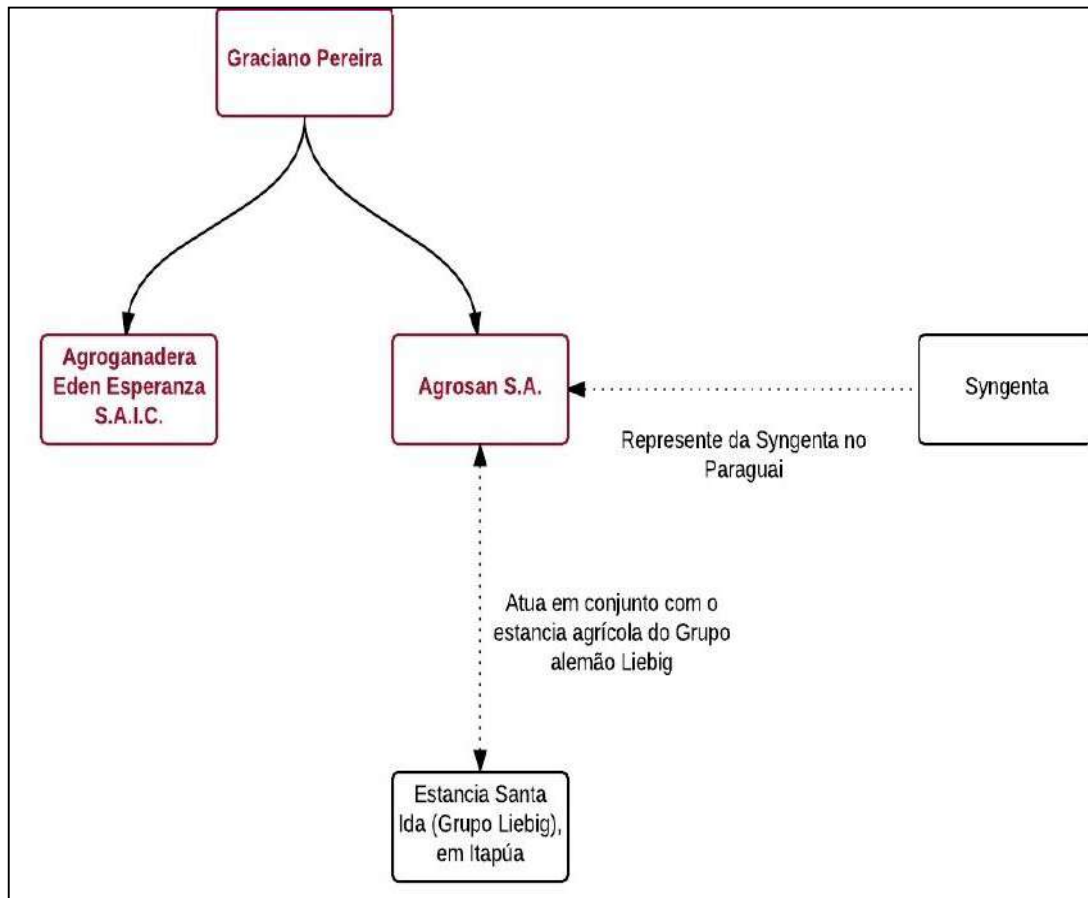
## **b. Agroganadera Eden Esperanza S.A.I.C.**

Em 1993 foi constituída no Paraguai a empresa Agroganadera Eden Esperanza S.A.I.C., propriedade do brasileiro Graciano Pereira, que também era um dos sócios da empresa nacional com presença de capital brasileiro Agrosan S.A., vendida em 2010 para a Syngenta. A empresa possui uma propriedade de 2.510 hectares no distrito de Tomas Romero Pereira [Itapúa] destinada a pecuária de corte e também é alvo de ocupações por movimentos socioterritoriais devido a incoerências nos títulos de propriedade da empresa (ABC COLOR, 20 mai. 2008).

Há um série de escândalos envolvendo a Agroganadera Eden Esperanza S.A.I.C. Em 2007, a Mesa Coordinadora Nacional de Organizaciones Campesinas (MCNOC) denunciou o desaparecimento do militante Sergio Vera Aquino, que passava por uma propriedade de 1.573 hectares em disputa por movimento camponeses. Esta notícia não foi divulgada em grandes meios de comunicação, apenas em mídias alternativas. No dia 20 de maio de 2008, camponeses do assentamento 30 de Julio, localizado em Tomás Romero Pereira [Itapúa], ocuparam a propriedade de 1.573 hectares em que supostamente seria de Graciano Pereira.

Segundo o jornal ABC Color (20 mai. 2008) a propriedade tinha o total de 2.518 hectares, dos quais 1.573 era excedente fiscal denunciados desde 2003 ao INDERT e com mensura judicial já realizada e comprovada. Um dia após a ocupação do imóvel, 90 camponeses foram retidos pelo Grupo de Operaciones Especiales (GOE) e foram transferidos para uma penitenciária, pois o Ministério Público do Paraguai entendia naquele momento que a propriedade era de fato da Agroganadera Eden Esperanza. Segundo Villagra (2009), durante esta ocupação e desterritorialização de 2008 um camponês desapareceu e não foi encontrado até os dias atuais.

**Organograma. Territorialização da Agroganadera Eden Esperanza S.A.I.C. no Paraguai – 2018.**

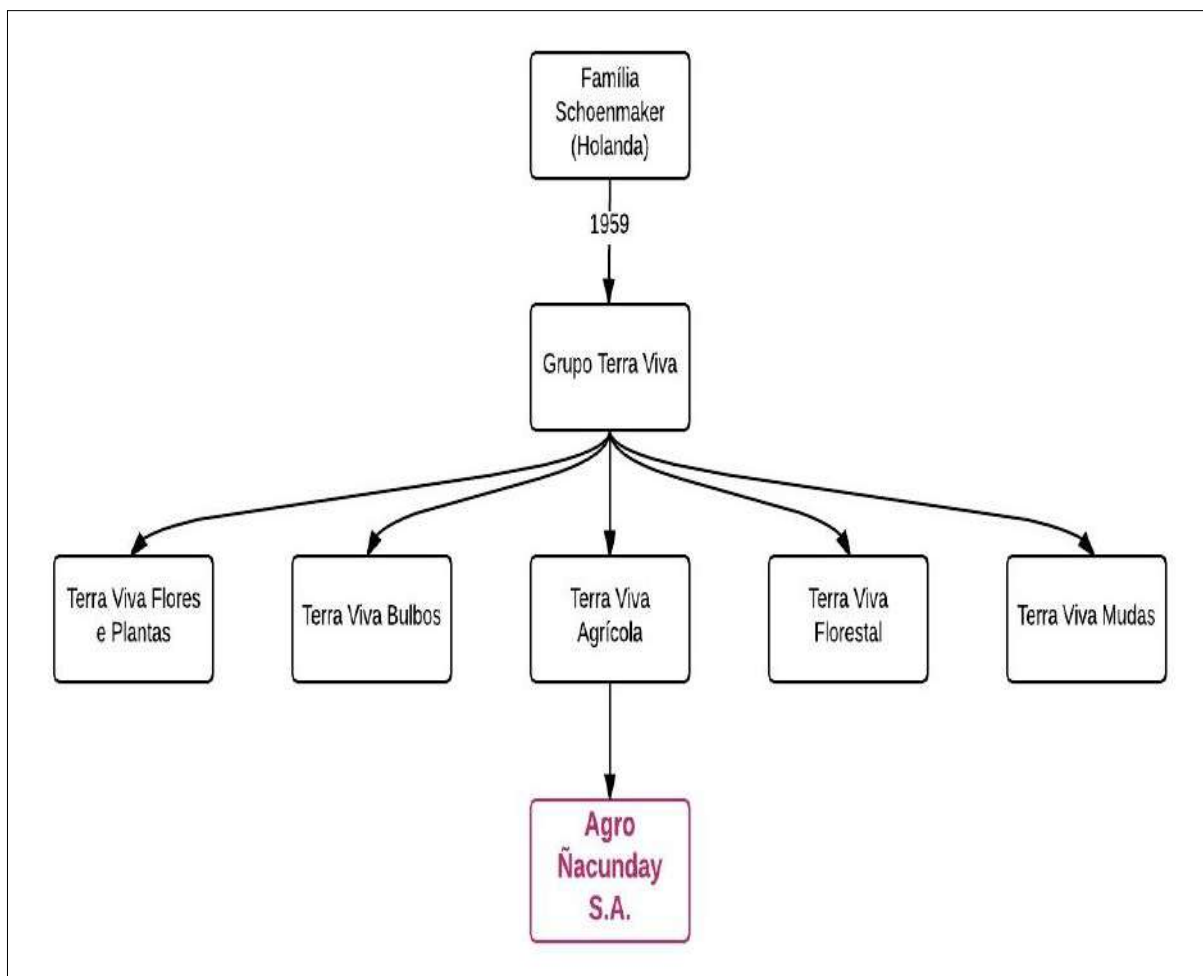


Fonte: DATALUTA Paraguai (2018); Org.: Autora (2019).

**c. Agro Ñacunday S.A. – Grupo Terra Viva**

Em 2008 a empresa brasileira Agro Ñacunday S.A., pertencente ao grupo Terra Viva, se territorializou no Paraguai via a compra de propriedades nos distritos de Naranjal e Santa Rita, departamento de Alto Paraná, totalizando 5.200 hectares para a produção de soja e milho. O grupo é holandês e se constituiu no Brasil em 1959, onde possui cinco empresas, conforme mostra o Organograma.

**Organograma. Empresas do Grupo Terra Viva – 2018.**



Fonte: DATALUTA Paraguai (2018); Org.: Autora (2019).

**d. Amaggi S.R.L.**

O grupo erradicado no Brasil mas com investimentos do EUA Amaggi iniciou suas atividades no Paraguai em 2014 através da criação da Amaggi S.R.L., subsidiária da Amaggi Argentina. A empresa atua na comercialização de soja e possui uma central de vendas em Ciudad del Este, departamento de Alto Paraná. Apesar do curto período de atuação no país, a empresa já é sócia da CAPECO. Em maio de 2018 a Amaggi já integrava o *ranking* dos dez maiores exportadores do país, com US\$ 18.000.000,00 transacionados (LA NACIÓN, 13 jun. 2018). Além do Paraguai e Brasil, o grupo atua nos Países Baixos (2008), Noruega<sup>303</sup> (2009), Argentina (2010) e Suíça (2013). A dinâmica de expansão da Amaggi após 2008 converge com os acontecimentos globais.

<sup>303</sup> Em 2009 o grupo Amaggi adquiriu 51% da empresa de processamento de grãos Denafó e em 2013 passou a contratar toda a empresa. Maiores informações disponíveis em: <http://amaggi.com.br/divisao-trading/2440-2/>. Acesso em: 25 jun. 2018.

#### **e. BBC S.A. e River Plate S.A.**

Ambas as empresas são brasileiras e se territorializam em 2002 em Puerto Casado, no departamento de Alto Paraguay através da aquisição de 30.783 hectares para a pecuária. Em 2008, o então presidente Fernando Lugo tentou desapropriar 23.000 hectares destas empresas, uma vez que a proposta destas era desmatar um território ancestral. Quando Lugo foi destituído do poder, a empresa confirmou o empreendimento e em 2012 entrou em fase de produção. As denúncias contra as empresas alegam o desmatamento ilegal de 3.600 hectares em 2011 (SURVIVAL, 11 abr. 2011). O empreendimento da BBC A.S. e River Plate S.A. ocorre em uma região na qual estão territorializados o povo indígena Ayoreo-Totobiegosode, último povo indígena isolado do Paraguai (FOLHA DE S. PAULO, 02 abr. 2012). Mesmo com as denúncias o governo Paraguai não tomou medidas contra as empresas e as negociações ocorrem de modo secreto.

#### **f. Chai S.A. – Dario Messer**

A empresa Chai S.A. foi criada em 2011 através de um investimento inicial de US\$ 900.000,00 e se dedicava supostamente ao cultivo de produtos agrícolas, especialmente eucalipto, e crias animais em diferentes departamentos, totalizando trinta propriedades e 103.999 hectares em todo o país (ABC COLOR, 25 mai. 2018).

<b>Tabela. Propriedades da empresa Chai S.A. – 2018.</b>		
<b>Distrito</b>	<b>Departamento</b>	<b>Hectares</b>
Paraguarí	Paraguarí	200
La Colmena	Paraguarí	403
N.I.	Paraguarí	485
Tebicuarymí	Paraguarí	11
Mariscal Estigarribia	Boquerón	59.000
Santa Rosa del Aguaray	San Pedro	3.000
Bahía Negra	Alto Paraguay	40.000
<b>Total</b>		<b>103.999</b>

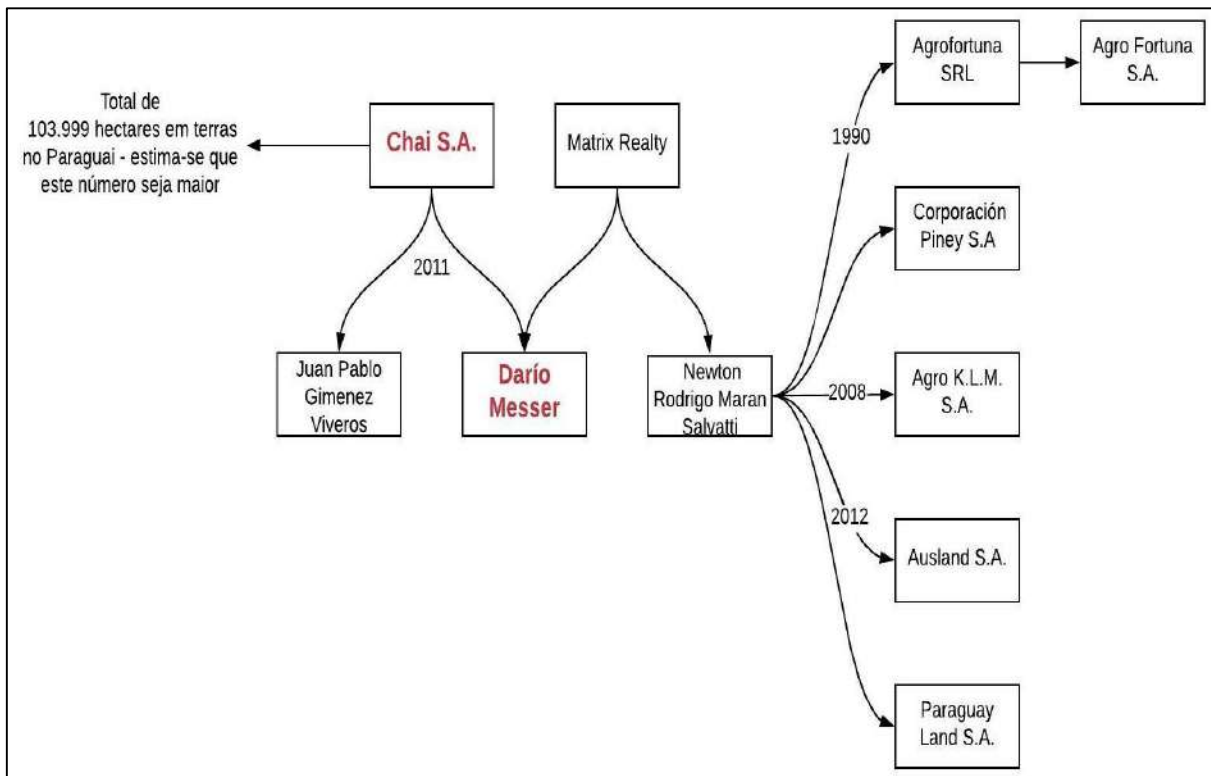
Fonte: DATALUTA Paraguai (2018); Org.: Autora (2019).

Os principais acionistas da Chai S.A. são Darío Messer e Juan Pablo Gimenez Viveros, primo de Horacio Cartes. Entre 2013 e 2016 a empresa recebeu US\$ 41.825.048,00 em sua conta no Banco Nacional de Fomento, onde a origem do dinheiro é de contas oriundas do Brasil, Ilhas Virgens Britânicas, EUA, Alemanha, Suíça e

Luxemburgo através da empresa Bizantine Investments Incorporation, que também pertence a Darío Messer (ABC COLOR, 22 mai. 2018). Mesmo que sejam poucas as propriedades em seu nome, foram levantadas doze empresas relacionadas a Messer até o momento (ABC COLOR, 22 mai. 2018), como Pegasus e Gramont. O brasileiro Newton Rodrigo Maran Salvatti é um nome chave, pois é sócio de Messer em algumas operações no Paraguai – como a imobiliária Matrix Realty. Os negócios inclui empresas em nome de membros da família de Salvatti (ABC COLOR, 22 mai. 2018).

Ademais, a empresa Agropecuaria Fortuna SRL, criada ainda na década de 1990 e com capital inicial investido de Gs. 50.000.000,00 e apresenta um crescimento exponencial na última década. A empresa teve sua razão social alterada para Agro Fortuna S.A (ABC COLOR, 22 mai. 2018). Outras empresas são a Corporación Piney S.A. Agro K.L.M. S.A. criada em 2008 com o objetivo de produção e processamento agrícola; a Ausland S.A. e a Paraguay Land S.A. estas últimas adquiridas em 2012, também estão diretamente vinculadas a Newton. Empresas farmacêuticas e gastronômicas também aparecem relacionadas a Newton e Messer, como Pohã Renda SRL, Grupo Page SRL, Costa Sur Inversiones S.A., JR2 S.A. e Origami Restaurante (ABC COLOR, 22 mai. 2018).

### **Organograma. Empresas relacionadas a Darío Messer no Paraguai – 2018.**



Fonte: DATALUTA Paraguai (2018); Org.: Autora (2019).

A CHAI S.A. possui autorização da SEAM para a alteração de uso do solo, do INFONA para dedicar-se a reflorestação e do SENACSA para exportar carne bovina para o Chile (ABC COLOR, 25 mai. 2018). Em dezembro de 2018 sócio de Darío Messer, Bruno Farina, foi detido pela Interpol no Paraguai (FOLHA DE S. PAULO, 26 dez. 2018). Darío Messer foi preso no Rio de Janeiro (Brasil) em 31 de julho de 2019<sup>304</sup> (FOLHA DE S. PAULO, 31 jul. 2019).

### **g. Colonial Agro [Agrícola Colonial S.A.I.C.]**

No ano de 2004 a empresa Agrícola Colonial S.A.I.C., pertencente a Jaime Aloisio Hammes, se territorializou no Paraguai através da aquisição de propriedades para a produção de soja e comercialização de insumos agrícolas. Atualmente a empresa possui propriedades nos distritos de Irunã, Minga Guazú, Dr. Raúl Peña, Mbaracayú, Naranjal, San Alfredo, San Cristóbal, Santa Fé del Paraná, Santa Rita e Santa Rosa del Monday, no departamento de Alto Paraná; nos distritos de Abaí, Tavaí e Yuty, no departamento de Caazapá, em Nueva Esperanza e Curuguaty, no departamento de Canindeyú, nos distritos de Carlo Antonio López, Hohenau, San Rafael del Paraná e Pirapó, no departamento de Itapúa; em San Ignacio, departamento de Misiones e distrito de Guajaybí, departamento de San Pedro. A Fotografia mostra a unidade de armazenamento de soja no distrito de San Cristóbal, Alto Paraná.

A empresa possui 150 colaboradores diretos e 1.000 clientes ativos [95% agricultores e 5% entidades revendedoras de insumos] (INFO NEGOCIOS, 16 mai. 2017). Em 2015 a empresa iniciou um processo de reestruturação, o que resultou na alteração do seu nome fantasia para Colonial Agro em 2017, porém sem mudar a sua razão social (INFO NEGOCIOS, 16 mai. 2017). Na safra de 2017 a empresa armazenou 150.000 toneladas de soja (INFO NEGOCIOS, 16 mai. 2017)<sup>305</sup>.

---

<sup>304</sup> Maiores informações disponíveis em: <https://www1.folha.uol.com.br/poder/2019/07/pf-prende-dario-messer-foragido-conhecido-como-doleiro-dos-doleiros.shtml>. Acesso em: 13 ago. 2019.

<sup>305</sup> Maiores informações disponível em: <http://infonegocios.com.py/infopublicidad/agricola-colonial-se-transforma-en-colonial-agro>. Acesso em: 21 jun. 2019.



**Fotografia. Unidade de armazenamento da Agrícola Colonial S.A.I.C. em San Cristóbal [Alto Paraná].**



Fonte: Autora. Trabalho de Campo (08 jun. 2016).

#### **h. Grupo Eladia**

O grupo é formado por quatro sócios brasileiros e um paraguaio (GLOBO RURAL, 22 mar. 2019). Atualmente o grupo Eladia possui 18.000 hectares cultivados de arroz [40% das terras é de propriedade do grupo] e 800 hectares de soja. A produção do grupo tem como destino países da Europa, América Central, América do Sul, África e o Iraque (GLOBO RURAL, 22 mar. 2019). Assim como a Villa Oliva, as terras do Eladia são localizadas no departamento de Ñeembucú, devido ao relevo e a presença de recursos hídricos. Não sabemos ao certo o ano de início da atuação no Paraguai, porém estipulamos que seja entre 2007 e 2008.

#### **i. Industria Paraguaya de Alcoholes S.A. [INPASA]**

A Industria Paraguaya de Alcoholes foi fundada em 2006, porém suas atividades iniciaram no ano de 2008 no distrito de Nueva Esperanza, departamento de Canindeyú, onde a INPASA possui uma propriedade 7.000 hectares destinada ao cultivo de cana-de-açúcar para a produção de açúcar e etanol. Segundo informações disponibilizadas pela empresa, atualmente são produzidos mensalmente 14 milhões de litros de etanol e 750 toneladas de açúcar. Em março de 2017 a empresa anunciou a construção da maior indústria de etanol de milho da América Latina no distrito de Guayaibí, departamento de

San Pedro. Não encontramos a origem do capital da INPASA, embora a mesma seja gerida pela empresa corporativa brasileira CityCorp.

No início de maio de 2017 um conflito violento foi registrado, desta vez em terras indígenas. Indígenas Ava Guaraní denunciaram ataques à comunidade *3 de Julio Ysati*, localizada no distrito de Ytakyry, departamento de Alto Paraná, região na qual a presença de empresas e latifundiários brasileiros para a produção de soja é intensa. Os indígenas acusaram funcionários da Industria Paraguaya de Alcoholes S.A. [INPASA]<sup>306</sup> por dois ataques a uma escola pública e a moradias após um grupo de nativos ser realocado para outra comunidade no distrito de Yvyrarovana [Canindeyú] (BARRETO, 2017). Segundo o jornal Última Hora (08 mai. 2017) e ABC Color (09 mai. 2017a e 09 mai. 2017b), quinze casas foram queimadas, uma criança de quatro anos foi ferida e cartuchos de balas foram encontrados no local.

Según afectados, la empresa Inpasa había negociado las tierras con el líder de la comunidad, pero muchos se resistían a salir. La Constitución Nacional, en su artículo 64 “De la propiedad comunitaria”, establece que las tierras indígenas, en ningún caso, pueden ser transferibles (BARRETO, 2017, p. 64).

Diante a violência com a comunidade indígena em Ytakyry, o INDI não se manifestou até o momento de elaboração deste relatório e os indígenas denunciaram o descaso do atual governo em relação aos conflitos agrários no país. Na realidade o Estado atende os interesses da elite latifundiária e de empresas do agronegócio nacional e internacional e não da população camponesa e indígena. O Estado tem o poder de criar um aparato legal e institucional para legitimar as ações violentas de empresas como a INPASA. Por isso o Estado é um agente fundamental no processo de controle e estrangeirização do território.

#### **j. Itasa Itapiranga S.A.**

A empresa iniciou a atuação no Paraguai em 1990. A territorialização da empresa mostra que conflito também atinge a dimensão da vida. A Itasa foi acusada de ser responsável por um assassinato na Colônia San Alfredo, distrito e departamento de Concepción, o camponês Francisco Jara Flores foi morto em 19 de dezembro de 1999 pelos policiais da empresa e seu corpo foi queimado dentro da propriedade Bello Horizonte [Concepción] (CODEHUPY, 2014). Há uma colônia do antigo IBR habilitada no local que

---

<sup>306</sup> Maiores informações disponíveis em: <<http://inpasa.com.py/empresa>>. Acesso em: 10 mai. 2017.

frequentemente é alvo de ataques e a Organización Campesina del Norte (OCN) atua na região. Apesar da acusação contra a empresa, o crime continua impune.

#### **k. JBS – Minerva**

A empresa de processamento de carnes brasileira JBS estava territorializada no Paraguai. Em 2007, o grupo brasileiro Bertin S.A. começou a operar no Paraguai sob a denominação de Quality Meat. No ano de 2009, a Bertin Paraguay adquiriu o frigorífico San Antonio. A Bertin Holding Inc., proprietária da Bertin Paraguay S.A. anuncia fusão com o Grupo JBS S.A. em 2009, com operação aprovada pelo Conselho Administrativo de Defesa Econômica (CADE) apenas em 2013 (EXAME, 17 abr. 2013). Em 2016 foram apontadas irregularidades na fusão referentes a sonegação, o grupo foi autuado em R\$3.000.000,00 (O ESTADO DE S. PAULO, 27 fev. 2016). Em 2015 a JBS S.A. construiu uma nova unidade de processamento de carnes no distrito de Belén, no departamento de Concepción. Em 2016 as unidades do JBS no país obtiveram um aumento de 12% em relação ao ano anterior devido a expansão da produção pecuária do país (DINHEIRO RURAL, 23 jan. 2017).

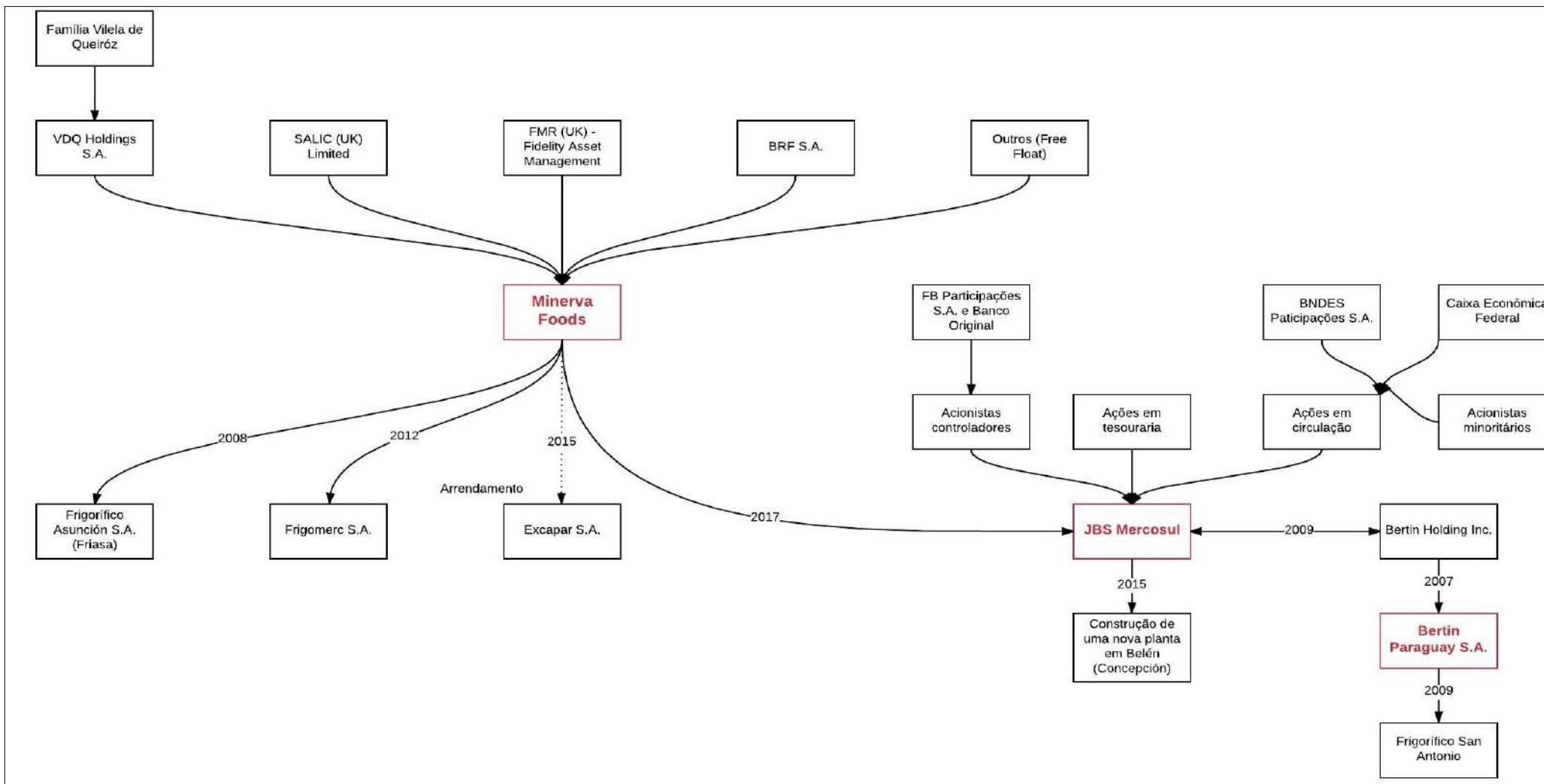
Em 2017, diante da crise política envolvendo o Grupo J&S, controlador da JBS, o mesmo optou pela venda da JBS Mercosul. A empresa foi adquirida pelo grupo brasileiro Minerva Foods<sup>307</sup> (GLOBO RURAL, 06 jun. 2017). O grupo Minerva Foods está territorializado no Paraguai desde 2008, quando realizou sua primeira expansão internacional. Primeiramente adquiriu 70% do pacote acionário da Frigobeeff, iniciando as operações no Paraguai sob nome de Frigorífico Asunción S.A. (Friasa), em 2008. No final de 2012, Minerva Foods adquiriu o segundo maior frigorífico do país, o Frigomerc.

Segundo o portal Repórter Brasil (12 jul. 2018), em 2013 o grupo Minerva costurou uma injeção de US\$ 85.000.000,00 da International Finance Corporation (IFC), do Banco Mundial, para impulsionar seus negócios no Paraguai. Em 2015 o Minerva anunciou o arrendamento de do frigorífico paraguaio Excapar, pertencente a empresa Digna (VALOR ECONÔMICO, 27 ago. 2015). Em 2017, a receita do grupo foi de R\$ 12,1 bilhões (REPÓRTER BRASIL, 12 jul. 2018).

---

<sup>307</sup> No total foram adquiridas pelo grupo Minerva nove propriedades, sendo três no Paraguai, uma no Uruguai e cinco na Argentina.

**Organograma. Territorialização da JBS e Grupo Minerva no Paraguai – 2018.**



Fonte: DATALUTA Paraguai (2018); Org.: Autora (2019).

## **1. Laguna S.A.**

Em 2008 a empresa brasileira Laguna S.A. se territorializou no distrito de Corpus Cristhi, departamento de Canindeyú para a produção de soja e pecuária. A empresa não possui maiores informações disponibilizadas e aparece na mídia apenas pelos seus violentos conflitos, uma vez que adquiriu as terras ancestrais pertencentes as comunidades Y'apó e Avá Ybarovaná.

O local no qual a empresa está territorializa é alvo de reivindicações desde 1999, onde as comunidades Y'apó e Avá Ybarovaná lutam por 5.000 hectares de terras, que deveriam ser consideradas como territórios ancestrais. Com a chegada da empresa brasileira o conflito se intensificou. No dia 20 de maio de 2014 a comunidade Avá Ybarovaná foi vítima de uma violenta desterritorialização, mesmo data na qual estava marcada uma audiência na tentativa de resolver o conflito entre os indígenas e a empresa Laguna S.A., que ocupam suas terras ancestrais (ABC COLOR, 16 jun. 2014)

A juíza do caso Silvia Cuevas ordenou um dos violentos despejos da comunidade em maio de 2014, contudo a juíza era a favor da comunidade e depois de alguns meses a mesma aprovou uma ordem de despejo, há uma suspeita de suborno da juíza (BASE INVESTIGACIONES SOCIALES, 10 mai. 2014; ABC COLOR, 17 jun. 2014). A empresa Laguna acusou os indígenas de produzirem maconha e de que os mesmos são violentos para justificar o ataque (E'A, 16 jun. 2014).

No dia 15 de junho de 2014, ocorreu outra desterritorialização, desta vez da comunidade Y'apó, que foi atacada por outro grupo de civis sem ordem judicial, com a intenção de desterritorializar a comunidade, resultando em diversos feridos Segundo a Coordenadora Nacional de la Pastoral Indígena (CONAPI), esta prática da empresa Laguna S.A. é comum (ARECO e PALAU, 2016). Cerca de 50 '*matadores*' contratados pela empresa invadiram a comunidade e torturaram alguns membros, inclusive crianças e mulheres. A empresa adquiriu a terra com todos os indígenas e desde então tem realizado intensas desterritorializações para destinar a área para a criação de gado e plantação de soja (E'A, 16 jun. 2014).

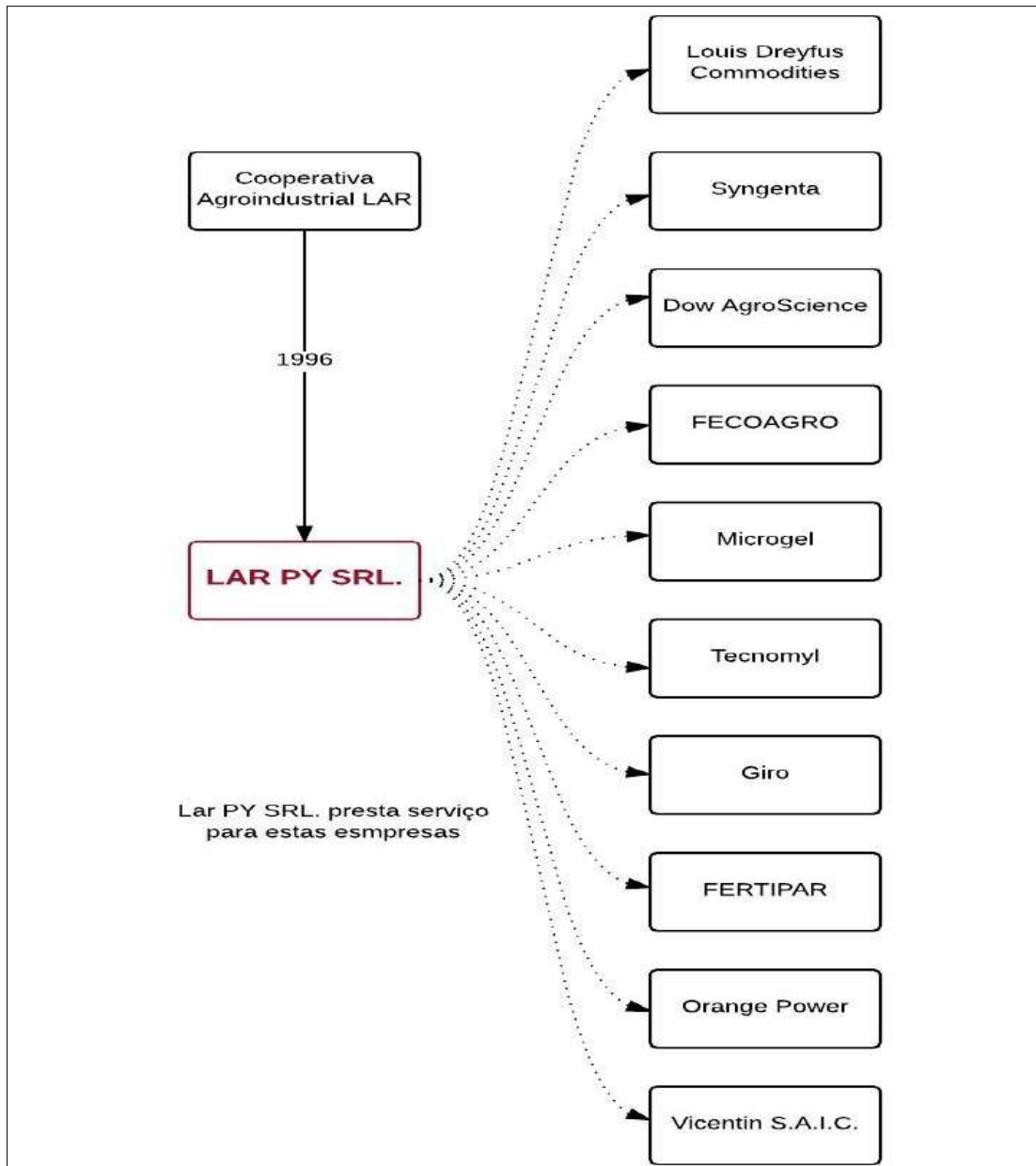
Segundo Areco e Palau (2016), em 27 de abril de 2015, 75 famílias camponesas moradoras do assentamento Pacurí, com 7.000 hectares que são excedente fiscal, localizado no distrito de Tava'i, departamento de Caazapá, foram violentamente desterritorializadas, através da queima de suas casas e animais. A ordem de desapropriação foi emitida em favor do proprietário da Laguna S.A. Segundo o jornal Última Hora (27 abr. 2015), é a terceira vez que os camponeses são desterritorializados desta propriedade.

### **m.Lar Paraguay S.R.L.**

A empresa Lar Paraguay S.R.L. constituída no Paraguai em 1996 é uma propriedade da cooperativa de produtores Lar Cooperativa Agroindustrial, criada no estado do Paraná em 1964. A empresa dedica-se à produção de aves e seus processados no Brasil. No caso do Paraguai a empresa atua na compra e comercialização de soja e milho. A empresa está territorializada nos distritos de Mbaracayú, Itakyry, Naranjal, San Alberto e Hernandarias no departamento de Alto Paraná, Nueva Esperanza, no departamento de Canindeyú e Mariscal López, no departamento de Caaguazú.

Destacamos que a unidade de Mariscal López foi implantada com recursos do BNDES. No Paraguai atua desde 1996, com oito unidades em três departamentos diferentes. No Paraguai a empresa é destinada à produção de soja e sementes para soja. Segundo Reis (2017), o discurso da empresa no Paraguai é justamente ‘ajudar na modernização do país’. A Lar Paraguay S.R.L. possui relações diretas com outras empresas, sendo LDC, Syngenta, Dow AgroScience, FECOAGRO, Microgel, Tecnomyl, Giro, FERTIPAR, Orange Power e Vicentín S.A.I.C., como mostra o Organograma abaixo.

**Organograma. Relações da Lar Paraguay S.R.L. – 2018.**



Fonte: DATALUTA Paraguai (2018); Org.: Autora (2019).

**n. Ovetril – Óleos e Vegetais Treze Trílias**

Ainda na década de 1990 a empresa brasileira Ovetril - Óleos e Vegetais Treze Trílias, constituída no estado brasileiro de Mato Grosso se territorializou no Paraguai. As unidades da empresa estão localizadas em Ciudad del Este [para comércio de insumos] e Minga Guazú e Santa Rosa del Monday [para a produção de armazenamento de soja]. A Fotografia abaixo evidencia a unidade de armazenamento de soja da Ovetril em Minga Guazú.

**Fotografia. Unidade de armazenamento de soja de Ovetril em Minga Guazú [Alto Paraná].**



Fonte: Autora. Trabalho de Campo (09 jun. 2016).

A empresa atualmente produz no Paraguai, sem nenhum conflito até o momento de fechamento desta tese.

#### **o. Terra Desenvolvimento Agropecuário Ltda.**

Em 2002, a empresa Terra Desenvolvimento Agropecuário Ltda., fundada no Brasil em 1997 iniciou suas atividades no Paraguai. Atualmente a empresa administra duas propriedades, sendo a Agroganadera Herança, no distrito de Katuete, departamento de Canindeyú e Fazenda Puerto Pantanal, no distrito de Carmelo Peralta, departamento de Alto Paraguay. Não há conflitos registrados em que a empresa esteja envolvida.

#### **p. Tierras de Negocios S.A.**

Ainda em 2008 a empresa Tierras de Negocios S.A., de capital oriundo da Argentina, Brasil e Panamá [Enya International] se territorializou no Paraguai na comunidade de Chino Cué, distrito de Itakyry, departamento de Alto Paraná. Esta empresa possui conflitos jurídicos, pois foi criada em 2008 logo após a criação da empresa Enya International no Panamá, no ano de 2007 e possuem os mesmo acionistas



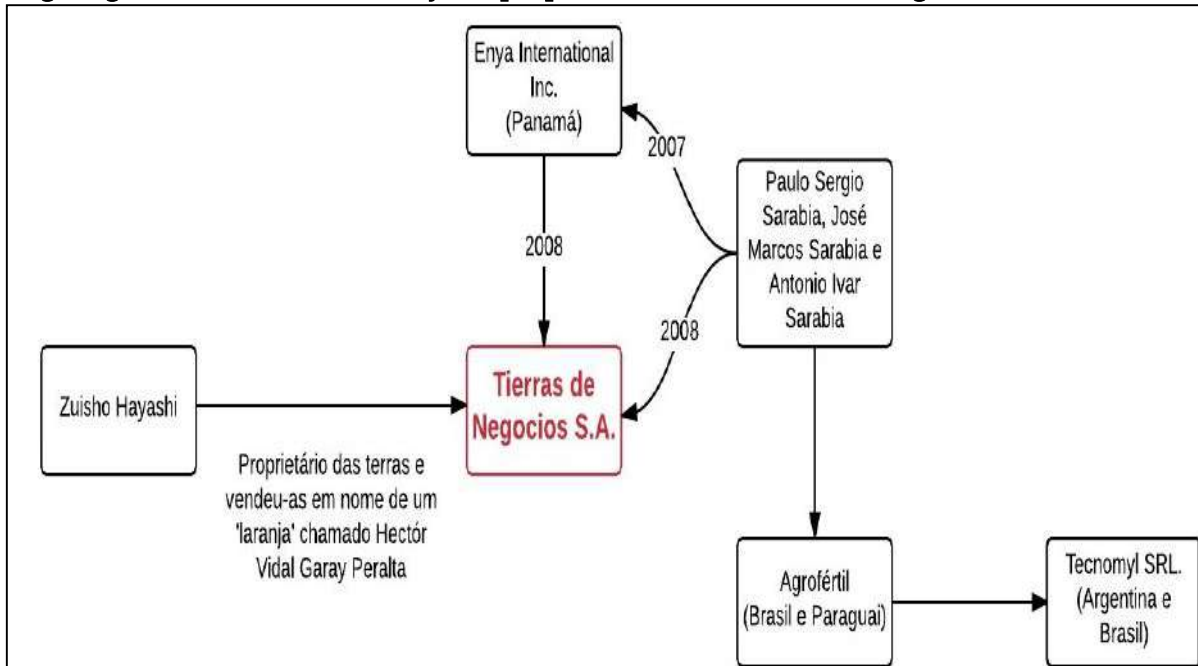
(ABC COLOR, 27 fev. 2015). O Quadro abaixo expressa o processo de criação de ambas as empresas e as coincidências entre estas.

<b>Quadro. Processos de criação das empresas Tierras de Negocios S.A. e Enya International Inc. – 2018.</b>	
<b>Tierras de Negocios S.A.</b>	
<b>26 de março de 2008</b>	Criada a empresa Tierras de Negocios S.A.
<b>Capital autorizado</b>	G. 100.000.000,00
<b>Diretores</b>	Alcides Cáceres Duarte Ricardo Schneider Becker Enrique Cardozo Victor Enmanuel Sánchez Natalia Domínguez
<b>17 de abril de 2008</b>	Lai Ching Tuenn vende 5.604 hectares em Chino Cué (Finca 2625) a Héctor Vidal Garay Peralta, que é acionista da empresa Tenondete S.A.
<b>23 de abril de 2008</b>	Lai Ching Tuenn vende 3.500 hectares em Chino Cué (Finca 2626) a Héctor Vidal Garay Peralta
<b>Entre abril e maio de 2008</b>	Amilcar Antonio Marecos Reyes adquire propriedades de Chino Cué de diferentes proprietários particulares, totalizando 938 hectares
<b>03 de novembro de 2008</b>	Tierras de Negocios S.A. amplia seu capital, acrescentando G. 32.000.000,00 a quantia de G. 100.000.000,00 referente ao primeiro investimento. Nesta mesma data a empresa modificou seus estatutos e passou a controlar 99% das ações da Enya International Inc.
<b>16 de dezembro de 2008</b>	Héctor Vidal Garay Peralta vende 9.104 hectares de Chino Cué a empresa Tierras de Negocios S.A. Na mesma data, Héctor é admitido como empregado da empresa Agrofertil (atualmente é empregado da empresa Tecnomyl), empresa nacional com capital brasileiro e controlada por José Marcos Sarabia, Paulo Sergio Sarabia e Antonio Ivar Sarabia
<b>Enya International Inc.</b>	
<b>19 de dezembro de 2007</b>	É protocolado no Panamá a constituição da empresa Enya International Inc.
<b>Capital autorizado</b>	U\$S10.000.000,00
<b>Diretores</b>	George Allen Carmen Wong Ivette Rogers Jaqueline Alexander Verna de Nelson
<b>03 de julho de 2008</b>	Ainda no Panamá, a empresa adiciona U\$S700.000,00 ao seu capital inicial
<b>07 de novembro de 2008</b>	A direção da empresa se reúne no Panamá e o corpo diretório é alterado: José Marcos Sarabia assume o lugar de George Allen; Paulo Sergio

	Sarabia assume o lugar de Ivette Rogers e Antonio Ivar Sarabia assume o lugar de Carmen Wong
<b>28 de outubro de 2011</b>	A nova direção se reúne em Foz do Iguaçu, no Brasil, e novos diretores são nomeados: Rafael Gustavo Antonio assume o lugar de José Marcos Sarabia, Felipe Eckert assume a posição de Paulo Sergio Sarabia e José Ricardo Almeida a de Antonio Ivar Sarabia
<b>14 de novembro de 2013</b>	Novamente o conselho diretor se reúne em Ciudad del Este e João Gerado Raymundo assume a posição de José Ricardo Almeida, registrando uma localidade da empresa em Santa Cruz, Bolívia
<b>28 de novembro de 2013</b>	O conselho diretor se reúne em Ciudad del Este e Jorge Gabriel Andrés Bejarano Jaureguí substituí Felipe Eckert e novamente registra endereço em Santa Cruz, Bolívia
<b>25 de junho de 2018</b>	Novamente a empresa é denunciada por comprar terras públicas destinadas a reforma agrária
Fonte: ABC COLOR (27 fev. 2015); Org.: Autora (2019).	

Em 10 de dezembro de 2007, antes das primeiras aquisições da por parte Héctor Vidal Garay Peralta, o japonês Zuisho Hayashi autorizou o chinês Lai Ching Tuenn para vender as terras em Chino Cué. Héctor Garay comprou as terras e logo depois as vendeu para a empresa Tierras de Negocios S.A. por U\$S5.400.000,000 (ABC COLOR, 27 fev. 2015). Em 2011, a empresa cobrou do Estado paraguaio cerca de G. 11.000.000,00 por hectare, pois a empresa adquiriu uma terra que era para ser destinada para reforma agrária, que já contava com camponeses e precisaria ser desapropriada. Lugo tentava a desapropriação sem o pagamento do valor, mas com a destituição deste o processo foi parado. O Organograma mostra as relações entre as empresas na constituição da Tierras de Negocios S.A.

**Organograma. Processo de criação e proprietários da Tierras de Negocios S.A. – 2018.**



Fonte: DATALUTA Paraguai (2018); Org.: Autora (2019).

Além dos conflitos institucionais que permeiam o seu processo de criação, a empresa se apropriou de terras destinadas a reforma agrária em Chino Cué, distrito de Itakyry, departamento de Alto Paraná, local com conflitos históricos. Em 2015, em entrevista ao jornal AB Color (28 fev. 2015), Paulo Sergio Sarabia foi questionado sobre o fato de ter adquirido uma terra na qual já havia conflitos camponeses e de acordo com o jornal sua resposta foi: “*veces usted hace un negocio y no está seguro de los riesgos. En aquel momento no estaba 100% ocupado; por ahí los campesinos podían salir y sería un buen negocio*”.

O empresário ainda assinalou nesta entrevista que não há má fé na aquisição das terras. Em 2015 o INDERT propôs um acordo a empresa em que seriam transferidos para a Tierras de Negocios S.A. o equivalente a 60.269 hectares na Colônia Ñande Retã, no distrito de Mariscal José Félix Estigarribia, departamento de Boquerón, avaliadas em U\$S24.000.000,00. Ocorreu a transferência imediata de 25.000 hectares, o restante ainda não foi estipulada uma data de transferência (ABC COLOR, 28 fev.2015).

No dia 07 abr. 2016 o jornal ABC Color publicou uma reportagem onde afirma que além Enya International Inc., a família Sarabia havia comprado outra empresas no ano de 2000 intitulada Almond Coast, estabelecida nas Ilhas Virgens Britânicas. Em 26 jul.

2016 o INDERT entregou as famílias de Chino Cué<sup>308</sup> um ‘certificado de adjudicación’ sem valor jurídico, titulando 3.5000 hectares da área reivindicada, do total de 14.800 hectares ocupados (ABC COLOR, 27 jul. 2016). Na ocasião o INDERT informou que o acordo em que pagará U\$S14.000.000,00 pelos 10.300 hectares de Chino Cué (ABC COLOR, 26 jul. 2016). Referente as antigas negociações sobre a transferência de terras no departamento de Boquerón, o INDERT não mencionou mais o assunto. O caso de Chino Cué evidencia mais uma vez a total conivência do Estado para que com as empresas estrangeiras, que mesmo diante diversas ilegalidades comprovadas, ainda desterritorializam e criminalizam movimentos camponeses.

#### **q. Umbu S.A.**

A empresa Umbu S.A., pertencia ao General Adolfo Samaniengo e foi adquirida pela brasileira Joici Companhia, em 2006. A empresa está localizada no distrito de Mariscal Estigarribia, no departamento de Boquerón, com 40.000 hectares (GLAUSER, 2009) destinados a exploração madeireira e a pecuária. Desde a década de 1990 a empresa já estava em conflito com a população local, intensificando-se após de 2006 devido a um projeto de desmatamento.

#### **r. Villa Oliva Rice S.A.**

A empresa brasileira Villa Oliva Rice S.A. se territorializou no Paraguai em 2015 através da aquisição de uma propriedade de 5.000 hectares no distrito de Tacuaras, departamento de Ñeembucú para a produção de arroz e de outra no distrito de Bella Vista, departamento de Amambay para a produção de cana-de-açúcar. Ainda em 2015, a senadora do Partido Frente Guazú pediu a não renovação da Licença ambiental da empresa juntamente com a sua suspensão de operação no departamento de Ñeembucú, pois a Villa Oliva utiliza fumigações com glifosato e demais agroquímicos que vem prejudicando a saúde da população da região (DEMO INFO, 19 jun. 2015). Segundo o BASE Investigaciones Sociales (04 out. 2015), durante o ano de 2015 ocorreram diversos debates com ambientalistas no departamento de Ñeembucú justamente para debater os impactos da empresa, que ainda continua produzindo. Em setembro de 2017, mais uma vez a empresa foi denunciada pela população local pelo fato de estar poluindo os cursos

---

<sup>308</sup> Segundo o Movimiento Regional por la Tierra y Territorio (2016), o assentamento é resultado de uma ocupação pioneiro da ASAGRAPA. A governança da terra é familiar, onde cada família possui um título provisório desde 2010. Atualmente existem 13 comissões vicinais de luta pela terra e 12 associações produtivas em Chino Cué. Algumas destas associações se dedicam exclusivamente a produção agroecológica, como a Asociación Ykua Porâ.

d’água com a utilização de agroquímicos e também pelo desvio de rios para a utilização da água por parte da empresa (LA NACIÓN, 26 set. 2017).

#### **s. Yaguareté Porá S.A.**

A empresa Yaguareté Porá S.A., fundada em 2005 pelo brasileiro Marcelo Bastos Ferraz, com 78.549 hectares para a conservação ambiental e produção pecuária em Puerto Casado, Alto Paraguay. Segundo a página oficial da empresa<sup>309</sup>, esta foi constituída com o objetivo de criar um modelo de desenvolvimento pecuário, com respeito aos direitos humanos e trabalhistas, protegendo o meio ambiente e comprometido na luta contra a corrupção. A Yaguareté Porá S.A. tem uma reserva natural criada como área silvestre protegida sob domínio privado perpetuo pelo Decreto n. 11.726, de 11 de janeiro de 2008<sup>310</sup> (LA RED PARAGUAYA DE CONSERVACIÓN EN TIERRAS PRIVADAS, 2019). Como reserva protege 27.508 hectares de um ecossistema de transição do Chaco. Segundo a empresa, há uma relação cultural com os povos Ayoreos-Totobiegosode, inclusive um intercâmbio cultural que permite a preservação. Contudo não é isso que afirmam os indígenas. Atualmente, as reservas privadas são uma estratégia utilizada para proteger latifúndios (BARRETO, 2013).

Contudo, em 2009 a empresa foi denunciada pela Controladoría General de la República devido a sua licença ambiental irregular, obtida em 2007. Na ocasião a empresa omitiu a existência de povos indígenas na sua propriedade (BASE INVESTIGACIONES SOCIALES, 31 ago. 2010). Apenas em 2013 a licença ambiental da empresa foi suspensa, o que não colocou fim nas ações de desmatamento da empresa. Em 2014 novamente a empresa foi denunciada por desmatamento de uma área considerada como reserva cultural e natural ancestral, segundo reportagem da UOL (21 ago. 2014) imagens de satélites comprovam o desmatamento. De acordo com o Farmland Grab (18 fev. 2014) a empresa tinha como objetivo abrir uma via para facilitar o acesso a portos para o escoamento da produção de carne.

Em 2015, segundo o jornal Última Hora (30 jun. 2015), a ONG Survival denunciou o fracasso do governo paraguaio na proteção da terra e da vida, através de uma carta enviada a ONU. A ONG afirmou que muito dos indígenas sofreram desterritorialização forçada e sofrem com enfermidades como diabetes e mal nutrição desde o momento que os pecuaristas brasileiros chegaram ao Chaco. Segundo o jornal Última Hora (08 jul. 2015),

---

<sup>309</sup> Disponível em: <<http://www.yaguaretepora.com.py/>>. Acesso em: 18 out. 2016.

<sup>310</sup> Maiores informações disponíveis em: <[http://www.conservacionprivadapy.org/quienes\\_somos.html](http://www.conservacionprivadapy.org/quienes_somos.html)>. Acesso em: 21 jun. 2019.

a empresa Yaguareté Porá S.A. desmatou sem licença ambiental 1.500 hectares de floresta nativa entre maio de junho de 2015.

Segundo o jornal Última Hora (17 ago. 2015), a empresa foi denunciada novamente por desmatamento, calculando que a empresa já havia desmatado 10.000 hectares das terras destinadas aos Ayoreos-Totobiegosode. Em outubro de 2015 outra denúncia de desmatamento ilegal realizado pela empresa foi levada a Secretaría del Ambiente (SEAM) e ao Instituto Forestal Nacional (INFONA) (ÚLTIMA HORA, 07 out. 2015). Desde outubro de 2015 não se publica mais notícias referentes a empresa, contudo o Estado paraguaio não tomou nenhuma medida em relação as denúncias. Isso evidencia a total conivência do Estado com as ações de desterritorialização de comunidades ancestrais mesmo quando se tem uma legislação que garanta os direitos territoriais destas.

## **MATERIAL DE APOIO VI.**

---

### **Empresas nacionais com presença de capital brasileiro no controle do território paraguaio**

#### **a. Agritrade S.A.**

Sobre a Agritrade S.A., não sabemos ao certo o ano que a empresa se territorializou no país. Atualmente o presidente da empresa é Valdir B. Crivellari, cidadão do município de Cascavel, estado do Paraná, Brasil e atua no armazenamento, comercialização de soja e produção de agroquímicos no distrito de Hernandarias, Alto Paraná. Em 2014 a SEAM publicou um estudo de impacto ambiental de um empreendimento agrícola da empresa intitulado “Silo de acopio y almacenamiento de granos, depósito y comercialización de insumos agrícolas” no distrito de Corpus Christi, departamento de Canindeyú. A empresa também é sócia da CAPECO.

#### **b. Agro Comercial e Industrial Naranjal S.A.**

A Agro Comercial e Industrial Naranjal S.A. é empresa de capital fechado de origem brasileira se territorializou no Paraguai na década de 1990 no distrito de Naranjal, departamento de Alto Paraná destinada a comercialização de soja no mercado exterior e comercialização de agroquímicos.

#### **c. Agrofértil S.A. – Tecnomyl S.A.**

A Agrofértil S.A. é uma empresa nacional criada no ano de 1993, sendo propriedade de José Marcos Sarabia, Paulo Sergio Sarabia e Antonio Ivar Sarabia [mesmos proprietários da empresa Tecnomyl S.A. e da Tierras de Negocios S.A.] A empresa é a principal representante da Monsanto no Paraguai e possui 3.500 hectares em Hernandarias e 500 hectares em Ikatyry, ambos localizados no departamento de Alto Paraná e destinados ao cultivo de soja. No dia 01 de junho de 2005 a empresa teve financiamento aprovado pela Corporación Interamericana de Inversiones (CII), do Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID). De acordo com a CII, o projeto teve como objetivo financiar as necessidades de capital da empresa para consolidar o processo de modernização dos maquinários, tornando a empresa competitiva no mercado nacional e

internacional. Ainda segundo a CII<sup>311</sup>, o apoio financeiro a Agrofertil estava no marco dos projetos que visam incrementar o fluxo de financiamento a pequenas e médias empresas da América Latina e Caribe.

A Tecnomyl S.A. é vinculada a Agrofertil uma vez que importa matéria-prima para a elaboração de agroquímicos. De acordo com Vicente (2012), a Tecnomyl S.A. abastecia em 2011 20% do mercado nacional de agroquímicos. A empresa possui subsidiárias na Argentina, Bolívia, Brasil e Colômbia. No Paraguai a empresa possui uma planta agroindustrial no distrito de Villeta, departamento de Central.

A empresa Tecnomyl S.A., de capital paraguaio, argentino e brasileiro Em 2008 a empresa estava envolvida com escândalos de sonegação de impostos, pois importou produtos no valor de real de US\$1.035.680,00 mas declarou apenas G.267.260. Naquele momento, a matéria-prima importada foi retida no porto de Villeta e a empresa passou por investigações que não tiveram resultados. A Tecnomyl S.A. também foi condenada pelo SENAVE como uma das 28 empresas de agroquímicos que nos últimos anos não cumpriu normas relativas à importação e comercialização de produtos. Segundo o portal BrasilAgro (28 jan. 2016), as normas infringidas foram: importação de produtos sem registro comercial, produtos sem autorização para ser utilizado no país, produtos vencidos, produtos sem procedência definida e com informações incompletas.

#### **d. Agroganadera Aguaray S.A.**

A empresa Agroganadera Aguaray S.A., de capital nacional com presença de capital brasileiro através do proprietários Evaldo Emilio de Araujo, se territorializou no Paraguai em 1977 por meio da aquisição de 26.404 hectares para a produção de soja, em Lima e em Santa Rosa del Aguaray, departamento de San Pedro. A empresa teve um conflito iniciado no ano de 2013, 260 famílias camponesas sem-terra que compõem Comisión Vecinal Añareta'i solicitaram uma mensura judicial das terras da empresa ao INDERT. Naquele momento foram constatados que 2.491 hectares do total de 30.500 hectares pertencentes a empresa eram excedentes fiscais.

A Agroganadera Aguaray nega que tais terras foram apropriadas ilegalmente pela empresa, enquanto os camponeses afirmam que é apenas mais uma manobra da Agroganadera Aguaray. Em agosto de 2014 misteriosamente um documento que poderia comprovar o excedente fiscal desapareceu da Dirección General de los Registros Públicos (ÚLTIMA HORA, 24 ago. 2014). Em janeiro de 2014 a camponeses barraram a aplicação

---

<sup>311</sup> Maiores informações disponíveis em: <https://www.iic.org/es/projects/pr3098a-01/agrofertil>. Acesso em: 21 jun. 2019.



de agroquímicos nas plantações de soja da empresa, que culminou em um conflito deixando pessoas feridas (ÚLTIMA HORA, 25 jan. 2014), ressaltando que a empresa frequentemente é alvo denúncias devido à grande quantidade de agroquímicos utilizados.

#### **e. Agro Guaraní Agrícola S.A.**

A Agro Guaraní Agrícola S.A. é uma empresa que se territorializou no Paraguai em 2004 para a comercialização de soja e distribuição de agroquímicos. Atualmente está registrada no Brasil como empresa ativa domiciliada no exterior inscrita sob o CNPJ 07.102.298/0001-90. Segundo informações disponibilizadas a empresa está localizada na Av. Naranjal, sem citar o município, porém na realidade Naranjal é o distrito paraguaio onde a empresa tem sede. No Paraguai a empresa está inscrita no Registro Único de Contribuyentes (RUC)<sup>312</sup> através do número 80024520-2. A divergência nas informações evidencia que os dados disponibilizados por órgãos estatais nem sempre são verídicos e reforça a necessidade de realizar pesquisas mais a fundo.

#### **f. Agrosan S.A.**

No caso da Agrosan S.A., apesar de ser declarada como nacional, a empresa de 1993 até 2010 era propriedade dos brasileiros Graciano Pereira e Christian Pereira Ortiz. Em dezembro de 2010 foi vendida para a empresa Syngenta, porém a razão social não foi alterada e a Agrosan S.A. continua sendo uma empresa nacional de capital internacional especializada na distribuição de sementes transgênicas e territorializada em sete departamentos da região Oriental do país.

#### **g. Agro Industrial Pykyry S.A.**

A Agro Industrial Pykyry S.A. foi fundada na década de 1990 sob a presidência do brasileiro David Teixeira do Amaral. A empresa atua na comercialização de grãos, principalmente soja com silo no distrito de Hernandarias, Alto Paraná. Cabe destacar que a Agro Industrial Pykyry S.A. em conjunto com a Agro Comercial e Industrial Naranjal S.A., Agrícola Agroguarani e Reossi firmaram um acordo com a empresa de capital de origem estadunidense. Conforme citado anteriormente, o objetivo da Bunge era comprar a soja destas empresas e para isso a Bunge forneceu adiantamentos às

---

<sup>312</sup> Equivalente ao CNPJ no Brasil.

empresas e posteriormente, que por sua vez financiou a produção de produtores individuais. A Bunge acusou as empresas de não quitar o financiamento e as empresas acusou a Bunge de falsificação de documentos.

#### **h. Agro Santa Rosa S.A.E.C.A.**

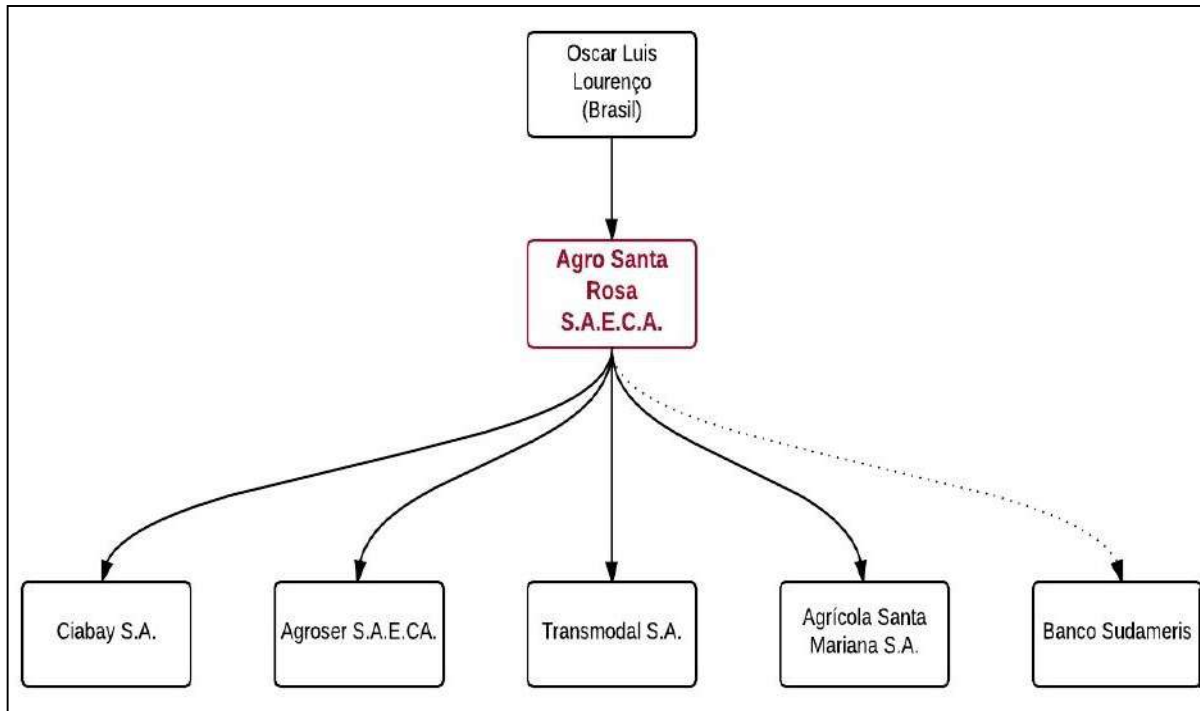
A empresa Agro Santa Rosa S.A.E.C.A foi criada no ano de 1995, é uma *holding*<sup>313</sup> de empresas, onde o principal acionista é o brasileiro Oscar Luis Lourenço e acionistas secundários são Vladimir Sergio Pesenti e Breno Batista Bianchi, ambos brasileiros. Outras empresas que formar a holding são: Agro Santa Rosa S.A., Ciabay S.A., Agroser S.A.E.C.A., Tansmodal S.A. e Agrícola Santa Mariana S.A. Enfatizamos que a *holding* também tem ações no antigo Banco Sudameris<sup>314</sup> e atual Santander. As empresas que compõem a *holding* Agro Santa Rosa atuam na produção e comercialização de sementes e de soja *in natura*. A *holding* Agro Santa Rosa S.A.E.C.A. está territorializada nos três departamentos fronteiriços com o Brasil e Argentina - Alto Paraná, Canindeyú e Itapúa - os três maiores produtores nacionais de soja respectivamente, sendo uma peça fundamental para a monopolização do território pelo capital internacional. O Organograma evidencia cada uma das empresas que compõem a *holding*.

---

<sup>313</sup> De acordo com o Novíssimo Dicionário de Economia de Paulo Sandroni (1999, p. 285), holding é a designação de empresa que mantém o controle sobre outras empresas mediante a posse majoritária de ações. “Essa forma de organização empresarial, um dos estágios mais avançados da concentração de capital, permite a uma holding controlar um capital muito maior que o seu, obtendo lucros desproporcionalmente elevados” (SANDRONI, 1999, p. 285).

<sup>314</sup> O Banco Sudameris foi fundado em São Paulo em 1900. No ano de 2007, o banco foi incorporado pela ABN AMRO Real. Em 2011 ambos os bancos foram adquiridos pelo Santander. Disponível em: <<http://www.valor.com.br/financas/1078898/incorporacao-de-sudameris-e-abn-amro-por-santander-tem-ultima-etapa>>. Publicado em: 01 nov. 2011. Acesso em: 21 dez. 2016.

**Organograma. Holding Agro Santa Rosa S.A.E.C.A. e suas empresas – 2018.**



Fonte: DATALUTA Paraguai (2018); Org.: Autora (2019).

As atividades da *holding* podem ser divididas em quatro classes. Na produção de sementes, armazenamento e comercialização de grãos se destacam a Agro Santa Rosa que possui cinco silos próprios nos distritos de Hernandarias e La Paloma, localizados nos departamentos de Alto Paraná e Canindeyú, respectivamente e Agroser opera no mesmo ramo com silos no distrito de La Paloma, Canindeyú. Já na produção de soja, a empresa responsável é a Santa Mariana que cultiva o grão em uma propriedade de 3.670 hectares localizada em La Paloma, departamento de Canindeyú. A empresa Transmodal S.A., com sede em Hernandarias [Alto Paraná], atua no transporte e logística da soja produzida pelo grupo através da empresa Santa Mariana.

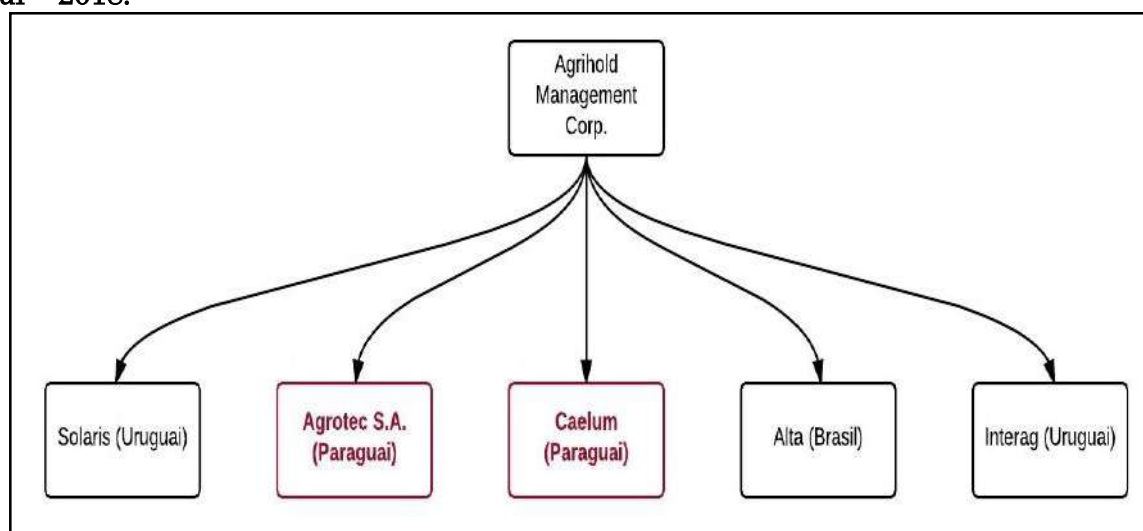
**i. Agro Silo El Productor S.A.**

A empresa Agro Silo El Productor S.A., presidida pelos brasileiros Antônio Raimondi e Regina Aquino, foi criada no Paraguai na década de 1990 como uma empresa nacional registrada no RUC número 80017386-4. A empresa está territorializada nos distritos de Hernandarias e Nueva Esperanza, nos departamentos de Alto Paraná e Canindeyú, respectivamente e atua no processamento e comercialização de soja, produzindo os seus próprios agroquímicos. Atualmente a empresa é sócia da CAPECO e não há registrado conflitos envolvendo a mesma.

#### j. Agrotec S.A. – Agrihold Management Corporation

A empresa Agrotec S.A.<sup>315</sup> foi criada no Paraguai em 1990 pelo empresário brasileiro Túlio Luiz Neves Zanchet. Concomitantemente através a Agrotec S.A. formou-se uma *holding* destinada a produção agrícola intitulada Agrihold Management Corporation. A *holding* iniciou-se no Paraguai e a partir dos anos 2000 iniciou sua expansão para os demais países da América do Sul se consolidando como um agente regional importante. Atualmente é proprietária das empresas Agrotec S.A. e Caelum, ambas localizadas no Paraguai. Também é dona da empresa Alta, no Brasil, responsável pela fabricação e distribuição de agroquímicos, como Evos e Fopronil; Solaris e Interag, no Uruguai, atuante na produção de sementes geneticamente modificadas e demais insumos.

#### Organograma. Agrihold Management Corporation e sua territorialização na América do Sul – 2018.



Fonte: DATALUTA Paraguai (2018); Org.: Autora (2019).

Atualmente a Agrotec S.A., que atua na provisão de sementes, fertilizantes e agroquímicos, na assistência técnica para a comercialização de grãos, na produção do seu próprio agroquímico e também importação de insumos de empresas como BASF, Bunge Pioneer, além disso possui cultivos de arroz, canola, cana-de-açúcar, girassol, milho e soja. A empresa possui unidades em Pedro Juan Caballero, departamento de Amambay, Ciudad del Este, departamento de Alto Paraná e San Alberto, departamento de Canindeyú. A Agrihold também possui no Paraguai a empresa Caelum que é responsável pela

<sup>315</sup> A Agrotec S.A. não é a mesma Agrotech S.A., subsidiária da Cresud no país.

distribuição de insumos com formulações exclusivas e comercialização de sementes híbridas e fertilizantes especiais para os cultivos de soja, milho e trigo.

#### **k. Casa Rural S.A**

Outro agente importante é a empresa Casa Rural S.A.<sup>316</sup>, que atua desde a década de 1990 na importação e distribuição de agroquímicos e sementes transgênicas. Além de proprietários brasileiros, Carlos Rubén Debay Rodríguez Lima e Lorelay Debay Mauas são acionistas da empresa e também são acionistas do Banco Itapúa. Atualmente a empresa possui oficinas no departamento de Alto Paraná e Itapúa. Apesar de não atuar diretamente na aquisição de terras para produção, esta empresa fornece insumos para que demais empresas monopolizem o território.

#### **l. Comercial e Industrial Amambay S.A. [Ciabay]**

A Comercial e Industrial Amambay S.A, mais conhecida como Ciabay, considerada a empresa mais rentável do grupo pelo fato de ser representante oficial da Bayer e das empresas Case IH, New Holland e Tatu Marcesan, dedicadas a produção de máquinas agrícolas. A Ciabay possui oficinas nos distritos de Hernandarias, Naranjal, San Alberto, Santa Rosa del Aguaray, no departamento de Alto Paraná; Katuete, no departamento de Canindeyú e Bella Vista del Sur, em Itapúa.

#### **m. Dekalpar S.A. – Compañía Agrícola Itakyry [CAISA]**

A empresa Dekalpar S.A., fundada no Paraguai em 1998 é propriedade do brasileiro Omar Vicente Larré, que também possui a empresa Compañía Agrícola Itakyry [CAISA]. Atualmente a Dekalpar atua na importação e comercialização de insumos agrícolas, principalmente sementes transgênicas e agroquímicos [é representante da Monsanto], estando localizada no distrito de Santa Rita e Itakyry [Alto Paraná] e nos departamentos de Caaguazú, Canindeyú, Itapúa e San Pedro.

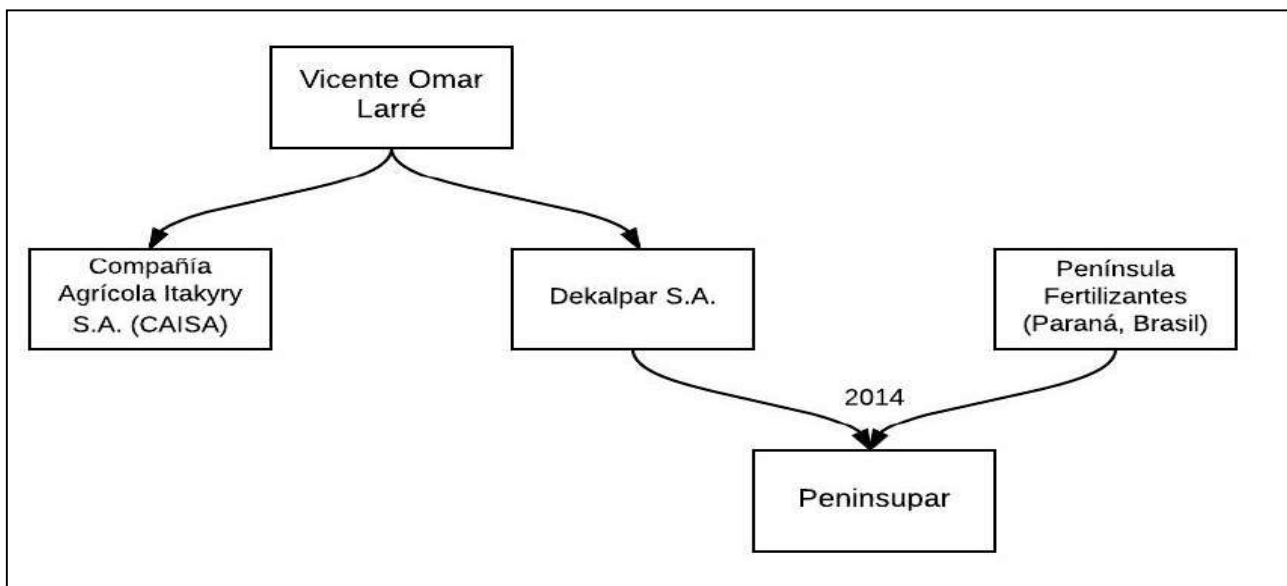
A Dekalpar possui 3.000 hectares no distrito de Itakyry para o cultivo de soja. Em novembro de 2014 a Dekalpar e a Península Fertilizantes estabeleceram uma *joint-venture* para processamento se agroquímicos chamada Peninsupar, localizada em Villeta, departamento Central (VALOR ECONÔMICO, 04 nov. 2014). O

---

<sup>316</sup> Maiores informações sobre a empresa disponíveis em: <<http://www.casaruralsa.com.py/>>. Acesso em: 27 dez. 2016.

empreendimento foi inaugurado em janeiro de 2015 e considerada a maior planta de fertilizantes do Paraguai (ÚLTIMA HORA, 15 jan. 2015). O investimento da Peninsulpar na construção da planta foi de USD 30.000.000,00 (ÚLTIMA HORA, 15 jan. 2015). A Compañía Agrícola Itakyry (CAISA) produz soja, com um cultivo de 1.050 hectares localizados no distrito de Itakyry, departamento de Alto Paraná, propriedade na qual é reivindicada por camponeses do assentamento Chino Cué.

**Organograma. Relação entre a Dekalpar S.A. e CAISA – 2018.**



Fonte: DATALUTA Paraguai (2018); Org.: Autora (2019).

Em janeiro de 2009 um camponês sem-terra foi morto na propriedade da empresa através de um enfrentamento que ocorreu entre policiais do Grupo Especial de Operações e camponeses que queimavam uma plantação de soja da empresa. O camponês assassinado foi Juan Ramón Gonzáles e os camponeses ocupavam a fazenda há três meses, desde outubro de 2008 (ABC COLOR, 12 jan. 2009). Este fato evidencia a contradição da territorialização destas empresas para a produção de soja. Os camponeses foram criminalizados pela mídia, pois segundo o discurso dos jornais paraguaios, a empresa ajudava estes na produção de soja e os mesmos ocupavam áreas e queimavam plantações de soja da empresa. Tal situação mostra que as estratégias de territorialização envolve mais do que apenas empresas nacionais e internacionais, mas sim um verdadeira rede, englobando mídia, Estado, funcionários públicos, capanga das empresas, entre outros.

## **n. Diagro S.A.**

Já a empresa nacional com capital brasileiro Diagro S.A. foi fundada em 1991 por Joacir Alvez e Jaime Zorzetto destinada inicialmente para atividades de importação, exportação e comercialização de insumos agrícolas. Segundo a página eletrônica da própria empresa<sup>317</sup>, no ano de 2002 a Diagro iniciou a comercialização de grãos, com silos distribuídos pelos departamentos de Alto Paraná, Caaguazú e Canindeyú. A partir de 2008 a empresa estreou uma onda de expansão nas suas atividades no Paraguai, primeiramente com aquisição da CHD'S Agrochemicals<sup>318</sup>; em 2009 com o prelúdio na produção de arroz em Bella Vista, departamento de Itapúa; em 2010 inaugurou novos silos no departamento de San Pedro e Amambay e adquiriu 2.000 hectares para o cultivo de soja em Guayaiby [San Pedro], resultando em conflitos devido ao uso ilegal de agroquímicos.

Esta expansão significativa da Diagro S.A. em atividades de comercialização de soja, ou seja, compra e venda no exterior a partir de 2008 confirma a hipótese deste trabalho, em que após a convergência de crises iniciada em 2008 acentuou o número de investimentos agrícolas no campo e alterou o modelo de desenvolvimento destes projetos. Atualmente a empresa possui silos e oficinas em Ciudad del Este, Santa Rita, Naranjal, Itakyry e Santa Teresa [Alto Paraná]; Pedro Juan Caballero [Amambay]; Bella Vista [Itapúa]; Guadalupe e Katuete [Canindeyú] e Guayaiby [San Pedro]. Em 2016 a empresa entrou no ranking dos 100 maiores exportadores do Paraguai (DE OLHO NO PARAGUAI, 24 jun. 2018).

Segundo a série especial De Olho no Paraguai (24 jun. 2018), um dos proprietários da empresa, Joacir Alves, tem como sócio em uma empresa de corretagem de terras no Paraguai Georgino Ever Rojas Borja, político do Partido Colorado e acusado de extorsão contra importadores paraguaios. Alves e Borja também estão envolvidos em conflitos em relação a venda de 3.000 hectares de terra no distrito de Mariscal López [Caaguazú] de Efthimios Ionnidis, cidadão grego que desde 1980 é citado em conflitos fundiários no país. Isto nos mostra diferentes agentes estrangeiros que encontraram na atuação em conjunto uma forma de acessar o território, criando não apenas uma rede de agentes, mas uma rede de conflitos.

Em 2014 ocorreram manifestações por parte dos camponeses da colônia Luz Bella, no distrito de Guayaybí, departamento de San Pedro contra o uso de agroquímicos, o que resultou em 16 feridos e oito camponeses imputados (DE OLHO NO PARAGUAI, 24 jun.

---

<sup>317</sup> Maiores informações sobre a empresa Disponíveis em: <<http://www.diagro.com.py/>>. Acesso em: 28 dez. 2017.

<sup>318</sup> Maiores informações sobre a empresa disponíveis em: <<http://www.chds.com.py/>>. Acesso em: 28 dez. 2016.

2018). Em 2015 a empresa foi autuada pelo SEAM por um desmatamento de 200 hectares para o plantio de soja no distrito de Guayaybí, departamento de San Pedro. Além do mais, frequentemente a empresa é citada em escândalos de contrabando de agrotóxico de uso restrito no Brasil para o Paraguai e vice-versa (DE OLHO NO PARAGUAI, 24 jun. 2018).

Joacir Alves, um dos proprietários da empresa já foi mencionado em conflitos fundiários no Brasil, especialmente no Piauí e Maranhão, no qual é intermediário nas negociações de Euclides de Carli, através da empresa RM Imóveis (DE OLHO NO PARAGUAI, 24 jun. 2018). Ou seja, há um efeito *espelho*, onde latifundiários envolvidos em conflitos no Paraguai também cometem irregularidades no Brasil (DE OLHO NO PARAGUAI, 24 jun. 2018). Assim, a expansão do agronegócio brasileiro para o Paraguai não introduziu apenas a soja no país, mas também acirrou a disputas territoriais.

## **o. Grupo Favero**

O Grupo Favero possui nove empresas no Paraguai. A **Agro Silo Santa Catalina** é destinada a produção, armazenamento e comercialização de produtos agrícolas, especialmente soja, milho, trigo, canola e girassol e responsável pela compra e venda de agrotóxicos, máquinas, venda e arrendamento de terras. A empresa está territorializada em Capiibary e Santa Rosa del Aguary, [San Pedro]; Abaí [Caazapá]; San Rafael del Paraná e Carlos Antonio López [Itapúa]; duas unidades no distrito de Los Cedrales, Santa Rosa del Monday, duas propriedades em Ñacunday e Naranjal, no [Alto Paraná] e Raul Oviedo e Yhu [Caaguazú]. A Agro Silo Santa Catalina possui duas subsidiárias, sendo a **Semillas Veronica** destinada para a pesquisa, desenvolvimento, produção e distribuição de sementes oleaginosas, localizada nos distritos de Ñacunday [Alto Paraná] Abaí [Caazapá].

A empresa **Tafra** é destinada ao suporte técnico para a Agro Silo Santa Catalina e está localizada no distrito de Santa Rita [Alto Paraná]. Recentemente a empresa passou a operar com a razão social **New Holland**. Há duas empresas<sup>319</sup> dedicadas ao dedicar-se ao ciclo completo de produção animal: reprodução, criação e engorda de animais, sendo: a empresa **Campo Bello Ganadera** estando localizada no distrito de Mariscal José Félix Estigarribia [Boquerón] e a empresa **Santa Catalina Ganadera Forestal**, territorializada no Chaco, com duas unidades produtivas em Mariscal José Félix Estigarribia [Boquerón]; Fuerte Olimpo [Alto Paraguay] e Villa Hayes [Presidente Hayes].

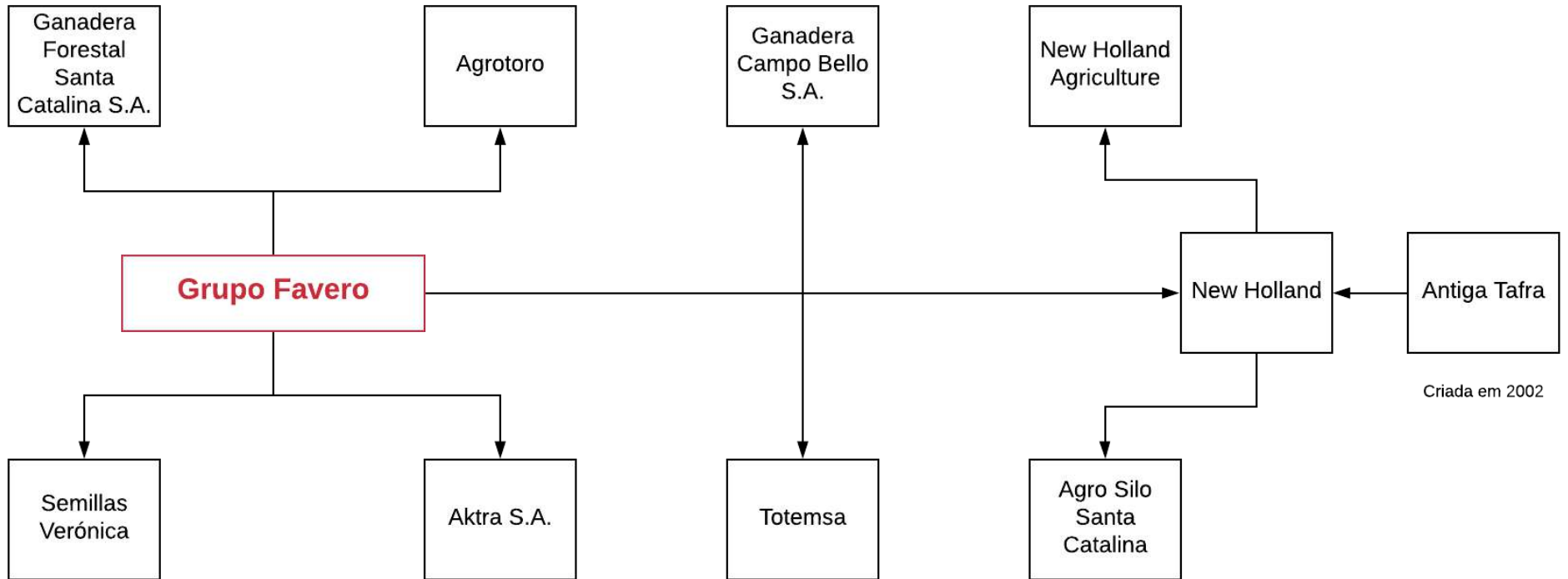
---

<sup>319</sup> No nosso primeiro levantamento, havia uma terceira empresa: A San Liberato Agroganadera, com unidades em Mariscal José Félix Estigarribia [Boquerón] e Sargento José Félix López [Concepción], contudo, a mesma não consta mais no portfólio do Grupo Favero.



A **Agrotoro** é destinada à produção e comercialização de grãos, sementes e insumos agrícolas, está localizada em Ñacunday, departamento de Alto Paraná. A **Toro Cua Terminal de Embarque S.A. (TOTEMSA)** se constitui como um porto privado, localizado em Ñacunday [Alto Paraná]. A **Akra**, destinada a produção e comercialização de insumos agrícolas, territorializada no distrito de Villeta [Central]. A estratégia utilizada por Favero para construir um império do agronegócio no Paraguai foi através da exploração do campesinato e da apropriação ilegal de terras. O Organograma expressa a organização do Grupo Favero.

Organograma. Grupo Favero e a sua territorialização no Paraguai – 2018.

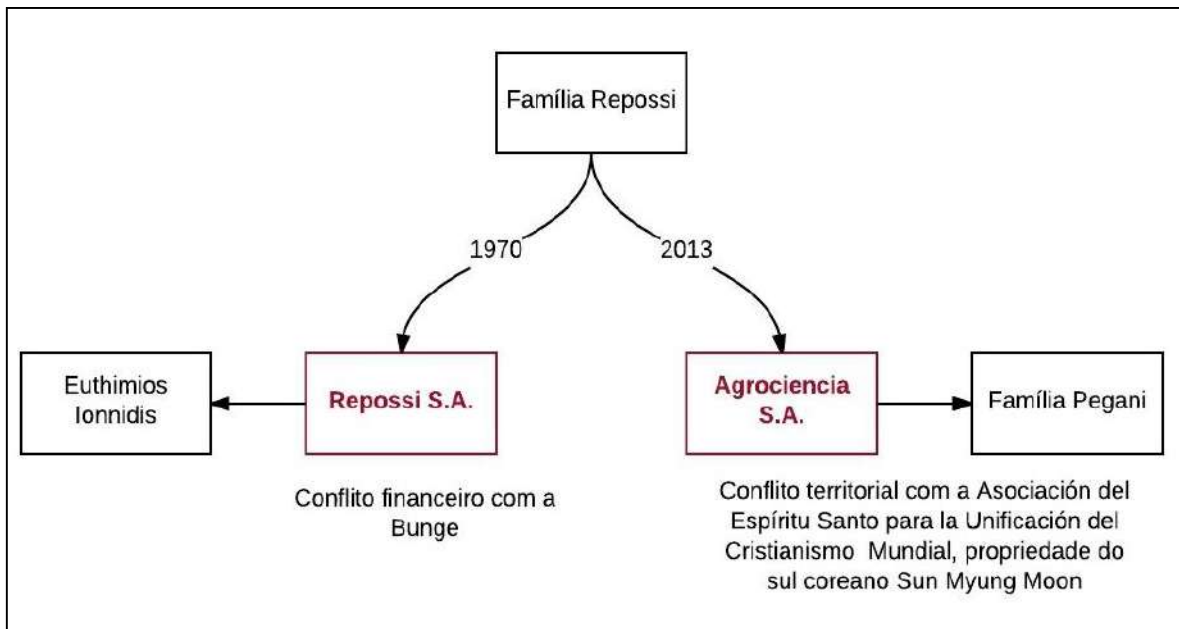


Fonte: DATALUTA Paraguai (2019); Org.: Autora (2019).

**p. Repossi S.A.**

Já a empresa Repossi S.A., criada no Paraguai em 1970, sendo propriedade do brasileiro Juacir Repossi e de seus sete irmãos e respectivos filhos, possui conflitos desde o início de sua territorialização no país. A empresa se estabeleceu em Santa Teresa, distrito de Carlos Antonio López, departamento de Itapúa, através da compra de uma propriedade de Euthimios Ionnidis, de origem grega e dono da Colonizadora Greco-Paraguaya. Ionnidis ainda possui uma empresa no país na qual está envolvida com diversos conflitos devido a falsificação de títulos de propriedade. Posteriormente, a empresa Repossi S.A. se estabeleceu no distrito de Santa Rita, departamento de Alto Paraná antes mesmo da criação do distrito, que atualmente é conhecido pelo elevado número de habitantes de origem brasileira, cerca de 80% dos 36.000 habitantes do distrito são brasileiros, logo, a empresa Repossi S.A. foi uma das fundadoras principais do distrito de Santa Rita. As atividades da empresa são comercialização de soja e distribuição de agroquímicos. A partir de 2013 a família Repossi iniciou a expansão de seus negócios para o Chaco, região da nova fronteira agrícola paraguaia através da criação da empresa Agrocienca S.A., para a produção pecuária.

**Organograma. Territorialização da família Repossi no Paraguai – 1970-2018.**



Fonte: DATALUTA Paraguai (2018); Org.: Autora (2019).

#### **q. Yerbatera & Agropecuaria Tecnosurco**

A empresa paraguaia com capital brasileiro intitulada Yerbatera & Agropecuaria Tecnosurco está territorializada no país desde o final da década de 1990 quando se apropriou de parte das terras da antiga Compañía Aceitera de Itapúa Comercial e Industrial S.A. (CAICISA), de capital japonês, do distrito de San Rafael del Paraná, departamento de Itapúa. Em 01 mai. 2002 o jornal ABC Color publicou reportagem na qual afirmava que a empresa em questão pretendia vender as suas terras a empresa Agroindustrial Kimex com 30 famílias camponesas territorializadas. Segundo os camponeses do distrito, ambas empresas estariam pressionando-os para estes deixarem as terras, ou seja, uma desterritorialização forçada.

## MATERIAL DE APOIO VII.

### Cooperativas

Segundo Villagra (2009) as cooperativas agropecuárias no Paraguai apesar de antigas, se configuram como um setor em intensa expansão, ocupando cada vez mais uma posição importante no agronegócio paraguaio. Há cooperativas de pequenos produtores, porém as cooperativas que apresentam maior expressão são aquelas que de algum modo estão relacionadas com o capital estrangeiro. Estes agentes se dedicam especialmente a pecuária leiteira, no caso no Chaco, onde as colônias menonitas exercem hegemonia e a produção de soja na região Oriental.

Este sector participa en un 13% en la producción de soja exportable, obteniendo grandes ganancias y compitiendo con las grandes empresas transnacionales. Las cooperativas de producción agrícola funcionan como acopiadoras de grandes volúmenes, ocupándose principalmente de la comercialización de los granos. Tienen representación política tanto en federaciones de cooperativas como en entes gremiales como la UGP (Unión de Gremios de la Producción), incidiendo en las políticas económicas de los gobiernos (TORRE, 2015, p. 31).

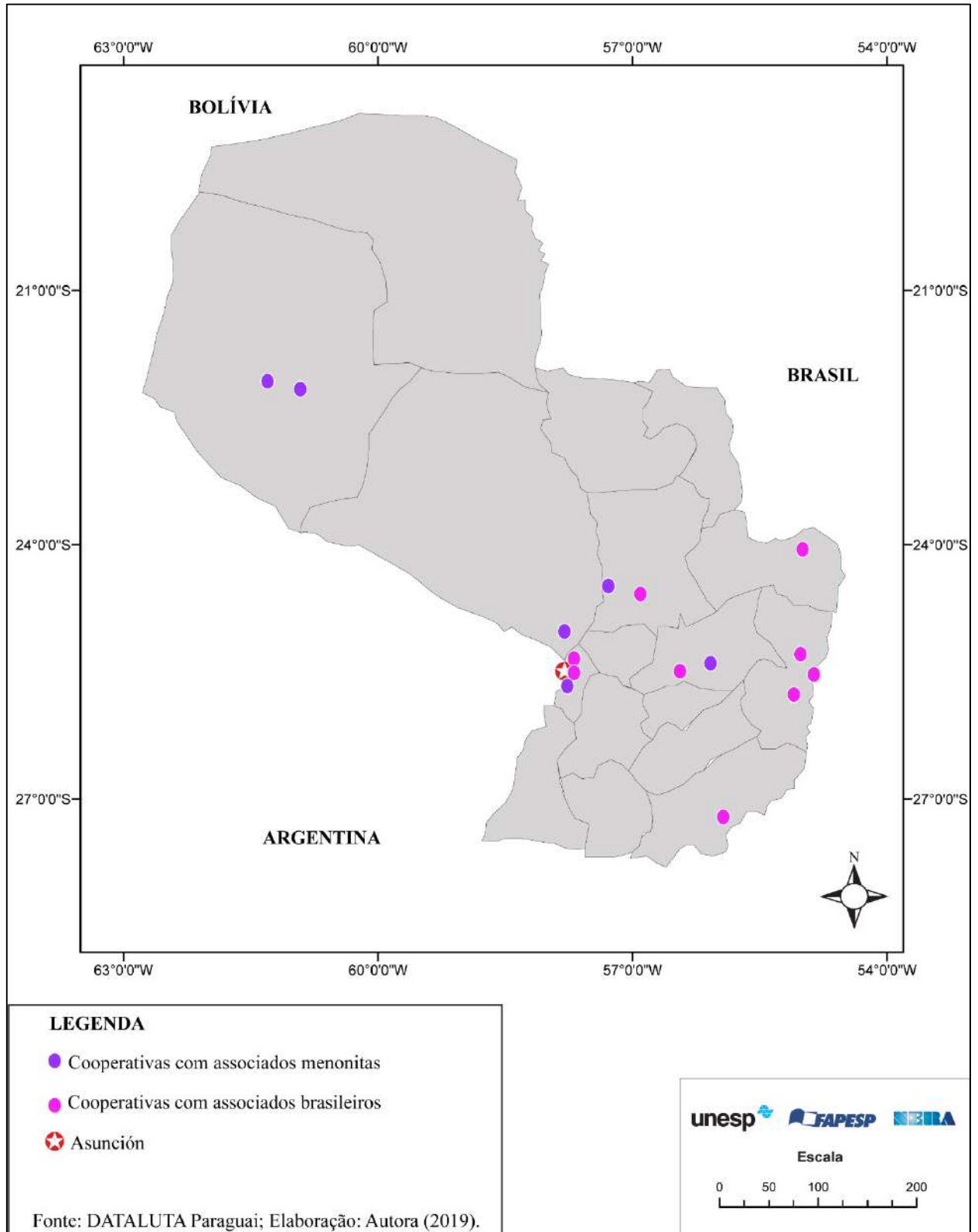
O Quadro evidencia as principais cooperativas agropecuárias atuantes no Paraguai de acordo com a nacionalidade dos cooperados, data de criação e territorialidade/setor de atuação. O Mapa espacializa as cooperativas com presença de associados estrangeiros.

<b>Quadro. Paraguai – Cooperativas de produtores agrícolas territorializadas no Paraguai – 2019.</b>			
<b>Cooperativa</b>	<b>Nacionalidade dos cooperados</b>	<b>Criação</b>	<b>Atividade/Uso do solo</b>
Cooperativa Chortitzer Komitee Ltda.	Menonitas	1927	Produção de algodão e sorgo; atividade pecuária e processamento de leite
Cooperativa Colonizadora Multiactiva Fernheim	Menonitas	1930	Provisão de insumos; processamento de carne e leite; serviços financeiros
Cooperativa Volendam Ltda.	Menonitas	1947	Produção, processamento e comercialização

*“A Tríplice Aliança continua sendo um grande êxito”: os regimes de controle do território paraguaio (1870-2019)*

			de soja; serviços financeiros
Sociedad Cooperativa Agrícola Friesland Ltda.	Menonitas	1947	Produção, processamento e comercialização de girassol, milho, soja e trigo); pecuária de corte e leiteira; provisão de insumo; serviços financeiros
Cooperativa Multiactiva Neuland Ltda.	Menonitas	1949	Pecuária de corte e leiteira; processamento de leite
Cooperativa Colonias Unidas Agropec. Ltda.	Alemanha/Brasil/Ucrânia/Polônia/Rússia/Japão/Menonitas	1953	Produção de soja; processamento de soja e leite; serviços financeiros
Cooperativa de Productores de Leche la Holanda Ltda.	Menonitas	1979	Pecuária leiteira; processamento de leite
Cooperativa Agropecuaria Pindó Ltda.	Brasil	1981	Produz e comercializa soja
Cooperativa de Producción Agro Industrial Santa María Ltda. (COOPASAM)	Brasil	1991	Produção e comercialização de soja e trigo; provisão de insumos
Cooperativa de Producción Agropecuaria Naranjal Ltda. (COPRONAR)	Brasil	1991	Produção e comercialização de canola, milho, soja e trigo; provisão de insumos
Cooperativa Multiactiva de Producción, Construcción y Servicios Cooperalba Ltda.	Brasil	2001	Produção e exportação de soja e sorgo; provisão de insumos
Fonte: DATALUTA Paraguai (2018); Org.: Autora (2019).			

**Mapa. Paraguai – Localização das cooperativas com presença de associados estrangeiros – 2019.**



Fonte: DATALUTA Paraguai (2019); Org.: Autora (2019).

Ao analisar o quadro acima observamos que as cooperativas no Paraguai se iniciaram ainda nas décadas de 1920, 1930 e 1940, logo já apresentam uma certa tradição na produção agropecuária. As cooperativas mais antigas são aquelas fundadas pelos menonitas e que atualmente continuam em posse dos mesmos, dedicando-se, sobretudo, a produção de gado de corte e leiteiro, bem como o processamento dos mesmos. A ocupação do Chaco Paraguai pelos menonitas não foi algo espontâneo, mas sim partiu, em parte, de um interesse do governo paraguaio para a colonização da região com receio de uma possível guerra com a Bolívia, o que veio a acontecer em 1932. Assim, em 1921 o governo do Paraguai aprovou uma lei que favorecia a migração dos menonitas para a região, o que possibilitou reconhecer o Chaco Paraguai enquanto um território (VÁZQUEZ, 2013).

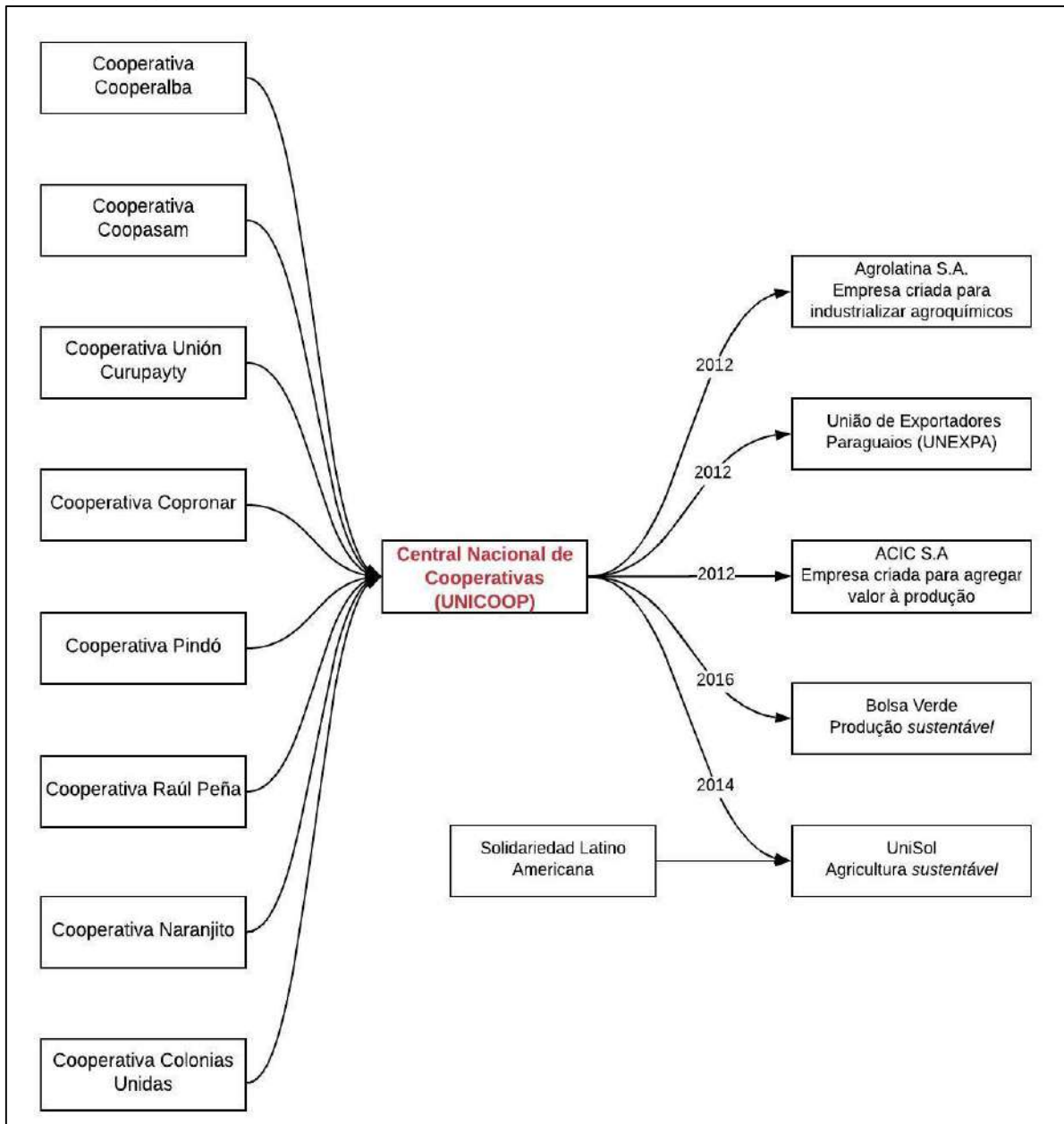
Já as cooperativas de produtores brasileiros datam da década de 1980 e 1990, destinando-se mais a produção de soja e se estabelecendo diante da necessidade das mesmas de mecanização da agricultura e exportação de seus produtos. É interessante notar que muitas destas cooperativas não atuam somente em um setor da cadeia produtiva, mas sim em vários, inclusive no financiamento de cooperados. Isto evidencia o poder exercido por estas e a capacidade de produção das mesmas.

As cooperativas também se organizam em grêmios cooperativos, como a Federación de Cooperativas de Producción (FECOPROD). A FECOPROD foi fundada em 1975. Atualmente conta com 33 cooperativas associadas, envolvendo 22.000 produtores, com o objetivo de defender os interesses econômicos e sociais de seus associados (GARAY, 2014). Todas as cooperativas citadas nesta tese compõem a FECOPROD. A mais expressiva é a Central Nacional de Cooperativas (UNICOOP), fundada em 1995 e com oito cooperativas associadas [as principais produtoras de soja]. A UNICOOP controla 330.000 hectares, com produção anual de 1.200.000 toneladas de grãos, especialmente soja (UNICOOP, 2018). Neste caso, as cooperativas associadas canalizam a compra de insumos e comercialização da produção, com o intuito de obter melhores preços nas negociações. Ademais, a UNICOOP possui cinco projetos, todos com o objetivo de obter vantagens na produção e comercialização.

A atuação da UNICOOP é emblemática porque, além de representar as principais cooperativas de produtores de soja brasileiros, o grêmio criou toda uma rede – desde a produção até a comercialização – inclusive com parcerias com empresas brasileiras. A página eletrônica oficial da UNICOOP possui domínio paraguaio, mas está toda redigida em português, o que mostra que os principais utilizadores da mesma são de origem brasileira.



**Organograma. Estrutura organizacional Central Nacional de Cooperativas (UNICOOP).**



Fonte: DATALUTA Paraguai; Org.: Autora (2019).

Mais recente, em 2007, foi criada a Central de Cooperativas de Producción (CENCOPROD Ltda.), que na realidade é uma articulação da Cooperativa Chortitzer, Fernheun e Neuland (GARAY, 2014), todas de origem menonitas, atuantes na pecuária leiteira e localizadas no Chaco. Diante da variedade dos agentes da estrangeirização do território no Paraguai as cooperativas de produtores estrangeiros não se configuram como o principal agente, mas sem dúvidas são importantes para a consolidação do agronegócio no país, uma vez as cooperativas são proprietárias de marcas importantes, sobretudo de

produtos lácteos. O papel das cooperativas mostra o agronegócio como um complexo de sistemas no Paraguai.

#### **a. Cooperativa de Producción Agropecuaria Pindó Ltda.**

A Cooperativa de Producción Agropecuaria Pindó Ltda.<sup>320</sup> se estabeleceu em 1981 neste cenário e devido a necessidade de mecanização da produção de soja e milho. Atualmente a Cooperativa Pindó possui aproximadamente 700 agricultores cooperados e 50.000 hectares cultivados, com um total de 359.000 toneladas de grãos e cereais processados por ano, sobretudo soja, milho, trigo e canola (COOPERATIVA DE PRODUCCIÓN AGROPECUARIA PINDÓ LTDA., 2019). A cooperativa também atua na produção de sementes de trigo [4.000 toneladas] e soja [2.160 toneladas] e na pecuária leiteira, com 3.415.478 litros de leite em 2012.

A cooperativa é proprietária das marcas: Pindo Alimentos, Tía Maíza, Semillas Pindo e Balanceados Pindo (COOPERATIVA DE PRODUCCIÓN AGROPECUARIA PINDÓ LTDA., 2019). A cooperativa está envolvida em um conflito judicial com a Bunge, em 2004, sobre financiamentos disponibilizados pela transnacional e não pagos por parte da empresa.

#### **b. Cooperativa Chortitzer Komitee Ltda.**

A Cooperativa Chortitzer Komitee Ltda.<sup>321</sup>, fundada na Colônia Menno por menonitas canadenses se origem alemã foi criada em 1927, porém constituiu-se formalmente em fevereiro de 1962. A Chortitzer Komitee Ltda. Atua majoritariamente na pecuária leiteira para o processamento de produtos lácteos e atualmente é proprietária da marca Lacteos Trebol, uma das maiores de lácteos do Paraguai. A Cooperativa Chortitzer Komitee Ltda. é responsável por 44% do suprimento da demanda por leite no Paraguai. Outra marca da cooperativa é o FrigoChorti, um frigorífico localizado no Chaco Central [estimamos que o frigorífico foi criado em 2013].

A cooperativa atua também na produção de algodão e sorgo, dominando toda a cadeia produtiva, desde produção até prestação de serviços financeiros a seus sócios. Conta com uma fábrica de balanceados com capacidade de receber 200 toneladas de grãos secos

---

<sup>320</sup> Maiores informações disponíveis em: <<http://www.pindo.com.py/>>. Acesso em: 22 jun. 2019.

<sup>321</sup> Maiores informações disponíveis em: <<https://www.chortitzer.com.py/cooperativa/agro/>>. Acesso em: 22 jun. 2019.

por hora (CHORTITZER KOMITEE LTDA., 2019). Sua territorialização está para além do Paraguai, onde possui unidades produtivas e cooperados no distrito de Loma Plata, departamento de Boquerón e no distrito de Mariano Roque Alonso, departamento de Central. No Brasil a cooperativa possui unidade produtiva no estado do Mato Grosso e na Bolívia no departamento de Santa Cruz, todos estes se configuram por regiões onde o agronegócio é consolidado (VILLAGRA, 2009). Segundo sua página oficial, a Chortitzer Komitee Ltda. possui 4.651 sócios (CHORTITZER KOMITEE LTDA., 2019).

### **c. Cooperativa Colonias Unidas Agropecuaria Ltda.**

A Cooperativa Colonias Unidas Agropecuaria Ltda.<sup>322</sup> foi criada no ano de 1953 no distrito de Obligado, departamento de Itapúa. Atualmente com 4.000 cooperados e 800 funcionários permanentes (COOPERATIVA COLONIAS UNIDAS AGROPECUARIA LTDA., 2017). Algo que chama a atenção nesta cooperativa é a diversidade em relação a origem de seus cooperados, sendo constituída por menonitas, alemães, ucranianos, poloneses, russos, japoneses e brasileiros. A cooperativa atua na produção agrícola e pecuária leiteira e segundo a cooperativa em 2016 a mesma produziu 350.000 toneladas de soja, 160.000 toneladas de trigo, 19.000 toneladas de milho, 6.000 toneladas de girassol, 6.000 toneladas de colza, 8.000 toneladas de sorgo, 7.000 toneladas de erva-mate e 34.000.000 litros de leite (COOPERATIVA COLONIAS UNIDAS AGROPECUARIA LTDA., 2017).

A cooperativa é proprietária das marcas Lácteos Los Colonos, Alimentos Balanceados Los Colonos, Semillas Los Colonos, Yerba Mate Colón, Supermercado Colonias Unidas, Laboratorio Agroindustrial, Hiper Colonias Unidas, Servicio de Meicina Pre-Paga SEMEPP, Aceites y Pellets Los Colonos e Agrodinámica COOPERATIVA COLONIAS UNIDAS AGROPECUARIA LTDA., 2019). Possui distribuidoras em Ciudad del Este [Alto Paraná], Coronel Oviedo [Caaguazú] e Fernando de la Mora [Central], com lojas em Capitán Mesa, Capitán Miranda, Edelira, Tomás Romero Pereira, Bella Vista, San Rafael, Sete de Agosto e Yatytay, todas no departamento de Itapúa e em Santa Rita, departamento de Alto Paraná.

---

<sup>322</sup> Maiores informações disponíveis em: Disponível em: <<http://colonias.com.py/home/>>. Acesso em: Acesso em: 22 jun. 2019.

#### **d. Cooperativa Colonizadora Multiactiva Fernheim**

A Cooperativa Colonizadora Multiactiva Fernheim<sup>323</sup> foi estabelecida também no Chaco a partir da criaram o distrito de Filadélfia, por colonos menonitas provenientes da antiga União das Repúblicas Socialistas Soviéticas (USS) no ano de 1930 (COOPERATIVA COLONIZADORA MULTIACTIVA FERNHEIM, 2019). Segundo Fretz (1962), em 1958, a colônia possuía 2.500 habitantes, cultivava 830 hectares de algodão e 1.351 hectares de amendoim. Atua em toda a cadeia produtiva do gado de corte e leiteiro, possuindo cerca de 180.000 hectares para a criação de gado, com 184.00 cabeças, além de possuir frigoríficos e supermercados (VILLAGRA, 2009). Em parceria com a Cooperativa Neuland, a Fernheim criou a marca Lácteos CO-OP [marcas derivadas são: Duetto, Vida, Campella e Tropicana], com uma planta processadora localizada em Filadelfia [departamento de Boquerón] (COOPERATIVA COLONIZADORA MULTIACTIVA FERNHEIM, 2019). Segundo Villagra (2009), a cooperativa possuía em 2008 o total de 1.500 cooperados.

#### **e. Cooperativa de Producción Agro Industrial Santa María Ltda. (COOPASAM)**

A Cooperativa de Producción Agro Industrial Santa María Ltda. (COOPASAM)<sup>324</sup> foi constituída por migrantes brasileiros [78 sócios] em 1991 no distrito de Minga Porá [Alto Paraná] (COOPASAM, 2019). Atua basicamente na provisão de insumos e armazenamento e exportação de trigo e soja. Diferentemente das demais cooperativas, a Cooperativa Santa María não atua diretamente na produção, mas sim apenas no armazenamento e exportação da soja e trigo produzidos pelos seus cooperados. Segundo a página oficial da COOPASAM (2019), em 2015 a cooperativa recebeu uma série de solicitação de novos sócios e atualmente possui 277 cooperados ativos.

#### **f. Cooperativa de Producción Agropecuaria Naranjal Ltda. (COPRONAR)**

Em 1991 também foi estabelecida no distrito de Naranjal, departamento de Alto Paraná, a Cooperativa de Producción Agropecuaria Naranjal Ltda. (COPRONAR), que atua na provisão de insumos, na produção – 15.000 hectares de soja – no armazenamento e na exportação de seus produtos.

---

<sup>323</sup> Maiores informações disponíveis em: <<https://www.fernheim.com.py/es/>>. Acesso em: 22 jun. 2019.

<sup>324</sup> Maiores informações disponíveis em: <<http://www.coopasam.com/>>. Acesso em: 22 jun. 2019.

#### **g. Cooperativa de Productores de Leche la Holanda Ltda.**

A Cooperativa de Productores de Leche la Holanda Ltda. foi estabelecida em 1979 no distrito de Juan Eulogio Estigarribia, no departamento de Caaguazú pelos membros da colônia menonitas de Sommerfeld e Bergthal (COOPERATIVA DE PRODUCTORES DE LECHE LA HOLANDA LTDA., 2019). A cooperativa atua na pecuária leiteira e processamento de produtos lácteos, possuindo as marcas Lactolanda e Somberg e em 2016 foi a principal *empresa líder* no mercado de produção e comercialização de produtos lácteos<sup>325</sup>.

#### **h. Cooperativa Multiactiva de Producción, Construcción y Servicios Cooperalba Ltda.**

A Cooperativa Multiactiva de Producción, Construcción y Servicios Cooperalba Ltda.<sup>326</sup> foi constituída por um grupo de agricultores brasileiros, entre eles: Paulo Luis Buttini, Olvides, José Butiini e Emilio Faustino Peralta Maciel. Todos vizinhos da Colônia Alborada, localizada no distrito de Francisco Caballero Álvarez, departamento de Canindeyú e convidaram a outros agricultores da zona a fundar uma cooperativa (COOPERALBA, 2019). Atualmente a cooperativa atua na produção de soja, milho e trigo. Segundo Villagra (2009), em 2008 a COOPERALBA possuía 64 cooperados, com 15.000 hectares de cultivo de soja no departamento de Canindeyú e mais 3.500 hectares no Chaco através de um programa intitulado *Pasivos Ambientales*.

#### **i. Cooperativa Multiactiva Neuland Ltda.**

A Cooperativa Multiactiva Neuland Ltda.<sup>327</sup> foi estabelecida em 1949 por colonos menonitas de origem alemã no Chaco Central, onde criaram a Colônia Neuland no distrito de Boquerón. Assim como as demais cooperativas menonitas, a Neuland atua em todos os setores da cadeia produtiva, possuindo frigoríficos nos distritos de Mariano Roque Alonso [Central] e Villa Hayes [Presidente Hayes] e 240.000 hectares em Boquerón para a criação de gado de corte e leiteiro e produção de soja.

---

<sup>325</sup> Maiores informações disponíveis em: <<http://www.lactolanda.com.py/empresa.html>>. Acesso em: 22 jun. 2019.

<sup>326</sup> Maiores informações disponíveis em: <<http://www.cooperalba.coop.py/>>. Acesso em: 22 jun. 2019.

<sup>327</sup> Maiores informações disponíveis em: <<http://www.neuland.com.py/>>. Acesso em: 22 jun. 2019.

#### **j. Cooperativa Volendam Ltda.**

A Cooperativa Volendam Ltda.<sup>328</sup> também criada por menonitas refugiados (KLEINPENNING, 2014). Diferentemente das demais, se estabeleceu no distrito de Villa del Rosario, departamento de San Pedro em 1947. Segundo Villagra (2009), a principal atividade da cooperativa é a produção de soja, com 15.000 hectares, mas também atua na pecuária de corte, com 50.000 cabeças de gado. Apesar do número pequeno em relação a outras cooperativas, a Volendam possui uma importante e diversa infraestrutura: supermercados, silos de armazenamento e portos para a exportação, sobretudo da soja produzida pelos cooperados (COOPERATIVA VOLENDAM LTDA., 2019).

#### **k. Sociedad Cooperativa Agrícola Friesland Ltda.**

A Sociedad Cooperativa Agrícola Friesland Ltda.<sup>329</sup> também se estabeleceu na região Oriental, no distrito de Itacurubí del Rosario, departamento de San Pedro. Foi constituída por menonitas de origem alemã, em 1947. Segundo Kleinpenning (2014), a colônia foi construída por menonitas oriundos da colônia Fernhein. Segundo Villagra (2009), em 2008 a cooperativa possuía 202 cooperados. Diferentemente da maior parte das cooperativas menonitas, a Friesland atua para além de todos os setores da cadeia produtiva, não estabelecendo suas atividades apenas na produção agropecuária e nos setores relacionados – produção, processamento e finanças – mas também atua no setor de materiais para construção, na produção de agroquímicos, hospitais psiquiátricos, entre outros. A Cooperativa Friesland foi diretamente beneficiada com as políticas da ditadura militar no Paraguai, sobretudo com o Plan Nacional de Trigo.

---

<sup>328</sup> Maiores informações disponíveis em: <<https://www.volendam.com.py/>>. Acesso em: 22 jun. 2019.

<sup>329</sup> Maiores informações disponíveis em: <<https://friesland.com.py/es/>>. Acesso em: 22 jun. 2019.

## **MATERIAL DE APOIO VIII.**

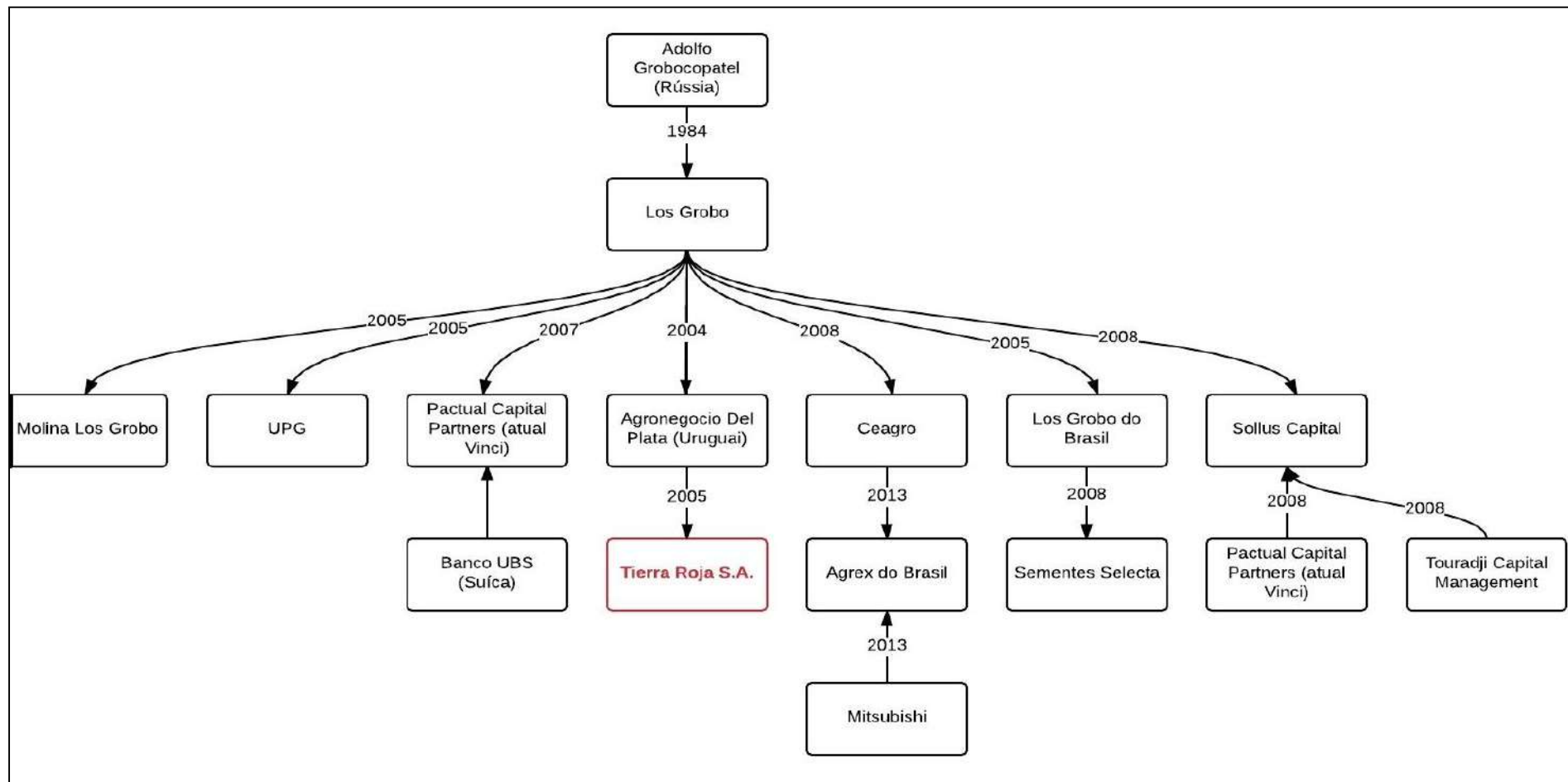
---

### **Empresas argentinas no controle do território paraguaio**

#### **a. Agronegocios Del Plata (ADP) – Tierra Roja S.A. – Los Grobo**

Em 2005 a empresa Tierra Roja S.A. se territorializou no Paraguai como subsidiária da empresa (trans) latina Los Grobo. Neste caso, a empresa Agronegócios Del Plata (ADP) é a responsável por gerir os investimentos da Los Grobo no Paraguai. Atualmente a empresa semeia 22.000 hectares de grãos em Minga Guazú. O interessante é que no caso do Paraguai a Agronegócio Del Plata, conseqüentemente a Los Grobo, encontram dificuldades para a sua territorialização, alegando que transferir o modelo de negócios da Los Grobo para o Paraguai é o grande desafio (BELL e SCOTT, 2010). O Organograma 48 expressa a relação da empresa Tierra Roja S.A. com a Los Grobo.

Organograma. Tierra Roja S.A. e a sua territorialização no Paraguai – 2018.



Fonte: DATALUTA Paraguai (2018); Org.: Autora (2019).



## b. Carlos Casado S.A.

A empresa inaugurou a o processo de apropriação do território paraguaio pelo capital e internacional no Chaco Paraguai em 1886 através da Ley de Ventas de Tierras Públicas de 1885. A importância da empresa na fase de exploração do quebracho e do tanino já foi devidamente trabalhada nos capítulos anteriores. Durante os 111 anos de atuação da empresa no Chaco Paraguai, esta alterou sua razão social algumas vezes e criou outras empresas a ela vinculadas, formando uma verdadeira *holding*.

A Carlos Casado manteve suas atividades no departamento de Alto Paraguay, onde fundou o distrito de Puerto Casado, na fronteira com o Brasil, até o ano de 2007. Em 2007 o grupo espanhol San José<sup>330</sup> adquiriu uma porcentagem majoritária na sociedade (CABALLERO, 2012). A partir do ano de 2008 tem desenvolvido convênios com a empresa Cresud através da subsidiária BrasilAgro, para a criação da empresa CRESCA S.A., que na sua primeira etapa desenvolveu 42.000 hectares de agricultura [Soja, girassol e outras variedades] e pecuária que foi incorporada em uma segunda etapa 100.000 hectares. Em 2008 iniciou o plantio e colheita de *Jatropha* para a produção de Biodiesel. Contudo, a família ainda possui 3.500 hectares, ou seja, que não foi vendido ao grupo San José.

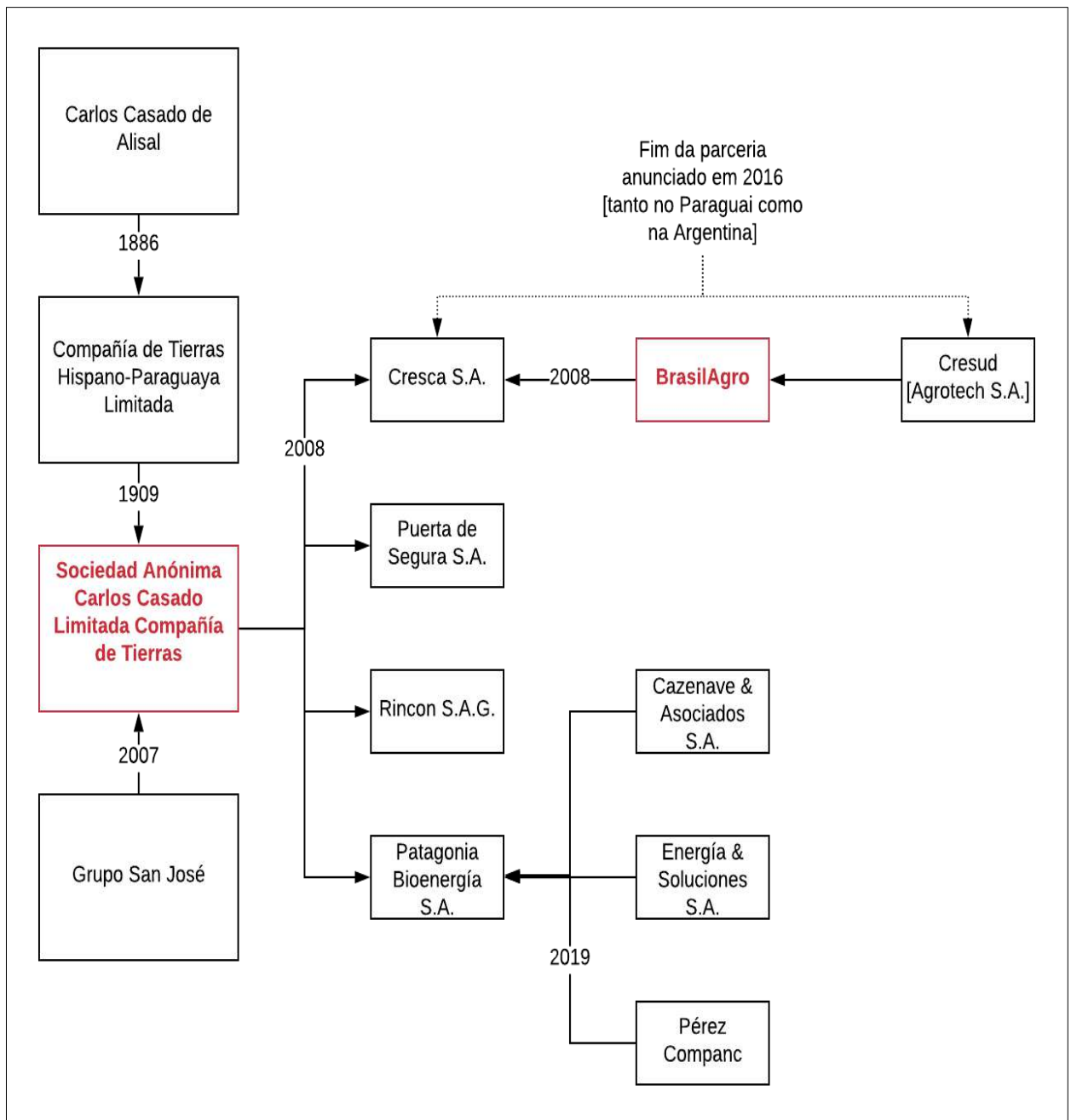
Segundo a página oficial da Carlos Casado S.A.<sup>331</sup>, a empresa atua no desenvolvimento de propriedades e latifúndios e tem como plano estratégico a expansão geográfica. A história da Carlos Casado S.A. é o caso mais emblemático da estrangeirização no Paraguai, porque foi o que inaugurou o processo no país e pelos impactos causados por estes, uma vez que foram 6.000.000 de hectares apropriados pela empresa. O Organograma expressa a relação da Carlos Casado S.A. com outras empresas e a sua compra pelo grupo San José.

---

<sup>330</sup> O Grupo São José atua nos seguintes países: Alemanha, Espanha, França, Malta, Portugal, Romênia, Argentina, Chile, Colômbia, EUA, México, Panamá, Paraguai, Peru, Uruguai, Emirados Árabes Unidos, Índia, Timor Leste e Cabo Verde. Maiores informações disponíveis em: <<https://www.grupo-sanjose.com/pt/index.php>>. Acesso em: 23 jun. 2019.

<sup>331</sup> Maiores informações disponíveis em: <<http://www.carloscasadosa.com>>. Acesso em: 23 jun. 2019.

**Organograma. Territorialização da empresa Carlos Casado S.A. no Chaco Paraguayo.**



Fonte: DATALUTA Paraguai (2018); Org.: Autora (2019).

**c. Chemtec S.A.E.**

Criada como empresa nacional com capital de origem argentino no ano de 2004 e atuante na produção e distribuição de agroquímicos. A empresa Chemtec S.A.E, no ano de 2014 a empresa foi alvo de denúncias da ONG espanhola Associació Salut i Agroecologia (AISA), pois anterior a sua territorialização em Villeta, a empresa possuía

uma planta industrial em Ñemby<sup>332</sup>, também localizada no departamento de Central, onde depositou resíduos tóxicos sem os devidos tratamentos, o que continua poluindo o ambiente, sobretudo o solo, e causando intoxicações a população. Segundo a AISA (07 jul. 2014): “la empresa se mudó a Villeta, pero no mudó los desechos tóxicos, los dejó enterrados en Ñemby, donde siguen contaminando y matando. Mientras el presidente paraguayo visita al Papa y le da la venia a los sojeros, y en su escandalosa hipocresía, mira por TV al pueblo envenenado, inundado y hambreado”.

#### **d. CRESCA S.A. – BrasilAgro e Cresud**

Companhia Brasileira de Propriedades Agrícolas (BrasilAgro), que atua no mercado de terras e no desenvolvimento de terras potencialmente agrícolas na Argentina, Brasil e Paraguai. No caso do Paraguai, a empresa se territorializou através da aquisição de 50% da Cresca S.A. A Cresca S.A. foi incorporada no ano de 2008 no Paraguai por Carlos Casado e pela empresa Agrotech S.A. [foi fundada em 1990 e possui expressiva atuação na produção de insumos agrícolas]. A Agrotech, por sua vez, é controlada pela Cresud, empresa formada em 1936 na Argentina, como subsidiária da *Credit Foncier* [Bélgica]. Em 1994 a Cresud foi adquirida por Eduardo Elsztain, empresário argentino que atua no mercado imobiliário com aporte financeiro do estadunidense George Soros (FREDERICO e GRAS, 2017; GRAS e NASCIMENTO, 2017). Assim, a BrasilAgro é a subsidiária da Cresud no Paraguai. Pela afirmação acima observamos o emaranhado e o tanto de acordos e parcerias que possuem o processo de estrangeirização do território, envolvendo empresas dos mais diferentes países. A BrasilAgro, apesar do nome e de se declarar como *genuinamente* brasileira, a empresa é composta por diversos fundos e investimentos de outras empresas, sendo: Cresud; JP Morgan Whitefriars Inc.; CSHG; Elie Horne e, recentemente.

As principais atividades da Cresca estão relacionadas ao desenvolvimento e operação agrícola. De acordo com documento da Bovespa (16 dez. 2013), a empresa conta com uma fazenda localizada no departamento de Boquerón, com cerca de 45.000 hectares.e também adquiriu outros 96.354 hectares em área próxima a primeira fazenda, no qual o valor pago foi de US\$ 350 por hectare. A BrasilAgro presta serviços de assessoria no desenvolvimento de imóveis rurais. De acordo com a Bovespa (16 dez.2013) a aquisição de 50% da Cresca S.A. teve o investimento total de US\$ 35.361.950,00 por parte da

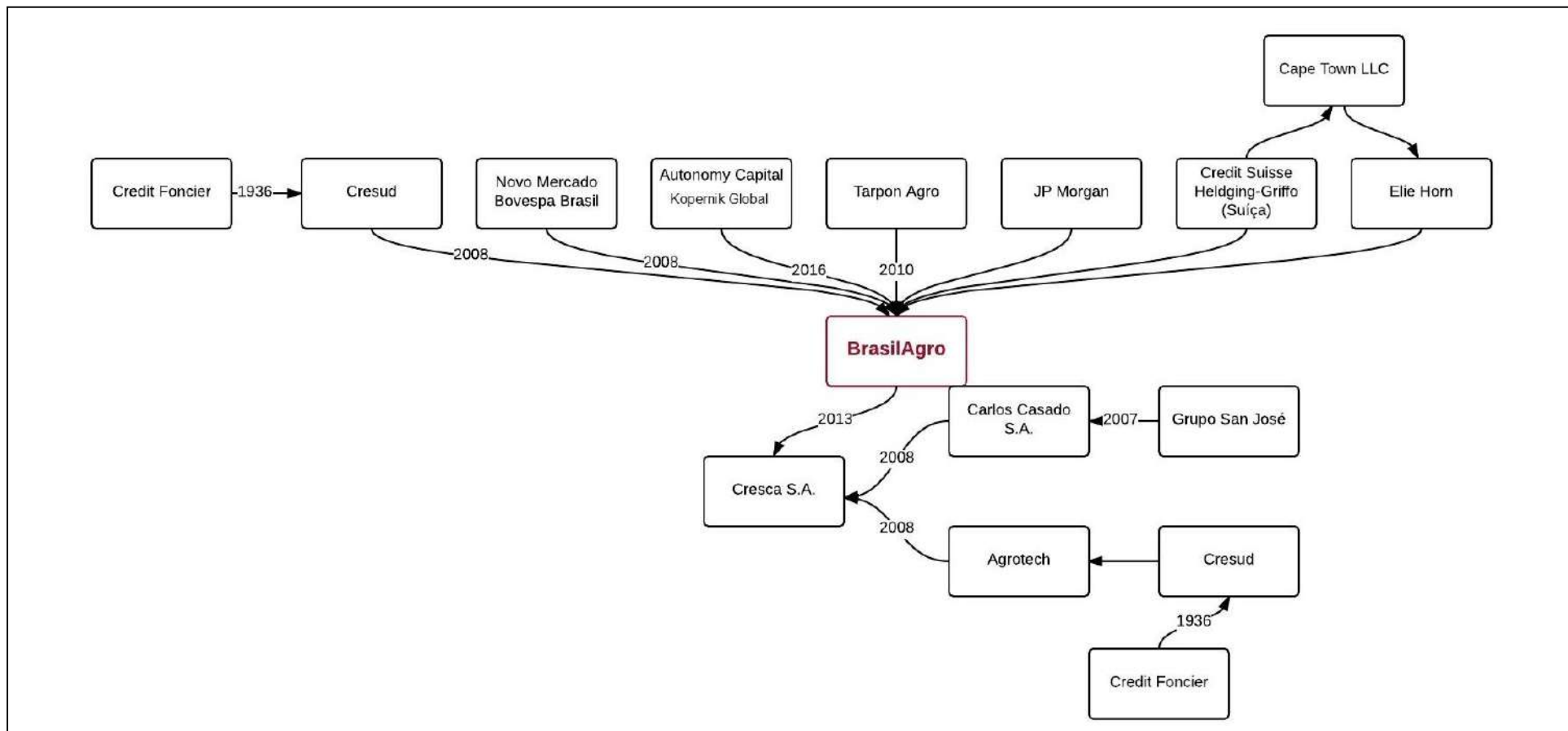
---

<sup>332</sup> A empresa teve licença ambiental aprovada pelo SEAM em 2002 mesmo estando localizada em uma área densamente povoada. A empresa também teve dois casos de vazamento de dejetos químicos em Ñemby, em 2004 e 2006.

BrasilAgro, que deveria ser pago em 2014. Após o investimento, a BrasilAgro passou a administrar 141.931 hectares no Paraguai, dos quais aproximadamente 70 mil hectares são agricultáveis. Atualmente, aproximadamente 12.000 hectares correspondentes a propriedades da Cresca estão em operação e o restante corresponde a terras ainda não desenvolvidas.

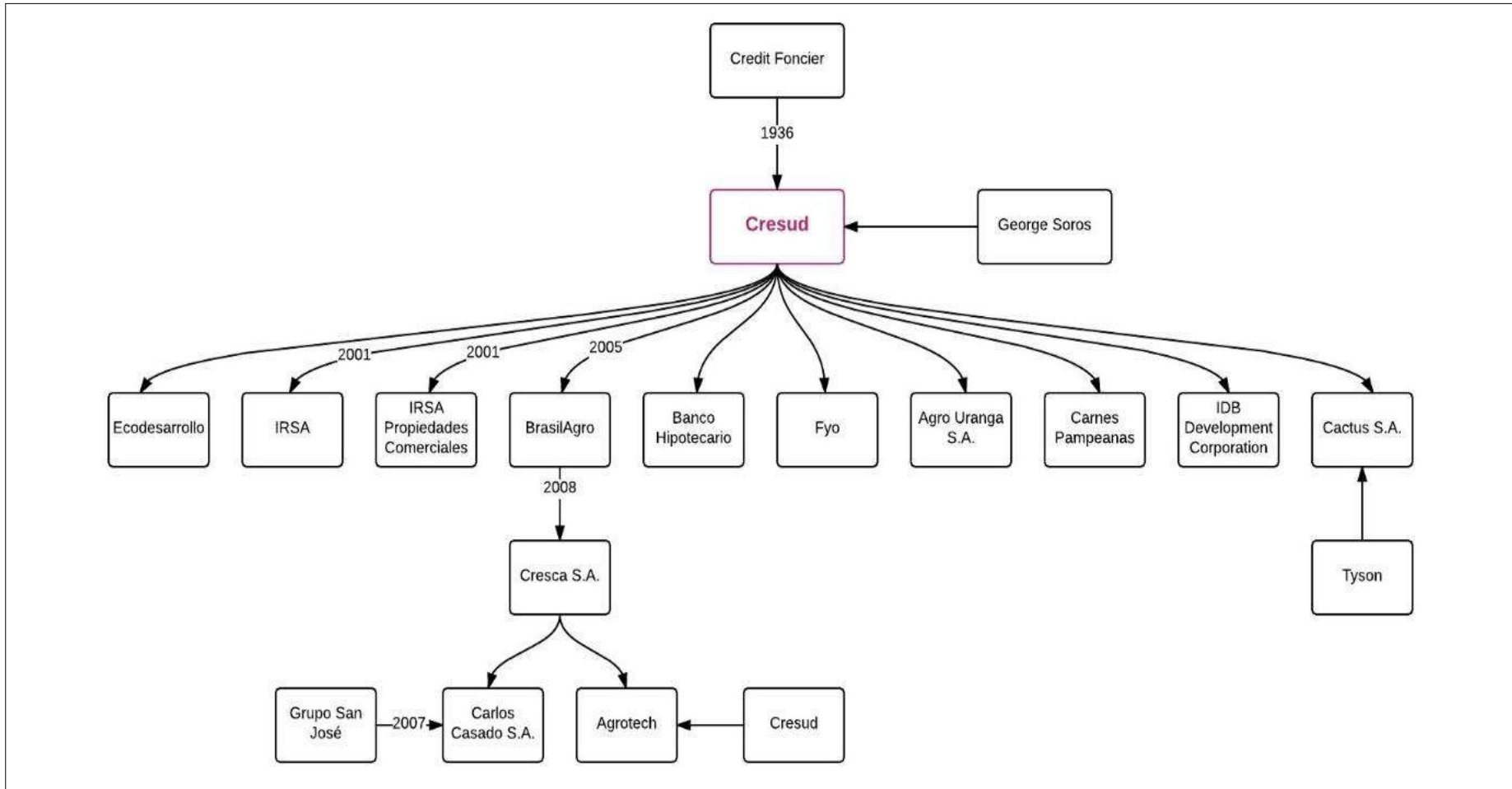
Segundo a BrasilAgro a aquisição foi realizada em dezembro de 2013. Em abril de 2014 a empresa vendeu 12.312 hectares e atualmente possui 59.490 hectares, sendo que 30.490 hectares são agricultáveis. Em outubro de 2016, o jornal Valor Econômico (06 out. 2016) publicou uma reportagem informando que a BrasilAgro e a Carlos Casado haviam anunciado fim da sociedade no Paraguai. É importante destacar que a tanto a BrasilAgro, quanto a Carlos Casado, através do Grupo San José, estão vendendo seus negócios. Além do investimento do fundo Kopernik Global Investors em outubro de 2016 e o anúncio do fim da sociedade entre BrasilAgro e Carlos Casado, o Grupo San José, atual proprietário da Carlos Casado, vendeu suas terras na Argentina [que também são em parceria com a BrasilAgro] por U\$S 120.000.000,00. Segundo o jornal Cinco Días (07 out. 2016), tal venda faz parte do processo de fim da sociedade entre as duas empresas, mas por enquanto nenhuma venda foi anunciada no Paraguai.

Organograma. BrasilAgro e sua territorialização no Paraguai – 2018.



Fonte: DATALUTA Paraguai (2018); Org.: Autora (2019).

Organograma. Relação da Cresud com a BrasilAgro – 2018.



Fonte: DATALUTA Paraguai (2018); Org.: Autora (2019).

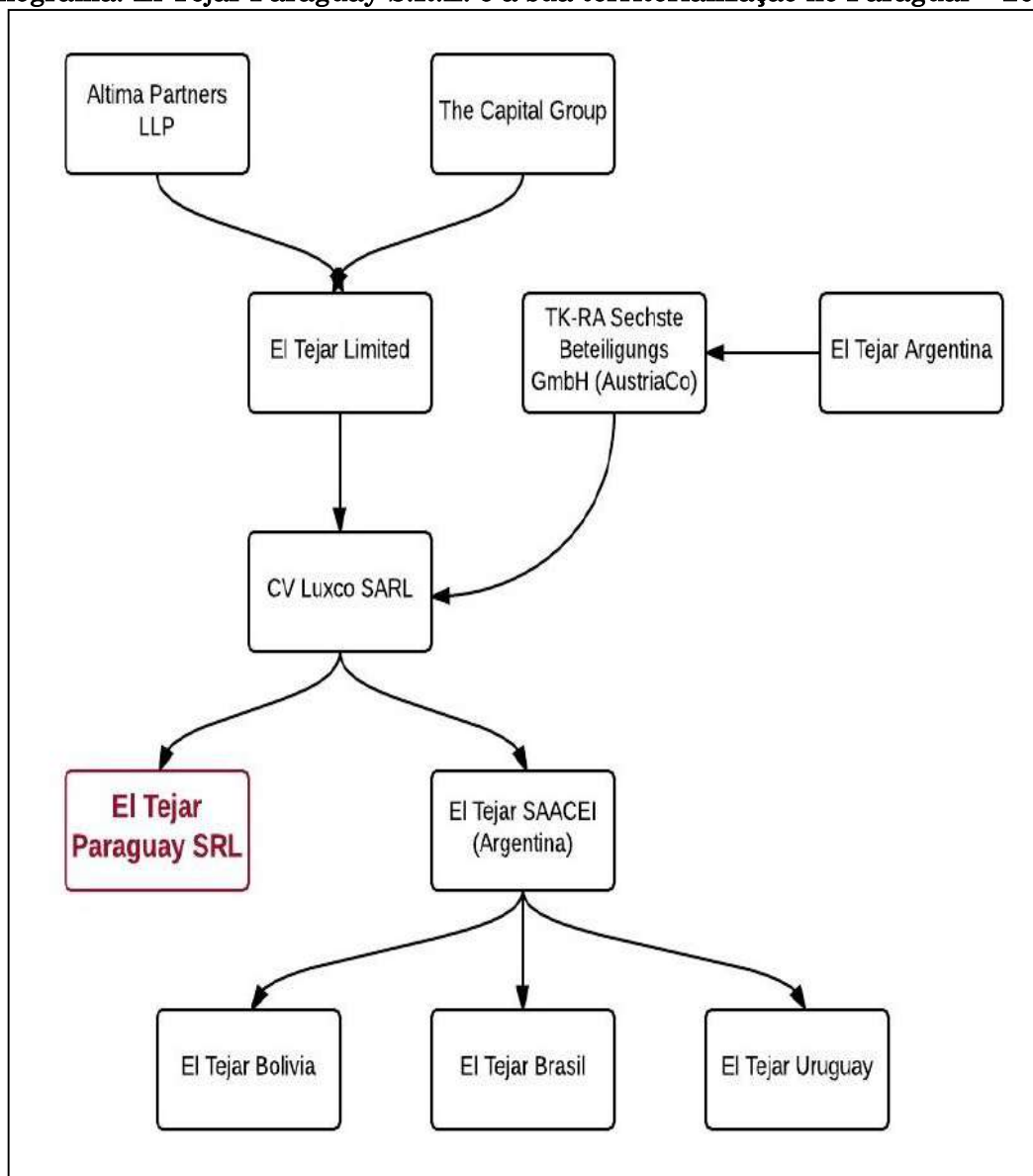
#### **e. Desarrollo del Sur S.A**

A empresa de capital estadunidense Desarrollo del Sur S.A., subsidiária da empresa Compañía Agrícola Ganadera Heisecke [Argentina] se territorializou no Paraguai em 2013 com a aquisição de 3.500 hectares destinados ao desenvolvimento agrícola para posterior venda e ao cultivo de arroz no departamento de Itapúa, mais precisamente na bacia do rio Tebicuary, região conhecida pelo seu grande potencial hídrico. Curiosamente, a partir de 2009 o Banco Mundial iniciou estudos de potencial hídrico na região e intensificou os mesmos em 2011, quando iniciou pesquisas para a produção de arroz na bacia do rio Tebicuary (BANCO MUNDIAL, 17 nov. 2015).

#### **f. El Tejar Paraguay S.L.R.**

A (trans)latina El Tejar Paraguay S.L.R. está territorializada através da compra de terras para melhoramento agrícola no Paraguai para posterior venda desde 2011, sendo a diversificação geográfica parte da sua estratégia de expansão. A El Tejar se constituiu como uma empresa argentina em 1987, mas a partir da financeirização tornou-se uma megaempresa, expandido seus negócios para a América do Sul. Segundo Pereira (2015, p. 10), “o processo de internacionalização da El Tejar só se concretizou após o processo de financeirização, que injetou grande quantidade de capital na empresa, possibilitando um aumento da área e de escopo de atuação” No caso da El Tejar, 45% da empresa foi adquirida pelo fundo mútuo inglês Altima Partners e 13% e pelo *private equity* estadunidense The Capital Group Companies, restando aos proprietários originais cerca de 40% de participação. No caso da El Tejar Paraguay S.L.R. é subsidiária da CV Luxco SARL, que controla todo o capital da El Tejar Paraguay S.L.R. (INFO CAMPO, 11 mar. 2010. A empresa não divulgou a localização de suas propriedades e não há denúncias contra a empresa.

**Organograma. El Tejar Paraguay S.R.L. e a sua territorialização no Paraguai – 2018.**



Fonte: DATALUTA Paraguai (2018); Org.: Autora (2019).

**g. Molinos Harineros Del Paraguay S.A.**

A empresa Molinos Harineros Del Paraguay S.A., fundada em 1929 e histórica no Paraguai (VILLAGRA, 2009). A atividade da empresa é a elaboração de farinhas e balanceados, sobretudo a partir do trigo. Segundo Villagra (2009), no ano de 1999, a estadunidense Cargill adquiriu parte do seu pacote acionário. Em 2005 a Cargill vendeu suas ações da Molinos Harineros para a empresa argentina Rinehart S.A. Atualmente a empresa possui um escritório central em Asunción e planta agroprocessadora no departamento de Alto Paraná.



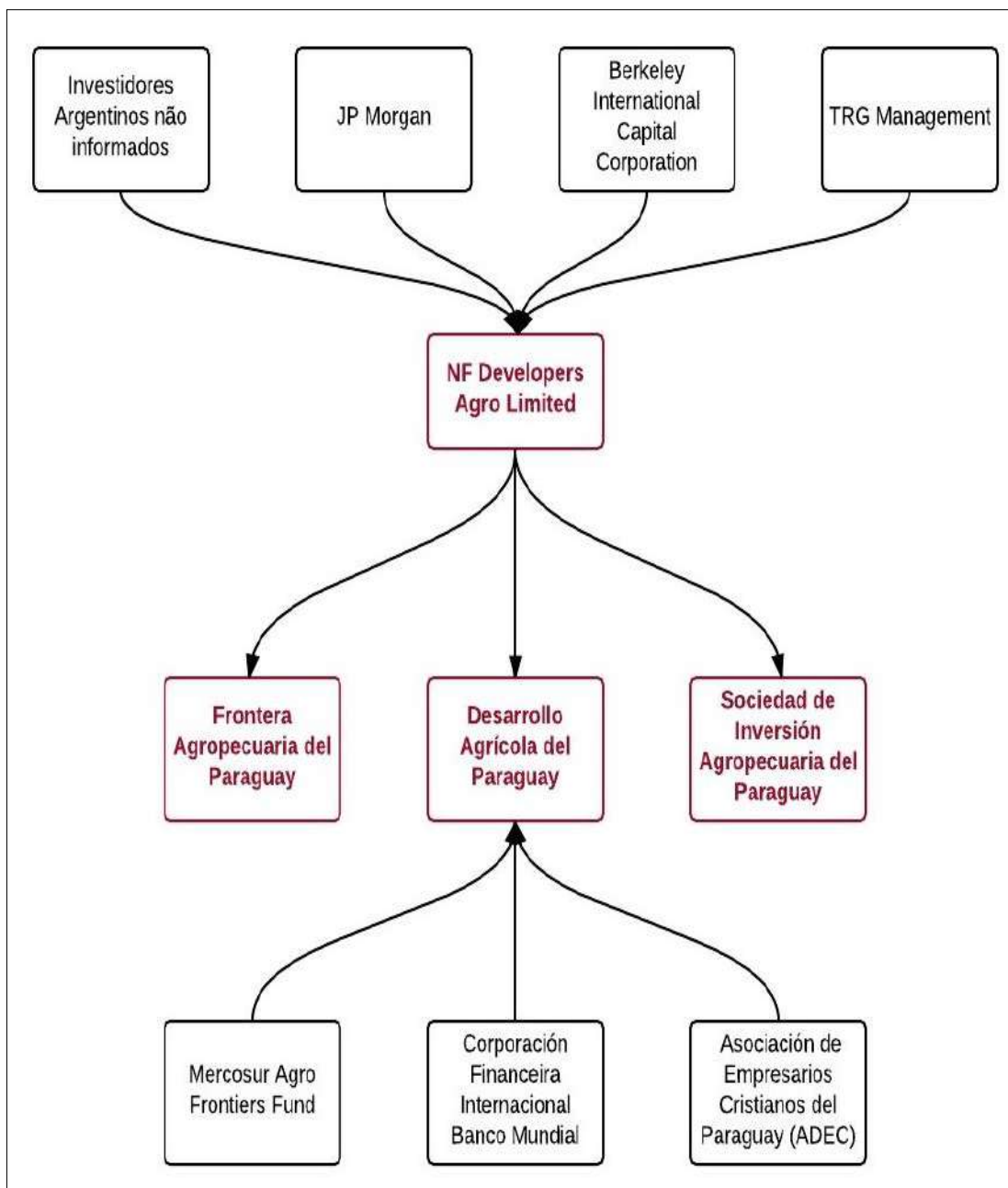
#### **h. MSU Agro S.A.**

A MSU Agro S.A. constituía-se como empresa familiar até o início da década de 2000 e expandiu sua atuação na América do Sul a partir da entrada do capital financeiro (FREDERICO e GRAS, 2017). Possui 265.000 hectares de terras arrendados na Argentina, Brasil, Paraguai e Uruguai. Ao contrário da maioria das empresas argentinas que atuam no controle do território no Paraguai, a MSU não opera no mercado de terras e no processamento de *commodities* (FREDERICO e GRAS, 2017), mas sim produz arroz, algodão, milho, trigo, soja, girassol e investe na pecuária. Na safra de 2014/2015 foram produzidas 830.000 toneladas de grãos. Além da produção agrícola a MSU oferece assistência integral a investidores que buscam oportunidades, negociação de ativos, desenvolvimento e gerenciamento de agronegócio. A atua no Paraguai desde 2007, contudo não declarou a extensão de terras e a sua localização.

#### **i. NF Developers Agro Limited**

Em 2005, a empresa NF Developers Agro Limited se territorializou no Paraguai por meio da implantação dos projetos Frontera Agropecuaria del Paraguay, Desarrollo Agrícola del Paraguay e Sociedad de Inversión Agropecuaria del Paraguay. A empresa possui capitais majoritários oriundos da Argentina e EUA – JP Morgan, Berkeley International Capital Corporation e TRG Management. Entretanto a mesma é registrada como empresa offshore na Ilha de Bermudas.

**Organograma. Territorialização da NF Developers Agro Limited no Paraguai – 2018.**



Fonte: DATALUTA Paraguai (2018); Org.: Autora (2019).

O projeto Desarrollo Agrícola del Paraguay recebe investimentos do Mercosur Agro Frontiers Fund, Corporação Financeira Internacional (IFC), braço privado do Banco Mundial e a Asociación de Empresários Cristianos del Paraguay (ADEC). A Corporação Financeira Internacional financiou a Desarrollo Agrícola del Paraguay (DAP) através de dois projetos: 1) No ano de 2009 com US\$ 20 milhões (US\$ 15 milhões em crédito e US\$ 5 milhões em capital de risco); 2) No ano de 2011, com US\$ 8 milhões em forma de crédito. Atualmente a empresa possui 11.200 hectares adquiridos através da compra no

departamento de San Pedro e mais 7.000 hectares arrendados em outros departamentos não informados.

**Tabela. Propriedades da Desarrollo Agrícola del Paraguay adquiridas através da compra no Paraguai.**

<b>Propriedade</b>	<b>Departamento</b>	<b>Distrito</b>	<b>Área (Hectares)</b>	<b>Comunidades limítrofes</b>
Fortuna	San Pedro	Nueva Germania	2.200	Colonia Barbero; Potrero Naranjo; Asentamiento 12 de Junio
Doble M y Ka'avo	San Pedro	Tacuatí	2.200	Não há
San Ramón	San Pedro	Tacuatí	3.100	Não há
Yvycai	San Pedro	San Estanislao	3.400	Calle 6000; Calle 12000; Cañada Santa Rosa
Campo Ara	San Pedro	San Estanislao	300	4000 Fondo
<b>Total</b>	-	-	<b>11.200</b>	-

Fonte: Adaptado de Guereña e Riquelme (2013); Org.: Autora (2019).

## **MATERIAL DE APOIO IX.**

---

### **Demais empresas estrangeiras no controle do território paraguaio**

#### **a. Abialor Paraguay S.A.**

Ainda em 2008, a empresa francesa erradicada no Uruguai Abialor Paraguay S.A., se territorializou no país com a aquisição de 28.000 hectares no distrito de Fuerte Olimpo, departamento de Alto Paraguay para a produção pecuária. No ano de 2011 o então presidente da empresa Olegario Menéndez Vilaseca denunciou que 15.000 hectares haviam sido *invadidos* ilegalmente por sem terras (ABC COLOR, 17 set. 2011). Segundo o jornal ABC Color (05 dez. 2013), foi aprovada a expropriação de 12.500 hectares da empresa pelo INDERT.

Porém, apenas 4.881 hectares foram de fato expropriados. Denúncias de ataques violentos da empresa contra a comunidade local e em março de 2015, 40 pessoas foram violentadas pela polícia de Asunción a pedido da empresa (CHACO SIN FRONTERAS, 14 mar. 2016). Segundo a mídia alternativa Resumen Latino Americano (04 mar. 2015), a polícia tinha uma suposta uma ordem de desterritorialização dos camponeses, mas não havia a presença de funcionários ligados ao INDERT ou Ministerio Del Interior. A empresa não se conforma com a expropriação (HOY, 25 mar. 2015).

#### **b. Grupo Espírito Santo – Paraguay Agricultural Corporation**

Em 1976 o Grupo Espírito Santo, de origem portuguesa, iniciou suas atividades no Paraguai através da aquisição da Sociedad Agrícola Golondrina S.A. O Grupo Espírito Santo ainda comanda uma série de empresas não-financeiras, com negócios em vários países como o Brasil<sup>333</sup>. No alto das holdings está uma empresa chamada ES Control, controlada pela família. A ES Control tem 56,5% da empresa Espírito Santo International (ESI), com sede em Luxemburgo. A ESI é dona de 100% da RioForte, empresa que reúne ativos de diversos segmentos do GES, como hotéis, fazendas e empresas de energia com forte atuação no Brasil. Por sua vez, a RioForte controla 49% da Espírito Santo Financial Group (ESFG), que é o maior acionista do BES, com 25% do capital.

---

<sup>333</sup> No Brasil o Grupo Espírito Santo tem propriedades nos estados de São Paulo e Tocantins (DATA LUTA, 2019).

Porém, até o início de 2016, todas essas empresas – ESI, RioForte e ESFG – estavam dentro do BES. Mas, por determinação do Banco de Portugal, entre o primeiro e o segundo trimestres deste ano o BES teve de separar os ativos não-financeiros. Foi quando vieram à tona os problemas financeiros dessas empresas. Em um contexto de aumento dos investimentos de fundos na agricultura, em 2013 o Banco de Fomento da Alemanha - Deutsche Investitions Fund (DEG) -anunciou parceria com a RíoForte, empresa do Grupo Espírito Santo para a Criação da Paraguay Agricultural Corporation (PAYCO).

O investimento da DEG foi de 25.000.000,00 euros. É uma aliança estratégica e se projeta que em três anos do PAYCO haja um crescimento de 100% no faturamento, podendo chegar a US\$ 42.500.000,00 anuais. A RíoForte conta com 134.000 hectares no Paraguai, nos quais 104.000 são destinados a criação de gado e 24.000 a atividades agrícolas, como produção de sementes e *commodities*. Com este investimento a empresa planeja a incorporação de novas áreas (FARMLAND GRAB, 06 fev. 2013). O Organograma 51 expressa como o Grupo Espírito Santo e o fundo alemão Deutsche Investitions Fund se territorializaram no Paraguai através da aquisições e fusões.



A Paraguay Agricultural Corporation é sócio e cooperado de doze associações que reúne os maiores empresários ligados a produção agrícola no Paraguai, sendo: Asociación de Productores de Arroz Cuenca del Río Paraguay; Fideicomiso para el Desarrollo Rural Sostenible; Cámara Paraguaya de Exportadores de Cereales y Oleaginosas (CAPECO); Asociación Paraguaya de Criadores de Braford; Asociación Paraguaya de Criadores de Brahman; Asociación Rural del Paraguay (ARP); Consorcio de Ganaderos para Experimentación Agropecuaria (CEA); Red Paraguaya de Conservación en tierras Privadas; Asociación de Productores de Semillas del Paraguay (APROSEMP); Asociación Paraguaya de Turismo Rural (APATUR); Federación Paraguaya de Madereros (FEPAMA) e Fundación Moisés Bertoni. A empresa possui as seguintes propriedades.

<b>Quadro. Propriedades da PAYCO no Paraguai – 2018.</b>		
<b>Fazenda</b>	<b>Distrito</b>	<b>Departamento</b>
Carandayty Farm	Fuerte Olimpo	Alto Paraguay
Timboty Farm	Puerto Pinasco	Presidente Hayes
Santa Rosa Farm	Puerto Pinasco	Presidente Hayes
N.I	Puerto Pinasco	Presidente Hayes
Rancho 068 Farm	Santa Rosa del Aguaray	San Pedro
Ocampo Cue Farm	San Pedro de Yacumadyyú	San Pedro
Lomas Farm	Villa del Rosario	San Pedro
Quinto Potrero Farm	Caaguazú	Caaguazú
Golondrina Farm	Abai	Caazapá
Cambuchi Farm	Villa Franca	Ñeembucú
La Matilde Farm	San Juan Bautista	Misiones

Fonte: PAYCO (2018); Org.: Autora (2019).

A PAYCO<sup>334</sup> destina 17.500 hectares para a produção de algodão, 6.000 hectares para a soja, 1.800 hectares de trigo e 9.000 de monocultivo de árvores, possui 16.000 cabeças de gado (PAYCO, 2016). Desde 2002 a então Sociedad Agrícola Golondrina e a Unique Wood Paraguay S.A. possui um convênio para preservação ambiental onde são proprietárias em conjunto de 5.558 hectares, ou seja, a empresa pratica o *green grabbing*. Atualmente, a PAYCO emprega 400 pessoas e possui um total de 115.000 hectares, o que corresponde a um emprego para cada 287 hectares de terra.

### c. *Holding* Liebig Campos y Hacienda

A  *Holding* Liebig Campos y Hacienda, de capital suíço e alemão e que está territorializada no Paraguai desde 1973. Atualmente a empresa atua em diversos setores no Paraguai, sendo: pecuária, agricultura, reflorestação, mercado imobiliário e comércio.

<sup>334</sup> Maiores informações disponíveis em: <<http://www.payco.com.py/#/es/>>. Acesso em: 24 jun. 2019.

No que tange a pecuária e agricultura, a empresa possui a Estancia Cuape, localizada na colônia de Naranjito, distrito de General Resquín, departamento de San Pedro, com uma superfície de 7.069 hectares. Segundo o grupo a unidade produz alimentos seguros como a carne bovina, soja e milho. A propriedade está dividida em três frações: A empresa possui o Grupo de Estancias Loma Porá, com 61.378 hectares localizados sobre o Ramal Puerto Militar Pozo Colorado, no departamento de Concepción. Este grupo de propriedades está dividido em seis estâncias.

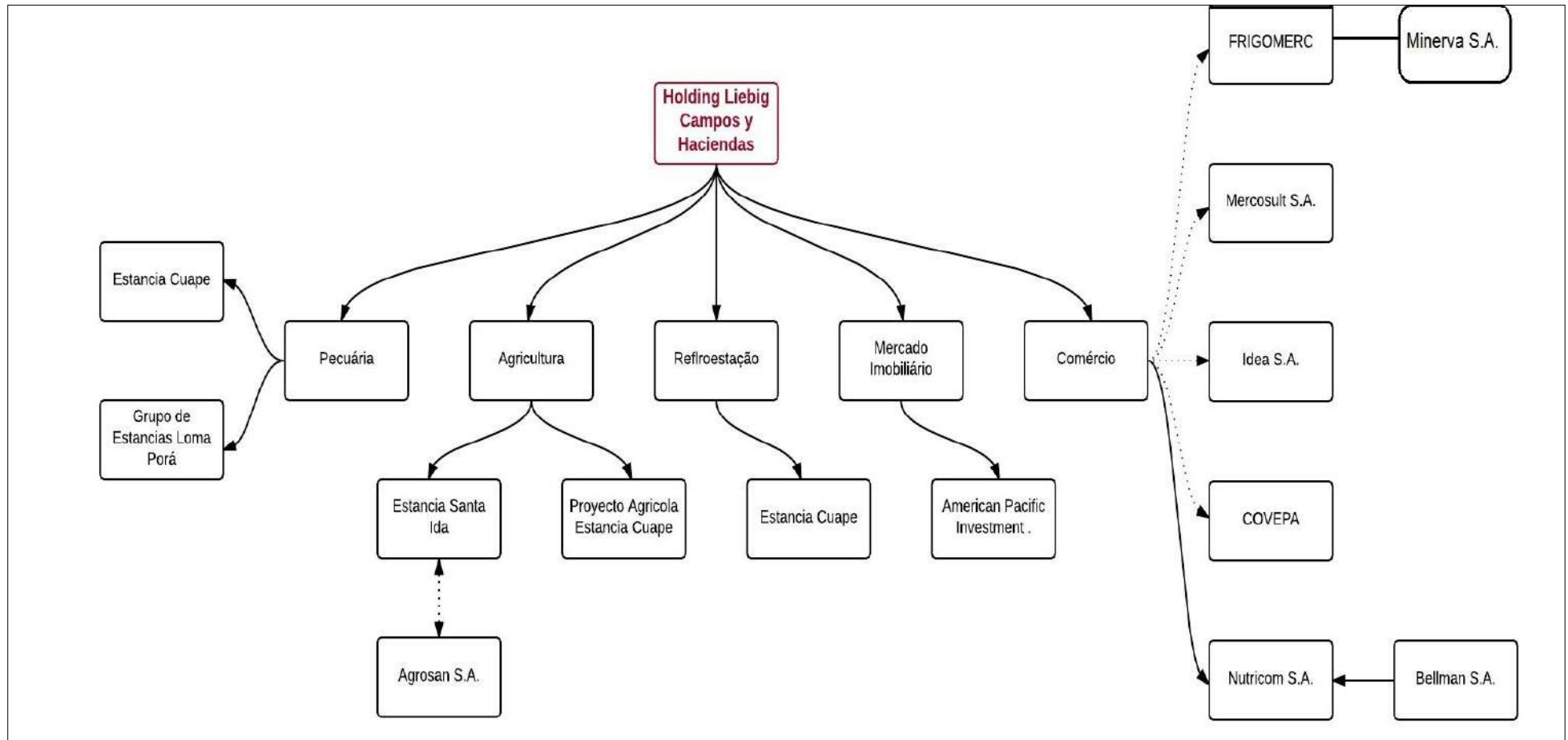
<b>Quadro. Grupo de estâncias Loma Porá, pertencente à <i>Holding</i> Liebig Campos y Hacienda – 2018.</b>	
<b>Estância</b>	<b>Características</b>
<b>Central de Loma Pora</b>	Central de toda informação da produção, elaboração de informes, e relatórios para a oficina de Asunción com uma gerencia especializada em produção de madeira e mel de abelhas;
<b>Estancia Consola, Chimocue e Toldocue</b>	É uma estancia principalmente de apoio a central de Loma Pora, dando suporte principalmente no inverno;
<b>Estancia Virginia</b>	Esância de apoio a central de Loma Pora, possuindo uma grande quantidade de <i>Celsaspinia Paraguayensis</i> , madeira de extrema dureza que se utiliza para a fabricação de um exclusivo tipo de piso parquet;
<b>Estancia Algarrobo</b>	Tem infraestrutura para inseminação artificial e região de abundância de madeira utilizada para a construção de piso parquet;
<b>Estancia Alegría</b>	Equipada totalmente para a produção de bezerros. Nesta estancia há transplante de embriões. Tem uma quantidade considerável de quebracho;
<b>Estancia Santa Elisa</b>	Reprodução de bezerros.

Fonte: Adaptado de Villagra (2017); Org.: Autora (2019).

Ainda na atividade agrícola, a empresa possui a Estancia Santa Ida: Departamento de Itapúa e tem apoio integral da AGROSAN S.A no projeto agrícola estancia Cuape, que possui 2.000 hectares de agricultura modernizada para o cultivo de cana-de-açúcar para a produção de etanol. No caso da reflorestação a empresa possui dois projetos, sendo: Urbanização Limpio American Pacific S.A.: oxigenando a cidade de Asunción, é a maior reflorestação do Departamento de Central com mais de 2.300 hectares de eucaliptos e o corredor ecológico Estancia Cuape.



Organograma. A territorialização da Holding Liebig Campos y Hacienda no Paraguai – 2018.



Fonte: DATALUTA Paraguai (2018); Org.: Autora (2019).

#### **d. La Victoria S.A. – Secta Moon**

O caso mais simbólico e que coloca em xeque a soberania paraguaia é a empresa La Victoria S.A., que no ano de 2000 se territorializou no Paraguai através da compra de 600.000 hectares da empresa Carlos Casado S.A., no distrito de La Victoria, departamento de Alto Paraguay, no Chaco. A empresa **La Victoria**, é propriedade da Igreja da Unificação, do sul coreano Sun Myung Moon, conhecido como Secta Moon. Sun Myung Moon, além da empresa La Victoria também possui diversas empresas, onde a maior é a holding Tonguil, conformada pelas empresas Hankook, Il Shin Stone, Il Sung Construction, Seil Tour System, The Segye Times e Il Hwa (VÁZQUEZ, 2011). No setor alimentario, Sun Myung Moon possui a empresa Happy World. No setor de construção naval a holding One Up e, por fim, no setor de comunicações é proprietário do New World Communications (NWC), do jornal *The Washington Times* (VÁZQUEZ, 2011). Segundo Vázquez (2011), o interesse da Secta Moon na América do Sul é antigo:

El reverendo Moon se interesó en América del Sur a partir de mediados de 1975, en el transcurso de un viaje a esta región, a la que denominó «Jardín del edén». Paralelamente, fue parte del engranaje geopolítico y militar norteamericano de la Liga Anticomunista Mundial (WACL). Con operaciones de inteligencia en Asia y América, la secta Moon fue una de las organizaciones responsables de contrarrestar y luchar contra los movimientos sociales y políticos que reivindicaban la democracia durante las décadas de las dictaduras militares en América del Sur. Paraguay no era ajeno a estas influencias, y organizó varios encuentros regionales, el primero en 1977, donde incluso propuso la destitución de los sacerdotes adeptos a la teología de la liberación. Este encuentro fue presidido por el entonces presidente de Paraguay, general Alfredo Stroessner. La secta Moon, al igual que la Liga Mundial Anticomunista, vivió un periodo de crisis durante el gobierno de Carter en Estados Unidos, pues éste decidió presionar a las dictaduras latinoamericanas. Posteriormente, con la llegada de George Bush, la secta ganó terreno y se implantó con mayor fuerza en América del Sur, eligiendo Uruguay como sede política y económica (VÁZQUEZ, 2011, p. 125).

Um ponto que merece destaque é que também em 2000, um grupo de japoneses ligados a Secta se instalaram em Puerto Leda, departamento de Alto Paraguay e montaram uma cidade orientada ao turismo e pesquisa sobre a biodiversidade da região. Segundo Vázquez (2011), o investimento inicial foi de U\$S5.000.000,00 para a instalação de hotéis de luxo equipados com pista de aterrissagem, piscinas, auditórios, satélites e demais equipamentos. Atualmente não há maiores informações sobre os investimentos da empresa, contudo a mesma continua territorializada no Chaco paraguaio e possui relações bastante estreitas com as cooperativas menonitas da região. A forma como a empresa se

territorializou no país adquirindo 600.000 ou 800.000 hectares com 6.000 habitantes em seu interior evidencia o total apoio do Estado paraguaio ao investimento estrangeiro e como este tipo de investimento está protegido por acordos comerciais.

O caso da sul-coreana Secta Moon é o mais emblemático porque envolve a transação de uma quantidade de terras bastante expressiva, afetando inclusive a soberania nacional do país. No ano de 2000, a Secta Moon através do grupo La Victoria S.A. adquiriu via compra 600.000 hectares de terra da empresa Carlos Casado S.A., correspondente a 11% do território agricultável do departamento de Alto Paraguay, onde a apropriação foi realizada. De acordo com Caballero (2007), a Secta Moon pagou o valor de U\$S22.500.000,00 pelas terras.

Contudo, o jornal paraguaio ABC Color (01 ago. 2003), afirma que a compra foi de 800.000 hectares. Não obstante, 150.000 hectares do total de terras adquiridas pela Secta estavam sendo reivindicados desde 1996 pelos trabalhadores da empresa Carlos Casado S.A., antiga proprietária das terras. Naquele momento ocorreu um intenso debate, o jornal argentino La Nación publicou em 13 out. 2000 que as terras foram vendidas com 6.000 habitantes dentro. Porém, segundo Vázquez (2011 e 2013), a empresa sul coreana afirmou que estava protegida por um acordo de proteção de investimentos firmado entre Paraguai e Coreia do Sul.

Em 2005, 50.000 hectares foram expropriados pelo Estado e entregue aos trabalhadores que reivindicavam a terra desde 1996. É interessante observar que a mídia paraguaia aborda este caso de expropriação pelo Estado como um doação da empresa para a população e não como uma compra ilegal de 600.000 hectares, como podemos observar na reportagem do jornal Última Hora (01 mar. 2016) intitulada “*denúncias entre membros de Secta Moon afecta a tierras donadas a casadeños*”. Neste momento a igreja católica foi fundamental, pois auxiliou o Estado paraguaio em todo o processo de expropriação (VÁZQUEZ, 2011).

#### **e. Shirosawa Company S.A.I.C.**

A japonesa Shirosawa Company S.A.I.C. está territorializada no Paraguai desde 1971, com uma unidade de processamento em *General Elizardo Aquino*, departamento de San Pedro, com processamento de 30.000 à 50.000 toneladas de sésamo [para gergelim] e projeção era alcançar 70.000 toneladas em 2016 (LA NACIÓN, 17 abr. 2016). Das 160.000 toneladas importadas de sésamo pelo Japão, 90% são oriundos do Paraguai. Esta empresa possui recursos da Agência de Cooperação Internacional do Japão (JICA) e não há conflitos registrados contra a empresa.

## MATERIAL DE APOIO X.

### Material de apoio X. Mudanças agrárias no Uruguai

**Tabela. Uruguai – Evolução da quantidade de terras transacionadas – 2000-2018.**

Ano	N. de operações	Superfície vendida [hectares]		Valor	
		Total	Média	Total [milhões de US\$]	Média
2000	1.517	308.007	203	238	448
2001	1.966	530.092	270	219	413
2002	1.598	365.210	229	141	385
2003	2.156	740.845	344	311	420
2004	2.746	757.684	276	503	664
2005	2.872	845.893	295	613	725
2006	3.245	859.000	265	972	1.132
2007	3.277	676.000	206	968	1.432
2008	2.959	684.000	206	1.260	1.844
2009	1.847	323.000	175	753	2.329
2010	2.093	336.000	161	885	2.634
2011	2.288	354.000	155	1.130	3.196
2012	2.060	335.000	163	1.166	3.481
2013	1.868	370.927	199	1.305.362	3.519
2014	1.257	178.399	142	701.787	3.934
2015	1.245	176.225	142	631.532	3.584
2016	909	136.064	150	459.882	3.380
2017	1.139	187.022	164	694.163	3.712
2018	938	159.271	170	518.811	3.257
<b>Total</b>	<b>37.980</b>	<b>8.322.939</b>	-	<b>4.320.696</b>	-

Fonte: MGAP (2006 – 2019); Org.: Autora (2019).

**Tabela 14. Uruguai – Superfície transacionada de acordo com a nacionalidade do comprador – 2000-2012.**

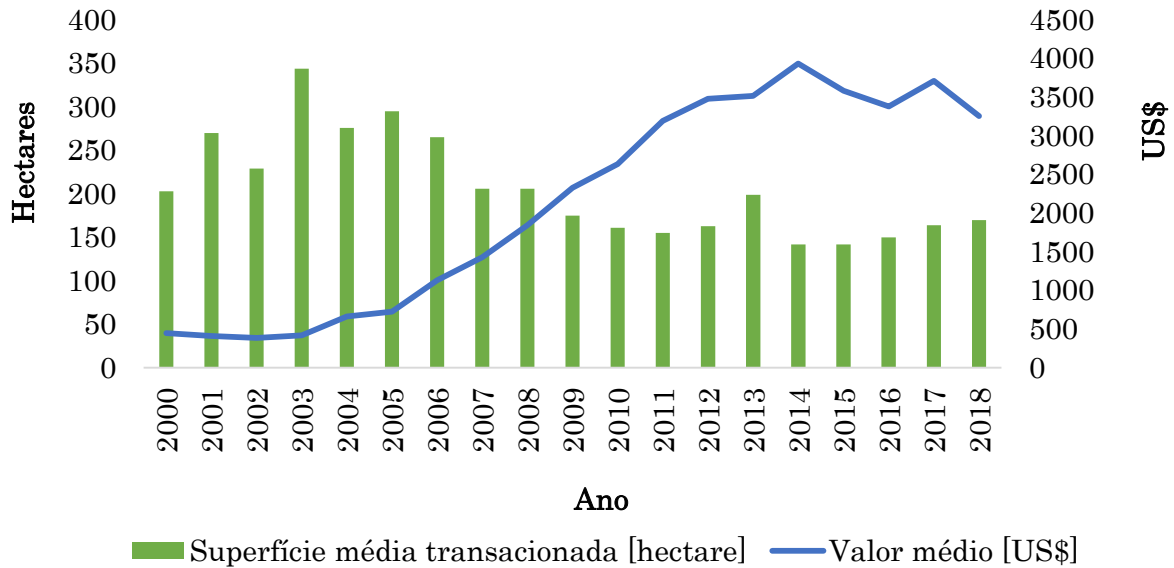
Ano	Uruguai	Argentina	Brasil	Outras	Não aplicável*
2000	145.000	8.000	16.000	2.000	138.000
2001	182.000	6.000	8.000	3.000	330.000
2002	199.000	9.000	3.000	5.000	148.000
2003	255.000	20.000	7.000	10.000	448.000
2004	273.000	32.000	20.000	15.000	418.000
2005	292.000	22.000	20.000	11.000	502.000
2006	294.000	22.000	12.000	20.000	511.000
2007	342.000	26.000	9.000	12.000	287.000
2008	240.000	23.000	12.000	14.000	395.000
2009	111.000	13.000	9.000	5.000	184.000
2010	141.000	25.000	13.000	20.000	137.000

2011	145.000	15.000	6.000	21.000	166.000
2012	127.000	21.000	14.000	7.000	167.000
<b>Total</b>	<b>2.476.000</b>	<b>242.000</b>	<b>149.000</b>	<b>145.000</b>	<b>3.831.000</b>

\*Comprador não é uma pessoa física e sim jurídica.

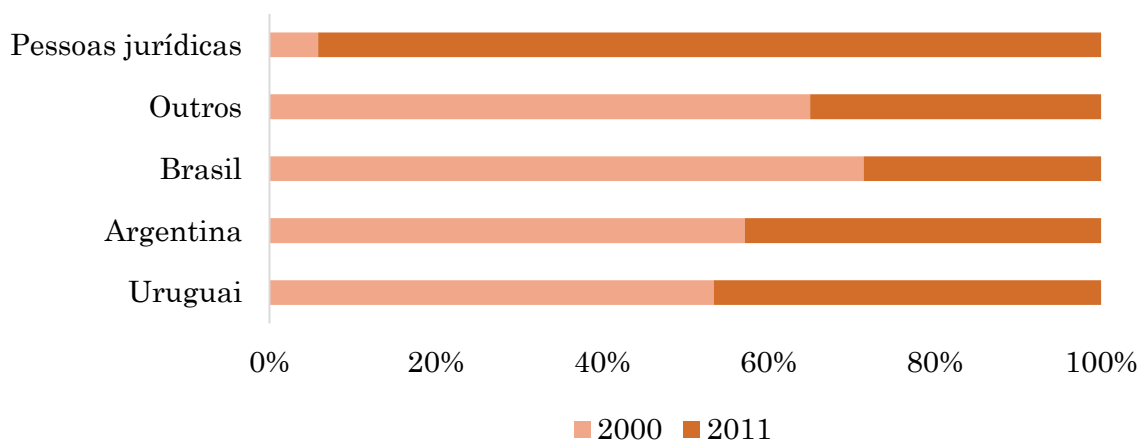
Fonte: MGAP (2006 - 2012); Org.: Autora (2019).

Gráfico. Uruguai – Superfície média transacionada [hectare] e valor médio da venda [US\$] – 2000-2018.



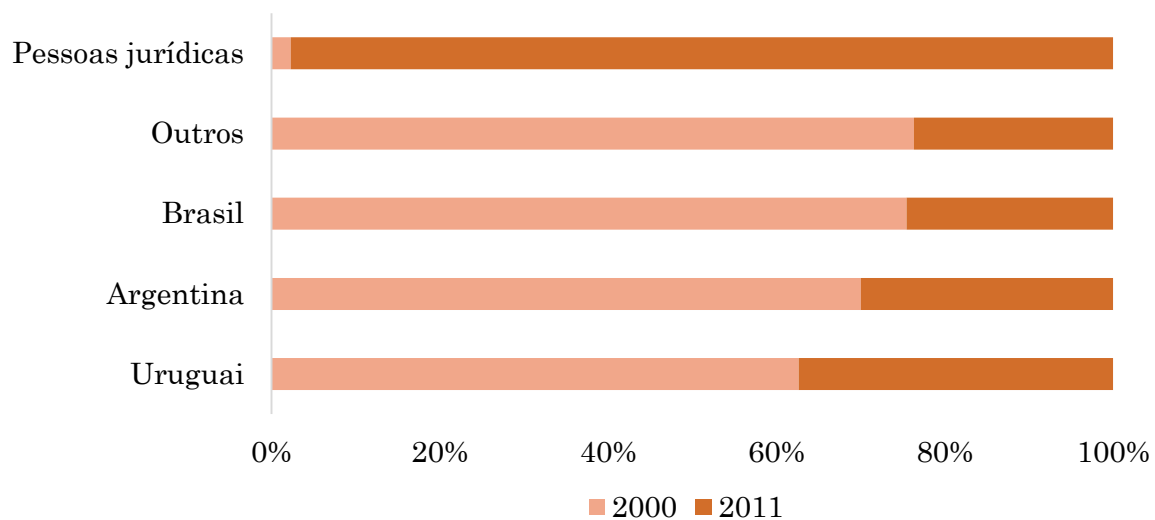
Fonte: MGAP (2006 – 2019); Org.: Autora (2019).

Gráfico. Uruguai – Evolução do número de estabelecimentos agropecuários de acordo com a nacionalidade – 2000-2011.



Fonte: MGAP (2011); Org.: Autora (2019).

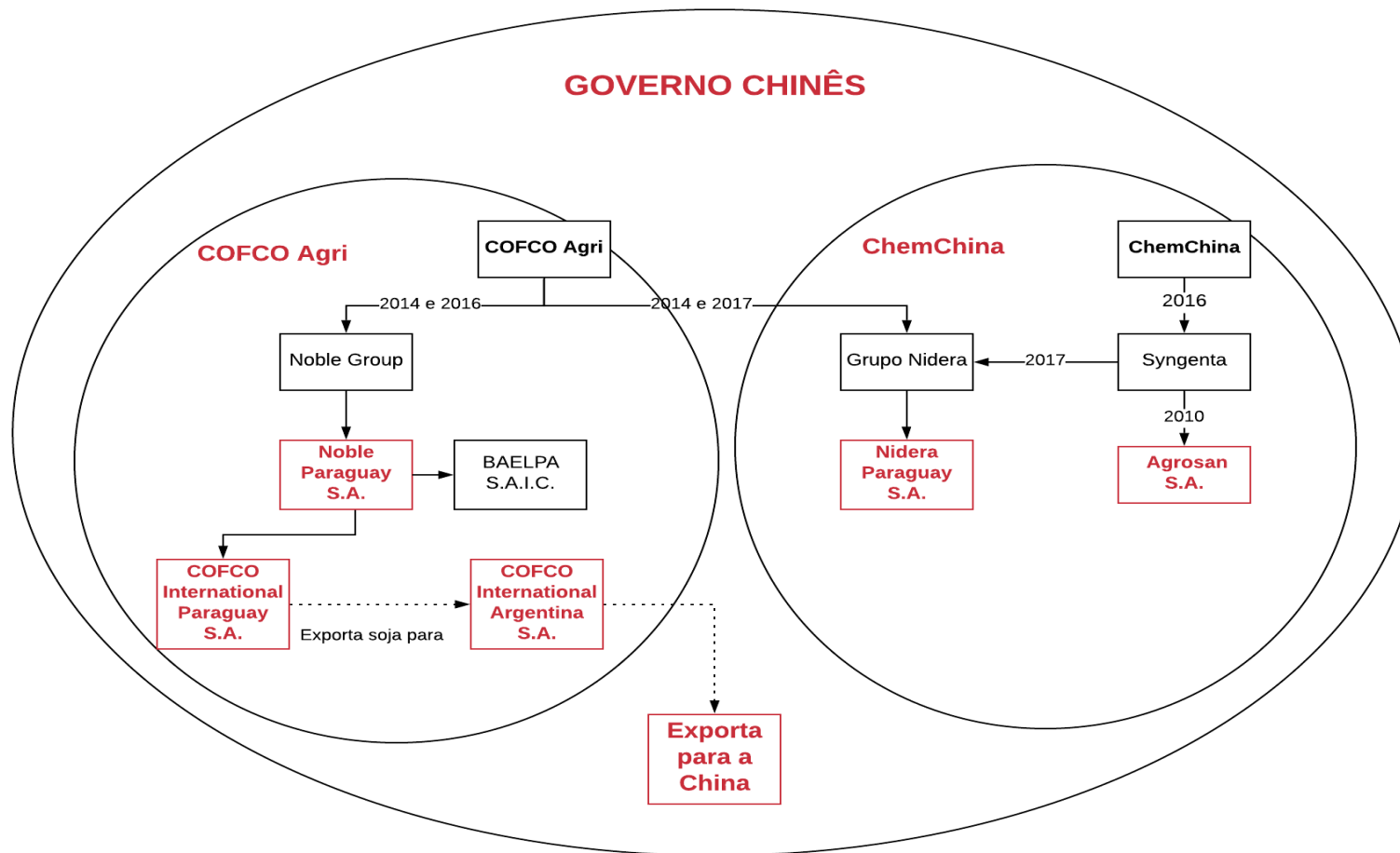
**Gráfico 12. Uruguai – Evolução da superfície agrícola de acordo com a nacionalidade – 2000-2011.**



Fonte: MGAP (2011); Org.: Autora (2019).

MATERIAL DE APOIO XI.

Geopolítica da questão agrária – o papel do capital chinês no controle do território paraguaio.



### Movimentos socioterritoriais atuantes no Paraguai

#### a. Asociación Movimiento Agrario y Popular (MAP)

A Asociación Movimiento Agrario y Popular (MAP) também é um movimento expressivo, criado no ano de 2003 como oriundo de um movimento religioso evangélico intitulado *El Pueblo de Dios*, que possuía boas relações com a ditadura Stroessner e que ao final regime perderam sua base de sustentação política (PALAU, 2005). Segundo Palau, Irala e Coronel (2017), o lema do MAP é *Tierra y Producción. Construcción de Unidad*, atualmente o movimento está territorializado nos departamentos de Alto Paraná, Caaguazú, Caazapá, Central, Cordillera, Itapúa, Misiones e Paraguari, totalizando 8.000 membros que lutam por demandas como regularização de colônias, renegociação de dívidas e Ley de Emergencia Nacional de la Agricultura Familiar Campesina<sup>335</sup>.

#### b. Coordinadora de Mujeres Trabajadoras Rulares e Indígenas (CONAMURI)

Outro movimento muito atuante na luta pela terra no Paraguai através da bandeira da soberania alimentar é a Coordinadora de Mujeres Trabajadoras Rulares e Indígenas (CONAMURI). De acordo com entrevistas<sup>336</sup>, o movimento foi criado em 1998 com dois objetivos: inserção das mulheres no cenário político e nas tomadas de decisões e luta pela soberania alimentar, a principal bandeira do movimento. A CONAMURI está territorializado em dez departamentos do Paraguai e desde então realiza manifestações, eventos [seminários, congressos e jornadas] e feiras agroecológicas em prol da soberania alimentar do povo paraguaio. O movimento utiliza o resgate de práticas produtivas ancestrais, preservação de sementes crioulas e a luta contra sementes transgênicas, produtos agroquímicos e as transnacionais que impõe o regime alimentar corporativo no país, sobretudo a Monsanto.

---

<sup>335</sup> Lei que foi alvo de negociações e manifestações durante 2017 e que determina o compromisso do poder Executivo de impulsionar a reativação produtiva da agricultura familiar camponesa. Em fevereiro de 2018, mesmo com a lei acordada, o campesinato retornou a manifestar-se devido a não efetivação da mesma (ÚLTIMA HORA, 02 fev. 2018).

<sup>336</sup> A entrevista foi realizada pela pesquisadora em dezembro de 2015 na sede da CONAMURI, em Asunción.



A CONAMURI é o movimento mais atuante pela soberania alimentar e contra o modelo de produção imposto pelo agronegócio, possuindo diversas formas de resistência. Dentre as ações do movimento destacamos: Jornada do dia mundial conta o uso de agrotóxicos e pesticidas e feiras. A CONAMURI também atua fortemente no IALA GUARANÍ. Além disso, a CONAMURI realiza manifestações em cidades que apresentam visibilidade, como Asunción e capitais dos departamentos, reivindicando a soberania alimentar do Paraguai e contra os agroquímicos.

É interessante destacar que as atividades da CONAMURI, tanto individuais, quanto conjuntas, são realizadas, majoritariamente, em praças públicas de Asunción. Quando questionada sobre a localização das ações, a dirigente do movimento afirmou que o objetivo das ações do movimento é agregar o maior número possível de indivíduos e mobilizar a sociedade civil para o debate sobre a soberania alimentar. Todas estas ações são de extrema importância e dá voz a bandeira de luta pela soberania alimentar. *Instituto Agroecológico Latino Americano Guaraní (IALA GUARANÍ)*.

Em muitas de suas ações a CONAMURI atua em conjunto com a OLT seja através de enfrentamento direto, como manifestações e ocupações, seja através de práticas alternativas, como via promoção de práticas agroecológicas, feiras urbanas e cursos de capacitação, como a parceria com a CONAMURI na IALA Guarani. A CONAMURI adquiriu força 2003 com a morte de uma criança, filho de uma dirigente do movimento, em decorrência das fumigações em plantações de soja próximos a comunidade em que viviam em Itapúa (PALAU e KRETSCHMER, 2004; ZIBECCHI, 2005; ALDERETE, 2015). E a partir justamente deste incidente, os movimentos paraguaios alteraram as suas agendas de lutas, inserindo o debate e o posicionamento contra os agroquímicos e sementes geneticamente modificadas, o que também exigiu um redirecionamento nas lutas, com novas estratégias.

### **c. Federación Nacional Campesina (FNC)**

A Federación Nacional Campesina (FNC) é o movimento socioterritorial paraguaio com maior poder de mobilização e o mais expressivo na luta pela terra a partir de manifestações e ocupações. A FNC foi fundada em 1991, como resultado de uma aliança entre diversos movimentos socioterritoriais. No decorrer dos anos tais movimentos foram rompendo com a FNC por diferenças ideológicas, talvez devido ao seu caráter vertical (MORA, 2006). Mesmo assim ainda hoje a FNC possui diversas ações conjuntas com variados movimentos socioterritoriais, com um grande poder de articulação. O movimento

tem uma orientação classista ortodoxa (GALEANO, 2003 e 2011), no qual o principal objetivo é a luta contra o latifúndio [Entrevista realizada com a FNC<sup>337</sup>]. Isso explica o fato da FNC ocupar apenas propriedades maiores de 3.000 hectares (DELGADO, 2012), pois reconhece que a reforma agrária é um requisito para romper com a dependência do Paraguai. Ou seja, a concentração de terra é uma barreira ao desenvolvimento (ROMERO, 2015).

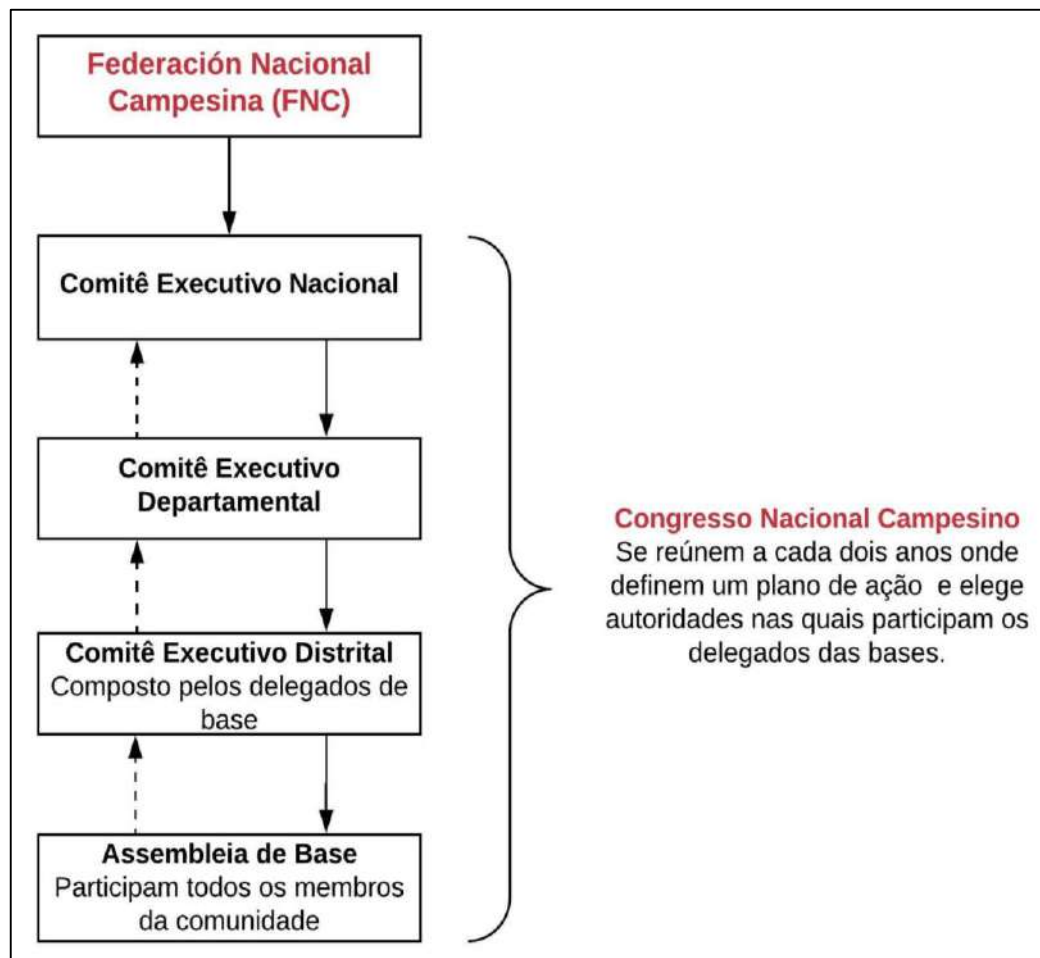
A partir de conquistada a terra, a luta da FNC é pela melhora da qualidade de vida dos pobres, que os camponeses possam ter acesso à saúde, educação e moradia [Entrevista realizada com a FNC, mai. 2018]. As estratégias de atuação da FNC vão desde o enfrentamento direto até ações de formação (PALAU, IRALA e CORONEL, 2017). De acordo com Delgado (2012), a FNC desde o seu início até 2010 havia ocupado cerca de 190.000 hectares de terras improdutivas, reunindo 14.000 famílias, totalizando 60.000 pessoas. A FNC atualmente luta pelo seu território, contudo, desde o ano de 2013 tem orientado suas ações para barrar as pulverizações de agroquímicos em comunidades camponesas realizadas por parte de latifundiários sojicultores, sobretudo brasileiros. As pulverizações têm ocorrido com muita frequência, constituindo como uma forma de desterritorialização, pois é uma pressão para os camponeses migrarem para outras terras ou mesmo em direção a periferias das cidades. Deste modo, a ação contra as pulverizações aéreas é uma luta por permanência no território.

Palau, Irala e Coronel (2017) afirmam que atualmente a federação é integrada por 20.000 famílias nos departamentos de Caaguazú, Caazapá, Canindeyú, Central, Concepción, Guairá, Itapúa, Paraguari e San Pedro. No que tange a sua organização, a FNC é formada por um *comité executivo distrital*, sustentado por um grupo de seguidores, que seleciona representantes para o *conselho executivo departamental*, que elege um *comité executivo nacional*, que realizada a cada dois anos o *Congreso Nacional Campesino*, que possui um caráter consultivo e deliberativo, que tem como objetivo delinear as políticas de ação e eleger os líderes da federação (MORA, 2006). O Organograma expressa a estrutura organizativa da FCN.

---

<sup>337</sup> Entrevista realizada em Asunción no dia 28 mai. 2018.

Organograma. Estrutura organizativa da FNC – 2018.



Fonte: Trabalho de Campo (mai. 2018); Org.: Autora (2019).

A Federación Nacional Campesina foi o primeiro movimento a se fragmentar pelo fato da inserção de partidos políticos no interior da organização ainda em 1998. Há críticas em relação à FNC, sobretudo porque alguns dirigentes desta Federação fundaram no ano de 1999 em conjunto com outros movimentos sindicais, o partido político de base marxista e leninista *Partido Paraguay Pyahura* (PPPR) (DELGADO, 2012; TORALES, 2016). A constituição de tal partido aumentou as divergências ideológicas e táticas entre os movimentos socioterritoriais paraguaios, desarticulando a luta pela reforma agrária, sobretudo se afastando da ideologia da MCNOC. Em 2002 ocorreu uma onda de privatizações e muitas das organizações voltaram a estabelecer alianças, como o caso da FNC, ONAC e MCNOC. A mesma ideologia que as separaram em 1998 as uniram novamente (GALEANO, 2003).

La separación se había concretado, por un lado, como consecuencia de la divergencia de intereses que afloraba entre los distintos estratos de pequeños agricultores, generada por la agudización del proceso de diferenciación campesina provocado por el avance disruptivo del capitalismo agrario. El desencuentro, por otro lado, en mayor medida surgió por las discrepancias ideológicas y de orientaciones valorativas que empezaron a manifestarse entre las mencionadas organizaciones, sostenidas preferentemente por las dirigencias y líderes. Mientras que la ONAC continuaba más apegada al mesianismo cristiano cultivado por las Ligas Agrarias de los años sesenta y setenta, y la MCNOC no lograba todavía perfilar un corpus coherente de principios, la FNC ya había asumido ejes ideológicos de corte netamente clasista (GALEANO, 2003, p. 35).

Contudo, os atuais dirigentes da FNC frente a esta crítica afirmam que a Federación “es una Organización gremial, entonces no puede decir que pertenece a tal partido político, porque dentro del gremio hay diferentes partidos - tanto de derecha como de izquierda” (PALAU, 2014, p. 69). Mesmo com este julgamento e com as rupturas em relação ao movimento, o fato é que FNC é o principal movimento de luta pela terra no Paraguai, pois é movimento que possui uma capacidade de organização e mobilização significativa. Além das ações pontuais, anualmente a FNC realiza a *Marcha del Campesinado Pobre*, que em 2018 completou sua vigésima quinta edição, mobilizando 8.000 pessoas na capital paraguaia, reivindicando a reforma agrária e a renúncia do então atual presidente do Paraguai Horácio Cartes [ago/2013-ago/2015]. Nesta marcha a FNC mobilizou outros movimentos socioterritoriais, acadêmicos e a população urbana.

#### **d. Liga Nacional de Carperos (LNC)**

A Liga Nacional de Carperos (LNC) correspondem a camponeses sem-terra que reivindicam a reforma agrária através de novas estratégias de luta (FOGEL, 2012), recriando as resistências. O movimento foi fundado em 2010 em um momento de impasse, no qual os dirigentes de organizações tradicionais não queriam pressionar o governo pós-neoliberal de Fernando Lugo, com o lema *Por tierra, pan y trabajo. Luchar, vencer o morir*. Assim, a Liga Nacional de Carperos foi estabelecida a partir de líderes camponeses que estavam a frente de comissões vicinais “descontentes com a forma como a linha tradicional vinha se relacionando com o Estado” (PEREIRA, 2016, p. 74-75) e que tinham como objetivo recuperar terras para assim recuperar a soberania não apenas do campesinato, mas do país, visto que as terras em questão estavam em posse de estrangeiros, por isso muitos pesquisadores classificam a LNC como um movimento *soberanista* (FOGEL, 2012 e 2013; PEREIRA, 2016).

En la visión de líderes de la Liga Nacional de Carperos en el trasfondo de la constitución del movimiento está la desilusión de los dirigentes, básicamente sin tierras, que habían tenido expectativas con el gobierno de Lugo, expectativas que no estaban siendo satisfechas, sin que se vieran respaldados en sus demandas por las organizaciones a las que pertenecían, en alguna medida cooptadas por el gobierno (FOGEL, 2012, p. 16).

Diferentemente de outros movimentos tradicionais paraguaios, a LNC tem como principal bandeira de luta é a recuperação da soberania<sup>338</sup> e deixa isso bastante evidente em suas ações, embora possua outras reivindicações. Além disso, a LNC é enfática em afirmar que os seus inimigos são os grandes produtores de soja, especialmente Tranquilo Favero (FOGEL, 2013), proprietário de nove empresas no Paraguai, conforme mencionamos no capítulo IV. Por ser um movimento *soberanista* (FOGEL, 2013; PEREIRA, 2016) com ações concentradas em terras pertencentes a brasileiros, frequentemente suas ações estão associadas – erroneamente – a práticas xenofóbicas (SILVA, 2013). Para atingir seu objetivo, a sua luta se materializa através de uma abordagem mais radical (PEREIRA, 2016). No que tange a sua organização, a liga era composta em 2012 por 193 comissões vicinais – em todos os departamentos da região Oriental – com uma quantidade de 50.000 integrantes (FOGEL, 2012) e segundo Irala e Coronel (2017), atualmente possui 34.000 membros distribuídas pelos departamentos de Alto Paraná, Amambay, Caaguazú, Canindeyú, Concepción, Itapúa e San Pedro. A LNC não age sozinha, pois possui alianças com organizações regionais, como a ASAGRAPA.

Atualmente, a demanda da LNC continua a ser a expropriação de terras *malhabidas*, especialmente aquelas controladas por estrangeiros, onde as palavras de ordem são: “mais do que terra, queremos soberania” (PEREIRA, 2016). A Liga Nacional de Carperos tornou-se conhecida pelo acampamento permanente estabelecido no distrito de Ñacunday, departamento de Alto Paraná, em propriedade do brasileiro Tranquilo Favero em 2012 e depois transferido para o Parque Nacional de Ñacunday, como evidenciamos no capítulo anterior e pela sua ocupação em Curuguaty, Canindeyú em 2012<sup>339</sup>. Desde estes conflitos, pouco se ouve acerca do movimento, talvez pelo fato da LNC

---

<sup>338</sup> Isso não significa que outros movimentos não lutem pela soberania, porém nenhum tem esta como bandeira de luta.

<sup>339</sup> O movimento é frequentemente criminalizado pelas mídias paraguaias e brasileiras através de sua ligação – não comprovada – com o Ejército del Pueblo Paraguayo (EPP) – guerrilha camponesa de orientação marxista-leninista criada em 2008 (PEREIRA, 2016), centrando suas atividades nos departamentos de San Pedro e Concepción (TOARALES, 2016). A hipótese do Estado paraguaio é que os camponeses correspondem ao braço logístico do EPP e assim, aqueles que questionam o agronegócio, conseqüentemente apoiam o EPP e o terrorismo. (IRALA e CARDOZO, 2016).

ter perdido força em decorrência da condenação e prisão de alguns de seus líderes no *juicio de Curuguay*.

#### **e. Movimiento Agrario del Paraguay (MOAPA)**

O Movimiento Agrario del Paraguay (MOAPA) foi fundado em 2002 e consolidando apenas em 2005 com uma orientação democrática, classista, autônoma e solidária. O objetivo do movimento é a reforma agrária integral, assistência técnica, acesso a créditos para produção e industrialização de produtos, bem como a recuperação da soberania do Paraguai. O interessante é que o MOAPA prega pela integração entre os povos latino-americanos e em 2006 possui projetos de fortalecimento da luta pelo território em conjunto com a Venezuela (MOAPA, 2015). Atualmente estão territorializados nos departamentos de Alto Paraná, Caaguazú, Canindeyú, Itapúa e San Pedro.

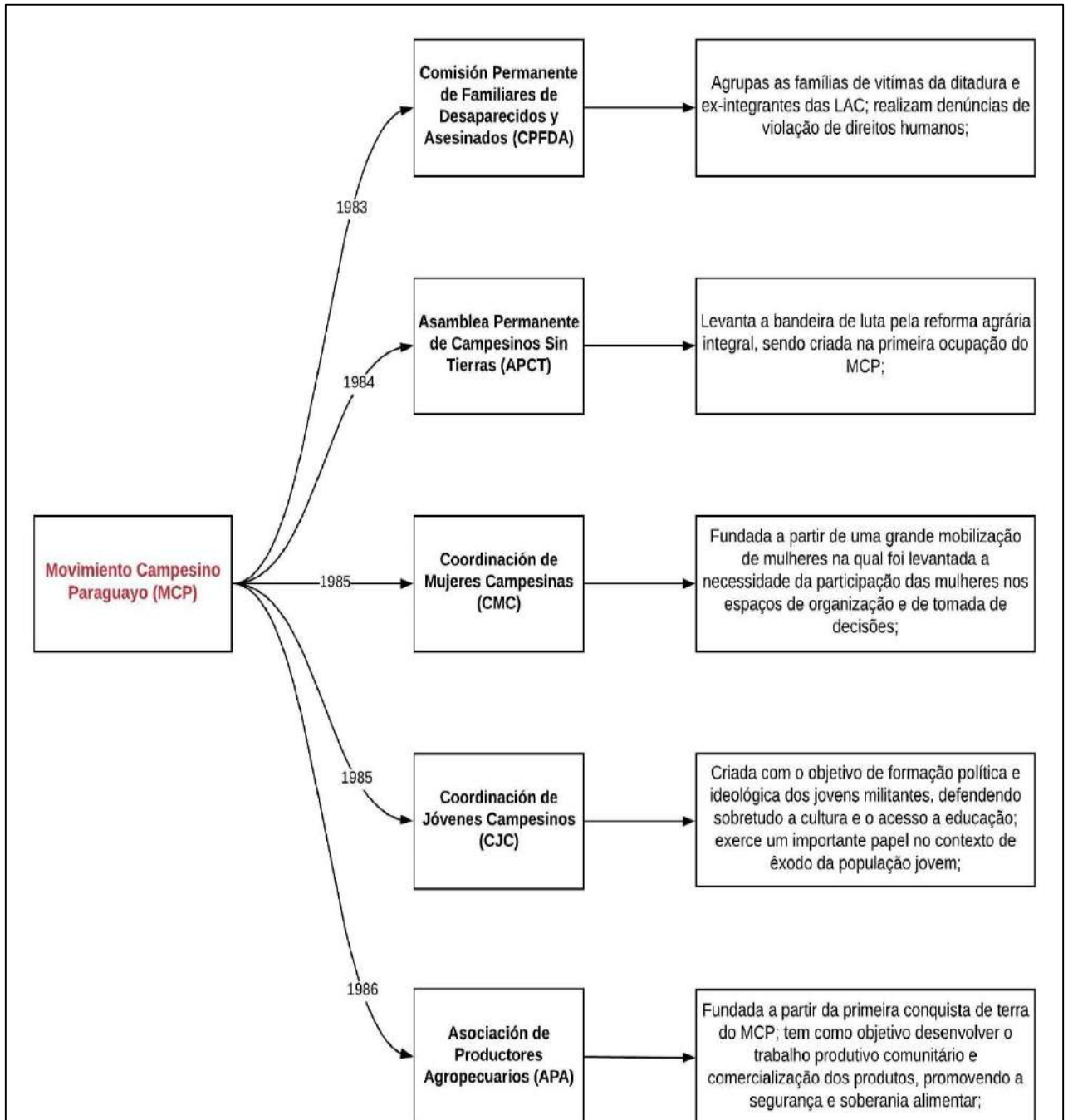
#### **f. Movimiento Campesino Paraguayo (MCP)**

Já o Movimiento Campesino Paraguayo foi fundado em 25 de dezembro de 1980 durante o I Encontro Nacional Constitutivo, realizado no departamento de Caaguazú. Seus principais esforços iniciais estavam centrados na auto organização dos sem-terra, pequenos produtores e camponeses perseguidos pela ditadura de Stroessner, com uma forte influência das LACs, considerando que os seus primeiros dirigentes haviam pertencido a esta organização (GALEANO, 1996; TALESCA, 2004; LAND ACTION, 27 nov. 2007). De acordo com Galeano (1996), em 1989 o MPC era composto por 183 comitês correspondendo a 1.154 famílias. Atualmente o MCP realiza ações nos departamentos de Caaguazú, Alto Paraná, San Pedro, Cordillera, Itapúa, Canindeyú, Misiones e Paraguari, onde as principais bandeiras são luta pela reforma agrária integral e defesa dos direitos humanos, com a participação plena das mulheres e dos jovens (LAND ACTION, 27 nov. 2007).

Dentre os movimentos camponeses paraguaios, o MCP é o principal incentivador da atuação conjunta através de ações com outras organizações camponesas que possuem a mesma causa e é um dos movimentos que compõem a MCNOC. Diante dos seus objetivos, o MCP está organizado através de cinco frentes: Asociación de Productores Agropecuarios (APA); Cordinadora de Mujeres Campesinas (CMC); Asamblea Permanente de Campesinos Sin Tierra (APCT); Coordinación de Jóvenes Campesinos (CJC) e Comisión

Permanente de Familiares de Desaparecidos y Asesinados (CPFDA), conforme expressa o Organograma.

**Organograma. Estrutura organizacional do Movimento Campesino Paraguayo – 2018.**



Fonte: MCP (2015); Org.: Autora (2019).

A organização deste movimento em diferentes comissões evidencia que o mesmo possui diferentes frentes de ações, buscando mobilizar um maior contingente de membros na luta permanente. Como se constituiu como um movimento territorializado, o MPC se

articula através de sete eventos oficiais realizados em três escalas distintas: nacional, departamental e local, conforme mostra o Quadro.

<b>Quadro. Organização das ações do Movimiento Campesino Paraguayo (MPC).</b>		
<b>Escala</b>	<b>Nome do evento</b>	<b>Periodicidade</b>
<b>Nacional</b>	Congreso Nacional	Reúne trezentos dirigentes a cada dois anos
	Encuentro Nacional de Coordinación	Reúne cinquenta dirigentes nacionais duas vezes ao ano
	Encuentro de Militantes	Reúne cinquenta militantes três vezes ao ano
	Mesa Coordinadora Nacional	Reúne dez dirigentes a cada dois meses
	Comité Ejecutivo Nacional	Reúne cinco dirigentes mensalmente
<b>Departamental</b>	Mesa Coordinadora Departamental	Reúne dez dirigentes mensalmente
<b>Local</b>	Mesa Coordinadora de Base	Reúne dez dirigentes mensalmente

Fonte: MPC (2017); Org.: Autora (2019).

#### **g. Organización de Lucha por la Tierra (OLT)**

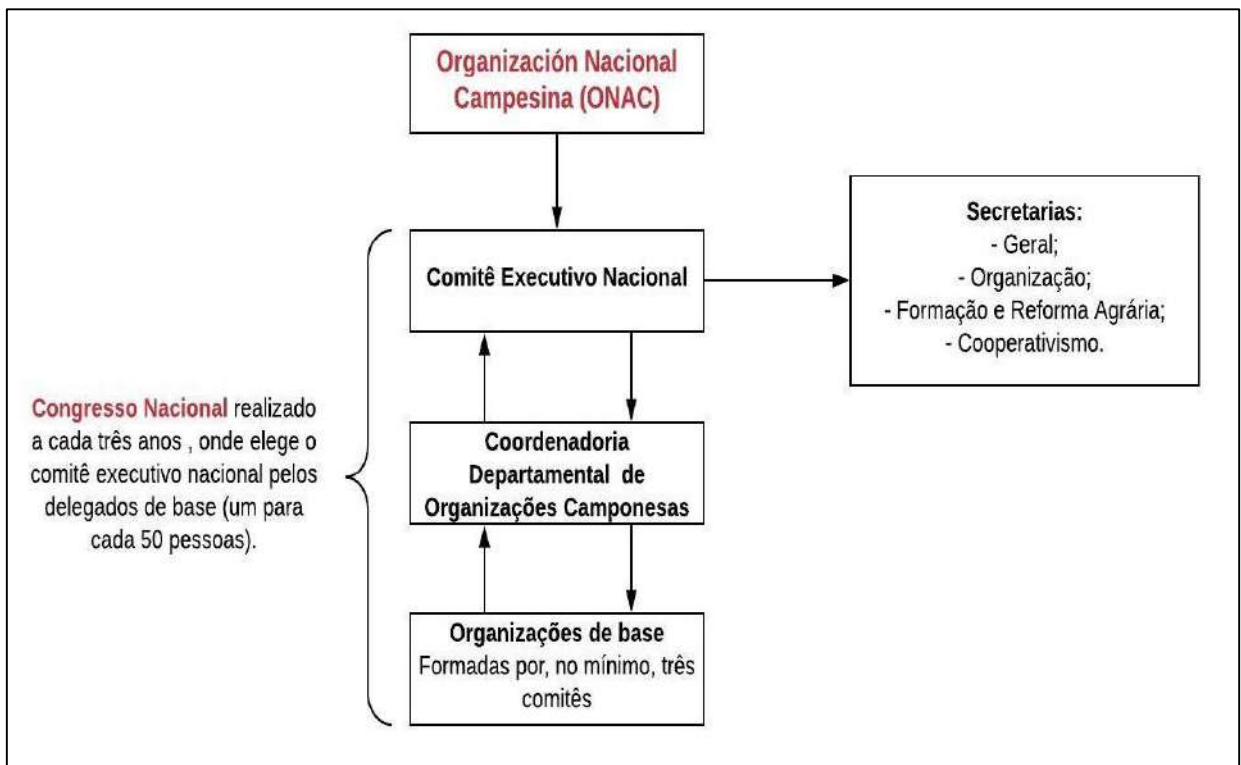
A Organización de Lucha por la Tierra (OLT) foi fundada em 1993 com o objetivo de lutar pela reforma agrária integral. Atualmente a OLT possui 6.000 militantes distribuídos nos departamentos de Alto Paraná, Caaguazú, Caazapá, Canindeyú, Guairá, Itapúa, Ñeembucú e San Pedro (PALAU, IRALA e CORONEL, 2017) e é extremamente ativa nas colônias camponesas, promovendo práticas agroecológicas, feiras urbanas e cursos de capacitação, como o exemplo *Instituto Agroecológico Latino Americano Guaraní* (IALA GUARANÍ), no qual atua fortemente em conjunto com a CONAMURI. A principal demanda do movimento é a legalização do *Asentamiento 1º de Marzo*, localizado no distrito de Yvyrarovana (Canindeyú), o assentamento que na realidade é uma ocupação de seis anos, que frequentemente é alvo de ameaças de desterritorialização (DEMOINFO, 03 nov. 2016) e cujo objetivo é a recuperação da *tierra malhabida*. Nesta ocupação há práticas exitosas de agroecologia, nos quais os produtos são frequentemente comercializados em feiras da agricultura familiar camponesa em Asunción (TRABALHO DE CAMPO, dez. 2015).



## h. Organización Nacional Campesina (ONAC)

A Organización Nacional Campesina (ONAC) foi fundada no ano 1985 com o lema *Tierra es igual a vida* (PALAU, IRALA e CORONEL, 2017) e com uma base inspirada ao mecanismo Cristiano sustentado pelas LACs (GALEANO, 2003 e 2011), constituindo como uma organização gremial na qual a demanda inicial central era de caráter produtivo (MORA, 2006). Atualmente a ONAC concentra demandas como acesso à terra, moradia em assentamentos e reativação produtiva, atuando nos departamentos de Alto Paraná, Amambay, Caaguazú, Caazapá, Canindeyú, Cordillera, Guairá, Itapúa, Paraguari, Presidente Hayes e San Pedro. O movimento está organizado partir de comitês de base que são conformado por, no mínimo, três comissões, que, por sua vez, são representadas em uma coordenadoria departamental de organizações camponesas, que conformam um comitê executivo nacional, conforme o Organograma.

### Organograma. Estrutura organizativa da ONAC – 2018.



Fonte: MORA (2006) e ONAC (2017); Org.: Autora (2019).

## **MATERIAL DE APOIO XIII.**

---

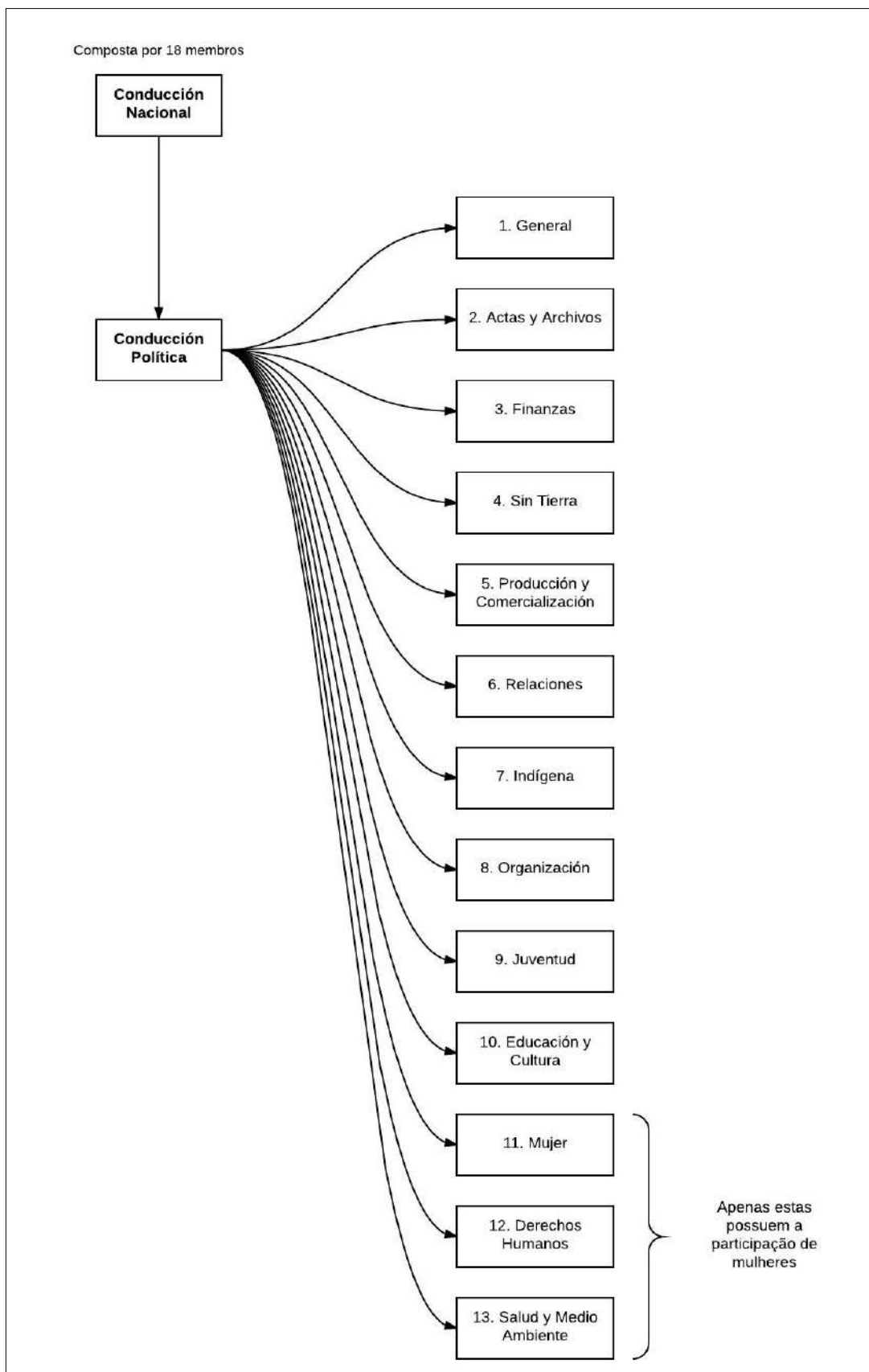
### **Articulações de movimentos socioterritoriais atuantes no Paraguai**

#### **a. Mesa Coordinadora Nacional de Organizaciones Campesinas (MCNOC)**

A estrutura organizacional da MCNOC é composta pela Conducción Nacional, que por sua vez integra a Conducción Política, que compreende treze secretarias que se reúnem uma vez ao mês, nas quais cada uma é designada a uma função: Geral; Atas e Arquivos; Finanças; Sem Terra; Produção e Comercialização; Relações; Indígenas; Organização; Juventude; Educação e Cultura; Mulher; Direitos Humanos e Saúde e Meio Ambiente. Enfatizamos que apenas as três últimas secretarias contam com a presença de mulheres, um número muito baixo em relação ao tamanho desta organização. O Organograma expressa a estrutura organizacional MCNOC.

No que tange as tomadas de decisões, estas ocorrem através da Plenária Nacional Geral Ordinária, que é realizada uma vez ao ano. Os membros da Direção Nacional [Direção Política], Tribunal Eleitoral e Sindicato estipulam a periodicidade necessária para seus encontros e a eleição destes membros ocorre a cada dois anos, podendo ser reeleitos. Enfatizamos que as eleições ocorrem via representantes de cada organização social que compõem a MCNOC. Há uma relevante divergência ideológica presente entre os movimentos paraguaios, sobretudo aqueles que compõem a MCNOC, o que é um grande problema, pois desarticula muito a luta pela terra no país fragilizando e criminalizando os movimentos socioterritoriais.

**Organograma. Estrutura organizacional da MCNOC – 2018.**



Fonte: MCNOC (2018); Org.: Autora (2019).

## **b. Coordinadora Nacional Intersectorial (CNI)**

Por fim, expomos acerca da Coordinadora Nacional Intersectorial (CNI), criada em 2016 e integrada pela Organización Nacional de Cañicultores Agropecuarios (ONCA), MCNOC, MAP; Coordinadora Departamental Igualdad de Oportunidades - San Pedro (CDIOSP), Coordinadora Regional de Canindeyú (CRC); Coordinadora Departamental de Organizaciones Campesinas de Concepción (CDOCC), Comité Nacional de Agricultura Familiar Campesina (CNAFC); Coordinadora de Empresas Asociativas Rurales Departamentales (CEARD) e Federación Paraguaya de Trabajadores del Transporte (FEPATRAT), ou seja, é mais do que uma articulação de organizações camponesas, mas sim de toda a sociedade civil que luta por demandas em comum, que são: a Ley de Emergencia Nacional de la Agricultura Familiar Campesina e regularização de assentamentos. Segundo Palau, Irala e Coronel (2017), a CNI possui 20.000 pessoas distribuídas nos departamentos de Alto Paraná, Caaguazú, Caazapá, Canindeyú, Concepción, Cordillera, Guairá, Itapúa, Misiones, Ñeembucú, Presidente Hayes e San Pedro.

## MATERIAL DE APOIO XIV.

### Lista síntese dos principais marcos regulatórios e jurídicos da questão agrária paraguaia

n.	Lei/Decreto	Data	Conteúdo
1	Sem número definido	Set. 1870	Estabelecimento da Constituição do Paraguai
2	Sem número definido	11 ago. 1871	Autorizava a venda de todas as <i>praderas</i> de melhor qualidade
3	Sem número definido	20 ago. 1873	Autorizava a venda de terras públicas
4	Sem número definido	20 out. 1874	Autorizava a continuação da venda de terras públicas
5	Sem número definido	25 jan. 1875	Criação da Oficina de Tierras Públicas
6	Sem número definido	04 nov. 1875	Autorizava a continuação da venda de terras públicas
7	Sem número definido	15 dez. 1876	Autorizava a continuação da venda de terras públicas
8	Sem número definido	01 jan. 1877	Entra em vigor o Código Civil Argentino
9	Sem número definido	02 out. 1883	Ley de Venta de Tierras Públicas: Autorizava a venda de terras públicas do Paraguai Oriental
10	Sem número definido	09 jun. 1885	Ley de venta de los yerbales fiscales
11	Sem número definido	20 ago. 1885	Ley de Venta de Tierras Públicas: Autorizava a venda de terras públicas de todo o país
12	Sem número definido	25 jun. 19404	Ley de colonización y del hogar
13	Ley n. 514	mai. 1927	Ley de colonización del Chaco
14	Sem número definido	28 nov. 1935	Ley de colonización
15	Sem número definido	20 fev. 1936	Criação do MAG
16	Sem número definido	29 fev. 1940	Promulgação do Estatuto Agrário
17	Ley n. 2.242	18 jun. 1940	Nova Constituição do Paraguai
18	Ley n. 246	1955	Estabelece o primeiro Seminário Nacional sobre Reforma Agrária
19	Ley n. 852	22 mar. 1963	Criação do Instituto de Bienestar Rural
20	Ley n. 854	29 mar. 1963	Novo Estatuto Agrário
21	Sem número definido	1967	Nova Constituição do Paraguai [período ditatorial]
22	Ley n. 128	30 dez. 1991	Cria o Fondo de Desarrollo Campesino
23	Sem número definido	20 jun. 1992	Estabelece a nova Constituição do Paraguai
24	Ley n. 206	24 jun. 1993	Modifica a Ley n. 128, cria que Fondo de Desarrollo Campesino
25	Ley n. 352	21 jun. 1994	Dispõe sobre a criação de áreas silvestres protegidas
26	Ley n. 1.863	30 jan. 2002	Sanciona o novo Estatuto Agrário

*“A Tríplice Aliança continua sendo um grande êxito”: os regimes de controle do território paraguaio (1870-2019)*

27	Ley n. 2.002	04 nov. 2002	Modifica os artigos 1, 2, 5, 10, 16, 56, 57 e 74 do Estatuto Agrário, estabelecido pela Ley n. 1.863/02
28	Ley n. 2.419	15 jun. 2004	Cria o INDERT
29	Ley n. 2.352	14 fev. 2005	Estabelece uma zona de segurança fronteiriça de 50 quilômetros em linhas de fronteira
30	Decreto n. 103	24 ago. 2013	Por el cual se dispone el empleo de elementos de combate de las fuerzas armadas de la nación en operaciones de defensa interna, en los departamentos de Concepción, San Pedro y Amambay

## REFERÊNCIAS

---

### A

---

ABC COLOR. Quieren vender tierras con un pueblo adentro. **ABC Color**, Caderno Economía, publicado em 01 mai. 2002. Disponível em: <<http://www.abc.com.py/edicion-impresia/economia/quieren-vender-tierras-con-un-pueblo-adentro-665361.html>>. Acesso em: 21 jun. 2019.

ABC COLOR. Inversionistas ayudaron a reabrir escuela y colegio de Mcal. López. **ABC Color**, Caderno Interior, publicado em 22 mai. 2003. Disponível em: <<http://www.abc.com.py/edicion-impresia/interior/inversionistas-ayudaron-a-reabrir-escuela-y-colegio-de-mcal-lopez-701038.html>>. Acesso em: 13 mai. 2016.

ABC COLOR. Inversionistas de Mcal. López denunciaron intento de soborno. **ABC Color**, Caderno Interior, publicado em 23 mai. 2003. Disponível em: <<http://www.abc.com.py/edicion-impresia/interior/inversionistas-de-mcal-lopez-denunciaron-intento-de-soborno-701193.html>>. Acesso em: 13 mai. 2016.

ABC COLOR. Tierras de la secta Moon acogotan La Victoria. **ABC Color**, Caderno Economía, publicado em 03 ago. 2003. Disponível em: <<https://www.abc.com.py/edicion-impresia/economia/tierras-de-la-secta-moon-acogotan-la-victoria-712458.html>>. Acesso em: 08 jun. 2019.

ABC COLOR. Campesinos ocupan inmueble que sería de una agroganadera. **ABC Color**, caderno Política, publicado em 20 mai. 2008. Disponível em: <http://www.abc.com.py/edicion-impresia/politica/campesinos-ocupan-inmueble-que-seria-de-una-agroganadera-1068199.html>. Acesso em: 25 jun. 2018.

ABC COLOR. Muere supuesto sintierra, tras una balacera en sojales quemados. **ABC Color**, caderno Política, publicado em 12 jan. 2009. Disponível em: <<https://www.abc.com.py/edicion-impresia/politica/muere-supuesto-sintierra-tras-una-balacera-en-sojales-quemados-1137801.html>>. Acesso em: 08 jul. 2019.

ABC COLOR. Empresarios denuncian invasión de unas 15.000 hectáreas en el Chaco. **ABC Color**, caderno Interior, Asunción, publicado em 17 set. 2011. Disponível em: <http://www.abc.com.py/edicion-impresia/interior/empresarios-denuncian-invasion-de-unas-15000-hectareas-en-el-chaco-308967.html>. Acesso em: 18 out. 2016.

ABC COLOR. Aprueban expropiación de tierras de Paraguay. **ABC Color**, caderno Política, Asunción, publicado em 05 dez. 2013. Disponível em: <<http://www.abc.com.py/edicion-impresia/politica/aprueban-expropiacion-de-tierras-de-abialor-paraguay-646497.html>>. Acesso em: 18 out. 2016.

ABC COLOR. Paraguay es estratégico en la región para la compañía Monsanto, afirman. **ABC Color**, caderno Economía, Asunción, publicado em 03 set. 2013. Disponível em: <<http://www.abc.com.py/edicion-impresia/economia/paraguay-es-estrategico-en-la-region-para-la-compania-monsanto-afirman-613650.html>>. Acesso em: 20 jun. 2019.

ABC COLOR. Jueza emitió fallos contradictorios. **ABC Color**, caderno Nacionales, Asunción, publicado em 16 jun. 2014. Disponível em: <<http://www.abc.com.py/nacionales/fallos-contradictorios-en-casos-corpus-christi-1256107.html>>. Acesso em: 21 jun. 2018.

ABC COLOR. Imputan a guardias tras tiroteo con indígenas. **ABC Color**, caderno Nacionales, Asunción, publicado em 17 jun. 2014. Disponível em: <<http://www.abc.com.py/nacionales/imputan-a-guardias-de-laguna-sa-1256512.html>>. Acesso em: 21 jun. 2018.

ABC COLOR. Aparecen firma panameña y extrañas coincidencias en el caso Chino Cue. **Diario ABC Color**, Caderno Nacional, Asunción, publicado em 27 fev. 2015. Disponível em: <<http://www.abc.com.py/edicion-imprensa/economia/aparecen-firma-panamena-y-extranas-coincidencias-en-el-caso-chino-cue-1340721.html>>. Acesso em: 17 out. 2016.

ABC COLOR. Tierra de Negocios S.A. dice que sus títulos de propiedad son legítimos. **Diario ABC Color**, Caderno Nacional, Asunción, publicado em 28 fev. 2015. Disponível em: <<http://www.abc.com.py/edicion-imprensa/economia/tierra-de-negocios-sa-dice-que-sus-titulos-de-propiedad-son-legitimos-1341088.html>>. Acesso em: 17 out. 2016.

ABC COLOR. Caso Chino Cue se gesto con firma offshore. **ABC Color**, Caderno Nacional, Asunción, publicado em 07 abr. 2016. Disponível em: <http://www.abc.com.py/edicion-imprensa/notas/vinculados-con-negociado-de-chino-cue-crearon-offshore-1468489.html>. Acesso em: 17 out. 2016.

ABC COLOR. Según Indert, se advirtió en Chino Cue que certificados no tienen valor jurídico. **ABC Color**, Caderno Nacional, Asunción, publicado em 26 jul. 2016. Disponível em: <<http://www.abc.com.py/edicion-imprensa/economia/segun-indert-se-advirtio-en-chino-cue-que-certificados-no-tienen-valor-juridico-1502909.html>>. Acesso em: 17 out. 2016.

ABC COLOR. Indert ahora promete subsidio para completar “negocio” de Chino Cue. **ABC Color**, Caderno Nacional, Asunción, publicado em 27 jul. 2016. Disponível em: <<http://www.abc.com.py/edicion-imprensa/economia/indert-ahora-promete-subsidio>>

ABC COLOR. Queman casas de indígenas. **ABC Color**, Caderno Nacionales, publicado em 08 mai. 2017. Disponível em: <<http://www.abc.com.py/nacionales/queman-casas-de-indigenas-1591770.html>>. Acesso em: 10 mai. 2017.

ABC COLOR. Indígenas, desamparados. **ABC Color**, Caderno Nacionales, publicado em 09 mai. 2017a. Disponível em: <<http://www.abc.com.py/nacionales/nativos-estan-desamparados-1591864.html>>. Acesso em: 10 mai. 2017.

ABC COLOR. Itakyry: Desalojan a tiros a miembros de comunidad indígena. **ABC Color**, Caderno Nacionales, publicado em 09 mai. 2017b. Disponível em: <<http://www.abc.com.py/730am/a-la-gran-730/itakyry-reportan-nueva-represion-a-comunidad-indigena-1591839.html>>. Acesso em: 10 mai. 2017.

ABC COLOR. Aparecen más empresas vinculadas a Darío Messer. **ABC Color**, caderno Política, publicado em 22 mai. 2018. Disponível em: <<http://www.abc.com.py/edicion-imprensa/politica/aparecen-mas-empresas-vinculadas-a-dario-messer-1704910.html>>. Acesso em: 21 jun. 2019.

ABC COLOR. Messer es todo un “zar” de los bienes raíces. **ABC Color**, caderno Política, publicado em 25 mai. 2018. Disponível em: <<http://www.abc.com.py/edicion-imprensa/politica/messer-es-todo-un-zar-de-los-bienes-raices-1706013.html>>. Acesso em: 21 jun. 2019.

ADM. Archer **Daniels Midland Paraguay**. Disponível em: <<https://www.adm.com/adm-worldwide/paraguay>>. Acesso em: 13 jun. 2019.

AGROMEAT. Syngenta adquiere Agrosan. **Portal Agromeat**, publicado em 01 fev. 2011. Disponível em: <<http://www.agromeat.com/32809/syngenta-adquiere-agrosan>>. Acesso em: 30 set. 2018.



AISA. CHEMTEC sigue contaminando Ñemby, Paraguay. **ASSOCIACIÓ SALUT I AGROECOLOGIA (AISA)**, publicado em 07 jul. 2014. Disponível em: <<https://associaciosalutiagroecologia.wordpress.com/2014/07/07/chemtec-sigue-contaminando-nemby-paraguay-por-dra-graciela-vizcay-gomez/>>. Acesso em: 27 dez. 2014.

ALDERETE, Nadia. Los movimientos campesinos frente a la dominación y concentración del poder en Paraguay. **Revista de Estudios Políticos Contemporáneos (NOVAPOLIS)**, n. 8, p. 57-70, 2015.

AMAGGI. **Amaggi Commodities**. Disponível em: <<https://www.amaggi.com.br/>>. Acesso em: 06 out. 2018.

ARECO, Abel; PALAU, Marielle. **Judicialización y violencia contra la lucha campesina**. Casos de criminalización en el período 2013-2015. Asunción: BASE Investigaciones Sociales, 2016.

## **B**

---

BANCO MUNDIAL. Cuenca del Río Tebicuary: hacia una mejor gestión de sus recursos hídricos. **Banco Mundial**, Publicado em 17 nov. 2015. Disponível em: <<http://www.bancomundial.org/es/news/feature/2015/11/17/paraguay-mejor-gestion-recursos-hidricos-tebicuary>>. Acesso em: 24 jun. 2019.

BARRETO, Mirta. **La lucha por la tierra frente las corporaciones y el Mercado**. Asunción: Centro de Servicios y Estudios Rurales (CSER), 2013.

BARRETO, Verónica. Sintomatología de la agudización neoliberal en agravio a los pueblos indígenas en el Paraguay. COORDINADORA DE DERECHOS HUMANOS DEL PARAGUAY (Org.). **Derechos Humanos Paraguay 2017**. Asunción: CODEHUPY, p. 59-73, 2017.

BASE INVESTIGACIONES SOCIALES. Preocupación Ayoreo-Totobiegosode por bosques amenazados en su patrimônio del Alto Paraguay. **Base Investigaciones Sociales**, publicado em 31 ago. 2010.

BASE INVESTIGACIONES SOCIALES. Citó a la comunidad indígena en su juzgado y ejecutó un desalojo aprovechando que nadie estaba. **Base Investigaciones Sociales**, publicado em 10 mai. 2014.

BASE INVESTIGACIONES SOCIALES. Ambientalistas del país se reunirán en Villa Oliva este jueves. **Base Investigaciones Sociales**, publicado em 04 out. 2015.

BELL, David E.; SCOTT, Cintia. **Los Grobo: o futuro da agricultura**. Chicago: Harvard Business School, 2010.

BOVESPA. BrasilAgro – Companhia Brasileira de Propriedades Agrícolas – Aquisição de ativos no Paraguai. **Bovespa**. Publicado em 16 dez. 2013. Disponível em: <<http://siteempresas.bovespa.com.br/consbov/ArquivosExibe.asp?site=&protocolo=405053>>. Acesso em: 26 jun. 2019.

BRASILAGRO. Paraguai condena 28 empresas importadoras de agroquímicos. **Portal BrasilAgro**, publicado em 28 jan. 2016. Disponível em: <<https://brasilagro.wordpress.com/2016/01/28/paraguai-condena-28-empresas-importadoras-de-agroquimicos/>>. Acesso em: 05 out. 2018.

BUNGE. **Bunge Paraguay**. Disponível em: <<https://www.bungeparaguay.com/>>. Acesso em: 13 out. 2018.

## C

---

CABALLERO, Gabriela Dalla-Corte. Redes y organizaciones sociales en el progreso de ocupación del Gran Chaco. **Revista de Indias**, v. LXVII, n. 240, p. 485-520, 2007.

\_\_\_\_\_. **Empresas y tierras de Carlos Casado en el Chaco paraguayo**. Historias, negocios y guerras (1860-1940). Asunción: Intercontinental Editora, 2012.

CABO VERDE. **Boletim Oficial n° 64** que coloca em vigor a Resolução n° 120/2013 que aprova a minuta de Convenção de Estabelecimento a ser celebrada entre o Estado de Cabo Verde e a Sociedade Agrícola Ilha Verde, de 27 de novembro de 2013. Imprensa Nacional de Cabo Verde: Praia, 2013.

CABO VERDE. **Boletim Oficial n° 66** que retifica a Resolução n° 120/2013 que aprova a minuta de Convenção de Estabelecimento a ser celebrada entre o Estado de Cabo Verde e a Sociedade Agrícola Ilha Verde, de 05 de dezembro de 2013. Imprensa Nacional de Cabo Verde: Praia, 2013.

CARGILL. **Cargill Paraguay**. Disponível em: <<https://www.cargill.com.py/>>. Acesso em: 16 abr. 2019.

CARLOS CASADO S.A. **Carlos Casado S.A.** Disponível em: <<http://www.carloscasadosa.com>>. Acesso em: 24 jun. 2019.

CEPAL. **Las empresas transnacionales en la economía del Paraguay**. Santiago: Comisión Económica para América Latina y Caribe, 1987.

CHACO SIN FRONTERAS. Denuncia despojo de 28.000 ha de tierras a un grupo investor francés. **Chaco sin fronteras**, publicado em 14 mar. 2016. Disponível em: <<http://www.chacosinfronteras.com/2016/03/14/denuncia-despojo-de-28-000-ha-de-tierras-a-un-grupo-inversor-frances/>>. Acesso em: 07 out. 2018.

CODEHUPY. **Derechos Humanos Paraguay 2014**. Asunción: Coordinadora Derechos Humanos Paraguay, 2014.

COOPERATIVA CHORTITZER KOMITEE LTDA. **Cooperativa Chortitzer Komitee Ltda.** Disponível em: <<https://www.chortitzer.com.py/cooperativa/agro/>>. Acesso em: 22 jun. 2019.

COOPERATIVA COLONIAS UNIDAS AGROPECUARIA LTDA. **Cooperativa Colonias Unidas Agropecuaria Ltda.** Disponível em: <<http://colonias.com.py/home/>>. Acesso em: 22 jun. 2019.

COOPERATIVA COLONIZADORA MULTIACTIVA FERNHEIM. **Cooperativa Colonizadora Multiactiva Fernheim.** Disponível em: <<https://www.fernheim.com.py/es/>>. Acesso em: 22 jun. 2019.

COOPERATIVA DE PRODUCCIÓN AGRO INDUSTRIAL SANTA MARÍA LTDA. – COOPASAM. **Cooperativa de Producción Agro Industrial Santa María Ltda.** Disponível em: <<http://www.coopasam.com/>>. Acesso em: 22 jun. 2019.

COOPERATIVA DE PRODUCCIÓN AGROPECUARIA PINDÓ LTDA. **Cooperativa de Producción Agropecuaria Pindó Ltda.** Disponível em: <<http://www.pindo.com.py/>>. Acesso em: 22 jun. 2019.

COOPERATIVA DE PRODUCTORES DE LECHE LA HOLANDA LTDA. **Cooperativa de Productores de Leche la Holanda Ltda.** Disponível em: <<http://www.lactolanda.com.py/>>. Acesso em: 22 jun. 2019.

COOPERATIVA MULTIACTIVA DE PRODUCCIÓN, CONSTRUCCIÓN Y SERVICIOS COOPERALBA LTDA. **Cooperativa Multiactiva de Producción, Construcción y Servicios Cooperalba Ltda.** Disponível em: <<http://www.cooperalba.coop.py/>>. Acesso em: 22 jun. 2019.

COOPERATIVA MULTIACTIVA NEULAND LTDA. **Cooperativa Multiactiva Neuland Ltda.** Disponível em: <<http://www.neuland.com.py/>>. Acesso em: 22 jun. 2019.

COOPERATIVA VOLENDAM LTDA. **Cooperativa Volendam Ltda.** Disponível em: <<https://www.volendam.com.py/>>. Acesso em: 22 jun. 2019.

COTULA, Lorenzo. The international political economy of the global land rush: a critical appraisal of trends, scale, geography and drivers. **The Journal of Peasant Studies**, v. 39, n. 3-4, p. 649-680, 2012.

## D

---

DATALUTA. **Relatório DATALUTA Brasil 2017**. Presidente Prudente: Rede DATALUTA. Disponível em: [https://www.fct.unesp.br/Home/Pesquisa/dataluta4780/relatoriodataluta/relatorio\\_dataleta\\_2017\\_final.pdf](https://www.fct.unesp.br/Home/Pesquisa/dataluta4780/relatoriodataluta/relatorio_dataleta_2017_final.pdf). Acesso em: 08 jul. 2019.

DELGADO, Víctor. **Ñandekuera (Todos nosotros)**. Buenos Aires: Ágora, 2012.

DEMOINFO. Pieden cancelar licencia ambiental a empresa arrocera del Ñeembucu. **Proyecto Democratización de la Información**, publicado em 19 jun. 2015. Disponível em: <http://demoinfo.com.py/tag/villa-oliva-rice-sa/>. Acesso em: 10 out. 2016.

DE OLHO NO PARAGUAI. Uma história de evasão fiscal, desmatamento, contrabando, ostentação e até estupro. **De Olho no Paraguai**, publicado em 24 jun. de 2018.

DIARIO CINCO DÍAS. San José vende propiedades en Argentina por 120 millones. **Diario Cinco Días**, publicado em 07 out. 2016. Disponível em: <[http://cincodias.com/cincodias/2016/10/07/empresas/1475858216\\_161422.html](http://cincodias.com/cincodias/2016/10/07/empresas/1475858216_161422.html)>. Acesso em: 12 out. 2016.

DINHEIRO RURAL. JBS Paraguai destaca exportações 12% maiores de carne bovina. **Revista Dinheiro Rural**, caderno Negócios, publicado em 23 jan. 2017. Disponível em: <<http://www.dinheiorural.com.br/jbs-paraguai-destaca-exportacoes-12-maiores-de-carne-bovina-em-2016/>>. Acesso em: 31 jan. 2017.

## E

---

E'A. Empresa brasileira se lava las manos: acusan a la Policía y la Fiscalía por no desalojar a indígenas. **E'a**, publicado em 16 jun. 2014. Disponível em: <<http://ea.com.py/v2/empresa-brasilena-se-lava-las-manos-acusan-a-la-policia-y-la-fiscalia-por-no-desalojar-a-indigenas/>>. Acesso em: 12 out. 2016.

EL PAÍS. Por que o governo chinês decidiu comprar a Syngenta? **El País**, caderno Economía, publicado em 04 fev. 2016. Disponível em:

<[https://brasil.elpais.com/brasil/2016/02/03/economia/1454504746\\_043900.html](https://brasil.elpais.com/brasil/2016/02/03/economia/1454504746_043900.html)>. Acesso em: 26 jun. 2019.

EXAME. Cade aprova aquisição do Bertin pela JBS. **Revista Exame**, Caderno Negócios, publicado em 17 abr. 2013. Disponível em: <http://exame.abril.com.br/negocios/noticias/cade-aprova-aquisicao-do-bertin-pela-jbs>. Acesso em: 15 out. 2016.

## F

---

FARMLAND GRAB. Paraguay: Grupo empresarial anuncia importante inversión en el sector agropecuario y forestal. **Farmland Grab**, publicado em 06 fev. 2013. Disponível em: <http://www.farmlandgrab.org/post/view/21663-paraguay-grupo-empresarial-anuncia-importante-inversion-en-el-sector-agropecuario-y-forestal>. Acesso em: 15 out. 2016.

FARMLAND GRAB. Hacendado brasileiro destruye floresta paraguaya de la tribu Ayoreo. **Farmland Grab**, publicado em 18 fev. 2014. Disponível em: <http://www.farmlandgrab.org/post/view/23179>. Acesso em: 15 out. 2016.

FOCO RURAL. Bayer compra empresa de sementes para se consagrar no mercado da soja. **Portal Foco Rural**, caderno Agroindústrias, publicado em 10 out. 2014. Disponível em: <<http://www.focorural.com/detalhes/n/n/4912/38/bayer-compra-empresa-de-sementes-para-se-consagrar-no-mercado-da-soja.html>>. Acesso em: 21 jun. 2019.

FOGEL, Ramón. El Movimiento de los Carperos. **Revista de Estudios Políticos Contemporáneos (NOVAPOLIS)**, n. 5, p. 11-30, 2012.

\_\_\_\_\_. **Las tierras de Ñacunday, Marina Kue y otras calamidades**. Asunción: CERI, 2013.

FOLHA DE S. PAULO. No Paraguai, o Chaco está sitiado. **Jornal Folha de S. Paulo**, publicado em 02 abr. 2012. Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/fsp/newyorktimes/34692-no-paraguai-o-chaco-esta-sitiado.shtml>>. Acesso em: 15 out. 2016.

FOLHA DE S. PAULO. Sócio de ‘doleiro dos doleiros’ é preso pela Interpol no Paraguai. **Jornal Folha de S. Paulo**, caderno Internacional, publicado em 26 dez. 2018. Disponível em: <<https://www1.folha.uol.com.br/poder/2018/12/doleiro-socio-de-dario-messer-e-preso-no-paraguai.shtml>>. Acesso em: 21 jun. 2019.

FOLHA DE S. PAULO. PF prende Dario Messer, foragido conhecido como ‘doleiro dos doleiros’. **Jornal Folha de S. Paulo**, caderno Poder, publicado em 31 jul. 2019. Disponível em: <<https://www1.folha.uol.com.br/poder/2019/07/pf-prende-dario-messer-foragido-conhecido-como-doleiro-dos-doleiros.shtml>>. Acesso em: 12 ago. 2019.

FRANCESHELLI, Inés (Org.). **Las semillas son del pueblo**. Asunción: BASE Investigaciones Sociales, p. 42-44, 2013.

FREDERICO, Samuel. Desvendando o agronegócio: financiamento agrícola e o papel estratégico do sistema de armazenamento de grãos. **GEOUSP – Espaço e Tempo**, n. 27, p. 47-61, 2010.

\_\_\_\_\_. **Território, Capital Financeiro e Agricultura**. Investimentos financeiros estrangeiros no agronegócio brasileiro. Relatório de Pós Doutorado. Laboratoire Dynamiques Sociales et Recomposition des Espaces (Ladyss), Universidade Paris 8, 213 f., 2016.

FREDERICO, Samuel; GRAS, Carla. Globalização financeira e land grabbing: constituição e translatinização das megaempresas argentinas. BERNARDES, Júlia Adão; FREDERICO, Samuel; GRAS, Carla; HERNÁNDEZ, Valeria; MALDONADO, Gabriela (Org.). **Globalização do agronegócio e land grabbing**: a atuação das megaempresas argentinas. Rio de Janeiro: Lamparina, p. 12-32, 2017.

## G

---

G1. Bayer anuncia compra da Monsanto por US\$ 66 bilhões. **Portal G1**, caderno Economia, publicado em 14 set. 2016. Disponível em: <<http://g1.globo.com/economia/negocios/noticia/2016/09/bayer-anuncia-compra-da-monsanto-por-us-66-bilhoes2016.html>>. Acesso em: 20 jun. 2019.

G1. Bayer anuncia o fim da marca Monsanto. **Portal G1**, caderno Economia, publicado em 04 jun. 2018. Disponível em: <<https://g1.globo.com/economia/noticia/bayer-anuncia-o-fim-da-marca-monsanto.html>>. Acesso em: 20 jun. 2019.

GALEANO, Luis. Frontera agrícola, modernización conservadora y movimiento campesinos en Paraguay. ZAMOSC, León; MARTÍNEZ, Estela; CHIRIBOGA, Manuel (Org.). **Estructuras agrarias y movimientos campesinos en América Latina (1950-1990)**. Madrid: Ministerio de Agricultura, Pesca y Alimentación, p. 295-320, 1996.

\_\_\_\_\_. Movimiento campesino hoy. Conquistas y derrotas en un contexto contradictorio de crisis social y política. **Revista de Estudios Políticos Contemporáneos (NOVAPOLIS)**, n. 2, p. 32-38, 2003.

\_\_\_\_\_. La nueva ruralidad: transformaciones y desafíos del Paraguay rural contemporáneo. BRUN, Diego Abente; BORDA, Dionisio (Org.). **El reto del futuro**. Asumiendo el legado del bicentenario. Asunción: Ministerio de Hacienda, p. 155-190, 2011.

GARAY, Sara María. **A participação brasileira no desenvolvimento do agronegócio no Paraguai**: uma análise crítica. 2014, 205 f. Dissertação (Mestrado em Relações Internacionais) - Programa de Pós-Graduação em Relações Internacionais, Pontifícia Universidade Católica, Rio de Janeiro, 2014.

GLAUSER, Marcos. **Extranjerización del territorio paraguayo**. Asunción: BASE Investigaciones Sociales, 2009.

GLOBO RURAL. Minerva adquire nove plantas frigoríficas da JBS Mercosul. **Globo Rural**, caderno Criação, publicado em 06 jun. 2017. Disponível em: <<http://revistagloborural.globo.com/Noticias/Criacao/noticia/2017/06/minerva-adquire-nove-plantas-frigorificas-da-jbs-mercosul.html>>. Acesso em: 25 set. 2017.

GLOBO RURAL. Brasiguaios dominam produção de soja e arroz no Paraguai. **Globo Rural**, caderno Agricultura, publicado em 22 mar. 2019. Disponível em: <<https://revistagloborural.globo.com/Noticias/Agricultura/noticia/2019/03/brasiguaios-dominam-producao-de-soja-e-arroz-no-paraguai.html>>. Acesso em: 21 jun. 2019.

GRAS, Carla; NASCIMENTO, Rodrigo Cavalcanti do. Monopólio de terras e capital financeiro: a atuação da empresa Cresud na América Latina. BERNARDES, Júlia Adão; FREDERICO, Samuel; GRAS, Carla; HERNÁNDEZ, Valeria; MALDONADO, Gabriela (Org.). **Globalização do agronegócio e land grabbing**. A atuação das megaempresas argentinas no Brasil. São Paulo: Lamparina, p. 118-134, 2017.

GUEREÑA, Arantxa; RIQUELME, Quintín. El espejismo de la soja. Los límites de la responsabilidad social empresarial: el caso de Desarrollo Agrícola del Paraguay. **OXFAM**, Informe de investigación, p. 01-56, 2013.

## H

---

HOY. Denuncian a diputados de encabezar invasión de tierras a cambio de votos. **Hoy**, Caderno Nacionales, publicado em 25 mar. 2015. Disponível em: <http://www.hoy.com.py/nacionales/denuncian-a-diputados-de-encabezar-invasion-de-tierras-a-cambio-de-votos>. Acesso em: 18 out. 2016.

## I

---

INFO CAMPO. El grupo El Tejar comenzó a preparar el terreno para lanzar una oferta pública de acciones en EE.UU. **Info Campo**, Caderno General, publicado em 11 mar. 2010. Disponível em: <http://infocampo.com.ar/nota/campo/20621/el-grupo-el-tejar-comenzo-a-preparar-el-terreno-para-lanzar-una-oferta-publica-de-acciones-en-ee-uu>>. Acesso em: 15 out. 2016.

INFO NEGOCIOS. Agrícola Colonial se transforma en Colonial Agro. **Portal Info Negocios**, caderno Publicidad, publicado em 16 mai. 2017. Disponível em: <http://infonegocios.com.py/infopublicidad/agricola-colonial-se-transforma-en-colonial-agro>>. Acesso em: 21 jun. 2019.

IRALA, Abel Enrique; CARDOZO, Hugo Javier Pereira. Violencia armada y avance de la soja en el norte del Paraguay. **Revista Conflicto Social**, v. 9, n. 15, p. 180-208, 2016.

ISAAA. **International Service for the Acquisition of Agri-biotech Applications**. Disponível em: <http://www.isaaa.org>>. Acesso em: 21 jun. 2019.

## K

---

KLEINPENNING, Jan. **Paraguay Rural (1870-1963):** una Geografía del progreso, el pillaje y la pobreza. Asunción: Editorial Tiempo de Historia, 2014.

## L

---

LA NACIÓN. Shirosawa proyecta llegar en el 2016 a 70 ha de sésamo. **Diario La Nación**, caderno Negocios, publicado em 17 abr. 2016. Disponível em: <https://www.lanacion.com.py/2016/04/17/shirosawa-proyecta-llegar-en-el-2016-a-70-mil-ha-de-sesamo/>. Acesso em: 25 jun. 2018.

LA NACIÓN. Denuncian desvíos de ríos y uso de agrotóxicos en Villa Oliva. **Diario La Nación**, publicado em 26 set. 2017. Disponível em: <http://www.lanacion.com.py/pais/2017/09/26/denuncian-desvios-de-rios-y-uso-de-agrotoxicos-en-villa-oliva/>>. Acesso em: 27 set. 2017.

LA NACIÓN. Principales exportadores movieron US\$ 346 millones. **Diario La Nación**, caderno Negocios, publicado em 13 jun. 2018. Disponível em: [https://www.lanacion.com.py/negocios\\_edicion\\_impresa/2018/06/13/principales-exportadores-movieron-us-346-millones/](https://www.lanacion.com.py/negocios_edicion_impresa/2018/06/13/principales-exportadores-movieron-us-346-millones/)>. Acesso em: 25 jun. 2018.

LAND ACTION. Denunciation of Peasant rights violations in Paraguay. **Land Action**, Human Rights Monitor, publicado em 27 nov. 2007. Disponível em: <http://landaction.org/spip.php?article235>>. Acesso em: 03 out. 2017.

LA RED PARAGUAYA DE CONSERVACIÓN EN TIERRAS PRIVADAS. **La Red Paraguaya de Conservación en Tierras Privadas**. Disponível em: <<http://www.conservacionprivadapy.org/>>. Acesso em: 08 jul. 2019.

LDC. **Louis Dreyfus Company Paraguay**. Disponível em: <<http://www ldc.com/py/es/nosotros/louis-dreyfus-company-en-paraguay/>>. Acesso: 13 out. 2018.

## M

---

MORA, Carlos. Participación y organizaciones campesinas en Paraguay. GRAMMONT, Hubert C. (Org.). **Construcción de la democracia en el campo latinoamericano**. Buenos Aires: CLACSO, p. 343-365, 2006.

MOVIMIENTO REGIONAL POR LA TIERRA Y TERRITORIO. **Informe 2015** – Acceso a la tierra y territorio en Sudamérica. La Paz: Movimiento Regional Por la Tierra y Territorio, 2016.

## O

---

O ESTADO DE S. PAULO. ADM inaugura fábrica de fertilizantes no Paraguai. **Jornal O Estado de S. Paulo**, Agência Estadão, publicado em 02 dez. 2010. Disponível em: <<http://economia.estadao.com.br/noticias/negocios,adm-inaugura-fabrica-de-fertilizantes-no-paraguai,45974e>>. Acesso em: 15 out. 2016.

O ESTADO DE S. PAULO. Receita aponta fraude em fusão entre JBS e Bertin e cobra R\$ 3 bilhões. **Jornal O Estado de S. Paulo**, caderno Negócios, publicado em 27 fev. 2016. Disponível em: <http://economia.estadao.com.br/noticias/negocios,receita-aponta-fraude-em-fusao-entre-jbs-e-bertin-e-cobra-r-3-bilhoes,10000018600>. Acesso em: 15 out. 2016.

OLIVEIRA, Ariovaldo Umbelino de. A mundialização da agricultura brasileira. OLIVEIRA, Ariovaldo Umbelino de; LIRA, Elizeu Ribeiro; CABRAL, José Pedro Cabrera; SANTOS, Roberto de Souza (Org.). **Território em Conflito, Terra e Poder**. Goiânia: Kelps, p. 17-103, 2014.

## P

---

PÁGINA 12. Los intereses detrás del golpe. **Diario Página 12**, caderno El Mundo, publicado em 27 jun. 2012. Disponível em: <<https://www.pagina12.com.ar/diario/elmundo/subnotas/197316-59516-2012-06-27.html>>. Acesso em: 05 jul. 2019.

PALAU, Marielle; KRETSCHMER, Regina. La ‘guerra de soja’ y el avance del neoliberalismo en el campo. **Observatorio Social de América Latina (OSAL)**, ano 5, n. 13, p. 105-115, 2004.

PALAU, Marielle. **Movimiento Popular y Democracia**. Asunción: BASE Investigaciones Sociales, 2014.

PALAU, Marielle; IRALA, Abel; CORONEL, Cristina. **Organizaciones paraguayas con demandas al Estado (2013-2017)**. Asunción: BASE Investigaciones Sociales, 2017.

PALAU, Tomás. El movimiento campesino en el Paraguay: conflictos, planteamientos y desafíos. **Observatorio Social de América Latina (OSAL)**, ano 6, n. 16, p. 35-46, jun. 2005.

PARAGUAY AGRICULTURAL CORPORATION – PAYCO. **Paraguay Agricultural Corporation**. Disponível em: <<http://www.payco.com.py/#/es/>>. Acesso em: 24 jun. 2019.

PEREIRA, Milene Brandão. **“Mais do que terra, queremos soberania”**: Liga Nacional dos Carperos e as soberanias no assentamento Santa Lucía no Paraguai. Toledo, 2016, 185 f. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais), Universidade Estadual do Oeste do Paraná (UNIOESTE), Toledo, 2016.

## R

---

REIS, Marilúcia Ben dos. **A cooperativa agroindustrial LAR sob a ótica do território**: uma relação híbrida cooperativa/empresa. Santa Maria, 2017. 180 f. Tese (Doutorado em Geografia). Centro de Ciências e Naturais e Exatas, Universidade Federal de Santa Maria, 2017.

REPÓRTER BRASIL. Indústria brasileira da carne avança sobre o Chaco paraguaio. **Repórter Brasil**, publicado em 12 jul. 2018. Disponível em: <<https://reporterbrasil.org.br/2018/07/a-industria-brasileira-da-carne-avanca-sobre-o-chaco-paraguaio/>>. Acesso em: 21 jun. 2019.

RESUMEN LATINOAMERICANO. Paraguay. Violento desalojo de pobladores se produjo en Puerto Guaraní. **Resumen Latinoamericano**, publicado em 04 mar. 2015. Disponível em: <<http://www.resumenlatinoamericano.org/2015/03/04/paraguay-violento-desalojo-de-pobladores-se-produjo-en-puerto-guarani/>>. Acesso em: 07 out. 2018.

ROMERO, Fernando Gabriel. La lucha del campesinado paraguayo frente a la concentración y extranjerización de la tierra. VILLAGRA, Luis Rojas (Org.). **Neoliberalismo en América Latina**: crisis, tendencias y alternativas. Buenos Aires: CLACSO, 2015, p. 125-145.

## S

---

SANDRONI, Paulo. **Novíssimo Dicionário de Economia**. São Paulo: Editora Best Seller. 1999.

SERVICIO NACIONAL DE CALIDAD Y SANIDAD VEGETAL Y DE SEMILLAS. **Boletín Estadístico Mensual Agosto de 2018**. Asunción: SENAVE. Disponível em: <<http://web.senave.gov.py:8081/docs/boletin-estadistico/boletines2018/BOLETIN%20AGOSTO%202018.pdf>>. Acesso em: 05 out. 2018.

SERVICIO NACIONAL DE CALIDAD Y SANIDAD VEGETAL Y DE SEMILLAS. **Boletín Estadístico Mensual Abril de 2019**. Asunción: SENAVE. Disponível em: <<http://web.senave.gov.py:8081/docs/boletin-estadistico/boletines2019/BOLETIN%20ABRIL%202019.pdf>>. Acesso em: 20 jun. 2019.

SILVA, Kamila. A participação dos brasileiros na crise política do Paraguai: análise a partir do Governo Lugo. **Revista Fronteiras**, v. 15, n. 26, p. 11-40, 2013.

SOCIEDAD COOPERATIVA AGRÍCOLA FRIESLAND LTDA. **Sociedad Cooperativa Agrícola Friesland Ltda**. Disponível em: <<https://friesland.com.py/es/>>. Acesso em: 22 jun. 2019.

SURVIVAL INTERNATIONAL. Ganaderos pillados con las manos en la masa...desde el espacio. **ONG Survival**, publicado em 11 abr. 2011. Disponível em: <<http://www.survival.es/noticias/7192>>. Acesso em: 13 out. 2016.



## T

---

TALESCA, Ignacio. **Ligas Agrarias Cristianas (1960-1980):** Orígenes del Movimiento Campesino en Paraguay. Asunción: CEPAG, 2004.

TORALES, Ezequiel Barolin. El movimiento social campesino en Paraguay: reflexiones de su participación en torno de la crisis presidencial del año de 2012. **Revista Electrónica de Estudios Latinoamericanos**, v. 14, n. 57, p. 01-17, 2016.

TORRE, Gustavo Hernán. Agronegocio en Paraguay. Invención de fronteras internas. **Revista de Estudios Políticos Contemporáneos (NOVAPOLIS)**, n. 8, p. 31-46, 2015.

## U

---

ÚLTIMA HORA. Contradicciones entre ministro del Interior y juez que dio el amparo. **Última Hora**, caderno Sucesos, publicado em 25 jan. 2014. Disponível em: <<https://www.ultimahora.com/contradicciones-ministro-del-interior-y-juez-que-dio-el-amparo-n761819.html>>. Acesso em: 08 jul 2019.

ÚLTIMA HORA. Misteriosa desaparición del finquero de tierras usucapidas por la agroganadera. **Última Hora**, caderno Política, publicado em 24 ago. 2014. Disponível em: <<https://www.ultimahora.com/misteriosa-desaparicion-del-finquero-tierras-usucapidas-la-agroganadera-n822972.html>>. Acesso em: 08 jul 2019.

ÚLTIMA HORA. Inauguran la mayor planta de fertilizantes del país en Villeta. **Última Hora**, caderno Nacionales, publicado em 15 jan. 2015. Disponível em: <<https://www.ultimahora.com/inauguran-la-mayor-planta-fertilizantes-del-pais-villeta-n864375.html>>. Acesso em: 21 jun. 2019.

ÚLTIMA HORA. Policía quemó 75 casas y mato animales en asentamiento campesino de Caazapá. **Última Hora**, caderno Política, publicado em 27 abr. 2015. Disponível em: <<http://www.ultimahora.com/policia-quemo-75-casas-y-mato-animales-asentamiento-campesino-caazapa-n891352.html>>. Acesso em: 21 out. 2016.

ÚLTIMA HORA. ONG denuncia ante la ONU el fracaso de Paraguay en proteger a nativos. **Última Hora**, caderno Nacional, publicado em 30 jun. 2015. Disponível em: <<http://www.ultimahora.com/ong-denuncia-la-onu-el-fracaso-paraguay-proteger-nativos-n909333.html>>. Acesso em: 13 out. 2016.

ÚLTIMA HORA. Denuncian que empresa taló 10.100 hectáreas de tierra indígena en el Paraguay. **Última Hora**, caderno Nacional publicado em 17 ago. 2015. Disponível em: <<http://www.ultimahora.com/denuncian-que-empresa-talo-10100-hectareas-tierra-indigena-n922667.html>>. Acesso em: 13 out. 2016.

ÚLTIMA HORA. ONG denuncia deforestación ilegal en territorio de indígenas ayoreo. **Última Hora**, caderno Nacional, publicado em 08 jul. 2015. Disponível em: <<http://www.ultimahora.com/ong-denuncia-deforestacion-ilegal-territorio-indigenas-ayoreo-n911603.html>>. Acesso em: 13 out. 2016.

ÚLTIMA HORA. Denuncian que Yaguareté Porá prosigue deforestación en bosques indígenas. **Última Hora**, caderno Nacional, publicado em 07 out. 2015. Disponível em: <<http://www.ultimahora.com/denuncian-que-yaguarete-pora-prosigue-deforestacion-bosques-indigenas-n936900.html>>. Acesso em: 13 out. 2016.

ÚLTIMA HORA. Denuncias entre miembros de Secta Moon afecta a tierras donadas a casadeños. **Última Hora**, caderno nacional, publicado em 01 mar. 2016. Disponível em:

<<http://www.ultimahora.com/denuncias-miembros-secta-moon-afecta-tierras-donadas-casadenos-n971366.html>>. Acesso em: 15 out. 2016.

ÚLTIMA HORA. Paraguay es el sexto país con más cultivos de transgénicos. **Última Hora**, caderno Economía, publicado em 16 mai. 2017. Disponível em: <<https://www.ultimahora.com/paraguay-es-el-sexto-pais-mas-cultivos-transgenicos-n1085712.html>>. Acesso em: 20 jun. 2019.

ÚLTIMA HORA. Campesinos exigen que se cumpla ley de emergencia. **Última Hora**, caderno Economía, publicado em 02 fev. 2018. Disponível em: <<http://www.ultimahora.com/campesinos-exigen-que-se-cumpla-ley-emergencia-n1131659.html>>. Acesso em: 20 abr. 2018.

UNICOOP. **Central Nacional de Cooperativas**. Disponível em: <http://www.unicoop.com.py/pt/unicoop>. Acesso em: 26 jun. 2018.

UOL. Empresa brasileira é denunciada por ameaçar indígenas isolados do Paraguai. **Portal UOL**, caderno Ciências e Saúde, publicado em 21 ago. 2014. Disponível em: <<http://noticias.uol.com.br/meio-ambiente/ultimas-noticias/redacao/2014/08/21/empresa-brasileira-e-denunciada-por-ameacar-indigenas-isolados-do-paraguai.htm>>. Acesso em: 15 out. 2016.

## V

---

VALOR ECONÔMICO. ADM inaugura fábrica de soja no Paraguai. **Jornal Valor Econômico**, caderno Agronegócios, publicado em 10 mai. 2013. Disponível em: <<http://www.valor.com.br/agro/3118888/adm-inaugura-fabrica-de-soja-no-paraguai>>. Acesso em: 15 out. 2016.

VALOR ECONÔMICO. Península Fertilizantes terá unidade no Paraguai. **Jornal Valor Econômico**, caderno Agronegócios, publicado em 04 nov. 2014.

VALOR ECONÔMICO. Minerva Foods anuncia arrendamento de frigorífico no Paraguai. **Jornal Valor Econômico**, caderno Agronegócios, publicado em 27 ago. 2015. Disponível em: <https://www.valor.com.br/agro/4199422/minerva-foods-anuncia-arrendamento-de-frigorifico-no-paraguai>. Acesso em: 15 set. 2018.

VALOR ECONÔMICO. BrasilAgro anuncia fim da sociedade com Carlos Casado S.A. no Paraguai. **Jornal Valor Econômico**, Caderno de Agronegócios, publicado em 06 out. 2016. Disponível em: <<http://www.valor.com.br/agro/4737660/brasilagro-anuncia-fim-de-sociedade-com-carlos-casado-sa-no-paraguai>>. Acesso em: 15 out. 2016.

VÁZQUEZ, Fabricio. Resistencia, adaptación e integración en el Chaco Boreal y Central. RAYA, Eva Morales; CABALLERO, Gabriela Dalla-Corte; VÁZQUEZ, Fabricio; SUÁREZ, Arturo Landeros (Org.). **La frontera argentino-paraguaya ante el espejo**. Porosidad y paisaje del Gran chaco y del Oriente de la República del Paraguay. Barcelona: Universidad de Barcelona, 2011, p. 99-130.

\_\_\_\_\_. **Geografía humana del Chaco Paraguayo**. Transformaciones territoriales y desarrollo regional. Asunción: ADEPO, 2013.

VIA CAMPESINA. Paraguay: Campaña Ñamosêke Monsanto adhiere a la huelga general. **Via Campesina**. Disponível em: <<https://viacampesina.org/es/paraguay-campana-namosেকে-monsanto-adhiere-a-la-huelga-general/>>. Acesso em: 08 jul. 2019

VICENTE, Carlos. Elementos para juzgar a las empresas transnacionales. Cargill y Monsanto. ORTEGA, Guillermo (Org.). **Empresas transnacionales y violación de los**

**derechos humanos.** El caso de tres comunidades. Asunción: BASE Investigaciones Sociales, 2012, p. 35-96.

VILLAGRA, Luis Rojas. **Actores del Agronegocio en Paraguay.** Asunción: BASE Investigaciones Sociales, 2009.

\_\_\_\_\_. Latifundistas del siglo XXI. **BASE Investigaciones Sociales**, Informa Especial n. 9, p. 01-04, 2017.

## **Z**

---

ZIBECHI, Raul. La guerra de la soja en Paraguay. El napalm de Monsanto. **Revista de Medicinas Complementarias**, n. 77, p. 116-120, 2005.